

MARÇO DE 2013

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	9
1.1 Responsáveis são exortados a servir melhor as populações	9
1.2 3 Mil trabalhadores são vítimas de maus tratos e humilhação na sua própria terra	9
1.3 A mulher angolana no combate a pobreza	11
1.4 Programa avança para erradicação da pobreza	14
1.5 Índice de desenvolvimento humano 2012 – uma análise independente	15
2. MICROFINANÇAS	17
2.1 Extinto banco Sonangol/CGD e criado Banco de Poupança e Promoção Habitacional	17
2.2 Kilamba provoca “queda de preço” dos condomínios	17
2.3 BPC financia cooperativas de jovens no Cunene	18
2.4 Sonangol lança banco de crédito á habitação	18
2.5 Banca muda modelo de financiamento	19
2.6 Renda resolúvel é a única forma para classe média comprar residência	21
2.7 Reflexões á volta da venda de casas	21
2.8 Empreendedores investem o valor do crédito obtido	23
2.9 Atualizado Comité de crédito Agrícola	23
2.10 Bancos foram exortados a conceder mais crédito	24
2.11 Os efeitos das novas centralidades	24
2.12 Tendência para queda dos preços de renda	25
2.13 Lojas rurais no Namibe	27
2.14 A importância do comércio rural	27
2.15 Crédito à habitação e o sobre-endividamento	28
3. MERCADO INFORMAL	30
3.1 8 mil feirantes de malas feitas para a incerteza	30
3.2 O pão que vem do mar	30
3.3 Cédulas grátis custam caro a cidadãos	31
3.4 Contradição entre Associação e taxistas	32
3.5 Mercado do Panguila continua sem clientes	33
3.6 O Baú do mercado da Caponte	33
3.7 As nossas ações têm impacto positivo	34
3.8 Mercados rurais são construídos	35
3.9 Fundo lwini recebe prenda envenenada	36
3.10 A zunga é um mal necessário	36
3.11 Consumo de comida na rua é um perigo a saúde	37
3.12 Agente Logístico Rural: Que assim seja	38
3.13 Estrangeiros ditam as regras do jogo	39
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	41
4.1 OGE: Diálogos & votos	41
4.2 Executivo aprova programação para início da execução do OGE	42
4.3 OGE 2013 expansionista com enfoque no investimento	43
4.4 OGE é insuficiente para as despesas	45

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 46

5.1	Cédulas grátis custam caro a cidadãos	46
5.2	Gestão integrada do território	47
5.3	Malakito reedita plano mal concebido sobre autonomia do território lunda	47
5.4	Várias comunas podem passar a municípios	48
5.5	Responsável apela à gestão transparente por parte dos administradores distritais	48
5.6	Administração do território quer debate sobre autarquias	49
5.7	Autarquias com muito trabalho pela frente	50
5.8	Bornito de Sousa fala de poder autárquico e eleições	50
5.9	Falsos sobas em Luanda	51
5.10	Presidente reforça Tavares e enfraquece Bento Bento	52
5.11	PRS ataca as estruturas de base	53
5.12	"Tornou -se insustentável governar a capital"	54
5.13	Valor atribuído ao Huambo é insuficiente, diz administrador	55
5.14	Autarquias	55
5.15	Os problemas de Luanda e do país não serão resolvidos sem as autarquias	56
5.16	UNITA vai obrigar Dos Santos convocar autarquias locais em 2015	57
5.17	Autarquias podem ser solução ideal para reduzir assimetrias das regiões	58
5.18	Autoridades do Bié revelaram a taxa de execução do PIP	58
5.19	Executivo forma quadros de administrações locais	59
5.20	Administrador garante água domiciliar aos municípios	59
5.21	Baixos	60
5.22	Autarquias em sono profundo	60
5.23	Governo não paga ao empreiteiro e inferniza a vida da população	61
5.24	Censo piloto está em preparação	62
5.25	Autarquias devem avançar mas com sustentabilidade	63
5.26	Huambo garante condições para início do censo piloto	63
5.27	Febre da especulação invade a moral da autoridade tradicional	64
5.28	Fundações assumem papel de relevo na sociedade	65
5.29	Censo piloto acontece em Maio	66

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 67

6.1	Extinto banco Sonangol/CGD e criado Banco de Poupança e Promoção Habitacional	67
6.2	Temos ainda muitos problemas a propósito	67
6.3	A Sonip, a Delta e a teoria do caos	69
6.4	Kilamba provoca “queda de preço” dos condomínios	70
6.5	Sonangol lança banco de crédito á habitação	71
6.6	Sua qualidade de vida (conclusão)	72
6.7	Imobiliária retoma hoje comercialização de casas	75
6.8	Ministério discute planeamento territorial	75
6.9	Ambiente económico favorece o sector imobiliário angolano	77
6.10	Banca muda modelo de financiamento	78
6.11	Ministério do Urbanismo e Habitação organiza procedimentos de licenciamento	79
6.12	Renda resolúvel é a única forma para classe média comprar residência	80
6.13	Projecto habitacional na cidade de Ondjiva	80
6.14	Delta/Sonip	81
6.15	Novas centralidades devem deixar de ser dormitórios	81
6.16	Populares manifestam insatisfação	81
6.17	UNITA propõe nova organização administrativa	82
6.18	Vida velha no nova vida	83
6.19	«O Nova Vida tem tudo de velha vida»	84
6.20	Era uma vez uma casa no Kilamba	87
6.21	Há pessoas que estão a aqui os maus hábitos»trazer para aqui os maus hábitos	88
6.22	Reflexões á volta da venda de casas	88

6.23	UNITA apresenta plano director ao GPL	90
6.24	Viver em sociedade, mas com regras	91
6.25	UNITA projeta novas fronteiras para a cidade de Luanda	92
6.26	Casas sociais em Cunhinga	93
6.27	Cientes da Sonip desconhecem as armadilhas do contrato	94
6.28	"Sonip expropriar-se-á dos mesmos imoveis no futuro", alerta economista	95
6.29	Mais obras nas novas centralidades	95
6.30	Geradores geram discórdia no «Nova vida»	96
6.31	Buracos e engarrafamentos tornam a cidade “imbumbável	96
6.32	Os efeitos das novas centralidades	97
6.33	Tendência para queda dos preços de renda	98
6.34	Auto-construção ajuda a diminuir défice de casas	99
6.35	Novas casas evolutivas são construídas este ano	100
6.36	Administrador do Cazenga anuncia demolição de casas	100
6.37	Cazengo constrói casas para funcionários	101
6.38	Falta de transparência na distribuição de residências deixa famílias do Zango – 1 com “nervos à flor da pele”	101
6.39	Técnicos do Kilamba “assaltam” apartamentos	102
6.40	A importância do comércio rural	103

7. TERRA

105

7.1	Moradores exigem melhores condições	105
7.2	" 110 Povo aceitou estas condições" garante responsável do bairro	105
7.3	O líder da UNITA desmentiu que a polícia tivesse sido surpreendida com a sua presença	105
7.4	Camponeses esquecidos pela Sonangol	106
7.5	Galo negro queria “homenagear” líder fundador no Maiombe	107
7.6	Organização internacional condena demolições forçadas	108
7.7	PGR lamenta violação do segredo de justiça em Portugal	110
7.8	Samakuva desabafa: “Desacatos são os que a polícia cometeu”	111
7.9	Samakuva impedido de visitar populares do Maiombe	113
7.10	Serviço de Proteção Civil realoja famílias	113
7.11	Um teatro de guerra?	114
7.12	UNITA foi a Cacuaco sem autorização das autoridades locais	115
7.13	A façanha dos ocupadores de terrenos	115
7.14	Despejados ou vítimas da ocupação ilegal de terrenos?	116
7.15	Ocupação de terrenos por estrangeiros ilegais preocupa autoridades	117
7.16	Escrita Capital	117
7.17	Negros pobres não fazem parte da estatística do regime JES	118
7.18	Polícia trava digressão do presidente da UNITA á Cacuaco	121
7.19	UNITA agita população a desgovernar Luanda	122
7.20	Burla de terrenos atingiu o auge	122
7.21	Ocupação ilegal de terras é fomentada por partidos	123
7.22	Tios acabam com a herança dos sobrinhos	124
7.23	Casa em disputa e família na penúria	125
7.24	Ocupantes de terrenos são burlões	126
7.25	Omunga responsabiliza administrações municipais	127
7.26	Novas urbanizações nascem no Namibe	128
7.27	Militantes do MPLA "assaltam" processo de indemnização dos ex-moradores do Iraque/Bagdad	129
7.28	A ocupação de terras tem interferência política	129
7.29	Administrador do Cazenga anuncia demolição de casas	130
7.30	Agricultura afronta o PR e o conselho de ministros	130
7.31	Ocupação de terrenos em Benguela	132

8. SERVIÇOS BÁSICOS

133

8.1	Moradores do gindungo abandonados á sua sorte	133
8.2	Combate à cólera depende da água potável	133
8.3	Construção de latrinas comunitárias nos municípios	134
8.4	Mais água potável no Huambo	134
8.5	Anunciada a contratação de empresas	134
8.6	Bairros suburbanos da cidade do Cuito dispõem de água	135
8.7	Água potável é distribuída a mais casas	135
8.8	Cerca de 23% da mortalidade infantil em Angola é causada por doenças diarreicas	136
8.9	Mais água potável na sede da comuna	136
8.10	Responsáveis das Águas aumentam conhecimentos	137
8.11	Camiónes cisterna andam sumidos	137
8.12	Limpeza e saneamento básico na ordem do dia	139
8.13	Estamos cada vez pior	140
8.14	Impressão digital	140
8.15	Administração municipal aposta no sector das águas	141
8.16	Mais água nas torneiras de Arimba e Huíla	141
8.17	Água continua rara nos bairros de Luanda	142
8.18	Perfurações provocam graves prejuízos	142
8.19	Executivo alarga abastecimento	143
8.20	Ministro anuncia plano para gestão da água	144
8.21	Sumbe passa a tratar águas residuais	144
8.22	Água já não será rara	145
8.23	Menos de 10% da população consome água da rede domiciliar	146
8.24	Acesso à água mais alargado	147
8.25	Abastecimento de água melhorou na província	148
8.26	Água chega inquinada às torneiras de Luanda	148
8.27	Gestão participativa das pequenas Ixeiras	148
8.28	Metade da população beneficia de água potável	150
8.29	Água potável chega a Belém	150
8.30	Epal	151
8.31	Mais de 100 municípios com acesso á água até 2017	151
8.32	EPAL a conta-gotas	153
8.33	O negócio da água continua	154
8.34	Central de captação de água em construção	155

9. GÉNERO E VIOLENCIA

157

9.1	Mulheres defendem lei contra a violência	157
9.2	Grupos de marginais desmantelados	158
9.3	Polícia intensifica recolha de armas	159
9.4	“A violência doméstica deixou de ser de fórum privado	159
9.5	Queremos passar á ação no combate á violência	160
9.6	Cidadãos da RDCongo inquietam Cabinda	161
9.7	Gangs tiram sono a cidadãos	161
9.8	Casos de violência revoltam governante	162
9.9	Falta de mesada está a preocupar as autoridades	163
9.10	Capturados 130 supostos marginais	163
9.11	Crimes na província de Luanda devem merecer resposta imediata	163
9.12	Menores no mundo do crime	164
9.13	Conteúdo da lei é tema de debate	166
9.14	Ladrões de gado presos no Cunene	166
9.15	Comando provincial de Luanda preocupado com os assaltos em residências e empresas	167
9.16	Polícia “varre” Luanda Fonte	168
9.17	Comandante Bety “Impotente” face ao aumento dos assaltos em Luanda	168

9.18	Polícia acantonou grupo BibSquad	168
9.19	A criminalidade em Luanda está a atingir proporções alarmantes	169
9.20	A criminalidade em números	172
9.21	A situação extrapolou os limites da razoabilidade	174
9.22	“Conferência de Berlim” no são Pedro da barra	175
9.23	Números atestam que há tendência evolutiva dos crimes	177

10. AMBIENTE

178

10.1	O pão que vem do mar	178
10.2	Revelados estragos das chuvas no país	179
10.3	Serviço de Proteção Civil realoja famílias	179
10.4	Os raios da nossa desgraça	180
10.5	Huambo é cidade ecológica	180
10.6	Projectos melhoram a produtividade de famílias camponesas no Cunene	181
10.7	Chuva torrencial destrói moradias	182
10.8	Chuvas intensas feriram pessoas	182
10.9	INAMET prevê chuvas destruidoras em Abril	182
10.10	Mais de 10 mil hectares destruídos por ano	183
10.11	Seca e chuva só atingem os pobres	183
10.12	Chuva desaloja mais de 200 famílias no Moxico	184
10.13	Chuvas de Abril podem ser catastróficas	184
10.14	Morador arrependido	186
10.15	Salesianos obrigados a fechar escola	186
10.16	Vítimas de gases da Ango-Recycling receiam ter sequelas	187
10.17	Chuvas causam estragos	188
10.18	Chuva faz um morto e desalojou famílias	189
10.19	Estradas novas, problemas velhos	189
10.20	Recursos florestais	189
10.21	Chuva forte causa destruição de escolas	190
10.22	Chuvas deixam famílias ao relento	190
10.23	Estiagem arrasa culturas das populações do interior	191
10.24	Huambo tem plano para a arborização	192
10.25	Pulmão de Luanda volta a respirar	192

11. MIGRAÇÃO

194

11.1	Ocupação de terrenos por estrangeiros ilegais preocupa autoridades	194
11.2	Detidos estrangeiros ilegais	194
11.3	Remessas de valores feitas em Kwanzas	194
11.4	Estrangeiros em situação ilegal obtêm documentação angolana	195
11.5	RDC tem dificuldades de impedir violação da fronteira com Angola	196
11.6	Populações dificultam o trabalho de proteção das fronteiras nacionais	196
11.7	Há igrejas na imigração ilegal	197
11.8	Menos infrações fiscais na fronteira	198
11.9	Redes organizadas apoiam a imigração ilegal	199
11.10	Cães combatem imigração ilegal	200
11.11	Imigração irregular em busca de vida melhor ou criação de desestabilidade em Angola	200
11.12	Congolezes entram em Angola com cartões de eleitor	201
11.13	Geografia dificulta combate à imigração ilegal	202
11.14	Imigração ilegal é associada ao tráfico	203
11.15	Cidadãos nacionais detidos no Chitato acusados de auxílio à imigração ilegal	204
11.16	Detenções por violação da fronteira	204
11.17	Combate à imigração ilegal tem sido uma tarefa difícil	205
11.18	Cidadãos estrangeiros são expulsos pelo SME	205

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Responsáveis são exortados a servir melhor as populações

Jornal de Angola
05 De Março de 2013

O director da Unidade Técnica Nacional de Luta Contra Pobreza exortou, em Luanda, os responsáveis distritais da cidade, a assumirem uma gestão transparente, participativa e objetiva, destinada a servir melhor os cidadãos.

Ao discursar no encerramento do I Encontro Municipal de Análise à Implementação do Programa de Combate à Pobreza, Francisco Komba pediu aos gestores locais para preservarem os interesses da população e manifestou a disponibilidade da sua instituição em manter a parceria com o Governo Provincial para promover a melhoria da qualidade dos serviços básicos.

Francisco Komba reafirmou ainda a necessidade de todos os habitantes participarem para se atingirem as metas do Desenvolvimento do Milénio, um compromisso assumido pelo Executivo.

Durante o encontro, no qual participaram os administradores interinos dos distritos urbanos do município e funcionárias das administrações distritais, foram abordados temas como "Mecanismos de Execução do Orçamento Geral do Estado nos Distritos Urbanos", "Metodologia de Implementação e Execução do Programa Municipal Integrado de Combate à Pobreza".

"A municipalização dos Serviços de Saúde", "Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário e Linhas Gerais de Elaboração dos Planos Nacionais de Saúde".

I.2 3 Mil trabalhadores são vítimas de maus tratos e humilhação na sua própria terra

Diário global
08 De Março de 2013

Mais de 3.000 trabalhadores angolanos viram sua sorte relegada ao desemprego sem sequer merecer em

a devida indemnização juridicamente reconhecida pela Lei Geral de Trabalhos Angolano por uma Empresa Chinesa que opera na província de Cabinda em finais do ano passado e princípios de 2013, apurou Diário Global.

Os Cabindianos acusam as Empresas chinesas a operarem no seu território e nas demais localidades do vasto território, de estarem a violarem as leis laborais de Angola e ainda de usarem material defeituoso na construção de infra-estruturas.

"Somos vítimas de maus tratos, não há higiene e segurança nos locais de trabalho, quando apresentamos proposta de melhoramento ou reclamações somos ameaçados de sermos despedidos, como se fossemos inclinados em nossa própria terra".

Alguns trabalhadores ouvidos pela Voz de América, mais de 3.000 cidadãos com contractos precários podem a qualquer momento perder o emprego por alegadamente as empresas chinesas não aceitarem renovar os contractos de trabalho por alegada fuga ao fisco.

A maioria das empresas chinesas a operarem em Cabinda na área de construção de infra-estruturas do estado, não admitem a celebração de contractos de trabalho para pouparem despesas e evitar indemnizações em processos de despedimentos coletivos como os que constantemente ocorrem, disse um dos abrangidos a lista dos despedidos.

Este comportamento verifica-se segundo os interlocutores na fase de conclusão das obras afectas ao governo. Entretanto, o governo provincial recomendou recentemente a todas as empresas com parceria chinesa a obedecerem os regulamentos da legislação laboral angolana e a promoverem o respeito e a dignidade ao trabalhador.

Todas essas infrações segundo os queixosos acontecem ante a passividade da direcção provincial de inspeção-geral do trabalho.

Os trabalhadores denunciam igualmente a aplicação de materiais adulterados nomeadamente em blocos de cimento usados para a construção e de outros equipamentos em consequência dos quais muitas obras degradam em pouco espaço de tempo.

Os trabalhadores acusam o governo de não realizar uma fiscalização permanente aos estaleiros e nas obras dessas empresas alegando que muitas empresas de fiscalização contratadas pelo governo recebem subornos para facilitarem obras mal feitas.

Em 1971 a China é admitida na Organização das Nações Unidas, sendo que, logo após, em anos de grande crise que causaram o desemprego e a fome na China, o reformista Deng Xiaoping começou a abertura com a terceirização na produção de bens para a China por empresas estrangeiras.

Que se aproveitariam da farta mão-de-obra barata, ou seja, mais de 300 milhões de chineses desempregados que viviam em condições de completa miséria.

Com essa abertura, o Estado chinês deixou de ser o único empregador (hoje as empresas chinesas são deficitárias tendo em vista a concorrência externa), representando atualmente apenas 12% dos empregos no país.

Nos ditames do reformista chinês Deng Xiaoping, em 4 de Dezembro de 1982 foi promulgada, pelo denominado Congresso Nacional do Povo, a Constituição da República Popular da China, com apenas quatro capítulos [4], que já recebeu e vem recebendo inúmeras emendas no tocante à reforma do Estado.

Diante dessa realidade, no 1º de Janeiro de 1995 foi editada uma nova legislação trabalhista na China, dividida em treze capítulos [5], que já previa, entre tantos outros direitos, a proteção de jornada não superior à 8 horas diárias ou 44 horas hebdomadárias.

Normas de proteção à saúde e segurança; previsão de descansos remunerados, feriados e férias anuais; remuneração das horas extraordinárias com adicional de 150% para os dias na semana, adicional de 200% em dias de descanso e adicional de 300% em feriados trabalhados.

Licença-Maternidade de, no mínimo, 90 dias após o parto; proteção ao trabalho do menor e da mulher; direito a participação em sindicatos (inclusive negociando melhores condições de trabalho) etc.

Note-se que em 1995 a China já admitia a idade mínima de 16 anos para o trabalho, enquanto no Brasil era de 14 anos, passando-se para 16 anos somente após a Emenda Constitucional 20 de 1998; adicionais de horas extras maiores do que o adicional garantido no artigo 70, inciso XVI, da nossa atual Constituição Pátria.

A Nova Lei Trabalhista Chinesa Há um ano atrás, ou seja, a partir de 1º de Janeiro de 2008, passou a vigorar a nova lei trabalhista na China (Novo Código do Trabalho), sendo esta lei mais um dos vários reflexos do processo de modernização pela qual o país vem passando nos últimos anos.

Não obstante a antiga lei trabalhista chinesa, que vigorou até o ano passado, ser bem protecionista (bem mais que a brasileira nos vários aspetos supra mencionados), a actual lei traz várias inovações ainda mais benéficas aos trabalhadores, como:

- Obrigatoriedade de formalização de um contrato escrito, por tempo determinado, dispondo em detalhes as regras desta relação (inclusive as regras e regulamentos da empresa);

- A não observância da obrigatoriedade em epígrafe no primeiro mês de trabalho (em qualquer relação de trabalho), o trabalhador poderá pleitear em dobro o seu salário a partir do segundo mês;

- O próprio trabalhador pode entrar com acção, o que antes só podia ser feito por intermédio dos sindicatos; - Garantia de emprego, pela qual nenhum trabalhador pode ser demitido antes do término do contrato de trabalho, salvo por justa causa (incompetência comprovada, violação grave das regras internas, negligência e fraude);

- Se a empresa renovar por duas vezes o contrato de trabalho, este passa a ser por tempo indeterminado e o trabalhador adquire estabilidade; - No caso de demissão, a nova lei prevê o pagamento de indemnização, como aviso prévio de um mês e um salário para cada ano de contrato completado, até o máximo de 12 salários;

- Possibilidade de contratos de estágio por tempo máximo de seis meses; - O trabalhador só pode ser sujeito a um único período probatório de um único empregador, sendo que, neste período probatório, o salário não poderá ser inferior a 80% do contrato salarial;

- As reclamações trabalhistas devem passar por uma espécie de "comissão de conciliação prévia", denominada de "Labour Dispute Arbitration Commite" (LDAC), para somente depois, se dirigirem à Corte Distrital.

É evidente que a conquista de mais direitos pelos trabalhadores chineses enseja o aumento do custo da mão-de-obra naquele país, causando queixas por parte das empresas, que declaram ser mais vantajosa a mudança de suas fábricas para países em que ainda não possuem tais direitos trabalhistas, como Índia e Vietnam.

Importante ainda ressaltar que este gigante produtor mundial em 2001 assinou acordo de cooperação com a OIT, definindo prioridades e medidas para efetivar o trabalho decente no país, fortalecendo as leis, estruturas e normas contra o trabalho forçado.

Fiscalização por oficiais trabalhistas do Estado; em 2004 a China modificou a sua Constituição para reconhecer que o Estado respeita e tutela os direitos humanos, entre outros direitos.

Como foi amplamente demonstrado, à China vem obtendo, desde 1995, um enorme avanço no que tange à ampliação, fiscalização e efetivação dos direitos trabalhistas, principalmente pela sua nova legislação juslaboral de 10 de Janeiro de 2008.

Mister se faz mencionar que, enquanto o nosso país, sob a pálida desculpa da concorrência global, busca uma flexibilização reducionista dos direitos mínimos, tanto na constituição quanto nas normas infraconstitucionais, a China, em sentido contrário, avança com normas mais rígidas e protecionistas aos seus trabalhadores.

1.3 A mulher angolana no combate a pobreza

Agora

09 De Março de 2013

Há muitos anos que tenho sido convidado pelas organizações femininas angolanas, empresariais, profissionais ou políticas, a fazer comunicações na qualidade de preletor, em eventos por si organizados por ocasião dos aniversários da sua criação ou por altura do dia da mulher angolana ou do dia internacional da mulher.

Regra geral aceito com muita honra e prazer e tenho participado ativamente nos debates que se seguem normalmente após a apresentação das comunicações. Este ano, fui convidado por 3 organizações femininas angolanas porém, por razões de agenda, só pude aceitar o convite que me foi amavelmente formulado pelo Secretariado da Família e Promoção da Mulher, órgão afeto ao partido UNITA, que como sabem é o maior partido na oposição em Angola.

Nunca me deram a opção de escolha do tema a dissertar e ainda não foi desta vez a exceção e como as mulheres têm poder e mandam, "impuseram-me" o tema em epigrafe e podem crer que, aceitei o desafio com agrado. Todavia, lamento o facto de até à presente data, não estar ainda resolvida a polémica à volta do verdadeiro Dia da Mulher angolana! O exagerado egoísmo partidário, impede o consenso sobre isso!

1.- Pobreza, é um dos principais males que assolam a humanidade e o planeta terra. Ela coabita connosco desde os tempos mais remotos. Antes e depois de Cristo este flagelo existe entre nós, nuns países mais e

noutros menos. Até nos países mais desenvolvidos do mundo, há bolsas de pobreza! Nalguns países e são muitos, a pobreza é crónica e atinge a maior parte da sua população.

Segundo dados estatísticos de organizações mundiais especializados, neste momento somos mais de 6 mil milhões de habitantes humanos neste planeta, dos quais cerca de 2 mil milhões de pessoas são pobres. De acordo com um relatório divulgado em 2012 pela organização mundial "Save the Children" (Salvem as crianças), no mundo morrem 2 milhões de crianças em cada ano, ou seja 4 crianças em cada minuto, devido a má nutrição.

Mesmo que os indicadores de fome estejam a diminuir em termos gerais no planeta, havia ainda em 2011, seis países com situações piores de fome do que há vinte anos.

E dentre eles, 5 estavam em África (R.D.congo, Burundi, Comores, Swazilândia e Costa do Marfim) e o outro é a Coreia do Norte, onde, paradoxalmente, os seus dirigentes militaristas gastam milhares de milhões de dólares na produção de mísseis e armas atómicas, enquanto o povo morre a fome.

Em Angola, dados oficiais (IBEP), dizem que a pobreza em 2009 era de 37% dos quais 29% no meio urbano e 58% no meio rural. Tenho dúvidas em relação a isso, mas a verdade é que os Objectivos do Milénio estão fixados em 34%.

2.- O ser humano surgiu no planeta Terra, há cerca de 1 milhão de anos e apesar de todas as revoluções no sentido do bem-estar, da boa qualidade de vida, do progresso indiscutivelmente já alcançados por vários povos e países deste planeta, há ainda milhares de milhões de pessoas a viverem como se estivessem na época do Neolítico ou do Feudalismo.

É grande a escassez de bens e serviços fundamentais (água potável, energia eléctrica, saneamento básico, habitação condigna, educação e serviços sanitários) e pior do que isso, é enorme a disparidade no seu acesso pela maioria da população. Os privilégios são ainda ríscocráticos como na Idade Média. A distribuição da riqueza e das oportunidades de acesso ao bem-estar, em muitos países ainda é rígida, sectária, discriminatória, injusta, egoísta e impiedosa.

Angola é um exemplo disso! 3.- O que é a pobreza? É uma condição de vida, caracterizada pela falta permanente de recurso de materiais e financeiros (meios); escassez de conhecimentos técnicos e profissionais (competências, qualificação); falta de poder (influência política e social), necessários para

usufruir um padrão de vida adequado à condição humana.

Pobreza, quantitativa e qualitativamente, é um atraso dos níveis de vida quer em termos materiais (habitação, alimentação, vestuário p.exe.) como no domínio intelectual e sociocultural (habilitações académicas, profissionais e culturais). A pobreza é uma das várias dimensões da exclusão social. Os tipos de exclusão social mais conhecidos são:

- A exclusão política; cultural; patológica (doenças). Exclusão por comportamentos autodestrutivos (alcoolismo, droga etc.). A pobreza, pode ser absoluta, quando a pessoa afetada não tem recursos que lhe permitam satisfazer as suas necessidades básicas (no caso da alimentação pelo menos 2.100 quilocalorias/dia). A pobreza relativa, tem a ver com a diferença entre os níveis de vida de pessoas, grupos sociais ou entre países.

A pobreza extrema, cujo limiar se situa em 1 dólar/dia, o que é sem dúvidas, uma desumanidade revoltante e inadmissível num mundo onde milhares de ricos e de restaurantes, atiram diariamente para o lixo, toneladas de restos de comida suficientes para alimentar milhões de famílias, evitando-lhes a fome. Pobreza, é um problema estrutural, tem causas transversais, mas não é condição natural, nem é um mal natural! Pobreza não é destino!

4.- Causas da pobreza. São várias e multidisciplinares e podem surgir isolada ou simultaneamente. 1- Causas político-ideológicas, tem a ver com políticas de Estado de orientação sectária, que privilegiam excessivamente um segmento da população em detrimento de outros. Com isto, estratifica-se a sociedade; criam-se grupos sociopolíticos e económicos ricos que dominam os outros.

As guerras internas (civis) como é o caso atual da síria, enquadra-se também neste grupo. 2- Causas económicas, são resultantes de políticas de Estado, ineficazes no que a distribuição e redistribuição do rendimento nacional, das oportunidades de emprego, de negócios e de formação, diz respeito.

As desigualdades económicas criam diferenças no acesso aos bens e serviços básicos, no acesso ao poder político e á justiça e geram assimetrias regionais (desníveis de desenvolvimento urbano/rural; central/provincial). 4- Causas socioculturais, dentre as quais se destacam o baixo nível académico e profissional; a desintegração familiar (traduzida na ausência de laços familiares por orfandade; expulsão do lar; migração; divórcios; viuvez etc.)

5- Consequências da pobreza. São inúmeras as consequências políticas, económicas, socioculturais e geracionais da pobreza.

Deixem-me destacar as mais frequentes e evidentes:- A- A delinquência (roubos e assassinatos); B-, Alcoolismo e consumo de drogas; C. Violência doméstica; D- Prostituição; E- Analfabetismo e baixa escolarização; F- Discriminação económica e política; (G) - Informalização da economia mercado paralelo, garimpo; contrabando etc.); H- Corrupção de baixa escala / "gasosismo".

1- Apatia política e descontentamento generalizado (de que resultam a abstenção eleitoral/ votos em branco e nulos; desobediência civil; manifestações, greves e motins).

6.- Qual o papel da mulher no combate á pobreza? Desde a existência da humanidade que a mulher se tem destacado na linha da frente da luta contra a pobreza, no seio das famílias e comunidades.

Nos modos de produção pré-capitalistas, a actividade principal da mulher estava confinada ao trabalho agrícola (agricultura de subsistência) e no trabalho doméstico. Estas são sem dúvidas atividades de combate á fome e pobreza!

Com o desenvolvimento civilizacional, mais precisamente o início da II Revolução Industrial, na maioria dos países a mulher começa a ocupar um espaço mais relevante na luta contra a pobreza, quer no seio familiar como da sociedade em geral.

Inicia-se nalgum caso aprofunda-se, o processo de emancipação da mulher do ponto de vista político, económico e até mesmo as guerras internas (civis) como é o caso atual da síria, enquadra-se também neste grupo.

2- Causas económicas, são resultantes de políticas de Estado, ineficazes no que a distribuição e redistribuição do rendimento nacional, das oportunidades de emprego, de negócios e de formação, diz respeito.

As desigualdades económicas criam diferenças no acesso aos bens e serviços básicos, no acesso ao poder político e á justiça e geram assimetrias regionais (desníveis de desenvolvimento urbano/rural; central/provincial). 4- Causas socioculturais, dentre as quais se destacam o baixo nível académico e profissional; a desintegração familiar (traduzida na ausência de laços familiares por orfandade; expulsão do lar; migração; divórcios; viuvez etc.)

5.- Consequências da pobreza. São inúmeras as consequências políticas, económicas, socioculturais e geracionais da pobreza.

Deixem-me destacar as mais frequentes e evidentes:- A delinquência (roubos e assassinatos); B-, Alcoolismo e consumo de drogas; C. Violência doméstica; D- Prostituição; E- Analfabetismo e baixa escolarização; F- Discriminação económica e política; (G) - Informalização da economia mercado paralelo, garimpo; contrabando etc.); H- Corrupção de baixa escala / "gasosismo".

1- Apatia política e descontentamento generalizado (de que resultam a abstenção eleitoral/ votos em branco e nulos; desobediência civil; manifestações, greves e motins).

6.- Qual o papel da mulher no combate á pobreza? Desde a existência da humanidade que a mulher se tem destacado na linha da frente da luta contra a pobreza, no seio das famílias e comunidades.

Nos modos de produção pré-capitalistas, a actividade principal da mulher estava confinada ao trabalho agrícola (agricultura de subsistência) e no trabalho doméstico. Estas são sem dúvidas atividades de combate á fome e pobreza!

Com o desenvolvimento civilizacional, mais precisamente o início da II Revolução Industrial, na maioria dos países a mulher começa a ocupar um espaço mais relevante na luta contra a pobreza, quer no seio familiar como da sociedade em geral.

Inicia-se nalgum caso aprofunda-se, o processo de emancipação da mulher do ponto de vista político, económico e até mesmo sociocultural. O último quartel do Séc. 20, principalmente depois da II Guerra Mundial, marcou o princípio da reviravolta no que tange aos direitos cívicos, políticos e laborais da mulher. A igualdade de direitos entre homens e mulheres, alias, igualdade do género, torna-se uma palavra de ordem e uma prática incontornável!

Hoje em dia, a mulher está presente em todos os sectores e ramos de actividade e em todos os fóruns, onde se debatem e se decidem assuntos políticos, económicos, financeiros e socioculturais.

Hoje, ela compete com os homens, ocupando cargos e desempenhando funções, nunca antes imaginados! Elas são chefes de Estado e de Governo.

Ministras (até da Defesa); Gerais e deputadas; juízes e advogadas; cientistas e professoras universitárias e até astronautas! Com a mesma perícia dos homens, elas conduzem camiões e autocarros e até locomotivas (comboios) e aviões!

7.- Esta reviravolta do género, também está a acontecer em Angola e depois da independência a velocidade da mudança atingiu níveis impressionantes! A barreira preconceituosa de separação do trabalho feminino ao trabalho masculino, diminuiu de forma geral e exponencial.

Depois de 1976, a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho global, tem sido um facto visível a olho nú e um exemplo de sucesso no que a igualdade do género diz respeito.

Esta inserção plural e dinâmica da mulher no mercado do trabalho multidimensional, confere-lhe sem dúvidas mais capacidade e poder, para contribuírem de forma mais eficiente no combate à pobreza.

Com isso, elas ganham mais rendimentos e mais capacidade de intervenção política e sociocultural o que lhes confere mais poder de solução dos problemas no seio das famílias e da comunidade.

8.- Pensar hoje, que a mulher está limitada à reprodução de filhos e á gestão doméstica, é um ultraje e uma atitude reacionária condicioná-la a isso, porque ela tem potencialidades imensas que podem e devem ser desenvolvidas e aplicadas para o bem das sociedades.

Está mais do que provado que a mulher angolana, não existe só para parir filhos e cuidar da casa e das crianças.

Ela é hoje uma "player" do mercado nas suas múltiplas dimensões.

Ganhando dinheiro por conta própria ou de outrem, é ver as nossas mães, tias, irmãs ou esposas, a sair de casa logo pela manhã cedo, nos seus carros próprios, de táxi ou em autocarros, para o mercado de trabalho, na luta pelo combate á pobreza e procura de bem-estar pessoal e familiar! Quitandeiras, zungueiras, muambeiras, kinguilas, empresárias, ministras e deputadas.

Médicas e enfermeiras; empregadas bancárias; secretárias e demais funcionárias do Estado o outros organismos, é um orgulho e um encanto cruzar com elas, vê-las todos os dias ao nosso lado, envolvidas diretamente na batalha diária pela conquista da felicidade!

9.- Sempre trabalhei com mulheres em Angola e no estrangeiro, nos meus escritórios de contabilidade, gestão e consultoria. Também as tive como alunas e algumas como colegas nas universidades onde estudei. Hoje continuo a trabalhar com elas na Assembleia como deputadas e funcionárias.

Da maioria delas guardo boas impressões! Às vezes distraídas, lentas e fofoqueiras, mas quase sempre muito empenhadas, dedicadas e responsáveis, nas aulas e no trabalho. Maioritariamente, elas são dinâmicas, belas, encantadoras.

De resto, basta dizer que conquistaram o Universo da beleza (Miss) em menos de 50 anos de existência como angolanas "de jure"! Muitas delas se destacam em programas de rádio, em jornais e televisões, com intervenções corajosas e reveladoras de um grande conhecimento técnico, profissional e sociocultural.

As mulheres de Angola, quando cantam, encantam-nos; quando dançam embriagam-nos! Quando caminham, gingando, enfeitam-nos!

Elas são as mães de nossos filhos, nossas irmãs, tias, sobrinhas, mamãs combatentes incansáveis e companheiras indispensáveis dos homens angolanos, na luta diária pela dignificação e valorização plena do ser humano, sem preconceitos! Sem elas somos homens frágeis, incompletos!

Com elas ao nosso lado (e não atrás) somos muito mais fortes, mais justos, mais respeitados e mais felizes! Não devemos temê-las como concorrentes, mas apoiá-las e empoderá-las como nossas parceiras, indispensáveis nesta luta global pela sobrevivência e o sucesso de todos e de cada um!

Envio um grande bouquet de flores com milhares de beijos de carinho e admiração, para as mulheres do meu país, por ocasião do seu dia nacional e internacional! Bem hajam mulheres de Angola! xalenu nhi mahezu ma kidi. Voltarei.

1.4 Programa avança para erradicação da pobreza

Jornal de Angola
25 De Março de 2013

O Executivo criou o Programa Nacional de Combate à Pobreza que está a ser executado em todo o território nacional. O programa contempla projectos nas áreas de saúde, educação, merenda escolar, transportes e vias de comunicação. A ministra do Comércio, Rosa Pacavira, que também é coordenadora da Comissão Nacional de Combate à Pobreza, revelou que esta é a forma que o Executivo encontrou para reduzir a taxa de pobreza extrema em pelo menos 50 por cento até 2015, como pressuposto para o cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio. O programa aposta no abastecimento de água e energia em todos os municípios e comunas e a inclusão do programa de

merenda escolar. A desconcentração e descentralização administrativa tem vindo a ser um dos aspectos principais da execução do Programa de Combate à Pobreza com incidência nos serviços municipalizados de saúde e educação. A Ministra Rosa Pacavira reconheceu que com a desconcentração e descentralização administrativa, os recursos são alocados com mais eficiência e o controlo da sua aplicação é feito de maneira mais rigorosa. A ministra disse que o Executivo está a afinar o processo de fiscalização da gestão descentralizada, através de um plano de acompanhamento, cuja aplicação permite orientar o desenvolvimento da economia local. Como forma de fiscalizar a aplicação financeira disponibilizada pelo Executivo e avaliar o desempenho das administrações municipais, Rosa Pacavira tem realizado reuniões com os responsáveis municipais para fazer o balanço das acções desenvolvidas no âmbito do programa de combate à pobreza. O Encontro Nacional de Balanço dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, realizado no Waku Kungo, serviu para colher elementos fundamentais que vão ajudar a definir objectivos e prioridades. A ministra Rosa Pacavira reconheceu que as administrações municipais e comunais têm desenvolvido esforços para realizar as acções que estão previstas no Programa de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural. Pediu para que haja combinação de acções entre o programa de combate à pobreza e o desenvolvimento rural, a agricultura, a habitação, a industrialização em pequena escala e a reabilitação das vias secundárias e terciárias.

Província de Luanda

Na província de Luanda, o Programa de Combate à Pobreza está a ser coordenado pela vice-governadora para o sector Económico e Produtivo, Judite Armando Pereira. Para a capital, o Executivo disponibilizou 4,12 mil milhões de kwanzas para a execução de cerca de 200 projectos nas áreas de saúde, educação, transportes e vias de comunicação, que estão a beneficiar dezenas de famílias e mais de que recebeu novos equipamentos 20 mil alunos. Com a execução das acções previstas no programa surgem mais infra-estruturas nos municípios da Quissama, Icolo e Bengo, Viana, Cacuaco e Cazenga. Estão a ser construídas de novo ou reabilitadas casas para professores e médicos. Por toda a parte abrem postos de saúde. O Hospital de Catete é uma realidade. Judite Pereira assegurou que para garantir o bom funcionamento e a conservação e preservação das obras construídas, as administrações, municipais e comunais estão a trabalhar no sentido de sensibilizar a comunidade para respeitarem os bens do Estado,

porque são de todos nós e servem as comunidades. Para avaliar o grau de execução das obras na província, Judite Armando Pereira realizou visitas a vários municípios. Na Quissama visitou sete escolas do ensino primário, todas reabilitadas e ampliadas. A administradora, Ana Maria Silva, informou que a principal preocupação do município é a falta de professores para o ensino primário. "Precisamos também de serviços eficientes de distribuição de energia e água", disse. No município de Icolo e Bengo, a vice-governadora de Luanda visitou o sistema de captação de água, que recebeu novos equipamentos. Também estive no bairro onde estão a ser construídas habitações para funcionários públicos, visitou o banco de urgência do Hospital de Catete, a repartição municipal de Educação e o posto médico de Mazozo.

Viana e Cazenga

Em Viana, para além de escolas que foram reabilitadas e ampliadas, Judite Pereira visitou o campo polidesportivo, o mercado do Calumbo e do Km 12-B, estação de tratamento de água e um chafariz no bairro Mateia II. Judite Pereira ficou satisfeita com o andamento e o grau de execução das obras no município do Cazenga, e manifestou o interesse em continuar a trabalhar no município para o apetrechamento das escolas. A vice-governadora de Luanda afirmou que o Cazenga cumpriu a maior parte das acções previstas no Programa de Combate à Pobreza, apesar de existirem obras que necessitam de algumas correcções. O administrador do município de Cazenga, Tany Narciso, revelou que cumpriu a 90 por cento as acções previstas no Programa de Combate à Pobreza que, consistiam na construção de cozinhas comunitárias, reabilitação de escolas, campos desportivos e balneários.

1.5 Índice de desenvolvimento humano 2012 – uma análise independente

O País

29 De Março de 2013

No dia 4 deste mês foi lançado no México o Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 do PNUD, de onde constam as informações usuais, mas sempre importantes e úteis, sobre a caracterização do desenvolvimento humano no mundo.

Esta caracterização tem várias vertentes, com ênfase sobre o rendimento a saúde e a educação. Normalmente as autoridades públicas retêm dois itens: o valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a classificação do país.

Só análises mais cuidadas e isentas tomam outras variáveis destes Relatórios como relevantes, e algumas delas indiciadoras de como o progresso social se comportou e de como a distribuição do rendimento se opera. E se a visão for igualmente temporal, então as conclusões saem bem mais ricas e repletas de ensinamentos.

E se a interpretação também contiver padrões de comparação internacional com países de estádios de desenvolvimento aproximados ou que explorem recursos naturais não renováveis, então o retrato fica bem mais completo.

A primeira nota tem a ver com os valores do índice de não rendimento via de regra apresentado na última coluna do quadro número 1 dos Relatórios do Desenvolvimento Humano e que expressam a influência das variáveis exclusivamente sociais, da área da educação e da saúde.

Ou seja, se as políticas sociais forem incisivas, inclusivas e eficientes (pode-se gastar muito na saúde, por ex emplo, mas sem resultados, porque a corrupção, a burocracia e o tráfico de influências provocam desvios na aplicação das verbas orçamentalmente alocadas), então os efeitos sobre a melhoria do bem-estar dos cidadãos são positivos.

Quando se compara o índice de desenvolvimento humano e o índice de não rendimento duas conclusões são possíveis: se o primeiro for superior ao segundo, então o peso do rendimento meio por habitante é forte, o que significa que o valor do IDH foi mais influenciado pelo rendimento do que pelas restantes variáveis.

Pelo contrário, quando o segundo índice é maior do que o primeiro então existem boas razões para se pensar que uma boa parte do crescimento económico se converteu em desenvolvimento social para os cidadãos ('coeteris paribus' em termos de modelo de distribuição do rendimento).

A tabela A apresenta para Angola uma série de valores de 3 anos. Primeiro que tudo, deve sublinhar-se que o valor do IDH para Angola é muito baixo, não compatível com as potencialidades do país (1). Entre 2000 e 2009, o IDH foi de 0,380 indiciador de condições de vida deprimentes da maioria da população.

Durante este período assistiu-se ao endurecimento do processo de criação da burguesia nacional, donde as verbas destinadas para outros fins, mesmo económicos, se terem sujeitadas a este desígnio político e doutrinário.

2) A posição de Angola no ranking mundial praticamente não se alterou, apesar duma melhoria de 0,6 ponto percentual no valor do IDH.

Tendo em atenção a repartição das verbas orçamentais do Estado pelas suas funções sociais, que se tem mantido, desde 2009, acima de 30%, com um máximo em 2010 de 34% e um valor de 33,1% em 2012, de acordo com o OGE, seriam de esperar maiores incrementos nas componentes sociais do IDH.

O problema não é, do meu ponto de vista, o de afetar mais, mas usar com critério e no interesse público, as verbas alocadas. 3) No entanto, os valores do índice de não rendimento dão conta de algumas mudanças importantes.

Na verdade, o incremento entre 2010 e 2012 foi de 35,7%, em consonância com o montante de verbas orçamentais alocadas pelo Estado e consistente com algumas melhorias em variáveis sociais relacionadas com a esperança de vida à nascença.

4) Não obstante estas melhorias, alguns relatórios e estudos elaborados sobre o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento do milénio, receiam que a maior parte não sejam atingidos nos prazos acordados (progressos limitados foram identificados nos objectivos "redução da mortalidade infantil", "melhoria na saúde materna" e "combate contra o HIV-SIDA, malária e outras doenças").

5) Finalmente, a diferença entre os dois índices, que sugere que os ganhos no IDH se têm conseguido, sobretudo, pela via do rendimento ou do crescimento económico, embora se tenha reduzido em 2011 e 2012, a pontualizar alterações positivas no efeito contágio do crescimento económico.

Outro ângulo de análise é o do rendimento nacional bruto por habitante corrigido pela paridade do poder de compra entre kwanza e dólar americano e a preços constantes de 2005. O mais surpreendente é que tem vindo a decrescer entre 2010 e 2012. (como se pode verificar na Tabela B).

Entre os anos extremos do período considerado, o valor desta variável diminuiu 2,6% e consequentemente Angola perdeu 14 posições na classificação internacional do rendimento nacional bruto por habitante.

Recorrendo-se às noções básicas da Contabilidade nacional relativas à conversão do PIB em Rendimento Nacional parece que o peso das transferências para o exterior dos rendimentos factoriais tem aumentado, diminuindo-se, em

conformidade, o valor remanescente para repartição entre os fatores de produção nacionais.

De resto, o que verdadeiramente devia contar para efeitos de análise sobre a repartição funcional do rendimento nacional deveria ser o Rendimento Nacional Líquido (2). E no contexto da África subsariana como se contrapõe Angola?

Uma amostra de 13 países, dos quais 7 da SADC, ajuda a enquadrar esta questão. (ver Tabela c) Desta pequena amostra, o país que se destaca é o Quênia por vários motivos: 1) Em dois anos galgou 17 posições e o IDH variou 10,4% (em Angola foi de 1,2%).

2) Durante o período 2010/2012, IDH foi sempre inferior ao índice de não rendimento, atestando a validade das políticas sociais e a vontade política de repartir melhor os frutos do crescimento.

3) Pode dizer-se que em 2012 mais de 13% dos ganhos de crescimento económico queniano foram investidos nas áreas sociais (em Angola e para o mesmo ano poderia ter-se investido mais 6% dos ganhos do crescimento em desenvolvimento social).

O último aspecto desta abordagem é dedicado às contradições nos valores do IDH para Angola. Consultando três publicações do PNUD o panorama é o seguinte: (ver Tabela D).

Ao pretender-se constituir séries estatísticas para pesquisa e análise científica fica evidente a dificuldade em fazê-lo: 1) Normalmente, são sempre os valores da última publicação os mais atualizados; no entanto, em 2012 ainda não se tinha conseguido estabilizar o valor do IDH de 2000?

Serão mudanças de metodologia que explicam que anualmente se recalculam os valores de cada ano já passado? 2) Porquê é que no Relatório de 2012 não constam valores do IDH para 2009? Semelhantemente, para 2007 nos Relatórios de 2010 e 2011?

3) As diferenças em 2005 entre os Relatórios são muito significativas. O Índice de Desenvolvimento humano calculado anualmente desde 1990 (há mais de 20 anos) é uma das mais poderosas ferramentas para a análise económica e social.

Têm sido introduzidos ajustamentos nas metodologias, o que permitiu aperfeiçoamentos vários e em benefício da análise científica. Talvez a próxima adaptação possa levar em atenção o rendimento nacional líquido.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Extinto banco Sonangol/CGD e criado Banco de Poupança e Promoção Habitacional

O País

01 De Março de 2013

O banco de investimento a criar pela petrolífera angolana Sonangol e a Caixa Geral de Depósitos (CGD) está formalmente extinto', anunciou o presidente do Conselho de Administração da petrolífera nacional no decurso da conferência de imprensa que assinalou o seu 37º aniversário. Francisco Lemos acrescentou que o Banco de Promoção para o Desenvolvimento foi extinto com a emissão de uma licença pelo Banco Nacional de Angola (BNA) a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional.

'O banco Sonangol/CGD está formalmente extinto. Foi extinto na data em que o BNA emitiu uma licença a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional', disse Francisco Lemos. À nova instituição, cujo capital será integralmente realizado pela petrolífera angolana, deverá iniciar a actividade dentro de um a três meses.

'Neste momento, o banco está formalmente constituído, e desenvolve diligências organizacionais e de provimento de pessoal para que o mesmo entre em actividade, precisou.

A constituição de um banco de investimento pela CGD e pela Sonangol foi anunciada em Março de 2009, aquando da visita oficial a Portugal do Presidente José Eduardo dos Santos. O capital social, de USD 1.000 milhões, em partes iguais, nunca foi integralmente satisfeito, tendo apenas a Sonangol procedido ao aprovisionamento da sua parte. Fonte da Sonangol disse à Lusa no final da conferência de imprensa da passada quinta-feira que a extinção do banco data de há dois meses..

2.2 Kilamba provoca “queda de preço” dos condomínios

Folha 8

02 De Março de 2013

O sector imobiliário em Angola já teve os seus momentos em alta, quer em venda a pronto pagamento bem como em arrendamento e a renda resolúvel. O valor exorbitante da habitação nos

condomínios privados em Angola perdeu a valia com a construção das centralidades do Kilamba, Zango, Capari, Cacuaco e Km 44.

De acordo com o inquérito, processado pelo proprietário do "Jardim do Éden", "Jardim e Rosas", "Condomínio Bengo" e outros, denotado como um dos mais caros da capital, relata que "com a implementação destes imóveis o valor cairia a metade do preço anteriormente executado", conforme se verifica na tabela de preços daqueles condomínios.

Os mesmos avaliam que estas modalidades implementadas pelo governo terão os mesmos contornos que os demais projectos. Como exemplo, analisam a modalidade de venda dos apartamentos do Projecto Nova Vida e teve de ser abandonada porque os inquilinos não pagavam a renda e a lei não permite ao Estado descontar directamente os valores nos salários.

Pelo que, parece ser novamente um problema não previsto pelo governo, uma vez que o primeiro projecto habitacional abraçou este desafio e fracassou nos primeiros três anos, quando a intenção era de os inquilinos pagarem as habitações em 20 anos. De recordar que, a prioridade para a aquisição de um apartamento no modelo renda resolúvel com ou sem capital inicial, recai para trabalhadores da função pública, cujo cordão laboral está essencialmente ligado às estruturas dos diferentes ministérios e empresas públicas.

Tal modelo adotado pelo Executivo para a venda dos apartamentos pela via resolúvel, através da empresa Sonip "Sonangol Imobiliária e Propriedades", gestora das centralidades, é muito similar ao da primeira fase do projecto Nova Vida. Ao seu tempo, a primeira e segunda fase do projecto, contemplaram habitações para a função pública, na intenção de atribuir a classe trabalhista meios de adquirir a própria casa em regime resolúvel.

No entanto, foi o Governo que definiu a necessidade de beneficiar trabalhadores da função pública após estudo e aprovação do regime de venda, sem capital sólido. Portanto, o acordo cingia-se na modalidade de pagamento durante 20 anos, através do fracionamento do valor e sem quaisquer ajustamentos em função da taxa de juro ou da desvalorização da moeda.

2.3 BPC financia cooperativas de jovens no Cunene

O Independente

02 De Março de 2013

Vinte e uma cooperativas de jovens, apuradas em 2010 no projecto Crédito Jovem, na província do Cunene, beneficiaram de financiamento, através do Banco de Poupança e Crédito (BPC), segundo o responsável do Departamento da Direção da Juventude e Desportos no Cunene, Atanásio Ndiliandike.

As cooperativas começaram a receber o empréstimo em Outubro de 2012, no âmbito da implementação da segunda fase do projecto Crédito Jovem, num total de 10 milhões e 200 mil Kwanzas.

Sublinhou que os integrantes destas cooperativas, num total de 134 jovens, já dispõem de formação necessária para melhor gerirem o negócio, através do Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), em parceria com a Direção Provincial da Juventude e Desportos.

Este exercício tem como objetivo o treinamento dos jovens empreendedores que entram pela primeira vez no mundo de negócios, para que possam gerir melhor o dinheiro emprestado. As cooperativas beneficiárias vão desenvolver atividades nas áreas de prestação de serviços, comércio e outras do exercício económico.

O projecto Crédito Jovem é uma iniciativa do Governo angolano, desenvolvido no quadro do programa Angola Jovem, visando apoiar os jovens mais carenciados, através da promoção de iniciativas de negócio.

Lançado em Abril de 2007 pelo Ministério da Juventude e Desportos, em parceria com o Banco de Poupança e Crédito (BPC), o programa Crédito Jovem tem o objetivo de melhorar a situação socio económica da juventude angolana e contribuir para a erradicação da pobreza.

2.4 Sonangol lança banco de crédito á habitação

Agora

02 De Março de 2013

Ao assinalar o 37º aniversário da Sonangol, o Presidente t2 do Conselho de Administração (PCA), garantiu que essa instituição foi extinta com a emissão de uma licença pelo Banco Nacional de

Angola (BNA) a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional.

Francisco de Lemos afirmou que "o Banco Sonangol/CGD está formalmente extinto, na data em que o BNA emitiu uma licença a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional". O PCA calculou entre um e três meses para a implementação do novo banco, cujo capital será integralmente realizado pela petrolífera.

"Neste momento, o banco está formalmente constituído, e desenvolve diligências organizacionais e de provimento de pessoal para que o mesmo entre em actividade", avançou o patrão da Sonangol.

Para a constituição do Banco de Poupança e Promoção Habitacional, a Sonangol, em conjunto com a Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) comprou a participação de 50% detida pelo grupo Caixa Geral de Depósitos no Banco para a Promoção e Desenvolvimento, instituição que dispunha de licença do Banco Nacional de Angola, mas que nunca iniciou a actividade.

De recordar que a constituição de um banco de investimento pela petrolífera e CGD foi anunciada em Março de 2009, aquando da visita oficial a Portugal do Presidente da República Eduardo dos Santos.

No entanto, os sucessivos incumprimentos da parte portuguesa levaram a concessionária nacional a abdicar do negócio, visto que o parceiro (CGD) nunca aprovisionou o capital social, de mil milhões de dólares, tendo apenas a Sonangol procedido ao aprovisionamento da sua parte.

A intenção primeira do banco de investimento entre os dois estados foi anunciado para apoiar e financiar projectos de maior dimensão na economia do país, nomeadamente na área de grandes infraestruturas.

Com a abertura do Banco de Poupança e Promoção Habitacional (BPPH), o sector bancário nacional contará com 24 bancos comerciais.

Aquando da assinatura do memorando da sua constituição, o Chefe de Estado angolano destacou a criação deste banco de fomento, dizendo que seria "um instrumento importante na criação de parcerias entre os dois países".

E o então Primeiro-Ministro português José Sócrates, revelou na altura que o ato era um sinal positivo na relação económica entre os dois países, no qual "os dois governos se empenharam fortemente e que sinaliza a excelência e a maturidade das relações económicas entre os dois estados."

Ao assinalar o 37º aniversário da criação da Sonangol, Francisco Lemos Maria anunciou também que a empresa que dirige comercializou 5,85 milhões de toneladas de diversos produtos refinados em 2012, um número que representou um aumento de cerca de 19% em relação a 2011, ano em que a companhia obteve lucros avaliados em 33 mil milhões de dólares.

Os principais produtos refinados consumidos e de maior crescimento, em 2012, foram o petróleo de iluminação, gasóleo e gás butano. No entanto, fruto da liberalização do mercado interno de combustíveis, a Sonangol efectuou vendas a outros agentes no montante de 1 milhão de toneladas, com destaque para a gasolina e o gasóleo.

Em termos de armazenamento de combustíveis líquidos, também aumentou no ano passado para 729 mil toneladas. Naquilo que são os investimentos da empresa, a Sonangol já controla 19,44% do capital social do Banco Comercial Português (BCP), o maior banco privado português.

A participação da empresa no capital do BCP está próximo dos 20% e lembrou que "continuaremos a manter essa posição acionista".

Todavia, a participação traduz não só a consolidação da Sonangol como o maior acionista do BCP, mas também o facto de que a companhia controla de forma isolada a mesma fatia de capital que os restantes acionistas qualifica- dos todos juntos.

O aumento da participação da Sonangol no BCP deverá ter ocorrido em bolsa, uma vez que, de acordo com a última posição conhecida, datada de Outubro de 2012, a petrolífera controlava 15,08% do BCP. O aumento da participação da Sonangol para 15,08% ocorreu no âmbito do programa de recapitalização, estabilização e crescimento do banco.

O BCP é uma das cotadas portuguesas com maior dispersão de capital, contando atualmente com mais de 180 mil acionistas, mas a petrolífera tem autorização do Banco de Portugal para reforçar até 20% a sua participação no capital social do BCP.

Segundo Francisco Lemos Maria, a Sonangol abrirá, este ano, um leilão para a atribuição de 15 blocos de exploração petrolífera. Segundo as declarações do PCA, 10 dos 15 blocos, todos situados em terra, ficam na bacia do rio Kwanza e os restantes na bacia do rio Congo.

Quanto a produção petrolífera, cresceu, em 2012, à taxa de 4,5%, cifra que elevou a produção interna a 75 mil barris/dia, embora a empresa tivesse

antecipado um aumento de pelo menos 13,3%, o que representaria um adicional de 188 mil barris por dia.

Relativamente ao projecto Angola LNG, o Administrador Executivo, Baptista Sumbe, afirmou que a fábrica de processamento de gás natural, no Soyo, Província do Zaire, enfrenta alguns constrangimentos de ordem técnica. Reconhecendo o atraso, disse ainda que, em consequência dos constrangimentos, cujos contornos não referiu, estão em curso obras na fábrica, que deverão ficar concluídas dentro de quatro a cinco semanas.

Assegurou, por outro lado, que tão logo terminem as obras será comunicada a data da realização do primeiro carregamento de gás natural liquefeito.

São acionistas do projecto Angola LNG, que tem potencial para processar 1000 milhões de pés cúbicos de gás por dia a ser comercializado nos mercados interno e externo, a Sonangol Gás Natural Limitada (22,8%), Cabinda Gulf Oil Company Limited (36,4%), BP Exploration (Angola) Limited (13,6%), ENI Angola Production B.v. (13,6%) e Total LNG Angola Ltd (13,6%).

2.5 Banca muda modelo de financiamento

Jornal de Economia e Finanças
05 De Março de 2013

O sector bancário tomou-se mais exigente na concessão do crédito imobiliário, a julgar pela transformação do mercado. O relatório da Abacus e da Savills referente a 2012 aponta a falta de consistência nos projectos remetidos à banca como um dos fatores que criam receios ao financiamento.

Além disso, os bancos criaram equipas de especialistas que avaliam detalhadamente as propostas apresentadas. Por causa desta mudança, os promotores começam a perceber que terão de aportar mais capital próprio aos negócios, dado que o volume de vendas em planta é hoje reduzido, tomando-se decisivo o apoio de profissionais na componente comercialização e marketing.

Ou seja, avança- se para o normal modelo de negócio internacional. O relatório revela que, em paralelo com outros mercados internacionais, a nova realidade descrita irá seleccionar os intervenientes do mercado.

Outra constatação prende-se com a grande mudança que começou a afetar transversalmente o mercado imobiliário angolano, incluindo promotores, "banca, consultores e todos os seus restantes agentes.

O mercado deixou de ser na sua maioria de clientes nacionais e passou para os clientes empresariais internacionais. A preferência tem recaído para o arrendamento à compra, apesar da apresentação de "payback" (pagar de volta) de seis a sete anos, na comparação da compra de arrendamento.

O documento revela que já começam a surgir os investidores imobiliários que adquirem os ativos arrendados, principalmente privados, além dos investidores institucionais angolanos.

Em dois a três anos, com uma adequada lei do arrendamento (determinante), ficará salvaguarda a questão dos licenciamentos/propriedade horizontal e da inscrição dos imóveis nas finanças e do registo das propriedades nas conservatórias.

O mercado residencial em Luanda caracteriza-se por escassez de soluções de crédito imobiliário para a emergente classe média angolana, com exceção das centralidades, que, para se ter acesso, adotou a renda resolúvel.

A cidade de Luanda continua bastante activa especialmente quando comparado com outras. O mercado de Luanda esta dividido em centro, zona Norte, Talatona, Benfica, Camama e Viana. O documento salienta que o mercado enfrenta atualmente um novo paradigma.

A mudança comportamental da procura, quer da doméstica, quer da internacional, está a exigir evoluídos processos de "due-diligence" na contratação de instalações.

As zonas mais procuradas, as também conhecidas "nobres", são Miramar, Bairro Azul, Alvalade, Cruzeiro, Vila Alice, Cidade Alta e Baixa de Luanda. No distrito da Ingombota, está a começar a surgir uma nova zona na cidade: a Praia do Bispo.

A zona Norte de Luanda está também em franco crescimento, com realce para o projecto do Sambizanga, que será considerada uma zona de excelência, num horizonte temporal de curto ou médio prazo.

Os valores de venda são por metro quadrado (m²) e os arrendamentos são por mês, por tipologia de T2 e T3 nos apartamentos e de três a cinco quartos nas moradias.

No que se refere ao mercado de arrendamento residencial, Luanda caracteriza-se, actualmente, por uma clara falta de oferta de espaços adequados para os grandes negócios, o chamado Business Plan das organizações.

Outra característica deste segmento prende-se com a exigência dos proprietários no recebimento das rendas antecipadas, no equivalente de seis a 12 meses de renda, para contratos médios de três anos.

O segmento de escritórios de Luanda tem um comportamento idêntico ao de qualquer outro lugar no mundo, vive do crescimento económico e dá-se um natural aumento das organizações traduzido num maior número de pessoas e na necessidade de espaços onde trabalhar.

Segundo o relatório, tem-se vindo a assistir à particularidade de se estarem a instalar multinacionais, inclusive alguns líderes mundiais dos segmentos onde atuam, esperando este ano a entrada de várias empresas do sector diamantífero.

Dada as atuais características de funcionamento e operacionalidade, a estrutura logística de Angola terá de ser alicerçada nos três dos quatro portos marítimos existentes.

A interligação desses portos com o transporte ferroviário será, no futuro, determinante para o desenvolvimento sustentado de Angola. A construção de novas estradas entre as províncias é outro dos fatores determinantes para este segmento, constatando-se a intenção de entrada de operadores logísticos internacionais.

Atualmente, o segmento imobiliário logístico e de armazenagem está associado maioritariamente à indústria petrolífera, com a ocupação dos armazéns owner occupier (ocupados pelos proprietários). A procura de armazéns está a aumentar, particularmente, nas zonas de proximidade dos portos.

O índice de pobreza tem vindo a diminuir, facto que contribui para elevar o poder de compra das populações. O segmento de retalho tem vindo também a registar um crescimento acentuado. Em Angola aplicam-se três diferentes conceitos, nomeadamente centros comerciais (shopping centers), retail parks e lojas de rua.

Quanto aos centros comerciais, existem no mercado três investimentos e espera-se em 2014 a inauguração de mais dois ou três empreendimentos. No mercado surgem os retail parks, uma sequência dos centros comerciais. Recentemente, foi lançado o primeiro no Lobito (Benguela).

Encontra-se também em projecto, na zona do Camama, o Luanda Retail Park. Actualmente, é possível encontrar em Luanda, nas principais ruas da cidade, lojas que vendem algumas das emblemáticas

marcas internacionais, desde a Parfois, Boss, Adidas, Nike, Lacoste, Porche Porcelanosa.

2.6 Renda resolúvel é a única forma para classe média comprar residência

Jornal de Economia e Finanças
05 De Março de 2013

O sector imobiliário é um dos que à semelhança de tantos outros em Angola, está na fase de crescimento e a caminho da maturação. Entre outros, evidencio o burocrático, com extrema dificuldade de adaptação da máquina do Estado às necessidades do ideal funcionamento do mercado, provocando constrangimentos no mercado.

Havendo dificuldades nos registos, não há hipotecas, nem créditos. Em alguns segmentos verificou-se uma redução de valores, especialmente nos edifícios coloniais e moradias no centro de Luanda. Nos edifícios novos não houve redução dos valores, com exceção de alguns.

Com a esperada entrada de muitos negócios no sector petrolífero e diamantífero, o crescimento das organizações em Angola, não se deverá esperar reduções de valores, pois os edifícios novos a entrar na cidade são inferiores ao esperado aumento da procura.

Isso acabou há quase dois anos, após as más experiências. Havia pessoas que já tinham comprado e pago algo, quando terminados os espaços físicos, ficavam aquém em termos de dimensão do que as pessoas esperavam, invariavelmente pequenos demais.

Hoje apenas, de forma marginal, se vende em planta. Ambos. As empresas têm dificuldades em encontrar espaços adequados onde trabalhar, em termos de residências, pois há uma procura imensa da classe média. Basta ver as últimas notícias sobre as centralidades.

A pouca maturidade da oferta, pois a procura se mantém, ou seja, alguns proprietários viram-se privados por algum tempo dos rendimentos a que estavam habituados. E o que fizeram, em vez de esperar um pouco mais, foi baixar o preço.

Não. Se não há poder de compra para estes serviços, não há mercado, e não faz sentido. Dinamização, oferecendo produtos imobiliários a uma nova franja do mercado que, sem estas, não teria condições de aceder à desejada habitação.

Poder pagar por parcelas mensais é o modelo usado internacionalmente para que todos possam aceder à casa própria. A renda resolúvel pode facilitar a aquisição, visto que é a única forma em que a classe média pode comprar casa dado que não dispõe de dinheiro em mão.

2.7 Reflexões á volta da venda de casas

Semanário Angolense
09 De Março de 2013

Visitei, por razões profissionais, o projecto Kilamba nesta sua fase de vendas ao público. O processo é liderado pela Sonangol, através da empresa Delta Imobiliária. Durante horas, percorri atentamente os meandros do problema das vendas no local.

O que realmente verifiquei foi uma hecatombe administrativa, que resultou num cortejo infundável de humilhações aos cidadãos interessados na compra de uma habitação.

Uma instituição pública, como é a Sonangol, deveria socorrer-se da lei 20/10 de 7 de Setembro para realizar o trabalho de casa, sem colidir com as recomendações e obrigações contidas no referido diploma, aprovado pela Assembleia Nacional.

A raiz do problema reside no desrespeito a esta lei, que enaltece a concorrência, a competitividade, a eficácia e a eficiência como critérios de decisão, na hora da adjudicação ou concessão de serviços a prestar a um ente público. É esta lei que define os parâmetros para a contratação pública de serviços desta natureza.

No caso, da Sonangol deveria promover um concurso público ou limitado, fazendo recurso a um dos procedimentos previstos na lei, preparando convenientemente um caderno de encargos com as devidas cláusulas técnicas, financeiras, jurídicas e administrativas.

Capazes de orientar as empresas imobiliárias concorrentes, para a elaboração da melhor proposta, a qual seria, por mérito próprio, a adjudicatária ou concessionária do serviço.

Antes, as condições de participação seriam definidas, sem descurar a necessária caução, ou garantia de boa execução a creditar por banco idóneo.

Esta é uma prática comum, que previne a negligência e a incúria por parte do prestador de serviço, pois pode ser acionada a caução se houverem incumprimentos contratuais graves. Por que razão a

empresa contratada não se submeteu ao crivo do concurso que a lei orienta, é uma pergunta que nos dá uma visão do problema.

Foram elaborados os cadernos de encargos para obrigar o prestador do serviço a responder a determinadas exigências, entre as quais o tempo de atendimento e o prazo de conclusão; as exigências de confortabilidade no atendimento e na tramitação processual e administrativa.

A facilidade de acesso ao sistema de comunicação interna da empresa para as marcações online ou outra via segura, a acomodação e o valor do serviço, enfim, as condições técnicas da prestação do serviço e as garantias de uma prestação competente e eficiente?

Acaso não foram já definidos os critérios da competitividade e da igualdade de oportunidades constitucionalmente protegidos aos vários agentes económicos que operam no nosso país? O que apurei, finalmente, numa noite até madrugada durante a minha pesquisa e observação?

Durante horas, observei como era feita a marcação do lugar; a reconfirmação do número; o alinhamento das filas; a posição de pé durante muitas horas seguidas numa fileira de marcha lenta que podia consumir dois longos dias; veirifiquei gente nobre dormindo ao relento, no chão húmido;

Confirmei casos que provocaram dificuldades respiratórias e consultas médicas posteriores, como resultado do esforço titânico e humilhante por que passaram várias pessoas.

Verifiquei o modo em como os jovens, em total desespero, se organizavam à madrugada, esfomeados ou totalmente fatigados pelas sucessivas horas de elevada pressão psicológica.

Confirmei a existência de mamãs completamente desfiguradas, sem asseio pessoal e sem urinóis ou retretes móveis para a higienização indispensável. Notei, com muita mágoa, o modo em como a empresa prestadora do serviço desvalorizava o sofrimento, a angústia e a ansiedade dos cidadãos.

Numa das centralidades, a vitrina onde se afixou os nomes dos futuros utentes em papel A4 era constituída por um resto de madeira de contraplacado imundo, colocado no chão. Ao redor das filas, o lixo se exibia marcando a sua triunfante vitória entre garrafas e latas de refrigerantes abandonadas.

O vento arrasador e a chuva, as ameaças e o aborrecimento elevaram os nervos à flor da pele dos jovens, mulheres e adultos em busca do lar do sonho.

Os selecionados para a entrada aguardavam de pé, durante muitas horas, sendo que alguns acabavam deitados no chão ou agachados de tempo em tempo.

A longa distância que separa a cidade do Kilamba contribuiu imenso para a fome, o cansaço e o desespero. Tudo isso só foi possível porque houve uma lacuna por preencher: a concorrência na prestação de um serviço para entidade pública.

O desrespeito à lei da contratação pública não deve continuar impune, sob a pena de vermos os nossos próprios cidadãos prejudicados nos seus direitos como contribuintes fiscais.

Eles são merecedores de um serviço de qualidade e um atendimento digno da pessoa humana. Por isso é reprovável o que pude testemunhar nestes últimos dias.

Quando me decidi a percorrer os meandros do processo da venda de casas, fi-lo sobretudo por razões profissionais. A pesquisa que venho empreendendo em torno da fiscalização das obras conduziu-me a esta curiosidade.

Verificar os resultados decorrentes da falta do cumprimento da lei que regula a contratação pública permitiu-me ver o modo em como são atendidos os cidadãos, comparativamente aos construtores que realizam obras.

O comportamento de um e outro, em relação à qualidade, é de total indiferença quando o trabalho é ganho sem esforço.

As obras, quando entregues sem concurso, resultam geralmente em verdadeiros desastres. Os serviços a prestar à entidade pública sofrem da mesma atitude negligente por parte do prestador ou concessionário, se não forem entregues pelo mérito e pela competência comprovados.

Foi-me deveras valiosa e frutífera a pesquisa. De facto, ficou uma vez mais comprovado que, enquanto não seja promovido o concurso para o apuramento do melhor; enquanto não são definidas as regras de uma prestação do serviço e com qualidade mensurável, e enquanto não é indicado um fiscal.

Para acompanhar, medir, avaliar, multar com penalizações contratuais, para persuadir o prestador do serviço a melhorar o que está mal, e a oferecer maior eficiência e eficácia ao sistema, as coisas darão seguramente para o fracasso, como acontece agora com a venda de casas.

E tudo isso poderá afetar, gravemente, no futuro, a boa imagem do governo, desvirtuando todos os

melhores esforços que por ele foram desenvolvidos, para servir a população de habitações condignas e a preços acessíveis.

O modo de venda, não devia constituir-se numa tão infausta traição à boa-fé e vontade do Estado. Bastava, para tal, respeitarmos a lei!

2.8 Empreendedores investem o valor do crédito obtido

Jornal de Angola
12 De Março de 2013

O valor investido por agentes económicos financiados pelo Balcão Único do Empreendedor (BUE), no município de Catabola, Bié, superou as expectativas, revelou o coordenador interino daqueles serviços, Josué Eurico Cachijumba.

O responsável disse que o montante foi disponibilizado para cobrir 254 processos dos 13.389 processos que deram entrada naquela instituição até à presente data, e que o capital foi maioritariamente investido no comércio.

Josué Eurico Cachijumba adiantou que todos os beneficiários do BUE preferiram criar pequenas empresas, como cantinas e salões de beleza, entre outras.

O coordenador interino do BUE em Catabola assegurou que a maior parte dos empreendedores credenciados já começou a fazer o reembolso dos valores ao balcão do BPC do município de Catabola.

O Balcão Único do Empreendedor é uma rede de serviços institucionais criada pelo Executivo angolano para agilizar a criação de empresas, reduzindo a burocracia e descentralizando os serviços, com vista a fomentar o emprego, principalmente pela via do financiamento aos projectos das micro, pequenas e médias empresas.

Com base nesse mecanismo, o executivo colabora no combate à pobreza, na diversificação da produção nacional, na formalização da economia e no alargamento da base tributária, o que permite a obtenção de receitas para dar expressão orçamental e económica às questões da solidariedade social.

2.9 Atualizado Comité de crédito Agrícola

Jornal de Angola
16 De Março de 2013

O Presidente José Eduardo dos Santos atualizou ontem, por despacho, o Comité de Coordenação do Crédito Agrícola, órgão que tem como finalidade garantir o acesso aos equipamentos, materiais e fatores de produção aos produtores nacionais, mediante o recurso ao crédito bancário.

Um comunicado da Casa Civil do Presidente da República informa que o órgão é coordenado pelo ministro da Economia e integra representantes dos Ministérios das Finanças, da Agricultura e o presidente do conselho de administração do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA).

O Comité tem como atribuições coordenar a linha de crédito agrícola a nível nacional, avaliar o grau de cumprimento dos objectivos, o seu impacto macro económico e pronunciar-se sobre as condições financeiras do crédito.

Mecanismos e procedimentos concretos que regulamentam a intervenção das instituições envolvidas, propor as alterações julgadas necessárias

às condições de acesso e proceder ao ajustamento da taxa de juro aplicável ao crédito. Segundo o despacho, podem ser convidados para as reuniões do Comité de Coordenação, os presidentes dos conselhos de administração dos bancos operadores da linha de crédito, o presidente da UNACA, as organizações ligadas aos sector agrícola e das pescas.

O comunicado da Casa Civil informa que noutra despacho, o Presidente José Eduardo dos Santos criou a Comissão Interministerial para a Implementação da Divisão da Zona Terrestre das Bacias do Kwanza e do Baixo Congo, em blocos de concessão petrolífera, com o objetivo de promover novas oportunidades de negócios inserindo o empresariado nacional no sector petrolífero.

A medida visa ainda catalisar a intensificação e expansão das atividades de exploração, através da licitação de novas áreas marítimas e terrestres, sobretudo nas bacias do Baixo Congo e do Kwanza, tendo em vista a descoberta de novos recursos e o aumento das reservas petrolíferas do país.

A Comissão, sublinha o comunicado, tem como atribuições, estudar e propor uma política de licitações que permita um enquadramento satisfatório de agentes económicos privados angolanos.

Analisar as licitações dos blocos petrolíferos, analisar e decidir os conflitos ambientais e sociais que possam surgir nas áreas a licitar e proceder ao levantamento das questões relacionadas com a divisão das bacias do Kwanza e do Baixo Congo.

A Comissão Interministerial para a Implementação da Divisão da Zona Terrestre das Bacias do Kwanza e do Baixo Congo é coordenada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, e integra os ministros dos Petróleos, do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, da Administração do Território, do Ambiente, da Agricultura, da Indústria, da Construção, do Urbanismo e Habitação e o presidente do conselho de administração da Sonangol.

2.10 Bancos foram exortados a conceder mais crédito

Jornal de Angola
22 De Março de 2013

A administradora do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Maria Ruth Chitas, defendeu, em Cabinda, maior abertura dos bancos à concessão de crédito.

Ao falar à Angop, durante um seminário sobre o empreendedorismo, promovido pelo INAPEM, Maria Chitas apontou que uma das dificuldades com que se debatem os empresários nacionais tem a ver com a burocracia no processo de obtenção de crédito junto dos bancos, para dar início a um negócio ou consolidar o já existente.

"Essa é a grande dificuldade que temos vindo a assistir. Os empresários e empreendedores não conseguem obter crédito para a expansão dos seus negócios, situação que se tomou um problema muito sério", disse Maria Chitas.

A administradora do INAPEM explicou que, além de haver pouca sensibilidade dos bancos na cedência de crédito, também existem empresários que não apresentam projectos economicamente viáveis.

"Às vezes os bancos rejeitam conceder crédito, porque muitos empresários de diferentes ramos de actividade não têm apresentado projectos que garantam o retomo do financiamento.

Por isso, estamos a realizar esses seminários com os empreendedores, para que possam ter noções sólidas de como elaborar um plano de negócios", explicou. Seminários semelhantes estão a ser organizados pelo INAPEM em várias províncias do país.

Funcionários públicos no município do Cuimba, 80 quilómetros a nordeste de Mbanza Congo, Zaire, solicitaram na quarta-feira, naquela localidade, a abertura da agência do Banco de Poupança e Crédito (BPC) ali construída desde finais de 2011.

Abordados pela Angop, afirmaram que a entrada em funcionamento desta dependência ia facilitar a vida da população do Cuimba, permitindo o acesso aos serviços bancários.

Pedro Nlandu, funcionário público, disse que o facto "constitui uma preocupação para a população, que continua a percorrer longas distâncias até Mbanza Congo para levantar os ordenados. "Pedimos à direcção do BPC para ver esta situação o mais depressa possível", declarou.

2.11 Os efeitos das novas centralidades

A Capital
23 De Março 2013

Conseguir uma casa no nosso país foi sempre, aliás continua a ser, um problema bicudo. Contudo, nos próximos tempos este quadro pode mudar e o público, sobretudo a juventude que é provavelmente a camada mais sacrificada, poderá começar a olhar o futuro com mais otimismo.

Durante cerca de 37 anos Angola pouco ou nada investiu em imóveis e por causa da guerra que assolou o país muitos dos imóveis herdados do regime colonial ficaram completamente destruídos. Esta situação, até então aparentemente pacífica, veio a revelar-se rigorosamente caótica depois de 2002.

Depois deste ano começou o sério problema de imóveis todos queriam imóveis para morar ou para iniciar um negócio; todos queriam terrenos para construir a sua habitação ou mesmo para montar qualquer actividade lucrativa. Desta forma, a demanda de produtos imobiliários situou-se muito acima da oferta.

Houve mesmo quem afirmasse que não havia oferta. Esta situação deu azo a muitos investidores (oportunistas) nacionais e estrangeiros a desenvolverem uns poucos projectos imobiliários e a estabelecerem preços que bem lhes vinham à cabeça.

Eis que o Executivo, de rompante, iniciou um mega programa imobiliário sobretudo em Luanda que é a província mais populosa e também mais problemática. Numa só sentada iniciou a construção das centralidades do Kilamba, do Zango, de Viana, do Capari, do Dundo, etc.

Muito se especulou sobre estas centralidades e com razão porque a necessidade de casa, pela maioria dos cidadãos, é maior que tudo. Hoje, porém, a situação ainda não mudou muito, mas que vai começar a mudar, lá isso vai.

Há algumas semanas atrás quando os mídias públicos anunciaram a alocação das unidades imobiliárias à população quer a pronto pagamento como pela renda resolúvel, muita gente não acreditou e com razão.

É que durante muito tempo o público ficou orgulhado num turbilhão de informações desconstruídas relativamente as casas das novas centralidades, o que colocava muita boa gente com os nervos à flor da pele.

Na verdade as casas estão mesmo a ser vendidas à população e a preços aceitáveis comparativamente aos preços que assistimos há dois ou quatro anos atrás. O público espera que esse ritmo de vendas continue assim por mais de 10 anos.

Há, contudo, alguns problemas, estes prendem-se, por um lado, com falta de previsão e organização por parte das entidades responsáveis pela venda dos imóveis que tem gerado muita confusão, filas insuportáveis ao sol ardente, pessoas a passar noites consecutivas às portas das pouquíssimas lojas da Sonip e da Delta imobiliária.

Aí é preciso corpulência, voz grossa, oportunismo, drible, negociatas com os agentes da ordem e até batota. Esta situação, que em nada abona tanto a Delta e a Sonip como as pessoas sedentas em habitações, podia tranquilamente ser evitada. Há várias maneiras, bastando apenas um pouco de bom senso.

Por outro lado, estão as modalidades de pagamento. Consta que o pagamento da renda resolúvel far-se-á anualmente mediante o pagamento de um valor que corresponda a soma das parcelas mensais.

Até aqui, e porque todos querem casa, está tudo bem. Mas na prática isso poderá não funcionar pelo facto de serem pouquíssimas as pessoas que, no nosso país, têm a capacidade de guardar dinheiro por muito tempo sem lhe dar outro destino.

Contudo há que ter em conta também que se trata, provavelmente, da primeira experiência de venda massiva de casas no país. É provável que nos próximos tempos haja mudanças.

Segundo especialistas do ramo imobiliário, se o Executivo manter ou aumentar o ritmo de construção de centralidades, aumentando desta forma

a oferta de imóveis, não vai tardar, os preços abusivos que muitas imobiliárias praticam atualmente não terão outra alternativa, senão a queda.

Segundo eles é preciso pôr ordem no mercado imobiliário nacional e o Executivo tem muita responsabilidade no alcance deste desiderato.

Por esses dias, enquanto a maioria do público está eufórica pelas casas que estão relativamente baratas, muitos promotores já devem começar a perder o sono uma vez que não poderão vender com tanta facilidade as casas dos seus projectos aos preços que bem desejavam.

Me parece que o Estado não irá vacilar em levar avante os seus objectivos relativamente a habitação. Aliás interessa-lhe resolver os problemas do povo e a habitação é provavelmente um dos primeiros problemas a debelar.

As imobiliárias e os promotores visionários devem agir com inteligência, enquanto é cedo, oferecendo preços aceitáveis sob pena de consentirem perdas económicas incomensuráveis ou mesmo falência.

Para além das centralidades é preciso que o Executivo aproveite também racionalmente o esforço de milhares de cidadãos anónimos que vão erguendo, por conta própria, as suas habitações.

Este aproveitamento deve consubstanciar-se na elaboração de planos directores e de expansão urbana das cidades, na infra-estruturação e ordenamento dos subúrbios, permitindo os cidadãos construírem as suas habitações em locais adequados.

As habitações construídas pelo Executivo e as construídas pelos cidadãos, em espaços com as infra-estruturas adequadas, irão, ao fim e ao cabo, aumentar a oferta de imóveis em Angola, trazendo para baixo os preços, resolvendo o problema de habitações e melhorar a qualidade de vida das populações.

2.12 Tendência para queda dos preços de renda

A Capital

23 De Março de 2013

Luanda é a segunda capital com a renda por metro quadrado mais cara em África, segundo o último estudo sobre tendências do mercado imobiliário angolano, realizado pela consultora Deloitte Angola.

De acordo com o estudo, os preços por metro quadrado na capital angolana são proibitivos,

chegando a dobrar o valor do arrendamento praticado em mercados como o da Nigéria.

Confortante, todavia, é o facto de indicadores constantes em estudos similares sobre tal variável apontarem para um crescimento assinalável do sector imobiliário angolano, embora considerem que o mercado continua marcado por uma oferta muito aquém de satisfazer a demanda.

Por força da grande procura de espaço, o valor da renda por metro quadrado no centro da capital angolana situa-se em tomo de 150 dólares, sobretudo no segmento de escritórios.

"É uma renda muito elevada", tal como constatou em tempos um responsável da consultora Zenki Real Estate, que não teve receio em olhar para esses valores como sendo mesmo das mais altas do mundo.

Estima-se que, em 2012, o estoque de oferta disponível de escritório tenha sido de 510 mil metros quadrados, prevendo que em 2014, essa mesma oferta cresça até 820 mil metros, quadrados.

"Há claramente no mercado uma procura constante", acrescentou, embora considere ser necessário que os promotores imobiliários apostem na diversificação da oferta, a pensar nas capacidades aquisitivas dos vários segmentos da sociedade.

Mas a tendência altista do valor de arrendamento pode estar perto do fim, segundo prevê a Deloitte. E há motivos para que a consultora comece a olhar o futuro do mercado imobiliário com algum otimismo.

"Com o aumento da oferta vamos ter aqui uma pressão para uma redução do preço médio do arrendamento nos vários segmentos do mercado, tanto escritórios como da parte residencial e também da comercial sem excluir espaços industriais" antevê Ricardo Gonçalves, um dos consultores ao serviço da Deloitte Angola.

O primeiro grande passo nesse sentido é a disponibilização, nos últimos dois meses, de mais de 3 mil fogos habitacional erguidas nas centralidades, onde os preços das habitações vão permitindo que um segmento importante da população consiga concretizar o sonho de casa própria.

Olhando para os custos fixados para as unidades habitacionais em cada uma das centralidades abertas ao acesso público, entidades como o economista Alcides Gomes não têm dúvidas de uma coisa "os preços são aceitáveis comparativamente aos que assistimos há dois ou quatro anos atrás".

Na verdade, a divulgação, há algumas semanas, dos preços e das várias modalidades de pagamento nas quatro centralidades surgiu com um forte estímulo à procura de residências, já que, de acordo com algumas análises feitas a propósito "esta parecia estar inibida há alguns anos, devido ao elevado preço das habitações".

Tais análises referem, por exemplo que o efeito combinado entre a que, dos preços das habitações na cidade do Kilamba, onde um apartamento de três quartos antes avaliado a mais de 120 mil dólares passa a custar 70 mil.

Assim como a introdução de várias modalidades de pagamento, nomeadamente a renda resolúvel sem o capital inicial e também o arrendamento, vai estimular a concorrência entre o sector imobiliário privado e o da iniciativa pública, melhorando, a competitividade nesse segmento de mercado.

Numa sua reflexão sobre o assunto, Alcides Gomes partilha da ideia de quem defende a continuidade dos investimentos voltados à construção de centralidades.

"Se o Executivo manter ou aumentar o ritmo de construção de centralidades, não vai tardar, os preços abusivos que muitas imobiliárias praticam atualmente não terão outra alternativa, se não a queda prognosticou.

Para que tal se reflita de forma abrangente em todo o mercado, especialistas defendem ser um imperativo que os promotores imobiliários apostem na diversificação da oferta, a pensar nas capacidades aquisitivas dos vários segmentos, que revelam necessidades não apenas de espaços para fins residenciais.

Uma referência às pequenas e médias empresas ou organismos, que, em função da fraca oferta, têm dificuldades de instalar condignamente os seus escritórios no centro de cidades como a de Luanda, onde as grandes corporações acabam, sozinhas, por absorver o grosso do stock disponível.

Dados oficiais indicam, por exemplo, que mais de 70% do stock actual de escritórios em Luanda é ocupado por empresas do sector dos petróleos, instituições financeiras, bem como o sector público.

Tudo porque a generalidade dos projectos imobiliários apostam na vertente residencial e Luanda continua a centrar os principais polos urbanísticos, a fazer fé num relatório da responsabilidade da consultora Abacus.

Segundo o documento, numa avaliação profunda sobre o comportamento do mercado imobiliário

angolano durante 2012 e na sua perspectiva para 2013, esta empresa destaca uma evolução constante, apesar de ainda, como considera, se registar alguns constrangimentos.

Segundo o relatório, Luanda continua a ser o principal pólo imobiliário de Angola, embora em outras províncias, numa escala dificilmente comparável, como o Lobito, Benguela, Soyo (Zaire), Cabinda e Namibe, possam vir a desenvolver-se, sempre alicerçados no investimento produtivo.

Apesar desta constatação, os responsáveis do estudo entendem que existem ainda alguns constrangimentos a ultrapassar, com realce para os processos burocráticos bastante complexos, embora reconhecem estar a assistir-se a progressos, para os promotores imobiliários obterem a inscrição nas finanças e os registos prediais definitivos.

Ao leque de constrangimentos acrescenta-se a insuficiência de infra-estruturas básicas, sendo este um tema de difícil resolução e que, segundo avançam, pode vir a limitar novos projectos no centro da cidade.

2.13 Lojas rurais no Namibe

Jornal de Angola
30 De Março de 2013

O governo da província do Namibe anunciou a construção de cinco lojas rurais, no decurso deste ano, no âmbito do programa local de combate à fome.

Numa fase experimental, vai ser construída uma loja em cada município, em conformidade com as especificidades, extensão, densidade demográfica, características das localidades e hábitos dos seus habitantes.

Trata-se de um projecto novo do Ministério do Comércio que se estende até ao próximo ano, segundo a diretora provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo do Namibe, Amélia Camunheira.

"Como experiência piloto, perspectivamos inicialmente uma loja em cada um dos cinco municípios da província, podendo aumentar em função das necessidades ou desenvolvimento de cada região", explicou.

Com a designação de "Nossa Quitanda", as lojas vão depender diretamente dos Centros Logísticos de Distribuição (CLODS) municipais para a reposição dos produtos.

"São as lojas de comercialização de campo como eram designadas anteriormente, pelo que a sua construção vai depender do orçamento, prioridades e cronograma de execução de cada município", esclareceu a responsável.

Amélia Camunheira afirmou ainda que, apesar de o programa de combate à pobreza ser de âmbito central, a construção dos estabelecimentos de campo depende das administrações municipais.

2.14 A importância do comércio rural

Jornal de Angola
31 De Março de 2013

O combate à pobreza saiu há muito do ponto em que era essencial garantir às comunidades ajuda alimentar, onde não existia qualquer actividade social ou económica. E quase todo o país se encontrava nessas condições, mesmo nas capitais provinciais.

Hoje estamos numa fase em que o pesadelo deu lugar ao sonho e o desespero à esperança. O mundo rural mudou radicalmente e milhões de famílias vivem do seu trabalho nos campos. Onde a rede viária o permite, os excedentes são levados para os grandes mercados.

O trabalho na agricultura garante auto sustento a milhões de angolanos mas também rendimentos que lhes permitem subir além do limiar da pobreza. Esta actividade tem especiais apoios, desde o crédito à distribuição de ferramentas e sementes de alto rendimento.

Existem investimentos importantes na reposição da rede de estradas que serve o mundo rural. É preciso escoar os produtos do campo para os centros populacionais onde existem mais consumidores. A rede de escolas e unidades de saúde foi especialmente reforçada nas aldeias para melhorar a qualidade de vida das comunidades.

O esforço na agricultura tem resultado em cheio. Os benefícios estão à vista e medem-se pelos índices de desenvolvimento humano que em apenas dez anos deixaram para trás, um cenário de miséria e fome.

É importante insistir nestas políticas para que Angola atinja a segurança alimentar mas também por outra razão não menos importante, libertar as grandes cidades de um anel humano cada vez mais apertado.

As pessoas, apesar de viverem em habitações precárias e onde quase tudo falta, sempre encontram mais oportunidades do que no mundo rural. Antes da Independência Nacional o comércio rural estava

nas mãos dos fazendeiros e cantineiros. As cantinas das fazendas abasteciam as comunidades rurais de bens essenciais.

Os cantineiros garantiam às populações o escoamento dos produtos do campo, os abastecimentos e os transportes muitas vezes, também a distribuição de medicamentos. Era uma rede precária, mas que funcionava com alguma eficácia.

E mesmo que não tivessem alvará para funcionar ou não pagassem impostos, eram tolerados pela administração colonial, porque prestavam serviços que mais ninguém prestava.

Esta rede comercial precária mas eficaz, desmoronou-se nos meses que antecederam a Independência Nacional, por causa da instabilidade política e da guerra. E com ela desapareceram os circuitos de comercialização e distribuição.

Este fenómeno, associado à violência da guerra, provocou o êxodo maciço das populações rurais para os grandes centros urbanos onde ficaram à espera de melhores dias.

O fim da guerra, a reconstrução dos equipamentos destruídos, a desminagem, a reposição de serviços básicos que, não sendo muitos na época colonial, estavam presentes pelo menos nas pequenas vilas do interior, travaram a desertificação humana do interior.

A criação de uma rede de comércio rural é uma medida que vai ter seguramente uma grande repercussão nas comunidades rurais.

E quando as pessoas que vivem nas grandes cidades souberem que já têm nas suas terras de origem saúde, educação, água, luz, estradas e lojas ou cantinas, vão certamente trocar os gigantescos aglomerados suburbanos pelas aldeia e vilas do interior.

O comércio rural vai catapultar a agricultura e a pesca continental, proporcionando às famílias rendimentos que até agora não tinham, porque os produtos do campo não eram escoados e o produto das pescas era exclusivamente para o auto consumo.

A rede de comércio rural é suportada por duas medidas complementares que vão mudar a vida das comunidades. A primeira é o crédito a juros bonificados, que vai permitir desenvolver a produção agrícola e as trocas comerciais. A segunda é a construção de armazéns de frio que vão apoiar as associações e cooperativas de produtores.

Os camponeses associados vão ter à sua disposição meios de transporte e máquinas para trabalhar as

terras. Estas medidas estão em marcha e há comunidades que já têm lojas, transportes, armazéns frigoríficos e créditos. Têm a cana e o anzol.

Já sabem pescar. Só falta mesmo começarem a viver do seu trabalho e venderem os excedentes do que produzem, para que a pobreza passe a ser mais uma triste recordação do passado, como já é a guerra e as suas destruições.

O Executivo aposta na rede de comércio rural porque de facto ela marca a diferença entre a pobreza e a abundância, e o instrumento que falta para transformar as regiões do interior, desertificadas e deprimidas, em terras de progresso e esperança.

Meio caminho está percorrido. Só falta mesmo percorrer a outra metade. E ninguém vai ficar para trás, mesmo os que tudo fazem para viver no imobilismo.

2.15 Crédito à habitação e o sobre-endividamento

Jornal de Economia e Finanças
05 De Março de 2013

Os últimos anos, temos vindo a verificar um aumento considerável na oferta e procura de crédito, quer de consumo, quer de automóvel e de habitação. No entanto, todos os dias somos "bombardeados" através dos mais diversos meios de comunicação, sobre este fenómeno, cujo objetivo é ajudar as famílias ou empresas na aquisição de bens e serviços, que certamente seriam difíceis ou incapazes de adquiri-los na modalidade de pronto pagamento, num período de tempo relativamente curto.

O crédito ao consumo começou a vulgarizar-se nas economias de mercado mais desenvolvidas, a partir da década de 90 e rapidamente se expandiu nas sociedades em vias de desenvolvimento. E hoje, o crédito ao consumo deixou de ser um privilégio das elites, passando a ser uma fonte de financiamento das famílias, empresas e dos cidadãos de mais diversos estratos sociais.

Em Angola, o crédito tem servido, naturalmente, para resolver os problemas de muitas famílias, sobretudo de transporte e de habitação, pois o mercado de arrendamento apresenta ainda vários constrangimentos e a opção pela aquisição de uma casa própria se tem tornado num investimento seguro.

Por conseguinte, o crédito à habitação em Angola começou a ganhar espaço no mercado a partir de 2006, sobretudo depois da globalização financeira em

virtude da adoção de uma economia aberta e do abrandamento das restrições comerciais transfronteiriças motivadas pelo fenómeno da integração económica mundial.

Do lado da procura, este fenómeno pode ser explicado pela evolução dos rendimentos das famílias, principalmente pelas decisões financeiras facilitadas, pela descida acentuada das taxas de juro no mercado e pela perceção dos benefícios no acesso ao crédito.

Por isso, pode-se dizer que o crédito à habitação é garantido pelo valor do imóvel que financia e quando não existir crise no mercado imobiliário, dará aos mutuários e as instituições financeiras a segurança de um património para cobrir o montante da dívida. A aquisição de uma habitação própria representou sempre o maior sonho e investimento que uma família pode realizar e efetuar ao longo da vida, por isso, dedicam boa parte do seu esforço financeiro para adquirir uma casa. Economistas versados na matéria, sustentam que, em caso de dificuldade financeira, o crédito à habitação será o primeiro compromisso que as famílias procurarão pagar a todo custo, sendo por isso, um dos últimos a deixar de ser cumprido.

Em contra partida, a expansão do crédito para a habitação e consumo, tem sido acompanhado do aumento do risco de ruptura financeira familiar, pois é através do mesmo que se consegue antecipar um investimento, mas não aumenta o seu rendimento.

O crédito permite ainda melhorar a interface temporal entre as despesas e a renda, permitindo adquirir no presente determinados bens pela hipoteca da capacidade de rendimento futuro. Ao mesmo tempo que as torna mais vulneráveis aos acontecimentos imprevistos e aos excessos do consumo que afetam essa capacidade.

Diversos estudos feitos dão conta de que determinados fatores estruturais, como alterações do mercado de trabalho, doença e a incapacidade física, dificultam o cumprimento das obrigações contractuais. Por isso, o desemprego surge sempre como a principal razão para a ocorrência de situações de incumprimento e de sobre-endividamento das famílias.

Mas o problema é que existe famílias que acumulam vários créditos em simultâneo (ao consumo, automóvel, habitação e universitário, etc.) levando-as a incorrer em novos créditos para pagar com juros de compromisso de dívidas anteriormente contraídas, entrando naquilo que designamos de "espiral de endividamento".

Isso acontece porque as pessoas não têm em atenção a sua taxa de esforço, pagando encargos com créditos que ultrapassam 40 por cento do seu rendimento mensal. Por isso, o perigo surge quando o endividamento ultrapassa a taxa de esforço recomendada. O sobre-endividamento não é apenas causado pelo desrespeito da taxa de esforço recomendado, mas sobretudo a uma incapacidade prolongada de fazer face aos compromissos financeiros causados por uma situação inesperada.

Por isso, antes de partir para um crédito à habitação de longo prazo, como de habitação que normalmente leva 15 a 20 anos de amortização, é aconselhável pedir ajuda de um consultor financeiro para avaliar o grau de incumprimento associado ao seu rendimento disponível ou corrente.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 8 mil feirantes de malas feitas para a incerteza

Angolense
01 De Março de 2013

Quase dois anos após o contencioso judicial que envolveu a Administração Municipal de Benguela, é anunciada a transferência do mercado informal da Caponte, atualmente o maior do país, esperando-se que os cerca de oito mil feirantes ali instalados deixem o espaço em direção ao bairro «4 de Abril» até finais do primeiro semestre deste ano.

É muito provável que a «viagem» ocorra ainda antes da data tida como referência, uma vez que as obras no novo mercado, sugerido pelos próprios vendedores, estão num ritmo bastante aceitável.

No dia do anúncio da decisão que dá razão à entidade privada proprietária da Caponte, na passada quarta-feira, 27, em conferência de imprensa, o administrador municipal, Leopoldo Muhongo, explicou que o seu pelouro está a trabalhar na limpeza e na terraplanagem do terreno.

De acordo com o administrador, serão instaladas condutas para a distribuição de água, tendo em atenção a salvaguarda de questões de sanidade no local.

Para o «4 de Abril», que dista a pouco mais de 15 quilómetros da praça prestes a dizer adeus, serão transferidos também os mil feirantes do mercado do Calohombo, mas já a partir de 10 de Março.

«Trata-se igualmente de um espaço privado, onde, aliás, serão erguidas duas grandes unidades comerciais. São empreendimentos que vão dar corpo ao projecto de requalificação daquela área», avançou.

Leopoldo Muhongo garantiu, seguramente na perspectiva de tranquilizar todos os feirantes, que o futuro mercado comporta uma área de 26 hectares, mais 10 em relação à Caponte e mais 20 quando comparado com o do Calohombo.

O administrador de Benguela revelou, por outro lado, que a lição tirada do processo de transferência de outros mercados do país, com realce para o Roque Santeiro, em Luanda, está a ser tida em conta no município sede.

«Pretendemos, assim, evitar constrangimentos como os que se assistiu em outros pontos», justificou.

3.2 O pão que vem do mar

Novo Jornal
01 de Março de 2013

O mar é tradicionalmente uma grande fonte de rendimento para muitas famílias de Luanda. Sempre assim foi Pescadores e peixeiras conseguem retirar do mar o rendimento para alimentar as suas famílias. Ultimamente, devido às dificuldades da vida e fazendo jus ao ditado: "Sofrimento gera criatividade", o leque de actividades em tomo do mar alargou-se e há mais pessoas a encontrar nas ondas o seu sustento. A nossa reportagem foi à Praia da Mabunda, no distrito da Samba, e apurou que por falta de emprego noutras áreas, muitos jovens se viraram para o mar. Uns escamam peixe, outros ajudam a empurrar a chata (embarcações) dos pescadores até à beira da praia e outros ainda. Com os carros de mão, transportam o peixe da praia até ao lugar onde os carros estão estacionados. Estes são alguns dos novos ofícios que o mar, na das maiores riquezas naturais de Angola, proporciona.

Às 6h00 de uma segunda-feira, altura em que a reportagem do Novo Jornal chegou à praia da Mabunda, o frio ainda se fazia sentir e as ondas batiam forte. Pensávamos que iríamos ser os primeiros a chegar, mas não. Àquela hora, dezenas de jovens estavam por ali e já tinham chegado uns às 4h00, outros às 5h00 da manhã... Sentados na areia, conversavam enquanto aguardavam a chegada da primeira chata, iriam ajudar a descarregar e receber em troca alguns peixinhos para depois, venderem. Outros limpam o peixe dos clientes que preferem levar o pescado para casa sem escamas. Uns e outros conseguem levar dinheiro para casa e garantir o pão para a família. Minutos depois da nossa chegada, o pequeno grupo de jovens espalhou-se para começar a jornada. Uns dirigiram-se para a rua que dá acesso à praia, porque é a partir dessa altura que começam a abordar os clientes. Amiga, não vais arranjar peixe", dirigiu-se Benedito a uma senhora que tinha acabado de chegar à praia Para comprar peixe. O jovem conta que escama há cinco anos e que o faz por falta de emprego. Benedito relata que nos dias de maior afluência, ou seja aos fins-de-semana, consegue juntar entre quatro a cinco mil kwanzas. Nos dias úteis da semana apenas ganha entre 1500 a 2000kwanzas. Benedito é desvolto e assim vai fazendo a vida. Morador na Samba, conta que todos os dias acorda às quatro ou cinco horas da manhã, pronto para a labuta. Além de tirar escamas ao peixe, Benedito ajuda a transportar a chata dos pescadores. "Quando

faço isso ganho mais, porque, se eu chegar mais cedo, posso ajudar a levar quatro ou cinco, eles me dão peixes e eu depois vendo. Quando escamo peixe de três ou quatro clientes faço um bom dinheiro", garantiu, manifestando preocupação porque em breve, serão retirados dali e quem vive à sombra do mar não sabe o que vai ser da sua vida.

DOIS PEIXES POR CADA "PUXADA"

Um jovem que preferiu o anonimato prefere puxar a chata por ser uma tarefa mais fácil e mais lucrativa. "Escamar o peixe dá mais trabalho e gasta mais tempo. Eu puxo as chatas e ganho peixe, vendo alguns e o resto levo para o meu consumo", revelou acrescentando ainda que quando o dono da chata é generoso, dá uma boa quantidade de peixe e assim consegue levar três mil kwanzas para casa, mesmo quando não é fim-de-semana. António (nome fictício), com o seu carro de mão, vai andando entre a praia e a paragem de táxi e cobra, por cada cliente, consoante a quantidade de peixe que transporta. Os preços rondam os 100 kwanzas e, dependendo do número de clientes, pode ganhar entre dois mil a quatro mil kwanzas. O jovem conta que iniciou esta actividade em Benguela, sua terra natal, e que nunca mais pensou em fazer outra coisa. Tal como os outros. António está preocupado com o que está para acontecer brevemente, quando retirarem toda a população da praia da Mabunda, pois não sabe o que fazer sem o mar, que tem sido a sua principal fonte de rendimento. "Por favor, eu peço ao governo que pense em nós. Somos muitos nesta situação, não sei o que será de nós se nos tirarem daqui", alertou. Mas, depois de descobrir, através de amigos, que a praia era mais rentável decidiu abandonar o fabrico de blocos. "Na praia, a pessoa ganha por dia. Quando batia blocos pagavam muito pouco Q era por mês", justificou. Beto José, que apenas escama peixe, conta que vive com a mulher e os três filhos. a que ganha, segundo ele, não dá para sobreviver. "Às vezes, é difícil encontrar clientes. Há dias em que só consigo levar 1.000 kwanzas para casa. Só aos fins-de-semana é que consigo, por vezes, quatro ou cinco mil", lamentou, revelando que tem sido discriminado por exercer essa actividade e nem sempre é fácil lidar com isso. "Estou nisto por falta de emprego, mas muita gente ignora o que faço, só que é deste trabalho

VELHAS ARCAS VIRAM BANCADAS

Todos procuram formas de ganhar alguma coisa com as oportunidades que surgem na praia. Uma antiga peixeira decidiu dedicar-se à limpeza do local e montou uma enorme quantidade de arcas estragadas, onde os jovens arranjam o peixe dos clientes e cobra a cada um 300 kwanzas por dia. A mulher arranjou um grupo de jovens que, semanalmente, tira todo o

lixo que resulta da escamação do peixe. Beto José afirmou que a ex-peixeira tem sido muito radical na cobrança da limpeza, ao ponto de não permitir escamar o peixe dos clientes, mesmo que seja fora das arcas. "Se não pagamos é guerra. Há vezes em que tentamos estender um saco de plástico na areia para arranjar o peixe e ela fica brava, nos dá corrida e até nos agarra pelos colarinhos". Natural do Huambo, o jovem conta que antes fazia blocos que sai o meu pão de cada dia". Benvindo, morador no Cassequel, conta que todos os dias acorda às 5h00 para chegar cedo ao local de trabalho. Com um filho e a mulher para sustentar, diz que com o que ganha consegue sobreviver. No fim-de-semana, revela, pode ganhar entre quatro a cinco mil kwanzas. Durante a semana, 2.000 a 2500 kwanzas. Quantias que superam as que os colegas chegam a arrecadar. a jovem diz que não tem outro lugar onde ir buscar sustento, por isso, não pensou duas vezes antes de fazer o que faz. Como é estudante, Benvindo entra no trabalho muito cedo e larga às 12h00 para poder estudar. As duas actividades deixam-no, muitas vezes, exausto, mas há que seguir em frente. Sem vacilar.

3.3 Cédulas grátis custam caro a cidadãos

O País

01 De Março de 2013

Uma boa parte das pessoas que beneficiaram da campanha de registo civil grátis, empreendida há mais de quatro anos pelo Ministério da Justiça (MINJUS), vêem suas cédulas inválidas e supostamente falsas, devido ao facto de a numeração do referido documento não constar da folha do livro de algumas das conservatórias a que os mesmos se referem, apurou O PAÍS junto de cidadãos em posse desses documentos.

"Não conseguimos tratar nada com estas cédulas, nem Assento de Nascimento, nem Bilhete de Identidade (BI), muito menos constituir um processo escolar credível", reclamou Chico morador do bairro Rangel, o jovem que preferiu dar o seu pseudónimo, para evitar qualquer perseguição no futuro, como fez questão de mencionar.

De acordo com o próprio, os registos contados na sua cédula indicam estarem timbrados em folha e livro da sexta conservatória que o queixoso recusou revelar. A instituição do registo civil afecta ao município do Cazenga não confirmou a Chico os dados da sua certidão.

"Depois de ter sido rejeitado várias vezes pelos postos de emissão do BI e ter a mesma sorte nos

estabelecimentos onde devia tratar o assento de nascimento, eu mesmo fui à referida conservatória e pedi para averiguarem as indicações e não encontraram nada", revelou Chico, que, julgando se tratar de um caso isolado, influenciou o seu amigo a proceder da mesma forma, tendo obtido igual resultado.

Visivelmente constrangidos, os adolescentes de 17 anos mostram-se bastante revoltados com a campanha do Governo pelo facto de não só terem de suportar andar com um documento considerado falso, mas também por se verem impedidos de prosseguir nos estudos. Afinal, segundo alegaram, por causa disso, têm poucas hipóteses para tratar até mesmo a outra cédula.

"Se as entidades desta instituição quisessem entender a nossa situação, pelo menos, deviam facilitar-nos a fazer outro registo, mas nem já esta possibilidade nos dão", queixou-se, tendo informado que, para serem contemplados com esse benefício, eram obrigados a levar a certidão narrativa, um documento que eles disseram não saber como tratar.

É exatamente isso que preocupa Maya, residente do bairro Cassenda, município de Luanda, que acha inútil ter em mão um papel sem utilidade. "Para quê ter um documento que não vale nada", questionou, ironizando que a sua vida estava melhor assim, sem qualquer documento.

Maya recorda que, na altura da campanha, fez o seu registo na zona do Morro Bento 2 num centro afecto a uma paróquia da igreja católica cujo nome preferiu ocultar.

Ao manifestar o seu descontentamento fruto das consequências atuais, nunca imaginou, confessa, cair em tamanha burla, sobretudo por ter feito o seu cadastro num posto religioso. "As pessoas que nos atenderam eram catequistas e dirigentes da paróquia, mas, mesmo assim, cáimos na mentira," desabafou, alegando já não saber em quem acreditar.

Para si, os representantes das congregações religiosas que participaram no processo de registo deviam questionar o Estado sobre o assunto, porque, avançou, é o nome e a reputação deles que está em jogo.

"E o engraçado de tudo isso é que ninguém se pronuncia em relação a isso e nós não sabemos a quem recorrer", lamentou Maya, tendo apelado aos órgãos competentes para esclarecerem um problema que, segundo ela, pode deixar muitos jovens fora da escola.

Quando se apercebeu do tratamento que davam aos possuidores das cédulas de campanha, não se preocupou em ir à conservatória, como o fizeram Chico e seu amigo. Beneficiou entretanto da ajuda de uma vizinha que, por sinal, tinha sido a mesma a avisá-la aquando do registo gratuito, para lhe comprovar a inutilidade do documento.

"Ela veio dizer-me que os números da folha e do livro não correspondem aos da sua secção, na Samba", contou, dizendo que, a partir daí começou a fazer diligências para tratar outra cédula, mas o esforço não teve resultado positivo.

A tia de Maya, que ouvia as declarações da sobrinha, interveio justamente nesta altura, para dizer que os funcionários dos órgãos de registo civil têm recomendado para se cumprir com certos procedimentos que complicam ainda mais o esforço da família, como é o caso da aquisição de uma certidão narrativa.

"Ela tem agora 22 anos de idade e, por causa disso, as obrigações que nos dão são muito difíceis", desabafou a senhora, que pediu anonimato. A tia de Maya disse que sua sobrinha tem perdido muitos empregos por não ter Bilhete de Identidade, para além de sujeitar-se a uma matrícula condicionada na escola onde estuda.

Embora de forma anónima, uma jovem aceitou citar seus dados para este jornal, a fim de demonstrar até que ponto existe disparidade de registo. Em sua cédula foi possível ver o registo indicando a folha número 37 do livro 22, um indicativo que, na realidade, não se encontra registado na conservatória de Viana, ainda que seguidos os pormenores que, no documento, acusam como data de emissão Fevereiro de 2004.

3.4 Contradição entre Associação e taxistas

Diário global

01 De Março de 2013

O presidente da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) Manuel Faustino, disse recentemente ao Diário loba, não existir especulação de preços por parte dos taxistas a nível provincial. O mesmo garantiu que, durante o seu mandato na associação, não haverá reclamações de género por parte da população.

"Somos como qualquer agente económico, e não como automobilista que faz serviço de táxi ilegalmente. Os taxistas não especulam preços,

porque estão melhor informados sobre o assunto em relação aos outros agentes económicos explicou.

A nossa reportagem, saiu a rua para confrontar as declarações do representante dos azuis e brancos com os seus filiados, bem como, ouvir a reação dos beneficiários dos táxis, face a especulação dos preços pela corrida e rotas curtas que os candongueiros praticam serenamente a vista de todos.

António Guilherme Salamanca, taxista há o líder que os representa, e assume satisfatoriamente a especulação pelas rotas curtas, justificando-se pelo mau estado das vias e o excesso de engarrafamentos que se regista na cidade. "Quando não cumprimos com as exigências dos patrões que varia, entre 12 a 15 mil kwanzas, perdemos o emprego.

Por isso, cobramos 200 a 300 kwanzas ou mais, para compensar o dia, e levarmos algum dinheiro para casa, além da conta do patrão, confessou. Baião Fernando Pascoal, também taxista da cidade capital, afirma que a falta de paragens apropriadas para táxi, tem influenciado na especulação dos preços.

"Não cometemos infrações ao código de estrada, por vontade própria, as vezes as circunstâncias nos obrigam. E quando somos interpelados pela polícia económica ou agentes reguladores de trânsito, pagamos um valor monetário para sermos soltos.

Estamos aborrecidos com esta situação, porque a ATL não faz nada", salientou. Por outro lado, Cecília Joaquim Manuel, residente no município do Cazenga, usuária frequentemente dos serviços de táxis, lamenta. "Dói-me muito quando os taxistas alteram o preço oficial da viagem.

Porque o meu salário não compete com os valores que gasto no transporte. Peço aos órgãos de direito para fiscalizarem mais os taxistas, por que muitas das vezes alguns trabalhadores não conseguem chegar nos seus locais de serviço no horário certo, por falta de valores conforme eles especulam.

José Manuel, residente no município de Viana diz que, a polícia económica deve trabalhar mais nas paragens de táxi, onde muitos dos azuis e brancos começam com as suas práticas criminais.

"Eu gostava também que, a polícia económica colocasse os seus contactos nós rodapés dos programas televisivos ou anunciasse tais como, os bombeiros e outros órgãos têm feito, para as questões de denúncias, de modo a minimizar os crimes de especulação e outros assuntos", Acrescentou.

Para lembrar que, a ATL existe a mais de 20 anos, com objetivo de velar as atividades dos seus afiliados.

3.5 Mercado do Panguila continua sem clientes

Continente

01 De Março de 2013

Julieta Paulina Mateus, vendedora de roupas, disse a este semanário, que passam dias e até mesmo meses, sem terem vendido um pouco do seu negócio, tudo porque nem sequer chega alguém a perguntar quanto custa algo. Segundo ela, o mercado está cheio de luxo que só está a servir como um local de lazer para os que lá vão comprar e beber bebidas alcoólicas, tudo porque o local para além de ser calmo oferece comodidade a esses clientes.

Já Gizela Domingas António, disse que conseguem sobreviver graças ao marido que é também vendedor que preferiu depois do Roque Santeiro optar pelo mercado do Trinta. Mesmo sem vender, por obrigação temos de diariamente pagar a taxa no valor de kz. 100,00 e caso não paga, é levado o negócio pelos fis- cais, lamentou.

Gizela é de opinião que aquele mercado, que substituiu o maior que Angola já teve, aos seus vendedores devia juntar-se as pracinhas inclusive o do Kicolo. Com condições de casas de banhos e água canalizada à disposição dos vendedores, os perecíveis são de entre os produtos os mais concorridos naquele mercado, constatou o semanário CONTINENTE.

3.6 O Baú do mercado da Caponte

A Capital

02 de Março de 2013

Se houve algum momento alto na conferência de imprensa que serviu para confirmar a muito cogitada transferência do mercado informal da Caponte, em Benguela, foi o da abertura dos cofres que contêm as receitas provenientes dos feirantes, quase vinte anos após o início da actividade comercial naquele recinto. À primeira vista, o gesto do administrador municipal, Leopoldo Muhongo, na passada quarta-feira, 27, pode parecer irrelevante, principalmente para quem acredita em actos simples numa sociedade transparente, mas a verdade é que, bem analisado, conforma uma espécie de lição dirigida aos seus antecessores. Tivessem eles - João Teixeira da Silva júnior e Manuel Francisco - coragem para falar de valores ao longo dos seus reinados, a revelação de Muhongo bem que devia ter sido equiparada a um gesto comum, tendente, se calhar, a actualizar

números que mudam em função do contexto. Sempre que confrontados pela comunicação social, curiosamente numa altura em que o actual administrador ainda exercia as funções de jornalista, Nito Júnior e Manuel Francisco falavam de tudo e mais alguma coisa, mas nunca revelavam as receitas. Daí que a boa nova, transmitida já no final de uma concorrida conferência de imprensa, ganhe muita relevância. Pode ser que os números venham a merecer discussão, a ter em conta as especulações impostas pelo silêncio dos que (nada) diziam, mas o gesto de Leopoldo Muhongo é descrito como sendo digno de realce, assim como a convocação da mídia para abordar um assunto que mexe com a vida de milhares de famílias.

A Caponte, soube-se agora, arrecada entre 150 mil a 180 mil Kwanzas por dia. Segundo o administrador municipal, todo o dinheiro é depositado na Conta Única do Tesouro, conforme impõe um Decreto Presidencial. «Gostaríamos de poder gerir estas verbas, mas não o fazemos porque temos de cumprir», frisou, para mais adiante assinalar que o modelo de gestão será o mesmo no bairro «4 de Abril», para onde seguirão os cerca de oito mil feirantes que se preparam para deixar a Caponte. Trata-se de uma medida que decorre da decisão judicial tomada pelo Tribunal na sequência do contencioso que opunha a Administração Municipal à entidade privada proprietária do espaço. Para o «4 de Abril», que dista a pouco mais de 15 quilómetros da praça prestes a dizer adeus, serão transferidos também os mil feirantes do mercado do Calohombo, mas já a partir de 10 de Março. «Trata-se igualmente de um espaço privado, onde, aliás, serão erguidas duas grandes unidades comerciais», informou o administrador, crente numa transferência a «breve trecho» em relação ao pessoal da Caponte.

Leopoldo Muhongo garantiu, seguramente na perspectiva de tranquilizar todos os feirantes, que o futuro mercado comporta uma área de 26 hectares, mais 10 em relação à Caponte e mais 20 quando comparado com do Calohombo. De resto, só não pôde avançar o montante que o Estado vai gastar na construção de algumas infra-estruturas, com realce para o posto policial. Trabalha-se já na limpeza e terraplanagem do novo espaço, tido pelo comerciante Gonçalves Xavier, também presente no salão nobre da Administração Municipal como bem mais vantajoso, já que facilita o acesso e a limpeza.

3.7 As nossas ações têm impacto positivo

Jornal de Angola
06 De Março de 2013

Centramos a actividade fundamentalmente no combate ao crime de uma forma geral, mas também atuamos a nível da prevenção e logicamente a população sente o impacto desse trabalho. No ano passado durante a quadra festiva a nossa actividade que foi fundamental.

Entre várias ações de inspeção, fiscalização e de investigação que realizamos junto dos principais fornecedores de produtos alimentares, de revendedores de gás de cozinha e em locais propensos a várias práticas ilegais detivemos aproximadamente 400 indivíduos. São ações que, de uma forma ou de outra, acabam por ter impacto.

Uma das coisas que se deve fazer é denunciar. O país é vasto e é difícil ter efetivos da DNIAE em todos os lugares. Se houver matéria de crime, o cidadão deve denunciar para podermos atuar. Aproveito a ocasião para enaltecer o contributo valioso de muitas pessoas que nos ajudam a solucionar bastantes casos.

Em Luanda, onde se registam a maioria dos crimes, há um posto na direção nacional e o outro na direção provincial. O denunciante pode manter o anonimato e dar informações pelos telefones 914041033, 222336691, 222371935 e o 914041041 ou por escrito para o site www.policiaeconomica.gv.ao.

É um processo iniciado há aproximadamente dois anos, que tem reduzido os custos da nossa actividade, sobretudo em função da necessidade constante de mobilidade. Felizmente, temos postos em municípios como Viana, Cacucaco, Belas, Cazenga e no distrito urbano da Samba.

No ano passado houve o registo de 6.282 crimes e a detenção de 3.067 cidadãos nacionais e 490 estrangeiros. Do número total de delitos, 2.299 foram de especulação. Seguem-se os de contrafação discográfica, 1.156 casos, e aquilo a que chamamos resistência, que inclui o descaminho de combustível para posterior venda ilegal, de cartões SIM das operadoras de telefonia móvel e de inertes 561. Houve também 532 casos de exercício ilegal de funções públicas, normalmente praticado por falsos médicos, enfermeiros e farmacêuticos.

Para nós constitui uma doença que, com a colaboração das Alfândegas, temos combatido. Só para se ter uma ideia, no ano passado, no quadro da operação "MAVIMPI", apreendemos 1 04.130 quilos

de medicamentos diversos avaliados em 94.947.190 de kwanzas.

Por vezes, os mecanismos de controlos escapam-nos porque nos limitamos a acompanhar o processo de transporte do material do fornecedor até às escolas. A partir desse momento, a responsabilidade de o fazer chegar aos alunos é das direções dos estabelecimentos de ensino.

É aqui que normalmente surgem os problemas, cuja consequência mais visível é seu o aparecimento à venda nas ruas. Neste aspeto, o combate que desenvolvemos resultou na detenção de 137 pessoas e na apreensão de 19.684 manuais de distribuição gratuita.

Apesar do trabalho que fizemos, tem de haver mais rigor e seriedade por parte de alguns intervenientes neste processo para acabarem com as ilegalidades. É preciso educar as pessoas porque são práticas incorretas e inexplicavelmente há tendência quase generalizada na sociedade para tolerar comportamentos menos dignos.

Levanta-se um processo e o indivíduo incriminado é encaminhado para o Tribunal. A questão que se levanta neste caso tem a ver com as penas aplicadas. Por exemplo, a Lei dos crimes contra a economia que sancionava os casos de especulação com dois anos de cadeia foi derogada na parte sancionatória.

Há mais crimes económico com sanções leves. Ao prevaricador é-lhe aplicado uma multa, muitas vezes de valor irrisório, o que torna a prática do crime recorrente. Muitos infratores são condenados ao pagamento de uma multa que varia entre 19 mil e 202 mil kwanzas.

À questão da falsificação de documentos por parte dos estrangeiros é antiga. No início o recurso passava fundamentalmente pela falsificação de cédulas e de Bilhetes de Identidades emitidos pelo sector de registo civil do país.

Mas, com o aumento da apetência dos estrangeiros fixarem residência em Angola têm surgido novos métodos de falsificação. Anteriormente, a maioria das pessoas que recorria a esta prática criminal era oriunda da zona oeste africana, mas hoje é cada vez maior o número de asiáticos que atua de forma bem estruturada.

Às vezes o aumento da quantidade de moedas em circulação provoca uma reação negativa da população e neste aspecto mais do que a tomada de medidas repressivas impõem-se ações pedagógicas. Ao contrário do que sucedeu anteriormente em

operações do género não registamos nenhum caso específico que configure esse crime.

Trata-se de uma prática criminal que preocupa as autoridades policiais e o próprio Executivo. Pela Lei 34/11, de combate ao branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo, foi criada a Unidade de Informação Financeira (UIF) para potenciar e prevenir a ocorrência destes factos porque o crime ocorre e atualmente preocupa qualquer país.

Outro aspeto complexo é a investigação desses casos envolver as vertentes interna e externa. Nas mais desenvolvidas, onde a actividade económica acaba é maior, como são os casos de Luanda, Benguela, Cabinda, Huíla, Cunene e Huambo.

3.8 Mercados rurais são construídos

Jornal de Angola
06 De Março de 2013

A administração municipal do Lubango, província da Huíla, vai construir, a partir de Maio, dois mercados rurais, de modo a facilitar o escoamento dos produtos do campo para a cidade, informou ontem o administrador local Silvano Levi disse à Angop que a construção destes mercados se enquadra no Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza e vai custar 16 milhões de kwanzas.

Vão ser edificadas quatro naves, sendo duas na comuna do Roque e outras tantas na da Huíla, cujas áreas foram já identificadas e marcadas para que as obras tenham início dentro dos prazos.

As comunas da Huíla e Roque foram as selecionadas para a primeira fase do arranque do projeto por possuírem condições e ajudar a resolver os problemas vividos pela maior parte dos agricultores, em ralação ao transporte dos seus produtos.

Ainda no âmbito do programa operacional de microfomento, a administração municipal do Lubango pretende desenvolver projectos de formação para os técnicos agrícolas, apoiar as quatro cooperativas do Roque com a entrega de 20 cabeças de tracção animal e 12 charruas, ações orçadas em mais de seis milhões de kwanzas.

3.9 Fundo Lwini recebe prenda envenenada

O Continente

08 De Março de 2013

Passados que estão cerca de 45 dias, os ecos da retirada compulsiva do empresário Henrique Miguel "Riquinho", do Parque do 1º de Maio, também já conhecido como "parque da discórdia", as leituras dizem que o governador de Luanda terá oferecido o mesmo como uma prenda "envenenada" ao Fundo Lwini.

Soam notícias de que para além do empresário que detinha a preferência pelo facto de ter gerido de forma pacífica e pública, em mais de um ano e um dia, existe uma terceira pessoa, o Sr. Bessangana, que veio discutir a sua titularidade.

Tendo o mesmo avançado que o caso já está a ser tratado por advogados por se tratar de uma herança de família desde o tempo colonial, e que o Caminhos-de-ferro de Luanda, antigo proprietário dos terrenos já tinha sido notificado para o efeito.

Agora será reativada pelo facto de ter sido dado um segundo destino àquele bem familiar, pertença dos avós. Fala-se nos corredores das instituições que esta atitude musculada e prepotente de BB, sem ter tido nem achado e ou ter entregue outro espaço ou indemnizar Riquinho, para entregar de mão beijada.

Terá sido mais um dos atos de graxa e bajulação, porque até a 1ª Dama, que tem tantos terrenos e sítios, inclusive junto da Assembleia Nacional, onde montou a estrutura do Palmeiras Clube, poderia muito bem estruturar a sede da sua organização filantrópica.

Outros, avançam mesmo que terá ficado numa situação complexa e constrangedora, após despoletar a bronca, tornando-se numa prenda envenenada o incómodo foi maior, ao tratar-se da vítima, o humilde e batalhador empresário que por coincidência o Fundo Lwini e o Grupo Casarão têm relações privilegiadas que advém do Afro basquete.

E da 1ª e 2ª galas Lwini, onde o empresário apoiou com campanhas de publicidade, adquiriu uma joia valiosa, deixando-a para leilão em favor do Fundo Lwini e uma artista africana de renome que abrilhantou a gala.

Perante estes factos tem sido muito difícil gerir a situação a que BB expôs o Fundo Lwini e a 1ª Dama em particular, segmentos conhecedores do dossier com mais detalhes, aventam, mesmo a hipótese do Fundo Lwini, abandonar o espaço.

Que segundo consta, BB não terá somente oferecido o espaço, mas sim terá ido muito mais longe, como custear as despesas da obra, dado que na empresa chinesa que está a fazer a empreitada ser a mesma que muitos trabalhos em favor do GPL até porque normalmente as obras de restauro dos empreendimentos afetos à 1ª Dama, são feitos por outras empresas.

Numa eventual retirada o Fundo Lwini, o parque já terá outro dono, uma vez que BB não dá corda sem nó ao entregar o parque Fundo Lwini, terá ficado com par da parcela para a sua tutela, não sabendo se para servir os seus interesses pessoais, ou para o GPL montar aí qualquer outra estrutura.

Deste caso que deixou perplexo toda a sociedade civil, nasce uma pergunta: até quando se continuará a assistir a impunidade em situações de tráfico de influência às claras, à luz do dia?

Num autêntico contraste com as palavras de ordem do presidente do MPLA e da república de Angola, "crescer mais e distribuir melhor", ou então a mais recente os que têm muito devem dar aos que têm pouco ou quase nada", este não será um dos casos?

Que credibilidade terão os discursos do PR, quando no dia seguinte são descaradamente atropelados e trata-se de Riquinho, que até é também militante do MPLA e medalhado, empresário de referência no mosaico cultural e desportivo.

Com feitos significantes que envolveram toda uma nação, Festival Mundial da Juventude (Venezuela), Mundial de futebol (Alemanha), com uma caravana de mais de 350 pessoas, um sem número de espetáculos com várias estrelas mundiais, que foram testemunhados com a honrosa presença do PR, o que será do Zé povinho? Fica para reflexão...

3.10 A zunga é um mal necessário

O Independente

09 De Março de 2013

Elas precisam carregar seu bebê enquanto andam pelas ruas de Luanda, vendendo produtos diversos. Faça sol ou à chuva elas percorrem quilómetros e quilómetros, ao limite das suas forças, para trazer para casa o sustento da família.

Pode ser fruta doce como a ananás, laranja, maçã, a manga perfumada, o abacate da cor da esperança que estas mulheres teimam em preservar, e até evoluíram para comidas que até bem pouco tempo apenas eram servidas em pouco tempo apenas eram servidas em

cafés e snaks, como prego no pão e sanduíches de queijo e fiambre.

As zungueiras são as milhares. Além das dificuldades da labuta diária, com cerca de 25 quilos à cabeça ou re-partidos pelos ombros, braços e costas, elas ainda são obrigadas a fugir dos fiscais.

Na ilha do Mussulo ou do Cabo ali as zungueiras atendem a um público específico, oferecendo produtos segmentados como roupas de praia, batas e peças inteiras de panos multicoloridos, ricamente estampados com figuras africanas e linhas geométricas, bem ao gosto do padrão angolano.

Elas caminham o dia todo. É absolutamente incrível a capacidade das zungueiras em equilibrar sobre a cabeça ainda assim desafiando as leis da física, o frágil equilíbrio que se impõe perante vários obstáculos que se interpõem ante elas nas ruas, além dos filhos pequenos, que carregam nas costas, atados por panos que amarram na frente à altura do peito.

O trânsito infernal que reina em Luanda é o menor dos males para estas mulheres. Os fiscais que rondam a cidade em busca de transgressões administrativas mostram-se cada vez mais resistentes à necessidade de se adotar uma postura mais pedagógica do que musculada ou coerciva.

A relação entre fiscais e zungueiras esta longe de ser cordial. É comum ouvirem-se queixas sobre o modo de atuação destes indivíduos, que fazem por cumprir ordens, mas que na prática agem como se não estivessem obrigados a seguir regra alguma.

Não parece que seja de lei que agentes da fiscalização fiquem com o dinheiro dessas senhoras. Soa a roubo. O pior é que toda a gente sabe que as zungueiras não zungam por vontade, mas por necessidade, pois se pudessem não o faziam.

É de assinalar o esforço do governo em tentar acabar com a venda ambulante, construindo mercados municipais. Mas quer nos parecer que não é por aí que está a solução. Existem cidades com bons exemplos de solução para esses casos. As feiras e mercados periódicos ajudam a ter esse tipo de comércio controlado e organizado.

Como se sabe é verídico as elevadas taxas de desemprego e o acesso a uma formação escolar ou profissional. Ser zungueira é a actividade que mais absorve jovens angolanas pobres, geralmente mães solteiras, e algumas delas recém saídas da adolescência.

A jurista Ana Paula Godinho interroga-se sobre se há ou não legitimidade por parte dos fiscais receberem

os produtos dos zungueiros. «Não sei com que legitimidade é que confiscam os produtos aos jovens e o dinheiro que elas arrecadam», questiona.

3.1.1 Consumo de comida na rua é um perigo a saúde

Semanário Factual

De 16 a 23 de Março de 2013

Este facto está a tornar-se preocupante para os cidadãos de Luanda, pois muitos desses locais ficam durante muitos dias expostos a temperaturas desagradáveis, tornando-se impróprios para o consumo.

O Factual efetuou um périplo por diversos locais de venda de comida e pôde notar que as condições higiénicas são de pouca garantia.

Profissionais de cozinha em diferentes áreas afirmam que servem adequadamente as refeições mais solicitadas pelos cidadãos, mas, em contrapartida, a alimentação preparada tem sido criticada pelos consumidores, por terem gorduras e cheiro de petróleo e de velas.

A má preparação dos pratos alimentares, da qualidade da água, à composição dos pratos, talheres até à acomodação nos locais de confeções, em nada tem agradado os cidadãos e homens de saúde, que se mostram preocupados pelas consequências.

Na Vila Alice, são inúmeros os locais de venda de refeições preparadas por senhoras tradicionalmente conhecidas na área da culinária angolana.

Porém, a presença de latrinas, de fossas abandonadas, os escombros de edifícios nos locais de acomodação e o consumo exagerado de bebidas alcoólicas, têm constituído empecilhos para a saúde dos clientes.

De acordo com Idalina de Sousa, cozinheira profissional, de 40 anos de idade, a carência de profissionais nas casas de confeções de alimento deve-se aos custos que acarretam a contratação de um profissional. Ela afirma que a venda de alimentos é uma solução de sobrevivência, embora sirva trabalhadores que acorrem a esses locais, sem se preocupar com a imagem das cozinhas e a higiene pessoal.

Manuel Sampaio, estudante universitário, contou haver carência de empresas no ramo da culinária para serviços de "take away", de entrega ao domicílio nas empresas e individualidades, o que tem levado inúmeros cidadãos, entre funcionários públicos e

vendedores ambulantes, a acorrerem a estes espaços de confeções alimentares "tradicionais".

O Factual percorreu a cidade de Luanda adentro e constatou a existência de mais de 15 restaurantes de cozinhas europeias e asiáticas, devidamente legalizadas. A economia destes restaurantes é baseada na realidade dos seus países de origem, facto imperante nos custos dos seus pratos alimentares por dia, o que retrai para o consumo dos demais angolanos que, como saída, procuram os típicos lugares denominados "Casas de Almoço", amiúde em Luanda.

Segundo uma fonte do Ministério da Hotelaria e Turismo, em Luanda, as casas que servem alimentação sem preservar o bom ambiente e os cuidados de saúde dos clientes, serão devidamente sancionadas e encerradas.

Uma vez estar na mesa de discussões o licenciamento de estabelecimentos hoteleiros para a sua descentralização e autonomia nas províncias.

Apesar da cidade de Luanda possuir urna avalanche de hotéis luxuosos, ainda há centenas de angolanos que preferem almoçar ou passar a noite em locais de baixo custo, dados os preços elevados praticados nessas unidades hoteleiras.

Mas, várias perguntas que se colocam de quem é a responsabilidade na fiscalização da venda desordenada de alimentos cozinhados e de outros ingredientes em todo o canto da cidade; como serão retribuídos os espaços de venda que estas senhoras constituíram, caso forem escoraçadas destes espaços não autorizados para a venda, da periferia ao centro da cidade?

3.12 Agente Logístico Rural: Que assim seja

O Continente

29 de Março de 2013

Não é de hoje que ouvimos nas rádios e vemos nas reportagens televisivas e em jornais, as inúmeras reclamações de camponeses, e produtores agrícolas, sobre as infinitas dificuldades que têm passado para poderem escoar os seus produtos do campo para o mercado nas cidades. A comercialização de produtos do campo ainda é deficitária, apesar dos muitos investimentos que têm sido feitos, porque as grandes empresas que estão a investir neste ramo podem com certeza estar a caminhar bem, mas os pequenos produtores, muitas vezes se sente sem saídas, e assim são forçados a reduzir as suas capacidades agrícolas,

para a agricultura de subsistência. Algumas pessoas, de forma singular, vão aos campos buscar os produtos para os escoar à cidade, mas mesmo assim não tem sido suficiente para que os agricultores consigam se desfazer do que produzem, e em troca ganharem dinheiro, para assim poderem satisfazer as suas necessidades. Com certeza que a notícia da criação do Agente Logístico Rural, feita recentemente pela ministra do comércio, tomou-se bem-vinda para muitos, não só agricultores, mas também para aqueles que sempre investiram ou querem investir na comercialização dos produtos do campo. Para os agricultores é com certeza bem-vinda a notícia porque estes, com certeza, irão deixar de sofrer por verem seus esforços compensados, mas quando os seus produtos apodrecem sem poderem nada fazer, passam incalculáveis dificuldades para os escoarem, daí a alegria pela boa-nova. Do outro lado estão os comerciantes de produtos do campo, que com os seus meios vão até aos camponeses e nestes adquirem ou trocam por outros bens os produtos do campo. A ideia do Agente Logístico Rural, parece estar bem padronizada naquilo que é a realidade das trocas comerciais entre o camponês e o comprador e revendedor de seus produtos, porque não só prevê que estes comprem os produtos e os escoam para os mercados, mas também prevê a possibilidade de troca destes produtos por outros que os camponeses precisam. Ainda neste processo está a obrigação que será feita aos municípios, para que da verba recebida para a merenda escolar, aloquem as mesmas na compra de produtos locais aos camponeses, negociação esta que poderá ser feita pelo Agente Logístico Rural.

Alguns aspectos a se ter em conta

Fruto desta iniciativa, e porque a mesma com certeza deverá aguçar muitos comerciantes para investirem na logística e venda de produtos do campo, alguns aspectos devem ser levados em conta, para que esta iniciativa não caia em saco roto:

Políticas bem definidas:

As políticas para que determinado comerciante ou investidor possa ser aceite como um ALR, têm de ser bem definidas, e as mesmas devem ser cumpridas à risca, por formas a que não tenhamos aventureiros nesta actividade comercial. Destas políticas não devem ficar de fora a formação para ambos (camponeses e comerciantes), para que estes entendam realmente a simbiose que terão de ter. Tem de haver vontade verdadeira em se investir nesta actividade comercial, cumprindo sobretudo com tudo que será definido pelo MINCO para que se possa ser um ALR.

Compra directa sem muitos caminhos

O objectivam é que o ALR compre directamente do agricultor. Então este deverá fazer com que assim seja, e não procurar outros meios ou tercerizar o serviço da compra, por formas a que este processo seja o menos curto possível, para que o produto possa chegar ao consumidor final a um preço bom.

Concorrência desleal

A actividade comercial é livre, mas existe regulamentação para que a mesma seja exercida. Neste contexto está a possível concorrência desleal que os ALR poderão enfrentar de muitos comerciantes que não têm as mesmas responsabilidades que estes.

1 - O ALR tem de ter estrutura e investir sério na criação do mesmo, para que possa estar dentro das exigências que serão feitas.

2 - O mesmo deverá empregar pessoas para poder exercer a sua actividade, e assim sendo terá responsabilidades sociais e fiscais, por ter estas pessoas como empregados, e ainda terá de pagar impostos pela actividade comercial que estará a exercer. Com base nestes dois aspectos, falo em concorrência desleal, porque verdadeiramente estes poderão enfrentar tal situação, visto que muitas pessoas por iniciativa própria, com seus camiões e carrinhas, vão a muitos produtores no campo e destes compram os seus produtos, para a posteriori o comercializarem no mercado informal.

Lealdade dos agentes para com os camponeses

O ALR deverá pautar pela lealdade na sua relação com os camponeses. Estes muitas vezes e principalmente no processo de troca são enganados pelos revendedores dos seus produtos, apresentando preços irreais de determinados produtos para que possam dos produtores do campo levar mais mercadoria do que a devida. Mais uma vez, afirmo que a iniciativa é das melhores, mas deixo também aqui o meu recado às entidades de direito, para regularem e muito bem a actividade destes agentes, para que seja realmente feito um serviço em que todos saiamos a ganhar, cada um à sua maneira.

3.13 Estrangeiros ditam as regras do jogo

O Independente

30 De Março de 2013

O mercado do Rocha Pinto é hoje um ponto de referência obrigatória para os comerciantes que

pretendam transacionar mercadorias em pequenas ou grandes quantidades.

E mais do que nunca, a afluência de caminhões, principalmente carregados com produtos agropecuários são dominados maioritariamente por gente estrangeira proveniente do Oeste de Africa.

A língua não é problema. Eles entendem-se mesmo assim com os nacionais. Não tenhamos quaisquer dúvidas de que a paz abriu caminho para os comerciantes. Eles são unânimes em dizer que a vida das pessoas melhorou com os adventos da paz, e que esta abertura em todas as vias rodoviárias.

" Aquilo que não era normal", disseram referindo-se ao tempo em que a "senhora" guerra condicionava tudo. Neste mercado, todos os dias chegam mais de 50 camiões carregados de mercadorias diversas fundamentalmente produtos agrícolas. A batata, a cebola o tomate, o alho entre outros produtos, são provenientes das províncias do Kwanza-Sul, Huambo e Benguela. Mas, nem todos os dias são santos, como nos conta o camionista Augusto João.

Ele diz que os estrangeiros "inundaram" o mercado com os mesmos produtos proveniente do exterior do País, e que por vezes são obrigados a baixar o preço sob pena de verem os seus produtos a apodrecer.

Outrora o que se assistia dentro do mercado, era o lamaçal, o que dificultava a circulação das pessoas que ali se deslocavam. O barulho e o cheiro nauseabundo, pareciam não preocupar mais as pessoas que muito frequentaram aquele local.

Mas mesmo assim este cenário não impedia os estrangeiros de continuar a realizar o negócio de animais como o porco, o carneiro e o cabrito, entre outros produtos agrícolas.

Hoje, o cenário é outro. As ruas estão pavimentadas e limpas, e na entrada podemos ver os " roboteiros" que aguardam, a chegada de camiões para a descarga dos produtos.

E desta forma que ganham o seu pão. A maior parte das vendedeiras trajadas de panos e com calções por dentro, nas faces vê-se no rosto escorrer o suor do ganha-pão e a disposição de vender os seus produtos sempre com um sorriso, aos clientes.

Não muito distante do descarregamento ouvimos a voz de um ambulante," arreou, arreou!, de forma popular de mostrar que determinado produto está em saldo.

Segundo um dos fiscais do parque, pelo interior do mercado circulam cerca de quatro mil pessoas por

dia. Entretanto, no mercado, os produtos podem ser vendidos a grosso e a retalho.

Muita gente sacrifica a sua vida familiar em busca do pão, para o sustento dos filhos e, por vezes acabam prejudicados pela falta de carinho e atenção que deveriam prestar aos seus progenitores. Eles saem muito cedo de casa e só regressam ao nascer da noite.

Algumas vendedeiras que foram abordadas pela nossa reportagem, contam que os seus filhos são os mais lesados.

Entretanto, alegam querer uma vida melhor para a família. Por exemplo, Armanda Joaquim vende numa barraca de comes e bebes na estrada que dá acesso ao mercado (quintalão), ela diz que chega as 06 h da manhã.

Faz a limpeza do recinto, e somente a partir das 07 horas começa a receber os primeiros clientes. Aqui, segundo nos conta, também serve almoços, e a bebida é muito barata em relação aos restaurantes espalhados pela cidade.

Como se desenvolveu o mercado do Rocha Pinto a nossa reportagem desdobrou-se dentro do bairro a fora para conversar com alguns cidadãos que possuem uma idade já avançada.

Um dos moradores é o Sr. Francisco Tunga que tem aproximadamente 64 anos de idade. Ele conta-nos que o processo de ocupação do bairro da seguinte forma: primeiro as pessoas (refugiados) ocupavam os talhões e construía junto aos locais onde viviam familiares ou gente da mesma terra de origem.

Depois juntavam-se em casa dos familiares e conforme pudessem, construía nos quintais dos que no bairro ainda tinham espaço e alugavam.

Manuel de Sousa, um ancião de 74 anos de idade proveniente da província do UÍGE, observa que o Rocha Pinto começou a crescer a partir do momento em que foi construída a estrada do aeroporto para o Futungo.

Ele sublinhou que a maior parte da sua população são deslocados de guerra: o Rocha Pinto é um caminho direto que vem do Kwanza Sul; era por ali que chegavam os deslocados.

Adianta ainda que a população do bairro é um mosaico constituído por pessoas oriundas de diferentes províncias, primeiro foram os bakongos, depois surgiram as famílias do Kwanza Sul e muitas do Uíge, e as demais são oriundas da província do Zaire. João Pedro, topógrafo de profissão, atualmente desempregado, é membro da Associação de Amigos

do Rocha Pinto, habita no bairro desde 1971 numa casa que herdou do pai (um antigo comerciante).

Ele refere que quando o pai mandou construir a casa não existia mais nenhuma à volta e que o bairro foi crescendo, depois da independência, com gente que vinha a procura de segurança quando começou o conflito armado.

Pedro, acrescenta ainda que o bairro cresceu muito depressa, e que as ruas não são urbanizadas, porque na altura era quase que impossível o funcionamento da fiscalização da administração local devido a guerra.

Nos dias que correm, o Rocha Pinto transformou-se num enorme quintal com algumas dezenas de portas, em que só entra quem é "magro". Há casebres e ruelas no interior do bairro que nem motorizadas conseguem circular.

No caso daquelas pessoas que têm as casas em becos estreitos, diante da situação a frustração é ainda maior. Por exemplo, se alguém morre, as pessoas não conseguem entrar com o caixão para dentro da residência.

Porém, os populares já não se preocupam por uma simples razão, dentro do Bairro, existem já casas funerárias, têm inclusive salões para realização de óbitos, com toda a decoração, ao mesmo tempo que também estes salões servem para a realização de festas.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 OGE: Diálogos & votos

Agora

02 De Março de 2013

Durante os debates na especialidade do OGE de 2009, eu vi ninguém me tivera dito com floreios por acréscimo o Presidente de uma conhecida Associação de utilidade pública pegar demoradamente no dossier das contas da nação.

Tinha os olhos marejados de lágrimas, estive por alguns longos minutos perdido em soluços, a voz totalmente presa na língua.

Assim ficara à espera de que o nervosismo que atravessara em convulsões todo o seu corpo passasse rápido. Não era para menos, tinha sobre si as câmaras da TPA e os olhares estupefactos dos ilustres deputados. Um outro interpelante convidado impressionou pelo fato que vestia, exibia os gostos pelas cores berrantes.

O amarelo do fato e o vermelho da camisa não combinavam, as calças curtas pelo tornozelo tapado com meias vermelhas piorava a sua figura, mas diferente dessa triste figura, a sua intervenção foi contundente: "O país investe pouco em cultura", acusou e socorreu-se dos números e soube ser convincente.

"Oh, vestido tipo carnaval, mas diz coisa com coisa", elogiaram os Deputados que mesmo sendo da base governativa, acharam na altura que o Executivo poderia ter sido mais ambicioso.

O fenómeno interessante é que o verbo, a projecção do que deveria ser proposto, felizmente durante os debates na especialidade, contra a vontade dos politólogos, não tem um cunho fechado e empobrecido pela ideologia ou bandeira partidária que esvazie os argumentos.

Hoje, todos entendem que os nossos convidados, de forma garbosa e com os olhos iluminados por um bom sentimento que lhes vem das entranhas, estão sentados à espera que lhes dêem a palavra simplesmente para que através de suas ideias, suas visões de estado e de compromisso com a Pátria, sintam que podem ajudar, que têm um ângulo que ainda não fora totalmente explorado.

Quando terminam a dissertação, sentem um alívio do "dever cumprido".

Essas notas escrevi quando pela primeira vez a Assembleia Nacional endereçara centenas de convites às instituições de utilidade pública para que expressassem diante dos ministros as suas inquietações, críticas, sugestões e propostas.

Na presente legislatura, ainda durante os debates na especialidade, foram muitos os Deputados que argumentaram ser "necessário que se fortaleça essa relação de debate e diálogo à volta do OGE".

No debate na especialidade onde estão sentados os Ministros, sob coordenação do Ministro de Estado da Casa Civil, os Deputados, os líderes das associações e convidados singulares, os depoentes encontram aí uma janela para que cada um reivindique uma estrada, um hospital por construir, uma ravina por encher com inertes, etc.

Nessa altura, os Deputados dos círculos provinciais são os mais enfáticos, não esperam pelas reuniões do Grupo Parlamentar que por estratégia e "solidariedade institucional", sempre "amenam" as hipotéticas intervenções ditas "quentes" que alguns jornais usam como manchete para subirem nas vendas: "Vejam, deram o tiro no próprio pé".

E pena que alguns Ministros, infelizmente acoitados pelas visões críticas, em surdina também achem que existe muita "língua solta e comprida demais" e que deveria "ser cortada". "Os senhores Governadores devem ouvir-nos mais, pelo menos para que saibam que existem outras visões".

Acreditam que participando mais na fase da pré elaboração do OGE lá "no terreno", reino onde todos os dias convivem com os seus eleitores, podem sempre incluir projectos que venham a marcar e melhorar o desenvolvimento das regiões que representam.

"Queremos falar, sim. A nossa boca é dos eleitores que votaram em nós", vociferou um deputado de Malanje que não tem papas na língua.

O Deputado tinha os olhos muito fundos, certamente mastigara o OGE na noite anterior. Demoradamente enumerou as estradas por concluir, da não construção das escolas que tinha prometido nos diálogos que as deputações fazem surgir no calor dos aplausos.

"Em 2014, queremos ver o que vai cair na nossa kinda", avisou com a voz um pouco mais elevada. Na sala 2 da Assembleia Nacional, foi cuidadosamente distribuído o Relatório que traduz a posição do

OPSA e da ADRA sobre o OGE e acredito mesmo que muita da intervenção mais sistematizada da oposição foi exatamente inspirada por esse estudo.

Ao contrário da plenária onde foram muito vagos, deixaram de ser menos eufóricos e evasivos no discurso, e puxaram pelos seus números e algumas das suas linhas visionárias sobre o que deve ser o OGE.

Diante de algumas visões em tudo pessimista, a resposta mais concludente veio da intervenção do Ministro dos Transportes, Augusto Tomás.

Palavras lapidares: "Quem vê tudo errado e só sabe dizer que nada se fez, desculpem-me senhores Deputados da oposição, quem assim fala e pensa o país, até no paraíso celeste só encontra imperfeições". Risos. Os membros da 6ª Comissão da Assembleia Nacional, no seu Relatório/Parecer deste ano, mais uma vez, avançaram com a seguinte proposta que só sofrera alteração no mês.

Com essa alteração, dá-se espaço para que o Executivo indique a melhor altura de alargamento dos debates à volta da preparação do OGE: Recomenda-se que seja realizado um encontro anual entre o Executivo.

Os Deputados à Assembleia Nacional e os Parceiros Sociais, a ter lugar no início do mês de Junho de cada ano, por forma a proporcionar ao Executivo uma elaboração do programa de Investimentos Públicos e do Orçamento Geral do Estado que tenha em conta as contribuições da Sociedade Civil.

Uma outra medida que veio de um membro da 6ª Comissão, foi nos seus propósitos e cujo alcance político beneficiará o surgimento de um novo patamar de angolanização, é sobre a imperiosa necessidade de alteração das regras de emprego aos expatriados em áreas de consultoria e por natureza mais exigentes.

A minha colega esmerou-se nos detalhes da proposta, rasgou papéis e mais papéis, queria apresentar uma formulação que não fosse objeto de rejeição, fosse logo aceite por todos.

Fez a leitura depois de dois goles de água, respirou fundo, olhou para os objectivos das TVs e a sua voz cristalina, forte, mas pausada, mexeu no lugar os membros do Executivo atentos ao que diria a Senhora Deputada, até pela estima que dizem ter nos gestos que a brindam com deferência política e social.

Meus senhores, proponho que na contratação de quadros e consultores expatriados do Executivo e Empresas Públicas dos diversos ramos da economia,

seja imposta como condição a excelência técnica e profissional por parte destes, devendo os candidatos apresentar os certificados e currículos.

Meus senhores, priorizem nos concursos para contratação de serviços de consultoria as empresas que tenham, no seu quadro de recursos humanos, o maior número de técnicos angolanos.

Depois da sua intervenção, o Presidente de um grupo parlamentar da oposição, atravessou a sala quase de cócoras e debruçado sobre a Deputada, apertara-lhe a mão e confessou com o rosto muito sério e voz amigável: "A senhora Deputada fez uma grande intervenção, será que temos aí uma futura líder?"

São ideias fortes, apresentadas de forma cristalina, não lhe retiro, nem acrescento nem mesmo uma vírgula que seja". Existem discursos e contradiscursos, silêncios e suspiros que marcam esses debates, só um pequeno excerto tirei do meu diário, mas que diz pouco desses instantes por onde se pode olhar o país através dos seus números.

4.2 Executivo aprova programação para início da execução do OGE

O País

02 De Março de 2013

O Conselho de Ministros realizou hoje, dia 27 de Fevereiro de 2013, na Sala de Reuniões do Palácio Presidencial, na Cidade Alta, sob a orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a sua 1ª Sessão Ordinária do ano de 2013.

Em virtude de se tratar da primeira sessão do ano, o Conselho de Ministros passou em revista um conjunto de normas que regulam a sua actividade e contribuem para uma melhor articulação entre os diversos Departamentos Ministeriais que integram o Executivo, a saber, as Regras Anuais de Execução do Orçamento Geral do Estado, o Regulamento do Processo de Preparação, Execução e Acompanhamento do Programa de Investimentos Públicos, os Procedimentos para a Materialização das Deliberações do Executivo, bem como os Decretos Executivos.

Que aprovam as instruções para a elaboração do Relatório do Balanço dos Instrumentos de Planeamento Nacional e os Procedimentos para a Avaliação do Estado de Execução dos Projectos em curso do Programa de Investimentos Públicos para 2013, provenientes de Programas de Investimentos Públicos anteriores a 2009. Nesta sessão foi aprovada a Programação Financeira do Tesouro referente ao I

Trimestre do ano de 2013, como instrumento operacional para a execução do Orçamento Geral do Estado.

De acordo com a mesma, a receita prevista para este período corresponde a cerca de 22% das receitas do Orçamento Geral do Estado, da qual 75% é petrolífera, enquanto as despesas correspondem a cerca de 16%. Ainda no domínio da despesa, cerca de 29% desta destina-se a despesas de capital, 23% a despesas com pessoal, 20% a despesas em bens e serviços, 14% a subsídios, 9% ao serviço da dívida e 5% a transferências correntes.

Com a finalidade de apoiar o Titular do Poder Executivo na formulação de políticas para a prevenção e segurança rodoviária, o Conselho de Ministros aprovou a criação do Conselho Nacional de Viação e Ordenamento do Trânsito e o seu respectivo Regulamento, o qual será um órgão consultivo, sobre assuntos relativos ao trânsito, podendo sugerir elementos para a melhoria da regulação da viação e do trânsito, sugerir medidas para a redução da sinistralidade rodoviária, e emitir pareceres sobre a rede de estradas.

O Conselho Nacional de Viação e Ordenamento do Trânsito é presidido pelo Vice-Presidente da República e integrado por diversos Departamentos Ministeriais afins à sua área de actividade. No quadro da preparação da participação da República de Angola na Expo 2015, que terá lugar em Milano, Itália, o Conselho de Ministros aprovou nesta ocasião, como tema da Exposição de Angola no referido evento, a «Alimentação e Cultura, Educação para Inovar».

No âmbito da materialização do programa de investimentos públicos, o Conselho de Ministros aprovou um contrato de empreitada para a requalificação e ampliação da capacidade de reserva de água do Centro de Distribuição do Cazenga, na Província de Luanda, projecto que visa aumentar a oferta de água potável às populações das zonas residencial e industrial do Cazenga e arredores.

O Conselho de Ministros aprovou com a mesma finalidade os contratos de empreitada para as obras de reabilitação e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água do Município de Calai, na Província do Kuando Kubango e da sede Municipal da Matala, na Província da Huíla.

No domínio do desenvolvimento tecnológico do País, o Conselho de Ministros aprovou um contrato de empreitada para a construção do Parque Tecnológico do Camama, infraestrutura que permitirá criar as condições que possibilitem o estabelecimento

de um conjunto de empresas de base tecnológica que possam contribuir para a mais rápida industrialização do País e o acesso a tecnologia de ponta.

No âmbito da política externa e com a recomendação da sua posterior remissão à Assembleia Nacional, o Conselho de Ministros apreciou os seguintes projectos de Resolução: - Convenção sobre o Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua eliminação; - Convenção de Bamako sobre a Proibição da Importação para a África e o Controlo dos Movimentos Transfronteiriços e a Gestão de Resíduos em África; - Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional «RAMSAR»;

- Convenção de Argel sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais em África; - Convenção de Abidjan sobre a Protecção e a Valorização do Meio Marinho e das Zonas Costeiras da Região da África do Oeste; - Acordo para a Conservação dos Gorilas e seus Habitats, - Protocolo de Nagoya sobre os Recursos Genéticos e a Partilha Justa e Equitativa de Benefícios Resultantes da sua Utilização.

Memorando de Entendimento sobre a Guarda Costeira da Organização Marítima de África do Oeste e do Centro (OMAOC). Finalmente, o Conselho de Ministros foi informado sobre a participação de Angola no 18º Conferência da ONU sobre as Alterações Climáticas, bem como sobre o estado do processo de divisão dos blocos da zona terrestre da bacia do Baixo Congo.

4.3 OGE 2013 expansionista com enfoque no investimento

Novo Jornal

08 De Março de 2013

Representando um crescimento de 58.8% face a 2012, a aposta das autoridades centra-se no desenvolvimento de projectos de reconstrução e reabilitação de instalações no âmbito do esforço de reconstrução, nacional.

De seguida, destaque para o aumento das prestações sociais (+52.3%) das despesas com pessoal (+38.2%). Os dados vêm da equipa de pesquisa económica do Banco Espírito Santo (BES).

A saúde e a educação, em especial o ensino superior, são fortemente privilegiadas neste Orçamento, ainda que as despesas com a defesa nacional e forças de segurança mantenham um peso muito elevado na estrutura de custos global.

O Governo espera que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) conduza a um aumento mais acelerado, das receitas fiscais do sector não petrolífero, capaz de substituir gradualmente as receitas fiscais vindas do sector petrolífero.

Angola deverá assim registar um défice de 405.4 mil milhões de kwanzas (USD 4.2 mil milhões), equivalente a 3.4% do PIB. É o resultado da diferença entre receitas correntes de 4570.4 mil milhões de kwanzas, ou seja, 38.2% do PIB e despesas de 4975.8 mil milhões de kwanzas, ou 41.6% do PIB.

Paralelamente, prevê-se um crescimento acentuado das reservas externas para USD 40.3 mil milhões, mais USD 8.1 mil milhões do que o registado no final de 2012.

Para tal deverá contribuir uma produção petrolífera expectável de 673.6 milhões de barris no conjunto do ano, correspondendo a 1.84 milhões de barris diários (Mb/dia), a um preço médio de exportação de USD 96 por barril.

A taxa de inflação média anual esperada cifra-se em 9%, espelhando a tendência de desaceleração dos preços iniciada no princípio de 2011.

Para tal, tem procedido a investimentos nas redes de distribuição da energia e da água, na melhoria das redes de comunicação e na expansão das atividades industriais ligadas, sobretudo, à produção de bens essenciais de consumo.

De acordo com um estudo realizado pelo Banco Mundial intitulado "Africa Infrastructure Country Diagnostic", para fazer face aos desafios infraestruturais de Angola, estima-se que a despesa associada possa elevar-se a USD 2.1 mil milhões por ano durante a próxima década.

Sendo que 70010 desse valor servirá para a concretização de despesas de capital, com os restantes 300/0 a corresponderem a gastos operacionais e de manutenção.

Quase um terço das necessidades das despesas totais está relacionado com o sector energético, seguido pelos sectores do abastecimento de água e saneamento.

O esforço anual que Angola precisa de fazer para colmatar as necessidades infraestruturais é significativo, equivalente a 7% do PIB, mas claramente abaixo do que se verifica com os seus congéneres da África subsariana (em média, 14.5% do PIB).

No âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento, caberá ao sector privado um investimento de USD 10.1 mil milhões de dólares, com 66% orientados para o sector do petróleo e gás, 17.5% para o sector geológico, minas e indústria e 15.8% para o sector alimentar e agroindustrial.

Durante a execução do PND, as despesas de investimento vão representar, em média, 27.7% da despesa pública total e cerca de 10% do PIB.

Destaque ainda para a criação do programa Angola Investe, que contará com o apoio financeiro de 22 instituições financeiras, no sentido de promover o tecido empresarial, nomeadamente, de micro, pequenas e médias empresas.

Note-se que, pelo quinto mês consecutivo e pela primeira vez em vinte anos a taxa de inflação evolui na casa de um dígito.

O BNA espera, para os próximos anos, a manutenção da tendência de descida da inflação num ambiente de estabilidade cambial, com excedentes na balança corrente e com a continuação da acumulação de reservas externas.

Em Dezembro, a produção de petróleo atingiu 1.75 Mb/dia, ligeiramente abaixo da meta definida pelas autoridades.

Assim, no conjunto de 2012, a produção média de petróleo foi de 1.71 mb/dia, um aumento de 2.5% face ao registado no ano anterior.

Com base nos investimentos realizados nos últimos anos (e consequentes descobertas concretizadas), estima-se que o potencial de produção do país poderá aumentar de 20 para 50 anos, com o ritmo de produção a recuperar para 1.9 milhões de barris diários já em 2013.

Paralelamente, já para este ano, prevê-se que a Sonangol venha a realizar uma segunda atribuição de licenças de exploração petrolífera no pré-sal, desta vez em blocos onshore, dez blocos na Bacia do Soyo e cinco na Bacia do Kwanza. Relembre-se que o último concurso de blocos no pré-sal (offshore) foi realizado em Janeiro de 2011.

Por último e, ainda no final de 2012, a Sonangol iniciou a construção da refinaria do Lobito que irá ter uma capacidade de processamento de 200 mil barris de petróleo por dia.

Envolvendo um investimento de, aproximadamente, USD 8 mil milhões, a refinaria processará o petróleo extraído em Angola, produzindo gasolina sem chumbo, gásóleo, combustível para a aviação,

petróleo iluminante, LPG (gás de petróleo liquefeito) e enxofre.

4.4 OGE é insuficiente para as despesas

Jornal de Angola

27 De Março de 2013

O vice-governador do Kuando- Kubango para o sector económico, Ernesto Kiteculo afirmou na cidade de Menongue, que os 14 mil milhões de dólares concedidos à província no âmbito do OGE não cobrem as necessidades reais da região.

Discursando na qualidade de porta-voz da reunião do governo da província, dirigida pelo governador provincial, Higinio Carneiro, o vice govemador disse que a verba vai permitir a execução do Programa de Investimentos Públicos em benefício das populações.

"Esta verba não cobre as necessidades reais da província, mas o governo local vai procurar executar projectos na província, consubstanciados na construção e reabilitação de escolas, postos de saúde, pontes, habitações, aquisição de instrumentos agrícolas, fornecimento de energia eléctrica e água potável saneamento básico e outros serviços", afirmou.

Ernesto Kiteculo disse que a província do Kuando-Kubango precisa de uma verba que permita a reabilitação e construção de importantes infra-estruturas. "Por isso vamos envidar esforços para que no OGE de 2014 a quota financeira possa ser maior", sublinhou.

No quadro do plano de desenvolvimento estratégico para o período 2013/2017 foi atribuída à província uma verba de dois mil milhões de dólares para estudos e projectos.

O plano tem como principais linhas de força a agricultura empresarial, exploração de recursos mineiros e florestais, turismo, desminagem e abertura de vias de acesso.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Cédulas grátis custam caro a cidadãos

O País

01 De Março de 2013

Uma boa parte das pessoas que beneficiaram da campanha de registo civil grátis, empreendida há mais de quatro anos pelo Ministério da Justiça (MINJUS), vêem suas cédulas inválidas e supostamente falsas, devido ao facto de a numeração do referido documento não constar da folha do livro de algumas das conservatórias a que os mesmos se referem, apurou O PAÍS junto de cidadãos em posse desses documentos.

"Não conseguimos tratar nada com estas cédulas, nem Assento de Nascimento, nem Bilhete de Identidade (BI), muito menos constituir um processo escolar credível", reclamou Chico morador do bairro Rangel, o jovem que preferiu dar o seu pseudónimo, para evitar qualquer perseguição no futuro, como fez questão de mencionar.

De acordo com o próprio, os registos contados na sua cédula indicam estarem timbrados em folha e livro da sexta conservatória que o queixoso recusou revelar. A instituição do registo civil afecta ao município do Cazenga não confirmou a Chico os dados da sua certidão.

"Depois de ter sido rejeitado várias vezes pelos postos de emissão do BI e ter a mesma sorte nos estabelecimentos onde devia tratar o assento de nascimento, eu mesmo fui à referida conservatória e pedi para averiguarem as indicações e não encontraram nada", revelou Chico, que, julgando se tratar de um caso isolado, influenciou o seu amigo a proceder da mesma forma, tendo obtido igual resultado.

Visivelmente constrangidos, os adolescentes de 17 anos mostram-se bastante revoltados com a campanha do Governo pelo facto de não só terem de suportar andar com um documento considerado falso, mas também por se verem impedidos de prosseguir nos estudos. Afinal, segundo alegaram, por causa disso, têm poucas hipóteses para tratar até mesmo a outra cédula.

"Se as entidades desta instituição quisessem entender a nossa situação, pelo menos, deviam facilitar-nos a fazer outro registo, mas nem já esta possibilidade nos dão", queixou-se, tendo informado que, para serem contemplados com esse benefício, eram obrigados a levar a certidão narrativa, um documento que eles disseram não saber como tratar.

É exatamente isso que preocupa Maya, residente do bairro Cassenda, município de Luanda, que acha inútil ter em mão um papel sem utilidade. "Para quê ter um documento que não vale nada", questionou, ironizando que a sua vida estava melhor assim, sem qualquer documento.

Maya recorda que, na altura da campanha, fez o seu registo na zona do Morro Bento 2 num centro afecto a uma paróquia da igreja católica cujo nome preferiu ocultar.

Ao manifestar o seu descontentamento fruto das consequências atuais, nunca imaginou, confessa, cair em tamanha burla, sobretudo por ter feito o seu cadastro num posto religioso. "As pessoas que nos atenderam eram catequistas e dirigentes da paróquia, mas, mesmo assim, cáimos na mentira," desabafou, alegando já não saber em quem acreditar.

Para si, os representantes das congregações religiosas que participaram no processo de registo deviam questionar o Estado sobre o assunto, porque, avançou, é o nome e a reputação deles que está em jogo.

"E o engraçado de tudo isso é que ninguém se pronuncia em relação a isso e nós não sabemos a quem recorrer", lamentou Maya, tendo apelado aos órgãos competentes para esclarecerem um problema que, segundo ela, pode deixar muitos jovens fora da escola.

Quando se apercebeu do tratamento que davam aos possuidores das cédulas de campanha, não se preocupou em ir à conservatória, como o fizeram Chico e seu amigo. Beneficiou entretanto da ajuda de uma vizinha que, por sinal, tinha sido a mesma a avisá-la aquando do registo gratuito, para lhe comprovar a inutilidade do documento.

"Ela veio dizer-me que os números da folha e do livro não correspondem aos da sua secção, na Samba", contou, dizendo que, a partir daí começou a fazer diligências para tratar outra cédula, mas o esforço não teve resultado positivo.

A tia de Maya, que ouvia as declarações da sobrinha, interveio justamente nesta altura, para dizer que os funcionários dos órgãos de registo civil têm recomendado para se cumprir com certos

procedimentos que complicam ainda mais o esforço da família, como é o caso da aquisição de uma certidão narrativa.

"Ela tem agora 22 anos de idade e, por causa disso, as obrigações que nos dão são muito difíceis", desabafou a senhora, que pediu anonimato. A tia de Maya disse que sua sobrinha tem perdido muitos empregos por não ter Bilhete de Identidade, para além de sujeitar -se a uma matrícula condicionada na escola onde estuda.

Embora de forma anónima, uma jovem aceitou citar seus dados para este jornal, a fim de demonstrar até que ponto existe disparidade de registo. Em sua cédula foi possível ver o registo indicando a folha número 37 do livro 22, um indicativo que, na realidade, não se encontra registado na conservatória de Viana, ainda que seguidos os pormenores que, no documento, acusam como data de emissão Fevereiro de 2004.

5.2 Gestão integrada do território

Jornal de Angola
01 De Março de 2013

O Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território (SIIGAT) encontram-se em fase de execução em 53 órgãos da Administração Local do Estado e nos 18 Governos Provinciais do país, pelo Ministério da Administração do Território (MAT) em parceria com a empresa a Intersismet.

A administradora da Intersismet, Natália Ramos, disse ontem, em Luanda, que os trabalhos incidem nas áreas de contabilidade e de recursos humanos. Na fase seguinte, vão estender-se ao património, gestão urbanística, atendimento e gestão documental.

"O projecto abarca um grande conjunto de aplicações a serem implementadas nas administrações municipais e distritais, que, em simultâneo, com o suporte de alguns indicadores, passam a ser visionados e acompanhados pelo MAT", disse Natália Ramos à imprensa, à margem do encontro de trabalho com o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, o governador de Luanda, Bento Bento, administradores municipais e dos distritos urbanos, e técnicos das duas instituições.

5.3 Malakito reedita plano mal concebido sobre autonomia do território lunda

O Independente
02 De Março de 2013

Já dizia Karl Marx: «a melhor forma do Estado é aquela em que os antagonismos entram abertamente e encontram a sua solução», pois na conceção do Estado como instituição organizada política, social e juridicamente ocupando um território definido, normalmente onde a lei máxima é uma Constituição escrita, e dirigida por um governo, que possui soberania reconhecida interna e externamente, alguns ativistas estão mal.

A semana finda, os membros do protetorado da Lunda Tchokwe, na pessoa do seu presidente Jota Filipe Malakito, concederam uma conferência de imprensa, onde entre outros pontos, reafirmaram o que consideram ser uma «intenção inquebrantável» do seu grupo de dividir o território nacional.

Na visão distorcida de Malakito, (pois em nada realçam os aspectos culturais e morais que sempre emanaram o sentimento Tchokwe), «70 por cento do Produto Interno Bruto, devem ser canalizados para o povo da Lunda, enquanto os restantes seriam entregues ao governo angolano».

Do alto da sua loucura, o famigerado e contestado Jota Filipe Malakito defendeu a tese segundo a qual para a manutenção da autonomia da região lunda, que engloba as províncias das Lundas Norte e Sul, Moxico e Malange, metade da sua extensão territorial seria controlada pelos membros do referido protetorado, enquanto outra metade, estaria sob custódia do governo de Angola.

Pois aqui é que a porca, neste caso, o porco torce o rabo... Porque não se compreende que reclamando autonomia, indemnização enfim, a assunção da sua responsabilidade sobre a referida região, a direção daquele protetorado, recorra à outras esferas que alega serem alheias aos lundas para poder exercer a sua autoridade.

Num tempo não muito distante, ouvimos ainda Jota Filipe Malakito reclamar uma indemnização cifrada em largos milhões de dólares, quando nos seus manuscritos em nossa posse, defende que a autonomia lunda não é vendível.

Mas que contradição senhor Malakito! Malakito que à época era acusado pelos seus correligionários de se ter vendido ao regime do MPLA, alegava que parte da extraordinária verba serviria para divisão entre os

membros e o povo lunda, facto que lhe causou uma suspensão seguida de expulsão do referido órgão, que não se sabe como ainda diz ser o fiel representante.

Urge pois instarmos os membros do protetorado lunda, a pautarem por princípios que não comprometam a coesão, a cultura e outros aportes inerentes à dignidade do povo lunda, que não deixa de ter a sua história, por fazer parte de uma nação que é una e indivisível.

5.4 Várias comunas podem passar a municípios

Jornal de Angola

03 De Março de 2013

Belisário dos Santos, que falava à margem do conselho de representantes da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), disse que os técnicos do Ministério da Administração do Território estudam as características de 76 comunas propostas para municípios. Entre os critérios que podem pesar na decisão contam-se a distância em relação às capitais de província e sedes municipais, nível de desenvolvimento, número de habitantes e potencial económico.

O objetivo da passagem de comunas a municípios, esclareceu, é descentralizar recursos financeiros que permitam às administrações resolver autonomamente vários problemas e dinamizar o processo das autarquias. Belisário dos Santos mencionou como exemplo das vantagens de promover certas comunas a municípios o caso de Dirico, que está a cerca de 800 quilómetros de Menongue, "muito distante do centro do poder de decisão política e económica".

Os órgãos autárquicos, lembrou, têm infraestruturas e recursos humanos próprios que garantem, entre outros, serviços públicos de saúde, educação e justiça à população.

O processo preparatório da instalação das autarquias, referiu, está em fase de estudo e de recolha de experiências noutros outros países, entre os quais Cabo-Verde, Moçambique e Portugal, que podem ser adaptadas à realidade de Angola. O Ministério da Administração do Território continua a criar condições para a instalação do poder autárquico, como preparar potenciais concorrentes às eleições locais.

"A preparação da instalação de autarquias cria várias expectativas e por isso é necessário ter o máximo de cautelas para não desiludir", referiu e assegurou que o

processo é posteriormente discutido em sessões públicas.

Antes da criação das autarquias, salientou, é preciso elaborar legislação específica e esclarecer o que é poder local. Depois de concluído o estudo vai ser submetido ao Presidente da República e à Assembleia Nacional, Belisário dos Santos mencionou a municipalização dos serviços de saúde como exemplo do que deve ser o poder local. Em 2011, o Presidente da República consultou o Conselho da República sobre a realização de eleições autárquicas e, na altura, o órgão de consulta do Chefe de Estado recomendou que se fizessem os preparativos para a realização das referidas eleições.

Inicialmente previstas para 2014, as eleições autárquicas foram adiadas para 2015, devido a um estudo preliminar que deve ser realizado sobre o assunto. O vice-governador da Huíla para o sector Político e Social salientou, na abertura do 16º conselho nacional de representantes da acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente a maior descentralização na gestão do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Arão Tchissonde referiu que estão ao dispor dos municípios vários programas, entre os quais o Municipal Integrado de Combate à Pobreza e o de Desenvolvimento Rural. O vice-governador da Huíla para o sector Político e Social também realçou, ainda no quadro do Orçamento Geral do Estado para este ano, o facto dos recursos destinados a população serem mais elevados, sobretudo os do sector social.

O Executivo, disse Arão Tchissonde, está empenhado na aplicação das tecnologias de informação e comunicação, razão pela qual está a ser montado um satélite e a serem informatizados todos os serviços administrativos nos Governos Provinciais e Admnistrações Municipais.

5.5 Responsável apela à gestão transparente por parte dos administradores distritais

Jornal de Angola

04 De Março de 2013

O director da Unidade Técnica Nacional de Luta Contra a Pobreza, Francisco Komba, exortou ontem os administradores de Luanda a uma gestão transparente, participativa e objetiva, a bem dos municípios que servem.

Francisco Komba, que falava no encerramento do primeiro encontro municipal de Análise à

Implementação do Programa de Combate à Pobreza, encorajou os gestores locais a preservarem sempre os interesses da população acima de qualquer outro que ponha em causa a sua efetivação.

Reafirmou o apreço que a sua instituição depositou ao presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), José Tavares, pela organização do encontro, tendo expressado a disponibilidade de manter uma "imprescindível parceria" em tomo da promoção da melhoria da qualidade dos serviços básicos.

"O desafio é grande. É por isso que contamos com a participação e contribuição de todos para que possamos, no futuro, obter melhores indicadores que visam alcançar as metas de Desenvolvimento do Milénio, um compromisso do Executivo angolano", sublinhou.

Durante o encontro, no qual participaram os administradores dos distritos urbanos do município de Luanda, funcionárias das administrações distritais e responsáveis da CACL, foram abordados temas como "mecanismos de execução do Orçamento Geral do Estado nos distritos urbanos" e "metodologia de implementação e execução do Programa Municipal Integrado de Combate à Pobreza".

"A municipalização dos serviços de saúde", "Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário e Linhas Gerais de laboração dos Planos Nacionais de Saúde", "descentralização da merenda escolar nova metodologia", "pertinência da defesa dos consumidores nos municípios", "pertinência do programa Angola Investe no desenvolvimento local" e "impacto do programa Meu Negócio Minha Vida", também foram outros temas abordados.

O município de Luanda tem uma extensão de 112,81 quilómetros quadrados e uma população estimada em 4,2 milhões de habitantes, sendo composto pelos distritos urbanos da Ingombota, Maianga, Kilamba Kiaxi, Ran- gel, Samba e Sambizanga.

5.6 Administração do território quer debate sobre autarquias

Jornal de Angola

07 De Março de 2013

O director nacional da Administração Local do Estado, afeto ao Ministério da Administração do Território (MAT), Belisário dos Santos, propôs na terça-feira, no Lubango, a realização de debates públicos para determinar a melhor forma de

estruturar as autarquias. Em declarações à Angop, disse que os debates podem sugerir a instauração simultânea das autarquias locais em todo o país ou de forma gradual, tendo em conta as assimetrias das localidades em termos de desenvolvimento.

Belisário dos Santos disse ser necessário habilitar pessoas para desempenharem as novas responsabilidades decorrentes da descentralização do Estado. "A própria legislação depende ainda de outras a serem produzidas para servirem de suporte às autarquias, como a de finanças locais, que dá autonomia e apoio legal à criação e gestão das receitas", frisou, sublinhando que há uma série de elementos a discutir antes de se sensibilizar e mobilizar o cidadão sobre esta nova estrutura de governação local.

Em estudo está, ainda, as autarquias vão corresponder aos atuais limites de todo o município ou parte dele, pelo que está a ser feita troca de experiências a nível do país, para recolha de boas práticas e exemplos, como é o caso de Cabo Verde e Moçambique.

Belisário dos Santos revelou que decorre já o processo de identificação do formato do tipo de autarquias a desenvolver, modelo de realização (simultâneo ou de modo gradual), em presença da extensão do território, disponibilidade de recursos, capacidade e qualidade para desempenho das responsabilidades a nível local. Está já em curso o programa de municipalização da saúde, para que as administrações locais, com os recursos disponíveis, possam ter capacidade de atender as necessidades locais.

Ao avaliar o Programa Municipal Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural, destinado à execução de projectos a nível local, Belisário dos Santos considerou positivo o grau de cumprimento das ações. O modelo, em execução há um ano, consiste na alocação de recursos à administração local, para o incremento de programas específicos, iniciativa que contribui para aferir a respectiva capacidade de gestão.

Apesar de ser um programa de coordenação central, a sua gestão é feita nos municípios e pelas administrações locais, através da execução de vários subprojectos. "Analisado o seu impacto, pode fazer-se um balanço positivo, pois conseguiu-se levar os serviços às localidades, sobretudo escolas, pontos de água, postos de saúde, entre outros".

O director nacional da Administração Local do Estado afirmou que há um conjunto de outros elementos necessários para tornar os serviços

eficientes, daí o desafio da formação dos agentes locais, não só funcionários das administrações municipais, mas também de outros cidadãos, para a preservação do bem comum.

5.7 Autárquicas com muito trabalho pela frente

Novo jornal

08 De Março de 2013

A realização das primeiras eleições autárquicas em Angola está dependente da criação de um conjunto de condições que vão, desde a legislação que irá servir de suporte ao processo, à formação dos potenciais candidatos a autarcas.

De acordo com Belisário dos Santos, director nacional da Administração Local do Estado, o processo está investido de grande expectativa, o que obriga a muita cautela para que "não venha a desiludir na análise final", mas que corresponda aos objectivos que um ato com tamanha importância possa trazer para o país.

Para o Ministério da Administração do Território (MAT), órgão do executivo à partida encarregue da preparação e organização das eleições autárquicas, é importante que sejam criadas e discutidas todas as condições prévias sobre o formato a adotar antes mesmo de avançar para as fases seguintes, como a sensibilização e mobilização do cidadão. Que autarquias teremos em Angola?

Qual o modelo? Se vão realizar-se em todo o país ou gradualmente? Estas são algumas das questões que, de acordo com Belisário dos Santos, precisam de respostas para que o país viva uma primeira experiência neste domínio. A legislação sobre as autarquias e todas as suas envolventes, bem como a formação dos potenciais candidatos a autarcas, são fundamentais para a aplicação da experiência.

Sobre a capacitação dos candidatos a autarcas, "é preciso que haja pessoas formadas que estejam à altura de desempenhar as novas responsabilidades que o estado central vai descentralizar para o nível local", para que, de acordo com o funcionário sénior do MAT, se possa decidir se há ou não condições para se implementar simultaneamente as autarquias em todo o país.

Realidade que Belisário dos Santos admitiu ser impossível, não apenas pela extensão do país, mas sobretudo pelas dificuldades em recursos financeiros e humanos para lidar com o processo.

O director nacional da Administração Local do Estado admitiu que o modelo utilizado atualmente pelas administrações municipais, como o programa de municipalização dos serviços de saúde, está a servir já de ensaio ao sobre as possíveis datas de realização das eleições autárquicas, Belisário dos Santos afirmou achar necessário criar todas as condições, primeiro, e depois ver se podem ser realizadas em 2014, 2015 ou mais adiante.

"Depende das condições que tivermos. Isso até pode obrigar-nos a fazer, digamos, urna espécie de levantamento sobre as condições dos atuais municípios, se estão ou não à altura de poder passar a uma autarquia local", concluiu.

5.8 Bornito de Sousa fala de poder autárquico e eleições

Jornal de Angola

08 De Março de 2013

O ministro da Administração do Território reafirmou na quarta-feira, no Soyo, que as autarquias locais não se resumem apenas às eleições autárquicas.

Bornito de Sousa que, como docente universitário, proferia uma aula de sapiência durante a abertura formal do ano académico no ensino superior, disse que há pressões de certas pessoas para que sejam realizadas eleições autárquicas o mais rapidamente possível, pois confundem esse ato com as autarquias locais.

O ministro esclareceu que as eleições autárquicas são apenas o fim da cadeia de um conjunto de atividades que devem ser organizadas no quadro das autarquias.

Em finais do ano passado, Bornito de Sousa já se tinha pronunciado sobre o assunto, sublinhando que as eleições autárquicas podiam ser realizadas naquele momento, "mas o que resultaria daí não seriam autarquias, pois estas são órgãos próprios dos cidadãos e realizá-las só por realizar não resolve o problema".

O ministro, que na ocasião falava sobre as perspectivas das atividades do seu Ministério em 2013, disse que só depois do estudo em curso é que se pode falar sobre questões muito concretas, quer em termos de prazos, quer de tarefas necessárias à efetivação das eleições autárquicas no país.

Na quarta-feira, durante a aula que proferiu na presença do Vice-Presidente da República, de membros do Executivo, do Governo do Zaire e de reitores, decanos, docentes e discentes universitários, reafirmou o que disse no ano passado:

"As eleições autárquicas até podiam ser realizadas agora, mas o que tínhamos era, no máximo, administradores municipais eleitos, não autarquias locais".

5.9 Falsos sobas em Luanda

O País

08 De Março de 2013

Popularmente conhecido como soba Miguel, o responsável pela zona do Ramiro, que assegurou ocupar encargos de representante de seus congéneres ao nível da província de Luanda, denunciou, Quarta-feira, 5, a existência de sobas ilegais.

"Há sobas que não são legais porque vieram parar nas terras onde estão por indicação de pessoas ligadas ao Governo, que não têm nada a ver com o poder tradicional", disse o velho Miguel, como é tratado pelos mais próximos.

De acordo com a entidade tradicional os elementos a que se refere terão sido indigitados por pessoas que, achando que o poder de cedência de terra pertence aos anciãos com cargos do género, o fazem compulsivamente, na expectativa de verem as suas ambições de conquista de espaços para construção ou outros fins resolvidas em pouco tempo.

"Essa gente não faz isso por respeito e consideração aos idosos, mas sim para ver os seus interesses bem alcançados", acrescentou, tendo explicado que, por isso, muitos chefes de sobados confundem o poder tradicional com o político.

Para si, o soba não é um coordenador do bairro e um dos seus principais trabalhos numa determinada comunidade consiste em encontrar soluções viáveis e de consenso para os problemas ou conflitos do povo sob sua tutela.

O ancião é ainda de opinião que a autoridade tradicional deve desempenhar o papel de pai na relação com os seus vizinhos e moradores da área onde vive. Disposto a pormenorizar, o soba Miguel frisou as modalidades de que os indicadores se servem para nomear os líderes comunitários, começando pela reocupação de atribuir um uniforme, normalmente acinzentado, o qual denominou de farda.

Avançou que o passo seguinte se resume a promessas vãs, segundo as quais os indicados passam a beneficiar de um salário mensal ou então de uma pensão proveniente da caixa social, um juramento que dificilmente se verifica na prática.

Questionado sobre se não possui um uniforme igual, o velho Miguel preferiu não avançar pormenores sobre o assunto, limitando-se apenas a dizer que havia momentos próprios para se apresentar da mesma maneira.

Entretanto, salientou que usa mais as suas vestes tradicionais do que aquelas que classifica como sendo de uniformização nas reuniões e cerimónias que envolvem membros ou dirigentes do Estado.

Segundo o interlocutor deste jornal, para se ser soba de uma determinada área é preciso, por um lado, dela ser natural sem nenhum contorno, para além de se possuir uma idade de responsabilidade reconhecida.

Por outro lado, a autoridade tradicional tem de pertencer já a uma família de sobas, pois só desse jeito consegue ser detentor de um conhecimento, normalmente transmitido de geração em geração. "Não basta ser mais velho para ocupar esta posição, é necessário ter nascido na mesma área, conhecer as pessoas e a história do bairro", reforçou, informando que essa sua apologia costuma ser entendida como um desprezo dos anciãos.

Em relação à possibilidade de existirem pessoas que fundam um bairro, na condição de primeiros moradores, o soba Miguel realçou que a experiência o obriga a dizer que esse pressuposto não é suficiente para ocupar a posição.

Chamou ainda a atenção para o facto de não estar a cogitar idades precisas de sobado, mas garantiu que o pressuposto do conhecimento da história da área onde vive e dos seus habitantes só são possíveis se o indivíduo tiver uma idade considerável e for da mesma genealogia.

"A pessoa que vai ser soba de uma região tem de ser preparada e testada ao nível do conhecimento do sítio onde habita e só depois se pode considerá-lo capaz ou não", reforçou, acrescentando que este poder tradicional é, na maior parte das vezes, hereditário, ou seja, os sobas obedecem ao processo de sucessão de elementos da mesma família.

O País ficou a saber de pessoas ligadas ao soba Miguel que ele sucedeu no cargo ao seu pai, que teria tido a mesma sorte em relação ao seu avô.

Preocupado com o fenómeno do surgimento daqueles que considera como supostos sobas, o velho Miguel, que ora se identifica como secretário da classe tradicional da província de Luanda, projetou e ativou um programa de apuramento, tendo já passado pelas vilas de Calumbo e Catete, onde assegurou ter conversado com os sobas locais alertando-os para se acautelarem com tais tendências.

Embora não goste do simples "ouvir dizer" confessou que a ronda que ele e a sua equipa empreendem pela cidade capital, de algum tempo a esta parte, resulta de rumores e queixas com indicativos do género. O destino dos sobas que forem considerados falsos já está traçado no programa da classe tradicional que anda por Luanda.

"O nosso objetivo é ouvir deles como foram parar no cargo e através de suas histórias saberemos quem não é legal", desabafou, assegurando que o tratamento a dar aos prevaricadores poderá ficar sob critério do povo local.

Revelando-se um homem de política complacente, minimizou ainda a retalhação dos supostos colegas, ao ponto de dizer que os mesmos podiam ocupar o cargo de séculos pertencentes ao conselho do sobado, tendo adiantado que, no caso de se tratar de um nativo e o povo reconhecesse haver necessidade, este seria oficialmente nomeado como tal.

A reportagem O PAÍS envidou esforços para trazer, nesta edição, um nome. Entretanto, apesar de ter abordado três sobas, que reconhecem a falta de esclarecimento sobre sua acreditação por parte das administrações cujas denominações também não querem ver publicadas, todos eles pediram para não citar os seus nomes e, muito menos, as suas áreas de jurisdição.

Confirmaram terem sido indicados para o cargo por dirigentes do Governo, ao mesmo tempo que confessaram não ter nascido nas áreas onde residem.

O facto obrigou este jornal a perguntar sobre Daniel Francisco de 86 anos de idade, então soba do bairro Museu da Escravatura, localizado próximo da instituição pública com o mesmo nome, município de Belas, agora estacionado no Zango IV por ter sido vítima de um despejo.

Vale lembrar que o soba Daniel ficou obrigado a distanciar-se do seu povo, que, até à data, espera pela indicação de uma nova autoridade tradicional. Para o velho Miguel, a situação de Daniel Francisco demonstra, uma vez mais, as consequências pesadas da falta das condições básicas para se ser soba.

"Só para começar, o colega Daniel não é de Luanda, mas sim do Huambo e vimos que ele teve de abandonar o seu povo", referiu, argumentando que um soba não aceita isso, porque ele é pai para o seu povo.

Quando foi contactado por este jornal, Daniel Francisco tinha apresentado reclamações que tinham a ver com o facto de, durante muito tempo, não ter recebido a sua pensão mensal, mas que, apesar disso,

cumpria com os seus deveres na comunidade", para além de participar nas atividades do Governo Provincial de Luanda, quando fosse chamada a classe dos tradicionais.

Sobre essa problemática o representante dos sobas reforçou a sua posição, reiterando as modalidades de indicação por parte de elementos do Governo não autorizados. Aliás, na ocasião, o próprio soba Daniel não deixou de frisar que o uniforme que ostentava lhe tinha sido dado pela Administração Municipal da Samba, sob orientação do Governo da Província de Luanda (GPL).

Referiu igualmente que, quando se encontrou com os altos mandatários do então município da Samba e do GPL, estes pediram-lhe paciência, alegando que o seu dinheiro e sua acreditação iriam efetivar-se, tão logo resolvessem algumas situações que, na altura, nem sequer ousaram explicar ao idoso.

O velho chegou mesmo a colocar a distância que o separa das instituições do Estado como a razão do abandono que recebia dos dirigentes. Tinha conhecimento que sabia que os seus colegas do Quilómetro 30, Rarniro, Buraco e Barra do Kwanza recebiam apoio regularmente.

Por causa disso preferia considerar-se desprezado ou discriminado, ao ponto de ter desconfiado até que seu nome nunca tinha constado da lista dos sobas no ativo.

5.10 Presidente reforça Tavares e enfraquece Bento Bento

O Continente

08 De Março de 2013

Convocados há cerca de 15 dias na sede do MPLA pelo Presidente José Eduardo dos Santos, o governador da província de Luanda, Bento Bento, e o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Ferreira Tavares.

Para esclarecer a guerra surda que têm vindo a travar nos corredores do poder e o choque de competências/interferências que têm vindo a público danificando a imagem do partido no poder, ficou claro um ascendente e uma vitória clara das posições de José Tavares sobre Bento Bento.

A reunião que durou cerca de 1 hora com o presidente dos camaradas parece confirmar a hipótese de que em Luanda se poderá repetir aquilo que se passou em Cabinda.

Quando a antiga vice-governadora Aldina da Lomba depois de um jogo de bastidores semelhante derrubou o então governador Mawete João Baptista, que parecia de pedra e cal, mas sucumbiu a erros de palmatória e a intriga palaciana, sendo substituída pela senhora que ele próprio apadrinhara.

Ora, não nos esqueçamos que quando em 23/11/11, o Governador Provincial de Luanda, Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento, empossou para o cargo de presidente da comissão administrativa municipal de Luanda, José Tavares Ferreira fê-lo por imposição e contra sua vontade.

Isto é, a nomeação de Tavares para o cargo, não foi uma escolha de Bento, mas uma imposição da força dos bastidores da política que Tavares tem e que lhe catapultaram para o cargo procurando atingir o sonho antigo de ser governador de Luanda.

"A nomeação de Tavares caiu mal nas populações que viveram o estado de terror que ele praticou quando foi Administrador do Sambizanga. Foi um desastre!

Uma gestão medíocre e musculada que ninguém entendeu porque ele ainda assim foi elevado a presidente da comissão administrativa de Luanda. O que mostra que ele tem poder nos círculos de decisão do País.

José Tavares foi dos poucos administradores municipais, na altura, que José Eduardo dos Santos visitou a administração.

Para bom um entendedor meia palavra basta" relatou-nos uma fonte. Só isso explica que o presidente José Eduardo dos Santos tenha colocado no mesmo patamar, o chefe e o subordinado.

Ou seja, O governador de Luanda, Bento Bento é superior hierárquico do presidente do Distrito Urbano de Luanda, e ao convoca- los em igualdade, Dos Santos, enfraquece a autoridade de Bento Bento, reforça a posição de José Tavares. E evidente que a situação entre ambos vai se agudizar.

E nem a reunião posterior ao encontro presidencial tida entre ambos no dia 26 de Fevereiro no GPL durante duas horas deverá terminar com o conflito entre ambos. "É uma guerra surda: Tavares comporta-se como governador do Distrito de Luanda, sem prestar vassalagem ao governador da Província de Luanda, Bento Bento.

Mas Bento Bento é quem gere o financiamento e aprovação de verbas, por isso as intenções de Tavares não podem avançar sem a sua aprovação. Depois há

ainda as makas de protagonismo, quem fala, quem aparece, quem representa quando e onde, etc.

Tavares não está disposto a obedecer Bento Bento e quer ser governador. Bento Bento quer continuar governador a qualquer custo, mas não admite que Tavares tenha mais protagonismo que ele."

Confidenciou-nos a fonte do GPL, ao governador compete velar por questões de âmbito provincial, envolvendo mais do que um município, enquanto que cada município tratará apenas de questões locais, assim como os distritos urbanos.

O presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares, por seu turno, tem a responsabilidade de gerir o Orçamento Geral do Estado afeto à urbe, os investimentos em curso, cabendo-lhe ainda dirigir e orientar a actividade e os serviços dos demais órgãos dos serviços municipais.

Excluem-se das competências da referida comissão as áreas afetas às empresas ou instituições públicas de âmbito provincial ou central. Até agora é Bento Bento que está mais enfraquecido e desgastado com a situação.

Tavares vai marcando pontos na "pole position" da substituição do atual governador, mas o mais provável é que Dos Santos corra com os dois. A receção dos dois contendores pelo presidente Dos Santos é um sinal de que as coisas estão muito feias para ambos.

A antiga presidente da CNE, Suzana Inglês também foi recebida pelo presidente em pleno processo eleitoral e parecia cimentar o seu lugar, quando de repente estatelou-se no chão, e ainda não levantou.

Há informações não confirmadas de que o secretariado do BP do MPLA já colocou à disposição do Presidente da República algumas opções de escolha para assumpção da governação de Luanda. Dos Santos aguarda apenas pelo timing certo. Até lá, no interior do Palácio da Mutamba, a luta continua.

5.11 PRS ataca as estruturas de base

Novo Jornal

08 De Março de 2013

O PORTA-VOZ do Partido da Renovação Social (PRS), Joaquim Nafóia, revelou que o seu partido vai continuar a intensificar a actividade junto da população, para aumentar, o número de militantes nas fileiras da organização.

Em declarações ao Novo Jornal, Nafóia frisou que se pretende levar a mensagem do partido ao nível das comunas, aldeias e povoações em todo o território nacional, uma vez que não se deve somente esperar as eleições para trabalhar.

Segundo o porta-voz, nestas ações vai se continuar a divulgar o programa do partido, bem como reafirmar a confiança dos militantes, amigos e simpatizantes do PRS para os próximos desafios.

O PRS vai continuar a reforçar as suas estruturas de base para que estas trabalhem no sentido, tendo em vista as eleições autárquicas", notou salientando que a organização vai dar prioridade ao reforço do acompanhamento das organizações de base, por constituírem o alicerce do fortalecimento das estruturas do partido, a todos os níveis.

Relativamente ao federalismo que o partido insiste que seja implementado em Angola, Nafóia referiu que "é a opção correta para melhor governação do país e do desenvolvimento das regiões".

"O federalismo consiste na distribuição equitativa de recursos e evita a acumulação do poder numa única pessoa ou grupo", argumentou. "Embora o MPLA não aceite o federalismo, o seu programa de combate a fome e à pobreza em curso no país, é uma espécie de federalismo", justificou.

O PRS foi fundado a 18 de Novembro de 1990, em Luanda, e participa pela terceira vez nas eleições, depois de 1992 e 2008, tendo em ambas obtido o terceiro lugar, conseguindo seis e oito lugares, respectivamente, na Assembleia Nacional.

5.12 "Tornou -se insustentável governar a capital"

Novo jornal

08 De Março de 2013

O presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Isaiás Samakuva, referiu que Luanda esgotou a capacidade de empregos para a população economicamente activa.

O líder da UNITA teceu estas declarações durante uma conferência realizada na passada terça-feira, quando apresentou ao Governo provincial de Luanda (GPL) as propostas de soluções sustentáveis para os problemas dos munícipes da capital.

Justificou que mais de 2.000.000 de cidadãos tentam sobreviver na cidade periférica através do pequeno

comércio desordenado ou de outras ocupações informais.

Para o partido do "Galo Negro" Luanda tornou-se ingovernável no quadro institucional atual "O sistema de ensino, os sistemas de produção, a saúde; o sistema de recolha de lixo, o sistema de distribuição de água e luz, as redes públicas, o sistema de circulação rodoviária, está todo engarrafado".

Segundo Samankuva a solução não passa pela realização de conferências, requalificações ou demolições arbitrárias e discriminatórias em zonas urbanas, nem criando comissões de gestão, nomeando ou exonerando governadores, nem tão pouco atribuindo aos seus governantes a categoria de ministros, com ou sem pasta.

"As pessoas correm para Luanda, porque é na capital que se concentra a riqueza e se apresentam maiores oportunidades de sobrevivência. Não há empregos nem grandes oportunidades no interior do país. Luanda não tem um plano director.

Não têm fiscalização à altura. O próprio desordenamento propicia construções anárquicas e outros esquemas de sobrevivência", frisou. O líder da UNITA reconheceu que a taxa atual de imigração e o ritmo de crescimento desordenado ultrapassaram já a capacidade humana de gestão e física dos equipamentos.

"A nível macro não se desenvolverem políticas eficazes e consensuais para se estancar a imigração e o crescimento desordenado da capital, Luanda continuará a ser um antro promotor de novas assimetrias territoriais e sociais". De acordo com este partido, Luanda precisa de mais do que novas centralidades.

Luanda precisa urgentemente de um novo estatuto político administrativo no quadro do princípio constitucional da autonomia local, E este estatuto implica a consagração urgente das autarquias locais.

Aquele dirigente recordou que há cerca de três anos, propuseram ao GPL para estender as suas fronteiras, para permitir a construção e gestão descentralizada de novas redes viárias e ferroviárias, novos pólos industriais, novos parques e novas cidades satélite, entre o rio Logi, a norte e o rio Longa; a sul e leste da província do Kwanza-Norte.

Isaiás Samakuva é de opinião que devem substituir a administração local, subordinada a um só homem, pelo poder local, que tem órgãos próprios, representativos das respectivas populações e eleitos por elas.

"Sem autarquias com órgãos eleitos pelo povo, com recursos financeiros próprios, e autonomia de gestão administrativa, os problemas de Luanda e do país não serão resolvidos".

5.13 Valor atribuído ao Huambo é insuficiente, diz administrador

Expansão
08 De Março de 2013

O administrador do Huambo, José Luís Marcelino, considerou, em entrevista conjunta concedida ao *Expansão* e ao *Novo Jornal*, "insuficiente" a verba cabimentada no Orçamento Geral do Estado (OGE) para o município, defendendo que a dotação orçamental dos municípios no devia obedecer a critérios como densidade populacional, dimensão territorial e outras especificidades locais.

"Nós somos um município de classe A, e até ao ano passado recebíamos 280 milhões de Kz do programa municipal de desenvolvimento rural e de combate à pobreza," disse José Marcelino, para mais adiante acrescentar que "isso é uma gota no oceano".

O município recebe ainda 190 milhões de Kz especificamente para financiar o Programa de Cuidados Primários de Saúde. Para o responsável da cidade planáltica, "não é justo" receber tão ínfimo montante, com o qual não é possível "fazer-se muita coisa. A cidade foi concebida para acomodar 300 mil a 350 mil habitantes e tem agora perto de 1 milhão.

As autoridades têm-se desdobrado em esforços para resolver os inúmeros desafios relacionados com a energia eléctrica, água, saúde, educação e saneamento básico.

Mas o desafio maior que a urbe vai ter agora pela frente tem que ver com a rede de esgotos, afirma José Marcelino. Conhecedor dos meandros orçamentais dos municípios, Marcelino realça que o Huambo não é o único distrito "injustiçado" no OGE e defende o seu ponto de vista apontando o exemplo de Benguela, apenas no tocante ao programa de combate à pobreza.

Segundo Marcelino, à Benguela são cabimentados também 280 milhões de Kz, enquanto a cidade portuária do Lobito recebe 214 milhões de Kz. Este mesmo montante é alocado à vila da Catumbela, recentemente promovida a categoria de município. "Ora, Lobito tem duas ou três vezes mais gente que Benguela", queixa-se o administrador. "Não está justo este critério de distribuição orçamental.

Temos de começar a pensar no número de populares e na dimensão do próprio município." Indagado sobre que critérios orientam essa distribuição "injusta" do "bolo nacional" e se os administradores das municipalidades não dão o seu parecer na altura da elaboração do OGE, Marcelino respondeu que a decisão é tomada por Luanda. "A cabimentação é um projecto do Governo Central, em princípio", disse o responsável do Huambo.

E quanto às reuniões com os administradores, avança, "a nossa participação é mais presencial". Mas tudo indica que as coisas poderão mudar nos próximos tempos.

Marcelino fez saber que os governadores provinciais e os responsáveis pelos Gabinetes de Estudos Planeamento e Estatísticas (GEPE), dos governos provinciais, estão a trabalhar num anteprojecto de orçamento e que neste ano mantiveram já uma reunião que procurou discutir as formas de melhor o elaborar no futuro.

"Creio que, à medida que vamos adaptando os nossos mecanismos financeiros do País, a situação também irá melhorar. Lá para Julho vamos ter a programação do próximo ano, já com alguma participação, activa, nossa", adiantou, optimista.

5.14 Autarquias

A capital
09 De Março de 2013

O que se pode atestar é que, diferente da primeira proposta de há três anos que apresentava, inclusive, soluções para se combater o engarrafamento, está o facto de a UNITA pensar que todos os problemas que enfermam Luanda encontrariam soluções, com a realização de eleições autárquicas.

O líder do maior partido da oposição diz ser uma das melhores formas para resolver os problemas de Luanda, sobretudo porque os referidos problemas estão a uma dimensão que se enveredar a uma descentralização administrativa, a maneira de encarar os problemas de cada circunscrição será diferente.

O formato atual, esgrimiou, os administradores não podem tomar decisões sem depender dos pronunciamentos dos governadores e estes do chefe do Executivo. "Daí que, as autarquias dão maior espaço de decisão, porque quem se vai ocupar de resolver os problemas é aquele que os sente e convive com eles", justificou.

Na sua óptica, Angola precisa de organizar as suas autarquias locais e de eleger, com urgência, os três

órgãos do poder autárquico, que a Constituição prescreve no seu artigo 220º, que são as Assembleias Municipais, dotadas de poderes deliberativos, os órgãos executivos colegiais e os Presidentes das Autarquias.

Esta apreciação dos maninhos ganhou força depois que o Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, esclareceu que embora a Constituição consagre a realização das autarquias, não está definida a data exacta para que elas tenham lugar.

Visivelmente inconformado, Samakuva disse que Angola precisa de cumprir a sua própria Constituição para efetivar a descentralização já que ela manda-nos estabelecer os órgãos autónomos do poder local, cujos titulares terão de ser eleitos pelo povo e responsabilizados perante o povo.

Para ele, é a estes órgãos autónomos do poder local que a Lei deve atribuir competência para aprovar os planos de urbanização e de gestão das cidades ou das chamadas centralidades; regulamentar o comércio, as obras de construção, o ensino fundamental, e toda a actividade de fiscalização, incluindo a fiscalização dos inertes e da especulação imobiliária.

"Já perdemos muito tempo", frisou. Interrogado se face aos inúmeros problemas, havia necessidade de se criar outra capital política de modo a descongestionar Luanda.

Disse ser uma questão que deve ser considerada, embora não defenda a ideia de que a resolução dos problemas da capital passe pela transferência da capital política para outra cidade do país.

"Há outros países que tomaram tal decisão, como é o caso da Nigéria e Brasil", ilustrou, defendendo no entanto, o inverso, ou seja, mantendo Luanda como capital do país "para procurar desenvolver o interior, desacelerar este fosso imigratório".

"Luanda constitui uma assimetria grave", disse, tendo acrescentado que, por este facto, a complexidade da sua correção, nas suas várias dimensões, oferece à ação uma oportunidade "ímpar".

Para desenvolver uma política nacional de ordenamento do território e de repovoamento do país que permite ao Estado cumprir com eficácia a obrigação constitucional de "promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional".

5.15 Os problemas de Luanda e do país não serão resolvidos sem as autarquias

Agora

09 De Março de 2013

Para Samakuva, as autarquias constituem o "ponto-chave" para resolver a situação, mas, para o efeito, a Assembleia Nacional deverá legislar sobre o pacote legislativo do poder local, de modo a tornar completo o quadro constitucional iniciado com as eleições gerais, conforme consagrado na Constituição.

"Do nosso ponto de vista, a dimensão dos problemas de Luanda exige a criação de duas ou mais autarquias de nível supramunicipal", declarou o dirigente da UNITA.

Acrescentando que, tal como disposto nos artigos 218º e 219º da CRA, essas estruturas devem possuir "atribuições nos domínios da Educação, Saúde, Energias, Águas, Equipamento Rural e Urbano, Património, Cultura e Ciência, Transportes e Comunicações, Tempos Livres e Desportos, Habitação, Acção Social, Protecção Civil, Ambiente e Saneamento Básico, Defesa do Consumidor e Polícia Municipal".

O político sublinha também que o país precisa de organizar as suas autarquias locais e eleger com urgência os três órgãos do poder autárquico que a Constituição define no artigo 220º, as Assembleias Municipais, dotadas de poderes deliberativos, os órgãos executivos colegiais e os Presidentes das Autarquias.

Além destas preocupações, a UNITA destaca a necessidade de se abandonar o sistema de nomeação dos Governadores e Administradores Municipais.

"Pensamos que o tempo dos Governadores e Administradores serem nomeados por um só Partido acabou, porque o país precisa de cumprir a sua própria Constituição para efetivar a descentralização.

Já perdemos muito tempo. Agora precisamos de substituir a Administração local, subordinada a um só homem, pelo Poder Local, que tem órgãos próprios, representativos das respectivas populações e eleitos por elas", defendeu Samakuva.

O líder do maior partido da oposição frisa que "sem autarquias com órgãos eleitos pelo povo, recursos financeiros próprios e autonomia de gestão administrativa, os problemas de Luanda e do país não serão resolvidos".

Isto porque, continua o dirigente, é a esses órgãos autónomos do poder local que a Lei deve atribuir "competência para aprovar os planos de urbanização e de gestão das cidades ou das chamadas centralidades; regulamentar o comércio, as obras de construção, o ensino fundamental, e toda a actividade de fiscalização, incluindo a fiscalização dos inertes e da especulação imobiliária".

Tudo somado, Samakuva descreve Luanda como "uma assimetria grave", sendo que "a complexidade da sua correção nas suas várias dimensões oferece à nação uma oportunidade ímpar para desenvolver uma política nacional de ordenamento do território e de repovoamento do país".

Se este esforço for alcançado, calcula o político, o Estado poderá "cumprir com eficácia a obrigação constitucional de promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional".

Contudo, "para que as políticas traçadas pelo Executivo tenham efeito é necessário um Plano Director", independentemente dos valores de investimento.

"Mesmo que se triplique o orçamento anual equivalente a mais de mil milhões de dólares, dificilmente serão equacionados os graves problemas da saúde, da habitação e do apoio social as famílias enquanto não se corrigirem, com medidas estruturais de fundo as causas estruturais de fundo dos problemas de Luanda", rematou Isaiás Samakuva.

5.16 UNITA vai obrigar Dos Santos convocar autarquias locais em 2015

Folha 8

09 De Março de 2013

Silvestre Samy, secretário-geral adjunto da UNITA, face as manobras que visam ao adiamento das autarquias acautelou que levam a inviabilizar a Constituição da República, a própria história se encarregará de tais ofensas. Refira-se que os pronunciamentos do também General na reforma surgiram durante a abertura da campanha das autarquias locais, manchadas de constantes adiamentos do Executivo de Eduardo dos Santos, que a margem da lei castiga as forças políticas da oposição.

É legítima a crescente preocupação da população, um pouco por todo o lado, sobre a realização das autarquias locais, disse o general durante o seu

discurso, que simbolizava o lançamento da corrida eleitoral local, a partido do Huambo.

Segundo o constitucionalista, o artigo 219º da CRA afirma que, "as autarquias atribuem aos sectores da educação, saúde, energias, águas, equipamentos rurais, urbanos, património, cultura e ciência, transportes e comunicações, desportos, habitação, acção social, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento económico-social, ordenamento territorial, polícia municipal, cooperação centralizada e geminação, poder. O dirigente partidário fez acreditar aos presentes que as autarquias devolverão a autoridade local aos angolanos.

Em seus pronunciamentos, o dirigente da UNITA, culpou as autoridades angolanas, como estando desinteressadas em realizar eleições autárquicas, para Angola. O emissário de Isaiás Samakuva, ao ter escalado a província do Huambo, acusou o Executivo por exagerar as omissões sobre as autarquias locais que a estabilidade do país dependerá da vontade política que o regime proporcionar aos angolanos.

O também deputado à Assembleia Nacional sublinhou a necessidade da realização das autarquias locais, como sendo o fim das manobras dos processos eleitorais. Destacou os tipos de autarquias locais existentes entre as quais: as económicas, as industriais, as creditícias, as assistenciais, as corporativas e locais, de substrato territorial.

O parlamentar no seu discurso, acreditou que aos angolanos interessam autarquias locais, definidas como sendo: pessoas coletivas públicas, independentes e distintas do Estado. A sua origem, razão de ser, funções e metas, começam e acabam, na área geográfica da referida circunscrição.

Foi claro aos militantes do seu partido que, o Executivo teme largar a responsabilidade das autarquias locais, a sorte dos municípios. No entender daquele dirigente, o regime receia o esgotamento do poder concentrado a Eduardo dos Santos, pelo poder ter que ficar nas mãos do autarca. Sarni, ressaltou que a gestão e desenvolvimento da administração municipal, não terão dependência de Luanda.

Para a UNITA, é uma grande responsabilidade. "O autarca é um órgão descentralizado", acrescentou. Os empreendimentos que dizem respeito aos municípios, no sistema de governo atual, o dinheiro está nos ministérios e não nas administrações. O secretário-geral adjunto do galo negro disse impressionado aos seus militantes que, a simples construção de uma ponte local, o dinheiro vem de Luanda.

É tudo concentrado, por vezes o administrador e governador, nem sequer sabem. São surpreendidos, Sami disse que o seu partido pretende desenvolver o aprofundamento da democracia, com o sistema das autarquias locais.

Para ele o poder local inscreve-se na iniciativa e capacidade das populações e atua em estreita colaboração com as organizações de participação dos cidadãos, preocupado com a atual degradação em que estão botados os municípios do interior do país, o político defendeu que não bastam as estradas nacionais e os prédios de Luanda.

Sublinhou a integridade e dignidade do angolano, nas suas terras de origem, onde as estradas terciárias e pontes vão se deteriorando sem qualquer apoio do Executivo. O dirigente da UNITA questiona, o que seu partido fará, se os angolanos não realizarem eleições autárquicas, no período que vai de 2012 até 2017? Será uma violação a Constituição se tal não acontecer. "O período limite é 2015", disse. Afirmou que seu partido não permitirá a violação da Constituição. estes termos, seu partido ameaça paralisar o país, convocando manifestações, para todo território nacional, concluiu.

5.17 Autarquias podem ser solução ideal para reduzir assimetrias das regiões

Jornal de Angola
12 De Março de 2013

O presidente da UNITA disse ontem num comício no Cuangar que as eleições autárquicas podem constituir a melhor solução para as assimetrias regionais.

"Com as autarquias a solução dos problemas de um determinado município não vai depender de quem está em Luanda, mas daquele que vive com o povo e conhece as suas aspirações", declarou.

Isaías Samakuva referiu serem insuficientes os investimentos públicos no Kuando-Kubango e falou de falta de escolas e de condições de assistência médica, bem como de mau estado das estradas.

O dirigente partidário questionou o destino dado aos dinheiros do Orçamento Geral do Estado e disse que "os planos de desenvolvimento devem ser direcionados a todas as regiões, sem exceção".

"Já não se pode justificar a existência de problemas sociais tão gritantes como os que afetam a população do Kuando-Kubango", afirmou e prometeu

determinação do seu partido em trabalhar para a consolidação da paz.

"A paz e a unidade nacional não significam sermos todos de um só partido", referiu, "Tal como cada um é livre de professar a religião que bem entender, também em política deve haver liberdade de cada um escolher o partido que entende defender as suas aspirações", lembrou.

Isaías Samakuva, que disse que a diversidade étnica "deve constituir a riqueza de Angola e não servir para dividir os angolanos", apelou ao respeito, à defesa e à preservação dos valores culturais do país, bem como "à valorização das autoridades tradicionais na base da sua linhagem".

Aos jovens sugeriu que apostem na formação académica e se abstenham do consumo exagerado de bebidas alcoólicas. "Durante 47 anos, a UNITA ganhou experiência que tem permitido enfrentar e vencer as intempéries da História", declarou ao referir-se ao aniversário da fundação do partido, que se assinala amanhã.

O presidente da UNITA saudou o "Março Mulher" e garantiu que vai "continuar ao lado das mulheres e da sua luta".

Isaías Samakuva preside amanhã, em Menongue, ao ato político alusivo ao aniversário da UNITA. Na semana passada, o líder da UNITA recebeu, em Menongue, uma brochura do plano estratégico de desenvolvimento da província do Kuando-Kubango.

Samakuva elogiou, na oportunidade, o documento, afirmando que, se o plano fosse cumprido na íntegra, a província vai conhecer um desenvolvimento acelerado. O presidente da UNITA garantiu, também, apoio incondicional do seu partido para a concretização dos programas que visem o bem-estar da população na província.

5.18 Autoridades do Bié revelaram a taxa de execução do PIP

Jornal de Angola
15 De Março de 2013

A execução do Programa de Investimentos Públicos (PIP) na província do Bié, durante o ano de 2012, absorveu mais de seis mil milhões de kwanzas, com os quais foram concretizados planos de desenvolvimento daquela província.

O número foi revelado durante a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Provincial de Auscultação e

Concertação Social (CACS), realizada na quarta-feira, no Cuito.

A execução do programa "Água para todos", a construção de 200 fogos habitacionais em cada um dos nove municípios da província e de outros programas ficou orçada em 6,919 mil milhões de kwanzas, de acordo com dados da reunião.

Os números apresentados indicam ainda que o PIP está a ser aplicado em todos os municípios da província, onde o programa de construção de 200 casas sociais está numa fase de execução situada entre os 20 e os 40 por cento.

O programa "Água para todos" e a construção de fogos habitacionais em cada um dos municípios da província foram concretizados em 96 e 98 por cento.

O Conselho de Auscultação e Concertação Social foi informado sobre a insuficiência de verbas para pagar aos empreiteiros contratados para o programa de construção de 200 fogos habitacionais. Os participantes consideraram o ano de 2012 satisfatório.

5.19 Executivo forma quadros de administrações locais

Jornal de Angola
15 De Março de 2013

Funcionários públicos do município do Nzeto, Zaire, participam desde quarta-feira num seminário sobre Liderança e Gestão de Equipa, promovido pelo Instituto de Formação da Administração Local (IFAL).

O curso, com a duração de cinco dias, serve para dotar os participantes de conhecimentos relacionados com a administração e o papel do administrador, liderança, legislação específica, personalidade do líder, gestão de tempo e de conflitos, entre outros temas.

O administrador municipal do Nzeto, Pedro Miguel Lito, disse, na sessão de abertura, que a acção formativa decorre num momento crucial, tendo em conta a responsabilidade do Executivo em melhorar as condições de vida da população.

"É certo que para a concretização dos objectivos preconizados temos de ter uma máquina administrativa cada vez mais operacional e eficiente, para correspondermos às expectativas da nossa população", referiu.

A formação, na qual participam membros da administração municipal e diretores de escolas, está a

ser orientada pelo formador do IFAL, José Vitorino Sanguève.

O IFAL iniciou ontem, na província do Huambo, ações de formação dos quadros das administrações municipais, com o objetivo de melhorar a prestação do serviço público.

Na acção de formação, enquadrada no programa de formação da instituição, participam 26 quadros da administração municipal de Londuimbali, que aprendem, entre outros assuntos, técnicas de arquivo e documentação, e formas de comunicação com a população.

Em debate estão ainda questões sobre a responsabilidade e os valores éticos dos profissionais da administração pública. O IFAL promove em todo país ações de formação de quadros da administração pública para melhorar a qualidade de prestação de serviço.

A instituição pretende apostar igualmente na formação, distância dos quadros, com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação.

5.20 Administrador garante água domiciliar aos munícipes

Continente
22 de Março de 2013

Segundo o administrador do bairro operário, Tony caldas, vão dar continuidade aos projectos que não foram feitos em 2012, da terraplanagem, água domiciliar, energia eléctrica. "Mantermos o bairro operário mais limpo, neste momento será parcialmente requalificada, pela empresa pública de água de Luanda, (EPAL) que já estendeu o ramal ao nível do bairro, neste momento estamos à espera, que a requalificação começa, para começarmos o projecto de água para todos" sublinhou o dirigente. Aquele responsável avançou ainda que "vão melhorar no abastecimento da energia eléctrica e iluminação pública. Este projecto será uma realidade porque em algumas vezes registamos as ruas do bairro operário às escuras". Por sua vez a administradora do distrito urbano do Sambizanga, Mara Baptista, disse que está descontente com as empresas que têm feito a recolha de lixo no bairro operário, e nos bairros que compõem o distrito urbano do Sambizanga, por prestarem mau serviço, nos últimos dias. "Têm que mudar o seu sistema de recolha de lixo, porque cada dia que passa, os bairros do Sambizanga registam um acumulado de muito lixo, disse Mara Baptista. Joana Bernardo, moradora há mais de 15 anos, não está esperançada em dia melhores, no abastecimento de água potável,

energia eléctrica, terraplanagem, saneamento básico, porque todos os anos falam dos projectos mas não se consegue fazer nada e a população fica a espera das promessas feitas. "Nós já estamos habituados com tantas promessa e nada", rematou.

5.21 Baixos

Semanário Angolense
23 de Março de 2013

O clube 1º de Agosto

O 1º de Agosto nunca mais deixa de ser «banqueiro» do Esperance de Túnis. Sempre que se encontra com esta formação, é eliminada ingloriamente. Aliás, isto parece generalizado, uma vez que nenhuma equipa angolana já conseguiu afastar uma formação tunisina. Sempre levam. No caso particular do 1.0 de Agosto, até lembramos (em crónica de viagem), uma das primeiras desfeitas do clube militar diante dos mesmos tunisinos, em 1993, salvo o erro. Se, naquela altura, ainda ia algo esperançado, depois de ganhar ou empatar em casa, acabando porém «torturado» por 3-0, agora que até perdeu, o desastre podoser bem pior. Quando é que acaba esta malapata? •

Zeca Moreno

A administração municipal de Viana continua a manifestar-se incompetente e incapaz de resolver problemas pontuais com que a população se debate no dia-a-dia. Hoje, referimo-nos somente às águas resultantes das chuvas. Já aqui demos conta, em várias ocasiões, de que, enquanto noutras circunscrições, como os distritos urbanos do Sambizanga e do Rangel, se procede à sucção das águas das enxurradas, em Viana, os que têm essa obrigação assistem, impávidos e serenos, à «paisagem» dos líquidos estagnados, aos lamaçais e aos incómodos e estragos causados pelas águas das chuvas. Já é altura de se exigir mais trabalho aos edis. E quem não o fizer, rual!

Unita

O partido de Isaías Samakuva parece ter regressado aos tempos de lonas Savimbi, quando não parecia saber ao que ia: assinava um acordo de paz, mas depois o violava despudoradamente, antes de incendiar a pradaria. Embora não seja com o mesmo «poder bélico» daqueles tempos, o Galo Negro está também agora a «disparar» contra tudo e todos, voltando, ao mesmo tempo e em paralelo, a esgrimir a cantilena da fraude eleitoral. Às tantas, fica-se sem saber o que pretende. Fala de batota, mas não abdica nem do assento no Conselho da República nem dos

postos no Parlamento, que essas mesmas «eleições fraudulentas» lhe proporcionaram. Isto assim é sério?

5.22 Autarquias em sono profundo

A Capital
23 De Março de 2013

Dando sequência a conformação de múltiplas ações do Estado à Constituição, em 2011 o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, consultou o Conselho da República para o parecer deste órgão de consulta sobre a realização de eleições autárquicas, tendo este órgão recomendado o adiamento dos preparativos para a concretização deste desiderato.

De lá para cá, abriram-se duas vertentes: a primeira é liderada pelo ministro da Administração do Território (MAT), Bornito de Sousa, que diz acreditar que, em 2013, o CR ou Executivo e a Assembleia Nacional, "a seu nível", vão pronunciar-se sobre a questão que é "muito complexa".

As eleições, segundo afirmou, refletem o fim da cadeia de um conjunto de atividades que devem ser organizadas.

Tendo revelado a propósito que está a ser preparado um estudo detalhado com as várias componentes relacionadas com as autarquias "que oportunamente será apreciado pelo Executivo e pelo Parlamento e, a partir daí, é que podemos falar em questões muito concretas, quer em termos de prazos, quer de tarefas necessárias".

Bomito é, aliás, a única figura, depois do CR, que se refere constantemente ao assunto, esclarecendo o que se passa e que tem sido encarado também como o ponto de vista do Executivo sobre a realização das autarquias.

Inicialmente previstas para 2014, as eleições autárquicas foram adiadas para 2015, devido a um estudo preliminar que deve ser realizado sobre o assunto. Mas, nos últimos dias, já se fala da possibilidade das mesmas não se realizarem na referida data.

Agora, com o recurso à Constituição, que apenas estabelece os princípios gerais, mas ao horizonte temporal, patenteia-se a ideia da sua viabilização para breve. Um pequeno, mas importante pormenor pode, também, revelar-se um fator impeditivo para a prossecução de tal empreitada.

O censo populacional, um processo entretanto interrompido, pode adiar a realização das autarquias, pelo menos nos prazos preconizados.

Trata-se de um processo (censo populacional) que conheceria o seu ponto mais alto no ano em curso. É que para o Ministério da Administração do Território, elas (as eleições autárquicas) deveriam ter lugar apenas depois de concluído o censo populacional.

Como se não bastasse apenas o facto de não sabermos quantos somos na verdade, o anúncio da sua interrupção foi feita em tom muito baixo. E, curiosamente, a data do seu reatamento também está ainda encoberta. Numa outra frente estão os partidos políticos.

Todos eles, pelo menos entre os mais visíveis, mostram-se já atentos ao tiro da largada. Muitos deram mesmo o sinal de terem iniciado já a corrida, feito lebres em prova de atletismo.

Apesar da indefinição que paira no ar, todos os partidos políticos com assento parlamentar lançaram-se em preparativos, sobretudo junto da sua massa militante, para que as autarquias não os apanhe de surpresa.

Aliás, a oposição, amiudadas vezes, questiona as razões que estão na origem do atraso na marcação de uma data para a realização das autárquicas.

Enquanto o MPLA, de acordo com o seu vice-presidente, Roberto de Almeida, garante que vai continuar a trabalhar para as eleições autárquicas, mobilizando as suas bases para o efeito, a UNITA, na voz do seu presidente, muito recentemente exigiu do Executivo a criação de condições que permitiam a realização dessas eleições.

O mesmo aconteceu com a CASA-CE, cujo presidente, Abel Chivukuvuku, considerou este tipo de eleições como um passo fundamental para o aprofundamento da democracia no país, daí a necessidade da sua realização quanto antes.

Mas, antes disso, e por ocasião do seu congresso extraordinário, a realizar-se nos primeiros dias de Abril, vai propor uma negociação com todas as forças políticas da oposição, com assento parlamentar, "de forma a encontrar estratégias comuns de participação das eleições nas autarquias locais".

5.23 Governo não paga ao empreiteiro e inferniza a vida da população

Agora

23 De Março de 2013

A sede do município de Viana apresenta neste momento uma imagem horrível, desoladora. As suas principais artérias foram por completo esventradas e o que eram estradas esburacadas.

Numa simbiose com o asfalto aplicado no tempo colonial, deu lugar a grandes valas e montanhas de terra vermelha que, com as chuvas, transformam-se por vezes em grandes lagos e depois num autêntico lamaçal.

Um autêntico pesadelo para o dia-a-dia de milhares de habitantes daquela importante municipalidade, muitos dos quais, nos dias de chuva, não conseguem transpor os portões das suas casas.

Por tudo isso, e também pela falta de um programa concreto que defina o desenvolvimento dessa localidade, aquela que foi construída na perspectiva de se tornar o escape ou a continuidade do ordenamento de uma Luanda moderna não passa de uma amostra do desrespeito aos direitos mais elementares do cidadão. Incluindo o de entrar e sair de sua própria casa sem constrangimentos.

As obras de reparação de parte das estradas da sede do município de Viana, pela sua dimensão e peso orçamental, não estão diretamente atribuídas a qualquer pelouro da Administração Municipal, pelo que, também não devem ser imputadas responsabilidades diretas ao Administrador José Manuel Moreno, há quatro anos à frente dessa instituição.

Mas ele é o representante direto e mais visível da governação provincial e central. Logo, é o primeiro visado e quem mais sofre a pressão, embora noutra nível também esteja amordaçado pelo actual modo de gestão administrativa que, cada vez mais deixa evidente a necessidade da configuração do novo modelo assente na realização de eleições autárquicas.

José Manuel Moreno recebeu-nos com cordialidade numa sala de estar anexa ao seu gabinete que, naquele momento, como em casa do cidadão comum, não tinha luz eléctrica. Para sossegá-lo, acrescentámos aos seus argumentos de razão que "essa é a nossa realidade e não há, por enquanto, como contorná-la".

As obras, como referiu, iniciaram em meados do ano passado, na sequência da aprovação, pelo Executivo,

de um programa para intervenção nas estradas secundárias e terciárias de vários municípios de Luanda.

Para o caso da sede de Viana estão previstos vinte quilómetros de estradas, incluindo as respectivas redes técnicas, porque sempre houve grandes e graves dificuldades de escoamento de águas e da rede de esgotos, bem como de iluminação pública e outras infra-estruturas complementares.

De acordo com o Administrador José Manuel Moreno, tudo começou bem e vê-se que houve trabalho apurado de arranque que representa já avultado investimento mas, "por razões conjunturais" que não pode precisar porque não dispõe de elementos, ainda em meados de 2012 a obra conheceu um certo afrouxamento, ou melhor, quase ou completa interrupção na sua execução.

De acordo com alguns moradores que contactámos, os técnicos chineses que volta e meia ainda aparecem para conferir os estragos ao que já foi realizado afirmam que a suspensão dos trabalhos deve-se à falta de recursos do Governo, para o pagamento ao empreiteiro.

Esses munícipes não percebem como é que, nesses tempos em que se deve aprimorar a forma de programação, execução, gestão e fiscalidade de projectos, até para salvaguardar a imagem e o bom nome de quem governa, ainda se tem esse tipo de comportamento.

Até porque, os prejuízos param o exercício do comércio, instituições, circulação de meios e pessoas, das residências, enfim... De tudo e para todos, são incalculáveis.

"É uma desgraça, meu filho", desabafou a avó Chica, senhora dos seus setenta e tais anos, que com imensas dificuldades às quintas e sábados lá se vai arrastando, numa passada lenta e cautelosa para não tropeçar, em direção à paragem do candongueiro.

Por culpa dessa situação, hoje tem de pagar quatro táxis para chegar à sua igreja, Metodista do Betel, onde há dezenas de anos cumpre escrupulosamente as suas obrigações espirituais. Como ela há muitas outras. Mas José Manuel Moreno sossega todos os seus munícipes.

"Essa questão tem sido colocada como preocupação ao Ministro da construção e também ao Governo da província e, segundo informações que nos chegaram recentemente, o problema está equacionado no sentido de, nos próximos dias, as obras retomarem o seu ritmo normal e serem concluídas".

Mas percebe-se que, por força desse desarranjo, está difícil inclusive a manutenção ordem pública. Tanto assim é que, a entrada da via principal de acesso à sede do município, apesar da barreira de chapas de zinco, já deu lugar a um concorrido mercado.

Contudo, percebemos também que mais do que a falta de verbas para continuidade da obra, houve uma certa desarticulação, provocada em parte pela reforma efetuada na estrutura do Executivo.

No início da obra ela estava a cargo do ministério do Urbanismo e Construção que, entretanto, foi desmembrado em dois, designadamente, o ministério do urbanismo e Habitação e o Ministério da Construção.

E na sequência disso, órgãos e os quadros responsáveis por essas empreitadas foram igualmente vinculados a estruturas diferentes, passando a responsabilidade também para outros.

Não houve continuidade, alegadamente porque o domínio de cada caso leva o seu tempo. O suficiente para transformar a vida dos moradores da sede do município de Viana e de todos aqueles que têm necessidade de transitar por ela, num autêntico inferno.

O contacto com o Gabinete do ministro para clarificação de todas essas questões não foi possível porque, apesar da nossa insistência, não fomos bem-sucedidos nas tentativas, por via do telefone do seu director.

5.24 Censo piloto está em preparação

Jornal de Angola

25 De Março de 2013

O censo piloto na província do Uíge começa, em Maio próximo, nas comunas do Icoça e Sacandica nos municípios de Quimbele e Maquela do Zombo, anunciou o responsável dos Serviços Provinciais do Instituto Nacional de Estatística. Domingos Bengui, que falava no encerramento do seminário de qualificação de agentes de campo para o censo que decorreu de 19 deste mês até quinta-feira última, disse que a acção de formação reforçou as condições técnicas e práticas para o arranque do censo piloto. Os Serviços Provinciais do INE mobilizaram 120 agentes de campo que vão começar, no dia 16 de Maio, o censo piloto nas localidades de Icoça e Sacandica. Domingos Bengui informou que os técnicos seleccionados devem cumprir a meta de recensarem todas as pessoas. Domingos Bengui garante que as localidades escolhidas oferecem boas condições para testar a capacidade dos agentes de

campo sobre os procedimentos e metodologias operativas, administrativas e logísticas que devem ser usadas durante a realização do censo piloto.

Actualização da cartografia

Garantiu que os técnicos já trabalham na actualização da carta cartográfica da província. "Estamos a preparar as caminhadas através da actualização dos limites geográficos da província, atendendo que os limites da divisão geográfica de alguns municípios nunca foram devidamente definidos", disse o responsável do INE na província do Uíge. Domingos Bengui garante que os agentes estão prontos a enfrentar o desafio apesar das dificuldades que possam encontrar no terreno. O vice-governador para o sector económico, Carlos Samba, recomendou aos grupos técnicos de Luanda, Kwanza-Norte e Uíge a trabalharem com espírito patriótico, no recenseamento das populações e reiterou que a realização do censo constitui uma actividade de capital importância económica e social para Angola. "A recolha de dados estatísticos sobre a distribuição e localização da população vai facilitar a realização de acções que garantam o seu bem-estar e os agentes têm uma grande missão que deve ser exercida com patriotismo", afirmou o vice-governador. Participaram também no seminário 35 técnicos das províncias do Uíge, Luanda e Kwanza-Norte.

5.25 Autarquias devem avançar mas com sustentabilidade

Jornal de Angola
27 De Março de 2013

As autarquias devem aparecer no momento certo, quando existirem garantias de sustentabilidade, pois o estado de desenvolvimento social e económico dos municípios constitui pressuposto importante para o seu sucesso, considerou ontem, em Quilengues, o seu administrador municipal, Armando Vieira.

Em declarações à Angop, à margem do seminário sobre "As autarquias-experiência de Cabo Verde", que decorreu no Lubango, Armando Vieira concordou que todos devem aderir ao processo.

"Mas com os pés assentes no chão, a começar pela promoção de ações capazes de esclarecer as administrações - municipais e os gestores das administrações".

Armando Vieira disse que é preciso estudar bem a situação para que quando se chegar à altura certa, o processo ser aplicado com sustentabilidade.

"Nesta altura as receitas locais ainda são insignificantes e os recursos do Orçamento Geral do Estado (OGE) continuam a ser o peso de todo este processo", disse. O administrador comparou a realidade cabo-verdiana à angolana e disse notar atraso neste processo.

O administrador municipal dos Gambos, Elias Sova, considerou que para a institucionalização das autarquias é preciso realizar alguns estudos, "porque Angola está ainda atrasada neste aspecto".

A experiência de Cabo Verde deu algumas mostras do que deve ser adotado ou não para a efetivação do processo, "mas ainda há que estudar outros exemplos, porque alguns municípios não têm condições para arrancar", declarou Elias Sova.

5.26 Huambo garante condições para início do censo piloto

Jornal de Angola
27 De Março de 2013

A diretora do Instituto Nacional de Estatística (INE) na província do Huambo, Eurásia Demba, garantiu ontem que estão criadas as condições técnicas e humanas para o arranque, no dia 16 de Maio, do censo piloto.

Eurásia Demba informou que em Fevereiro foram nomeados os grupos técnicos e neste momento estão a ser ajustadas as estratégias que vão permitir a realização do censo piloto com sucesso.

O processo vai decorrer nas comunas do Hengue e Luvemba, no município do Bailundo, e vai durar aproximadamente um mês. Em Abril vai começar o processo de formação dos grupos técnicos. Eurásia Demba esclareceu que o censo piloto serve de antecâmara ao censo geral que acontece em 2014.

O censo piloto vai ocorrer nas províncias do Cunene, Kuando-Kubango, Kwanza-Norte, Huambo, Luanda, Uíge e Namibe.

O Executivo está empenhado na preparação do Recenseamento Geral da População e Habitação, uma operação completa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos e socioeconómicos num período específico de todas as pessoas residentes e das habitações existentes no país.

A realização do censo vai ser determinante para se saber exatamente a estrutura da população e da força de trabalho, a sua distribuição geográfica e as áreas de investimentos prioritários.

5.27 Febre da especulação invade a moral da autoridade tradicional

Folha 8

30 De Março de 2013

A especulação, a apetência pelo lucro fácil é a principal causa da elevação da tabela de pagamento de multas de três cabeças para vinte e cinco bois, em algumas comunidades autóctones, em justiça tradicional, penas aplicadas aos homens achados culpados pela prática de adultério ou abuso sexual as mulheres alheias.

A aplicação desta tabela considerada estrondosa a julgar pelo exagero de animais exigidos e grosseira por colidir com os costumes da terra, praticada em algumas comunidades autóctones da província, deixa autoridades tradicionais "regedores, sobas grandes e séculos" e outros anciãos sem jeito.

Segundo o soba grande do Namibe, José Boné, um dos poucos com capacidade reconhecida, não só no atendimento e tratamento dos problemas das comunidades, mas pelo facto como tem se preocupado com a sua formação académica, encontrando-se a frequentar décima segunda classe, especialidade de história, com promessas de ser o único soba no país com licenciatura em história, descreveu o caso de grave.

"Estamos apreensivos com o que está a acontecer e não tem outro nome se não a especulação. Vamos ter que combater este mal, porque não faz parte da cultura do nosso povo, pedir 25 bois de ukhoy", disse.

Vinte e cinco cabeças de bois, paga-se a mulher que já divorciou mais de duas vezes e o homem que ficar com ela tem a plena consciência de que foi mulher do outro, portanto nisto, cobra-se os gastos suportados pelas vezes do divórcio e não se pratica no caso de adultério, esclareceu.

As autoridades tradicionais da província manifestam-se preocupadas com o tal comportamento traduzido num vírus da especulação que Simultaneamente concorre na violação e banalização dos valores e normas tradicionais, concretamente nos julgamentos costumeiros aos homens apanhados em flagrante acto sexual com mulheres alheias.

Para a surpresa do soba grande do Namibe e de outros sobados, as cobranças de 25 cabeças de gado bovino por adultério, valor igual á dois milhões e quinhentos mil kwanzas, equivalentes a 25 mil USD é um acto de especulação que deve ser combatido sem tréguas.

"Qualquer sociedade, rege-se por normas enquanto autoridade tradicional, enquanto defensor dos valores culturais do nosso povo, não podemos permitir anarquia e desordem", acrescenta que um fórum das autoridades tradicionais poderá acontecer nos próximos dias para debelar este assunto que mexe com a honra da cultura de um povo.

José Boné explica e fala pelos nomes dos três bois que tradicionalmente um homem procede a entrega à família da mulher no acto do pedido de casamento tradicional, os mesmos segundo ele, que devem ser cobrados ao adúltero que eventualmente for apanhado a envolver-se sexualmente com a mulher alheia.

Os três bois que se pagam a família da mulher antes do casamento tradicional são: Thuinha, boi para a festa do pai, Namatuka boi também entregue aos pais da noiva, que se destina ao pagamento do ventre da mulher, porque os filhos a nascer passam a ser verdadeiramente do pai, sob pena de pertencer perpetuamente a família da mulher se não for pago.

O terceiro boi Kouina, este destina-se a família da mãe da mulher, literalmente para repor o boi gasto aquando da festa da puberdade ou ufiko ou efiko.

Em regras gerais, são estes, os bois que cobrado aquém for apanhado a relacionar-se sexualmente com a mulher alheia, mas desde que é levado ao soba mediante a prova que por natureza cultural, pode ser catana, faca, pano ou outro meio, em resposta a palavra "Umbapo" deixa ai alguma coisa.

O caso mais recente, aconteceu na localidade de Muhombolo, Comuna de Kapangombe, Município da Bibala, onde um jovem "Mucubal" que diz chamar-se pelo nome de Boné, aparenta ter 35 anos de idade, depois de ter sido acusado de relacionar-se sexualmente com Kandiyo, mulher de Bachinika, lhe foi exigido ao pagamento de 25 bois.

Bachinika e seus familiares, armados de Mutungas, catanas e purinhos, levaram o caso ao seculo da área conhecido por Hakamuty, por sinal, sobrinho do acusado, aquém exigiram 25 cabeças de gado por indemnização á Bachinika.

O Caso foi presenciado pela reportagem da voz de América no local e terminou num ambiente bastante controverso, onde os familiares do acusado negaram pagar o número de bois exigidos, por alegadamente não fazer parte dos princípios das normas tradicionais daquela comunidade.

A composição de trinta homens familiares de Bachinika ameaçaram agredir o acusado, promessas

de feitiço também não faltaram, valendo a calma e meandros dos mais velhos na solução do caso.

O Soba grande do Namibe, José Boné, homem conhecedor da cultura local, "kuvale", põe os pratos limpos e diz que toda e qualquer sociedade rege-se por princípios, a febre de cobranças exorbitantes de cabeças de gado bovino nas penalizações de Ukhoi não fazem parte da tradição Kuvale.

O Soba grande chama a atenção das comunidades sobre os perigos que podem antever em torno da banalização dos princípios deixados pelos ancestrais e sobretudo, quando se pretende enriquecer em nome da cultura de um povo.

Um fórum ao nível das autoridades tradicionais, para debater-se sobre a questão, poderá acontecer nos próximos dias, visando dirimir o actual o clima de conflito com as normas consuetudinárias, que segundo o soba grande do Namibe, têm como primazia, a apetência pelo lucro fácil, impondo-se no entanto um combate acérrimo contra os autores da especulação.

5.28 Fundações assumem papel de relevo na sociedade

Jornal de Angola
30 De Março de 2013

Afonso Van-Dúnem Mbinda falava quinta-feira no Centro de Conferências de Belas durante o acto de abertura do primeiro Encontro de Fundações Nacionais. Afirmou que as profundas alterações constitucionais, políticas, económicas e sociais ocorridas em 2002 no país, permitiram à sociedade civil angolana começar a organizar-se.

Afonso Van-Dúnem Mbinda disse que o papel das fundações tem mudado porque procuram adaptar-se às condições sociais, económicas, culturais e políticas das sociedades onde estão inseridas.

Considerou que os grandes desafios políticos, económicos e sociais determinam a formulação de um paradigma de atuação dos diferentes atores sociais.

O presidente da Fundação Sagrada Esperança disse que apesar da maioria das fundações serem instituições de direito privado, sem fins lucrativos, a sua acção visa promover o bem-estar e a qualidade de vida das populações.

"Embora os estatutos sejam diferentes, as fundações e as ONG podem ser consideradas parceiras económicas e sociais que desenvolvem actividades

como complemento aos esforços do Executivo em prol do desenvolvimento", disse.

A cooperação internacional pode ser um factor preponderante do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas dos países menos desenvolvidos.

A presidente do conselho de administração da Fundação Lwini, Joana Lina, assegurou que a instituição tem como meta até 2014 desenvolver actividades "sempre fiéis à bandeira da solidariedade e do grupo alvo que são as pessoas portadoras de deficiências e as mulheres rurais".

Joana Lina disse que a fundação pretende, durante este período, avançar para a sua consolidação e melhorar a sua eficácia.

A presidente do conselho de administração da Fundação Lwini disse que a instituição tem estado a desenvolver projectos, com destaque para as ajudas técnicas e com meios de locomoção, às crianças com deficiência, aos centros ortopédicos e ao centro de acolhimento do Lar Kuzola, cuja gestão está a cargo da fundação.

Fernando Alvim, vice-presidente da Fundação Sindika Dokolo, considerou o encontro de extrema importância, porque permitiu com que diferentes fundações se conhecessem com mais profundidade e ao mesmo tempo estabeleçam políticas de acção no que diz respeito à sua participação na sociedade angolana.

Acrescentou ainda que o encontro permitiu igualmente projetar o futuro com políticas conjuntas, a vice-presidente da Fundação Sindika Dokolo referiu que o papel das fundações na sociedade angolana é fundamental.

Fernando Alvim defendeu que em pleno século XXI não é possível que só o Estado tenha a obrigação de gerir as sociedades.

"As instituições da sociedade civil são fundamentais para que os governos possam realizar os seus objectivos de uma forma mais abrangente e que sejam parceiras do Estado na solução da maior parte dos problemas que afligem as sociedades", disse.

O primeiro encontro de fundações nacionais, que terminou ontem, teve como objetivo aproximar as fundações nacionais para melhor se conhecerem, construir uma visão estratégica entre as fundações e as comunidades beneficiárias e a criação de mecanismos para concertação permanente.

Estiveram presentes no primeiro encontro nacional, a Fundanga, FESA, Fundação António Agostinho Neto, Fundação Brilhante, Fundação ESCOM, Fundação Sistec, Fundação Madre Teresa de Calcutá, Fundação Sol, Fundação Quissama e Fundação Mulher com Cancro da Mama.

As fundações têm sido parceiras fundamentais do Estado no domínio social, onde contribuem para ajudar a população, sobre carenciadas.

5.29 Censo piloto acontece em Maio

Jornal de Angola

31 De Março de 2013

O censo piloto, que inicia a 16 de Maio do corrente ano, está previsto para as províncias de Luanda, Cunene, Huambo, Kuando Kubango, Kwanza Norte, Uíge e Namibe.

O também diretor-geral do instituto Nacional de Estatística (INE), que falava à imprensa no final da visita de constatação do ministro do Plano e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, efetuou às suas instalações, considerou o gesto do governante um vector impulsionador para o trabalho até a realização do censo piloto 2013.

Segundo Camilo Ceitas, até ao momento foi feita a recolha de informações relativas à carta cartográfica, com o intuito de municiar os agentes censitários de ferramentas. Informou que serão recrutados cerca de mil agentes, preferencialmente jovens estudantes e professores para o censo piloto, enquanto para o censo geral contam recrutar mais de 50 mil elementos, que vão ser submetidos a ações de formação.

O responsável anunciou que os trabalhos de campo da cartografia estão concluídos, faltando somente as áreas de difícil acesso em algumas províncias, que poderão ser atingidas com o apoio das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional.

O Executivo angolano está engajado na preparação do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2014), também designado por censo, uma operação completa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos e socioeconómicos num período específico de todas as pessoas residentes e das habitações existentes no país.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Extinto banco Sonangol/CGD e criado Banco de Poupança e Promoção Habitacional

O País

01 De Março de 2013

O banco de investimento a criar pela petrolífera angolana Sonangol e a Caixa Geral de Depósitos (CGD) está formalmente extinto', anunciou o presidente do Conselho de Administração da petrolífera nacional no decurso da conferência de imprensa que assinalou o seu 37º aniversário. Francisco Lemos acrescentou que o Banco de Promoção para o Desenvolvimento foi extinto com a emissão de uma licença pelo Banco Nacional de Angola (B A) a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional.

'O banco Sonangol/CGD está formalmente extinto. Foi extinto na data em que o BNA emitiu uma licença a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional', disse Francisco Lemos. À nova instituição, cujo capital será integralmente realizado pela petrolífera angolana, deverá iniciar a actividade dentro de um a três meses.

'Neste momento, o banco está formalmente constituído, e desenvolve diligências organizacionais e de provimento de pessoal para que o mesmo entre em actividade, precisou.

A constituição de um banco de investimento pela CGD e pela Sonangol foi anunciada em Março de 2009, aquando da visita oficial a Portugal do Presidente José Eduardo dos Santos. O capital social, de USD 1.000 milhões, em partes iguais, nunca foi integralmente satisfeito, tendo apenas a Sonangol procedido ao aprovisionamento da sua parte. Fonte da Sonangol disse à Lusa no final da conferência de imprensa da passada quinta-feira que a extinção do banco data de há dois meses.

6.2 Temos ainda muitos problemas a propósito

Semanário factual

De 02 a 09 de Março de 2013

Em entrevista ao Factual, o director de Tráfego e Mobilidade de Luanda, Jorge Bengue, referiu que

ainda existem muitos problemas quanto ao trânsito na capital do país, havendo projectos para reverter a situação que se vivencia na capital.

Por outro lado, põe-se em questão o comportamento indisciplinado da maioria dos taxistas e de outros condutores, que contribuem tanto para o surgimento das longas filas de trânsito que tiram a paciência a qualquer pessoa logo às primeiras horas da manhã.

Esta é uma designação que foi dada à antiga Direção Provincial dos Transportes de Luanda. A Direção Provincial de Tráfego e Mobilidade tem como missão executar as políticas do Executivo no domínio dos transportes na província de Luanda.

Ou seja, aquelas questões que passam pela gestão do tráfego automóvel, emitir parecer sobre o que deve ser feito em termos de planeamento para a concepção das vias, as prioridades que eventualmente o Ministério da Construção e a direcção provincial de Obras Públicas devem ter em termos de intervenção na rede viária, para facilitar a circulação rodoviária, isso na perspectiva da gestão do tráfego.

Por outro lado, ainda é incumbência da direcção provincial de Tráfego e Mobilidade velar pelos transportes públicos, como a criação de condições para a gestão do sistema de transporte público, a sua promoção, o licenciamento da actividade e todas as questões que estão sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes. A mobilidade a nível de Luanda ainda não é aquilo que desejamos. Temos muito trabalho para fazer. Este não é um trabalho que se limita apenas em intervenções isoladas, do ponto de vista da direcção provincial ou somente do governo provincial de Luanda, tendo em conta que Luanda é a capital e é aí onde se concentra a maior densidade populacional do país, e é Luanda que tem o parque automóvel tal como sabemos.

Portanto, temos ainda muitos problemas a nível de mobilidade em Luanda, mas ações concretas estão a ser levadas a cabo, quer pelo Ministério dos Transportes, como pelo GPL, o Ministério da Construção e o Ministério da Administração do Território, no sentido de todos os projectos que cada um destes sectores está a desenvolver procurar criar uma mobilidade sustentável na província de Luanda.

Estou a falar propriamente de projectos, que tem a ver com os eixos viários. Sabemos, concretamente, que Luanda esta a beneficiar de obras, quer de melhorias ou de requalificação dos eixos estruturantes, quer nas vias secundárias e terciárias, obras estas que estão a ser levadas a cabo pelo Ministério da Construção.

Em parceria com o Governo no Provincial de Luanda bem como intervenções a nível de políticas de transporte com a execução de projectos que estão a ser conduzidos pelo Ministério dos Transportes e o GPL, que tem a ver com o transporte marítimo.

Este projecto já está a ser implementado na sua fase inicial em termos de infra-estruturas. Estão já definidos os traçados e decorre no momento da construção dos cais terminais. Quanto ao caminho-de-ferro, é hoje uma realidade, e a própria empresa está a desenvolver a sua prestação de serviço para melhorar a mobilidade, quer a nível do aumento da frequência do comboio, quer a nível da melhoria das estações em termos de infraestruturas.

Importa-nos aqui referir que está para breve a entrada em funcionamento do BRT (Transporte Rápido de Autocarros), que é um meio de transporte de massas que o Conselho de Ministros já aprovou. O projecto, que é da responsabilidade sustentável na província de Luanda.

Estou a falar propriamente de projectos, que tem a ver com os eixos viários. Sabemos, concretamente, que Luanda está a beneficiar de obras, quer de melhorias ou de requalificação dos eixos estruturantes, quer nas vias secundárias e terciárias.

Obras estas que estão a ser levadas a cabo pelo Ministério da Construção, em parceria com o Governo Provincial de Luanda bem como intervenções a nível de políticas de transporte com a execução de projectos que estão a ser conduzidos pelo Ministério dos Transportes e o GPL, que tem a ver com o transporte marítimo.

Este projecto já está a ser implementado na sua fase inicial em termos de infra-estruturas. Estão já definidos os traçados e decorre no momento da construção dos cais terminais.

Quanto ao caminho-de-ferro, é hoje uma realidade, e a própria empresa está a desenvolver a sua prestação de serviço para melhorar a mobilidade, quer a nível do aumento da frequência do comboio, quer a nível da melhoria das estações em termos de infraestruturas.

Importa-nos aqui referir que está para breve a entrada em funcionamento do BRT (Transporte Rápido de Autocarros), que é um meio de transporte de massas que o Conselho de Ministros já aprovou. O projecto, que é da responsabilidade do Ministério dos Transportes, com o traçado já definido. Portanto, estamos a falar de vias que serão feitas especificamente para acolher um tipo de transporte de passageiros. Este projecto está numa fase inicial.

Existe já a empresa a trabalhar no traçado e, provavelmente, este ano começam as obras da construção das infra-estruturas. Respondendo de forma objetiva esta questão, deixa-me dizer que todas as cidades do Mundo que têm ou tiveram problema de congestionamento igual ao nosso, primaram por uma aposta na promoção dos transportes públicos.

Portanto, os projectos que eu acima referi visam impulsionar o uso dos transportes públicos, ou seja, a nossa ideia é de encorajar os cidadãos que tem o carro próprio a aderir aos transportes públicos.

Neste momento, ainda não temos a qualidade para atingirmos estas metas, e a execução destes projectos visa, fundamentalmente, oferecermos estes serviços de transporte público com qualidade, e isso significa conforto, segurança e rapidez.

Vamos entrar agora na execução do orçamento/2013 e tenho a certeza que as obras em curso vão ganhar um outro dinamismo.

Temos muitas vias em Luanda que foram adjudicadas pelo Ministério da Construção e pelo GPL, e que estas obras efetivamente continuam a uma velocidade não desejada, mas com o início do ano económico certamente que vamos começar a ter a conclusão de muitos destes troços.

Mas o objetivo desta empreitada é criar várias alternativas aos atuais eixos estruturantes onde normalmente se faz a circulação. De uma forma geral, nós temos quase todos os eixos estruturantes críticos as manhãs naquele movimento à entrada. Para o casco urbano, isso na maioria das interseções das vias com os eixos estruturantes, sobretudo no perímetro próximo à entrada da zona antiga da cidade.

Falando concretamente das estradas da Samba, da Deolinda Rodrigues, da 21 de Janeiro da Pedro de Castro Van- Dúnem Lay, da estrada de Cacucaco, do Ngola Kiluanje, do Hoji ya-Henda, bem como da Lueji Aconda.

Quando começamos a nos aproximar junto da área consolidada às manhãs, temos o trânsito lento, isso para além de vários pontos de estrangulamento que temos ao longo destas vias que, na maioria das vezes, coincide com alguns entroncamentos, cruzamentos, bem como outras obstruções causadas por paragem irregular dos taxistas.

Para já, a prioridade é eliminarmos os pontos de estrangulamentos que, com ações simples e pontuais, podemos criar fluidez naquelas vias, ou seja, acabar com um problema num ponto qualquer que causa embaraço ao trânsito, como a travessia constante de

peças nos eixos estruturantes, bem como a venda ao longo das vias.

Foram identificados um total de 53 pontos de estrangulamento do trânsito na província de Luanda. Nós, no ano passado, quer o GPL, em parceria com o Ministério da Construção, construímos 13 passagens aéreas com maior incidência para a avenida Deolinda Rodrigues (estrada de Catete) onde foram feitas oito passagens.

Visaram, fundamentalmente, eliminar os constrangimentos que se viviam nesta avenida, tendo em conta os congestionamentos e as mortes causadas por atropelamentos. Ao mesmo tempo, por uma questão de melhor direcionar as travessias dos peões, fizemos a vedação ao longo dos separadores centrais, como forma de contenção do tráfego de peões.

Portanto, é nosso objetivo continuar com a construção das passagens aéreas ainda este ano, para ver se conseguimos cobrir os 53 pontos identificados.

Nós temos a proibição de circulação no casco urbano de veículos pesados com a tonelada acima de 3.5 toneladas. Existem vias eleitas para a circulação destes veículos como a estrada da Samba, a estrada da Boavista, mas num horário específico que vai das 22 horas às 05 horas da manhã.

Mas existem casos excepcionais, mas este deve carecer de uma autorização dada pela Direção Provincial de Tráfego e Mobilidade, e nos casos de incumprimento da lei a polícia tem estado a fiscalizar.

Acredito, sim, na melhoria da circulação noturna, visto que a iluminação não só facilita a circulação mas também reforça a segurança rodoviária.

Portanto, quando falei sobre a requalificação das vias secundárias e terciárias, bem como sobre os eixos estruturantes, queria também dizer que esta requalificação é um trabalho integrado que não se estende apenas as vias e as sinalizações mas também a iluminação.

São obras que ainda estão em curso e as empreitadas a nível de sinalização e iluminação ainda não estão terminadas, pelo que tão logo terminem estas intervenções, tenho plena certeza de que teremos melhorias na circulação noturna.

O governo da província teve o cuidado na elaboração da proposta do orçamento para este ano, ao propor uma rubrica que se chama tapa buracos, em que se pretende aumentar a capacidade da ENCIB. O orçamento foi aprovado e, certamente este ano, vamos ter alguma intervenção mais notável.

A nova centralidade do Kilamba é um projecto que ainda não terminou, e todas as infra-estruturas que vão alimentar aquela centralidade também ainda não terminaram.

Estão em execução, estou a falar das vias de circulação, obras que estão a ser feitas pelo INEA; se reparar, da zona do Cemitério do Camama está a ser levado a cabo um trabalho de requalificação de todos aqueles acessos.

E este ano, vai se notar o arranque de muitas obras, na perspectiva de integrar, do ponto de vista da mobilidade, a zona nova e antiga de Luanda.

São muitos, mas, numa primeira fase, pensamos em eliminar com ações imediatas de grande impacto, com todos os pontos de estrangulamento do trânsito, ou seja, continuarmos com a construção das passagens aéreas, bem como continuamos a construir os abrigos para os passageiros dos transportes públicos.

Pensamos ainda avançar com a informação do sistema de transportes nas paragens dos autocarros. Já começamos a trabalhar na elaboração dos mapas com os itinerários que os nossos autocarros fazem na cidade de Luanda, que estarão disponíveis nas paragens de autocarros.

Portanto, o cidadão está sentado e tem toda informação sobre a rota efetuada por determinado autocarro. Estamos ainda apostados, para este ano, começamos a realizar um processo de formação dos motociclistas, condutores dos ciclomotores, com cilindrada até 50 centímetros cúbicos. É responsabilidade do GPL legalizar o meio e habilitar o próprio condutor.

6.3 A Sonip, a Delta e a teoria do caos

A Capital

02 De Março de 2013

Até parece ontem. Mas foi mesmo em Novembro de 2012 que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou os responsáveis pela gestão das centralidades habitacionais erguidas em Luanda a encontrarem mecanismos para facilitarem o acesso dos cidadãos às residências disponíveis. A caminho do quarto mês, desde que o Chefe de Estado deu tal ordem, pode dizer-se que ela foi cumprida? Na próxima segunda-feira, 04 de Março, a Delta Imobiliária e a Sonangol Imobiliária e Participações (Sonip) reiniciam o processo de inscrições e venda de apartamentos em duas das cinco centralidades

abertas, no princípio de Fevereiro deste ano, para o público interessado e, claro está, financeiramente capacitado. Estão apenas disponíveis apartamentos nas centralidades do Kilamba e Cacuaco, segundo anúncio dos dirigentes da Sonip, os mesmos que revelaram a inexistência de mais apartamentos vagos nas demais três centralidades, nomeadamente, de Capari, Zango e Quilómetro 44. É, já, um dado certo que as inscrições retomam na segunda-feira, mas não se sabe em que modalidades deverão ser inscritos os candidatos às habitações disponíveis. Embora a Sonip tenha advogado a necessidade de se proceder a um balanço das actividades realizadas como justificativa para a suspensão, por uma semana, do processo de inscrição e venda de habitações, a opinião pública entende, no entanto, que a forma atabalhoada como se conduziu a tarefa, ao longo dos primeiros 20 dias, pode ter influenciado a paralisação ora levantada. Foram, na verdade, 20 dias de terror.

Quem esteve nestas centralidades, tenha sido para fazer inscrição ou, apenas, para constatar o curso das coisas, experimentou com certeza a mesma sensação de terror denunciada publicamente ao longo de quase todos os dias de duração da primeira fase da venda de residências. Foi, na verdade, uma espécie de salada de sabor amargo, por conta da mistura de ingredientes impróprios para consumo: a desorganização, a incompetência, a corrupção e a falta de respeito para com próximo. Entre o Novembro, da ordem presidencial, e o Fevereiro, do início da venda aberta das residências, passou-se tempo demais para que as coisas tivessem decorrido como decorreram. Fica, assim, subjacente uma apologia, da Delta e da Sonip, da teoria do caos na vã expectativa de que as coisas, de tão desorganizadas que estavam, se pudessem arrumar por si. Ou, no que é pior, uma esperança de que as dificuldades impostas pela desorganização acabassem por criar facilidades, para um certo grupo de pessoas, deveras alheias ao interesse público e aos princípios mencionados pelo Presidente da República quando pediu a desburocratização do processo.

Esta não foi, na verdade, a primeira vez que o caos instalou-se nas centralidades. Pelo menos a nível do Kilamba, houve, bem antes das declarações de José Eduardo dos Santos, um outro processo de inscrições, com resultados nulos, mas com o mesmo grau de ineficiência, levando as pessoas a pernoitar ao relento, sem as mínimas condições exigidas, para conseguirem ao menos inscrever-se como candidatos. Na segunda-feira, 04 de Março, quando o processo reiniciar, quais serão as modalidades de inscrição? Nem a Sonip, gestora dos projectos, ou a Delta, responsável pelas inscrições e vendas, deram uma explicação suficientemente esclarecedora a propósito. A demais, ambas as instituições fazem do silêncio

uma ferramenta obrigatória na relação que mantêm com o público, posicionando-se bem lá no alto dos seus pedestais, olhando para baixo, como se os demais mortais à sua voltam fossem seres inferiores por desejarem comprar uma residência. A disponibilização dos primeiros 40 mil apartamentos, em Luanda, constituiu-se no sinal mais forte da viabilidade da política habitacional desenvolvida pelo Executivo. Sem levar em conta outros aspectos, temos de convir que é um mérito grande apresentar tal número de habitações em zonas infra-estruturadas, capazes de oferecer conforto, dignidade a quem lá conseguir viver. Provavelmente, há acertos a serem feitos, apertos e arestas por limar. Mas, para começo da história, deve dizer-se que se está no bom caminho, sobretudo quando a meta é construir 300 mil unidades em todo o país. Sem dúvidas, é um aspecto positivo, cujo impacto, todavia, vai sendo empurrado para a negatividade pela prestação deficiente daqueles a quem as autoridades confiaram a gestão. Apesar do esforço da construção de todas as habitações, e infra-estruturas associadas, ou, até mesmo, da orientação presidencial para baixar os preços a ponto tal de permitir a um maior número de angolanos o acesso às casas, a verdade é que, se as modalidades de inscrição e venda não mudarem para melhor, no futuro mais ninguém vai lembrar-se do esforço, tão-somente da zaragata característica da actuação da Sonip e da sua contratada Delta Imobiliária. E isso precisa, urgentemente, de ser mudado. Afinal, apesar da abertura do processo de venda, da entrega de algumas residências, a orientação de José Eduardo dos Santos não está a ser cabalmente cumprida. Quatro meses depois, as centralidades construídas em Luanda e, com destaque para o Kilamba, continuam fantasmagoricamente assustadoras.

6.4 Kilamba provoca “queda de preço” dos condomínios

Folha 8

02 De Março de 2013

O sector imobiliário em Angola já teve os seus momentos em alta, quer em venda a pronto pagamento bem como em arrendamento e a renda resolúvel. O valor exorbitante da habitação nos condomínios privados em Angola perdeu a valia com a construção das centralidades do Kilamba, Zango, Capari, Cacuaco e Km 44.

De acordo com o inquérito, processado pelo proprietário do "Jardim do Éden", "Jardim e Rosas", "Condomínio Bengo" e outros, denotado como um dos mais caros da capital, relata que "com a implementação destes imóveis o valor cairia a metade

do preço anteriormente executado", conforme se verifica na tabela de preços daqueles condomínios.

Os mesmos avaliam que estas modalidades implementadas pelo governo terão os mesmos contornos que os demais projectos. Como exemplo, analisam a modalidade de venda dos apartamentos do Projecto Nova Vida e teve de ser abandonada porque os inquilinos não pagavam a renda e a lei não permite ao Estado descontar diretamente os valores nos salários.

Pelo que, parece ser novamente um problema não previsto pelo governo, uma vez que o primeiro projecto habitacional abraçou este desafio e fracassou nos primeiros três anos, quando a intenção era de os inquilinos pagarem as habitações em 20 anos. De recordar que, a prioridade para a aquisição de um apartamento no modelo renda resolúvel com ou sem capital inicial, recai para trabalhadores da função pública, cujo cordão laboral está essencialmente ligado às estruturas dos diferentes ministérios e empresas públicas.

Tal modelo adotado pelo Executivo para a venda dos apartamentos pela via resolúvel, através da empresa Sonip "Sonangol Imobiliária e Propriedades", gestora das centralidades, é muito similar ao da primeira fase do projecto Nova Vida. Ao seu tempo, a primeira e segunda fase do projecto, contemplaram habitações para a função pública, na intenção de atribuir a classe trabalhista meios de adquirir a própria casa em regime resolúvel.

No entanto, foi o Governo que definiu a necessidade de beneficiar trabalhadores da função pública após estudo e aprovação do regime de venda, sem capital sólido. Portanto, o acordo cingia-se na modalidade de pagamento durante 20 anos, através do fracionamento do valor e sem quaisquer ajustamentos em função da taxa de juro ou da desvalorização da moeda.

6.5 Sonangol lança banco de crédito á habitação

Agora

02 De Março de 2013

Ao assinalar o 37º aniversário da Sonangol, o Presidente t2 do Conselho de Administração (PCA), garantiu que essa instituição foi extinta com a emissão de uma licença pelo Banco Nacional de Angola (BNA) a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional.

Francisco de Lemos afirmou que "o Banco Sonangol/CGD está formalmente extinto, na data em que o BNA emitiu uma licença a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional". O PCA calculou entre um e três meses para a implementação do novo banco, cujo capital será integralmente realizado pela petrolífera.

"Neste momento, o banco está formalmente constituído, e desenvolve diligências organizacionais e de provimento de pessoal para que o mesmo entre em actividade", avançou o patrão da Sonangol.

Para a constituição do Banco de Poupança e Promoção Habitacional, a Sonangol, em conjunto com a Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) comprou a participação de 50% detida pelo grupo Caixa Geral de Depósitos no Banco para a Promoção e Desenvolvimento, instituição que dispunha de licença do Banco Nacional de Angola, mas que nunca iniciou a actividade.

De recordar que a constituição de um banco de investimento pela petrolífera e CGD foi anunciada em Março de 2009, aquando da visita oficial a Portugal do Presidente da República Eduardo dos Santos.

No entanto, os sucessivos incumprimentos da parte portuguesa levaram a concessionária nacional a abdicar do negócio, visto que o parceiro (CGD) nunca aprovisionou o capital social, de mil milhões de dólares, tendo apenas a Sonangol procedido ao aprovisionamento da sua parte.

A intenção primeira do banco de investimento entre os dois estados foi anunciado para apoiar e financiar projectos de maior dimensão na economia do país, nomeadamente na área de grandes infraestruturas.

Com a abertura do Banco de Poupança e Promoção Habitacional (BPPH), o sector bancário nacional contará com 24 bancos comerciais.

Aquando da assinatura do memorando da sua constituição, o Chefe de Estado angolano destacou a criação deste banco de fomento, dizendo que seria "um instrumento importante na criação de parcerias entre os dois países".

E o então Primeiro-Ministro português José Sócrates, revelou na altura que o ato era um sinal positivo na relação económica entre os dois países, no qual "os dois governos se empenharam fortemente e que sinaliza a excelência e a maturidade das relações económicas entre os dois estados."

Ao assinalar o 37º aniversário da criação da Sonangol, Francisco Lemos Maria anunciou também que a

empresa que dirige comercializou 5,85 milhões de toneladas de diversos produtos refinados em 2012, um número que representou um aumento de cerca de 19% em relação a 2011, ano em que a companhia obteve lucros avaliados em 33 mil milhões de dólares.

Os principais produtos refinados consumidos e de maior crescimento, em 2012, foram o petróleo de iluminação, gasóleo e gás butano. No entanto, fruto da liberalização do mercado interno de combustíveis, a Sonangol efectuou vendas a outros agentes no montante de 1 milhão de toneladas, com destaque para a gasolina e o gasóleo.

Em termos de armazenamento de combustíveis líquidos, também aumentou no ano passado para 729 mil toneladas. Naquilo que são os investimentos da empresa, a Sonangol já controla 19,44% do capital social do Banco Comercial Português (BCP), o maior banco privado português.

A participação da empresa no capital do BCP está próximo dos 20% e lembrou que "continuaremos a manter essa posição acionista".

Todavia, a participação traduz não só a consolidação da Sonangol como o maior acionista do BCP, mas também o facto de que a companhia controla de forma isolada a mesma fatia de capital que os restantes acionistas qualifica- dos todos juntos.

O aumento da participação da Sonangol no BCP deverá ter ocorrido em bolsa, uma vez que, de acordo com a última posição conhecida, datada de Outubro de 2012, a petrolífera controlava 15,08% do BCP. O aumento da participação da Sonangol para 15,08% ocorreu no âmbito do programa de recapitalização, estabilização e crescimento do banco.

O BCP é uma das cotadas portuguesas com maior dispersão de capital, contando atualmente com mais de 180 mil acionistas, mas a petrolífera tem autorização do Banco de Portugal para reforçar até 20% a sua participação no capital social do BCP.

Segundo Francisco Lemos Maria, a Sonangol abrirá, este ano, um leilão para a atribuição de 15 blocos de exploração petrolífera. Segundo as declarações do PCA, 10 dos 15 blocos, todos situados em terra, ficam na bacia do rio Kwanza e os restantes na bacia do rio Congo.

Quanto a produção petrolífera, cresceu, em 2012, à taxa de 4,5%, cifra que elevou a produção interna a 75 mil barris/dia, embora a empresa tivesse antecipado um aumento de pelo menos 13,3%, o que representaria um adicional de 188 mil barris por dia.

Relativamente ao projecto Angola LNG, o Administrador Executivo, Baptista Sumbe, afirmou que a fábrica de processamento de gás natural, no Soyo, Província do Zaire, enfrenta alguns constrangimentos de ordem técnica. Reconhecendo o atraso, disse ainda que, em consequência dos constrangimentos, cujos contornos não referiu, estão em curso obras na fábrica, que deverão ficar concluídas dentro de quatro a cinco semanas.

Assegurou, por outro lado, que tão logo terminem as obras será comunicada a data da realização do primeiro carregamento de gás natural liquefeito.

São acionistas do projecto Angola LNG, que tem potencial para processar 1000 milhões de pés cúbicos de gás por dia a ser comercializado nos mercados interno e externo, a Sonangol Gás Natural Limitada (22,8%), Cabinda Gulf Oil Company Limited (36,4%), BP Exploration (Angola) Limited (13,6%), ENI Angola Production B.v. (13,6%) e Total LNG Angola Ltd (13,6%) .

6.6 Sua qualidade de vida (conclusão)

Agora

02 De Março de 2013

Ponto prévio: com esta 3ª e última parte, dou por concluída a abordagem deste tema que inicie há três semanas, neste espaço que me tem sido graciosamente reservado. A construção de novas centralidades, enquadra-se na política habitacional que enfatiza a construção de cidades satélites ou até mesmo de cidades dormitórios (home countries), com vista a combater ou reduzir a congestão urbana ou corrigir disparidades urbanas.

Kilamba, é o postal mais divulgado deste modelo de urbanização. Apesar de não estar ainda habitada em 50% da sua capacidade disponível, a obra é gigantesca. Impressiona pela positiva, quem a vê ao longe e até ao perto. Mas a admiração diminui, quando se entra nos apartamentos e se constata a pequenez dos quartos, a diminuta cozinha sem os armários tradicionais e a dimensão da sala de visitas/jantar mesmo nos apartamentos T3, também deixa algo a desejar!

Nota-se que no interior, os acabamentos não foram devidamente caprichados e aqueles elevadores, meu Deus não sei quanto tempo irão durar! Mesmo assim, houve melhorias significativas em termos habitacionais, se se comparar com as casas demolidas nos musseques e as casotas dos zangos, ainda que estas sejam consideradas económicas, contrariamente às do Kilamba.

Em competição com a Centralidade do Kilamba, existem ainda disponíveis para compra/venda, apartamentos numa vintena de prédios situados no Km 14, ali bem perto da FILDA e ao longo do caminho de ferro. Além disso, o Executivo construiu uma "floresta de prédios" nas imediações do Zango, junto à via rápida Cacucaco/Benfica. Visitei também estes 2 locais, entrei nos prédios, observei os espaços verdes e de estacionamento á volta e registei os dados!

Mas é preciso não esquecer, que antes de optar por este modelo de centralidades, o Governo angolano, havia ensaiado um modelo de construção habitacional mais pequeno: do tipo zonas residenciais P

(bairros). É o caso do bairro chinês; das quinhentas casas; do bairro da Polícia (em Viana); do bairro Nova Vida (vivendas) que já abordei. Nestes bairros, a tipologia de construção adotada, foi a de casas horizontais, quase sempre geminadas e com quintal.

Este é, de resto, o modelo predominante, nas restantes províncias do país. Em Luanda, estão a aplicar-se vários modelos, sendo um para as classes mais pobres (inclui casas horizontais e prédios como p.ex. o bairro Nova Vida 2/ apartamentos) e o outro (dos apartamentos e condomínios) para as classes com mais rendimentos.

Como se pode ver, não há um critério linear, único para pobres e abastados, no que a tipologia de habitação diz respeito! Para além do facto de ter constatado vários casos de gente abastada, que compra casas horizontais ou apartamentos em bairros sociais, restauram-nas ou transformam-nas completamente e habitam nelas ou melhor ainda alugam-nas!

E este negócio (aluguer de casas) tem estado a enriquecer muita gente! Não sou apologista desta forma de edificação vertical utilizada nas "famosas" novas centralidades que se estão a construir. Angola tem 1.247.600 km² de espaço territorial (terra).

O povo africano bantu em geral e o angolano em particular, por fortes razões culturais e de índole reprodutiva (muitos filhos por casal e vários parentes dependentes) não se acomoda de forma mais confortável em apartamentos. Viver em prédios altos (torres de betão) é complicado para o africano.

Pior ainda quando há uma grande insuficiência e permanente irregularidade no fornecimento de energia, água potável e baixos níveis de saneamento básico (esgotos e recolha de lixo). No momento em que os elevadores avariaram e o morador do prédio

tem de carregar a botija de gás, o bidon de água, as compras etc., Até ao 4º ou mais andares em cima, ali começa a degradação da qualidade da sua vida, que o apartamento novo era suposto melhorar!

Mas há quem defenda que isto é modernidade. Eu discordo! Modernidade ou modismo, não é progresso. Viver em apartamento, ainda que de luxo, não dá melhor qualidade de vida do que viver cá em baixo, numa boa vivenda, com um amplo quintal onde podemos ter uma horta, jardim, árvores de sombra ou de frutos. Senão, os milionários não viveriam em mansões e contentar-se-iam com apartamentos!

Não plantem ilusões nas pessoas, para não colherem frustrações e revoltas! A construção generalizada de habitações na vertical, só é boa solução em países densamente povoados, de reduzida extensão territorial e com grande capacidade de geração e distribuição de energia e água. Não é o caso de Angola, pelo menos por enquanto (até daqui a 2025 ou mais!).

É o caso dos Emiratos Árabes Unidos (Dubai p.ex.); do Japão; de Portugal que é 14 vezes e meia mais pequena do que Angola. E mesmo assim, neste país europeu, é maravilhoso ver tantas vivendas, mansões e habitações horizontais nas cidades e no campo. Um bom exemplo sem dúvidas de urbanização moderna, saudável, agradável à vista, com belos efeitos arquitetónicos em que os prédios altos coabitam pacífica e harmoniosamente com as vivendas notando-se uma grande preocupação pela preservação e valorização do meio ambiente.

Estou a falar de Portugal, este belo país europeu. Espanha é outro país onde se pode apreciar uma urbanização saudável em quase todas as cidades:- Madrid, Barcelona, São Sebastian etc. destacam-se, com prédios altos harmonizando agradavelmente, com edifícios baixos etc.

Mas não é preciso dar exemplos europeus, em Cape Town; Durban; Pretória e até mesmo Johannesburgo, estão aqui bem perto na África do Sul, para mostrar aos que mandam no Executivo angolano, o que são cidades modernas com rosto humano, acolhedoras, ecologicamente saudáveis e lindas, do ponto de vista arquitetónico.

Por isso e não só, se enchem de turistas idosos de vários cantos do mundo! E são turistas a sério, que vão para estes países com o único propósito de passar férias e desfrutar das belezas naturais e boa qualidade de vida que estas cidades lhes proporcionam! Não têm nada a ver com os ditos turistas que vêm a Angola apenas para negócios ou

para espreitar uma boa oportunidade de emprego! Luanda e outras cidades de Angola estão a desenvolver-se mal. Estão a fazê-las crescer de forma pouco ordenada no que a harmonia urbana, a arquitetura das construções, os acessos diz respeito.

É nisto que dá a falta de estudos aprofundados sobre a matéria! Se o que estão a fazer com as nossas cidades é modernizar, então que moda é esta e onde a foram buscar? Parece que em Luanda, querem imitar o Dubai, mas só se for nas palmeiras que plantam no lugar das acácias rubras, ou de outras árvores de sombra a que sempre estivemos habituados.

Porque em relação aos prédios que estão a construir no centro da cidade, uns ao lado dos outros, cada um competindo com o outro no que a luz solar e os ventos diz respeito, são quase todos iguais. Rectilíneos e rectangulares quanto baste; sem contornos redondos, nem design que deslumbre!

São autênticos paralelepípedos de betão, alumínio e vidro e pouco espelhado, para iludir um pouco mais. No lugar dos esgotos residuais e pluviais cuja rede devia escoar para centros de tratamento, antes de serem despejados ao mar instalam fossas sépticas, cuja durabilidade é limitada. Insiste-se em alargar as mesmas ruas, demolindo as casas nas laterais e criando mais conflitos com os cidadãos.

É preciso construir ruas novas, melhores asfaltadas, melhor sinalizadas, 15 com túneis e passagens aéreas, para os roboteiros e quitandeiras, acarretadores de água, animais e peões em geral. É preciso construir vias aéreas, principalmente nos cruzamentos (rotundas etc.) porque não podemos continuar a perder tanto tempo economicamente útil no trânsito infernal, que tanto mal faz a saúde de cada um de nós e tantos custos provoca à economia nacional.

As boas infraestruturas são aquelas que se constroem no presente, mas com uma durabilidade futura (a longo prazo) garantida. A fiscalização do trânsito tem de ser mais permanente e rigorosa sem cobiçar a "gasosa"! Tem de se expandir a iluminação nas ruas e estradas, para ajudar a estancar o alto índice de mortalidade por acidentes rodoviários de, que Angola é campeã e reduzir o índice de criminalidade, a que todos estamos sujeitos.

O seguro automóvel contra terceiros, não pode ser relaxado como está a acontecer! A inspeção periódica da operacionalidade dos automóveis, tem de ser iniciada. Circula-se sem para-brisas, sem faróis, nem piscas nem stops, nem travões, mesmo durante a noite.

É uma loucura quase coletiva! Os parques de estacionamento, a céu aberto e fechado (excepto os dos aeroportos) estão aonde? Os motoristas, principalmente os dos transportes coletivos, têm de ser periodicamente reexaminados e suas cartas de condução, rigorosamente inspecionadas.

A poluição sonora produzida pelas farras depois da meia noite e música alta da vizinhança e discotecas que nunca deviam ser autorizadas a funcionar em zonas residenciais, tudo isso deve ser punido com fortes sanções financeiras e outras.

A poluição do ar, pelos gases carbónicos de viaturas velhas não inspecionadas nem proibidas de circular bem como a dos aviões (na Europa/ América, já se paga) e até das fábricas, deve ser devidamente fiscalizada e tributada.

As sucatas de viaturas, pneus velhos, electrodomésticos e outra maquinaria avariada e atirada para lixeira nas localidades, no mar e rios e ao longo das ruas e estradas, é um atentado à saúde e devem ser provados programas para a sua recolha e reaproveitamento ou depósito subterrâneo em lugares apropriados.

As bases de sustentação da saúde pública nas zonas urbanas dependem da tomada destas e de muitas outras medidas. As crianças angolanas estão a nascer num ambiente infestado, agressivo e hostil. Nós adultos, também estamos a envelhecer mal, neste mau ambiente.

É preciso que o Executivo se empenhe mais afinadamente, para tornar Angola e principalmente as suas cidades, num bom lugar para nascer, crescer e envelhecer! O desenvolvimento humano passa pelo desenvolvimento dos espaços onde o ser humano vive.

Um desenvolvimento sustentado, assente em políticas verdes de defesa e protecção ambiental. Jardins, parques públicos; áreas de lazer e de recreação; campos desportivos, cinemas, teatros, circos infantis etc. traduzem boa qualidade de vida, civilização e progresso.

E é isto que ainda escasseia nas nossas cidades. Precisamos de avançar mais rapidamente, para colmatar este défice de boa qualidade de vida nos espaços urbanos de Angola. As cidades não podem continuar a ser um espaço de embrutecimento, de "salve-se quem puder" e de "morte lenta" como acontece em Angola e principalmente em Luanda, sua capital.

Uma Angola bonita, com lindas e saudáveis cidades, será com certeza mais nossa, orgulhará cada um de

nós, envaidecerá cada angolano. Mas, não pensem que esta grande empreitada, de transformar Angola num bom país para se nascer e viver, só compete aos nossos concidadãos que estão no Governo.

O Executivo sozinho nunca conseguirá resolver integralmente os problemas inerentes a boa urbanização. Partidos políticos na oposição devem dar contribuições. A sociedade civil, igrejas, empresários e população em geral têm de participar nos esforços do Governo, através de críticas construtivas e responsáveis, denunciando o que estiver mal, fiscalizando, dando sugestões enfim, exercer de forma consciente e mais participativa, a cidadania enquanto munícipes!

Agora, ficar ali nos cantos sempre a lamentar, a sujar e estragar o que é de todos, ou a estrebuchar de raiva, mostrando recalamentos contra tudo e todos, sem dar opiniões ou fazer algo que valha não ajuda em nada!

Eu tenho feito a minha modesta parte! Não nasci mudo e não andei tantos anos a estudar e a formar-me no país e no estrangeiro, para ficar de braços cruzados e com a mente adormecida, assistindo ao filme, sem nele participar! Xalenu nhi mahezu ma kidi.- Voltarei.

6.7 Imobiliária retoma hoje comercialização de casas

Jornal de Angola
04 De Março de 2013

O processo de comercialização de habitações nas novas centralidades de Luanda, suspenso a 22 de Fevereiro, é retomado hoje, conforme foi divulgado, há dias, pelo presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Francisco Lemos.

O gestor da maior empresa pública angolana informou, numa conferência de imprensa, realizada no dia 26 de Fevereiro, por ocasião de mais um aniversário da Sonangol, que já haviam sido vendidos mais de 18 mil habitações e sublinhou que já não havia moradias à venda nas centralidades do Musseque Capari, KM 44 e do Zango, este último conhecido oficialmente por "Vida Pacífica".

A segunda fase do processo, que hoje arranca, vai colocar à venda os restantes apartamentos que se encontram na Cidade do Kilamba e na centralidade do Cacuaco.

A Sonangol, Imobiliária e Propriedades (SONIP), empresa responsável pela comercialização dos imóveis do Estado, justificou a suspensão do

processo, que teve início a cinco de Fevereiro, pela necessidade de proceder ao seu balanço.

Na conferência de imprensa, que serviu para aclarar as razões da suspensão do processo e anunciar a data do seu reinício, o administrador executivo da Sonangol Gaspar Martins reconheceu ter havido turbulência e desequilíbrios na capacidade de atendimento ao público que ocorreu às centralidades.

Por isso, após 15 dias de trabalho, a SONIP foi aconselhada a proceder ao interregno para balancear a actividade e encontrar formas de correção de falhas. O administrador referiu que a principal lição tirada da primeira fase das vendas de imóveis é de que se devem vender as casas em grande escala e quando já estão concluídas.

6.8 Ministério discute planeamento territorial

Jornal de Angola
04 De Março de 2013

O Ministério do Urbanismo e da Habitação realizou durante quatro dias, em Luanda, o primeiro seminário nacional de Urbanismo, Cartografia, Geodesia e Propriedade Horizontal. Participaram do mesmo quadros seniores, vice-governadores para a Área Técnica e outros quadros.

No ato de abertura do referido seminário, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse aos presentes que "este seminário de capacitação é dirigido, fundamentalmente, aos diferentes quadros da Administração Pública, com o objetivo de abordar matérias que hoje constituem preocupação para o cumprimento exitoso do Programa do Executivo relativo a área do Urbanismo e Habitação".

Sobre essas palavras do ministro José Silva, o director provincial do Urbanismo e Ambiente da Lunda- Sul, Francisco Tchicanleneno, revelou ao Jornal de Angola que a situação urbana da circunscrição merece mais atenção e cuidado, por que nas zonas rurais algumas autoridades tradicionais têm concedido terreno aos populares sem terem em conta a legislação vigente no país sobre a Lei de Terra e Ordenamento do Território.

"Temos sensibilizado os populares no sentido de não se dirigirem às pessoas não autorizadas. Tendo em conta o Plano Nacional de Urbanismo e Habitação estão em construção 200 fogos em cada município e para este ano entra em construção a nova centralidade de Saurimo, com dois mil fogos", garantiu.

Francisco Tchicanleneno assegurou que na província existem técnicos preparados que estão a trabalhar na sensibilização dos populares no sentido de cumprirem com o plano que o Executivo traçou para melhor organização das cidades.

Ao Jornal de Angola, o director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo, Habitação e Ambiente, Zacarias Camuenho, referiu que com a paz há necessidade premente de se por ordem nos planos urbanísticos da província, porque "hoje estão em construção vários fogos no âmbito do plano de urbanismo e habitação e infraestruturas sociais".

Zacarias Camuenho precisou que ao nível de Benguela, o sector realizou vários seminários na área de cartografia. "A nossa estratégia, em termos de urbanização, é a de mobilizar empresários do ramo para fazerem um trabalho em que todos ganham", disse.

A grande preocupação, realçou, é a invasão de terreno que tem sido feita por muitos populares. "Os órgãos afins têm feito o seu trabalho para impedir esse tipo de prática e punir os infratores", garantiu.

O engenheiro geógrafo do Instituto de Geofísica e Cartografia de Angola (IGCA), Mário Guedes, disse que a situação urbana de Luanda é muito delicada e "é preciso revitalizar tudo a nível de capacitação de quadros na área de geodesia, cartografia e topografia. Só assim estaremos em condições de fazer um bom trabalho a nível nacional".

A vontade política do Executivo, frisou, no sentido de dar maior atenção à área cartográfica e de geodesia está patente nesse seminário "em que participam quadros com uma certa experiência e estão em condições de resolver problemas sobre a urbanização".

Mário Guedes corrobora com a opinião do ministro José Silva de que "com a presença dos técnicos no seminário, estamos em condições de responder com eficácia às solicitações da nossa população e de asseguramos a melhoria da qualidade de vida que todos nós temos direito".

O referido seminário teve como objetivo específico discutir a alteração da legislação, com relevo para a matéria do ordenamento do território o desenvolvimento de um programa nacional de informação e a densificação e qualificação da actividade de planeamento e ordenamento do território.

Um técnico superior do Ministério do Urbanismo e da Habitação garantiu que dentro da densificação e qualificação da actividade de planeamento e

ordenamento do território deve-se mobilizar os atores e incentivar os mesmos na concertação e participação no sistema de elaboração e avaliação definidas para as políticas urbanas.

Depois das discussões dos técnicos, estes concluíram o seminário com a aprovação de 11 pontos importantes. Nicolau Frederico, do Centro de Documentação e Informação do Ministério do Urbanismo e Habitação, disse ao Jornal de Angola que uma das conclusões foi a elaboração de uma carta de riscos como salvaguarda da população e dos seus bens.

E uma prioridade que deve ser devidamente integrada nos instrumentos de ordenamento do território, frisou. "É necessária a disponibilização de meios técnicos e financeiros na resolução dos problemas inerentes à expansão urbana, com destaque para a urgente intervenção de estruturação e qualificação das áreas de ocupação informal", disse.

A simplificação dos procedimentos e a superação da burocracia, reconheceu, são fatores determinantes na resposta atempada aos problemas da população e ao próprio desenvolvimento económico do país, em particular no que respeita a constituição da propriedade horizontal.

"A geodesia e a cartografia são instrumentos de apoio necessários ao desenvolvimento e, em particular, à implementação das políticas públicas de planeamento, ordenamento e gestão do território", asseverou. O secretário de Estado para o Urbanismo, Manuel Clemente Júnior, disse, no encerramento do seminário, que os participantes "conseguiram mais ferramentas para a materialização do Plano Nacional de Habitação".

"Os temas abordados foram criteriosamente selecionados devido a importância de que os mesmos se revestem nesta fase particular do desenvolvimento do país, em que o Executivo está apostado no Plano de Habitação", disse.

Uma fonte da consultoria Proenfis, que ministrou o seminário, realçou que a primeira sessão deste programa consistiu na auscultação dos responsáveis da administração nos domínios do urbanismo e da cartografia de forma a aferir o processo metodológico e o âmbito de intervenção face à realidade atual.

"A oportunidade desta iniciativa assenta no esforço que o país tem vindo a desenvolver, essencialmente, nas áreas de habitação, infraestruturas e dotação de equipamentos coletivos, que exigem um planeamento territorial de suporte, com vista à qualificação e ao

equilíbrio territoriais e a melhoria efetiva da qualidade de vida das populações urbanas e rurais", referiu.

É de realçar que foram oradores especialistas portugueses nas áreas de ordenamento do território, do sistema nacional de informação geográfica, de geodesia e produção cadastral.

6.9 Ambiente económico favorece o sector imobiliário angolano

Jornal de Economia e Finanças
05 De Março de 2013

O sector imobiliário do país, nos últimos anos, tem vindo a registar níveis aceitáveis de competitividade, por causa do ambiente económico, segundo o relatório anual publicado pela empresa Abacus em parceria com a Savills.

Segundo o documento, numa avaliação profunda sobre o comportamento do mercado imobiliário angolano durante 2012 e na sua perspectiva para 2013, estas empresas, que estão ligadas ao mercado de consultoria e mediação imobiliária, nos sectores de escritórios, armazéns, comércio e residenciais, destacam uma evolução constante, apesar de ainda, como consideram, se registar alguns constrangimentos.

Segundo o relatório, Luanda continua a ser o principal polo imobiliário de Angola, embora em outras províncias, numa escala dificilmente comparável, como o Lobito, Benguela, Soyo (Zaire), Cabinda e Namibe, possam vir a desenvolver-se, sempre alicerçados no investimento produtivo.

Dos destaques urbanísticos da capital angolana, realce recai para o emblemático projecto da Baía de Luanda, lançado em 2012, que pela sua dimensão, na visão dos especialistas da Abacus e Savills, irá mudar a imagem da cidade, dando um cariz internacional ao nível do melhor que há no mundo, sendo um desafiante projecto de engenharia.

Na visão das duas firmas, o estado geral do mercado continua o seu caminho para a maturidade, atestado pela exigência dos clientes/ utilizadores dos activos imobiliários.

Apesar desta constatação, os promotores do relatório entendem que existem ainda alguns constrangimentos, com particular realce aos processos burocráticos e bastante complexos, embora se assista a progressos, para os promotores imobiliários obterem a inscrição nas finanças e os registos prediais definitivos.

Poucos terrenos com escritura colonial registada (de posse plena); insegurança jurídica na transmissão da propriedade, especialmente terra; falta de terrenos licenciados nos centros da cidade; falta do ordenamento do território e de Planos Directores para as cidades, pese embora estejam a ser feitos esforços nesse sentido pelas entidades responsáveis.

No leque dos constrangimentos acrescenta-se a necessidade de infra-estruturas básicas, sendo este um terna de difícil e complexa resolução, podendo a prazo vir a limitar novos projectos no centro da cidade além da redução do número de construções anárquicas, nos centros urbanos. O relatório revela que um dos grandes problemas que o sector imobiliário enfrenta é a insuficiência de recursos humanos qualificados, apesar das universidades angolanas disponibilizarem vários cursos ligados a este segmento, a fonte destaca ainda que não produzem o suficiente para o forte crescimento económico e das empresas.

As características predominantes do mercado tem vindo a manter ao longo dos últimos três anos, constata-se um dado dominante, que tem influenciado negativamente o mercado e que se traduz na ideia errada no conjunto, certa em parte, de que há excesso de oferta imobiliária e os produtos são caros.

Segundo atesta o relatório conjunto, opiniões como esta têm sido produzidas normalmente por entidades externas ao mercado, formadas com dados insuficientes e muitas vezes incorretos, pois não atentam a elementos determinantes para uma correta análise do sector, não estando consideradas as localizações, qualidade de construção, tipo de produto ou mesmo o subsegmento em causa (escritórios/ comércio/logística/industrial).

A promoção imobiliária em Angola pode demorar de quatro a seis anos, desde o momento da posse da terra até à produção final do produto imobiliário. Na visão das duas empresas, este segmento é um dos mais difíceis e de maior risco da actividade económica, pois qualquer alteração na conjuntura interna ou externa, como as verificadas, nos últimos três anos, podem ter uma influência determinante no resultado final de uma promoção imobiliária.

Quanto à oferta, a fonte sublinha que em determinados segmentos tem-se vindo a assistir a um aumento da oferta. Além do sustentado crescimento das organizações presentes em Angola, a continuada entrada de multinacionais, alguns líderes mundiais dos sectores de actividade onde atuam, permitem afirmar que "Angola é um país com procura imobiliária, onde faça sentido investir".

As tipologias T1 e T2 lideram o segmento com maior procura, essencialmente para o arrendamento e por determinados montantes que têm estabelecido nos Business Plan, variando em função dos sectores de actividade de cada empresa. O relatório destaca que a generalidade dos projectos conjuga a vertente residencial com serviços e comércio, permitindo evitar perdas de tempo nas deslocações, dividido ao complicado trânsito de Luanda.

É nos edifícios usados que efetivamente se encontram alguns acertos nos preços, resultantes da falta de maturidade dos proprietários, que não estão preparados para pequenas oscilações na procura.

6.10 Banca muda modelo de financiamento

Jornal de Economia e finanças
05 De Março de 2013

O sector bancário tomou-se mais exigente na concessão do crédito imobiliário, a julgar pela transformação do mercado. O relatório da Abacus e da Savills referente a 2012 aponta a falta de consistência nos projectos remetidos à banca como um dos fatores que criam receios ao financiamento.

Além disso, os bancos criaram equipas de especialistas que avaliam detalhadamente as propostas apresentadas. Por causa desta mudança, os promotores começam a perceber que terão de aportar mais capital próprio aos negócios, dado que o volume de vendas em planta é hoje reduzido, tomando-se decisivo o apoio de profissionais na componente comercialização e marketing.

Ou seja, avança-se para o normal modelo de negócio internacional. O relatório revela que, em paralelo com outros mercados internacionais, a nova realidade descrita irá selecionar os intervenientes do mercado.

Outra constatação prende-se com a grande mudança que começou a afetar transversalmente o mercado imobiliário angolano, incluindo promotores, "banca, consultores e todos os seus restantes agentes.

O mercado deixou de ser na sua maioria de clientes nacionais e passou para os clientes empresariais internacionais. A preferência tem recaído para o arrendamento à compra, apesar da apresentação de "payback" (pagar de volta) de seis a sete anos, na comparação da compra de arrendamento.

O documento revela que já começam a surgir os investidores imobiliários que adquirem os ativos arrendados, principalmente privados, além dos investidores institucionais angolanos.

Em dois a três anos, com uma adequada lei do arrendamento (determinante), ficará salvaguarda a questão dos licenciamentos/propriedade horizontal e da inscrição dos imóveis nas finanças e do registo das propriedades nas conservatórias.

O mercado residencial em Luanda caracteriza-se por escassez de soluções de crédito imobiliário para a emergente classe média angolana, com exceção das centralidades, que, para se ter acesso, adotou a renda resolúvel.

A cidade de Luanda continua bastante activa especialmente quando comparado com outras. O mercado de Luanda esta dividido em centro, zona Norte, Talatona, Benfica, Camama e Viana. O documento salienta que o mercado enfrenta atualmente um novo paradigma.

A mudança comportamental da procura, quer da doméstica, quer da internacional, está a exigir evoluídos processos de "due-diligence" na contratação de instalações.

As zonas mais procuradas, as também conhecidas "nobres", são Miramar, Bairro Azul, Alvalade, Cruzeiro, Vila Alice, Cidade Alta e Baixa de Luanda. No distrito da Ingombota, está a começar a surgir uma nova zona na cidade: a Praia do Bispo.

A zona Norte de Luanda está também em franco crescimento, com realce para o projecto do Sambizanga, que será considerada uma zona de excelência, num horizonte temporal de curto ou médio prazo.

Os valores de venda são por metro quadrado (m²) e os arrendamentos são por mês, por tipologia de T2 e T3 nos apartamentos e de três a cinco quartos nas moradias.

No que se refere ao mercado de arrendamento residencial, Luanda caracteriza-se, actualmente, por uma clara falta de oferta de espaços adequados para os grandes negócios, o chamado Business Plan das organizações.

Outra característica deste segmento prende-se com a exigência dos proprietários no recebimento das rendas antecipadas, no equivalente de seis a 12 meses de renda, para contratos médios de três anos.

O segmento de escritórios de Luanda tem um comportamento idêntico ao de qualquer outro lugar no mundo, vive do crescimento económico e dá-se um natural aumento das organizações traduzido num maior número de pessoas e na necessidade de espaços onde trabalhar.

Segundo o relatório, tem-se vindo a assistir à particularidade de se estarem a instalar multinacionais, inclusive alguns líderes mundiais dos segmentos onde atuam, esperando este ano a entrada de várias empresas do sector diamantífero.

Dada as atuais características de funcionamento e operacionalidade, a estrutura logística de Angola terá de ser alicerçada nos três dos quatro portos marítimos existentes.

A interligação desses portos com o transporte ferroviário será, no futuro, determinante para o desenvolvimento sustentado de Angola. A construção de novas estradas entre as províncias é outro dos fatores determinantes para este segmento, constatando-se a intenção de entrada de operadores logísticos internacionais.

Atualmente, o segmento imobiliário logístico e de armazenagem está associado maioritariamente à indústria petrolífera, com a ocupação dos armazéns owner occupier (ocupados pelos proprietários). A procura de armazéns está a aumentar, particularmente, nas zonas de proximidade dos portos.

O índice de pobreza tem vindo a diminuir, facto que contribui para elevar o poder de compra das populações. O segmento de retalho tem vindo também a registar um crescimento acentuado. Em Angola aplicam-se três diferentes conceitos, nomeadamente centros comerciais (shopping centers), retail parks e lojas de rua.

Quanto aos centros comerciais, existem no mercado três investimentos e espera-se em 2014 a inauguração de mais dois ou três empreendimentos. No mercado surgem os retail parks, uma sequência dos centros comerciais. Recentemente, foi lançado o primeiro no Lobito (Benguela).

Encontra-se também em projecto, na zona do Camama, o Luanda Retail Park. Actualmente, é possível encontrar em Luanda, nas principais ruas da cidade, lojas que vendem algumas das emblemáticas marcas internacionais, desde a Parfois, Boss, Adidas, Nike, Lacoste, Porche Porcelanosa.

6.11 Ministério do Urbanismo e Habitação organiza procedimentos de licenciamento

Jornal de Economia e Finanças
05 De Março de 2013

O sector do urbanismo e habitação vai imprimir novas metodologias de trabalho, que impulsionem uma planificação mais ordenada na ocupação de terrenos. A informação foi avançada, na semana passada, pelo ministro do pelouro, José Silva, durante a realização do primeiro seminário sobre "Urbanismo, Cartografia, Geodesia e Propriedade Horizontal".

Com a medida, vai ser aplicado um reforço da preparação dos técnicos dos sectores público e privados envolvidos nos processos de elaboração, acompanhamento, aprovação e execução dos planos.

De igual modo, irá articular os diferentes diplomas legais virados à urbanização. O ministério de tutela está também preocupado com os procedimentos do licenciamento geral no sector da habitação, por isso, durante o fórum fez-se uma apreciação da legislação, a execução de práticas correntes como a propriedade horizontal e respectivos registos, com vista à acelerar o processo de regularização das frações de habitação.

Esta situação ocorre também nos sectores do comércio ou serviços, constituindo assim a posse do património imobiliário um ativo de facto do cidadão, mas que proporcione condições para o incremento das receitas fiscais do Estado. O seminário analisou também assuntos atinentes a regulamentação atual em matéria de habitação.

O objetivo consiste em introduzir uma regulamentação inovadora e realista nas áreas e sistemas de qualidade mínima, sem descorar, os hábitos e localização geográfica dos empreendimentos. No seminário, foram discutidos aspetos da regulamentação vigente em matéria de habitação na perspectiva de equidade social e coesão. Este trabalho exige envolvimento e empenho dos responsáveis, órgãos políticos e técnicos com responsabilidade.

Por sua vez, a especialista em direito do ordenamento do território e urbanismo, Fernanda Paula Oliveira, é apologista para uma urbanização rural com vista a evitar o êxodo nas cidades por parte de alguns Cidadãos provenientes das zonas rurais. A responsável que dissertou sobre o tema "Ordenamento Rural", considera a necessidade de se criar um aproveitamento rural adequado para se evitar a fuga para as grandes cidades.

Por sua vez, Eugénio Correia, director nacional da Habitação, considerou proveitoso o seminário por habilitar os técnicos de técnicas necessárias para o ordenamento territorial. "Quando não se investe na zona rural, todos se aglomeram nas grandes cidades, causando problemas de superpovoamento. Continuarmos a urbanizar as cidades em detrimento das zonas rurais estaremos a encorajar o êxodo rural", apelou.

Dali a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre a zona rural e as cidades, colocando à disposição todas as infra-estruturas essenciais para o desenvolvimento de ambos.

O seminário é uma promoção do Ministério do Urbanismo e Habitação e visa operacionalizar as políticas do ordenamento do território ao nível da coerência e integração da legislação, dos instrumentos de planeamento e ordenamento territorial, desenvolvimento do programa nacional de informação geográfica e as áreas habitacionais. Participaram do encontro os vice-governadores, Provinciais, arquitetos, cartógrafos e engenheiros.

6.12 Renda resolúvel é a única forma para classe média comprar residência

Jornal de Economia e Finanças
05 De Março de 2013

O sector imobiliário é um dos que à semelhança de tantos outros em Angola, está na fase de crescimento e a caminho da maturação. Entre outros, evidencio o burocrático, com extrema dificuldade de adaptação da máquina do Estado às necessidades do ideal funcionamento do mercado, provocando constrangimentos no mercado.

Havendo dificuldades nos registos, não há hipotecas, nem créditos. Em alguns segmentos verificou-se uma redução de valores, especialmente nos edifícios coloniais e moradias no centro de Luanda. Nos edifícios novos não houve redução dos valores, com exceção de alguns.

Com a esperada entrada de muitos negócios no sector petrolífero e diamantífero, o crescimento das organizações em Angola, não se deverá esperar reduções de valores, pois os edifícios novos a entrar na cidade são inferiores ao esperado aumento da procura.

Isso acabou há quase dois anos, após as más experiências. Haviam pessoas que já tinham comprado e pago algo, quando terminados os

espaços físicos, ficavam aquém em termos de dimensão do que as pessoas esperavam, invariavelmente pequenos demais.

Hoje apenas, de forma marginal, se vende em planta. Ambos. As empresas têm dificuldades em encontrar espaços adequados onde trabalhar, em termos de residências, pois há uma procura imensa da classe média. Basta ver as últimas notícias sobre as centralidades. A pouca maturidade da oferta, pois a procura se mantém, ou seja, alguns proprietários viram-se privados por algum tempo dos rendimentos a que estavam habituados. E o que fizeram, em vez de esperar um pouco mais, foi baixar o preço.

Não. Se não há poder de compra para estes serviços, não há mercado, e não faz sentido. Dinamização, oferecendo produtos imobiliários a uma nova franja do mercado que, sem estas, não teria condições de aceder à desejada habitação.

Poder pagar por parcelas mensais é o modelo usado internacionalmente para que todos possam aceder à casa própria. A renda resolúvel pode facilitar a aquisição, visto que é a única forma em que a classe média pode comprar casa dado que não dispõe de dinheiro em mão.

6.13 Projecto habitacional na cidade de Ondjiva

Jornal de Angola
07 De Março de 2013

Um projecto habitacional denominado Pérola Verde arranca dentro de 15 dias, na província do Cunene com a construção, numa primeira fase, de 200 moradias, destinadas a militares das Forças Armadas Angolanas (FAA).

O secretário-geral da cooperativa proprietária do Pérola Verde, Rodrigo da Piedade, informou que as 200 moradias vão ser erguidas na reserva fundiária de Ekuma, na cidade de Ondjiva, e adiantou que há previsão para a construção de cinco mil habitações nos seis municípios da província do Cunene até 2017.

Rodrigo Piedade frisou que o projecto, que foi concebido para dar resposta às dificuldades de habitação no Cunene por parte de militares as FAA, contempla infra-estruturas de lazer, como parques infantis e campos multiuso.

"Queremos contribuir na política habitacional do Executivo com o aumento gradual da oferta de fogos habitacionais para, de forma progressiva,

satisfazermos a procura de todos os estratos sociais", declarou Rodrigo Piedade.

6.14 Delta/Sonip

O Continente

08 De Março de 2013

Após a brusca suspensão de inscrições para aquisição de casa nas novas urbanidades, supôs-se que haveria melhorias no contacto e esclarecimentos com os interessados, sobretudo no acesso a informações sobre os no- vos métodos e locais de inscrição.

Qual não foi o espanto de muitos cidadãos que ao tomarem conhecimento da reabertura do processo se diri- giram à centralidade do Kilamba e só aí tomaram conhecimento que as inscrições só são em Cacuaco. Era difícil informar antes?

6.15 Novas centralidades devem deixar de ser dormitórios

Novo Jornal

08 De Março de 2013

A urbanização em Angola, desafios e oportunidades» foi o tema de um debate que juntou, esta semana, em Luanda, especialistas e académicos nacionais e estrangeiros para a troca de experiências no campo da urbanização e do ordenamento territorial.

Uma iniciativa do Banco Espírito Santo Angola em conjunto com o Instituto Planeta Terra, com a sigla Inglesa (PEI) e do seu Comité Científico Global (CCG) que, além deste assunto, levou à conferência de três dias, temas ligados ao meio ambiente.

O presidente da Ordem dos arquitetos de Angola, António Gameiro, um dos oradores convidados, defendeu que as "novas urbanizações devem deixar de ser locais dormitórios. Há uma necessidade de programarmos a planificação das intervenções a nível do território.

As pessoas saem dos seus locais de habitação e andam quilómetros para os seus locais de trabalho. E isso está mal. Os serviços devem estar próximos dos cidadãos", alertou o arquiteto, argumentando que o planeamento do território é um dos grandes desafios de Angola.

O especialista defende que as grandes vias de penetração deveriam ser tratadas como espaços canais, onde seriam introduzidos equipamentos, serviços e transportes, para permitir uma maior

facilidade e mobilidade das pessoas das zonas de habitação.

"Falo da estrada da Cuca, a Avenida Brasil, estrada de Catete e a rua da Samba, entre outras. As novas urbanizações também não seguiram este critério e continuamos a ter problemas com a mobilidade urbana", atestou o arquiteto, que defende a descentralização dos serviços para as novas urbanizações.

Por outro lado, Gameiro apontou o crescimento desordenado e a rápida expansão da capital, como um dos fatores que comprometem a urbanização. "Faltou capacidade e técnica e administrativa, para que se pudesse orientar a ocupação dos espaços.

Agora que estamos num processo de requalificação, deve-se acautelar para não se tocar nas residências".

O presidente da Imogestin, Rui Cruz, outro orador do fórum, defendeu a necessidade da realização de um estudo de desconcentração do poder, para facilitar mais investimentos nas zonas periféricas.

O orador, que apresentou a sua experiência em urbanização, baseado no projecto Nova Vida, considerou que "Angola é dos países saídos da guerra com uma taxa de urbanização mais acelerada do mundo".

Porém, o também académico defendeu igualmente a criação de políticas públicas para o desenvolvimento do interior do país, o que, no seu entender, "evitará o fenómeno da migração.

Por fim, o professor Mukesh Khare, do Instituto de Tecnologia de Nova Deli, tido como um dos mais destacados especialistas sobre planeamento e desenvolvimento urbano, apresentou a sua experiência em matéria de urbanização na Índia e valorizou esta troca de experiências.

6.16 Populares manifestam insatisfação

Angolense

08 De Março de 2013

Numa via terra batida, seguimos até a centralidade de Cacuaco, onde a poeira ofuscava os carros que circulavam no sentido contrário. Muitos caminhavam a pé, a falta de táxi, faz com que muitos esperem por boleia de clientes que se dirigiam para a referida central idade.

Uma mulher que quase derramava lágrimas, disse para a nossa equipa de reportagem, que não sabia da quantia máxi- ma ou mínima para ter acesso a

aquisição de um apartamento uma vez que auferem um salário baixo do que exigido.

Para ter acesso a portaria em que se encontravam os futuros beneficiários para se inscreverem, deparamo-nos com uma multidão de mais de duzentas pessoas, onde o sol e a poeira das obras inacabadas da centralidade tomavam conta dos futuros condóminos.

Para ter acesso, os vigilantes mandam fazer uma lista de mais de cinco pessoas para manter a ordem, onde entre eles, os futuros donos se organizam e criam diversas listas paralelas para depois chegarem ao ponto de entrega dos documentos exigidos onde preenchem um formulário.

. Com rostos de cansaço por passarem a noite sem acesso a higiene adequada, faz com que os futuros donos na sua maioria jovens que ali procuram um tecto, percam algumas esperanças por falta de informação.

Na centralidade de Cacucaco, os futuros condóminos estão insatisfeitos com o trabalho da Sonip e da Delta Imobiliária que cuida da venda dos apartamentos das centralidades.

Havia duas filas divididas entre homens e mulheres e eram atendidas dez pessoas de cada vez. Mas mesmo com as referidas filas, a confusão não cessava e as mulheres gritavam "Março mulher, prioridades as mulheres".

Terça-feira, 5, para além do público em geral, o atendimento estava reservado aos militares e agentes da Polícia Nacional. Mas o facto de ser militar as vezes nem por isso era o renovar das esperanças ou ter o assunto bem encaminhado. Ela estava a civil e carregava ao colo um bebé de aproximadamente de cinco anos.

Na porta foi impedida por agentes da polícia, mas para se livrar da interdição exibiu o seu passe de Polícia Militar, mas nem por isso foi permitida entrar. Os agentes em serviço naquele dia obrigaram -na ir envergar a farda para ter acesso ao recinto da centralidade.

O funcionário Público Daniel Miguel, de 25 anos, entretanto, mostrou-se insatisfeito com a organização, afirmando que não há motivos para as pessoas passarem a noite ao relento a busca de uma casa que nem sequer é oferta do estado, mas "fruto do nosso esforço".

Os futuros beneficiários exigem melhor organização por parte das empresas que estão encarregues de vender as casas, porque segundo eles, não é justo que

se faça a chamada dos nomes as três da manhã. "Este método obriga-nos a dormir aqui e é desnecessário", afirmam.

Durante a nossa reportagem, foi possível notar o mau trabalho da Polícia Nacional, a falta de humanismo para com os futuros moradores da centralidade, nem informação conseguiram dar a quem precisava.

Além da polícia no "comando" da portaria, havia jovens que pareciam "leões a aguardar por uma posta de carne", que sem o mínimo de educação transmitiam mensagem a quem precisasse.

Refira-se que, para se ter acesso a uma casa os clientes tem que preencher um formulário, cópia do bilhete de identidade, rendimento de serviço do último salário no valor mínimo de mil duzentos e cinquenta kwanzas, cartão de contribuinte, extracto bancário dos últimos três meses e o cartão de segurança social.

O nosso interesse em ter acesso a centralidade foi vetado pela Polícia destacada naquele local.

6.17 UNITA propõe nova organização administrativa

Angolense

08 De Março de 2013

"O que dissemos naquela altura continua válido hoje: Luanda tornou-se ingovernável no quadro institucional atual", afirmou Samakuva, criticando o estado do sistema de ensino, de produção, da recolha de lixo, de distribuição de água e luz, a saúde e o trânsito.

Segundo aquele político, Angola precisa de organizar as suas autarquias locais e de eleger "com urgência" os três órgãos do poder autárquico, designadamente as assembleias municipais, os órgãos executivos colegiais e os presidentes das autarquias.

"Havendo vontade política começávamos pelas autarquias e o presidente da Assembleia Nacional iria agendar já para a próxima plenária este assunto. Assim estaríamos a pôr em marcha o processo das autarquias", referiu o líder da UNITA, questionado por que ponto começaria a resolver os problemas de Luanda.

De acordo com Samakuva, enquanto não forem corrigidos, com medidas estruturais de fundo as causas estruturais de fundo dos problemas de Luanda, nem "mesmo que se triplique o orçamento anual equivalente a mais de mil milhões de dólares",

ficarão resolvidas as deficiências nas áreas da saúde, habitação e de apoio social às famílias.

"Estamos convencidos que com o diálogo e boa vontade, estas propostas poderão contribuir para o desenvolvimento harmonioso do nosso país", frisou.

6.18 Vida velha no nova vida

O País

08 De Março de 2013

Nova vida. Já foi um dos mais emblemáticos complexos habitacionais da cidade de Luanda o mesmo do país. A sua designação, beleza e estrutura arquitetónica fez com que muitos dos luandenses abandonassem as suas anteriores habitações à procura de uma vida nova.

Longe do lixo, barulho e da falta de água que ainda se faz sentir em muitas partes da cidade capital. Dez anos passados, esta "nova" urbanização, localizada no município do Belas, apresenta um outro cenário.

Dir-se-ia mesmo que as dificuldades que muitos dos seus moradores fugiram de outros bairros de Luanda onde viviam acabaram por vir ao seu encontro neste projecto onde perspectivavam uma vida nova.

"No projecto sempre teve problemas de água, mas há cinco meses que a situação agravou", disse Adérito Eduardo, quando carregava consigo dois bidões com água. O jovem contou que vive num apartamento onde não há espaço para se depositar ou construir um reservatório maior.

Esta condição faz com que tenha de comprar água nas cisternas ou carrinhas que diariamente "invadem" o condomínio. Paga 150 kwanzas por cada bidon de 20 litros. Semanalmente compram entre 10 a 15 destes recipientes. A quantidade é determinada pela forma de consumo na residência do nosso entrevistado.

Residente há oito anos no Projecto Nova Vida, edifício nº 9, rua 46, Adérito contou ainda que também se vivia a mesma escassez em termo de fornecimento de energia eléctrica. Segundo ele, a questão só foi ultrapassada depois de muitas reclamações dos vizinhos.

Ele nunca reclamou, apesar dos problemas. Cabe ao coordenador do prédio reclamar em nome dos demais junto da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), apresentada como a principal protagonista do problema que vivem atualmente os moradores do seu edifício.

Indignado com a nova gerência da Urbanização Nova Vida, Carlos Reis, por seu lado, garante que hoje o projecto não tem nada do que um dia apresentou. "Temos recorrido aos senhores que vendem bidões com água nas motas de três rodas.

Cem kwanzas por cada um e ainda pagamos mais 50 kwanzas para os miúdos a carregarem até aos apartamentos. Quando vim cá morar as coisas davam gosto, mas agora deixa a lamentar", realçou.

Carlos salientou que durante os três anos que vive na rua 46, prédio E15 do Projecto Nova Vida, sempre se deparou com problemas de falta água, porque o líquido precioso só jorrava nas torneiras uma vez por dia, de manhã ou de noite. Desde Janeiro que a ausência se agravou.

Hoje passa duas ou três semanas sem água. "Eu acho que a direção da Imogestin não passou os sistemas e as facturas para a EDEL e a EPAL. Eu já não vou reclamar porque estamos todos na mesma situação, reclamar pr'a quê?", questionou o senhor.

Segundo ele, ninguém sabe se um dia as coisas voltam à normalidade, porque a EPAL não garante nada. De acordo com o morador, quando a EPAL e a EDEL começaram a trabalhar dentro do Projecto Nova Vida fizeram novos contratos. Neste momento desconhecem a entidade que está a gerir o próprio condomínio.

A falta de água afecta não só os que vivem nos prédios, mas também os que habitam nas vivendas construídas no projecto. Apesar de não termos encontrado uma proprietária, algumas empregada(o)s contaram a O PAÍS que também vivem o mesmo problema desde o início do ano e recorrem a outros expedientes.

Os habitantes do rés-do-chão apresentam vantagens na resolução da falta de água. Muitos deles ocuparam o espaço do jardim para construir reservatórios de água em companhia dos vizinhos do mesmo espaço térreo. Cada um deles contribui uma certa quantia monetária, segundo Geovania Mateus.

A jovem tem recorrido à casa de uma amiga que vive num rés-do-chão e possui um tanque de água. "É lá onde tenho ido buscar água, mas nem sempre a solicitação é atendida porque os donos também precisam", contou Geovania.

Há dias, prossegue a moradora, foi acarretar água no mesmo local, mas foi alertada pela cunhada da amiga para que não exagerasse na quantidade porque também precisavam e a água estava escassa.

O seu olhar notava-se uma certa tristeza por ver pessoas a zungar água no condomínio onde vive, quando a cem metros do local existe uma girafa instalada pela EPAL que diariamente fornece o respectivo líquido aos vendedores.

Por isso desabafou: "é preocupante acarretar água noutras ruas, carregando os bidões nas mãos ou então comprá-los a 250 kwanzas".

"As minhas mãos estão avermelhadas e doi muito. Acreditava-se que o projecto poderia melhorar, mas está a piorar a cada dia que passa", acrescentou. Nos últimos tempos o consumo de água é limitado.

Não se consegue lavar roupa, banha-se com pouca e realizar uma festa no local é impossível porque não há líquido suficiente para ser utilizado, segundo Geovania. Os moradores recordam com nostalgia os primeiros anos no Nova Vida. As ruas estavam sempre limpas e o lixo recolhido diariamente, o que não acontece atualmente.

Passam-se vários dias, os resíduos acumulam e o cheiro nauseabundo incomoda. Segundo Carlos Reis, às vezes aparece uma empresa para recolher o lixo, mas a própria colheita tem sido mal feita. Ao retirar-se das lixeiras, o próprio carro acaba por deixar mais resíduos sólidos no chão.

Do jardim, bonito e colorido que havia dentro do Projecto Nova Vida nada resta. A relva transformou-se em mata. "Esse não é o projecto que nos trouxe aqui, que um dia nos atraiu", disse Luzia Windarica, que reside há três anos na urbanização Nova Vida.

Depois da saída da IMOGESTIN, os moradores ficaram com a responsabilidade de cuidarem do jardim, mas uns mostraram interesse e outros não. Muitos destes fazem parte de um grupo de moradores que depositam o próprio lixo que produzem defronte aos prédios onde residem, segundo uma moradora.

O prédio E6, onde vive Geovania tem dois coordenadores. Um deles responsabilizou-se em pagar mensalmente uma empregada para manter o edifício limpo. Os proprietários dos apartamentos são obrigados a colocar portões à entrada para se sentirem mais seguros.

Há uma semana um morador ficou sem o carro, antes tinha sido vítima um jovem que escolhera o local para fazer férias.

"Como moradora do projecto eu suplico a quem é de direito que melhore principalmente a segurança porque a delinquência está assombrar cada vez e o

abastecimento de água, sem água não temos como sobreviver", pediu Geovania.

A insegurança está associada principalmente à falta de iluminação nas ruas, o que não permite a identificação de supostos marginais que entram no condomínio na calada da noite. Os moradores acreditam que sejam pessoas que moram nos bairros periféricos construídos ao redor do Nova Vida.

Nem mesmo os que vivem nas ruas 47 e 48, onde existe uma esquadra da Polícia, sentem-se seguros. Os assaltantes usam carros e motos que lhes permite fugir antes. Na maioria dos assaltos os marginais têm levado carros. De acordo com a moradora, os bandidos são jovens que andam de moto e param apenas para assaltar os habitantes.

O período noturno é o horário em que os bandidos atuam, alguns dos ladrões vivem dentro do projecto outros vêm de fora. "O projecto tem quatro entradas e não são fechadas, à sua volta tem muitos bairros, estes geram muita delinquência.

Já não sei quem está gerir o projecto, mas a quem cabe a responsabilidade peço que vele mais pela população, uns já estão abandonar o projecto, reclamando. O projecto já não é o mesmo, parece que estamos num bairro qualquer, aonde não se pode deixar a porta aberta", lamentou a jovem.

6.19 «O Nova Vida tem tudo de velha vida»

Semanário Factual
09 De Março de 2013

Nos últimos dias, não se tem falado de outra coisa senão dos projectos habitacionais, que convencionaram chamar centralidades e que se estão disseminar por todo o país, particularmente nas capitais das províncias. Em Luanda, ultimamente, todos os caminhos têm convergido nos projectos Km 44, Cacuaco, Zango e a cidade do Kilamba, esta última apontada como sendo a que nestes dias tem apartamentos disponíveis.

Os restantes não dispõem mais habitações para a população, que pernoita defronte às instalações do Delta Imobiliária naquela cidade. Verifica-se no país um elevado número de cidadãos a afluírem aos projectos existentes, particularmente, aos que possuem apartamentos com preços ao alcance de alguns, como são os casos do Zango, de Cacuaco e o KM 44.

Já por várias vezes salientámos que a maioria dos cidadãos ainda não têm casa própria, razão por que

também se assiste a numerosas construções individuais ou familiares em locais considerados de risco e outros a ocuparem ilegalmente reservas fundiárias do Estado, incorrendo em transgressões administrativas.

Já houve situações em que candidatos quiseram devolver os apartamentos após a compra, tudo porque não havia compatibilidade entre os desejos e as casas que lhes foram atribuídas. Neste sentido, muitos perdem, porque, ao que tudo indica, as imobiliárias não praticam a política de devolução.

Alguns dos que afluem a estes projectos esqueceram-se de que o projecto Nova Vida ainda tem apartamentos disponíveis para venda e outros lá não vão porque as condições financeiras não permitem. De acordo a fontes afectas ao referido projecto, as casas estão a ser comercializadas a preços exorbitantes, obrigando a que as pessoas cheguem, perguntem e tomam o regresso.

Como vai o projecto Nova Vida? O projecto Nova Vida é o primeiro projecto habitacional que a capital do país recebeu após o alcance da paz definitiva, em 2002, criado com o intuito de dar prioridade a efetivos das Forças Armadas Angolanas que defenderam a pátria ao longo do conflito armado.

De acordo com informações a que o Semanário Angolense teve acesso, as primeiras residências começaram a ser ocupadas precisamente em 2003, o ano da ressaca intensa da guerra que assolou o país durante aproximadamente 30 anos. Quando foi da implementação do projecto, todo mundo queria aderir, após a comissão responsável ter anunciado que qualquer cidadão poderia aderir a ele.

Uma localidade que antes se pensava que seria de uma elite social tornou-se num bairro comum ou seja, até os que não pertenciam às FAA procuraram inscrever-se no projecto, tendo assim o bairro começado a ser habitado paulatinamente. Mas, a afluência não foi tanta, devido aos preços das residências, pois, na altura, não estavam ao alcance de todos, uma vez que os salários eram míseros.

Uns aderiram, mesmo em condições muito pouco abonatórias em termos financeiros, mas, alguns arriscaram e, hoje têm casa própria, mantendo-se o pagamento da renda resolúvel para uns e renda normal para outros. O projecto é composto de edifícios de 4, 5 e 6 andares e ainda vivendas, sendo estas últimas de maiores dimensões, por isso, de preços mais elevados.

O Nova Vida ainda possui apartamentos suficientes, mas o método de vendas é que tem feito recuar muitos necessitados, já que os valores dos apartamentos oscilam entre os 130 mil e os 200 mil dólares. Há muitas interrogações à volta desse projecto, sobressaindo entre elas a seguinte: se a intenção é reduzir o número de cidadãos sem-abrigo, por que motivo os preços atuais são tão altos, impossibilitando deste modo muitos de aderirem?

Recordam que os preços anteriores eram mais acessíveis. Vezes sem conta, o projecto foi alvo de enumeras reportagens nos meios de comunicação social, tanto públicos como privados, devidas a várias situações que ali ocorrem e que vão desde o elevado índice de criminalidade, a falta de higiene entre os moradores até ao excesso de vandalismo.

Ao longo da nossa estada no projecto, deparamo-nos com funcionários da «Kiaxi Waste», uma empresa que se responsabiliza pela higiene pública, que apontaram que os moradores do Projecto Nova Vida são «porcos, na sua maioria», porque as ruas têm sempre lixo, não conseguem depositar os resíduos no lugar apropriado.

Falando sob o anonimato, um dos funcionários afirmou: «Eles comportam-se mal, há muito lixo, as pessoas estão sempre a produzir resíduos sólidos e nunca dão um tratamento devido. Trabalhamos num determinado dia e, no dia seguinte, encontramos as ruas todas sujas, como se não tivéssemos trabalhado.

Agora eu pergunto-me, são mesmo moradores do projecto ou do gueto?», questionou. Dizia um sábio inglês que «A cultura é definida como sendo o modo de vida de qualquer sociedade.

» É nesta perspectiva que uma equipa de reportagem se deslocou ao referido projecto com intuito de conhecer a vivência dos moradores que diariamente também enfrentam os mesmos problemas que os de outros bairros periféricos.

O Nova Vida já não é o mesmo de antes, várias transformações ocorreram em muitos edifícios. Particularmente no interior das residências, não estando os moradores satisfeitos com o que encontraram, pelo que foram alterando à sua maneira no interior das respectivas residências.

Para muitos habitantes, o bairro já deu o que tinha para dar, atualmente, tem estado muito a quem das expectativas, daquilo é um projecto habitacional bem definido e a corresponder às exigências internacionais. Logo à entrada do bairro, à direita, existem as primeiras residências do tipo vivendas, alguns metros depois encontram-se os edifícios de

menores dimensões, os de 4 andares, seguindo-se os de cinco pisos.

Para quem visita pela primeira vez o bairro, lógico que encontra as vivendas, que, por sinal, à primeira vista, apresentam uma certa organização. Já nos edifícios, o contraste são as roupas estendidas em qualquer canto, o que de alguma forma cria um mau aspeto aos olhos de quem vê.

Uma outra imagem anormal que a nossa reportagem constatou foi o fator ambiental, com o qual. A maioria não se preocupa, assim como com o tratamento dos jardins, a limpeza do edifício e afins.

Os moradores desentendem-se muitas vezes, o que tem despoletado mau clima entre vizinhos do mesmo edifício e, sobretudo, da mesma entrada. Luanda é realmente uma cidade em que é notável a multiplicidade cultural, pois são diversos os povos provenientes de vários cantos do país, criando desta forma o que, no âmbito da ciência sociológica, se denomina conflito social.

A voz dos moradores, alguns receberam com satisfação a nossa equipa de reportagem, outros nem por isso, dividindo-se entre os que se recusaram a pronunciar-se, com medo alguma represália, e os que desabafaram encontram-se os edifícios de menores dimensões, os de 4 andares, seguindo-se os de cinco pisos os problemas que enfrentam no quotidiano.

Elizabeth de Sousa, moradora do edifício 3, disse que, em termos de segurança e de higiene, o seu prédio é considerado um dos exemplares, tudo porque estão bem organizados, os moradores do edifício reúnem constantemente, resultando daí decisões positivas que beneficiam a todos.

«O edifício 3 não tem tantos problemas quanto a outros, estamos organizados de forma diferente, reunimos sempre, foi numa dessas reuniões que decidimos efetuar uma contribuição para contratarmos uma empregada de limpeza que tomasse conta da higiene do edifício, e assim o fizemos.

Estamos agora com a ideia de voltarmos a contratar um segurança», esclareceu. De acordo com a nossa interlocutora, tem-se verificado discussões em muitos edifícios entre moradores, devido à falta de diálogo, não realizam reuniões de concertação, há falta de uma relação mútua e convivência pacífica.

«Quando há problema no edifício comunicamo-nos logo, se for necessário fazer uma contribuição, reunimo-nos para o efeito, é assim que resolvemos os nossos problemas. Quando alguém quiser organizar

uma festa, temos o pátio público, que qualquer morador desta entrada pode usar», disse.

Yolanda de Jesus, moradora do edifício 42, confessou que harmonia como tal no seu edifício, não existe, na entrada em mora, por exemplo, é cada um por si e Deus para todos, ninguém cuida do ambiente, da higiene do edifício e de outros aspetos relacionados a estes. Mas informou-nos que existem uns que têm uma amizade mais ou menos.

Relativamente à segurança, Yolanda desabafou: «não há segurança e ultimamente, o bairro transformou-se num lugar preferencial dos marginais, aliás, a violência é um cartão-de-visita aqui no Nova Vida.

Não conseguimos ter um segurança, porque uns dizem sim mas outros dizem não no ato da contribuição para se fazer o salário a este ou àquela pessoa a ser contratada.» A interlocutora contou que muitas vezes foram assaltados no prédio e a polícia que tem estado a fazer ronda, não tem tido eficácia no seu trabalho, são comuns essas avaliações entre populares em relação à polícia.

Relativamente à higiene, fomos informados que anteriormente, a Imogestim tratava da limpeza do bairro e tinha-se deste modo funcionários a tratar particularmente das entradas dos edifícios, depois que a empresa parou de cuidar da higiene, procurámos contratar uma senhora que se ocupasse da higiene do edifício todo, uns faziam as contribuições numa primeira fase, depois acabaram por desistir todos», lamentou.

«Isso fez com que muitos moradores deste edifício fossem mal vistos por outros. A minha mãe já foi assaltada aqui mesmo à porta do nosso apartamento, ela está até hoje traumatizada, não pode ver moços a conduzirem motorizada, põe-se a correr» contou.

Por falta mesmo de uma rotina constante de agentes da polícia, os moradores andam aterrorizados, principalmente no período da noite, em que fazem tudo para esperar cada morador que apareça para ser assaltado, chegando mesmo a levar a viatura se a vítima tiver.

Quando a questionamos sobre a diferença que existe entre o bairro Nova Vida e o Golf 2, respondeu-nos que, «De uma forma geral, a diferença que existe entre estes dois bairros é que o Nova Vida é apenas um bairro mais ou menos bem estruturado do ponto de vista urbanístico, mas, também vive os mesmos problemas que o Golf 2 atravessa.

Só ver que já houve momentos em que ficámos dois meses sem água potável nem luz eléctrica», desabafou. Esclareceu que quando algum dos

moradores pretender fazer grelhados fora do forno do fogão, cada um terá de suportar o fumo que for exalado pelo vizinho, é sempre assim e o pior grelhar, o prédio fica todo fumegado.

Rubino Pimenta, membro da coordenação do edifício 812/03, contrariamente ao que seus vizinhos informaram, disse que o edifício não tem problema nenhum e sobretudo no que diz respeito ao relacionamento entre os utentes.

«Cá entre nós, não há problemas, sempre que surja um, procuramos resolvê-lo da melhor maneira possível, por intermédio do diálogo. Há entre nós quer entre adultos e crianças, as relações são salutares», elogiou. Não se tratando exatamente de uma acusação dos moradores à administração do projecto, este jornal procurou contactá-la no sentido de um contraditório, pelo que ninguém estava disponível para esclarecimentos.

6.20 Era uma vez uma casa no Kilamba

A Capital

09 De Março de 2013

Segunda-feira, quatro de Março. Tudo a postos para o reinício do processo de comercialização de residências, pelo Estado, nas centralidades do Kilamba, Cacuo e outras, em Luanda. Quem lá foi pela primeira vez, sem dúvidas, teve uma experiência para esquecer.

Contudo, aquelas pessoas que já tinham os contratos em mão, à custa de horas e horas a fio, noites mal dormidas ao relento no Kilamba, só foram buscar mais uma desilusão. "Estamos aqui desde sexta-feira, porque temíamos as enchentes de gente.

Nessa mesma noite, para o nosso espanto, a lista chegou às cerca de duas mil pessoas", informou um cidadão interessado, porém desmotivado, pois esperava maior organização e respeito aos candidatos, por parte da Sonip e da Delta Imobiliária, (DI), no reatamento do processo.

"De manhã estive cá um senhor DI. Disse que só nos iriam atender caso estivéssemos organizados. Organiza- mo-nos, ficamos em frente das instalações da empresa, desde as 7 horas da manhã de segunda-feira, até às 12 horas, sem que nos informassem absolutamente nada.

Reclamou o outro candidato, segundo o qual, só no final da tarde de segunda-feira, apareceu um senhor alegando que havia falha no sistema, e que, por via disso, só estavam a atender na centralidade de Cacuo.

Tudo era dramático. Entre os novatos, depois de apanharem uma triste lição, uns desistiam da corrida, mas ainda assim, outros mantinham aceso o sonho.

Tendo permanecido à espera do impossível, na companhia daqueles que já tinham depositado dinheiro nas contas da Sonip, e que estavam lá, apenas para receber o que lhes é devido: as chaves e os contratos.

Dia seguinte, portanto, terça-feira 05 de Março, de manhã, nada tinha mudado. A multidão voltou a aglomerar-se. Os ânimos começaram a exaltar-se.

Foi assim que os presentes dividiram-se em dois grupos. O primeiro, com cerca de 20 pessoas, permaneceu no terreno, mas outro, perto de dez pessoas, foi à direção da DI sita no bairro Talatona em busca de esclarecimentos.

Postos lá, as portas estavam fechadas. E lá ficou sepultado mais uma vez a miragem da tão propalada casa própria. Aliás, Cacuo foi apenas uma continuação de todo este cenário. A moldura humana não diferiu daquela que se registou no Kilamba.

Até ficou-se com a impressão de que os números eram superiores a julgar pela informação chegada aos candidatos, segundo a qual, Cacuo tinha o maior número de apartamentos.

Daí a maior procura. Carlos Lopes Baptista, funcionário público embalou-se nessa onda, tendo-se dirigido àquela centralidade, na sexta-feira, 01 de Março tão, logo saiu do local de trabalho.

Eram 16 horas. Segundo ele, o regime de listagem é ambíguo, pois a cada hora nasce uma lista diferente da outra sem se saber nunca de onde irnam.

"Isto até parece que estamos a pedir favores. As listas triplicam-se a cada dia. Enquanto uns se organizam, lá chega um "chico esperto" que cria uma nova, como não sei, e, ainda, consegue dar entrada primeiro que a primeira lista", lamentou.

"Estamos cá desde a semana passada com fome, sede, poeira. Quando achamos que o esforço vai valer alguma coisa, lá chegam os militares com as fardas de gala e armados para estragar tudo", acrescentou, aconselhando que se deviam criar postos para os militares, ou, na melhor das hipóteses, que se organizassem nas suas unidades e mandavam um oficial com todos os processos.

"Porque, se for assim, os médicos e professores, também, vão chegar de batas para ter um rápido acesso", enfatizou.

A nossa reportagem deu conta de que a DI teve que suspender os trabalhos na segunda-feira, 04, ante a falta de organização dos populares, algo que se estendeu até terça-feira, 05, quando cerca de mil pessoas podiam ser vistas a aguardar na parte de fora das instalações da Imobiliária, pela chamada.

Quem viesse de viatura, era obrigado a deixa-la à uma distância de quase seis quilómetros. Sol ardente, fome sede e não só, são as peripécias a que quem aspirou uma casa se sujeitou.

Entretanto, é na adversidade que sempre surge uma mão "caridosa", duas carrinhas de marca Toyota Hilux apareceram no local transportando refrigerantes e algumas refeições para comercializar.

Fizeram um papel de salva-vidas das centenas de pessoas que lá se encontravam, Um dos sofridos é o jovem Silva Pascoal, visivelmente desgastado, É que, segundo disse, nem mesmo o facto de ser o quinquagésimo da primeira lista, valeu-lhe para conseguir um lugar na fila de frente, na segunda-feira.

"Isto parece ser um negócio lucrativo envolvendo a própria Sonip e os que estão à frente a ordenar. É que estão a chegar pessoas que nunca vimos na fila. Mas assim que chegam têm os nomes em frente", lamentou.

Quem tiver conseguido a ficha e se tiver inscrito, indica-se, deverá dirigir-se ao Banco para o depósito da primeira tranche.

Até aqui tudo bem. A inquietação vem quando, postos lá, ao invés de fazerem um simples depósito no número da conta da Sonip, o cliente tem que abrir uma nova conta bancária, e só assim faz a transferência. Nesse processo, de acordo com os nossos entrevistados, perdem-se três por cento de juros a que o Banco exige pela transferência.

Ou seja, se forem dois mil e 400 dólares norte-americanos, (Usd), por exemplo, o cliente deve aumentar mais 300 (Usd).

6.21 Há pessoas que estão a aqui os maus hábitos»trazer para aqui os maus hábitos

Semanário Angolense
09 De Março de 2013

«Há pessoas que estão a trazer para aqui os maus hábitos que tinham nos seus bairros. Há dias, vi uma vizinha deitar água suja pela varanda. Não admira que daqui a pouco vai ser lixo», queixa-se Catarina

Gonçalves, uma moradora dos novos prédios do Zango, quando esta semana foi entrevistada em sua casa pela reportagem do Semanário Angolense.

Defende que as pessoas devem saber estabelecer balizas entre viver nas casas do musseque e nos apartamentos. «No prédio, não podemos ter fogareiros nos apartamentos e muito menos pilão para pisar fuba ou outra coisa qualquer, preciso que se criem de imediato Comissões de Moradores para educar e penalizar os moradores que violem as regras de civismo», apela.

Segundo Catarina Gonçalves, há casos de pessoas que têm estado a pôr música alta, crianças que andam soltas pelos corredores, gritam e brincam nos elevadores. É preciso ter-se muita atenção para não estragarmos uma coisa bonita em tão pouco tempo, adverte, deixando transparecer uma profunda preocupação.

Moniz da Silva, um novo morador do Condomínio Vida Pacífica, não aceitou dar o rosto, mas reconheceu à reportagem do SA, que o processo para adquirir o apartamento não foi nada fácil. Muita gente desistiu, porque aconteceu muita coisa má, até pancadaria e tiros houve! Os que conseguiram devem por isso criar um ambiente saudável para que as infra-estruturas sejam preservadas e não destruídas.

Devem respeitar as leis e não criar problemas aos demais moradores. O condomínio, onde habita, está cercado por um espaço verde, ainda saudável e bonito. No entanto, as novas centralidades não contemplam infra-estruturas básicas, sobretudo para o saneamento e tratamento dos resíduos domésticos. Daí que estas questões básicas nos centros urbanos destinados à habitação não deviam ser ignorados, para se evitar constrangimentos futuros.

De igual modo, elas deviam também priorizar a construção de centros comerciais, padarias, talhos, escolas, religiosas e espaços de lazer, dentre outros.

6.22 Reflexões á volta da venda de casas

Semanário Angolense
09 De Março de 2013

Visitei, por razões profissionais, o projecto Kilamba nesta sua fase de vendas ao público. O processo é liderado pela Sonangol, através da empresa Delta Imobiliária. Durante horas, percorri atentamente os meandros do problema das vendas no local.

O que realmente verifiquei foi uma hecatombe administrativa, que resultou num cortejo infundável

de humilhações aos cidadãos interessados na compra de uma habitação.

Uma instituição pública, como é a Sonangol, deveria socorrer-se da lei 20/10 de 7 de Setembro para realizar o trabalho de casa, sem colidir com as recomendações e obrigações contidas no referido diploma, aprovado pela Assembleia Nacional.

A raiz do problema reside no desrespeito a esta lei, que enaltece a concorrência, a competitividade, a eficácia e a eficiência como critérios de decisão, na hora da adjudicação ou concessão de serviços a prestar a um ente públi- co. É esta lei que define os parâmetros para a contratação pública de serviços desta natureza.

No caso, da Sonangol deveria promover um concurso público ou limitado, fazendo recurso a um dos procedimentos previstos na lei, preparando convenientemente um caderno de encargos com as devidas cláusulas técnicas, financeiras, jurídicas e administrativas.

Capazes de orientar as empresas imobiliárias concorrentes, para a elaboração da melhor proposta, a qual seria, por mérito próprio, a adjudicatária ou concessionária do serviço.

Antes, as condições de participação seriam definidas, sem descurar a necessária caução, ou garantia de boa execução a creditar por banco idóneo.

Esta é uma prática comum, que previne a negligência e a incúria por parte do prestador de serviço, pois pode ser acionada a caução se houverem incumprimentos contratuais graves. Por que razão a empresa contratada não se submeteu ao crivo do concurso que a lei orienta, é uma pergunta que nos dá uma visão do problema.

Foram elaborados os cadernos de encargos para obrigar o prestador do serviço a responder a determinadas exigências, entre as quais o tempo de atendimento e o prazo de conclusão; as exigências de confortabilidade no atendimento e na tramitação processual e administrativa.

A facilidade de acesso ao sistema de comunicação interna da empresa para as marcações online ou outra via segura, a acomodação e o valor do serviço, enfim, as condições técnicas da prestação do serviço e as garantias de uma prestação competente e eficiente?

Acaso não foram já definidos os critérios da competitividade e da igualdade de oportunidades cons- titucionalmente protegidos aos vários agentes económicos que operam no nosso país? O que

apurei, finalmente, numa noite até madrugada durante a minha pesquisa e observação?

Durante horas, observei como era feita a marcação do lugar; a reconfirmação do número; o alinhamento das filas; a posição de pé durante muitas horas seguidas numa fileira de marcha lenta que podia consumir dois longos dias; veifiquei gente nobre dormindo ao relento, no chão húmido;

Confirmei casos que provocaram dificuldades respiratórias e consultas médicas posteriores, como resultado do esforço titânico e humilhante por que passaram várias pessoas.

Verifiquei o modo em como os jovens, em total desespero, se organizavam à madrugada, esfomeados ou totalmente fatigados pelas sucessivas horas de elevada pressão psicológica.

Confirmei a existência de mamãs completamente desfiguradas, sem asseio pessoal e sem urinóis ou retretes móveis para a higienização indispensável. Notei, com muita mágoa, o modo em como a empresa prestadora do serviço desvalorizava o sofrimento, a angústia e a ansiedade dos cidadãos.

Numa das centralidades, a vitrina onde se afixou os nomes dos futuros utentes em papel A4 era constituída por um resto de madeira de contraplacado imundo, colocado no chão. Ao redor das filas, o lixo se exibia marcando a sua triunfante vitória entre garrafas e latas de refrigerantes abandonadas.

O vento arrasador e a chuva, as ameaças e o aborrecimento elevaram os nervos à flor da pele dos jovens, mulheres e adultos em busca do lar do sonho. Os selecionados para a entrada aguardavam de pé, durante muitas horas, sendo que alguns acabavam deitados no chão ou agachados de tempo em tempo.

A longa distância que separa a cidade do Kilamba contribuiu imenso para a fome, o cansaço e o desespero. Tudo isso só foi possível porque houve uma lacuna por preencher: a concorrência na prestação de um serviço para entidade pública.

O desrespeito à lei da contratação pública não deve continuar impune, sob a pena de vermos os nossos próprios cidadãos prejudicados nos seus direitos como contribuintes fiscais.

Eles são merecedores de um serviço de qualidade e um atendimento digno da pessoa humana. Por isso é reprovável o que pude testemunhar nestes últimos dias.

Quando me decidi a percorrer os meandros do processo da venda de casas, fi-lo sobretudo por razões profissionais. A pesquisa que venho empreendendo em torno da fiscalização das obras conduziu-me a esta curiosidade.

Verificar os resultados decorrentes da falta do cumprimento da lei que regula a contratação pública permitiu-me ver o modo em como são atendidos os cidadãos, comparativamente aos construtores que realizam obras.

O comportamento de um e outro, em relação à qualidade, é de total indiferença quando o trabalho é ganho sem esforço.

As obras, quando entregues sem concurso, resultam geralmente em verdadeiros desastres. Os serviços a prestar à entidade pública sofrem da mesma atitude negligente por parte do prestador ou concessionário, se não forem entregues pelo mérito e pela competência comprovados.

Foi-me deveras valiosa e frutífera a pesquisa. De facto, ficou uma vez mais comprovado que, enquanto não seja promovido o concurso para o apuramento do melhor; enquanto não são definidas as regras de uma prestação do serviço e com qualidade mensurável, e enquanto não é indicado um fiscal.

Para acompanhar, medir, avaliar, multar com penalizações contratuais, para persuadir o prestador do serviço a melhorar o que está mal, e a oferecer maior eficiência e eficácia ao sistema, as coisas darão seguramente para o fracasso, como acontece agora com a venda de casas.

E tudo isso poderá afetar, gravemente, no futuro, a boa imagem do governo, desvirtuando todos os melhores esforços que por ele foram desenvolvidos, para servir a população de habitações condignas e a preços acessíveis.

O modo de venda, não devia constituir-se numa tão infausta traição à boa-fé e vontade do Estado. Bastava, para tal, respeitarmos a lei!

6.23 UNITA apresenta plano director ao GPL

A Capital

09 De Março de 2013

Depois de o ter feito em Maio de 2010, o maior partido da oposição voltou a apresentar, na última terça-feira, 4, ao Governo Provincial de Luanda, um Plano Director contendo propostas voltadas à uma gestão sustentável da província.

A decisão da UNITA, segundo o seu líder, Isaías Samakuva, surge depois de um estudo feito em tomo das condições estruturais de Luanda e que constituem uma dor de cabeça para qualquer administrador público, pois a sua gestão sustentável exige um ambiente democrático descentralizado.

"Não é possível governar Luanda sob o atual quadro político-administrativo", disse Samakuva. No documento apresentado ao GPL.

O partido do Galo Negro diz que enquanto Luanda não tiver um estatuto de responsabilidade político-administrativo adequado à dimensão dos seus problemas e um Plano Director vinculativo a ser respeitado pelos futuros governos, "Angola vai gastar muito dinheiro em vão".

Ao que diz constatar, mesmo que se triplique o orçamento anual equivalente a mais de mil milhões de dólares, dificilmente serão equacionados os graves problemas da saúde, da habitação e do apoio social às famílias enquanto não se corrigirem, com medidas estruturais de fundo as causas estruturais de fundo dos problemas de Luanda.

Nesse sentido, relata o documento, a resolução dos problemas de Luanda está intrinsecamente ligada à consagração de medidas ativas para o reordenamento do território e para o repovoamento do país.

Para se ultrapassar o presente quadro, recomenda, entre outras questões, o estabelecimento de um acordo político, ao nível do Parlamento.

Através do qual, os representantes do povo auscultem os cidadãos para se encontrarem medidas de políticas estruturais, inclusivas e consensuais, para desacelerar o crescimento de Luanda e acelerar o crescimento harmonioso do interior do país.

Vontade Política Os problemas de Luanda são descritos pela UNITA, como sendo conjunturais e não apenas peculiares para Angola. Só que, no seu entender, "tem faltado vontade política de se fazer as coisas". Sem entrar em questões técnicas, a primeira coisa apontada pelo seu líder é encontrar esta vontade.

Apesar se reconhecer que os problemas de Luanda não se resolvem de uma só vez, e que têm sido desenvolvidos alguns esforços, entende que alguns destes esforços não visam resolver propriamente o problema do povo mas sim para firmar um certo poder.

Um dos casos alistados tem a ver com a inexistência de uma fiscalização à altura, o que faz com que o

desordenamento de Luanda propicie construções anárquicas e outros esquemas de sobrevivência.

Sem esboçar os motivos, Samakuva diz que a taxa atual de imigração e o ritmo de crescimento desordenado ultrapassaram já a capacidade humana de gestão e a capacidade física dos equipamentos.

Como consequência os efeitos da cidade periférica é ilegal também comprometem a gestão da cidade urbanizada, já que a cidade periférica, satura, sabota ou rebenta as redes públicas e os sistemas de fornecimento de serviços de água, eletricidade e saneamento.

Como se não bastasse, acentua a exclusão social provoca o incremento dos congestionamentos; desvia recursos públicos promove o stress, o crime e a violência e acentua os processos de segregação de discriminação.

A UNITA lembrou que na proposta apresentada, há três anos, à então governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, havia solicitado a extensão das fronteiras desta província para permitir a construção e gestão descentralizada de novas redes viária e ferroviárias.

Novos pólos industriais novos parques e novas cidades satélite entre o Rio Logi, a Norte, e o Rio Longa a Sul e a Província do Kwanza Norte, Leste,

Propôs-se para esta nova província de Luanda a consagração da região metropolitana de Luanda, "um ente territorial dotado de personalidade jurídica própria, a quem a República transfere competências políticas, regulamentares e administrativas".

Isaiás Samakuva vangloria-se por este facto por constatar que parte destas propostas foi tida em conta pelo Executivo, um ano mais tarde. "Mas não teve o bom senso de implementar a efetiva descentralização. Estende apenas as fronteiras da província, mas não conferiu autonomia de gestão disse.

O político disse ainda que o documento em posse do GPL pode servir de modelo para todo o país. A diferença é que, Luanda, por ser o centro das decisões, e porque o documento em causa vai ser encaminhado também ao chefe do Executivo e ao Presidente da Assembleia Nacional "fica mais fácil estender as soluções a todo país".

6.24 Viver em sociedade, mas com regras

Semanário Angolense
09 De Março de 2013

Desde os primórdios da humanidade, o homem tem se revelado como um ser social, condenado a viver em sociedade, pelo que a sua sobrevivência deve-se, em grande medida, ao convívio com os demais membros da sociedade.

Por ser eminentemente social, ele tem a tendência em agrupar-se e unir-se aos outros seus semelhantes, não só para a satisfação das suas necessidades individuais, como também coletivas.

Daí que o homem, desde o nascimento até à morte, estabelece com os outros homens relações de colaboração e de mútua dependência, podendo-se por isso considerar que a vida em sociedade é o modo natural da existência da própria espécie humana.

Mas a natureza gregária do homem só é possível dentro da observância e do respeito de determinadas normas de conduta em relação aos demais membros da sociedade.

A vida em sociedade, além dos benefícios, dos direitos, que proporciona ao homem, ela traz também consigo algumas limitações à liberdade de atuação de cada um, ou seja, a observância de certos deveres e regras de conduta socialmente aceites.

Daí a correlatividade de direitos e deveres, em homenagem ao pressuposto de que «a liberdade de um determinado indivíduo acaba onde começa a liberdade do outro».

Vem isto a propósito de uma gritante falta de observância de regras de conduta que têm sido registadas em zonas habitacionais de Luanda, mais especificamente os Zangos, Projecto Nova Vida e, mais, recentemente, a nova Centralidade do Kilamba.

Mais do que mera necessidade de se descongestionar o casco urbano e suburbano de Luanda, a emergência das novas urbanidades foi projetada e executada com objetivo de se dar uma melhor qualidade de vida e dignidade às pessoas, muitas provenientes de zonas degradadas da cidade e que viviam em condições infra-humanas.

Em boa verdade, não se tratou apenas da transferência ou da deslocação de pessoas e bens dos mais distintos estratos sociais, níveis de formação académica, credos religiosos ou filosóficos ou, simplesmente, de pessoas que saíram de casas térreas

dos musseques e foram viver para os prédios, mas também fez-se a transferência de certos hábitos e costumes que cada um levava consigo.

No entanto, a adaptação de tais pessoas ao novo estilo de vida, em função da realidade encontrada não tem sido fácil, o que faz com que certas condutas comportamentais concorram para o mau relacionamento entre vizinhos, para a desarmonia.

Feliz ou infelizmente, estamos condenados a vivermos com os vizinhos que, porque estes, ao contrário dos amigos, não se escolhem. Mais do que as palavras, as imagens colhidas, pelos fotógrafos do Semanário Angolense nas reportagens efetuadas falam por si.

Espera-se que as mesmas toquem a alma das pessoas diretamente nelas envolvidas, de forma a prevenir-se de situações do género se voltem a repetir nas novas centralidades que estão ainda por habitar.

6.25 UNITA projeta novas fronteiras para a cidade de Luanda

Agora

09 De Março de 2013

Segundo o líder da UNITA, Luanda tornou-se ingovernável no quadro institucional atual. Isaiás Samakuva defende que os sistemas de ensino, produção, saúde, recolha de lixo, distribuição de água e luz e circulação rodoviária estão todos "engarrados", justificando-se, deste modo, que as fronteiras da cidade sejam alargadas com base num Plano Director.

De acordo com Samakuva, estudos feitos pelo seu partido em 2010 e reiterados este ano permitem concluir que os problemas de Luanda "não serão resolvidos com conferências, requalificações ou demolições arbitrarias e discriminatórias na zona urbana, nem através da criação de Comissões de Gestão, nem mesmo nomeando ou exonerando Governadores, e muito menos com a atribuição da categoria de ministros, com ou sem pasta, aos seus governantes".

Para a UNITA, o êxodo populacional diário para Luanda tem uma razão de ser. "As pessoas correm para Luanda, porque é em Luanda que se concentra a riqueza e se apresentam maiores oportunidades de sobrevivência, não há empregos nem grandes oportunidades no interior do país".

Com cerca de 6,6 milhões de habitantes, Luanda é nos dias que correm a cidade de Angola mais povoada, indicador que tem como contrapartida a falta de condições geográficas para acolher todos. "Luanda esgotou a capacidade de oferta de empregos para a população economicamente activa que possui.

Mais de 2 milhões de cidadãos tentam sobreviver na periferia através do pequeno comércio desordenado ou de outras ocupações informais, mas esses problemas deveriam ser ultrapassados se o Executivo tivesse concebido um Plano Director para a gestão da cidade de Luanda.

Disse Samakuva, acrescentando que há outros problemas que afetam a cidade, como é o caso do problema da falta de fiscalização das obras que se erguem um pouco por todo o lado.

"Não existe fiscalização à altura. O próprio desordenamento de Luanda propicia construções anárquicas e outros esquemas menos aconselháveis à sobrevivência", frisou Samakuva, para quem a cidade precisa de muito mais do que novas centralidades.

Segundo o dirigente da UNITA, é urgente dotar a capital de um novo estatuto político administrativo no quadro do princípio constitucional da autonomia local. No sentido de ajudar a reverter este quadro de múltiplas insuficiências urbanas, Isaiás Samakuva revelou que o seu partido propõe o alargamento das fronteiras da cidade até à província do Kuanza-Norte.

"Há cerca de três anos propusemos que as fronteiras da província de Luanda fossem alargadas. Isto para permitir a construção e a gestão descentralizada de novas redes viárias e ferroviárias, de novos polos industriais, novos parques e novas cidades satélites, entre os rios Logi, a norte, e o rio Longa, a sul, e a Província do Kuanza Norte, a leste".

O "Galo Negro" propôs também a criação da Região Metropolitana de Luanda, que, no entender dos dirigentes da UNITA, seria um ente territorial dotado de personalidade jurídica própria, para quem a República teria de transferir competências políticas, regulamentares e administrativas.

O caricato, segundo defende o principal partido da oposição, é que o Executivo "agarrou" na proposta, copiou-a parcialmente, mas não teve o bom senso de implementar a efetiva descentralização.

Ou seja, estendeu apenas as fronteiras da província, sem salvaguardar a autonomia de gestão. Para Samakuva, este modelo de governação não se compactua com as ideias democráticas, na medida

em que a gestão sustentável de Luanda, exige um ambiente democrático descentralizado.

"Não basta consagrar uma zona económica especial, alterar fronteiras geográficas e chamar chineses para construir centralidades, cujas plantas os angolanos precisam de dominar para depois poderem fazer a gestão e a manutenção das redes".

A partir do diagnóstico efetuado à cidade de Luanda, a UNITA concluiu que a gestão da Província tornou-se um imperativo nacional de forte pendor político, reforçado a partir da década de 90 com os massivos movimentos migratórios, responsáveis pelo surgimento da zona (hoje) urbana conhecida como Luanda-Sul, e pela integração do triângulo de Cacuaco, Viana e Benfica.

De acordo com as fontes que serviram de base para o estudo realizado pelo partido, o crescimento constante da cidade de Luanda explica-se pela procura de melhores condições de vida por parte da população. "Vêm para Luanda em busca de um pedaço da riqueza do país", refere um documento da UNITA a que o Agora teve acesso.

Além do êxodo em direção à capital, a UNITA aponta outro fator de desestruturação urbana: a inexistência de fórmulas para dar solução aos problemas ambientais caracterizados pela urbanização incompleta e poluentes, capazes de prejudicar a esperança de vida dos angolanos.

Para agravar ainda mais o cenário, Luanda regista uma taxa de crescimento anómala, concretizada numa população de cerca de 6,6 milhões de habitantes, dos quais grande parte vive em condições degradantes e num perímetro de apenas 150 Km.

Os dados avançados pela UNITA referem também que os níveis de migração voluntária para Luanda são superiores aos forçados pelo conflito armado.

De acordo com o documento intitulado "Contribuições da UNITA para a gestão de Luanda", os atuais níveis de migração precipitaram o agravamento dos índices de pobreza, calculando-se que o número de pessoas a viver com o mínimo de dignidade humana seja agora de 80%, enquanto o défice habitacional está estimado em mais de um milhão de moradias.

O fenómeno de atracção para Luanda apesar de Angola ter uma extensão de cerca de 1,242 quilómetros quadrados, a população apenas corre para a capital, explica-se, segundo a UNITA, também pelo facto de o Executivo se preocupar mais com a imagem de Luanda, descurando as restantes cidades.

"Hoje todos sabem que é em Luanda que está o poder real e, por isso, o Executivo tem as suas atenções viradas para essa Província mais do que para qualquer outra", refere o partido, identificando um dos efeitos colaterais desta política.

"A população sabe que à falta de casa basta ocupar um terreno e construir uma pequena cubata. Amanhã o gover- no ou alguém por ele protegido vem demolir e em contrapartida consegue uma casa no Zango ou no Panguila".

Por isso, nota a UNITA, os musseques de Luanda crescem todos os dias ao "sabor do vento", refletindo-se em vários níveis de pobreza, extrema, moderada e relativa.

"A pobreza extrema é aquela em que as pessoas não conseguem sequer satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência. Neste nível, a fome é o caso permanente, não há acesso aos serviços de saúde, há carência de água potável e de saneamento básico, e faltam instituições escolares capazes de absorver todas as crianças".

Já na forma moderada de pobreza, as pessoas "têm um pouco com que se alimentar, mas as dificuldades, nomeadamente com educação e saúde, permanecem". Finalmente, no modo relativo de pobreza, as pessoas têm um rendimento mínimo que lhes permite sobreviver.

6.26 Casas sociais em Cunhinga

Jornal de Angola

13 De Março de 2013

Pelo menos 100 casas sociais estão em construção em Cunhinga, província do Bié; no âmbito do Programa Nacional de Habitação, revelou ontem o administrador municipal.

José Ndadula disse ao Jornal de Angola que no total são erguidas 200 casas. O administrador sublinhou que as obras decorrem em ritmo acelerado, numa reserva fundiária do Estado, de 25 hectares.

O administrador esclareceu que o programa de fomento habitacional confere mais dignidade aos habitantes locais, ações que permitem apagar as marcas da guerra. As autoridades da província do Bié, acrescentou, apostam forte na construção de 200 casas sociais em cada um dos sete municípios da província.

Numa primeira fase, são construídas 100 residências em Camacupa e igual número nos municípios de Chitembo, Chinguar, Catabola, Cunhinga, Cuemba e

Nharea, com vista a reduzir o défice habitacional na província.

Além da construção das casas, os bairros da província têm ruas com passeios, redes técnicas de baixa e alta tensão, sistemas de abastecimento de água potável e outros equipamentos sociais, segundo o administrador.

O Executivo angolano está a construir em várias localidades do país casas sociais e centralidades com o objetivo de melhorar a oferta de habitação.

6.27 Clientes da Sonip desconhecem as armadilhas do contrato

Diário global

15 De Março de 2013

As políticas de celebração, do "Contrato de Adesão aplicáveis pela Sonangol Imobiliária e Propriedades,"Sonip" através da Delta Imobiliária.

No ato de vendas dos imóveis nas centralidades do Kilamba, Zango, Cacucaco, Quilómetro 44 e a do Kapari, oferece maior facilidade ao vender inibindo o comprador de qualquer direito o que contradiz a Lei 15/03 do consumidor.

O artigo 3º da Lei 15/2003 de 22 Julho define a relação de consumo, sem prejuízo ao direito do consumidor nem do fornecedor.

Aborda no ponto 1º que "é Consumidor toda a pessoa física jurídica a quem seja fornecido bens e serviços ou transmitidos quaisquer direitos e que os utilize como destinatário final, por quem exerce uma actividade económica que visa a obtenção de lucros:

O ponto 2º do mesmo artigo frisa que o "fornecedor é toda pessoa física jurídica, pública ou privada nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados que desenvolve atividades de produção, montagem criação, construção, transporte, importação, exportação, distribuição comercialização de bens ou prestação de serviços":

No caso do negócio entre a Sonip e seus clientes demonstra a clara falta de conhecimento da Lei, o que deve ser da obrigatoriedade do fornecedor vendedor esclarecer a seus clientes se extração de margens dos direitos e deveres.

A falta deste conhecimento torna o consumidor débil e fácil de ser manipulado pelo fornecedor, o que dá maior vantagem ao vendedor dos imóveis, este é o caso entre a Sonip e o Delta Imobiliária para os presumíveis compradores.

Importa assegurar que, o direito do consumidor esta plasmado e assegurado constitucionalmente através do art.º 78 da Constituição da República de Angola, em cadeia com o art.º 4 da Lei nº 15/03 de 22 de Julho.

1. O consumidor tem o direito à qualidade dos bens e serviços, à informação e esclarecimento, à garantia dos seus produtos e a proteção na relação de consumo.

2. O consumidor tem direito a ser protegido no fabrico e fornecimento de bens e serviços nocivos à saúde e a vida, devendo ser ressarcido pelos danos que lhe sejam causados.

3. A publicação de bens e serviços de consumo é disciplinado por Lei, sendo proibidas todas as formas de publicidade oculta, indireta ou enganosa.

4. A Lei protege o consumidor e garante a defesa dos seus interesses. O consumidor tem direito: A qualidade dos bens e serviço; A proteção da vida, saúde e segurança física contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de bens e serviços considerados perigosos ou nocivos;

c) À informação e divulgação sobre o consumo adequado dos bens e serviços, assegurando a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; d) À proteção dos interesses económicos e contra a publicidade enganosa e abusiva.

e) À efetiva prevenção e reparação dos danos patrimoniais morais, individuais, homogêneos, coletivos e difusos. f) À proteção jurídica, administrativa, técnica e a facilitação da defesa dos seus direitos em juízo.

No entender do público concorrente, as atuais modalidades de compra de residências fixados pela Sonip imobiliária nas quatro centralidades ilustram boa vontade do Executivo em melhorar as condições de oferta de residência aos angolanos, porém, a verdade manifesta na celebração de todo dossier pela empresa vendedora são adversas.

Opiniões colhidas aos concorrentes desconhecidos da verdade ofuscada, revelam que a Sonip escamoteava verdades com o não esclarecimento detalhado e atempado dos demais encargos a fim de que angariasse maior número de clientes a seu benefício.

António J. da Costa de 38 anos de idade, residente em regime de renda no município do Cazenga, em Luanda, é dos concorrentes alvos na materialização do sonho da "casa própria" na centralidade do Kilamba, tendo já dado entrada da primeira facilidade

anual equivalente a 6.551 dólares norte americanos, para o pagamento inicial de um apartamento T3.

Abordado sobre o assunto, confirma ter sido ludibriado pela "publicidade enganosa" de novas modalidades e fá- cics para a compra da casa própria, sem ter em conta este prejuízo.

O nosso entrevistado, diz não ter quaisquer hipóteses de recuo, caso o faça, perderá com valores já depositado "Sinto-me traído pela vergonhosa falta de transparência com que a Delta imobiliária está a tratar do assunto, pode se considerar de um roubo seletivo."

6.28 "Sonip expropriar-se-á dos mesmos imoveis no futuro", alerta economista

Diário Global

15 De Março de 2013

O economista Filomeno Vieira Lopes defende que "em toda negociação o valor nunca pode ser depositado ou entregue sem que se tenha consciência dos critérios de compra e venda deste bem, logo, estamos perante uma infração.

Quando a Sonip Imobiliária exige dos clientes o depósito dos valores nas suas contas sem antes a verificação das cláusulas constantes no contracto de compra inerente a mesma negociação.

O economista explica que a celebração de um contrato do género "é bastante sério" e exige que ambas as partes façam um estudo minucioso e consensual antes de qualquer passo seguinte.

"Logo, estamos diante de uma clara inverdade constante nas cláusulas plasmadas no contrato imposto pela Sonip para as suas assinaturas, frisou. De acordo com o mesmo, não se admite que um país com um governo a sua população seja imposto a caprichos de quem quer que seja.

"Está claramente definido que o próprio estado, assume uma percentagem de culpa. Basta olhar-se pelo elevado índice de desabrigados, é a mola impulsadora de as pessoas acorrerem cegamente na armadilha da Sonip imobiliária sem terem em conta o prejuízo futuro realçou.

O também secretário geral do Bloco Democrático alega que Angola é um país onde as políticas financeiras não são abertas a todos e o nível de vida de seus filhos (dos angolanos) é claramente instável.

"Ao aderirem a tais políticas de compra de imoveis, estão seguramente a vedar o seguro a saúde, a alimentação à altura, e outros bens essenciais, pois, seu recurso é incapaz de satisfazer a demanda.

E mais, num futuro próximo a Sonip, expropriar-se-á dos mesmos imoveis, porque ninguém está a altura de cumprir fiel o contracto', alertou.

Em gesto de remate Filomeno Vieira Lopes assegurou que "o país está mergulhado num desnível social motivado pela instabilidade macroeconómica. De um lado, está a propor-se elevados índices de corrupção para o garante do cumprimento do contrato e prevenir o despejo".

6.29 Mais obras nas novas centralidades

Jornal de Angola

16 De Março de 2013

O plano, apresentado ontem por uma equipa de consultores do Ministério da Construção, vai contemplar todos os serviços sociais, de forma a acompanhar o padrão de crescimento das zonas urbanas e melhorar a imagem da província. O programa está dividido em fases, que incluem a reabilitação, construção de infra-estruturas sociais, com destaque para estradas nacionais, principais, secundárias e terciárias e armamentos nos bairros da cidade.

Constam ainda do projecto a execução de sistemas de fornecimento de energia eléctrica e de abastecimento de água aos bairros, através da conduta de transporte a partir do rio Cunene, no Xangongo.

Os principais bairros a beneficiarem do programa são Cashila 3, Onahumba e Ekuma, localidades onde decorrem as obras de construção das novas centralidades da cidade de Ondjiva.

O director provincial das Obras Públicas do Cunene, Gonçalves Namweya, salientou que o plano integrado de desenvolvimento de infra-estruturas tem a ver com a regularização do sistema urbano do ponto de vista do saneamento básico, pavimentação das ruas e sistema de esgotos e drenagem das águas residuais e pluviais.

Além do sistema de tratamento e distribuição de água às populações, o programa contempla ainda a construção de várias infra-estruturas sociais, em Ondjiva. Algumas ações já estão em fase de execução, com destaque para o sistema de eletricidade nos bairros Castilhos e Pioneiro Zeca, áreas que

beneficiam de novos postos de iluminação pública e ligações domiciliare.

Outro projecto em curso, referiu Gonçalves Namweya, é o abastecimento de água à cidade de Ondjiva, a partir das Chanas de Caricoco e Oipembe, que conta com o reforço da conduta proveniente do rio Cunene.

6.30 Geradores geram discórdia no «Nova vida»

Semanário Angolense
23 De Março de 2013

Moradores da 2.ª fase do projecto habitacional Nova Vida, localizado a sul de Luanda, dizem estar descontentes com o comportamento de certos condóminos que decidiram, de forma «unilateral e abusiva, privatizar os espaços de domínio comum». Em carta endereçada esta semana ao Semanário Angolense, os subscritores queixam-se que alguns moradores têm vindo a usurpar os espaços comuns para neles colocar geradores e tanques de água para satisfação de interesses individuais em detrimento dos colectivos.

Denunciam que a Lei de Condomínio, que define, entre muitas coisas, a colocação de geradores, tanques de água, bem como a gestão dos espaços comuns, tem sido sistematicamente desrespeitada, ante à inoperância dos organismos encarregues de velar pelo cumprimento da lei. «Temos vindo a assistir à usurpação de espaços comuns de prédios da II fase do projecto, mormente pelos moradores dos apartamentos do rés-do-chão, sem que eles tenham sido autorizados a fazê-lo. Isto, como é óbvio, não só alterou a estética dos edifícios, como também tem causado um clima de mal-estar entre moradores, incluindo os inquilinos de edifícios vizinhos», lê-se na missiva. Afirmam que, num passado recente, existia um bom relacionamento e compreensão mútua entre vizinhos quanto à utilização dos espaços comuns, mas com o decorrer tempo as relações vieram a deteriorar-se. «Felizmente, há também exemplos de boa organização em certos prédios, onde os seus moradores acharam por bem

«vedar as áreas comuns para uso colectivo, mas de comum acordo entre todos utentes, tendo para o efeito dado prioridade às crianças», sublinham na carta. Acusam os moradores infractores de enveredarem para uma conduta «pouca digna e arrogante», quando confrontados com as situações anómalas. Afirmam que os casos de violação à Lei dos Condóminos acentuaram-se depois da administração do projecto ser entregue a uma outra

entidade que substituiu a IMOGESTIN. Eles queixam-se da falta de água, uma carência que, segundo dizem, terá aumentado depois de a IMOGESTIN ter abandonado a gestão do referido projecto. Desencantados, questionam sobre a eficácia da Lei dos Condóminos, já que a mesma «não se faz sentir ou respeitada por quem de direito». Questionam também se ela servirá apenas para uns casos e outros não. Pedem, por fim, que seja criado um departamento de acompanhamento da referida urbanização que efectue visitas regulares «in situ», para tomar as medidas adequadas que a situação impõe, sob pena de um dia os edifícios ruírem devido à sua má utilização.

6.31 Buracos e engarrafamentos tornam a cidade “imbumbável”

Agora
23 De Março de 2013

O problema torna-se ainda pior quando chove. Nesta quinta-feira, por exemplo, as enxurradas impediram a circulação de muita gente que pretendia chegar cedo ao local de trabalho, sobretudo os residentes em zonas como Benfica, Viana, Cacuaco, Panguila, e Caop, algumas das áreas mais afetadas.

"Por vezes sou obrigado a sair às 5 h, mas quando chove a situação agrava-se pois perco muito tempo a apanhar o candongueiro para o local de trabalho", comenta Maria Arlete, moradora do bairro dos Mulenvos.

"Nós que vivemos na periferia e trabalhamos no centro da cidade ressentimo-nos bastante da pressão do trânsito", reforçou Tino Francisco, professor numa escola secundária da cidade.

Além de ser uma fonte de transtornos, o ambiente tenso nas estradas, de acordo com a neurologista Lídia António, está igualmente ligado ao surgimento de sérias complicações de saúde.

Por outro lado, os engarrafamentos continuam a servir de justificação para tudo quando se fala do cumprimento de horários por parte dos trabalhadores, quer sejam da função pública ou do sector privado.

A zona da clínica Multiperfil, Cazenga, Gamek e do São Paulo têm sido das mais visadas sempre que o assunto trânsito vem à baila, na medida em que as ruas esburacadas estão constantemente congestionadas.

No caso específico do São Paulo, a confusão acentua-se por causa dos armazéns e lojas dos libaneses,

problema que há muito deveria estar resolvido com a transferência das grandes superfícies de armazenamento na periferia.

Ao mau estado das vias, algumas das quais estão fechadas para obras, junta-se o facto de a rua Cónego Manuel das Neves estar transformada num autêntico mercado, com as zungueiras a montar os seus negócios à beira da estrada, ignorando o perigo daí decorrente.

A Polícia de Trânsito também pouco ou nada pode fazer conforme relatou ao Agora um agente regulador de trânsito, reconhecendo que os engarrafamentos têm que ver com os buracos na via, avarias constantes das viaturas e o elevado fluxo de vendedores ambulantes.

Acrescentando mais dados à discussão, o arquiteto urbanista António Henriques da Silva "Dinguanza", defendeu, em declarações recentes a este jornal, que o problema dos engarrafamentos em Luanda não passa só pela reparação das vias principais, secundárias e terciárias, já que a "maka" reside fundamentalmente no facto de Luanda ser uma "cidade velha, com infra-estruturas que já não suportam o fluxo de habitantes".

Perante esta realidade, "Dinguanza" sugeriu uma terapia de choque, em que se deveria abandonar o actual ordenamento da cidade e avançar com um projecto novo, apostando-se em espaços mais arejados na periferia.

6.32 Os efeitos das novas centralidades

A Capital

23 De Março 2013

Conseguir uma casa no nosso país foi sempre, aliás continua a ser, um problema bicudo. Contudo, nos próximos tempos este quadro pode mudar e o público, sobretudo a juventude que é provavelmente a camada mais sacrificada, poderá começar a olhar o futuro com mais optimismo.

Durante cerca de 37 anos Angola pouco ou nada investiu em imóveis e por causa da guerra que assolou o país muitos dos imóveis herdados do regime colonial ficaram completamente destruídos. Esta situação, até então aparentemente pacífica, veio a revelar-se rigorosamente caótica depois de 2002.

Depois deste ano começou o sério problema de imóveis todos queriam imóveis para morar ou para iniciar um negócio; todos queriam terrenos para construir a sua habitação ou mesmo para montar

qualquer actividade lucrativa. Desta forma, a demanda de produtos imobiliários situou-se muito acima da oferta.

Houve mesmo quem afirmasse que não havia oferta. Esta situação deu azo a muitos investidores (oportunistas) nacionais e estrangeiros a desenvolverem uns poucos projectos imobiliários e a estabelecerem preços que bem lhes vinham à cabeça.

Eis que o Executivo, de rompante, iniciou um mega programa imobiliário sobretudo em Luanda que é a província mais populosa e também mais problemática. Numa só sentada iniciou a construção das centralidades do Kilamba, do Zango, de Viana, do Capari, do Dundo, etc.

Muito se especulou sobre estas centralidades e com razão porque a necessidade de casa, pela maioria dos cidadãos, é maior que tudo. Hoje, porém, a situação ainda não mudou muito, mas que vai começar a mudar, lá isso vai.

Há algumas semanas atrás quando os mídias públicos anunciaram a alocação das unidades imobiliárias à população quer a pronto pagamento como pela renda resolúvel, muita gente não acreditou e com razão.

É que durante muito tempo o público ficou mergulhado num turbilhão de informações desencontradas relativamente as casas das novas centralidades, o que colocava muita boa gente com os nervos à flor da pele.

Na verdade as casas estão mesmo a ser vendidas à população e a preços aceitáveis comparativamente aos preços que assistimos há dois ou quatro anos atrás. O público espera que esse ritmo de vendas continue assim por mais de 10 anos.

Há, contudo, alguns problemas, estes prendem-se, por um lado, com falta de previsão e organização por parte das entidades responsáveis pela venda dos imóveis que tem gerado muita confusão, filas insuportáveis ao sol ardente, pessoas a passar noites consecutivas às portas das pouquíssimas lojas da Sonip e da Delta imobiliária.

Aí é preciso corpulência, voz grossa, oportunismo, drible, negociatas com os agentes da ordem e até batota. Esta situação, que em nada abona tanto a Delta e a Sonip como as pessoas sedentas em habitações, podia tranquilamente ser evitada. Há várias maneiras, bastando apenas um pouco de bom senso.

Por outro lado, estão as modalidades de pagamento. Consta que o pagamento da renda resolúvel far-se-á

anualmente mediante o pagamento de um valor que corresponda a soma das parcelas mensais.

Até aqui, e porque todos querem casa, está tudo bem. Mas na prática isso poderá não funcionar pelo facto de serem pouquíssimas as pessoas que, no nosso país, têm a capacidade de guardar dinheiro por muito tempo sem lhe dar outro destino.

Contudo há que ter em conta também que se trata, provavelmente, da primeira experiência de venda massiva de casas no país. É provável que nos próximos tempos haja mudanças.

Segundo especialistas do ramo imobiliário, se o Executivo manter ou aumentar o ritmo de construção de centralidades, aumentando desta forma a oferta de imóveis, não vai tardar, os preços abusivos que muitas imobiliárias praticam atualmente não terão outra alternativa, senão a queda.

Segundo eles é preciso pôr ordem no mercado imobiliário nacional e o Executivo tem muita responsabilidade no alcance deste desiderato.

Por esses dias, enquanto a maioria do público está eufórica pelas casas que estão relativamente baratas, muitos promotores já devem começar a perder o sono uma vez que não poderão vender com tanta facilidade as casas dos seus projectos aos preços que bem desejavam.

Me parece que o Estado não irá vacilar em levar avante os seus objectivos relativamente a habitação. Aliás interessa-lhe resolver os problemas do povo e a habitação é provavelmente um dos primeiros problemas a deve-lar.

As imobiliárias e os promotores visionários devem agir com inteligência, enquanto é cedo, oferecendo preços aceitáveis sob pena de consentirem perdas económicas incomensuráveis ou mesmo falência.

Para além das centralidades é preciso que o Executivo aproveite também racionalmente o esforço de milhares de cidadãos anónimos que vão erguendo, por conta própria, as suas habitações.

Este aproveitamento deve consubstanciar-se na elaboração de planos diretores e de expansão urbana das cidades, na infraestruturização e ordenamento dos subúrbios, permitindo os cidadãos construírem as suas habitações em locais adequados.

As habitações construídas pelo Executivo e as construídas pelos cidadãos, em espaços com as infra-estruturas adequadas, irão, ao fim e ao cabo, aumentar a oferta de imóveis em Angola, trazendo

para baixo os preços, resolvendo o problema de habitações e melhorar a qualidade de vida das populações.

6.33 Tendência para queda dos preços de renda

A Capital

23 De Março de 2013

Luanda é a segunda capital com a renda por metro quadrado mais cara em África, segundo o último estudo sobre tendências do mercado imobiliário angolano, realizado pela consultora Deloitte Angola.

De acordo com o estudo, os preços por metro quadrado na capital angolana são proibitivos, chegando a dobrar o valor do arrendamento praticado em mercados como o da Nigéria.

Confortante, todavia, é o facto de indicadores constantes em estudos similares sobre tal variável apontarem para um crescimento assinalável do sector imobiliário angolano, embora considerem que o mercado continua marcado por uma oferta muito aquém de satisfazer a demanda.

Por força da grande procura de espaço, o valor da renda por metro quadrado no centro da capital angolana situa-se em tomo de 150 dólares, sobretudo no segmento de escritórios.

"É uma renda muito elevada", tal como constatou em tempos um responsável da consultora Zenki Real Estate, que não teve receio em olhar para esses valores como sendo mesmo das mais altas do mundo.

Estima-se que, em 2012, o estoque de oferta disponível de escritório tenha sido de 510 mil metros quadrados, prevendo que em 2014, essa mesma oferta cresça até 820 mil metros, quadrados.

"Há claramente no mercado uma procura constante", acrescentou, embora considere ser necessário que os promotores imobiliários apostem na diversificação da oferta, a pensar nas capacidades aquisitivas dos vários segmentos da sociedade.

Mas a tendência altista do valor de arrendamento pode estar perto do fim, segundo prevê a Deloitte. E há motivos para que a consultora comece a olhar o futuro do mercado imobiliário com algum otimismo.

"Com o aumento da oferta vamos ter aqui uma pressão para uma redução do preço médio do arrendamento nos vários segmentos do mercado, tanto escritórios como da parte residencial e também da comercial sem excluir espaços industriais" antevê

Ricardo Gonçalves, um dos consultores ao serviço da Deloitte Angola.

O primeiro grande passo nesse sentido é a disponibilização, nos últimos dois meses, de mais de 3 mil fogos habitacional erguidas nas centralidades, onde os preços das habitações vão permitindo que um segmento importante da população consiga concretizar o sonho de casa própria.

Olhando para os custos fixados para as unidades habitacionais em cada uma das centralidades abertas ao acesso público, entidades como o economista Alcides Gomes não têm dúvidas de uma coisa "os preços são aceitáveis comparativamente aos que assistimos há dois ou quatro anos atrás".

Na verdade, a divulgação, há algumas semanas, dos preços e das várias modalidades de pagamento nas quatro centralidades surgiu com um forte estímulo à procura de residências, já que, de acordo com algumas análises feitas a propósito "esta parecia estar inibida há alguns anos, devido ao elevado preço das habitações".

Tais análises referem, por exemplo que o efeito combinado entre a que, dos preços das habitações na cidade do Kilamba, onde um apartamento de três quartos antes avaliado a mais de 120 mil dólares passa a custar 70 mil.

Assim como a introdução de várias modalidades de pagamento, nomeadamente a renda resolúvel sem o capital inicial e também o arrendamento, vai estimular a concorrência entre o sector imobiliário privado e o da iniciativa pública, melhorando, a competitividade nesse segmento de mercado.

Numa sua reflexão sobre o assunto, Alcides Gomes partilha da ideia de quem defende a continuidade dos investimentos voltados à construção de centralidades.

"Se o Executivo manter ou aumentar o ritmo de construção de centralidades, não vai tardar, os preços abusivos que muitas imobiliárias praticam atualmente não terão outra alternativa, se não a queda prognosticou.

Para que tal se reflita de forma abrangente em todo o mercado, especialistas defendem ser um imperativo que os promotores imobiliários apostem na diversificação da oferta, a pensar nas capacidades aquisitivas dos vários segmentos, que revelam necessidades não apenas de espaços para fins residenciais.

Uma referência às pequenas e médias empresas ou organismos, que, em função da fraca oferta, têm dificuldades de instalar condignamente os seus

escritórios no centro de cidades como a de Luanda, onde as grandes corporações acabam, sozinhas, por absorver o grosso do stock disponível.

Dados oficiais indicam, por exemplo, que mais de 70% do stock actual de escritórios em Luanda é ocupado por empresas do sector dos petróleos, instituições financeiras, bem como o sector público.

Tudo porque a generalidade dos projectos imobiliários apostam na vertente residencial e Luanda continua a centrar os principais polos urbanísticos, a fazer fé num relatório da responsabilidade da consultora Abacus.

Segundo o documento, numa avaliação profunda sobre o comportamento do mercado imobiliário angolano durante 2012 e na sua perspectiva para 2013, esta empresa destaca uma evolução constante, apesar de ainda, como considera, se registar alguns constrangimentos.

Segundo o relatório, Luanda continua a ser o principal pólo imobiliário de Angola, embora em outras províncias, numa escala dificilmente comparável, como o Lobito, Benguela, Soyo (Zaire), Cabinda e Namibe, possam vir a desenvolver-se, sempre alicerçados no investimento produtivo.

Apesar desta constatação, os responsáveis do estudo entendem que existem ainda alguns constrangimentos a ultrapassar, com realce para os processos burocráticos bastante complexos, embora reconhecem estar a assistir-se a progressos, para os promotores imobiliários obterem a inscrição nas finanças e os registos prediais definitivos.

Ao leque de constrangimentos acrescenta-se a insuficiência de infra-estruturas básicas, sendo este um tema de difícil resolução e que, segundo avançam, pode vir a limitar novos projectos no centro da cidade.

6.34 Auto-construção ajuda a diminuir défice de casas

Jornal de Angola
25 De Março de 2013

O empresário do ramo da construção civil Roberto Webba defendeu, sexta-feira, em Luanda, a criação de mecanismos eficientes que facilitem a auto-construção dirigida com vista à redução da carência habitacional no país. Roberto Webba destacou a importância social das novas centralidades, mas alertou as autoridades para a dinamização da auto-construção dirigida pelo facto das moradias das novas urbanizações serem insuficientes para a grande

procura que se regista. Para o empreendedor, a criação de mecanismos vai permitir que os cidadãos construam as suas moradias de forma dirigida, devendo o Executivo criar as infra-estruturas, como estradas e sistemas de telecomunicações e de distribuição de energia e água. A solução do problema habitacional passa também pela criação e o envolvimento de cooperativas e pela participação activa do sector privado, acrescentou o empresário, que elogiou o Executivo por ter criado facilidades para a população adquirir as moradias existentes nas novas centralidades.

6.35 Novas casas evolutivas são construídas este ano

Jornal de Angola
26 De Março de 2013

A coordenadora nacional do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural de Combate à Fome e à Pobreza (PIDRCFP) anunciou, no Lubango, a construção de cem casas evolutivas em cada município do país. O objetivo, disse, é dinamizar a colocação de quadros e incentivar a fixação de funcionários nas localidades.

Rosa Pacavira, que é também ministra do Comércio, fez o anúncio no final de uma visita à Huíla, onde avaliou as obras executadas nos municípios do Lubango, Chibia e Matala no quadro do programa de Combate à Pobreza.

A coordenadora referiu que as obras começam dentro de dois meses, que vão ser executadas com celeridade e que as autoridades competentes já analisaram as novas tipologias das casas a construir.

O programa de construção de casas evolutivas, recordou, começou em 2011 e já foram construídas muitas em várias localidades. Na província da Huíla, lamentou, apenas dois municípios conseguiram executar o programa das casas evolutivas, mas, prometeu, vamos desenvolvê-lo agora com mais celeridade.

Rosa Pacavira garantiu que o programa de combate à pobreza está a ser executado com êxito em todo país e que já foram erguidos hospitais, escolas e sistemas de água e de energia. O programa, assegurou, tem sequência, pois há necessidade de criar melhores condições de vida à população.

A ministra referiu que ainda há algumas coisas que têm de ser corrigidas, sobretudo a nível da fiscalização das obras. Vamos também trabalhar seriamente na merenda escolar, que é uma

componente do programa de combate à pobreza", afirmou.

Rosa Pacavira visitou as estruturas criadas no âmbito do programa de combate à pobreza e outras "ações estruturantes da política do Executivo para o sector do Comércio". Os programas de 2012, disse, foram executados com êxito, apesar de haver ainda necessidade de melhorar em alguns aspetos.

À semelhança do que acontece na Huíla, declarou, em todos os outros municípios vão continuar a ser executados programas ligados aos cuidados de saúde.

O vice-governador provincial da Huíla para o sector Económico, Sérgio da Cunha Velho, disse que o programa de combate à pobreza na Huíla decorre normalmente e que a população já colhe alguns benefícios.

6.36 Administrador do Cazenga anuncia demolição de casas

Jornal de Angola
28 De Março de 2013

O administrador municipal do Cazenga anunciou ontem, em Luanda, a demolição de todas as habitações e lojas construídas por cima de colectores na zona do Cazenga. Falando à imprensa, Victor Narciso afirmou que a solução para acabar com as inundações no Cazenga passa pela recuperação do maior colector que permite escoar as águas residuais na vala de drenagem existente nas imediações da Congeral. "Houve oportunismo por parte de alguns moradores que aumentaram os quintais, construindo em cima dos colectores", disse. Sublinhou que o Executivo vai trabalhar para que a situação volte à normalidade, pondo os colectores, condutas e sarjetas a funcionar, uma vez que se estão a fazer as ligações domiciliárias para a água potável. A maior parte nas zonas inundadas é resultado do abuso de alguns cidadãos que construíram por cima das linhas de água e depositam o lixo nas valas de drenagem, interrompendo a passagem e circulação das águas. O Cazenga é um dos sete municípios da província de Luanda e possui uma população calculada em dois milhões de habitantes.

6.37 Cazengo constrói casas para funcionários

Jornal de Angola

28 De Março de 2013

A administradora municipal do Cazengo, Edviges de Jesus Ribeiro, que falava numa reunião do conselho de auscultação e concertação social, informou que as autoridades locais vão apoiar os programas de combate às grandes endemias, nomeadamente a malária, Sida doença do sono e reabilitar o sistema de fornecimento de água potável e energia eléctrica nas diversas unidades sanitárias. O programa prevê ainda a instalação e criação de um laboratório no posto de saúde de Kipata, manutenção do centro de saúde do Sassa e posto da Kipata, apoiar a promoção da saúde, aquisição de medicamentos e material gastável, construção do sistema de captação e distribuição de água potável na comunidade de Kirima dos Embondeiros. Edviges Ribeiro sublinhou que a administração vai fazer a gestão e manutenção das escolas do ensino primário e do primeiro ciclo e promover feiras, mercados e pequenas moagens nas localidades de Kirima do Hola, Zanga e Zavula. "Vamos construir e apetrechar uma escola com quatro salas para o ensino primário e primeiro ciclo na comunidade de Catari, sector de Zavula, reabilitar e ampliar outra no Zavula, a ponte sobre o rio Lússue na comuna de Canhoca, o posto de saúde de Catamba e as vias terciárias", informou a administradora do Cazengo. O município do Cazengo, acrescentou, vai ter um programa específico de intervenção nas vias secundárias e terciárias. A administradora do Cazengo anunciou a extensão da merenda escolar a todas as escolas do ensino primário das aldeias do Zanga e Zavula, criação de postos móveis para o registo civil e comunitário, a arborização e brigadas comunitárias de limpeza. Edviges de Jesus Ribeiro disse ainda que a sua administração vai formar técnicos em nutrição e culinária, apoiar as cooperativas e associações de camponeses com ferramentas agrícolas.

6.38 Falta de transparência na distribuição de residências deixa famílias do Zango – I com “nervos à flor da pele”

O Continente

29 De Março de 2012

A distribuição das moradias na Zona do Zango-I, ficou marcado por alguma "confusão", choros, tristeza e lamentos à mistura, onde a luta por uma casa própria despertou atenção e ansiedade daquela

população que há mais de três anos aguarda pelo realojamento. Se para uns era o fim de passar às noites em condições "pouco dignas", para outros não foi neste dia que o sonho da casa própria se concretizou isto, depois de muito tempo de espera. Segundo apurou o CONTINENTE, das casas erguidas apenas duzentas foram entregues, um número, de acordo com os populares, muito "exíguo, atendendo à demanda das famílias carenciadas". No local, o desânimo acentua-se ainda mais sobre aquelas famílias pelo facto, alegam, dos duzentos fogos construídos nem todos o seu destino foi dado à "pessoas certas", pois, dizem os necessitados "das duzentas casas 50% foi parar nas mãos de pessoas que nunca viveram na área do desalojamento ou não constam nas três listas de direito, facto que fez o povo revoltar-se contra os responsáveis e só não aconteceu o mais "grave" pela intervenção pontual do sub-comissário Ribas, 2º comandante provincial da Polícia de Luanda, que esteve presente no local para testemunhar o acto da entrega das moradias. A zona do Zango-I, está constituída de casas de chapas e está dividido em três sectores, A, B e C e com o mesmo número de coordenadores que respondem por estas zonas, que de acordo com os populares, os coordenadores e funcionários da administração local são supostamente os culpados por colocarem nomes de familiares e amigos nas listas. E face à desordem verificada no acto de entrega das habitações para o Zango-4, o 2º Comandante Provincial da Polícia em Luanda, orientou a suspensão do processo de atribuição das residências para os próximos dias.

Alegria de quem recebeu as chaves

Para a maioria das famílias provenientes da Ilha de Luanda, cerca de 2 mil famílias não tiveram outra alternativa senão viver debaixo de tendas no Zango-I em Viana. A mudança destas famílias para o Zango-4, não faz esquecer esses anos todos desde 2009, nem as constantes doenças que afectaram a comunidade, as noites mal dormidas e a desesperança, porque foram quatro anos vividos com muito sacrifício. Apesar disso, para quem recebeu as chaves de casa não deixa de soltar o grito contagiado de alegria, acreditando em dias melhores. É o caso de Mário Menezes que não conteve a emoção ao receber as chaves da sua nova residência das mãos das autoridades de Luanda para o Zango-4. O cidadão não conteve as lágrimas com a nova realidade, para ele acabou o sofrimento, depois de quatro anos de espera, com chuva, frio e muita doença à mistura, "estou muito feliz por receber as chaves da casa, a partir de hoje vou dar novo rumo à minha vida", disse. Quem também viu-se beneficiada é a senhora Paulina António, de 37 anos de idade, mãe de três filhos sob sua responsabilidade. Ela, conta que antes das enxurradas

que impuseram a necessidade de ser abrigada nas tendas, era dona de urna humilde habitação, construída a custo de muito suor e sem marido foi "um deus me acuda". Para ela, as noites passadas à luz de um triste candeeiro, o débil saneamento básico que facilitava o aparecimento de doenças e o sol abrasador que penetrava ao raiar de cada dia, são factos que deixaram marcas inesquecíveis e profundas. "Foram anos difíceis de suportar e que, presentemente, muitos de nós tem dificuldade em explicar como foi possível aguentarmos, mas sempre acreditei que o fim estava próximo", sublinhou com ar entusiasmado.

Tristeza dos injustiçados

No grosso das famílias que esperam por uma solução da "casa própria", houve pelos menos nesta primeira triagem famílias que "ficaram de fora". Para estas, não é desta vez que o sonho vai se concretizar, a estas famílias, o ambiente até altura em que fazíamos esta reportagem era desolador e de muita tristeza. Maria do Céu, mãe de três filhos, não foi contemplada, desesperada era uma mulher inconsolável, "como é possível a minha vizinha de porta-a-porta receber a casa e eu não, onde está a justiça, é questão de filhos e enteados, ou tenho que pagar como algumas pessoas?", interrogou-se a senhora com o rosto carregado de lágrimas. A mesma "sorte" de Maria do Céu

estive com o senhor Pedro André, pai de quatro filhos, e esposa, que também não foi contemplado, afirmou que é muito triste depois de um longo tempo de espera e chegada o dia, por espanto, quem recebem as casas são outras pessoas. "Na verdade, os culpados neste processo foram os coordenadores e seus comparsas, que atribuíram as residências a outras pessoas que nem se quer conhecemos ou viveram nesta zona de sofrimento", disse Pedro. "Enquanto há saúde, há esperança", durante os momentos de maior desespero vividos na tenda, com chuva e calor mesclado, este foi o pensamento da senhora Domingas Bernardo, que também não teve a "santa sorte" ao seu lado, os vizinhos receberam e ela não. "Estamos a ser injustiçados, o meu nome estava nos primeiros lugares da lista para ser contemplada e tudo muda, quem recebe são outras pessoas, como é possível?" interroga-se dona Domingas.

6.39 Técnicos do Kilamba “assaltam” apartamentos

Folha 8

30 De Março de 2013

A penas inaugurada a nova fase de acesso aos departamentos, já Kilamba ruma em direção a versão

evoluída, réplica de Sambizanga e Kazenga. Este desabafo veio de um dos primeiros moradores que havia batalhado muito para conseguir um teto ali.

"Agora tudo veio para aqui. Estamos condenados a prever um futuro angustiante, dada a mistura de identidades, classes, culturas e níveis de formação. Cada Torre destas representa uma aldeia, com a diferença de a aldeia ser fornada por um conjunto de casas dispersas.

Aqui no Kilamba, não tarda, veremos a constituição de gangs ou de clubes semelhantes aos grandes grupos do crime organizado. Será em baixo de cada escada, nas escadas de cada imóvel, onde se reunirão, sobretudo quando se sabe, Kilamba não tem centros de divertimento e o critério de acesso, foi o único: ter dinheiro.

Vários cidadãos moradores da centralidade Kilamba acusam os técnicos responsáveis das chaves e documentos dos apartamentos de roubar das referidas residências. Os mesmos justificam a acusação por ocorrerem sem danificações de janelas ou portas.

Sem danificações de janelas ou portas. Os roubos nas residências na Centralidade Kilamba ocorrem quase diariamente ao calar da madrugada. Pois, os incidentes têm causado pânicos aos moradores, tudo porque os roubos acontecem numa altura em que estejam a dormir.

E, o mais grave é que os habitantes daquela que é uma das mais faladas Centralidades do País acusam os técnicos responsáveis dos trespasses (chaves e documentos) serem os autores dos referidos roubos.

"Estou aqui há um ano e já fui roubada duas vezes, a primeira vez levaram-me a máquina de lavar, agora muito recentemente furtaram-me o televisor plasma", contou a jovem Ana.

A mesma diz ter ficado boquiaberta por não haver na casa, sinais de arrombamento. "Portanto, está claro que há pessoas com chaves dos apartamentos, das instalações elétricas, enfim, desde os chineses aos angolanos, há quem tenha acesso inclusive dos códigos de acesso aos prédios e daí para ter acesso aos apartamentos é muito fácil", conta.

Já Bruno Oliveira de 35 anos de idade, revela que a polícia faz os patrulhamentos as noites, nunca detém nenhum único cidadão suspeito desta acção.

"O sistema de segurança aqui é deficitário e tememos que nos próximos tempos as coisas piorem devido a enchente que já se verifica, sobretudo pela

possibilidade de entrar livremente pessoas que até não vivam aqui", lamenta.

O mesmo acrescenta haver muitas situações para se explicar, pois, de acordo o cidadão supracitado, não se percebe como inúmeros móveis e outros bens são levados através do portão de saída da referida Centralidade e não se nota os assaltantes.

Importa referir que existe na centralidade um comando de pequena estrutura e com um efetivo de segurança inferior à demanda.

"Há roubos no Kilamba, e quando se fala nisso as pessoas de direito não levam em consideração nem tomam as medidas para redobrar a segurança, pelo contrário, ignoram, pensando que se trata de algo isolado ou de uma mania de denegrir o projecto", contou.

6.40 A importância do comércio rural

Jornal de Angola

31 De Março de 2013

O combate à pobreza saiu há muito do ponto em que era essencial garantir às comunidades ajuda alimentar, onde não existia qualquer actividade social ou económica. E quase todo o país se encontrava nessas condições, mesmo nas capitais provinciais.

Hoje estamos numa fase em que o pesadelo deu lugar ao sonho e o desespero à esperança. O mundo rural mudou radicalmente e milhões de famílias vivem do seu trabalho nos campos. Onde a rede viária o permite, os excedentes são levados para os grandes mercados.

O trabalho na agricultura garante auto sustento a milhões de angolanos mas também rendimentos que lhes permitem subir além do limiar da pobreza. Esta actividade tem especiais apoios, desde o crédito à distribuição de ferramentas e sementes de alto rendimento.

Existem investimentos importantes na reposição da rede de estradas que serve o mundo rural. É preciso escoar os produtos do campo para os centros populacionais onde existem mais consumidores. A rede de escolas e unidades de saúde foi especialmente reforçada nas aldeias para melhorar a qualidade de vida das comunidades.

O esforço na agricultura tem resultado em cheio. Os benefícios estão à vista e medem-se pelos índices de desenvolvimento humano que em apenas dez anos deixaram para trás, um cenário de miséria e fome.

É importante insistir nestas políticas para que Angola atinja a segurança alimentar mas também por outra razão não menos importante, libertar as grandes cidades de um anel humano cada vez mais apertado.

As pessoas, apesar de viverem em habitações precárias e onde quase tudo falta, sempre encontram mais oportunidades do que no mundo rural. Antes da Independência Nacional o comércio rural estava nas mãos dos fazendeiros e cantineiros. As cantinas das fazendas abasteciam as comunidades rurais de bens essenciais.

Os cantineiros garantiam às populações o escoamento dos produtos do campo, os abastecimentos e os transportes muitas vezes, também a distribuição de medicamentos. Era uma rede precária, mas que funcionava com alguma eficácia.

E mesmo que não tivessem alvará para funcionar ou não pagassem impostos, eram tolerados pela administração colonial, porque prestavam serviços que mais ninguém prestava.

Esta rede comercial precária mas eficaz, desmoronou-se nos meses que antecederam a Independência Nacional, por causa da instabilidade política e da guerra. E com ela desapareceram os circuitos de comercialização e distribuição.

Este fenómeno, associado à violência da guerra, provocou o êxodo maciço das populações rurais para os grandes centros urbanos onde ficaram à espera de melhores dias.

O fim da guerra, a reconstrução dos equipamentos destruídos, a desminagem, a reposição de serviços básicos que, não sendo muitos na época colonial, estavam presentes pelo menos nas pequenas vilas do interior, travaram a desertificação humana do interior.

A criação de uma rede de comércio rural é uma medida que vai ter seguramente uma grande repercussão nas comunidades rurais.

E quando as pessoas que vivem nas grandes cidades souberem que já têm nas suas terras de origem saúde, educação, água, luz, estradas e lojas ou cantinas, vão certamente trocar os gigantescos aglomerados suburbanos pelas aldeias e vilas do interior.

O comércio rural vai catapultar a agricultura e a pesca continental, proporcionando às famílias rendimentos que até agora não tinham, porque os produtos do campo não eram escoados e o produto das pescas era exclusivamente para o auto consumo.

A rede de comércio rural é suportada por duas medidas complementares que vão mudar a vida das comunidades. A primeira é o crédito a juros bonificados, que vai permitir desenvolver a produção agrícola e as trocas comerciais. A segunda é a construção de armazéns de frio que vão apoiar as associações e cooperativas de produtores.

Os camponeses associados vão ter à sua disposição meios de transporte e máquinas para trabalhar as terras. Estas medidas estão em marcha e há comunidades que já têm lojas, transportes, armazéns frigoríficos e créditos. Têm a cana e o anzol.

Já sabem pescar. Só falta mesmo começarem a viver do seu trabalho e venderem os excedentes do que produzem, para que a pobreza passe a ser mais uma triste recordação do passado, como já é a guerra e as suas destruições.

O Executivo aposta na rede de comércio rural porque de facto ela marca a diferença entre a pobreza e a abundância, e o instrumento que falta para transformar as regiões do interior, desertificadas e deprimidas, em terras de progresso e esperança.

Meio caminho está percorrido. Só falta mesmo percorrer a outra metade. E ninguém vai ficar para trás, mesmo os que tudo fazem para viver no imobilismo.

7. TERRA

7.1 Moradores exigem melhores condições

Novo Jornal

01 De Março de 2013

A empresa Nova Cimangola desalojou esta semana, cerca "de 150 famílias do bairro da Boa Esperança III, bairro Novo, em Cacucaco, transferindo-os para a zona das 500 casas, nos Mulenvos de Baixo, Kicolo. Este desejo é antigo, pois os moradores viviam sob pressão face ao barulho e poeiras produzidos pelas máquinas da empresa durante os dias úteis de trabalho. As demolições são da responsabilidade da empresa proprietária do espaço, que necessita dele para a devida exploração da sua matéria-prima que é a terra. Um grande número de moradores perdeu a possibilidade de desfrutar das benesses que a zona do bairro Novo oferece, com a transferência para os Mulenvos.

Quem terá a vida mais complicada é o jovem Fernando António Moniz morador do bairro Boa Esperança III, há mais de dez anos e pai de quatro filhos. O jovem, que foi alvo da transferência forçada 'para as 500 casas em Mulenvos, disse que o trajecto para chegar ao trabalho agora é mais oneroso. Custará cerca de 1.500 kwanzas diários e, caso tenha constantes atrasos, pode vir a ser despedido. O visado que é camionista da empresa que fabrica a Coca-cola referiu que dos quatro filhos, dois já estavam matriculados numa das escolas do bairro Novo e não conseguiram transferência a tempo. "Fomos retirados com muita rapidez e não deu tempo para recebermos as transferências dos meus filhos. Aqui encontramos as escolas do ensino primário completamente latadas e os meus meninos perderão mesmo o ano lectivo", contou, admitindo estar satisfeito por receber uma casa. Um outro jovem que não se quis identificar, temendo sofrer represálias, salientou que as condições encontradas são lastimáveis. "Todas as casas já não têm janelas, os quarto de banho estão sem sanitas, não há canalização nas cozinhas, as salas são de quatro metros de comprimentos e 2,5 de larguras", apontou. Sobre os serviços básicos disponíveis à população, a reportagem do Novo Jornal constatou que há, até ao momento, falta de energia eléctrica e água potável. "As coisas aqui ficam mais difíceis porque o contrato de energia eléctrica é de 34 mil kwanzas e a mensalidade 1.500kz. A água está a ser desperdiçada pela própria Epal, pois a canalização rebentou e nada fazem para melhorar a situação", avançou, esclarecendo que os meninos aproveitam para se

banharem num tanque e os lavadores aproveitam para fazer o seu negócio. Além de serem de pequena dimensão, as casas não têm alicerces e as chapas do tecto possibilitam a entrada fácil das águas da chuva. As ruas estão a receber serviços de terraplanagens para facilitar o tráfico de pessoas e bens, conforme contou o mais velho, Neto Manuel, sustentando que há uma margem superior em relação à sua antiga casa. A falta de energia é que, segundo ele, complica a tranquilidade das pessoas. Os moradores receberam orientações da parte da empresa que realizou a transferência de quem tivesse possibilidades para melhorar as condições poderia avançar os aspectos finais do projecto. Aos que não tenham possibilidades, a empresa aconselha a elaborarem um relatório a informar sobre os problemas encontrados nas residências.

7.2 " 110 Povo aceitou estas condições" garante responsável do bairro

Novo Jornal

01 De Março de 2012

O chefe da comissão de moradores do bairro dos Mulenvos disse que as condições em que se encontram as casas são da inteira responsabilidade da empresa que concebeu o projecto e os seus moradores aceitaram-nas. "Concordo que as casas Rio têm condições de habitabilidade, mas foram os moradores que decidiram estar aqui nesta altura, frisou José Van-da1nem, reconhecendo a de se construir uma clínica para velar pela saúde da comunidade. O responsável esclareceu que a zona conta com uma unidade hospitalar pública e uma escola. O principal problema prende-se com as crianças e jovens, não dispondo de espaços para a"diversão de menores. Esforços foram feitos no sentido de ouvir a posição da empresa Nova Cimangola, mas sem sucesso.

7.3 O líder da UNITA desmentiu que a polícia tivesse sido surpreendida com a sua presença

O País

01 De Março de 2013

"Também não é verdadeira a afirmação segundo a qual nós estávamos a perturbar o trabalho de alojamento que o executivo estaria a fazer naquela área. De igual modo, também é falsa a alegada motivação do executivo de que queriam garantir a minha segurança", disse.

Samakuva lamentou que a imprensa estatal não tivesse instado a UNITA, em respeito ao princípio do contraditório, sobre o que aconteceu. O líder partidário disse ter instruído o seu grupo parlamentar no sentido de pedir à Assembleia Nacional, ao Ministério da Justiça, através da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, uma comissão de inquérito "para apurar exatamente o que está por detrás deste impedimento".

Refira-se que a Amnistia Internacional denunciou recentemente que militares, a Polícia de Intervenção Rápida e seguranças privadas tinham estado a demolir casas e a expulsar à força milhares de famílias do bairro Maiombe, no município do Cacuaco, sem aviso prévio.

Aquela organização de direitos humanos relatou ainda que as demolições foram realizadas com helicópteros a sobrevoar o bairro, tendo havido relatos de agressão e detenção de algumas pessoas que resistiram às demolições.

O porta-voz do Governo Provincial de Luanda, Carlos Gonçalves, foi citado na altura como tendo dito que a administradora municipal de Cacuaco, Rosa João Janota Dias dos Santos, confirmou a prisão de seis pessoas que eram angariadores para venda de terrenos ilegais.

7.4 Camponeses esquecidos pela Sonangol

Diário global
01 De Março de 2013

Mais de 2 mil antigos camponeses do bairro Camama 2 município de Belas distrito do Kilamba Kiaxi, encontram-se abandonados a sua sorte e socialmente excluídos, há mais de quatro anos alegadamente pela Sonangol.

Empresa encarregue para indemnizar os humildes povos, pelas destruições das suas lavras, de que eram dependentes a sobrevivência desde os anos 70, para dar lugar a centralidade do Kilamba, segundo fez-nos constar o presidente da comissão de moradores, António Muhongo, também no desespero.

Segundo denúncias de populares chegadas a nossa redação, as indemnizações, teriam sido feitas no princípio de 2008 pelo antigo executivo de Luanda, por altura, tutelada pela Francisca do Espírito Santo, em companhia do atual presidente da cidade do Kilamba Joaquim Israel quando começou o projecto, coadjuvada pela Sonangol, empresa que viria a assumir a gestão da actual centralidade.

Na ronda efetuada pela nossa reportagem ao local, era amargamente visível o desespero no rosto de todos moradores afetados, que aguardavam com muita expectativa pela nossa equipa. O bairro Camama 2, sem água potável, energia eléctrica, hospital nem sequer uma escola, circunda a "luxuosa" cidade do Kilamba que tudo tem, erguida num terreno outrora lavras, de que, habitantes eram 100 por cento dependentes.

Hoje, há poucos metros de distância, os humildes camponeses alimentam ansiosamente os seus olhos com os edifícios do Kilamba, de um passado nostálgico das suas mangueiras, cajueiros, mandioqueiras e muito mais, que deu lugar aos prédios, onde os antigos homens da enxada terão perdido a esperança de lá morar, e o sonho de seus filhos estudar, é ainda cada vez menor na cidade vip.

Ouidos pelo Diário Global, os esquecidos mostravam-se penosamente desesperados das velhas promessas, há sensivelmente seis anos que viram suas lavras destruídas, hoje, sem outros recursos de sobrevivências dizem, passar imensas dificuldades para sustentar seus familiares, quando na comunidade não há condições nem serviços de necessidades básicas para atender os habitantes.

Durante a conversa, populares acusavam também a administração do Kilamba, de excluir o processo de matrículas dos seus educandos no sistema de educação naquela centralidade, ao contrário do ano passado, que foram enquadrados muitos alunos, através de uma lista saída da comissão de moradores naquela repartição da educação.

Por outro lado, são obrigados a deslocar-se até ao Camama 1 ou ao Hospital Geral na procura de assistência médica em questões: de doença.

Todavia, o presidente da comissão de moradores e também soba da zona, António Muhongo disse, não compreender as razões que levam até hoje, o não cumprimento das promessas feitas e seguramente garantidas em 2008, no ato de cadastramento do pessoal.

Nos últimos dias, nem sequer a comissão criada para acompanhar o processo é recebida pela direção da empresa citada. "Eu também perdi 15 hectares de terreno com diversa plantação em exploração. Na altura do administrador do Kilamba Kiaxi José Correia, recebemos as fichas de cadastramentos da Sonangol.

Em 2012 nas vésperas das eleições, fizeram sair novas listas com todos nomes, mas até hoje voltamos a cair no esquecimento. Já tivemos várias reuniões

com eles, mas tudo não passou de promessas o pior é que, já não somos atendidos nem sequer por telefone.

Para os camponeses com mais de 20 anos na zona, Manuel Mucumbi Delfina de Kiesa, Isabel Gaspar, Conceição de Kiesa, Conceição Paulo Isabel Domingos e Esperança de Kiesa, foram unânimes no clamor pelas indenizações que tardam há mais de quatro anos, porquanto, as suas principais fontes de sobrevivência eram as lavras ora destruídas. » Não sabemos como sustentar as nossas famílias fora das lavras, dependíamos das Mangueiras Cajueiros e de tudo que possui uma lavra.

Que a Sonangol ou alguém de direito pague aquilo que nos deve, já faz muito tempo, as nossas plantações foram substituídas por prédios bonitos onde nem sequer um quarto para morar temos direito. Vamos comer aonde, vamos viver como"?

Questionavam os populares. Rodrigues Joaquim, um dos camponeses afirma, ter perdido 3 hectares, segunda o lesado, populares prometem ocupar forçosamente os apartamentos do kilamba, caso não forem indemnizados o mais cedo possível, "Neste momento pedimos as autoridades competentes para que nos paguem o nosso dinheiro.

Muitas mães estão a morrer de desgosto por falta de condições para sustentar os seus familiares. Ficamos contentes quando em 2012, atualizaram as listas de todos povos antes das eleições. Porquê que pagaram apenas alguns e deixaram a maioria"?

Questionava o nosso entrevistado. Ana Nhanga uma anciã de aproximadamente 80 anos de idade, depende apenas de seus dois filhos desempregados, da sua lavra havia uma certa esperança, para até hoje sustentar a formação académica dos mesmos.

" Destruíram as nossas lavras com todo o cultivo, para dar lugar a uma cidade de luxo como esta, e nós aqui não sabemos o que comer, vivemos mal, não há escola nem hospital". Lamentava a idosa.

A saída de Viana para Camama 2 há mais de três décadas, dona Rosa Bartolomeu disse: maioria questionava o nosso entrevistado. Ana Nhanga uma anciã de aproximadamente 80 anos de idade, depende apenas de seus dois filhos desempregados, da sua lavra havia uma certa esperança, para até hoje sustentar a formação académica dos mesmos, começamos a vida de camponês aqui em 1980, suportamos todo conflito de guerra, hoje estamos em paz, a Sonangol esqueceu que nós vivíamos da farinha, mandioca, cajú, manga, castanha, do milho?

Hoje beneficia outras pessoas" Com 5 hectares de lavra destruída, Rita Tomás Congo, assessora do

presidente da Comissão de Moradores dependia do campo desde 1987, mas, desde 2008 que diz passar dificuldades, maior duque em fase de conflito armado infelizmente, "mesmo em fase de guerra, não sofriamos assim como estamos a sofrer hoje há 11 anos de paz, sobretudo em tempo de chuva colhíamos, muito feijão, milho e tudo um pouco.

Hoje nem consigo pagar a propina de um filho na 8ª classe. Pensamos que o governo iria resolver os nossos problemas, afinal só aumentou o sofrimento dos camponeses. Ficamos cansados de andar atrás da direção da Sonangol. O pior é que nem nas ruas podemos vender, dizem eles, que há lojas no Kilamba.

Como iremos lá fazer compras se não temos dinheiro?" Não temos fonte de rendimento, lamentava. Este jornal andou na procura do contraditório por parte da Sonangol, a multinacional por sua vez, atribuiu responsabilidades a Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), mas, durante as nossas solicitações até ao fecho desta edição, os nossos esforços foram infrutíferos.

7.5 Galo negro queria “homenagear” líder fundador no Maiombe

O País

01 De Março de 2013

O MPLA, que tinha estado a acompanhar toda a movimentação dos estrategas do Galo Negro, se terá apercebido que este partido pretendia dar à aludida missão assistencial um cariz mais político do que propriamente social, dada a coincidência do momento da dita visita com o encerramento das celebrações do décimo primeiro aniversário sobre a data da morte de Jonas Savimbi que se assinalou a 22 de Fevereiro, portanto no dia anterior.

"Eles que escolhessem outra data e não exatamente o dia 23", afirmou uma fonte do MPLA, que geralmente fala na condição de não ser identificada. Trata-se de uma declaração que pode ter deixado claro que o MPLA nunca iria permitir uma visibilidade política, ainda que íntima, ao aniversário da morte do antigo líder rebelde, por quem nunca nutriu simpatias mesmo em vida.

Por outro lado, o director do Jornal de Angola, José Ribeiro, escreveu, na sua habitual coluna de opinião que Jonas Savimbi foi "traidor da pátria angolana até ao fim dos seus dias". Mesmo que não fosse essa a principal razão, a UNITA, segundo a fonte, não devia estranhar a atitude do Governo do MPLA, habituado

que está a uma convivência a dois bastante atribulada desde a Independência do país.

Durante a conferência de imprensa que Isaiás Samakuva promoveu na passada segunda-feira ficou mais uma vez patente que os dois partidos continuam a manter um relacionamento político de "amor e ódio", mesmo depois que, como parceiros, assinaram os Acordos de paz para o país que puseram fim a uma longa guerra pelo poder entre ambos.

Na versão de Isaiás Samakuva, a intenção de visitar aquela área, "à pedido da população", tinha sido previamente comunicada às autoridades locais, que responderam não ver "nenhum inconveniente". "O objetivo da nossa deslocação era visitar os populares que estavam a mandar-me mensagens, pedindo a minha presença no local.

Levei comigo três cisternas de água, alguns fardos, bens alimentares e alguns medicamentos", declarou o presidente da UNITA. As declarações de Isaiás Samakuva fizeram transparecer a ideia de que, para a UNITA, o MPLA quer a todo custo fechar todos os caminhos que podem permitir ao seu arqui-rival, mais visibilidade política e maior intervenção social para além da que lhe foi permitido nas urnas em 31 de Agosto de 2012.

Levei comigo três cisternas de água, alguns fardos, bens alimentares e alguns medicamentos", declarou o presidente da UNITA. As declarações de Isaiás Samakuva fizeram transparecer a ideia de que, para a UNITA, o MPLA quer a todo custo fechar todos os caminhos que podem permitir ao seu arqui-rival, mais visibilidade política e maior intervenção social para além da que lhe foi permitido nas urnas em 31 de Agosto de 2012.

Na análise feita pela fonte deste jornal, de nada valeu o pedido feito por Samakuva às autoridades governamentais para explicar as razões por que a sua delegação foi impedida, no sábado, pela Polícia, de visitar as populações desalojadas de Cacuo, uma vez que "muito dificilmente a terá".

O presidente da UNITA deslocou-se ao município de Cacuo para visitar populares desalojados no início do mês de Fevereiro, do bairro Maiombe, tendo-se feito acompanhar de dois deputados e alguns membros da sua direção.

O político deplorou o tratamento que recebeu da polícia instalada no local e denunciou a presença de três helicópteros, bem como a agressão ao deputado José Pedro Kachiungo.

Para o MPLA, na pessoa do secretário para a Informação de Luanda, Norberto Garcia, a "visita"

do líder da UNITA visava instigar a população desalojada para se revoltar contra as autoridades, razão pela qual a Polícia não permitiu a ida da delegação do Galo Negro.

O que no entender do presidente da UNITA trata-se de uma falsa justificação, semelhante a do segundo comandante provincial da Polícia, comissário Dias do Nascimento, segundo a qual a visita não foi permitida porque havia sinais de que a integridade física do líder da oposição estava em risco, alegadamente porque a população não o queria lá.

Segundo afirmou Samakuva, o governo impediu a visita à população desalojada "porque havia algo escondido que não gostaria que a UNITA descobrisse". Com recurso a imagens fotográficas, Isaias Samakuva contou que nas proximidades do local estava já montado um aparato integrado por agentes da ordem pública e anti-motim, apoiados por três helicópteros, que inviabilizaram a visita por alegadas razões de segurança.

7.6 Organização internacional condena demolições forçadas

Angolense

01 De Março de 2013 Fonte

"O governo de Angola destacou várias centenas de agentes das forças de segurança, incluindo agentes da polícia de intervenção rápida e militares, para despejar à força pelo menos 5000 residentes pobres que viviam num bairro informal chamado Maiombe, criado nos últimos anos no município do Cacuo", denuncia a organização.

Aquela organização segundo conta, os residentes não receberam qualquer aviso formal sobre os despejos, o que causou o pânico. Por outro lado, as autoridades não asseguraram acesso ao abrigo alternativo às vítimas dos despejos, nem tempo suficiente para que todos pudessem evacuar os seus bens pessoais em segurança.

Muitas das vítimas dos despejos são mulheres e crianças. "Como se não bastasse despejar pessoas com força bruta, sem qualquer aviso ou tempo para se prepararem, decidem também detê-las quando já estão sem abrigo e desamparadas", disse Leslie Lefkow, diretora-adjunta de África da Human Rights Watch.

A fonte acrescenta que o governo deve garantir rapidamente que as vítimas dos despejos tenham acesso ao abrigo e sejam compensadas pelas perdas materiais infligidas pelas ações do governo.

Para casos futuros, recomenda a organização defensora dos direitos humanos, quaisquer despejos devem ser planeados de uma forma legal e ordeira, que respeite as normas internacionais e evite sofrimento desnecessário aos angolanos mais pobres.

"Desde 1 de fevereiro, a polícia tem levado a cabo diariamente detenções arbitrárias de vítimas dos despejos, contaram residentes à Human Rights Watch", acrescentando que algumas pessoas foram detidas durante protestos, ao passo que outras foram detidas aleatoriamente.

Na primeira semana de Fevereiro, continua a HRW, pelo menos 40 dos detidos foram acusados de ocupação ilegal de terras ou desobediência e condenados a penas de prisão ou ao pagamento de multas elevadas após julgamentos sumários que não cumpriam as normas internacionais para julgamentos justos.

A Human Rights Watch conta que recebeu uma lista do tribunal com os nomes de 40 pessoas detidas de 2 a 6 de Fevereiro.

No entanto, apesar de os residentes terem relatado detenções contínuas, desconhecem quantas mais foram detidas desde 8 de fevereiro e se foram acusadas de algum crime. Segundo as autoridades municipais de Cacucaco, as pessoas despejadas estavam a ocupar ilegalmente terras que são propriedade do Estado e que estavam destinadas a um projecto turístico do governo.

"As autoridades angolanas têm o direito de despejar pessoas que ocupem terras ilegalmente, mas são obrigadas a levar a cabo qualquer despejo em consonância com as normas internacionais de processo justo, e de uma forma que respeite os direitos dos angolanos incluindo o direito a habitação adequada", alega a organização.

A Human Rights Watch afirma ainda ter tido contacto com residentes da área, familiares dos detidos e ativistas que documentaram os despejos, e acredita que os despejos violaram as normas nacionais e internacionais. "A prioridade imediata é que o governo providencie abrigo para esta comunidade, bem como acesso a água e a outros serviços essenciais", alertou Lefkow.

Mas as autoridades também devem parar imediatamente de submeter as vítimas de despejos forçados a detenções, a julgamentos injustos e à prisão, e de impedi-las de se reunirem com quem bem entenderem", denuncia como tudo aconteceu segundo a Human Rights Watch, os despejos forçados

começaram no dia 1 de Fevereiro às 5 horas da manhã, tendo lançado o pânico entre os residentes.

Foram destacadas várias centenas de forças de segurança, incluindo a Polícia de Intervenção Rápida, militares e outras brigadas policiais, acompanhadas por vários helicópteros, para ajudarem a levar a cabo os despejos.

Vários residentes compararam o ambiente na comunidade a uma zona de guerra, quando foram surpreendidos pelo exército e pelos bulldozeres. Os residentes não receberam qualquer aviso formal de que as suas casas, muitas das quais com telhados de chapas de zinco e algumas construídas com blocos de cimento iam ser demolidas.

As autoridades disponibilizaram uma série de veículos para transportar os residentes e os seus bens pessoais para fora de Mayombe. Mas vários residentes disseram que não lhes foi dado tempo para recolherem os seus pertences e tiveram de abandoná-los nas suas casas demolidas.

As autoridades definiram uma área na proximidade como local de trânsito, para onde os residentes se deviam mudar e ficar a aguardar o registo de novos lotes de terra numa outra área próxima.

No entanto, tanto a área de trânsito como a área de realocização onde se situam os lotes que deverão ser atribuídos (às vítimas dos despejos) estão cobertas por mato e não possuem infraestruturas básicas, tais como estradas ou acesso a água potável.

O governo começou recentemente a fazer algumas obras rodoviárias. Além disso, não está claro a quem pertence a terra. O processo de registo para a distribuição de novos lotes de terra tem sido moroso e as vítimas dos despejos têm estado a viver em abrigos precários numa área pequena.

Não foram disponibilizadas tendas nem material de construção às vítimas dos despejos, apesar de as forças de segurança, que estabeleceram presença permanente nas proximidades para exercer o controlo sobre a população, terem montado tendas para o uso próprio.

Acrescendo à confusão e à incerteza, no dia 15 de fevereiro, a polícia informou as vítimas dos despejos de que podiam regressar a Maiombe. No entanto residentes disseram a polícia afugentou quem regressou a Mayombe na esperança de voltar a ocupar os lotes de terra de que haviam sido despejados.

Residentes também disseram que não tinham conhecimento de que estavam a ocupar ilegalmente

terrenos detidos pelo Estado, visto não haver nenhuma placa que os identificasse como propriedade estatal, tal como em várias outras áreas do vasto distrito do Cacuaco, em Luanda.

7.7 PGR lamenta violação do segredo de justiça em Portugal

Angolense

01 De Março de 2013

Num comunicado de imprensa distribuído segunda-feira, 25, a PGR em resposta à publicação, no último fim-de-semana, pela imprensa escrita, falada e televisiva portuguesa, de uma notícia sobre a investigação que o Ministério Público de Portugal abriu contra o Procurador-geral de Angola, João Maria de Sousa.

A PGR considera a notícia de "vexatória", apontando como alvo, de entre outras entidades oficiais da República de Angola, o Procurador-geral da República, João Maria de Sousa, sublinhando que a mesma peca por falta de ética profissionalismo e objetividade por parte de quem violou o segredo de justiça e de quem, de má-fé, a veiculou.

O documento esclarece que a averiguação preventiva em curso na Direção Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), do Ministério Público português, é um procedimento administrativo normal, susceptível de ser instaurado contra qualquer pessoa que tenha recebido meios financeiros por via da transferência em conta bancária, não pressupondo, por si só, que o cidadão visado tenha sido autor de qualquer infração criminal ou outra.

Refere ainda que, a averiguação preventiva tem por objetivo apurar a lisura e a observância de procedimentos legais na realização de transferência bancária, que, numa primeira fase, deveria, como habitualmente acontece, envolver o Gabinete de Compliance do Banco recetor, que nos termos da lei, é obrigado a comunicar as operações financeiras realizadas.

João Maria de Sousa, segundo o documento, no uso dos seus direitos, é acionista do Grupo Imexco, que integra diversas sociedades que desenvolvem as suas atividades em Angola, e que procedeu a seu favor à transferência, no mês de Novembro de 2011, de uma quantia de correspondente a 70.000 euros, recebida numa conta por si titulada no Banco Santander Totta, em Lisboa.

Indica que o Procurador-geral da República não exerce qualquer actividade lucrativa ou remunerada, é residente fiscal em Angola, onde paga os seus impos-

tos, não é sócio, nem acionista, nada tem a ver com a Spiral Enterprises, citada pela imprensa lusa, sendo que esta é uma sociedade detida por cidadãos com quem mantém relações societárias no Grupo Imexco.

Perante os factos, a PGR considera que o autor da notícia publicada no Jornal Expresso de Portugal faltou com a verdade ao referir-se a supostas atividades comerciais de João Maria de Sousa, que goza, como qualquer cidadão, de igual direito de ser sócio ou acionista de sociedades comerciais nos termos estabelecidos na legislação vigente em Angola.

O articulista do Jornal Expresso ultrapassou os limites do permitido em jornalismo, ao escrever, caluniosamente, que quatro milhões de euros foram recuperados e entregues a João Maria de Sousa, lê-se na nota.

"Por ser uma grosseira mentira, eivada de má-fé, o articulista e o Jornal Expresso serão, a seu tempo, chamados a provar tais afirmações que relacionaram com o processo de transferências ilícitas por meios de burlas ocorridas no Banco Nacional de Angola, descobertas em 2009, cujo inquérito corre na Direção Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), do Ministério Público português", assevera.

A nota refere ainda que a PGR ficará a aguardar que a DCIAP faça uso dos instrumentos legais que regem a cooperação jurídica e judiciária de Angola e Portugal no âmbito da CPLP, para obter das autoridades angolanas e do próprio visado, os documentos e esclarecimentos de que necessita para instruir a publicitada Averiguação Preventiva.

Tal procedimento, afirma, dará luz à verdade dos factos e colocará fim às apressadas conclusões tiradas por gente mal-intencionada que entregou, para a divulgação na imprensa, informações sobre factos referentes a um processo regido pelo segredo de justiça.

PRS pede demissão do Procurador-Geral da República, Procurador-geral da República devia colocar o seu lugar à disposição enquanto decorrem as investigações na justiça portuguesa sobre atividades ilegais em que ele esteve alegadamente envolvido, considera o PRS.

A declaração deste partido segue-se à publicação de uma notícia em Portugal segundo a qual o Procurador João Maria Sousa estava a ser investigado pelas autoridades portuguesas por alegado envolvimento em "fraude e branqueamento de capitais". O Partido de Renovação Social considera que o Procurador-geral da República devia ao invés de se insurgir contra a comunicação social daquele

país europeu suspender as suas atividades enquanto decorrem as investigações.

O pensamento do PRS foi expresso à VOA pelo seu porta-voz. Joaquim Nafóia. "Ele devia demitir-se e colocar-se à disposição da Justiça portuguesa e não esconder-se por detrás das instituições angolanas para esconder os seus crimes", disse. Joaquim Nafóia disse que, com esta atitude, a PGR fez um papel ridículo e recordou que o procurador já teve envolvido anteriormente em outras controvérsias.

7.8 Samakuva desabafa: “Desacatos são os que a polícia cometeu”

Angolense

01 De Março de 2013

Na realidade, a política de demolições nunca parou. Tem estado sempre activa em diferentes partes do nosso País. Quando para em Luanda, ela faz-se sentir noutras cidades como Lubango, Benguela, Huambo, Uíge, etc.

Gostaria de dizer que nós não estamos a favor da desorganização e da desordenação em que se encontram as nossas cidades, vilas, bairros, povoações ou comunidades.

Isto significa dizer que estamos plenamente de acordo com a necessidade de se proceder à melhor urbanização dos espaços que habitamos ou seja, precisamos de um melhor ordenamento das nossas cidades, vilas, povoações ou comunidades.

Também gostaria de dizer que as demolições que têm sido feitas em Luanda, em particular e no País, em geral, refletem a incapacidade do atual Executivo compreender as razões por detrás do crescimento constante e progressivo da taxa migratória para todas as cidades em geral e para Luanda em particular.

É preciso compreender que as pessoas imigram para Luanda na esperança de alcançar um pedaço da riqueza concentrada em Luanda; imigram para Luanda, porque é em Luanda onde se concentra o poder real de decisão; porque é em Luanda onde há mais emprego; é em Luanda onde há melhores escolas, melhores hospitais, etc.

Se o Executivo não for capaz de compreender isto, as demolições não vão parar; vão, pelo contrário, constituir-se numa fonte de instabilidade social e política com consequências imprevisíveis.

O que aconteceu no Cacuaco foi o seguinte: Um contingente da Polícia chefiado pelo comandante municipal da Polícia do Cacuaco, impediu- nos de

visitar os populares desalojados da localidade conhecida pelo nome de Maiombe, sob o pretexto de que a minha segurança corria risco.

Eu estava acompanhado por uma comitiva que integrava, dentre outros, o Secretário Provincial de Luanda, os deputados José Pedro Kachiungo, Miraldina Jamba (Presidente da LIMA) e Albertina Ngolo, pela Secretária do Comité Permanente e pelo Secretário da Comissão Política.

Faziam parte da caravana também mais de uma dezena de simpatizantes da UNITA que se foram juntando à mesma. Quando a nossa caravana foi mandada parar, solicitei a presença do comandante da Polícia acima referido, a quem perguntei as razões do impedimento.

Ele disse-nos que tinha feito avaliação da situação da área que queríamos visitar e tinha chegado à conclusão de que ela não oferecia segurança à minha pessoa, pelo que pedia que não avançasse para o meu destino.

. Eu expliquei-lhe que não só não compreendia o que me estava a dizer, como também não concordava com ele. De todo o caso, se o receio dele fosse a grandeza da minha caravana, eu estava disposto à proceder à sua redução ao nível dos membros da Direção e de deputados que vinha Em resposta.

O comandante disse-me que iria informar aos seus superiores e enquanto telefonava eu disse aos que me acompanhavam que devíamos deixar as viaturas naquele local para todos caminharmos a pé até ao local onde estão os desalojados.

É o que fizemos. Os agentes da Polícia que tinham constituído uma barreira à nossa frente, abriram alas e passamos sem forçar ninguém. Creio que no contacto telefónico que o Comandante fez, recebeu ordens de nos parar, pois, só depois de percorrermos cerca de um quilómetro que vimos o outro contingente da Polícia a fazer outra barreira à nossa' frente.

Aí, pedi que nos deixassem passar porque não queríamos mais nada senão fazer a entrega dos bens (água, comida, medicamentos e roupas) aos desalojados, pelo que não compreendia o que estavam a fazer. Como eles não respondiam pedi de novo a comparência do comandante que já não aceitou aproximar-se de nós.

Foi nessa altura que a Polícia agrediu o deputado Kachiungo, procurando violentá-lo para o lado onde nós nos encontrávamos.

Portanto, não houve ninguém que tivesse desafiado a Polícia. Quanto à dita zona de segurança, não compreendemos de que se trata, a não ser que os desalojados estejam a ser considerados como sendo detidos numa zona com acesso limitado apenas à Polícia.

Bom, se houve desacatos, são aqueles que a Polícia cometeu, contra nós, colocando helicópteros a sobrevoar-nos a baixa altitude, quase mesmo à altura cabeça, enchendo-nos de areia e poeira, forçando a nossa retirada do local onde nos pararam Sem dúvidas.

Parece que esta é a forma normal da atuação da nossa Polícia. O que se passou em Cacucaco, era absolutamente desnecessário.

. Nada justifica a acção que a Polícia protagonizou, quem violou a Lei foi a Polícia Violou a Lei ao impedir a nossa liberdade de circulação; violou a lei ao impedir a assistência humanitária a necessitados; violou a Lei ao agredir entidades com imunidades constitucionais e violou a lei ao impedir o exercício dos nossos direitos constitucionais.

Já fizemos várias visitas às diversas localidades de Luanda e não só, e nunca foi preciso escrever carta ao Governador. Porque é que seria necessário fazê-lo agora?

Será que acabou a liberdade de movimento? Devo dizer que, entretanto, por uma questão de cortesia, os responsáveis municipais da UNITA no Cacucaco endereçaram à Administração Municipal do mesmo nome, uma carta anunciando a minha visita aos desalojados. Cópia dessa carta foi também endereçada ao comando da Polícia Local.

Portanto, a história de que as autoridades não sabiam da minha deslocação é falsa. A Administradora local diz que a UNITA devia enviar-lhe essa carta 72 horas antes da visita. Onde é que está escrito? Em que lei ela se baseia?

Não tenho dúvidas de que havia uma mão invisível por detrás da acção policial. Aliás, os pronunciamentos do segundo comandante da Polícia de Luanda e do senhor Norberto Garcia na TPA, demonstraram isso mesmo.

Mas o problema é que estamos diante de um regime autoritário, que não respeita os direitos fundamentais dos cidadãos. O regime continua a evidenciar sérias dificuldades de respeitar os direitos humanos e submeter-se ao princípio republicano.

Não há República onde o poder não reconhece que a autoridade do governo, o poder de mando tem

limites. O primeiro grande limite é a dignidade da pessoa humana, que é um princípio englobante onde se fundamentam todos os direitos fundamentais.

Não há nenhum mal-estar entre o Presidente da UNITA e o ex-secretário geral, deputado Abílio Kamalata Numa. O companheiro Numa é um dos membros do Partido que defende a ideia de que o Partido precisa de realizar um Congresso Extraordinário. Esta ideia foi discutida na 2ª Reunião da Comissão Política do Partido, em fins de Novembro e princípios de Dezembro passados.

Este órgão do Partido não aprovou a ideia. Isto é absolutamente normal. Não tem nada que provoque mal-estar entre membros do Partido. Portanto, são falsas, especulativas, tendenciosas e maliciosas as notícias que procuram sustentar a ideia de mal-estar entre Samakuva e Numa.

Quanto às autarquias primeiro, precisamos entender todos que o Poder Local não é sinónimo de Administração local. A Administração local, que inclui os Governadores Provinciais e os Administradores Municipais e Comunaes, é parte integrante dos órgãos da Administração Pública do Estado.

São membros do Executivo, dependentes do titular do poder Executivo. O Poder Local, que compreende as autarquias, o poder tradicional e outras formas de organização do poder comunitário dos cidadãos, é autónomo. Concorre, junto com o Estado, para a resolução dos problemas imediatos das populações.

A consagração do poder local concretiza o princípio constitucional da democracia representativa e participativa e o da descentralização política e administrativa. As Autarquias Locais são os cidadãos, organizados. São entidades representativas dos cidadãos.

São pessoas coletivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em cada Município, para governar o Município, através de órgãos eleitos pelos moradores do Município. Portanto, antes de falarmos de eleições autárquicas, temos de conversar para definir bem como é que as autarquias vão funcionar.

Como é que vamos dividir as responsabilidades entre o Estado e as Autarquias. Quais os serviços que ficam com o Estado e quais os serviços que passam para as Autarquias. Temos de definir também a transferência do património do Estado para as autarquias.

Que património do Estado será transferido e como será transferido. Tudo isso requer legislação que ainda precisa de ser debatida. Isso leva tempo e nós

sabemos disso. Ninguém pode pensar que está a fintar os outros ou que os outros foram fintados.

Para nós, é importante a instituição das autárquicas nos termos em que estão definidas na Constituição. O que precisamos é de passar já à discussão dos elementos que acabei de mencionar.

7.9 Samakuva impedido de visitar populares do Maiombe

Jornal de Angola
01 De Março de 2013

Esta intensão foi manifestada, nesta terça-feira, 26, pelo líder do "Galo Negro" durante uma conferência de imprensa realizada em Luanda. Na ocasião, Isáias Samakuva apelou às autoridades angolanas à abertura da referida averiguação para se apurar por que a sua delegação foi impedida de manter contactos com os populares em causa.

Durante a sua deslocação ao Cacuaco, o líder do maior partido da oposição angolana fez-se acompanhar de dois deputados e alguns membros da direção do seu partido. De acordo com o político, a intenção de visitar aquela área foi previamente comunicada às autoridades locais, que responderam não ver "nenhum inconveniente".

De seguida, denunciou o tratamento que recebeu da polícia instalada no local, incluindo a presença de três helicópteros, bem como a agressão de que foi alvo um dos membros da delegação, o deputado José Pedro Kachiungo.

No local, contou Isáias Samakuva, estava já montado um aparato policial, constituído por polícias da Ordem Pública e antimotim, apoiados por três helicópteros, que impediam a aproximação ao local, por alegadas questões de segurança.

"O objetivo da nossa deslocação era visitar os populares que estavam a mandar-me mensagens, pedindo a minha presença no local. Levei comigo três cisternas de água, alguns fardos, bens alimentares e alguns medicamentos", explicou Samakuva, acrescentando que, "não é verdadeira a afirmação, segundo a qual a Polícia foi surpreendida com a minha presença ali".

Sublinhou ainda que "também não é verdadeira a afirmação, segundo a qual, nós estávamos a perturbar o trabalho de alojamento que o Executivo estaria a fazer naquela área. De igual modo, também é falsa a alegada motivação do Executivo, de que queriam garantir a minha segurança", lamentou.

No final da conferência, aquele dirigente político lançou "um apelo veemente" à Assembleia Nacional, ao Ministério da Justiça, através da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, no sentido de criarem uma comissão de inquérito "para apurar exatamente o que está por detrás deste impedimento".

Para o secretário para os assuntos políticos do MPLA em Luanda, Norberto Garcia, que falou à TPA horas depois do incidente, a UNITA como maior partido político deveria dar exemplo de boa convivência a não atrapalhar a tarefa do Executivo que visa na melhoria das condições de vida da população.

Recorda-se que, a 06 de Fevereiro, a Amnistia Internacional denunciou que a " 1 de Fevereiro, militares, a Polícia de Intervenção Rápida e seguranças privados começaram a demolir casas e a expulsar à força milhares de famílias do bairro Maiombe, no município de Cacuaco", sem aviso prévio dos despejos.

O documento daquela organização de Direitos Humanos referia ainda que as demolições foram realizadas com helicópteros a sobrevoar o bairro, bem como relatava a agressão e detenção de algumas pessoas que resistiram às demolições.

Em declarações à Agência Lusa, na altura, o porta-voz do Governo Provincial de Luanda, Carlos Gonçalves, disse que a administradora municipal de Cacuaco, Rosa João Janota Dias dos Santos, confirmou a prisão de seis pessoas.

7.10 Serviço de Proteção Civil realoja famílias

Jornal de Angola
01 Março de 2013

O Serviço de Proteção Civil e Bombeiros da Huíla realojou, no mês de Janeiro, em áreas seguras, 191 famílias que se encontravam a residir em locais de risco, informou ontem o porta-voz da corporação, Emanuel Castro. O porta-voz disse à Angop, no Lubango, ao fazer o balanço dos estragos das enxurradas na Huíla, que foram realojadas famílias dos municípios da Matala, Lubango, Humpata, Chibia e Jamba.

As famílias, acrescentou, beneficiaram de parcelas de terra, chapas, blocos e outros materiais para a construção das suas residências. O responsável adiantou que o processo de realojamento contou com a colaboração das administrações municipais, que cederam os terrenos e materiais de construção civil.

"Vamos continuar a trabalhar de forma a retirar aquelas famílias que vivem próximo de riachos, pontes, postes de alta tensão, montanhas e ravinas", realçou. Em relação aos danos provocados neste período de chuvas, Emanuel Castro referiu a destruição de quatro pontes nos rios Cului e Mbua, no município da Jamba.

Emanuel Castro enumerou também a destruição total de uma escola com seis salas, no município dos Gambos, o rompimento do teto do quartel do Serviço de Bombeiros da Jamba e da Matala e outras infraestruturas. O porta-voz informou que foram ainda registados 213 desabamentos de residências, constituindo assim 1.278 famílias que ainda clamam por ajuda humanitária.

O Serviço de Proteção Civil e Bombeiros na província resgatou também nove cidadãos nos municípios da Chibia, Lubango e Humpata. Para combater a sinistralidade e catástrofes naturais na província, o Serviço de Proteção Civil e Bombeiro na Huíla conta com três viaturas, sendo duas ambulâncias de suporte vital e uma de salvamento e pronto-socorro.

7.11 Um teatro de guerra?

Angolense

01 De Março de 2013

O calvário daqueles cidadãos começou a 1 de Fevereiro deste ano, quando militares da UGP e Polícia Nacional, armados até aos dentes se fizeram ao local, com helicópteros. Estava assim traçado mais um "filme" cujos capítulos deixam muito a desejar. Naquele instante, contam os moradores, foi lançado um apelo de interdição de saída, ninguém poderia ausentar-se do bairro.

O pior estava por acontecer ao que se seguiu a demolição das casas e em consequência disso, centenas de pessoas dormiam ao céu aberto, expostas ao frio e poeiras. As inúmeras casas construídas com blocos de cimento e outras em chapas de zinco, demolidas deram lugar a um vasto e descampado terreno, em que apenas era visível restos de chapas torcidas, areia e lama.

Cada vez que aproximávamos do bairro, era possível vislumbrar populares jovens e crianças descalças a carregarem chapas de zinco velhas à cabeça. Já no bairro, a imagem que nos foi dada a observar não é de um país em paz, mas a sensação de um campo de refugiados, com militares empunhando armas, lixo por todo lado, casebres de todas as formas e tamanhos rodeados de capim, crianças a chorar e

suas debaixo do sol, este é o retrato fiel do bairro do Mayombe.

Teresa Manuel, 31 anos ex-moradora do bairro, explicou que ao amanhecer depararam-se com aparato militar e policial a impedir a saída dos moradores para os seus locais de trabalho e outros.

"Vimos muitos militares e proibiram-nos de fazer qualquer coisa, avisaram que ninguém iria dormir nas suas casas naquele dia e começaram a partir as coisas. Retiramos algumas coisas. O resto a máquina pisou e trouxeram-nos aqui ao relento", disse, acrescentando que, "do nada chegaram aqui mandaram-nos tirar tudo e os homens que tentaram reclamar foram espancados e presos, inclusive, os senhores da comissão de moradores", testemunharam.

Segundo ela, a forte presença de polícias e militares da UGP parecia estar num teatro de guerra, um cenário que inibia os desalojados a falarem para a nossa reportagem. Este jornal, presenciou a azáfama para se obter uma parcela de terra, um processo que está a ser conduzido pela administração municipal local.

As parcelas que estão a ser atribuídas para a alegada construção dirigida, de acordo com os lesados, são de 12/10 cada. O sonho da casa própria de Augusto Zagás, 54 anos de idade, não em nenhuma centralidade do executivo, foi adiado pelo martelo demolidor da administração municipal de Cacuaco. Augusto Zagás construía uma casa com três compartimentos, mas contra as suas expectativas, o sonho de ter um abrigo caiu por terra.

"Estão a dar apenas terrenos e foi erguida uma tenda que serve de enfermaria mas o atendimento não é eficaz", reclamou. Mayombe tem várias histórias, Pedro Alberto, por exemplo, por reclamar os seus direitos em virtude da casa ter sido demolida na sua ausência, foi brutalmente espancado pela polícia e foi conduzido a cadeia de Viana, onde permaneceu duas semanas.

Em troca da liberdade, contou, pagou 60 mil Kwanzas e outros foram condenados a 4 meses de prisão por reclamarem pelos seus direitos. O espaço em litígio, segundo as autoridades, é reserva do estado e irá ser erguido a zona económica espacial de Cacuaco, mas outras fontes contrariam esta informação alegando que pertence a duas figuras de proa ligadas presumivelmente a família do Chefe de Estado Angolano.

No entanto, as autoridades do Cacuaco asseguraram esta semana que as populações do bairro Mayombe já

estão a ser realojadas. Segundo se sabe, o processo passa pela atribuição de parcelas de terra no âmbito do projecto de autoconstrução.

7.12 UNITA foi a Cacuaco sem autorização das autoridades locais

Semanário factual

De 02 a 09 de Março de 2013

As autoridades municipais e policiais do município de Cacuaco negaram, categoricamente, que o deputado Padro Katchiungo terá sido agredido fisicamente pelos seus efetivos. Embora a delegação da UNITA se deslocasse ao Cacuaco sem prévio conhecimento das autoridades locais, a polícia diz que não corresponde à verdade informações postas a circular sobre a agressão.

O suposto incidente deu-se no Sábado, 22, quando uma delegação da UNITA pretendia visitar as populações desalojadas no município do Cacuaco, em Luanda, levando consigo três cisternas de água, roupa usada e alimentos.

"Essas ajudas devem ser comunicadas às autoridades municipais", assegurou uma fonte da administração municipal.

Numa conferência de imprensa, o dirigente da UNITA, Isaías Samakuva, desmentiu, nos termos mais enérgicos, a versão da Polícia Nacional sobre a ocorrência e para dar sustento ao que relatava mandou exibir fotografias onde se viam efetivos da Polícia Antimotim e um helicóptero da corporação a impedir o acesso da delegação partidária à população desalojada.

Isaías Samkuva acusou a polícia de "mentira grosseira" ao afirmar que não tinha sido informada da visita.

7.13 A façanha dos ocupadores de terrenos

A Capital

02 De Março de 2013

Seria possível prever um outro desfecho para a situação no bairro Mayombe? Longe de abordar a actuação de efectivos da Polícia contra dirigentes de alguns partidos, a verdade é que a problemática do bairro Mayombe que, nas últimas semanas, saltou para as luzes da ribalta, sugere um problema muito mais sério e que não pode ser abordado com a

leviandade típica do aproveitamento político. Quem frequenta, com regularidade, a via expressa, no trajecto entre Cacuaco e a zona do Benfica, entende com perfeição, a dimensão do problema Bastaria, para isso, recuar alguns meses no tempo e prestar atenção na forma como foram surgindo as casas ali erguidas.

De longe a longe o automobilista poderia notar o brilho prateado das chapas de zinco que, aos bocados, eram transferidas para lá. Se, no primeiro dia, eram apenas, chapas espalhadas pelo chão, já no segundo dia elas deram lugar a casebres, ao lado dos quais começaram a Surgir amontoados de carradas de areia, britas e outro material habitualmente usado em obras de construção civil Em pouco tempo nasceram as residências, feitas em alvenaria de péssima De um descampado com a placa "reserva fundiárias" a ser completamente ignorada nasceu um bairro que vivia, meses depois, revelar-se de dor de cabeça para as autoridades. Como foram tais populares ali parar? A verdade é que nenhum deles consegue explicar, em concreto, quem os orientou a ocupar aquele espaço. Urna conversa aqui, outra conversa acolá, a resposta que se obtém é sempre muito vaga e envolve pessoas anónimas a quem se pagou algum dinheiro em troca do direito de ocupar uma certa extensão de terra Não foi nem o Governo, nem uma entidade que o representa a autorizar a ocupação, pelo que tais cidadãos fizeram-no por sua conta e risco, conscientes das consequências da decisão que tornaram. Não se trata de urna situação nova. Em várias outras zonas de Luanda, assiste-se a atitudes similares, realizadas por cidadãos que, do nada, aparecem a ocupar terrenos e a transformar áreas transformadas para outros fins em bairros residenciais, sem as mínimas condições de habitabilidade Se, de facto, deve exigir-se das autoridades um respeito pelos direitos Humanos e demais consagrados na Constituição, é curial que se explique à população que não pode sair por aí, espaços onde quer que lhe dê na gana. Agir-se deste modo, é 1111 atentado à ordem, à concórdia social, com as quais todos os cidadãos devemos estar comprometidos, não importa as cores da bandeira política que veneramos. É importante que, ao levarmos a dita solidariedade aos desalojados, os políticos levem também um pouco de civismo, para que todos saibam que a autoridade do Estado é para ser respeitada

7.14 Despejados ou vítimas da ocupação ilegal de terrenos?

A Capital

02 de Março de 2013

Jeremias Loureço é um popular que tinha a sua casa naquela circunscrição. Segundo contou, adquiriu o terreno por 50 mil kwanzas, contando com a ajuda de um membro da Comissão de Moradores. Era uma porção de terra de 20 metros quadrados. No entanto, como contou este interlocutor, a alegria foi sol de pouca dura. Levados de lá para as imediações do bairro Kaope, na Funda, a vida voltou a ser um caos. Não existem condições básicas de habitabilidade, segundo disse. "Fomos levados para cerca de 300 metros fora do local onde vivíamos. Não há água, luz nem casas de banho. Até senhoras com partos frescos estão a pernoitar ao relento", ilustrou. Outra desalojada é Bibiana Daniel, 48 anos. Natural de Quibaxe, vivia no bairro 14 de Novembro, à Petrangol. Ela está fechada no cerco militar e, enquanto comerciante, uma das primeiras repercussões que sente é que, há uma semana não consegue ir ao mercado. O seu stock está a esvaziar-se. "Faço os meus negócios. Um dia me apercebi que aqui estavam a ocupar terrenos. Postos cá já não havia. Tínhamos de pagar cerca de 40 mil kwanzas, mais três mil da senhora que fez a limpeza. Depois fomos colocando o material até que terminei a primeira parte da obra", relatou Bibiana que, não tardou para começar a residir no sítio. Hoje, quase que se arrepende de ter investido em vão tanto dinheiro, pois que, depois do que presenciou, só lhe resta uma constatação: "estamos a ser tratados como animais. Mães, filhos, netos e, até senhoras com partos frescos, dormem todos apinhados; fazemos as necessidades em qualquer sítio; disso só esperamos doenças". Bibiana é mãe de seis filhos, viúva, de um militar. "Eu sou pai e mãe ao mesmo tempo", declarou com o rosto carrega que vou conseguir reunir mais meios para construir uma casa?". Adiante, encontramos Marcela Campos. Mãe, também de seis filhos, vive da comercialização de pedras para construção. Até ao momento ela guarda na memória o pânico instalado pelos homens armados que, na madrugada de sábado, 23, invadiram o seu habitat, "Foi por volta das 05h00 da manhã. Começaram os desalojamentos e as demolições de casas e casebres de mais de cinco mil famílias", informou.

Até prova em contrário, segundo Marcela, houve mulheres que, pela surpresa, esqueceram-se dos filhos no interior das residências". "Uma criança ficou dentro de casa, porque ainda estava a dormir. Outras, porque fugiam dos helicópteros que voavam muito baixinho e, assustadas, acabaram por cair numa vala",

revelou. Foi por intermédio de uma amiga e colega do mercado que soube da ocupação de terrenos naquela circunscrição, localizada junto a um dos Centros de Distribuição de água da EPAL.

"Fomos transportados em camiões basculantes, com alguns dos nossos haveres para a Kaope - Funda, É uma zona muito montanhosa com valas ou ravinas. Não temos casas de banho, a água é fornecida por dois a três camiões cisternas. Estamos a reerguer as cabanas com as chapas que eles destruíram, nos terrenos que nos estão a dar". A nossa reportagem apurou no local que às centenas de populares expulsos do Mayombe estão a ser distribuídos talhões com dimensões de 15 por 10 metros para erguerem, de forma provisória, os seus casebres, enquanto aguardam por um destino final. No entanto, como é da praxe, o processo não tem sido tão fácil assim. Muitos dos afectados, para não lerparem, têm preferido faltar ao serviço. Pelo menos assim, conseguirão ter um tecto para se abrigar. Políticos intervêm Os acontecimentos de sábado, 23 de Fevereiro mexeram com os mais distintos segmentos da sociedade, tendo uns se manifestado, apenas pelos meios de comunicação social e, outros, preferido ir ao local constatar o que, na verdade estava a acontecer. A UNITA, por exemplo, com uma delegação encabeçada pelo seu presidente, deslocou-se à localidade de Mayombe, Cacuaco. Segundo uma nota distribuída à imprensa pela segunda maior força política do país, o secretariado executivo da UNITA, condenou o que chamou de repressão contra cidadãos pacíficos, desalojados por forças policiais e militares no município de Cacuaco durante as demolições de suas residências.

"Apesar de vários apelos da direcção da UNITA e da sociedade civil em geral, o Executivo, continua a demonstrar uma insensibilidade total em relação ao sofrimento do povo", lê-se na nota. "O objectivo da nossa deslocação era visitar os populares que estavam a mandar-me mensagens, pedindo a minha presença no local. Levamos três cisternas de água, alguns fardos, bens alimentares e alguns medicamentos", justificou Isaiás Samakuva para quem aquela era uma expressão de solidariedade. Entretanto, queixou-se de que, mesmo depois' de ter avisado às autoridades administrativas de Cacuaco, na pessoa da vice administradora para a área política, e estas assegurado que não via nenhum inconveniente, "na sua declaração à Televisão Pública de Angola, o II Comandante veio a público dizer que a Polícia não tinha tomado conhecimento" . Reacções de solidariedade para com os populares de Mayombe vieram, também, da Convergência Ampla para a Salvação de Angola - Coligação Eleitoral, CASA-CE, que, em comunicado emitido nesta terça-feira, 26,

"condena com veemência o comportamento da Polícia Nacional que tem inviabilizado sistematicamente o contacto de dirigentes partidários e deputados da oposição com populares, vítimas de demolições e desalojamentos forçados, como sucedeu recentemente no Cacucaco com os dirigentes da UNITA, fazendo para efeito uso de meios bélicos desproporcionais. Exige que os prevaricadores sejam responsabilizados nos termos da lei". O mesmo documento "exige que as autoridades competentes ponham fim às demolições desumanas, tendo em conta que a habitação é um direito constitucionalmente consagrado". O Conselho Presidencial da CASA-CE do qual imana o comunicado, recorda a resolução da Assembleia Nacional, que impede as demolições sem a garantia de nova habitação às vítimas.

7.15 Ocupação de terrenos por estrangeiros ilegais preocupa autoridades

Semanário factual

De 02 a 09 de Março de 2013

O administrador comunal de Massabi, província de Cabinda, Pedro Macosso Vuete, manifestou-se, quinta-feira, 28, preocupado com a ocupação de terrenos na zona adjacente ao mercado fronteiriço com a República do Congo, por estrangeiros em situação migratória irregular no país.

Pedro Vuete lamentou o facto que ocorre, geralmente, com a conivência de alguns representantes de autoridades tradicionais, que facilitam os atos em troca de valores monetários.

Revelou serem maioritariamente cidadãos do Congo-Brazzaville e da RD Congo, que a pretexto de serem feirantes no mercado semanal do lado angolano da fronteira, acabam por se instalar, ao ocuparem parcelas de terreno indevidamente.

Para dificultar a construção ilegal de casas naquela zona, o responsável afirmou que o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) tem realizado operações de busca e repatriamento para os países de origem de cidadãos ilegais.

O responsável defendeu a necessidade da construção de um novo mercado, afastado da linha da fronteira comum, para melhor controlo de entradas e saídas de estrangeiros. Segundo ele, essas e outras medidas poderão também contribuir para o aumento do volume das taxas resultantes do exercício do comércio.

7.16 Escrita Capital

A Capital

02 De Março de 2013

Quando os grupos de trabalho são criados esperamos, a princípio, uma apresentação do resultado durante um determinado período de tempo. Mas, cá entre nós, esta tem sido uma espera vã. Raramente vemos comissões criadas balancear as suas actividades e a explicarem, publicamente, como foi feito o trabalho e os resultados obtidos por via dele. De uma forma geral, o funcionalismo público angolano enferma de uma dificuldade de apresentar resultados. Comissões são criadas, na expectativa de apontarem soluções para um e outro problema, mas raramente saem do daquilo que já é, por si, um lugar comum. Teremos alguma noção de quantas equipas foram formadas sem que uma única vez justificasse, publicamente, o fruto do seu trabalho? Sente-se, no ar, uma fragrância muito forte de incapacidade de cumprir, e de fazer cumprir, as políticas, quando essas são realmente traçadas. Um exemplo claro disso é o fenómeno imigração ilegal. Os ecrãs da televisão são usados, volta e meia, para publicitar a detenção de uns quantos imigrantes ilegais que tentaram de forma espectacular entrar em Angola. Mas não aparece alguém a explicar qual o real significado de tais detenções. Ou seja, não nos é dito, por exemplo, entre os que tentam diariamente imigrar ilegalmente, quantos conseguem, de facto, e quantos caem no radar das autoridades policiais. Obviamente, que nem quem deve cuidar de travar esse fenómeno tem uma resposta para esta questão. Grande parte das detenções efectuadas, ao que tudo indica, não decorrem de acções programadas. São, isso sim, obras do acaso, como testemunham, ademais, os mamadus e mohameds que todos os dias arrendam imóveis bem ao lado das nossas portas para transformá-los, seguidamente, em cantinas.

As autoridades angolanas não podem andar de boca cheia a garantir que estão a combater a imigração ilegal, enquanto admitem que bairros inteiros, a exemplo do que acontece no Mártires do Kifangondo, estejam a ser ocupados por estrangeiros. E não parece haver alguma preocupação em aferir a legalidade da situação migratória entre os que assumem-se, hoje por hoje, donos e senhores de parte considerável daquele bairro. A rua 15, no Mártires do Kifangondo, é um exemplo que traduz numa única palavra o resultado das políticas governamentais de combate à imigração ilegal: ineficazes. E miniaturas deste exemplo espalham-se um pouco pelos subúrbios de Luanda. Mabor, Palanca e Viana personificam o descontrolo, cujo acento tónico está na multiplicação de mesquitas e ceitas religiosas através das quais importamos

toneladas de práticas e comportamentos absolutamente alheios aos costumes genuinamente angolanos.

7.17 Negros pobres não fazem parte da estatística do regime JES

Folha 8

02 De Março de 2013

A 23 de Fevereiro, agentes das forças de segurança impediram a delegação de um dos maiores partidos da oposição, a UNITA, de se reunir com a comunidade e prestar-lhe assistência, e agrediram alguns dos delegados, nomeadamente, Pedro Katchiungo, deputado à Assembleia Nacional.

Entre 1 e 3 de Fevereiro, o governo de Angola destacou várias centenas de agentes das forças de segurança, incluindo agentes da polícia de intervenção rápida e militares, para despejar à força pelo menos 5000 residentes pobres que viviam num bairro informal chamado Maiombe, criado nos últimos anos no município do Cacuaco, na periferia de Luanda.

Os residentes não receberam qualquer aviso formal sobre os despejos, o que causou o pânico. As autoridades não asseguraram acesso ao abrigo alternativo às vítimas dos despejos, nem tempo suficiente para que todos pudessem evacuar os seus bens pessoais em segurança.

Muitas das vítimas dos despejos são mulheres e crianças. "Como se não bastasse despejar pessoas com força bruta, sem qualquer aviso ou tempo para se prepararem, decidem também detê-las quando já estão sem-abrigo e desamparadas," disse Leslie Lefkow, diretora-adjunta de África da Human Rights Watch.

"O governo deve garantir rapidamente que as vítimas dos despejos do Maiombe tenham acesso a abrigo e sejam compensadas pelas perdas materiais infligidas pelas ações do governo." Quaisquer despejos futuros devem ser planeados de uma forma legal e ordeira, que respeite as normas internacionais e evite sofrimento desnecessário aos angolanos mais pobres, declarou a Human Rights Watch.

Desde o dia 1 de Fevereiro, a polícia tem levado a cabo diariamente detenções arbitrárias de vítimas dos despejos, contaram residentes à Human Rights Watch. Algumas pessoas foram detidas durante os protestos, ao passo que outras foram detidas aleatoriamente.

A primeira semana de Fevereiro, pelo menos 40 dos detidos foram acusados de ocupação ilegal de

terras ou desobediência e condenados a penas de prisão ou ao pagamento de multas elevadas após julgamentos sumários que não cumpriam as normas internacionais para julgamentos justos. A Human Rights Watch recebeu uma lista do tribunal com os nomes de 40 pessoas detidas a 2, 4 e 6 de Fevereiro.

No entanto, apesar de os residentes terem relatado detenções contínuas à Human Rights Watch, desconhece quantas mais pessoas foram detidas desde 8 de Fevereiro e se foram acusadas de algum crime. As autoridades municipais do Cacuaco declararam que as pessoas despejadas estavam a ocupar ilegalmente terras que são propriedade do Estado e que estavam destinadas a um projeto turístico do governo.

A Human Rights Watch não foi capaz de determinar o estatuto jurídico das reivindicações de propriedade dos residentes da área de Maiombe. As autoridades angolanas têm o direito de despejar pessoas que ocupem terras ilegalmente.

Mas as autoridades são obrigadas a levar a cabo qualquer despejo em consonância com as normas internacionais de processo justo, e de uma forma que respeite os direitos dos angolanos incluindo o direito a habitação adequada.

A Human Rights Watch falou com residentes da área, familiares dos detidos e ativistas que documentaram os despejos, e acredita que os mesmos violaram as normas nacionais e internacionais. A Human Rights Watch também falou com um membro da delegação da UNITA que tentou dialogar com a comunidade a 23 de Fevereiro, bem como com residentes que foram impedidos de se reunirem com a delegação.

"A prioridade imediata é que o governo providencie abrigo para esta comunidade, bem como acesso a água e a outros serviços essenciais", alertou Lefkow. "Mas as autoridades também devem parar imediatamente de submeter as vítimas de despejos forçados a detenções, a julgamentos injustos e à prisão, e de impedi-las de se reunirem com quem bem entenderem."

Os despejos forçados começaram no dia 1 de Fevereiro às 5 horas da manhã tendo lançado o pânico entre os residentes. Fora destacadas várias centenas de forças de segurança incluindo a polícia de intervenção rápida, militar, e outras brigadas policiais acompanhadas por vários helicópteros, para ajudarem a levar a cabo os despejos.

Vários residentes compararam o ambiente na comunidade a uma zona de guerra, quando foram surpreendidos pelo exército e pelos bulldozeres. Os

residentes não receberam qualquer aviso formal de que as suas casas muitas das quais com telhado de chapas de zinco e algumas construídas com blocos de cimento iam ser demolidas.

Rafael Morais, coordenador da SOS Habitat, uma organização de direitos humanos dedicados à defesa dos direitos à habitação em Luanda, disse à Human Rights Watch que alguns residentes tinham ouvido rumores sobre demolições iminentes três dias antes.

As autoridades disponibilizaram uma série de veículos para transportarem os residentes e os seus bens pessoais para fora de Maiombe. Mas vários residentes disseram à Human Rights Watch que não lhes foi dado tempo para recolherem os seus pertences e tiveram de abandoná-los nas casas demolidas.

As autoridades definiram uma área na proximidade como local de trânsito, para onde os residentes se deviam mudar e ficar a aguardar o registo de novos lotes de terra numa outra área próxima. No entanto, tanto a área de trânsito como a área de realocização onde se situam os lotes que deverão ser atribuídos (às vítimas dos despejos) estão cobertas por mato e não possuem infraestruturas básicas, tais como estradas ou acesso a água potável.

O governo começou recentemente a fazer algumas obras rodoviárias. Além disso, não está claro a quem pertence a terra. O processo de registo para a distribuição de novos lotes de terra tem sido moroso e as vítimas dos despejos têm estado a viver em abrigos precários numa área pequena.

Não foram disponibilizadas tendas nem material de construção às vítimas dos despejos, apesar de as forças de segurança, que estabeleceram presença permanente nas proximidades para exercer controlo sobre a população, terem montado tendas para uso próprio.

A crescendo à confusão e à incerteza, no dia 15 de Fevereiro, a polícia informou as vítimas dos despejos de que podiam regressar ao Maiombe. No entanto, residentes partilharam com Alexandre Neto, jornalista e ativista, que, no dia seguinte, a polícia afugentou quem regressou aquele bairro na esperança de voltar a ocupar os lotes de terra de que haviam sido despejados.

Os residentes também disseram à Human Rights Watch que não tinham conhecimento de que estavam a ocupar ilegalmente terrenos detidos pelo Estado, visto não haver nenhuma placa que os identificasse como propriedade estatal, tal como em várias outras áreas do vasto distrito do Cacucaco.

Vários residentes disseram à Human Rights Watch que se mudaram para aquela área há um ou dois anos atrás, porque não conseguiam pagar as rendas das habitações onde viviam antes.

Um membro da comissão de residentes do Maiombe disse que, até às eleições de Agosto de 2012, as autoridades locais, no papel de quadros do MPIA, fizeram regularmente a campanha na área do Maiombe, bem como noutros bairros da periferia de Luanda, e organizaram o transporte de residentes pobres para comícios do MPIA "Tínhamos esperança de que o nosso bairro fosse reconhecido oficialmente", disse.

Os despejos forçados são estritamente proibidos ao abrigo do direito internacional e, entre outras normas, violam o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), do qual Angola é parte.

O artigo 11 do pacto garante o direito a habitação adequada, no qual está incluída a proteção contra despejos forçados. Quando levam a cabo despejos legais, os governos têm de certificar-se de que as vítimas dos despejos gozam de proteção dos seus interesses, incluindo acesso ao abrigo alternativo e direito a compensação por qualquer perda de bens pessoais. No mínimo, nenhuma pessoa pode ser condenada à miséria em resultado de um despejo.

"As autoridades devem indemnizar as pessoas pela perda das suas casas e bens pessoais", defendeu Lefkow. Continuam a ser enviadas forças de segurança para a área do Maiombe e a Human Rights Watch foi informada por residentes de que as forças de segurança têm detido diariamente vítimas de despejos de forma aleatória.

Na primeira semana de Fevereiro, a polícia deteve dezenas de residentes e alguns dos quais aleatoriamente e outros no que aparenta ser uma repressão de qualquer sinal de queixa ou protesto contra os despejos forçados.

Várias testemunhas descreveram uma repressão policial de várias centenas de manifestantes na área de Maiombe a 4 de Fevereiro. "Estávamos muito desesperados e, quando a polícia chegou, alguns gritaram «Queremos as nossas casas!»", contou um dos manifestantes à Human Rights Watch. Testemunhas disseram que a polícia começou por pedir às pessoas que se acalmassem.

Mas, de seguida, a PIR (Polícia de Intervenção Rápida) e as forças militares começaram a agredir os manifestantes e a fazer detenções aleatórias. "Bateram-nos com porretes e deram-nos pontapés

com as botas. Nem pouparam as mulheres, nem sequer as grávidas", disse outra testemunha.

Na primeira semana de Fevereiro, pelo menos 40 dos detidos foram levados ao Tribunal municipal do Cacuaco sob a acusação de desobediência e ocupação ilegal de terras. Todos os acusados foram declarados culpados no seguimento de julgamentos sumários e condenados a penas de três a oito meses de prisão e ao pagamento de coimas até US\$800.

Depois de terem sido declarados culpados, os detidos foram transferidos para a prisão de Viana em Luanda e para a prisão de Caxito na província do Bengo, a 60 km de Luanda. Devido à distância, os familiares têm dificuldade em visitá-los, apesar de, geralmente, os detidos dependerem das visitas da família para lhes trazerem comida. Os julgamentos sumários não respeitaram as normas internacionais em matéria de processo justo, denunciou a Human Rights Watch.

Apesar de ter sido atribuído aos detidos um advogado de defesa nomeado pelo tribunal, posteriormente, os arguidos disseram aos seus familiares que não estavam autorizados a contradizer as acusações tomando a palavra no tribunal ou convocando testemunhas.

Familiares que tentaram estar presentes numa sessão do Tribunal no dia 6 de Fevereiro foram impedidos de entrar no edifício e que havia um dispositivo da polícia de intervenção rápida à porta do mesmo. Membros da família que conseguiram falar com os seus parentes detidos após as condenações disseram à Human Rights Watch que a única questão colocada pelo juiz na sessão do tribunal foi se os acusados eram do bairro de Maiombe.

"Os acusados; não tiveram oportunidade de dizer nada além de "sim" ou "não" e foram todos condenados imediatamente a seguir", contou um familiar. Os arguidos também foram sujeitos ao pagamento de multas até US\$800, um valor muito elevado para famílias pobres de Luanda.

Agostinho, um residente do Maiombe detido a 4 de Fevereiro, foi condenado dois dias depois a três meses de prisão e ao pagamento de uma multa no valor de US\$290. O seu irmão contou à Human Rights Watch que o juiz se recusou a ouvir o testemunho de Agostinho quando este se apresentou perante o tribunal. O irmão também envidou esforços para recorrer a várias autoridades com provas relativas ao processo de Agostinho.

"Mas a polícia e a administração não mostraram qualquer interesse e não me deixaram estar presente em tribunal", disse. José, também detido a 4 de,

Fevereiro, foi condenado a três meses de prisão e ao pagamento de uma coima no valor de 750 USD sob a acusação de ocupação ilegal de terras.

Três familiares contaram à Human Rights Watch que José nunca residiu no Maiombe e que, por acaso, tinha chegado ao bairro no dia anterior à detenção para visitar a família.

Os eventos de Fevereiro não são os primeiros casos de detenções arbitrárias e de condenações por alegada ocupação de terras no Cacuaco. Em Setembro, funcionários do Tribunal do Cacuaco contaram à Human Rights Watch que nos dois meses anteriores, o tribunal tinha condenado a ocupação ilegal de terras.

Foram condenados à prisão com pena suspensa e ao pagamento de multas a manhã de 23 de Fevereiro, agentes da polícia de intervenção rápida, assistidos por vários helicópteros policiais a voar a baixa altitude, impediram, à força, uma delegação de 50 membros do principal partido da oposição, a UNITA, encabeçada pelo presidente do partido, Isaias Samakuva, de se reunir com a comunidade de Maiombe e de lhe disponibilizar assistência, incluindo água e comida.

Segundo o noticiário da noite do canal de televisão do estado, a televisão Pública de Angola (TPA), um comandante da polícia disse que a delegação estava "a tentar entrar numa zona de segurança" e foi impedida de o fazer por razões de segurança. Outros comentadores de televisão disseram que a UNITA pretendia perturbar o trabalho da administração "incitar à violência e à desobediência."

Um membro da delegação Adriano Sapinala, disse a Human Rights Watch que as forças de segurança formaram dois cordões para impedir a delegação da UNITA de ter acesso aos residentes do Maiombe Sapinala disse que a polícia utilizou porretes e que o agrediram a si, a um membro do Parlamento, José Pedro Katchiungo, e à líder da Organização da Mulher Angolana (OMA), a ala feminina da UNITA. Quando avançavam à frente da delegação, em direção aos residentes. Também disse que agentes da polícia começaram a apreender telefones e I-pads, no que aparenta ter sido uma tentativa de impedir as pessoas de porem imagens de vídeos dos acontecimentos a circular.

Membros da comunidade do Maiombe disseram à Human Rights Watch que tinham tentado reunir-se com a delegação porque estavam desesperados por comida e água. "O governo não tem o direito de recusar aos seus cidadãos a assistência de que tanto necessitam, quer esta venha do governo, de um

partido da oposição ou de outras proveniências", alertou Lefkow.

Desde o final da guerra civil em 2002, o governo de Angola tem um historial de levar a cabo despejos forçados abusivos e em massa. Em 2010, estima-se que 25 000 pessoas foram vítimas de despejos forçados no Lubango, a capital provincial da província da Huila, sem qualquer aviso ou disponibilização de habitação alternativa e de serviços, provocando uma crise humanitária.

Planos oficiais para despejar à força mais de 3500 pessoas no Lubango em 2011 foram abandonados na sequência da pressão popular.

Em 2009, as autoridades destruíram 3000 casas nos bairros Iraque e Bagdad em Luanda, deixando cerca de 15 000 pessoas sem abrigo, sem que tivessem providenciado qualquer habitação alternativa. Em 2007, a Human Rights Watch e a SOS Habitat publicaram um relatório conjunto intitulado: 'Eles Partiram as Casas: Despejos Forçados e Insegurança da Posse da Terra para os Pobres da Cidade de Luanda', que documenta 18 despejos em massa em Luanda, levados a cabo entre 2002 e 2006, que também afetaram cerca de 20 000 pessoas, na totalidade.

7.18 Polícia trava digressão do presidente da UNITA á Cacuaco

Agora
02 De Março de 2013

De acordo com fontes próximas ao líder da UNITA cerca de 200 policiais apoiados por três helicópteros, fizeram com que, Isaías Samakuva, e a sua delegação parassem há pelo menos 100 metros das casas provisórias dos desalojados.

"O Presidente teve de dirigir algumas palavras à multidão que o esperava a partir de um pequeno amontoado de areia, com auxílio de um megafone".

Em conferência de imprensa realizada na segunda-feira, Samakuva denunciou o tratamento que recebeu da polícia instalada no local, incluindo um caso de agressão física contra o Deputado Pedro Kachiungo.

Samakuva disse não entender a atitude da Polícia, porquanto a intenção de visitar aquela área tinha sido previamente comunicada às autoridades locais, que responderam não ver inconveniência.

No local, segundo contou Isaías Samakuva ao Agora, estava já montado um aparato policial, constituído por agentes da Ordem Pública e Antimotim,

apoiados por três helicópteros, que impediam a aproximação da comitiva da UNITA, alegando questões de segurança.

"O objetivo da nossa deslocação era visitar os populares que estavam a mandar-me mensagens, pedindo a minha presença no local.

Levei comigo três cisternas de água, alguns fardos, bens alimentares e alguns medicamentos", explicou Samakuva, acrescentando não ser verdadeira a afirmação, segundo a qual, a Polícia foi surpreendida com a minha presença ali, assim como é igualmente falsa a afirmação de que, a UNITA estava a perturbar o trabalho de alojamento que o Executivo estava a fazer naquela área.

O dirigente exigiu na ocasião da Assembleia Nacional, ao Ministério da Justiça, através da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, à criação de uma comissão de inquérito para apurar exatamente o que estaria por de trás deste impedimento.

A fronteira entre o Executivo e o partido maioritário parece estar cada vez mais ténue. Contrariamente ao que se esperava, o Executivo não respondeu as críticas feitas pelos membros da UNITA. No seu lugar, Norberto Garcia veio a terreiro acusar a UNITA de ter "furado" o cordão de segurança da polícia e criado imbróglis aos serviços que a Administração Municipal está a levar a cabo no local.

Populares que assistiram o desaguizado, desmentiram quer a TPA, como também, o Secretário para os Assuntos Políticos do Comité Provincial do MPLA, Noberto Garcia.

De acordo com os populares que presenciaram a "cena" e que segunda-feira assistiram também o noticiário da TPA, o que viram é completamente diferente. Explicaram que foi mesmo a polícia quem criou a confusão, ao não permitir que a delegação da UNITA se aproximasse ao local onde foram alojados os populares afetados pelas demolições.

"Fizeram isso para que a oposição não percebesse o grau de sofrimento a que aquela gente está votada" disse a fonte.

Refira-se que, no pretérito dia 6, a Amnistia Internacional denunciou que a "01 deste mês, os militares, a Polícia de Intervenção Rápida e elementos da Segurança Privada começaram a demolir as casas e a expulsar à força centenas de famílias do bairro Maiombe, no município de Cacuaco.

O documento daquela organização de direitos humanos referia na altura que as demolições foram realizadas com suporte de helicópteros a sobrevoar o

bairro, bem como relatava a agressão e detenção de algumas pessoas que resistiram às demolições.

7.19 UNITA agita população a desgovernar Luanda

Semanário factual

09 A 16 de Março de 2013

As autoridades da província de Luanda minimizaram as declarações do líder da UNITA, Isaiás Samakuva, que apontam que a capital está ingovernável.

Junto do governo da província de Luanda, o Factual apurou que a conferência de imprensa do líder da UNITA "foi infeliz", já que a própria oposição é responsável pela agitação da população.

"A oposição, ou seja, a UNITA instiga à população a ocupar terrenos nas áreas de reserva do Estado. Quando intervimos para repor a ordem, a UNITA aparece para denunciar supostas violações de direitos humanos", afirmou uma fonte do Executivo de Luanda.

Para a mesma fonte, face a situação, a UNITA tem ajudado na desgovernação da capital. Na terça-feira, 05, Samakuva afirmou que Luanda está ingovernável e a UNITA quer ajudar o governo local a resolver os problemas da capital angolana, referiu o líder desta formação política.

Ao falar numa conferência de imprensa, Samakuva defendeu ainda o papel das autarquias locais na resolução dos Problemas, porque são elas que os "sentem na carne".

"Vamos apresentar ao governo de Luanda algumas propostas de soluções para os problemas dos municípios de Luanda," afirmou Samakuva, para quem Luanda "é ingovernável".

7.20 Burla de terrenos atingiu o auge

O Independente

09 De Março de 2013

Os diretores da Polícia Judiciária Militar (PJM) da Unidade da Guarda Presidencial (UGP) e de Luanda, tenente-general Joaquim Miguel Martinho e um coronel, respectivamente, são acusados de terem feito deslocar dois patrulheiros à comuna do Benfica com o intuito de prender o proprietário uma parcela de terreno de quarenta mil metros quadrados, identificado por João Domingos Trinta.

De acordo com a denúncia apresentada pelos familiares da vítima, o coronel Africano terá movido a equipa especial da Presidência da República a mando do tenente-general Joaquim Miguel Martinho, chefe da direção principal da Polícia Judiciária Militar.

Entre as várias viaturas em que seguiam, estava um Hyundai Tucson, com a chapa de matrícula, FAA 2123 EXE, supostamente pertencente à Procuradoria da UGP. Eles para além das ameaças acima mencionadas, terão destruído parte da vedação de chapas de zinco que se encontrava no terreno.

"Esta acção nos fez recordar os filmes de terror pois, aquela tropa colocou o bairro todo em sentido, alegando que vinham em defesa do terreno do Tenente-general Martinho", dizemos familiares num documento que tivemos acesso.

Segundo os familiares, alguns dias depois, igual número de patrulheiros da PJM terão perseguido a vítima com o mesmo objetivo, mas não conseguiram concretizá-lo porque o mesmo irrompeu pela Guarnição Militar de Luanda, suplicando pela intervenção dos mais dos responsáveis daquela unidade.

Em reação, de acordo com eles, coronel Santo António, director da Polícia Judiciária da Região Militar Luanda e o seu Adjunto, Tenente-coronel Correia, intervieram em defesa do mesmo.

O conflito por esta parcela de terreno começou em finais do ano passado, quando terá aparecido o sargento Fidel, a reclamar a titularidade do terreno, mas sem apresentar qualquer comprovativo.

Atendendo a experiência adquirida durante o tempo em que coordenou os trabalhos de loteamento e urbanização para a requalificação das Zonas Verdes 1, II e III, na comuna do Benfica, a vítima o contactou para que junto da equipa técnica provasse documentalmente a propriedade do espaço que reclamava, mas não teve êxito porque ele serviu-se da farda e das patentes que ostenta para pô-los a correr.

Temendo que as ameaças fossem confirmadas, a vítima denunciou o ato a Procuradoria-geral da República para as Forças Armadas Angolanas, onde deu-se início as investigações sobre o caso.

No documento que tivemos acesso, consta que o coronel Ponta Negra, terá declarado a Procuradoria, na altura em que foi notificado a prestar declarações sobre este caso, que não era proprietário do terreno e que terá sido induzido a erro pelo sargento Fidel que supostamente o pediu para defendê-lo como se o terreno fosse da sua mãe.

Baseando-se nas informações prestadas pelo sargento, os familiares da vítima acreditam cegamente que ele terá usado o nome do Juiz Presidente do Supremo Tribunal Militar, o General António dos Santos Neto, para os intimar “pouco tempo depois, o Sargento Fidel terá conseguido chegar à fala com o juiz Presidente do Supremo Tribunal Militar, o General António dos Santos Neto (Patónio), e o convenceu a aparecer como proprietário do mesmo espaço”, dizem os familiares no documento.

Acrescentaram de seguida que “o general terá entrado em campo, mas tão logo ter-se-á apercebido da ilegalidade e que estaria a ser cúmplice de um acto criminoso achou por bem desistir”.

O facto de o sargento Fidel aparecer, pouco tempo depois, como mandatário do tenente-general Joaquim Miguel Martinho, alegando que o terreno pertence ao pai deste, levou os familiares da vítima a acreditarem que os dois estão em conluio.

Mesmo assim, na esperança de resolverem o litígio, solicitaram ao chefe da direção principal da PJM apresentasse junto da comissão técnica a prova documental que sustenta a sua reivindicação, o que não aconteceu.

“Confrontado com esta situação, o Tenente-general Joaquim Miguel Martinho desatou para uma pura perseguição sem tréguas ao nosso familiar, mesmo sabendo que existem instituições no país para poderem dirimir o litígio em questão”, diz o documento enviado ao Procurador-Geral da República, ao Chefe de Estado Maior General das FAA e à Presidência da República.

Por outro lado, solicitam a intervenção das instituições acima mencionadas no sentido de reporem a legalidade e garantir a sua segurança e tranquilidade.

O documento datado de 7 de Fevereiro do corrente ano é assinado pelos cidadãos Teresa Armando José Tavares, Lisboa Fernando, Mariquinha António Afonso, Germano Augusto Albino, Maria do Céu Araújo Pinto, Rui Januário César Albino, Lucinda Travessado, Geny Augusto Albino, Domingas Reis, Fernando Augusto Albino e Márcio Francisco Geraldo.

Este é no entanto um assunto que nos últimos tempos, um pouco por todo o país a burla de terrenos continua a crescer no país, isto é os mais afortunados tendem em submeter os mais fracos, pelo que o IN promete trazer mais notícias sobre o assunto.

7.21 Ocupação ilegal de terras é fomentada por partidos

Jornal de Angola

12 De Março de 2013

O ministro falava numa conferência de imprensa onde estava presente o ministro do Interior, Angelo Tavares Viegas, na sequência da visita do presidente da UNITA, Isaías Samakuva, ao município de Cacuaco, na zona adjacente à autoestrada. Isaías Samakuva, acompanhado por militantes da UNITA, visitou no dia 23 de Fevereiro na zona ocupada ilegalmente por cidadãos, na área adjacente à via rápida do Cacuaco a Cabolombo.

A presença dos dirigentes da UNITA provocou embaraços na actividade da administração local do Estado e da Polícia Nacional. O ministro Bornito de Sousa salientou que esses factos provocaram especulações e ganharam uma projecção internacional. O ministro disse que há cidadãos que ocupam os terrenos de boa fé, naqueles casos em que a administração não respondeu de forma rápida à necessidade de construção de ocupar.

Mas muitas ocupações são selvagens e levadas a cabo por oportunistas. O ministro salientou que os oportunistas ocupam terrenos com fim de os venderem a preços especulativos e também para serem indemnizados pelo Estado, com a atribuição de habitações. “Há conhecimento de casos de pessoas que já adquiriram três, quatro e mais habitações, por esta via fraudulenta”, disse Bornito de Sousa.

As ocupações ilegais de terrenos estão a atingir a província do Bengo. O Ministério da Administração do Território deu instruções ao Governo Provincial para impedir esta prática. A administração local do Estado está a trabalhar na criação de reservas fundiárias e a construção de uma nova centralidade naquela zona do Cacuaco.

O Estado está a criar condições para melhorar a qualidade de vida das populações através de zonas urbanizadas. Bornito de Sousa disse que há forças políticas e associações da sociedade civil a fazerem aproveitamento político da actividade que administração local do Estado na melhoria da vida das populações.

O ministro diz que o comportamento destas organizações é estranho, “porque não aparecem junto do Executivo para ajudarem na sensibilização da população para não ocupar os terrenos de forma ilegal, só aparecem quando o Estado pretende repor a ordem nas reservas fundiárias ocupados ilegalmente”.

O ministro disse que a atitude destas organizações "não estão claras, ficamos sem saber se pretendem defender ou instigar as populações para a desordem".

Apesar das ocupações ilegais de terrenos, o ministro disse que a Administração Municipal do Cacucaco está a ceder terrenos aos cidadãos para fazerem as suas construções em áreas próprias. O ministro do Interior, Angelo Tavares Veigas, disse que os distúrbios que se registaram durante a visita de Isaías Samakuva ao Cacucaco "foram desactos' provocados por militantes da UNITA e provocações ao cordão de segurança da Polícia Nacional".

Na sequência dos tumultos, disse, foram detidos dois militantes da UNITA: "um foi julgado de forma sumária e condenado a seis meses, convertidos em multa e outro vai ser julgado por apresentar quatro identificações falsas". O ministro do Interior disse que não há nenhuma acção dirigida contra qualquer partido ou organização da sociedade civil "a Polícia Nacional está apenas a repor a legalidade, a ordem e a tranquilidade públicas".

7.22 Tios acabam com a herança dos sobrinhos

O País

15 De Março de 2013

Após sofrerem o primeiro atentado dos tios no dia 8 de Dezembro de 2012, Maria Lopes e suas irmãs recuperaram forças, colocaram outro teto na casa e aproveitaram o móvel que se encontrava em boas condições. A paz e o sossego não demoraram por muito tempo no seio daquela família.

A ausência de Maria Lopes, Madalena Lopes e Márcia Lopes, as herdeiras, os irmãos do falecido pai, desta vez coordenados pelo tio Vunda, deixaram as madeiras que constituíam a casa no chão.

O ato aconteceu no dia 23 de Fevereiro. Márcia Lopes contou que um dia antes da demolição, o tio Vunda Ferreira da Silva apareceu em casa no sentido de levar um das sobrinhas para conhecer a casa que arrendaram e que posteriormente deveriam receber o dinheiro que lhes cabe por direito, pós já estavam a precisar da residência.

Márcia disse que sua irmã mais velha não concordou porque antes dos tios venderem a casa não houve uma conversa. As palavras dos tios fizeram-se cumprir, às 15 horas de quinta - feira. Enquanto trabalhava a jovem recebeu a informação por telefone, a casa estava ser demolida e as mobílias haviam sido carregadas num carro de mudança. Na

história estão envolvidos quatro tios e um irmão da parte paterna das jovens.

"Segundo as informações que nos chegaram demoliram com uma autorização saída da unidade policial da Sexta Esquadra, e porque a pessoa que comprou o terreno está a pressioná-los", narrou. De acordo com Márcia Lopes fizeram uma queixa na sexta esquadra da Polícia Nacional, tendo a direção daquela Unidade afirmado que os Tios não poderiam cometer aquele acto porque o mesmo configurava crime de acordo com a lei.

Diante dessas declarações, o responsável pelo despejo teve de ficar detido, porque a instituição policial não ordenou que demolissem a residência, mas aconselhou a adiantarem o processo ao tribunal para obterem uma ordem de despejo, explicou, a certeza de o processo continuar na unidade policial, segunda-feira, 27 de Fevereiro, as proprietárias da herança já não foram ouvidas, simplesmente o procurador soltou o tio.

O procurador cujo nome não foi revelado, disse "o vosso tio é bom, porque arrendou uma casa para vocês. E acresceu ainda: "os vossos problemas resolvem-se como se puder, pedindo-nos para assinar uma declaração de compra e venda da casa, mas nós não aceitámos", revelou. Viver de ajuda Márcia Lopes disse que perderam a mãe no dia 16 de Dezembro do ano passado e que atualmente só têm apoio dos vizinhos. "Eles partiram as nossas coisas e outras deixaram debaixo dos escombros.

Somos nós que devemos os seguir para perguntar aonde estão as nossas mobílias", questionou a jovem com lágrimas no rosto. As três irmãs com os seus respectivos filhos, entre os quais se inclui um bebé de poucos meses de vida, têm passado a noite ao relento porque não têm onde refugiar-se. Desde que os tios deixaram as sobrinhas na rua nunca mais regressaram, nem sequer para informar onde colocaram as mobílias, salientou.

A nossa interlocutora revelou que seus tios estão a difamá-las, dizendo que elas já receberam dinheiro e que não querem sair da casa. "Eles não nos deram absolutamente nada e não deixaram nada do que é nosso, apenas estamos a viver de ajuda dos vizinhos, roupa, água e alimentação dependemos das pessoas de boa-fé."

A jovem declarou que não contactaram os tios, porque já não pretendem conversar, mas sim prosseguir com o caso no Tribunal Provincial de Luanda. O modo como os tios e seus ajudantes retiraram as mobílias, leva a pensar que muita coisa foi estragada. "Estragaram bens materiais que não

vão conseguir devolver, coisas antigas da minha mãe, não por dinheiro, mas pelo bem afetivo das coisas".

Dentro da residência tinha 600 USD dos negócios de quinguilá de Madalena Lopes, na arca e na geleira tinha mantimentos, realçou. Se os tios entregassem um valor que desse para o sustento e arranjassem uma forma de viver digna não teriam motivos de permanecer naquelas condições. "Queremos justiça e que, segundo a lei, paguem pelo crime cometido de chegar e invadir a propriedade alheia.

A atitude do meu tio nos destruiu e mostrou que quer vingança connosco, mas nós vamos lutar incansavelmente", exprimiu. O jovem que comprou o terreno apareceu 4 dias antes da demolição, 19 de Fevereiro para verificar o estado do local, e informou as jovens que já pagou há seis meses. Mas desde aquela data nunca mais apareceu, contou.

Vunda Ferreira Da Silva disse que as suas sobrinhas não são herdeiras da casa porque não possuem um comprovativo documental. Os tios alugaram uma residência para as sobrinhas, mas elas não querem viver nela; "As minhas sobrinhas são mal comportadas e querem nos colocar mal, fazendo fita de fogo de palha". Como irmão do falecido, Vunda e seus irmãos resolveram vender a residência e entregar a parte das co-herdeiras a suas sobrinhas.

Quanto às mobílias, o tio garantiu que estão bem controladas e cuidadas pelo irmão delas. "Eu fiquei cinco dias preso por causa das minhas sobrinhas, mas ainda sim não tenho rancor delas" Ninguém, está abandoná-las, pelo contrário os tios sempre tiveram muito carinho e amor pelas sobrinhas, simplesmente pretendem que elas aceitam viver na casa alugada, pediu.

Tudo começou no princípio do ano, quando Maria Lopes, Madalena Lopes e Márcia Lopes receberam em sua casa os tios, irmãos do falecido pai, que as intimaram a sair de casa porque a residência já estava vendida, contou Madalena Lopes. A propriedade está localizada na rua dos eucaliptos, distrito do Rangel, em Luanda.

7.23 Casa em disputa e família na penúria

O País

15 De Março de 2013

Esta história tem numa das protagonistas uma inquilina que não paga as mensalidades há já três anos, justificando-se com uma remodelação que fez

na casa, num valor equivalente a 20 mil dólares americanos.

Ao contarem a história a O PAÍS, o desespero de ter a casa de volta foi visível nos olhos e nos gestos nervosos da primogénita dos proprietários da residência.

Adelaide de Oliveira contou que a inquilina, Manuela Rodrigues, não pretende deixar a casa que alugou em 2007, devido aos gastos que fez na sua remodelação. Só que as obras foram feitas por sua iniciativa e sem conhecimento dos donos da casa.

João André Pedro e Atónica de Oliveira são os proprietários da casa que se encontra no centro do litígio, localizada no município de Viana, Luanda Sul, quarterão G3 do Projecto Morar.

A família obteve a casa das mãos do governo, quando, por conta de um projecto do Estado, a sua anterior residência foi demolida no ano de 2000.

Eles viviam no município da Samba (Luanda) no Bairro Morro da Luz. Mas porque a família atravessava dificuldades financeiras, o casal decidiu arrendar a nova residência (casa principal) e passar a viver no anexo, como explicou Adelaide, a filha mais inconformada.

De acordo com a jovem de vinte e três anos, a senhora Manuela Rodrigues, a inquilina, alugou a casa no dia 18 de Dezembro de 2007. O contrato tinha a duração inicial de um ano. A inquilina pagava 125 dólares numa casa com dois quartos, uma sala, uma cozinha, uma casa de banho e um quintal vasto, descreveu.

Acontece que Manuela não estava satisfeita com a casa tal como estava pelo que resolveu construir uma marquise, tendo colocado no quintal um novo chão bruto de cimento, além de o ter vedado.

Construiu uma nova casa de banho e uma nova cozinha no exterior da casa, ampliou o tamanho da sala, que recebeu um mosaico novo e colocou canalização na casa, que não a tinha.

Os proprietários dizem agora, entretanto, que tais obras foram feitas aproveitando-se da ausência do senhor João Pedro, que em Janeiro de 2008 viajou, em missão de trabalho na província do Bengo, e da sua filha Adelaide, que se encontrava na província do kwanza- Norte a ver se conseguia dar continuidade aos estudos.

A mãe, analfabeta, tímida e humilde, sozinha, limitou-se a ver as coisas acontecer. No seu regresso à capital, o proprietário João Pedro deparou-se com as

transformações que a casa sofrera e falou com a inquilina, questionando com que autorização as obras tinham sido feitas.

A resposta de Manuela Rodrigues, conta Adelaide, foi a mais inesperada. A inquilina alegou que não era necessário comunicar das obras aos senhorios. "Sempre que a minha mãe fosse para conversar com ela discutiam e não chegavam a uma conclusão, foi assim que o meu pai pediu o orçamento geral das obras.

A dona Manuela primeiro entregou-nos um orçamento de 18 mil dólares, posteriormente disse que o valor real era de 20 mil dólares americanos".

Manuela Botelho Rodrigues vive há seis anos na casa, durante esse período pagou as rendas dos primeiros três anos, apenas, e não paga o restante das mensalidades alegando que os proprietários é que lhe devem USD 20 mil.

No casal de proprietários, tanto a mulher como o marido estão agora sem emprego. A mulher, aliás, cuidou sempre da casa e dependia dos valores do arrendamento para sustentar os seus filhos. Esta falta de meios de renda faz com que desde 2010 os filhos do casal se encontrem fora do ensino escolar, são 12, no total.

"Não há nem como pagar as matrículas", alega a família. Na Segunda-feira, 4 de Março, a proprietária foi mais uma vez conversar com a sua inquilina, mas a conversa não correu bem entre as duas mulheres, voltaram a desentender-se porque a arrendatária não pretende sair da casa.

O marido da senhora Manuela (a inquilina) viu que o "clima não era saudável" e resolveu chamar a polícia, postos na unidade policial, o senhor alegou que a dona da casa discutiu com sua esposa e lhe faltou com o respeito.

Diante da queixa apresentada, a proprietária, Antónia, acabaria por a passar uma noite na cela da unidade policial com uma bebé de treze meses ao colo, como contou a O PAÍS. "Ela sempre se mostrou indisponível para conversar, e também nega pagar a dívida sobre o aluguer dos três anos.

Sem a devolução dos 20 mil dólares, mas a obra efetuada não corresponde a esse valor", explicou Antonica. E mais, a inquilina Manuela ameaçou os proprietários dizendo que tem sobrinhos advogados e que se houver insistências chamá-los-á a entrar em campo.

A dona da casa vende pão, é daquelas mulheres que se vêem pelas ruas com alguidares à cabeça em busca

de clientes, o marido está desempregado e "não tem levado a peito os problemas familiares", está mais inclinado para o álcool.

"Eu, como a primogénita, senti a necessidade de agir, porque já não aguento ver os meus irmãos sem estudar porque a nossa fonte não está render". Reclama Adelaide de Oliveira.

A jovem, entretanto, já levou o assunto ao Tribunal Provincial de Luanda mas, conta, foi informada que não deve ser ela a fazer a queixa que deve ser o chefe de família a apresentar-se à Instituição com os documentos da casa e cópias dos bilhetes de identidade do casal.

O outro problema, porque, segundo a filha, João André Pedro "apresenta negligência sobre o assunto" e não mostrou disponibilidade para dar continuidade ao processo no tribunal.

A verdade, confessam, os proprietários da residência, a relação com Manuela Rodrigues nunca foi uma relação amigável, as conversas ficavam-se pelos aspectos do negócio do aluguer.

Logo que surgiram os primeiros sinais de desencontros, Adelaide tentou anular o contrato, mas viu-se sempre impotente para o conseguir porque os assinantes e proprietários da casa são os seus pais. A família de 14 pessoas vive toda ela no anexo que tem três quartos, a uma sala e uma casa de banho.

"Nós queremos que ela saia da nossa casa ou então que apareçam pessoas de boa-fé apenas para conversar com ela no sentido de abandonar a residência". E o desabafo final de Adelaide: "tenho tios disponíveis para nos ajudar a receber a casa, estou sozinha nessa luta.

"Manuela Botelho Rodrigues não abriu a porta a O PAÍS, nesta Segunda- feira, apesar de os senhorios e os vizinhos insistirem que ela estava no interior da casa.

Depois da equipa de reportagem ter saído do local, um telefonema de Adelaide dizia que ela tinha aberto a porta para uma breve espreitadela cá fora. Não foi possível obter dela qualquer pronunciamento.

7.24 Ocupantes de terrenos são burlões

Jornal de Angola
16 De Março de 2013

Rosa Dias dos Santos disse que, através deste esquema, os burlões têm como objetivo dar maior

credibilidade ao negócio para burlar os incautos interessados em adquirir lotes de terrenos para construção. A administradora do Cacuo disse à Angop que as ocupações ilegais de terrenos são feitas para fins comerciais por indivíduos oportunistas provenientes de outros municípios de Luanda.

Os autores das ações ilegais, disse a administradora, depois de consumadas as suas intenções, desaparecem, deixando as pessoas que compraram terrenos sem nenhuma orientação em relação à legalização do terreno que compraram. Entre os terrenos do Estado invadidos está a área reservada à Zona Económica Especial, onde decorre a construção da nova fábrica da Cimangola.

Uma operação para a retirada dos ocupantes ilegais dos terrenos da Zona Económica Especial teve início em Janeiro deste ano: "foram detidos vários indivíduos envolvidos no negócio ilícito", acentuou Rosa Dias dos Santos. Desde Janeiro, acrescentou, foram julgados e condenados 12 elementos, que ainda cumprem penas na cadeia de Viana.

A administradora do Cacuo reconheceu que a fiscalização não tem sido eficiente devido ao número reduzido de funcionários e revelou que os ocupantes ilegais de terrenos são pessoas organizadas que surgem nas reservas fundiárias do Estado entre as quatro e as cinco horas da madrugada, aproveitando esse horário para fazer o loteamento e venda de terrenos.

"A administração Municipal do Cacuo apreendeu as máquinas utilizadas para o loteamento nas zonas, um facto que demonstra a forma organizada como atuam esses grupos", sublinhou Rosa Dias dos Santos. A ocupação ilegal de terrenos no município do Cacuo começou em 2005 na reserva fundiária de Sequele, conhecido como Belo Monte, acção que prosseguiu para a zona da Nova Centralidade do Cacuo.

Para o Estado impedir a ocupação pela população, as reservas fundiárias estão devidamente demarcadas com a existência de tabuletas de identificação. Na província de Luanda, existem reservas fundiárias nos municípios do Cacuo, Viana, Quissama, Icolo e Bengo e de Belas.

7.25 Omunga responsabiliza administrações municipais

Agora

16 De Março de 2013

Ausência do contraditório nos órgãos de comunicação social públicos que veicularam o conteúdo da conferência de imprensa concedida pelos ministros do Interior e da Administração do Território, respectivamente Ângelo Barros Veiga e Bornito de Sousa, no caso Cacuo/bairro Mayombe, retirou aos angolanos a possibilidade de conhecerem os vários ângulos que a problemática da ocupação dos terrenos apresenta.

Esta é a leitura da organização não-governamental Omunga, transmitida através do site do Sindicato dos Jornalistas Angolanos. Reagindo, na cidade do Lobito, às declarações dos dois ministros, o coordenador da referida ONG, José Patrocínio, fez questão de recordar as palavras que Bornito de Sousa proferiu em 2010, na cidade de Menongue, por ocasião do 4 de Abril Dia da Paz.

Segundo José Patrocínio, o ministro Bornito de Sousa aproveitou essa ocasião para, em nome do Presidente da República, pedir desculpas às vítimas dos desalojamentos forçados na Chavola, cidade do Lubango. Continuando com a reconstituição desse episódio, o ativista da Omunga acrescenta que o governante se comprometeu a nunca mais recorrer à violência para solucionar as chamadas ocupações ilegais de terrenos.

Por tudo isto, José Patrocínio que está à frente do projecto de advocacia social "Não partam a minha casa!", considera que o caso Cacuo/Mayombe representa um recuo nas posições assumidas pelo Executivo angolano. Para este ativista em direitos humanos, a situação traduz uma fuga de responsabilidade do Estado na análise correta do fenómeno de ocupação de terras por parte da população.

José Patrocínio acusou ainda o Executivo angolano de ignorar uma resolução da Assembleia Nacional, segundo a qual o Estado não pode desalojar cidadãos sem criar alternativas de habitabilidade.

7.26 Novas urbanizações nascem no Namibe

Jornal de Angola
22 De Março de 2013

Na Praia Amélia estão a ser construídos 4.000 fogos habitacionais e na estrada para o aeroporto 2000 fogos, num projecto financiado pela Sonangol. Na zona da Nação Praia estão a ser loteados 300 hectares para uma nova urbanização.

Da Marginal da cidade até à foz do rio Bero vão ser construídos edifícios e habitações, informou o governador provincial do Namibe, Isaac dos Anjos. Nos bairros do Valódia, 5 de Abril e Saily Míngas foram distribuídos 6.880 lotes para projectos de autoconstrução.

A mesma operação foi repetida na localidade do Giraúl de Baixo onde estão a ser construídas 50 casas, uma igreja, escola e o sistema de abastecimento de água potável.

O bairro 5 de Abril, o mais populoso da cidade do Namibe, vai receber novas habitações, em terrenos distribuídos aos munícipes que vivem em zonas de risco, com destaque para 40 famílias da zona da Tinguita.

Este bairro surgiu depois das cheias de 2001 e a sua expansão tem um efeito positivo para o Namibe, já que permite travar o avanço do deserto, que estava cada vez mais perto da cidade.

O governador defendeu a necessidade de facilitar o processo de concessão de lotes de terreno à população, pois em todas as áreas é possível fazer mais loteamentos.

Temos reservas fundiárias que vinham sendo administradas diretamente pelo Governo Provincial, mas demos instruções ao administrador municipal para fazer a aquisição de terrenos a fim de incorporar projectos de expansão da cidade e passar a ter sobre eles direitos diretos", disse Isaac dos Anjos.

Prometeu ajudar a administração municipal a identificar as áreas, lotear, construir as infra-estruturas e preparar os terrenos para entregar à população. Uma nova central de energia eléctrica vai entrar em funcionamento brevemente para abastecer todas as urbanizações que vão nascer desde o Aeroporto à Praia Amélia, passando pelo bairro do Valódia.

O tráfego automóvel vai ser descongestionado com a projecção de três avenidas que devem ser construídas

com as características de autoestrada, o que vai permitir uma melhor circulação rodoviária.

Isaac dos Anjos informou uma via estruturante vai partir do antigo aeroporto do Namibe, atravessa a estrada que liga ao município do Tómbwa e desemboca na Praia Amélia, o que vai diminuir consideravelmente o trânsito de veículos pesados no centro da cidade.

As outras circulares vão permitir ligar o Sul da Praia Amélia ao Aeroporto Internacional Yuri Gagarine com passagem pelo bairro 5 de Abril, cruzando com a estrada que liga ao município do Virei, rio Bero e atinge a Estrada Nacional 280 para a cidade do Lubango e Saco Mar.

O governador defendeu um novo conceito de arruamentos para as novas urbanizações que estão a nascer as ruas devem ser largas com um mínimo de 14 metros para facilitar a circulação e estacionamento de viaturas.

"Os passeios devem ter pelo menos seis metros de largura e devem ser projetados a pensar nos direitos das pessoas portadoras de deficiências físicas, com rampas de acesso e facilidade de circulação", disse Isaac dos Anjos.

As áreas destinadas ao comércio e serviços devem ser distintas das zonas habitacionais, projetadas em espaços próprios, com restaurantes, bares e similares, parques de recreio, largos e jardins.

O governador do Namibe referiu que foram concluídos os estudos para a construção de novas infra-estruturas do saneamento básico, distribuição de água potável e energia eléctrica na província.

"Com estes estudos, estamos em condições de apresentar às entidades financiadoras como o Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e outros parceiros uma proposta para conseguirmos uma aceleração na construção destas infra-estruturas que são fundamentais", disse Isaac dos Anjos.

A projecção de todas as linhas de drenagem e saneamento básico do Namibe e das três vias circulares que permitem a expansão da cidade de modo harmonioso e estruturado é também um eixo fundamental para o desenvolvimento da cidade, concluiu.

7.27 Militantes do MPLA "assaltam" processo de indemnização dos ex-moradores do Iraque/Bagdad

Jornal O Diário

23 de Março de 2013

O presidente da comunidade Iraque e Bagdad, Dialundama Michel, acusa os militantes do MPLA (afecto ao Comité Provincial de Luanda dirigido por Bento Bento), de criarem uma segunda comissão, com o fito de inviabilizar o processo de indemnização que decorre há mais de 10 mil famílias. Já lá se vão cinco anos desde que os antigos moradores do bairro Iraque e Bagdad, localizado no distrito do Kilamba Kiaxi, município de Belas, vivem entregues a suas sorte, após terem vistos as suas moradias a serem destruídas por "bulldozers e tractores, na época da governadora Francisca do Espírito Santos. Segundo o também representante dos populares vítimas de desalojamentos junto do GPL, muitos daqueles populares temem que a comissão recentemente criada (e liderada por elementos afectos ao partido no poder) exclua os seus nomes das listas do cadastramento feito pelo executivo provincial. De momento, a ala liderada por Dialundama Michel tem estado a acompanhar afincadamente o processo rubricado entre ambos (ele e GPL), desde as demolições a entrega das respectivas casas. "O processo de indemnização ainda não começou. Terminamos a fase de reclamações, fruto de muita importunação ao GPL que neste momento transferiu o caso para O Kilamba Kiaxi. Lá, pediram-nos para constituir cada família um processo especial com, quatro fotografias, fotocópia do B.I e um agregado que acompanhou o processo. Terminado este processo, pessoas de má-fé entraram nesta comissão e criaram uma segunda ala. Nela, estão envolvidos pessoas que trabalham no comité provincial do MPLA com as tendências de recomeçar o processo que já existe há mais de cinco anos: explicou. Por outro lado, o mesmo manifesta seu profundo descontentamento em representação do seu povo (sem casas), pela intenção com que foi criada a actual ala. A nossa fonte repudia "o silêncio de algumas instituições" pelas quais terá apresentado uma queixa, para que se interrompe a legitimidade a nova. "O presidente desta nova comissão chama-se Guilherme Cabinda, o secretário é o Alan Brilho Canzo, é ainda composto por Joaquim João, Henriques da Silva, Simão Magalhães, Juliana Cristóvão Ribeiro e tanto outros. Todos eles pertenciam à antiga comunidade de Bagdad presidida por mim. Já apresentei várias reclamações ao GPL, Ministério da Justiça, Polícia Nacional, Promoção da Família em várias instituições a fim, mas, até agora ainda não resolveram o nosso problema" esclareceu.

População Revoltada

A fonte que vimos citar alega que a população manifesta-se revoltada com esta segunda comunidade criada recentemente. Face a situação, os descontentes exigem da antiga ala, a actualização imediata de todo processo, uma vez que, a nova ala não transmite credibilidade quer por parte dos "sem textos: bem como do GPL. "E as respectivas indemnizações não devem passar por intermediação desses camaradas, por mais que sejam membros do MPLA': desabafou, garantindo que "a população toda está sob meu controle, e, nem querem ouvir falar da nova ala" Este jornal soube da realização de uma reunião que teve lugar, recentemente, no campo polivalente do Kilamba Kiaxi, promovido pela nova ala, com o intuito de haver boa colaboração com o executivo, no sentido de serem muito brevemente indemnizados. Promessas essas que foram desmentidas pela antiga ala, uma vez não existir provas (no GPL) de eventuais lugares para o reassentamento de populares, nem a mediática comissão era reconhecida, o que, reforça para ele, fortes indícios desta nova ala em querer frustrar o antigo processo. Questionado sobre adesão dos antigos moradores à ala da esquerda, o mesmo respondeu, "alguns pela influência da imprensa que está a manipular a população, estão a tentar aderir a comissão descredito': Na missão de ouvir o contraditório, procuramos contactar a suposta comissão criada recentemente para contrapor a antiga, na voz do seu presidente Guilherme Cabinda, mas, todas as tentativas foram sem sucesso. Dialundama Michel lembra ainda que a Comissão da Comunidade Iraque e Bagdad foi fundada em 2003, na altura, contou com o legítimo apoio da Associação dos Camponeses 'Ana Ndengue" presidida pelo soba Mário Domingos.

7.28 A ocupação de terras tem interferência política

Agora

23 De Março de 2013

Com o Administrador José Manuel Moreno, abordamos igualmente a problemática questão da gestão dos espaços. E quisemos saber se, no caso concreto de Viana, já foi estancada a prática de ocupação das reservas fundiárias, ou espaços protegidos para fins públicos.

Com um sorriso, começou por dizer que a "gestão de terras na Província de Luanda e principalmente nos municípios de Belas, Cacucaco, Viana e agora vai acontecer também em Icolo e Bengo e Quixama, de certeza, é um problema que está a ser difícil de equacionar, porque há convergência de muitos

interesses em tudo isso interesses positivos, de negócios e outros que já raíam as margens da criminalidade. É um problema sério".

Insistindo, quisemos saber de que modo se deverá encará-lo e tratá-lo se como político, económico ou social? De pronto, José Manuel Moreno considerou essa prática como tendo cunho "político e de negócio".

Indo um pouco mais fundo, referiu que sente que "existem, por detrás, algumas forças políticas que não interessa dizer aqui quem que estarão a incitar as pessoas para a ocupação de terrenos, usando meios violentos inclusive".

Para o Administrador de Viana, "alguns partidos estão a ver isso numa perspectiva de longo e médio prazo, de eleições autárquicas.

Se eles tiverem aqui os seus apoiantes em grande número, se calhar terão mais votos e então, acho que algumas forças estão a incitar as pessoas a deixarem o interior de algumas províncias para se fixarem em Luanda, nessa perspectiva de presença política".

Essa sua leitura baseia-se no facto de que, "grande parte das pessoas que estão a ocupar os terrenos são provenientes de várias paragens do interior país". É verdade que, disse ainda, a circulação de pessoas e bens é livre e nos termos da lei, o cidadão angolano deve viver onde se sentir melhor.

Mas, no seu entendimento, "não é normal que haja este fluxo migratório tão grande e em tão pouco tempo para Luanda, quando o país já tem paz e há oportunidades de trabalho no interior, por exemplo na agricultura, até porque toda a gente sabe que somos um país potencialmente agrícola".

"As pessoas do campo devem ser motivadas a fazer a agricultura, porque temos muita terra fértil, muita água e o país não pode ser feito só com comerciantes", defendeu a terminar José Manuel Moreno para quem Angola "tem de ter cidadãos produtores, porque se assim não for, não se sabe que país teremos no futuro".

7.29 Administrador do Cazenga anuncia demolição de casas

Jornal de Angola
28 De Março de 2013

O administrador municipal do Cazenga anunciou ontem, em Luanda, a demolição de todas as habitações e lojas construídas por cima de colectores na zona do Cazenga. Falando à imprensa, Victor

Narciso afirmou que a solução para acabar com as inundações no Cazenga passa pela recuperação do maior colector que permite escoar as águas residuais na vala de drenagem existente nas imediações da Congeral. "Houve oportunismo por parte de alguns moradores que aumentaram os quintais, construindo em cima dos colectores", disse. Sublinhou que o Executivo vai trabalhar para que a situação volte à normalidade, pondo os colectores, condutas e sarjetas a funcionar, uma vez que se estão a fazer as ligações domiciliárias para a água potável. A maior parte nas zonas inundadas é resultado do abuso de alguns cidadãos que construíram por cima das linhas de água e depositam o lixo nas valas de drenagem, interrompendo a passagem e circulação das águas. O Cazenga é um dos sete municípios da província de Luanda e possui uma população calculada em dois milhões de habitantes.

7.30 Agricultura afronta o PR e o conselho de ministros

Semanário Angolense
30 De Março de 2013

O Ministério da Agricultura está a ser acusado, por um grupo de Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, de tentativa de esbulho de uma extensão territorial que lhes foi cedido pelo Estado angolano, através do Decreto Presidencial n.19/07, de 26 de Novembro, assim como o despacho do Conselho de Ministros exarado para o efeito, soube o Semanário Angolense das vítimas.

A história remonta ao ano de 1985 e visou beneficiar um grupo de deslocados de guerra, antigos combatentes e veteranos da pátria provenientes das províncias do Moxico, de Malange, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul e o Kuando Kubango.

A Secretaria dos Assuntos Sociais, sob orientação de Lúcio Lara, então ministro da Defesa, indicou a antiga base dos soldados do ANC e da SWAPO, no Bairro do Bitá Tanque, comuna do Benfica, atualmente município de Belas, para então desenvolverem atividades agrícolas e pecuária para a sua subsistência.

Segundo uma exposição dos antigos militares, a que o SA teve acesso, a incorporação feita ao longo dos anos fez com que a comunidade crescesse de maneira súbita, sendo integrada por naturais, deslocados de guerra, desmobilizados, bem como descendentes.

Durante esse lapso de tempo, a maioria deles transformou o campo em lavras, de onde há décadas têm vindo a tirar o seu sustento para, além de lá

habitarem, sem que tivessem recebido uma comunicação ou informação de que o espaço em referência fosse pertença de outrem.

Em 26 de Novembro de 2007, foi publicado o Despacho n. 19/07, do presidente da República, cujo teor transcrevemos a seguir:

«Tendo em conta que o Estado Angolano, em reconhecimento dos sacrifícios consentidos pelos Antigos Combatentes durante a luta de libertação nacional, assumiu como seu dever de honra a proteção, em regime especial, dos interesses e direitos desse estrato da nossa população.

Considerando que, ao longo dos anos pós-independência, o Governo foi cedendo espaços, terrenos e imóveis em diferentes regiões para albergar Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, sob controlo direto do sector de tutela.

Em localidades tais como o Ramiros, Bíta-Tanque, Capalanca 11 (em Viana), Karnissornbo, na Lunda-Norte, Fazenda América - Kwanza-Sul, Moxico, Kuando Kubango e outras localidades.

Havendo necessidade de se tomar medidas no sentido de salvaguardar a proteção, em regime especial, das referidas localidades e imóveis, nos termos do artigo 74.º Da Lei Constitucional, determino: É criado o Grupo Técnico de Proteção Especial dos Espaços ou Localidades Atribuídos aos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra da Luta de Libertação Nacional, sendo o Grupo Coordenado por Clemente Cunjuca.»

O despacho permitiu que os antigos combatentes se sentissem confortáveis na localidade. Para o espanto da comunidade, em Março de 2010, foi colocada no local, uma placa pertencente a uma empresa, denominada SOQUILIR, LDA, com o Título de Concessão de Terras N.º 204/DP/ DNDR2004.

O representante de tal firma, conhecido por eles apenas como Leonel, fez-se ao local na companhia de um oficial do Exército na reserva identificado, por Rui Fortes, o 2.º Comandante Municipal da Polícia Nacional de Viana.

Estes nas vestes de testemunhas de que o terreno em causa, numa extensão de 435,33 hectares, era pertença da empresa em causa, desde 2004.

Segundo os dados obtidos por este jornal na comunidade do Bíta-Tanque, após a publicação do Decreto n.º 65/07, de 13 de Agosto, pelo Conselho de Ministros, que considerou a área reserva do Estado, para o espaço em questão está projetado, que

o Consórcio Comandante Loy irá desenvolver no local o «Projecto Kussanguluka».

Um projecto imobiliário destinado a apoiar os Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Viúvas e Comunidades, cuja primeira pedra foi lançada no dia 30 de Junho de 2011, pelo então governador Provincial de Luanda.

Depois de o processo ter passado pela Administração Municipal de Viana, que terá dado o dito por não dito, Zaca Moreno «sacudiu» a água do capote, propondo a tramitação do processo de Viana para o município de Belas, no quadro da nova divisão administrativa.

Na Administração de Belas, correu trâmites, com a audição das partes envolvidas, tendo-se decidido, no seu auto de conclusão do processo de litígio n.º 126/SJGJ/12, datado de 11 de Setembro de 2012, pelo reconhecimento legal à empresa Soquilir, Lda, por mais dois anos, baseando-se no Título de Concessão de Terra em regime limitado N.º 204/DP/ DNDR/2004.

Ato contínuo, a Administração Municipal de Belas emitiu, ao 12 de Dezembro de 2012, o Auto de demolição das edificações dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, sob o N.º 126/SJGJ/2012, referindo-se aos heróis da pátria como «cidadãos não identificados.»

Este facto deixou muitos desses Antigos Combatentes sem teto, questionando que poder tem o Ministério da Agricultura para anular o Despacho do presidente da República 19/07, e o decreto 67/07, do Conselho de Ministros.

Num processo em que o MPLA-Partido do Trabalho aparece como entidade que cedeu mais de 2.500 hectares a esta empresa, contactada por esta publicação para dar a sua versão dos factos, a direção da SOQUILIR, LDA respondeu que está no local «legalmente desde 1991», de acordo com a documentação em a sua posse.

A direção «reconheceu que houve, de 1991 até 1993, a recolocação de refugiados do Moxico, na comuna do Bíta Tanque, onde lhes foram atribuídos terrenos.

A medida que o tempo foi passando, as pessoas foram-se organizando em associação e tiveram um coordenador, de nome «Silêncio» em 1995.» Acrescentou haviam em 1991, 1992, 1993 e 1994, várias infraestruturas, umas reconstruídas e outras construídas por ela.

Para a SOQUILIR, LDA, «os ditos Antigos Combatentes apresentam o Despacho Presidencial

19/07, mas este é a posterior à nossa estada ali, portanto, aqui não se aplica o Despacho. Estamos a falar de um espaço em que temos autorização para trabalhar desde 1991.»

«Os Antigos Combatentes não passam de invasores, porque queimaram todos os nossos haveres, correram com o nosso pessoal de segurança e têm vindo sempre a nos criar dificuldades no desenvolvimento das nossas actividades», lamentou.

Apontou que existe «muita gente do Governo que está lá e que ocupou o nosso terreno e nós não estamos a fazer confusão, mas queremos que nos deixem sossegados com o pouco que temos.

Por que razão não ocupam outros terrenos que se encontram baldios e mexem simplesmente no pouco que ficou? Porque não vão ocupar outros terrenos», desabafou.

Disse terem os documentos do terreno há mais de 20 anos, não sendo por isso lógico que as pessoas tentem «apresentar subterfúgios» para tentarem ocupar o que considera deles.

7.31 Ocupação de terrenos em Benguela

A capital

30 De Março de 2013

A província de Benguela regista também um foco de tensão social envolvendo ex-militares. A diferença é que as manifestações são levadas a cabo de forma silenciosa. Pelo menos longe dos holofotes da opinião pública e da generalidade da comunicação social.

Antigos efetivos do extinto Ministério da Segurança do Estado (MINSE) ocuparam parcelas de terrenos na zona do Uche, arredores da cidade de Benguela, em resposta aos sucessivos atrasos no pagamento das suas pensões.

Questionados sobre as facilidades encontradas, sabendo-se que várias tentativas de ocupação não passaram disso mesmo, disseram que a passividade do Governo de Benguela estará a significar o reconhecimento de que há, efetivamente, muita coisa em falta em relação aos direitos desta franja da sociedade.

«Estamos já a criar condições financeiras para a vedação e loteamento. Cada um deposita 5 mil Kwanzas na conta da ASPAR Acção Social para a Reintegração - domiciliada no BCI», contaram. Não

pueram, todavia, revelar a dimensão da parcela conseguida, nem tão pouco o número de ocupantes.

Benguela, refira-se, controla cerca de 1500 ex-funcionários do MINSE, que têm vindo a manifestar desagrado face ao que chamam de «más condições de vida». Esta situação acontece numa altura em que a ASPAR, associação que dialoga com as autoridades, tem um novo presidente.

Trata-se de Paulo Rangel, ex-deputado, que sucede a José Pedro, bastante contestado por «militares de carreira» que não viam na sua gestão qualquer ato que fizesse surgir luz ao fundo do túnel.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Moradores do Gindungo abandonados á sua sorte

Angolense
01 De Março de 2013

O bairro Gindungo está situado entre os Mulenvos a norte e a estalagem, sendo que o nome deriva de uma horta de Gindungo que se localizava naqueles arredores nos anos 70. A população daquele bairro é maioritariamente jovem e, sobretudo, desempregada, sendo que sobrevive a base do pequeno comércio e de trabalhos precários.

Esperança Cadete, de 52 anos de idade, uma das moradoras do bairro há mais de dez anos, refere que a falta de água e energia eléctrica é uma das situações que mais a preocupa.

"Não temos energia eléctrica desde a criação do bairro, não bebemos água fresca, não conseguimos comprar comida a grosso e temos que recorrer aos mercados informais, portanto, gasta-se muito dinheiro", lamentou.

Sem soluções à vista, de acordo com Esperança Cadete, membros da comunidade endereçaram uma carta ao administrador municipal de Viana a descrever a situação em que estão mergulhados.

A carta, segundo fez saber, não obteve qualquer resposta por parte das autoridades locais, uma informação partilhada por Manuel Domingos António, um dos moradores que faz o papel de coordenador do bairro devido a "moleza" dos ditos representantes da comunidade, neste caso, os coordenadores.

"Sentimo-nos abandonados e nunca recebemos a visita de qualquer responsável a nível do município", disse, acrescentando que, "temos muitas dificuldades, mas outros quarteirões beneficiam do apoio do estado.

Na última reunião que tivemos com à direcção da EDEL Viana, recebemos garantias de que iríamos beneficiar de um PT mas até agora a situação continua na mesma", denunciou.

Para Henrique Inácio, de 32 anos de idade, a principal dificuldade é a falta de escolas que permitam as crianças a prosseguirem com os seus estudos depois de transitarem de classe. "As crianças do bairro estudam

até a sexta classe em dois períodos, o período noturno é inexistente por falta de energia eléctrica.

Para além disso, não temos contentor para depositar o lixo', enumerou. Apesar do programa "água para todos", o centro de captação e tratamento de água está situado no referido município e a tubagem ter passado alguns Km-9B, aqueles populares continuam privados do precioso líquido, sendo que a água consumida é através dos chamados tanques, chegando o recipiente de vinte litros a custar cento e vinte kwanzas.

8.2 Combate à cólera depende da água potável

Agora
02 De Março de 2013

Falando à margem da reunião semanal da Comissão de Controlo da Cólera, o governante afirmou que enquanto a água a ser distribuída à população for insuficiente e haver amontoados de lixo nas comunidades, não se conseguirá eliminar a cólera.

A título de exemplo, apontou que há quatro anos atrás o Executivo distribuiu 500 cisternas para a distribuição de água nas comunidades mais carenciadas e orientou a construção de chafarizes, no âmbito de uma epidemia que assolava o país.

Mas, acrescentou, o programa de construção de chafarizes não teve o sucesso que se pretendia porque não foram construídos em número suficiente, mas as cisternas foram distribuindo água e conseguiu-se, naquela altura, conter a propagação da doença.

"Daí em diante, a população deixou de receber água potável suficiente, o que à leva a recorrer a lugares cujo líquido não apresenta boa qualidade para o consumo", frisou. A Província de Luanda, debate-se neste momento com um surto de cólera, que assola o bairro Zango, no Município de Viana, e apenas está a receber um abastecimento de água que ronda os 50 por cento, obrigando a população ao uso de água bruta.

De acordo com o Ministro, os problemas estão bem identificados, sendo necessário, porém, atacá-los com urgência, não só em Luanda mas, também em Malange e Cunene que tem tido períodos de seca e também de muita chuva, estando propensas a cólera.

José Van-Dúnem sublinhou que pelouro tem técnicos nas comunidades, que distribuem e ensinam o uso do soro caseiro para que aqueles que não possam ir a um centro médico rapidamente usem esta alternativa até chegarem ao atendimento médico.

"As mortes por cólera diminuíram mas, ainda há muito por fazer, pois Angola continua a liderar a lista de países da região onde a doença mais se propaga", sublinhou o titular da Saúde, apelando a união de esforços para o combate da doença.

Do dia 31 de Dezembro de 2012 a 24 de Fevereiro deste ano, foram notificados em todo o país 610 casos de cólera.

8.3 Construção de latrinas comunitárias nos municípios

Jornal de Angola
02 De Março de 2013

As comunidades de Ondjiva, província do Cunene, vão expandir este ano, nos municípios do Curoca, Cahama e Cuvelai, a construção de latrinas comunitárias para acabar com as fezes ao ar livre e estimular a higiene, para uma vida saudável.

A actividade insere-se no programa de Saneamento Total liderado pelas Comunidades (STLC), que é desenvolvido, há já algum tempo, nos municípios da província do Cunene.

O coordenador adjunto do programa, promovido pela Organização Não-Governamental Ajuda de Desenvolvimento do Povo para Povo (ADPP), José Chimuco Agostinho, declarou na quinta-feira à Angop que a disseminação de latrinas comunitárias é uma forma de preservar a saúde das famílias.

A construção de latrinas nos municípios do Curoca, Cahama e Cuvelai vai ser antecedida de um levantamento, que vai apurar o número de famílias e determinar o número de latrinas necessárias, um gesto que vai melhorar a saúde das comunidades rurais, além de criar um novo hábito educativo nas pessoas, com o objetivo de se evitar doenças, sublinhou o coordenador José Chimuco Agostinho.

O programa, que arrancou em Novembro de 2011, já foi aplicado nos municípios de Cuanhama, Ombadja e Namacunde, onde foram erguidas 15 mil latrinas das 18 mil inicialmente previstas.

José Chimuco Agostinho frisou que, no âmbito do programa, foram realizadas ações de sensibilização nas igrejas, escolas e áreas de maior concentração populacional, sobre os métodos de prevenção das doenças transmissíveis.

8.4 Mais água potável no Huambo

Jornal de Angola
02 De Março de 2013

Pela primeira vez, a população daquele sector passa a consumir água potável através do sistema montado na localidade e deixa de utilizar as cacimbas e rios. A infra-estrutura custou mais de seis milhões de kwanzas e funciona com um painel solar 24 horas ao dia.

O vice-governador do Huambo para o sector Político e Social, que efetuou uma visita de algumas horas à localidade, disse que a montagem de sistemas de captação e distribuição de água às localidades distantes, aldeias e bairros periféricos das cidades, está entre as prioridades do Executivo.

O soba da circunscrição, Herculano Nunda, referiu que há muito tempo que a população não consumia água potável, socorrendo-se basicamente das cacimbas. "Agora estamos mais seguros e já não vamos ter problemas de água potável na localidade, principalmente na época de cacimbo", considerou.

O director provincial de Energia e Água, Jorge Andrade, esclareceu que com a inauguração do sistema de distribuição de água, a população deixa de percorrer longas distâncias à procura do líquido. Além do sistema de captação e tratamento de água, a população de Catenguenha passa a contar também com uma nova escola primária, com capacidade para albergar 400.

8.5 Anunciada a contratação de empresas

Jornal de Angola
05 De Março de 2013

João Baptista Borges, que concluiu domingo uma visita de trabalho de três dias à província do Uíge para avaliar o sector, garantiu que a criação destas empresas "vai imprimir uma nova dinâmica no funcionamento dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável às comunidades rurais".

"Foi aprovada recentemente a criação de um conjunto de oito empresas para o sector das águas. Esperamos que estas empresas consigam fazer a manutenção dos sistemas de águas que são montados quer no âmbito municipal quer no quadro do programa Água para todos, disse.

O ministro da Energia e Águas reconheceu que existem debilidades no funcionamento dos sistemas de água instalados na cidade do Uíge e garantiu maior

apoio do Ministério de tutela. O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, garantiu que a partir deste mês a população do Uíge poderá ver as suas dificuldades ultrapassadas em matéria de abastecimento de água.

"Vamos melhorar, a curto prazo, os sistemas de abastecimento de água, com vista a diminuir o índice de doenças no seio das comunidades da região", disse depois de identificar o trabalho que o sector leva a cabo na província. O ministro, que avaliou na província do Uíge o andamento de diversos projectos ligados ao sector, visitou os municípios de Negaje.

Bungo, Damba e Maquela do Zombo, onde se inteirou da situação do fornecimento de energia e água à população das comunidades. Em Maquela do Zombo, onde visitou a subestação de energia eléctrica, o governante encorajou os trabalhadores para a aplicação de normas de segurança no trabalho, visando o melhoramento dos serviços prestados à população.

O ministro garantiu também a extensão, sem revelar o prazo, da rede de energia de Capanda para as sedes dos municípios do Bungo, Damba e Mucaba, por onde passa a rede de distribuição de energia para Maquela do Zombo. João Baptista Borges inteirou-se do funcionamento do sector na sede da província, depois de radiografar o município de Mucaba. O Programa "Água para Todos" foi criado para ampliar a oferta e o acesso nos meios urbanos e rural. A sua execução está a ajudar a população de localidades mais recônditas a ter acesso à água tratada. O programa "Água para Todos" foi lançado no Bengo, pelo Presidente da República e Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos.

A expansão do referido programa em todas as localidades está a atingir níveis que satisfazem as previsões estabelecidas pelo Ministério da Energia e Águas.

8.6 Bairros suburbanos da cidade do Cuito dispõem de água

Jornal de Angola
05 De Março de 2013

Vários sistemas de captação e distribuição de água foram construídos em todos os municípios da província do Bié com o objetivo de diminuir as doenças provenientes da má qualidade do precioso líquido, anunciou o director provincial da Energia e Água.

Abel Guerra Paulo referiu que os bairros periféricos do Cuito já possuem canalização de água potável e lembrou que as residências que atualmente não possuem canalização são aquelas cujos contratos não foram estabelecidos junto do sector das Águas.

No entanto, informou que consta dos planos do Governo Provincial, a instalação de grupos geradores em diversos pontos da província, para manter a iluminação pública, assim como domiciliar nas sedes municipais e comunais.

O governo da província do Bié vai igualmente investir na formação de quadros do sector da Energia e Águas para que possam prestar um serviço mais condigno e lidar com as novas tecnologias.

Abel Guerra Paulo admitiu que, em muitos casos, registam-se avarias no sistema de tratamento de água e energia eléctrica devido ao mau manuseamento dos equipamentos por parte de operadores sem formação, razão pela qual considera bem-vindos os cursos de especialização dos seus funcionários.

"O sector investe na compra de equipamentos que custam valores avultados aos cofres do Estado, daí a necessidade de se apostar na formação de quadros para a preservação destes meios, pois de resto torna-se difícil", notou.

8.7 Água potável é distribuída a mais casas

Jornal de Angola
07 De Março de 2013

Novas ligações domiciliárias são feitas no município do Cazenga na sequência da ampliação do reservatório de água potável, informou terça-feira o administrador Victor Narciso. O administrador do Cazenga disse que a ampliação do reservatório garante 216.000 ligações domiciliárias no município do Cazenga, um dos maiores da província de Luanda.

O alto responsável do município do Cazenga referiu que o projecto de ligações domiciliárias está bastante avançado permitiu a realização, até agora, de 20 mil ligações nos bairros Adriano Moreira, Cariango e Vila Flor. Victor Narciso alertou para a necessidade de se acabar com o desperdício de água potável em muitas casas.

Em função da atitude de alguns moradores, disse, há a necessidade da realização de um programa de educação cívica nas comunidades do município do Cazenga. O contrato da empreitada para a requalificação e ampliação da capacidade de reserva

de água no centro de distribuição do município do Cazenga foi aprovado no dia 27 de Fevereiro.

O contrato diz respeito a um programa destinado a aumentar a oferta de água potável às populações das zonas residenciais e industriais do Cazenga e arredores Além do Cazenga, outros municípios de Luanda beneficiam de novas ligações domiciliárias, fruto dos investimentos da EPAL.

8.8 Cerca de 23% da mortalidade infantil em Angola é causada por doenças diarreicas

O Continente

08 De Março de 2013

"Monitoria e Avaliação do Saneamento Total Liderado pela Comunidade e Escolas" é o tema do seminário realizado de 5 a 7 deste mês, em Luanda, pelo Ministério do Ambiente em parceria com a UNICEF. Beneficiaram desta acção formativa, que contou com o financiamento da União Europeia e o Fundo MDG, os parceiros dos governos provinciais da Huíla, Cunene, Bié, Moxico, Luanda e da sociedade civil.

O encontro teve como objetivo promover a melhoria do saneamento nas comunidades e escolas e, acabar com as mortes por doenças diarreicas. De acordo com nota distribuída à imprensa, a UNICEF sublinha que, apesar dos esforços significativos que o Governo e os seus parceiros têm vindo a desenvolver para a melhoria da oferta de água potável às populações e a melhoria do saneamento, milhares de crianças angolanas continuam a perder a vida devido às doenças diarreicas, causadas pela falta de acesso à água tratada em quantidade e qualidade e saneamento adequado.

Ainda de acordo com aquela organização internacional, o ambiente sanitário em Angola é, ainda, propício a epidemias de cólera e de outras doenças de transmissão feco-oral, tais como a diarreia, pólio e a febre tifóide. Segundo dados das autoridades sanitárias, cerca de 23 % da mortalidade infantil no país é causada por doenças diarreicas e a cada ano em Angola, são registados de 1.4 a 2 milhões de casos de diarreias, dos quais cerca de um terço são crianças menores de cinco anos de idade.

O Saneamento Total Liderado pela Comunidade e Escolas (STLC/E) é um programa que visa dotar os cidadãos de conhecimentos e responsabilidades com relação ao saneamento a necessidade de eliminar a defecação ao ar livre, bem como de atitudes e comportamentos mais saudáveis.

O seminário sobre o STLC/E, realizado esta semana, visou, igualmente, avaliar o nível de implementação deste programa, a expansão do mercado de saneamento em Luanda, bem como a sustentabilidade das iniciativas de Saneamento Total Liderado pela Comunidade e Escolas.

Por seu turno, o Ministério da Saúde realiza, de 18 a 23 deste mês, em Benguela, o seu 22^a Conselho Consultivo, sob o lema "A saúde: um compromisso de todos". O encontro tem como propósito, apresentar orientações para a prossecução dos objectivos e metas fixados para o sector da Saúde a curto, médio e a longo prazo.

De acordo com uma nota de imprensa, o conclave constitui uma oportunidade para harmonizar todas as grandes linhas traçadas pelo Executivo no Programa Nacional de Saúde 2012 - 2025 e o Programa do Executivo para o Sector 2012 - 2017, com os Planos Provinciais e Municipais, bem como enfatizar a importância da monitorização dos respectivos planos.

"Constitui, também, uma oportunidade para dinamizar o diálogo e o intercâmbio entre gestores e quadros da Saúde de todas as províncias, assim como para convidar responsáveis do Executivo, de outras instituições e parceiros a partilharem a sua experiência, visão e perspectiva para o reforço do Sistema Nacional de Saúde e do seu impacto sobre a saúde e bem-estar das populações".

Diz o documento, onde pode-se ler também que o lema proposto "Mais e Melhor Saúde", bem como o lema: "Saúde, um compromisso para todos" visam proporcionar maior envolvimento dos profissionais da saúde e de todos os outros atores com influência direta ou indireta na luta por uma melhor saúde num renovado esforço para se atingirem as metas e objectivos estabelecidos.

O vice-presidente da República, Manuel Vicente, foi escolhido para presidir a Comissão de Honras deste 22^a Conselho Consultivo, que será dominado por temas ligados a novas orientações metodológicas.

8.9 Mais água potável na sede da comuna

Jornal de Angola

08 De Março de 2013

O empreendimento está orçado em mais de 72 milhões de kwanzas e as obras devem terminar em Junho próximo, segundo garantias da Angolaca, a

empresa de construção civil e engenharia responsável pela empreitada.

O administrador da Quihita, Domingos Benedito, explicou que, nos últimos cinco anos, na localidade, foram construídas várias infra-estruturas sociais, nomeadamente escolas, unidades sanitárias, sistemas de distribuição de água e de energia, mangas para a vacinação do gado e tanques banheiros.

Domingos Benedito acrescentou que a comuna conta agora com mais três escolas, com um total de dez salas, o que permitiu a inserção, este ano, de mais de 420 alunos. Nas povoações de Migue, Missão e Capandi foram erguidas residências para professores. Os bairros Nombuaneno e Missão ganharam postos de saúde e residências para enfermeiros, o que permitiu uma redução significativa de patologias que afetavam a população, sobretudo o paludismo e as diarreias agudas.

"Na sede da comuna foi instalada uma nova rede de baixa tensão, construída uma manga de vacinação e reabilitado o açude e respectiva vala de irrigação de cinco quilómetros", referiu Domingos Benedito.

O abastecimento de água potável aos habitantes das localidades e Tchicutiti e Lufinda, município da Chibia, foi reforçado com a inauguração de dois novos sistemas de captação, tratamento e distribuição, que vão beneficiar um total de cinco mil consumidores. Inaugurados pelo governador João Marcelino Tchippingue, os novos sistemas estão equipados com um sistema capaz de retirar água até uma profundidade de 40 metros e de bombear cinco mil metros cúbicos por hora.

Os sistemas de captação funcionam com painéis solares e estão acoplados a dois chafarizes. Além da abertura de novos chafarizes, também foram construídas várias lavandarias. O administrador da Lufinda, Honorato Almeida, disse que, atualmente, a comuna possui quatro fontenários. Um total de 19 residências já dispõe de ligações domiciliárias, no âmbito do projecto "Água para Todos".

8.10 Responsáveis das Águas aumentam conhecimentos

Jornal de Angola
14 De Março de 2013

Os responsáveis do sector das Águas de várias províncias participam desde ontem, em Luanda, numa formação sobre as medidas de segurança e ambiente nas obras destinadas à implantação dos sistemas de abastecimento. A formação, que encerra

amanhã, é promovida pela Direção Nacional das Águas em parceria com o Banco Mundial.

A formadora Alexandrina Pires afirmou que o ciclo formativo faz parte do Projecto de Desenvolvimento Institucional do sector das Águas, que pretende melhorar a atuação dos técnicos durante a supervisão das obras, realizadas pelas empresas privadas, contratadas pelo Estado.

Apontou o uso de ferramentas e máquinas ruidosas sem proteções e a permanência em áreas com oxigénio insuficiente como fatores causadores de acidentes. "A formação visa identificar os principais riscos no trabalho e o cumprimento da legislação sanitária e segurança durante as empreitadas", explicou.

Após a conclusão da formação, os técnicos vão receber um documento que define as medidas de prevenção e segurança. Para a formadora, as medidas permitem aos técnicos de operações do sector das Águas supervisionar as obras incumbidas aos empreiteiros.

O responsável do departamento de Águas do Kwanza-Norte, Silvestre Domingos Zangue, garantiu que as noções sobre segurança e ambiente vão prevenir acidentes. "A formação vai ajudar os técnicos do laboratório de qualidade da água a estarem mais seguros durante a realização das análises", referiu a formadora.

Participam na acção de formação responsáveis dos departamentos e técnicos de operações do sector das Águas das províncias do Uíge, Kwanza Norte, Huíla, Zaire, Moxico, Malange, Kuando-Kubango, Bié e Huambo.

8.11 Camiões cisterna andam sumidos

Semanário factual
De 16 a 23 De Março de 2013

O Factual visitou alguns municípios com o objetivo de se inteirar do funcionamento dos camiões, tendo em conta algumas denúncias recebidas pelo Factual, bem como os novos casos de cólera que têm ocorrido em alguns municípios de Luanda, com destaque para o município de Viana.

Quanto às denúncias destacam-se a privatização de alguns veículos, como a não distribuição de água potável à população de forma gratuita, facto que leva muitas pessoas a recorrer a lugares cujo líquido não apresenta boa qualidade para o consumo.

Em consequência há o aparecimento novos casos de cólera, segundo constatou o Factual, em vários bairros de Luanda, o abastecimento de água potável ainda é debilitado, o que obriga muitos moradores a recorrerem aos camiões cisternas particulares.

Por outro lado, a privatização dos camiões cisternas administrativos distribuídos pelo executivo dificulta o acesso fácil ao precioso líquido. Paulo António, morador do bairro da Terra Vermelha, no Cazenga, falou que muitas vezes os funcionários da administração fazem a venda da água.

"Nós sabemos que os camiões cisternas devem distribuir água de forma gratuita às comunidades, mas isso não tem acontecido.

Às vezes, temos de desembolsar cerca de 250 kwanzas por cem litros de água", esclareceu o morador. Para mais esclarecimentos, o Factual contactou o administrador do município do Cazenga, Victor Nataniel Narciso (fany Narciso).

Questionado sobre a funcionalidade dos camiões cisternas a nível do município, Victor Narciso falou que o município recebeu oito camiões cisternas. O administrador referiu ainda que o pleno funcionamento dos veículos depende muito dos motoristas.

"Graças aos motoristas, os camiões estão sempre a funcionar, pois são eles que compram as peças e reparam as viaturas, Podemos dizer que, no município do Cazenga, dos oitos camiões cisternas estão em funcionamento seis", explicou.

Segundo Victor Narciso, as três comunas Cazenga, Hoji ya Henda e Tala Hadi têm uma viatura cada, disponível para a distribuição de água potável gratuitamente. Para a repartição municipal da saúde foram disponibilizadas duas viaturas no sentido de assistir os hospitais e os centros de saúde do município.

Já a administração municipal conta com uma viatura. No que toca à construção de chafarizes, Victor Narciso explicou que e município se encontra bem, face à inauguração em 2007, de 250 chafarizes.

Questionado sobre e não funcionamento destes chafarizes, o administrador falou que" cerca de 50 chafarizes não funcionam a nível do município, devido a uma falha de ligação na conduta na zona de Kalawenda por parte da empresa adjudicada.

Por outro lado, o administrador mostrou-se preocupado com a falta de manutenção dos chafarizes por parte da Empresa Pública de Aguas de

Luanda (EPAL), bem como pelo desvio das condutas efetuados por alguns munícipes.

Tendo em conta os casos de cólera que Luanda tem registado nos últimos meses, o administrador Victor Narciso afirmou que "olha, primeiro quero dizer que se o município do Cazenga não tem cólera é grande sorte, tendo em conta a característica do nosso município".

Segundo o administrador, o município do Cazenga tem 38.8 quilómetros quadrados e dois milhões de habitantes. E o município com urna capacidade elevada a nível de produção de lixo e debate-se ainda com grandes problemas a nível do sistema de esgoto, factos que o leva a considera ser uma grande sorte o município não ser assolado por um surto de cólera.

Por outro lado, Victor Narciso falou que "felizmente, com algumas medidas que temos estado a tomar, como a recolha do lixo e a distribuição de água potável, conseguimos, até o momento, travar com que esta nova onda de cólera chegasse ao nosso município".

Após o município do Cazenga, o Factual rumou para o município de Viana, seguro de ter acesso a um esclarecimento, visto que o município está a ser assolado por uma nova onda de cólera.

O semanário chegou à administração do município satélite às 11 horas e 30 minutos de terça-feira, 12, tendo-se dirigido à área do CDI, Centro de Documentação e Informação) onde ninguém se encontrava.

Face a esta situação, a equipa dirigiu-se à secretária do administrador, Zeca Moreno, a quem expusemos o assunto da estada naquele município.

Por sua vez, a secretaria do administrador municipal de Viana explicou que o assunto sobre a recepção dos camiões cisternas distribuídos pelo Executivo, no âmbito da contenção da propagação da cólera em 2010, é da responsabilidade da repartição municipal da saúde.

A equipa rumou, então, para a repartição municipal da saúde de Viana, onde, em primeira vista, foi possível constatar a falta de condições infraestruturais para que um departamento tão importante aí funcionasse. No contacto com a diretora da repartição municipal da saúde de Viana, Ana Paula Barbeiro, esta afirmou que o assunto não é da sua responsabilidade. Indagada se a sua repartição dispõe de uma viatura para o abastecimento de água potável aos hospitais e centros de saúde do município, Ana Barbeiro afirmou que não tem nada a declarar, sem uma prévia orientação da administração municipal.

8.12 Limpeza e saneamento básico na ordem do dia

O Independente

16 De Março de 2013

Cidadãos residentes no município de Viana, em Luanda, reconheceram, esta quarta-feira, a importância da realização de campanhas de limpeza nas comunidades para a diminuição dos resíduos sólidos, como forma de manter a higiene para a saúde pública. Os munícipes reconhecem que quando os moradores se reúnem para realizar campanhas de limpeza diminuem os casos de paludismo e as diarreias agudas, assim como garante a redução de gastos para os cofres do estado. O morador do bairro da Estalagem, Francisco Machai, afirmou que a união e compreensão dos residentes na mesma área são muito importantes, na medida em que podem concertar ideias sobre a melhor maneira de manter o saneamento do meio sem depender da administração local e com poucos gastos. Neste contexto, adiantou o munícipe, organizar campanhas de sensibilização e limpeza com os vizinhos para a luta contra a malária e entulhar os charcos de águas paradas é um trabalho para o bem de todos, pois não se pode esperar que o governo o faça. A munícipe Maria de Lourdes informou que varre todos os dias o seu quintal e a rua em frente a sua casa e aconselha os demais morado que façam o mesmo, para diminuir os resíduos sólidos que são depositados de qualquer forma nas ruas. "Todos os dias surgem bairros novos e o número de habitantes do município de Viana está a crescer muito", fez saber o cidadão Mário Conde, ao realçar que a limpeza nas comunidades é importante e para tal é necessário um trabalho abnegado de todos. Enterrar e queimar o lixo foram apontados por Maria Josefa como um dos métodos para se desfazer do lixo, já que os veículos da empresa responsável pela recolha e transporte dos resíduos as vezes falham. Por seu turno Imaculada da Conceição apelou a comunidade a engajar-se na limpeza das suas áreas de residência, e não só, para que diminuam cada vez mais as doenças como O paludismo e a cólera.

Maianga encerra oficinas

Oito oficinas ilegais que funcionavam ao longo da via pública na rua do campo do Interclub, localizado no Morro da Luz, no distrito urbano da Maianga, foram recentemente encerradas pela administração local. Segundo o chefe da Unidade Técnica da Maianga, Júlio Raimundo, as oficinas estavam a funcionar em passeios e junto da estrada, criando muitos constrangimentos aos automobilistas e aos peões. "O poder local está atento a esta situação, para acabar com estes locais impróprios para a reparação de

viaturas. Estas viaturas produzem também muitos resíduos sólidos e não proporcionam uma higiene aceitável nestes locais", referiu. Júlio Raimundo informou que do inquérito feito nas redondezas foi possível identificar que os proprietários das oficinas não são moradores do distrito urbano da Maianga, mas de áreas como o Kilamba Kiaxi e Cazenga. A Maianga tem uma população estimada em 852 mil e 271 habitantes, distribuída pelas áreas da Maianga (sede), Cassequel, Prenda e Rocha Pinto. Limpezas das valas de drenagem As autoridades da com una da Kinanga, distrito urbano da Ingombota, em Luanda, estão a realizar, desde o princípio deste mês, trabalhos de sensibilização dos moradores residentes ao longo das valas de drenagem do Rio Seco. A intenção é levar a população a compreender e colaborar com as autoridades na execução das medidas em curso tendentes a evitar o depósito de resíduos sólidos, evitando os problemas de inundações. Em declarações à Angop, a administradora Estrela Formosa informou que a campanha decorre em simultâneo com a realização de ações de limpeza nos troços das valas de drenagem e sarjetas. Para o efeito, avançou, na parte final da vala de acesso ao mar foram retiradas mais de cinco toneladas de resíduos sólidos. A responsável adiantou que o lixo domiciliário e carcaças diversas impediam o escoamento das águas residuais para o mar, causando inundações nesta época chuvosa. Os trabalhos foram feitos pela Elisal em colaboração com a Casa Militar da Presidência da República, para prevenir inundações e evitar o surgimento de doenças devido a acumulação de lixo. Pontualizou que apesar do sistema de recolha de lixo porta-a-porta alguns moradores teimam em deitar lixo e outros resíduos sólidos nas valas de drenagem. A responsável alerta que serão tomadas medidas rigorosas contra os prevaricadores, no âmbito da Lei Quadro das Transgressões Administrativas.

Lixo no Kilamba Kiaxi

O administrador do bairro Palanca, distrito urbano do Kilamba Kiaxi, José Praia Tondela, admitiu que há maior dificuldade na recolha dos resíduos sólidos na circunscrição durante os dias de chuva. Nessa altura existe maior dificuldade de circulação dos camiões basculantes da empresa operadora de lixo. O responsável salientou que as ruas ficam encharcadas com água e lama, mas reconheceu que a situação é provisória, porquanto algumas ruas do bairro serão reparadas. "As ruas E, F, G, H e I estão em obras de restauro e outras se seguirão. Acredito que até a final do próximo ano teremos a maior parte das ruas terciárias reabilitadas, o que facilitará a circulação de viaturas e pessoas", enfatizou. Declarou que a empresa de recolha de resíduos sólidos, Soproenge,

tem feito um trabalho notável, porque, assegurou, os camiões passam diariamente nas diversas ruas e recolhe o lixo nos contentores. Quando à rua Olimpio Macuéria, também conhecida por “Estrada Nova”, reaberta ao trânsito automóvel recentemente, José Tondela fez saber que se perspectiva a criação de uma brigada de limpeza, com ajuda dos empresários locais, com vista ao saneamento da referida rua.

8.13 Estamos cada vez pior

Agora

16 De Março de 2013

Como a foto ilustra, continuamos a viver uma situação crítica no que toca ao acesso e distribuição de água potável.

E nos últimos dias, a situação agravou-se e na sequência disso, aumentaram os casos de cólera. Custa acreditar, porque nos arredores de Luanda existem pelo menos dois rios de caudal permanente. Imagine-se se não tivéssemos.

8.14 Impressão digital

A Capital

30 De Março de 2013

Tolhe-me completamente o coração quando, às primeiras horas da manhã, vejo-me confrontado com uma fila de carregadores, entre homens, mulheres, velhos e até mesmo crianças com pesados alguidares à cabeça.

Visivelmente exaustos pelas léguas que percorrem para a obtenção da água, quando, muitas vezes sem explicação, a Empresa Pública de Água (EPAL) resolve transformar a cidade de Luanda num pequeno Sahara.

Estarrece-me ver atualmente gente nova a viver os mesmos velhos problemas que pareciam ter terminado com o calar das armas. Mera ilusão de óptica. Passam os anos e os problemas não se alteram. É como quem, às pressas, a quem lhe é incumbida a tarefa de limpar a casa.

Simplemente joga toda a sujeira debaixo do tapete. Resultado: a lixeira acaba sempre por transpor toda a cobertura do tapete.

Todos os dias, pelas mais diversas vias, os luandenses, e por arrasto os angolanos, são tomados de assalto por uma nada recomendável dose de informes publicitários qual deles a mais bem

concebida a dar conta de astronómicos investimentos no sector das águas.

Se antes falava-se apenas dos fontenários, hoje por hoje a conversa gira em torno de imponentes infra-estruturas para "crescer mais e distribuir melhor".

Paradoxalmente, quanto mais se fala em investimento no sector das águas, com torneiras reluzentes a jorrarem águas a cântaros, mais dá também a ideia de agudização dos problemas relacionados com o seu fornecimento. Luanda é um caso endémico de uma má concebida política de fornecimento de água potável.

Assim como uma gravidez indesejada, tudo o que se projeta para o sector da água revela-se, mais dia, menos dia, um nado-morto. A montanha, acaba sempre por parir um minúsculo ratinho. A alegria do pobrezinho, como cantou o outro, não dura tanto. É sol de pouca dura.

A EPAL, empresa encarregue pela distribuição do precioso líquido, tem vindo a sucumbir de ano para ano.

É uma verdadeira sombra de si mesma, uma empresa que de estratégica somente tem o facto de submeter os cidadãos a um selvático calvário, como se nela integrasse apenas gente sádica, que apenas atinge o clímax com o sofrimento alheio.

Quando me vejo confrontado com esta sinistra realidade viajo no tempo em que ainda miúdo me via obrigado a abandonar muito cedo a cama.

Sair do Prenda, atravessar estradas agitadas para chegar ao centro da Maianga ou à Samba e conseguir alguma água para matar alguma sede, visto que falar em banho era, senão tanto, quase heresia, tal era o comportamento parcimonioso no consumo da mesma.

A água era não só preciosa, mas também uma raridade, uma joia que se devia guardar a sete chaves, dado o sofrimento e a forma humilhante para a sua aquisição.

Sempre pensei que o problema estava já ultrapassado. Ledo engano. A situação, se não piorou, mantém-se na mesma estaca. O que mudou, de facto, foi, talvez, apenas a forma como encaramos agora o problema.

Ou seja, de tão acostumados com o problema, ignoramo-lo, conformamo-nos. É como quem exala pelas axilas um asqueroso 'kibuzo' e simplesmente não se apercebe da gravidade do seu problema e permanece como se tudo estivesse muito bem, obrigado.

E nisso começo a ficar cada vez mais convencido de que há por aí gente a tomar os cidadãos como qualquer dromedário.

Pois, que os luandenses não passam de protótipos humanos do mamífero que, em condições de profunda escassez, acumula gordura que lhe permite sobreviver e água que acumula na sua corrente sanguínea, onde os seus glóbulos vermelhos podem aumentar em até duzentos por cento o seu volume para acumulá-la.

Mas, contrariamente ao que se pensa, não existirá entre nós camelos. Há gente de carne e osso que pena com quantas penas tem uma galinha para lidar com a situação, mesmo em se tratando de gente acostumada com este cíclico vai e vem de uma água que, em condições normais, deveria ser para todos.

Quem reclama deste péssimo serviço não está certamente a aguardar por algum favor. É tão somente a obrigação do Estado proporcionar o funcionamento em pleno de um serviço que tem estado à anos-luz de agradar quem dele necessita.

Não se trata de um luxo, mas tão só de uma necessidade que não deve estar somente à mercê de alguns.

Lesta a propagandar o seu serviço, a resvalar a ladeira da incompetência, a mesma empresa deveria, também, ter alguma decência e um pouco de vergonha na cara para, ao menos, explicar de forma convincente um problema que se parece com aquelas velhas aritméticas do ensino de base que não tinham solução.

8.15 Administração municipal aposta no sector das águas

Jornal de Angola
20 De Março de 2013

O administrador do município do Golungo Alto, Cirilo Matias Mateus, apontou na segunda-feira o reforço do abastecimento de água como a prioridade do programa de investimentos do Governo, para este ano.

Em declarações à imprensa, no final de um encontro com os membros do Conselho de Auscultação e Concertação Social do município, destinado a apresentar o programa de investimentos locais para o ano de 2013.

Cirilo Matias informou que o reforço do programa de merenda escolar, dos cuidados primários de saúde, a organização produtiva das comunidades e

mobilização social para a cidadania também estão incluídos.

No domínio das infra-estruturas, realçou que, para o ano em curso, esta revista a conclusão do laboratório de tuberculose, afeto ao hospital municipal, a reabilitação de quatro salas de aulas do primeiro ciclo, a conclusão das 50 casas evolutivas além da construção de uma escola de ensino primário com seis salas.

Referiu, ainda, a conclusão das obras do mercado da comuna de Cambondo, localizado na via da Trombeta, na Estrada Nacional 230 considerado um dos principais mercados de produtos agrícolas da província e que acolhe vendedores dos municípios do Golungo Alto, Cambambe e de Cazengo (sede provincial), além de comerciantes da província de Luanda.

Está ainda prevista a conclusão das obras do posto de saúde do sector de Catanga, a reabilitação e ape trechamento da administração comunal de Cambondo e a residência para o respectivo administrador, entre outras ações. Todas estas ações estão inseridas no programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

8.16 Mais água nas torneiras de Arimba e Huíla

Jornal de Angola
20 De Março de 2013

O director técnico da Sela Group, empresa encarregue da execução das obras, João Saraiva, explicou que a filosofia dos dois projectos seguiu a mesma matriz, tendo em vista a distribuição de água potável em casa, através da instalação da rede domiciliar. Quando o projecto terminar, cerca de 90 por cento da população vai ficar abrangida na sede da comuna da Arimba e mais 60 por cento nos vários bairros da localidade.

Na comuna da Huíla, a água vai chegar a todas as casas da sede, uma modalidade diferente daquela em que as populações recebiam o produto através de sondas, lavandarias e infraestruturas coletivas. Para o sucesso do programa, vai ser feita uma redistribuição de água com cerca de 24 mil metros, que abrange 400 casas edificadas na sede da comuna, para um total de oito mil pessoas, numa primeira fase.

João Saraiva assegurou que os trabalhos estão em fase de instalação das condutas e vai ser feito o aproveitamento da captação de água e da estação de tratamento existente, ao abrigo do programa "Água

para Todos". A estação de tratamento de água potável, situada na cascata da Huíla, vai ser integrada na nova rede de distribuição de água, prevendo-se um aumento significativo do número de consumidores, uma vez que vai produzir cerca de dez metros cúbicos, por hora.

"Mas a nossa pretensão é produzir, a partir dos fossos de captação de água, mais de 50 metros cúbicos/hora", adiantou. O projecto contempla a construção de um reservatório de 500 metros cúbicos, na serra da cascata, para a compensação e regularização da distribuição de água durante todo o dia. A empresa construtora garante terminar a instalação da conduta o mais depressa possível, prevendo que, em Agosto, esteja tudo operacional.

Nos dois projectos, estão a ser colocadas extensões de condutas de adução e distribuição, além de ramais domiciliários. O projecto, orçado em 200 milhões de kwanzas, permitiu o enquadramento de 120 jovens locais, que se juntaram aos 30 técnicos da empresa executora. A administradora comunal da Huíla, Carmen Duarte, disse que o programa, a nível da comuna, também vai abranger os bairros periféricos da sede comunal.

8.17 Água continua rara nos bairros de Luanda

O Continente

22 De Março de 2013

Numa reportagem feita, recentemente, por este semanário a alguns bairros, os populares queixam-se da falta de água, tudo porque segundo eles ao invés de torneiras ou pelo menos chafarizes em todas as ruas, só existem alguns fontenários onde os que vivem mais distantes do local não conseguem chegar, preferindo cartar a água mais próximo de suas casas mesmo sem se saber de onde os proprietários de cisternas e tanques buscam o precioso líquido. Sara Gervásio, moradora do bairro Catiton, município da Maianga disse que o bairro só tem dois fontenários e por estar distante, só beneficiam aos moradores da Terra Nova e do Kassequel. Segundo ela, como não consegue percorrer longas distâncias, prefere se dirigir às casas com tanques mais próximos, onde com sacrifício consegue esse precioso líquido, estando a comprar uma banheira de 40 litros a Kz.120,00 a Kz.140,00 Por seu turno, Arminda Cawape, moradora do bairro conhecido por Paraíso, município de Cacucaco, referiu que recentemente foram inaugurados alguns fontenários que só estão a servir para uma minoria que vive próximo do local dos mesmos. Armando Pinto, também morador do mesmo bairro disse que os que vivem distante destas

fontes, citando o exemplo da área conhecida por Maria do Céu, consomem água abastecida por cisternas, que na maior parte das vezes é tirada directamente do rio Zenza. Já Rosalina Camossi, moradora do bairro Precol, distrito do Rangel, disse à nossa reportagem que só existem dois fontenários nas áreas localizadas próximo da Paróquia Nossa Senhora das Graças. Rosalina diz que no seu bairro os moradores conseguem água graças aos motoqueiros de três rodas que abastecem os munícipes através de bidões de 20 litros cujos preços variam entre Kz. 60,00 à Kz. 80,00. Agastados com a situação, os moradores são de opinião que o governo deve para além dos fontenários que já colocou à disposição de alguns moradores, aumentar o número de chafarizes já que a canalização tem sido muito difícil. O CONTINENTE apurou ainda que em quase todos os bairros da periferia, para se conseguir o precioso líquido, as mulheres têm de limitar o sono, acordando cedo, tendo em conta a afluência nos locais onde há os tanques ou quando têm de aguardar os carros cisternas.

8.18 Perfurações provocam graves prejuízos

Jornal de Angola

22 De Março de 2013

A falta de água potável em diversas zonas do país ainda é uma realidade, que tem estado a merecer a atenção das autoridades. Deolinda Ginga, moradora no bairro do Capolo, disse que vive há vários anos sem água canalizada e que tem estado a recorrer a camiões cisterna para encher o tanque.

Ernesto João, morador nos Mulenvos, afirmou que está feliz pelo facto da EPAL ter iniciado os trabalhos de canalização de água potável para o interior das casas.

O deficiente abastecimento de água tem dado origem a um negócio especulativo levada a cabo pelos candongueiros, que muitas vezes vendem água imprópria para consumo, como sendo potável.

Muitos deles abastecem as cisternas em cacimbas, rios e condutas, que transportam água bruta para as estações de tratamento da EPAL. Ferreira Dala, motorista de um camião cisterna, disse à nossa reportagem, que "quando a água é bruta procuramos tratá-la com lixívia". Mas este é um procedimento que a EPAL reprova por atentar contra a saúde pública. Os proprietários de cisternas reclamam o Governo Provincial instale mais "girafas" na cidade de Luanda para acabar com a falta de água potável e evitar a venda de água sem qualquer tratamento.

Os camionistas vendem cada mil litros de água a um preço que vai de mil a três mil kwanzas. O valor depende da distância se o cliente morar longe do local de abastecimento, o preço é aumentado.

A EPAL estipula que um metro cúbico de água, equivalente a mil litros de água, custe 130 Kwanzas. Os revendedores devem ter como lucro 35 kwanzas por metro cúbico.

Segundo o presidente do conselho de administração da EPAL, Leonídio Ceita, a empresa vai distribuir 500 mil metros cúbicos de água potável até ao ano 2014, devendo, até 2030, subir para dois milhões de metros cúbicos.

Em declarações ao Jornal de Angola, a diretora Comercial da EPAL, Maria Leite, aconselhou a população a apenas adquirir água potável nos camiões cisternas credenciados pela EPAL.

A empresa tem perdas muito significativas durante o percurso da distribuição da água, por acção de garimpeiros que estrangulam a tubagem e impossibilitam que a água chegue em perfeitas condições à população. As perfunções das condutas tornam a água imprópria para o consumo, porque fazem com que o cloro existente se evapore.

"As ações constantes do garimpo da água reduzem a pressão em casa dos nossos consumidores", disse Maria Leite. A ONU diz que dez milhões de mortes por ano são diretamente atribuídas a doenças transmitidas pela água.

Os dados do inquérito sobre o bem-estar da população do Instituto Nacional de Estatística de Angola, de 2011, indicam que 58 por cento da população angolana não tinha acesso a água potável. Dos 34 por cento da população que trata a água que consome, 23 por cento utiliza lixívia e sete por cento ferve-a para beber.

Apenas uma, em cada cinco pessoas, entre 20 por cento da população mais pobre, tem acesso a água adequada. No meio rural, só 38 por cento da população, sete milhões de pessoas, tem acesso a água potável. Dados da UNICEF referem que o país registou, entre 2006 e 2012, 104.802 casos de cólera que resultaram em 3.855 mortes.

No mundo, no ano de 2025, 1,8 mil milhões de pessoas vão viver nos países ou regiões com falta de água, e dois terços da população podem enfrentar a escassez total.

8.19 Executivo alarga abastecimento

Jornal de Angola
23 de Março de 2013

"Em Angola, ainda persistem grandes limitações e carências ao nível do abastecimento de água e da gestão sustentada dos recursos hídricos", reconheceu o secretário de Estado das Águas, para quem, "estas preocupações constituem uma parte importante da agenda do Executivo". Luís Felipe Viera da Silva, que discursava na abertura de uma conferência sobre o Dia Mundial Água, assinalado ontem, disse que a gestão integrada dos recursos hídricos garante a protecção dos ecossistemas e da biodiversidade. "A evolução positiva dos indicadores resulta da execução do Programa de Reabilitação e de Expansão de Sistemas Urbanos de Abastecimento de Água, do Programa Nacional de Motorização da Qualidade da Água, do Plano de Reabilitação da Rede Hidrométrica Nacional e do Programa água para Todos", acentuou. As acções do Executivo visam cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Conselho Mundial O Conselho Mundial da Água vai convidar Angola a participar na próxima conferência que decorre na Coreia do Sul, de 12 a 15 de Maio, para debater soluções sobre a gestão dos recursos hídricos.

O governador do Brasil para o Conselho Mundial da Água, Newton de Lima Azevedo, manifestou o interesse da organização convidar Angola a participar na próxima reunião, para adquirir e partilhar experiências que visam encontrar soluções imediatas para os problemas existentes. "E preciso ter um grupo gestor para acompanhar e monitorar a execução da estratégia da gestão dos recursos hídricos", explicou. A solução para os problemas da água devem envolver os recursos públicos e de empresas privadas para fazer frente ao grande problema da gestão dos recursos hídricos. "Com todas as entidades envolvidas é mais fácil apontar soluções eficazes para resolver as dificuldades de acesso à água", realçou Lima de Azevedo.

O Conselho Mundial da Água existe há 16 anos, integra 400 países, com 30 governadores eleitos, sendo três representantes de cada país para tratar do problema da água, saneamento e resíduos sólidos. "A segurança hídrica tem sido um dos assuntos em debate na conferência mundial pela sua importância no desenvolvimento de qualquer economia", disse o representante do Brasil no sector das águas. A falta de segurança hídrica provoca o aumento da pobreza e problemas à saúde humana e um baixo Índice no desenvolvimento económico de um país", afirmou. A Universidade Agostinho Neto (UAN) pretende realizar uma parceria para a formação dos quadros do sector das Águas. O docente da Faculdade de

Ciências da UAN, João Seródio, informou que existe um projecto apresentado ao Ministério da Energia e Aguas que visa a formação, à distância, de quadros através de cursos de Mestrado e Doutoramento na especialidade de Limnologia, que estuda a ecologia das águas para melhor gestão dos recursos hídricos. "Em Angola não existem técnicos na especialidade em Limnologia. Notamos que muitos técnicos que trabalham em Capanda precisam deste curso para aperfeiçoar os seus conhecimentos", esclareceu Lima Azevedo. A Universidade Agostinho Neto pertence a uma rede de estudos ambientais dos países de língua portuguesa que congrega cinco universidades brasileiras, seis portuguesas, uma de Cabo Verde e uma de Moçambique.

O director do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos, Manuel Quintino, que dissertou sobre o tema "A cooperação entre os países da SADC no domínio dos recursos hídricos", disse que Angola tem um potencial anual renovável que ronda os 140 e 184 mil milhões de metros cúbicos em águas superficiais, tendo em termos subterrâneos 72 mil milhões de metros cúbicos por ano.

8.20 Ministro anuncia plano para gestão da água

Jornal de Angola
23 De Março de 2013

João Baptista Borges, que fez o alerta a propósito do Dia Mundial de Água, que se assinalou ontem, disse que a data devia servir de reflexão sobre a gestão dos recursos hídricos do país. O ministro declarou que embora o país tenha "recursos hídricos abundantes" não deve ser esquecido que a nível mundial são cada vez mais escassos e que "há uma contaminação cada vez maior". Por isso, sublinhou, tem de haver uma estratégia e uma política que permitam conferir à água a importância que ela tem. No quadro do programa destinado à melhoria da qualidade de vida da população, referiu, estão em curso acções concretas para aumentar abastecimento de água potável. João Baptista Borges lamentou que haja ainda localidades sem água potável, mas disse que na Huíla, por exemplo, fruto de programas realizados no quadro do programa "Água para todos", cerca de 60 por cento da população já beneficia dela. "Não nos podemos esquecer que temos três fins importantes com o abastecimento de água: irrigação, alimentar a população e o gado e a produção de energia eléctrica", declarou. O Plano Nacional de Água, garantiu, vai estar enquadrado nas diferentes finalidades do seu uso, dentro da estratégia que o Executivo desenvolve. O ministro da Energia e Água recordou que estão a ser aumentadas as capacidades

de produção com o abastecimento de água. "Há investimentos avultados até 2020, o que vai resolver muitos problemas que ainda há hoje", assegurou o ministro. João Baptista Borges teve um encontro com o governador provincial, João Marcelino Typinge, visitou as obras de construção dos furos de emergência a partir da captação da Nossa Senhora do Monte e as de instalação de 30 quilómetros da nova tubagem, no bairro da Mapunda, destinada a alguns bairros da cidade do Lubango. A comitiva ministerial também avaliou as obras das subestações eléctricas do bairro Ferroviário e da comuna da Arimba. Empresas provinciais de Água O ministro anunciou também a criação nos próximos dias de oito empresas provinciais de Água que vão permitir uma gestão equilibrada e sustentada das infra-estruturas que estão a ser criadas pelo Executivo. O plano da criação das empresas, disse, já foi aprovado e a sua constituição é um passo significativo na gestão e distribuição de água potável. O ministro reconheceu que as estruturas de gestão no sector das águas ainda estão "um pouco distante daquilo que podia ser o nível de organização actual" e anunciou que a constituição das empresas se baseou "num projecto amplo do Banco Mundial". As empresas, referiu, têm ainda a missão da rentabilização do abastecimento de água potável: "Devemos reconhecer que embora a água seja um direito de todos, o serviço que está subjacente ao fornecimento tem custos". O Executivo está empenhado na conclusão do programa "Água para todos", dirigido às comunidades rurais do país e definiu um plano de acção, manutenção e sustentabilidade para o referido programa. Angola pensa com isso ultrapassar a meta fixada pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. "Com a implementação da Política Nacional de Saneamento e o evoluir do Programa de Saneamento Total, cujo objectivo é a melhoria das condições de saneamento nas zonas rurais, com ênfase para acções de mobilização social junto das comunidades para uma mudança de comportamentos, atitudes e práticas, podemos dizer que antes de 2015 o país prevê atingir e ultrapassar as metas fixadas internacionalmente", garantiu recentemente o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva.

8.21 Sumbe passa a tratar águas residuais

Jornal de Angola
23 De Março de 2013

O programa das autoridades é apresentado hoje no Sumbe e prevê ainda a reabilitação da maior parte da rede de distribuição de água e de esgotos, num

orçamento global de 300 milhões de Kwanzas. De acordo com o programa, os participantes vão tomar conhecimento da reabilitação e reforço do sistema de abastecimento de água com as condutas e armazenamento, reabilitação e extensão da rede de distribuição domiciliária. A drenagem e tratamento das águas residuais da zona urbana e dos bairros periféricos, constam igualmente do programa, para os próximos anos. Entre os bairros a serem contemplados, consta o da Praia, Calundo, Incom, E/I5, Pedra Um, Salinas e Alto Chingo, onde o abastecimento de água potável em alguns casos é efectuado por cisternas particulares. A apresentação pública do projecto de abastecimento de água e saneamento de águas residuais do Sumbe vai contar com membros do governo, autoridades tradicionais, religiosas e convidados.

Educação no Lonhe

Mais de mil alunos frequentam, este ano lectivo, na comuna do Lonhe, na Quibala, K wanza- Sul, aulas Sumbe passa a tratar águas residuais Programa das autoridades prevê a reabilitação de esgotos os filhos à escola, para se evitar que os mesmos atinjam a idade adulta analfabetos. "Temos sido compreendidos e os tutores evitam envolver as crianças em trabalhos de campo e pastagens de animais quando devem estar na escola", assegurou. Além disso, são necessárias dez da iniciação à 8a classe, disse ontem à Angop, na localidade, o responsável da Educação. Moisés António assegurou que, periodicamente, são efectuadas campanhas de sensibilização nos bairros e aldeias, para que pais e encarregados de educação levem novas salas de aulas e cinco professores para a cobertura da rede escolar. Este ano estão a ser alfabetizados 30 adultos e as aulas são asseguradas por 25 professores. O Lonhe é uma comuna potencialmente agropecuária e tem dez mil habitantes.

8.22 Água já não será rara

A Capital

23 De Março de 2013

Várias zonas da província e cidade de Luanda continuam a penar com a crónica situação da falta de água para o consumo. Já não é só a periferia que padece. Bairros urbanos vivem o problema há meses, sendo a tábua de salvação, atualmente, se não as cisternas, as motorizadas de carroçaria que vão comercializando bidões com o líquido.

Quanto muito, são as mulheres que se têm de desdobrar de bairro em bairro, com bacias à cabeça, em busca da água.

E tudo isto acontece quando a Empresa Pública de Água de Luanda, (EPAL), responsável pela distribuição deste líquido precioso, comemora mais um aniversário, isto é, no próximo dia 30 de Março. Serão 38 anos de EPAL.

O Presidente do Conselho Administrativo da empresa, Lionildo Gustavo Ferreira de Ceita, reiterou, esta semana que o grande problema com que a EPAL se debate é o garimpo de água nas suas condutas. "Realmente é um cancro para uma empresa como a nossa.

Temos uma produção neste momento de cerca de 350 mil metros cúbicos de água, mas temos tido muitos problemas ao fazer chegar a água aos nossos consumidores, porque existem pessoas pouco honestas que, mesmo com condições de pagarem a água nas girafas que a EPAL construiu para o efeito, ainda assim dedicam-se ao roubo indiscriminado da água", queixou-se o titular da EPAL.

"As consequências do roubo indiscriminado da água são várias. Vou apontar duas principais: uma é que a água torna-se quase imprópria para o consumo, porque passa pelos furos das condutas.

Nós, para garantir essa qualidade, temos que manter dentro das condutas um determinado valor de cloro residual e, aí nestas ligações que eles fazem, o cloro evapora, tornando a água imprópria para o consumo", frisou, enfatizando que se torna um perigo para a saúde humana.

"A outra questão são os prejuízos financeiros e de imagem, que trazem para a própria empresa", acrescentou, fazendo saber que faltou água nas últimas duas semanas, no Benfica, justamente, porque houve cerca de 32 ligações clandestinas entre o rio Cambambe e o Talatona.

"Foram removidas e que nos preocupa em tudo isso, é que essas pessoas não são punidas por nada e o que nos entristece é que temos muitos problemas em levar essas pessoas às barras da Justiça. Talvez uns se sintam demasiado protegidos, mas gostaríamos que a lei fosse para todos", asseverou.

Para o número um da EPAL, projectos como o das 700 mil ligações, eliminar um pouco o roubo da água, pois têm a ver com a chegada do líquido ao domicílio. Informou, por outro lado, que neste momento está-se a recuperar as estações antigas, tais como a do Kifangondo que é uma das mais atingidas de Luanda, bem como a estação de Luanda sudeste.

"Com esta recuperação nós poderemos chegar ao próximo ano com uma produção de cerca de 500 mil

metros cúbicos de água, que é quase o dobro daquilo que produzimos neste momento", projetou. E de projectos não é tudo. Duas estações consideradas as maiores a nível da África subsaariana estarão concluídas em 2015.

São, designadamente a estação do Bita e a do Kilonda. "Numa primeira fase estaremos a produzir cerca de 250 mil metros cúbicos em cada uma delas. Quer dizer que, em 2015, teremos cerca de mil e 60 metros cúbicos de água por dia.

Em 2017, passaremos a ter cerca de um milhão e 600 mil metros cúbicos de água por dia", previu, para depois concluir que "os garimpeiros vão perder a possibilidade de entrarem com as cisternas para o centro da cidade para venderem água a preços especulativos.

"Alertamos à entidade de direito para pôr cobro a isso, porque nós não temos condições para evitar essa situação", desabafou Lionildo Ceitas, ao garantir à sociedade no geral que a EPAL está a trabalhar.

E para mostrar que sim, está a trabalhar, a EPAL convidou vários órgãos de comunicação social para, no quadro das atividades alusivas ao seu aniversário, mostrar diversos projectos em curso.

A visita mostrou também pontos, tidos como de constrangimento, onde se registam atos de sabotagem às condutas, provocando o desvio do líquido.

Foram detectadas, por exemplo, três girafas ilegais, que entretanto, ainda não estão em funcionamento, cuja finalidade é o desvio de água da conduta para comercializar por via de cisternas.

Apesar de tudo, a EPAL esforça-se para regularizar o fornecimento do líquido nos mais distintos pontos de Luanda. Um dos que muito se tem queixado é a urbanização Nova Vida, onde as obras do respectivo centro de distribuição se encontra na recta final.

No bairro Simione, zona D, município do Kilamba Kiaxi, está em curso um projecto com vista a efetuação de 700 mil ligações domiciliárias. Segundo o director do projecto, Hélder Tona, já foram feitas cerca de mil 206 ligações.

"O projecto é longo e abrange vários municípios. Estamos com o município de Belas, Kilamba Kiaxe, Sambizanga, Viana e Cacucaco. Nestes municípios todos, os trabalhos já começaram, excepto o do Sambizanga, onde estamos, ainda a negociar o espaço para a construção do nosso estaleiro", justificou.

Quanto às dificuldades encontradas no terreno, Hélder Tona queixa-se apenas da vandalização por

parte de alguns moradores, que consiste na ligação clandestina, diretamente da rede nova que se está a instalar.

Um pouco mais a sul de Luanda, está o Centro de distribuição Benfica 2, que recebe água a partir da ETA - Luan- da sudeste.

De acordo com o director do projecto de Impacto Imediato no Abastecimento de água do Pacote 1/3 da cidade de Luanda, Acácio Francisco, o Centro de distribuição Benfica II, visa abastecer um milhão de habitantes na área do Kifika, Patriota, Zona Verde, Zona do Artesanato, Talatona e Fubú.

Na primeira fase o Centro contempla dois reservatórios com capacidade de 10 mil metros cúbicos cada. Continuamos a visita em direção ao Kikuxi, concretamente à localidade Mucuenha do Kikuxi, onde encontramos um cenário lastimável, enfim, um atentado à saúde pública.

Um pântano com água imprópria para o consumo humano é de onde algumas cisternas fazem o abastecimento para revenderem à população.

De acordo com jovens presentes no local, as cisternas que lá aparecem vão buscar a água e dizem que é para as obras. "Uma cisterna aqui custa mil a mil e 500 kwanzas", contaram.

8.23 Menos de 10% da população consome água da rede domiciliar

Agora

23 De Março de 2013

Viana atingiu um estatuto de grandeza superior ao de muitas das dezoito províncias do país. Há muito que deixou de ser o espaço onde existia um conjunto de quintas e uma vila que constituía a principal referência, considerada então "cidade satélite de Luanda" que albergava "menos de 120 mil pessoas".

Hoje tem uma área de cerca de 700 Km², onde habitam aproximadamente dois milhões de habitantes, números calculados por baixo à falta de um censo.

Tornou-se num município densamente habitado, e, com a entrega de casas na nova centralidade do Zango e a conclusão desse projecto, calcula-se que muito brevemente receberá mais 150 mil famílias.

Com o agregar das famílias desalojadas de áreas da Província de Luanda onde se está a proceder à requalificação, o Administrador José Manuel Moreno

calcula que dentro de dois anos Viana terá cerca de três milhões de habitantes.

Como ganhos de sustentação ao seu desenvolvimento, ao antigo Pólo Industrial juntou-se, nos três últimos anos, a Zona Económica Especial, a Zona Agrícola do Kikuxi e a reabilitação e modernização da linha do Caminho-de-Ferro de Luanda, que rasga o município quase ao meio em direção ao centro da cidade e noutra extremidade, e para a província de Malange.

Com base nesse potencial industrial que foi referenciado, pode-se aferir que Viana tem uma especificidade muito própria que pode guindá-lo para um nível de desenvolvimento económico e demográfico muito rápido e grande.

Mas esse crescimento, demográfico particularmente, que ocorreu na periferia, foi desordenado. Teve o seu ponto mais alto naqueles anos difíceis de guerra, em que em busca de segurança, famílias provenientes do interior procuravam refúgio em Luanda.

E o que eram quintas e até áreas inóspitas foram habitadas, e por isso mesmo, esse crescimento não foi acompanhado da criação ou instalação de infra-estruturas técnicas, redes de distribuição de água, energia eléctrica, estradas, escolas, hospitais, etc.

Porque não se conseguiu acompanhar esse ritmo, ainda hoje menos de "10% da nossa população beneficia de água potável domiciliar", de acordo com José Manuel Moreno.

Mas o município dispõe de um dos maiores centros de fornecimento de água para Luanda, situado nos Mulenvos, que está dotado de grande capacidade de armazenamento.

Uma discrepância muito grande, concordou, assegurando entretanto que "há um grande esforço e investimentos sérios do Governo, que já está a permitir que extensas áreas da Caópe e Mulenvos de cima recebam água com alguma abundância".

Para essa fase de intervenção, disse o Administrador, "prevê-se, ainda este ano, fazer-se cerca de 96 mil novas ligações domiciliares, o que se pode considerar de bom!".

José Manuel Moreno justificou de igual modo que, "esse exercício tem sido realizado também no domínio da energia eléctrica, pelo que, já se conseguiu contemplar cerca de 20 mil novos consumidores depois da montagem de 50 PTs de cerca de 1000 KW cada".

E informou que o Executivo contratou, uma empresa que está a "fazer o levantamento global das necessidades de energia eléctrica do município, para se fazer uma espécie de plano Marshall para a energia eléctrica no município de Viana".

Essa decisão, como acrescentou, resulta da constatação de que "com o crescimento económico que Viana está a ter, se não houver regularmente água e energia eléctrica, todos os projectos correm o risco de se tornar inviáveis".

O orçamento da Administração Municipal de Viana, apesar do seu peso económico e da sua importância, é de apenas 785 milhões de Kwanzas por ano, dos quais 400 milhões são destinados à gestão de projectos enquadrados nos programas e subprogramas de combate à pobreza, como são os casos dos serviços municipalizados de Saúde e de Educação.

Essa é uma situação que o Administrador José Manuel Moreno considera "constrangedora", porque entende que os recursos alocados "não deviam ser uniformes, atendendo que não está a ter em conta os fatores objectivos que o município tem".

Mas, para essa entidade, Viana precisa "de um programa de requalificação global, ou seja, de um programa de desenvolvimento" assegurando no entanto que esta tem sido uma preocupação do Presidente da República.

Que, para o efeito, "já orientou o Ministério da Construção para encabeçar o processo, que passará pela contratação de uma empresa capacitada para fazer os levantamentos e apresentar as propostas, o que, provavelmente ainda acontecerá este ano.

Isso permitira, de acordo com José Manuel Moreno, a definição das balizas para "desenvolver Viana, começando pelo seu núcleo principal, que é o casco urbano.

8.24 Acesso à água mais alargado

Jornal de Angola
24 De Março de 2013

O programa do Executivo para o sector das Águas tem contribuído significativamente para melhorar a distribuição e o acesso da população à água, afirma o Ministério que tutela o sector em nota divulgada na sexta-feira, em Luanda, a propósito do dia Mundial da Água.

O Ministério da Energia e Aguas refere que, no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o programa do Executivo, que é signatário da Declaração Universal do Direito à Água e dos Compromissos de Sharmel Sheik, traduz as realizações concretas a nível da distribuição de água à população.

Entre elas, recorda algumas ações levadas a cabo para melhorar a distribuição de água à população, como o Plano Nacional da Água e a consolidação do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos.

O programa "Água para Todos", a adoção de um processo de reforma e desenvolvimento institucional do sector das águas e a construção de novos sistemas de abastecimento de água às capitais provinciais e às sedes municipais estão também entre as realizações do Executivo.

O dia 22 de Março foi instituído pelas Nações Unidas em 1992, ano em que foi adotada também a Declaração Universal do Direito à Água.

De acordo com a ONU, a actividade humana tem sido responsável, ao longo dos últimos 50 anos, pela degradação dos recursos hídricos, um fenómeno que afecta cerca de mil milhões de cidadãos em todo o mundo, resultante da seca.

8.25 Abastecimento de água melhorou na província

Jornal de Angola
26 De Março de 2013

Pelo menos 300 mil habitantes de um universo de 500 mil, na província da Lunda-Sul, beneficiam de água potável, através de sistemas de abastecimento erguidos pelo governo.

O facto foi revelado em Saurimo pelo chefe do departamento da direcção provincial da Energia e Aguas (DPEA), Agostinho Piedade, durante uma palestra realizada no âmbito do Dia Mundial da Água, assinalado na sexta-feira.

Agostinho Piedade adiantou que, apesar destes indicadores, a cobertura de água à população ainda não é satisfatória. As autoridades locais puseram em funcionamento 28 Sistemas de Abastecimento e Tratamento de Água, no âmbito do "Programa Água para Todos".

Os novos sistemas construídos na província da Lunda-Sul estão a fazer com que a população deixe de percorrer longas distâncias à procura de água potável e de recorrer aos rios e cacimbas.

8.26 Água chega inquinada às torneiras de Luanda

Jornal de Angola
26 De Março de 2013

A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) informou, em comunicado distribuído ontem, que a chuva que caiu domingo sobre Luanda provocou alguns danos na estação de tratamento de água.

Em consequência das inundações, refere o comunicado, na região sul da província de Luanda e noutras zonas da cidade abastecidas pelo Centro de Distribuição da Maianga e Golfe 1 a água está a chegar turva.

A EPAL está a fazer esforços para resolver o problema "o mais rápido possível" e aconselha a população a não usar a água no consumo humano até que tudo volte à normalidade.

Nos últimos dias, chuvas torrenciais têm caído com frequência sobre Luanda, provocando um rasto destruição em várias áreas.

8.27 Gestão participativa das pequenas lixeiras

Semanário Angolense
26 De Março de 2013

Uma constatação óbvia, mas potencialmente polémica: o lixo não é um produto necessariamente malevolente. As pequenas lixeiras que de modo desorganizado são criadas em zonas residenciais, ou nas suas imediações, não são necessariamente uma praga social; tudo depende do tratamento que lhes for dado. No caso concreto do lixo doméstico, não existiriam razões, quaisquer que fossem, para peiorar ou depreciar a sua utilidade se, ao invés de maltratado, fosse ele devidamente selecionado e valorizado, para ser encaminhado, e mais tarde tratado para utilização ou reutilização.

Assim, as lixeiras de pequenas dimensões em zonas habitacionais, resultam também para além das debilidades e insuficiências reconhecidas que passo a passo se vão eliminando da fraca capacidade dos municípios em cooperar ativamente com as entidades envolvidas no sistema de gestão dos resíduos sólidos. O mesmo fenómeno contraditório, algo polémico, ocorre com as enxurradas derivadas das chuvas, que por vezes causam prejuízos e originam tragédias.

As chuvas - obra da natureza como diria o malogrado cantor Luís Visconde, não podem ser

vistas deste ponto de vista hostil, por mais severas que sejam as precipitações, pois, para cuidar e tirar proveito destas bem-vindas chuvadas, nos foi dado a beneficiar da inteligência humana: quando bem encaminhadas, servirão para regadio, farão crescer as plantações, moverão turbinas (lá está o incontornável ciclo da água) e produzirão a energia eléctrica de que tanto necessitamos.

Uma vez elevados os grandes caudais fluviais, com tantos quilómetros cúbicos de água que nos oferecem as chuvas, ao sector da agricultura, da energia ou das águas, apenas restaria agradecer. O lixo doméstico, que não passa de resíduos, detritos, sobras ou metades que alguém deles se pretende desfazer, também podem merecer um lugar digno no verso de um cantor qualquer, para anunciar em rima, que o lixo é «obra da natureza» humana, incontornável, permanente e, para a indústria moderna - já agora - muito cobiçado nos processos de produção, qual matéria-prima indispensável para a produção de bens de interesse comercial e industrial.

Estou sentado nesse momento frente a um computador, e sobre uma mesa, vejo, pela sua composição material, uma volumosa percentagem de resíduos sólidos que foram inteligentemente aproveitados. Olho para o lado, e vejo também uma embalagem vazia, de grande estilo e design, concebida para embalar rolos de tinteiros para fazer funcionar a impressora, toda ela feita a partir do «lixo». É por isso que trago hoje ao público leitor este interessante tema das nossas lixeiras.

A degradação que elas representam ou a pestilência que cobre o meio ambiente que nos rodeia, advêm apenas da ineficácia do sistema? Não. Um pecado grave para quem se declara urbano, consiste em desfazer-se dos resíduos sólidos domésticos num canto escondido, isolado ou ligeiramente afastado da nossa porta principal de entrada.

Ao acumular tais detritos por tempo indeterminado, na calada da noite, em zonas não reguladas produzindo a lixeira, é o cidadão que contribui para a degradação do meio ambiente e potencia o surgimento de doenças e outros males que precisamos eliminar. Entretanto, algumas pequenas lixeiras, totalmente controladas e sanitariamente toleráveis, em virtude das circunstâncias locais, delas se podem colher mais-valias, pela composição e seu valor acrescido, pois incorporam do ponto de vista da química, da indústria ferrosa, da cerâmica, enfim, do papel, elementos de valor que são sempre úteis para outros fins.

Incluindo a geração de emprego, se assim se pretender estender o seu campo de utilidade. Mas por

analogia, retomando ao começo desta breve análise, tal como a chuva nos permite completar o ciclo da água, também o lixo, este infelizmente ainda tão mal-afamado lixo, é também o retorno do processo de utilização dos produtos ou materiais que usamos pela necessidade da vida e demandas do progresso.

Não raras vezes, o lixo acumulado de forma atabalhoada e desregulada, produzindo a lixeira, ao mesmo tempo que nestas condições desregradas e inapropriadas nos provoca sérios danos à saúde, ele concentra em si também energia suficiente, potencialidades económicas incomensuráveis que podem contribuir para o enriquecimento da indústria nacional, 'Promovendo a economia nas áreas que lhe estão destinadas.

Se a nossa coletiva inteligência e sabedoria nesse capítulo forem acionadas como ingredientes para o desenvolvimento, as pequenas lixeiras nascidas do amontoar do lixo doméstico poderão concorrer para a melhoria das condições de vida das populações, ao contrário do que acontecerá se as lixeiras forem usadas como simples lugares, inúteis, de depósito de resíduos que em algum dia da semana ou do mês, uma operadora do sistema casualmente dará destino.

É por aqui no envolvimento de todos os interessados que as políticas comunitárias sobre a matéria podem começar. O envolvimento da população na gestão das pequenas lixeiras -sobretudo as que são instantaneamente montadas em lugares impróprios, talvez nos proporcione uma nova ordem comunitária.

No tratamento do lixo, não para o «evitar» como tal, mas para fazer dele uma nova realidade ao serviço do homem, do morador, do habitante, da colectividade. Em maior escala, o nosso pensamento mais ousado conferirá ao lixo uma função mais social, mais económica e mais financeira, face ao produto final que dele se pode extrair quando bem tratado.

A ideia subjacente de que as lixeiras criadas no interior dos bairros, junto às áreas habitacionais, numa determinada zona da cidade ou da periferia, têm que ser geridas exclusivamente pelas autoridades administradoras do sistema de recolha e de limpeza, não é boa.

A sensibilização e a educação cívica, neste processo de desenvolvimento de uma sociedade moderna, urbana e limpa, são o único garante de que a luta pela melhoria das condições de vida e de higiene da população, e das cidades, será um sucesso total.

A educação sanitária é, pois, fundamental, para a criação de novos hábitos de higiene e limpeza. Para

evitarmos a propagação de doenças e garantir saúde pública para todos, a participação popular cooperativa e educada é imprescindível.

Não será nunca um desperdício, se as autoridades destinarem uma fatia do orçamento geral do sistema de limpeza de uma cidade para reforçar a educação e a formatação das consciências, no sentido da higiene e das boas práticas comportamentais para com o lixo e as lixeiras.

As entidades implicadas no processo de limpeza deverão continuar a apostar intensamente nesta direção sanitária de educação e formação junto das populações, iniciando pela idade escolar. As escolas, e instituições afins, não devem perder tempo com a organização de festas e nas apostas supérfluas, desperdiçando tempo e paciência das crianças.

Podem apostar parte do tempo livre, ou mesmo inserindo no sistema de ensino geral, esta parte da sua educação, para que as crianças, desde muito cedo, saibam lidar com o lixo, para toda a vida, correctamente.

8.28 Metade da população beneficia de água potável

Jornal de Angola
26 De Março de 2013

Lucrécio Costa disse que os avanços registados na província são resultados da execução do programa nacional "Água para Todos" promovido pelo Executivo.

O responsável, que falava por ocasião do dia Mundial de Água assinalado sexta-feira, declarou que a distribuição atingiu 60 por cento da zona urbana. Lucrécio Costa, que integrou a comitiva do ministro da Energia e Água que visitou a província da Huíla, referiu que ainda há muito por realizar, mas que existem ações definidas para até 2017 aumentar ainda mais a distribuição.

O número de beneficiários, garantiu Lucrécio Costa, vai aumentar de forma significativa, pois há programas estabelecidos para mais pessoas beneficiarem de água com qualidade e regularidade, assim como escolas, hospitais. Para este ano está previsto substituir de 12 quilómetros de tubos no centro da cidade de Lubango e a instalar 50 quilómetros em 2014.

Lucrécio Costa anunciou que no Lubango vão ser feitas oito mil ligações domiciliárias que permitem que haja mais 24 mil consumidores e instalados outros bens coletivos, entre os quais chafarizes. O

país, disse Lucrécio Costa, duplicou o grau de cobertura no meio rural por meio do programa "Água para todos" e estão praticamente concluídas as obras de construção e reabilitação dos sistemas de captação e abastecimento em todas as capitais da província.

Em curso, lembrou, estão projectos de abastecimento de água às cidades do Uíge, Ndalatando, Malange, Huambo, Cuito, Lubango e Menongue e em fase de conclusão trabalhos semelhantes no Cunene. Lucrécio Costa disse que já começou o projecto na cidade de Mbanza Congo e que decorre o programa de melhoramento do acesso à água potável nas sedes municipais "de uma forma progressiva e coerente".

No quadro do mesmo programa, afirmou Lucrécio Costa, foram lançados projectos de abastecimento de água em alguns municípios das províncias de Benguela, Huíla, Uíge e Bié. A par disso, referiu, há obras adjudicadas e aprovadas para outros municípios que vão melhorar e aumentar o abastecimento de água.

Em todas as sedes municipais, prometeu, são feitos até Julho os levantamentos das necessidades para se poder em 2017 ter um melhor sistema de abastecimento de água.

Desafios como diminuir as perdas volumétricas e económicas por falta de pagamento, melhorar a organização dos serviços e a formação de quadros com vários programas foram ações também referidas pelo director nacional das Águas. A aposta na qualidade de água, com a construção de seis laboratórios de influência regional, um dos quais na cidade do Lubango, salientou, é outra conquista do sector.

Os laboratórios, disse Lucrécio Costa, vão dar sequência à supervisão dos sistemas de abastecimento de água numa primeira fase nos municípios e nas comunas do Cunene, Huíla, Benguela, Namibe e Ndalatando. Nos próximos dois anos, afiançou, o sector vai tomar operacional o centro de formação do município da Chibia e convertê-lo num centro de formação para o sector da Águas na região sul.

8.29 Água potável chega a Belém

Jornal de Angola
27 De Março de 2013

O director provincial da Energia e Águas no Huambo, Jorge Andrade, disse que a inauguração de mais sistemas de captação e distribuição de água às localidades da província está entre as prioridades do Executivo.

Com a construção dos sistemas de captação e tratamento de água, sublinhou o director, as populações agora sentem-se mais seguras e não correm o risco de consumir água imprópria.

Jorge Andrade disse que os novos sistemas de distribuição de água ajudam a encurtar a distância das povoações para acarretar água.

Os habitantes do sector de Casseque 3 e do Belém do Huambo aplaudiram os esforços do Governo por ter colocado à sua disposição os sistemas de água canalizada que de forma gradual ajudam a reduzir a probabilidade de doenças diarreicas nas comunidades.

Kaita Fonseca, abordada pelo Jornal de Angola, disse que há muitos anos não consumia água de fontenários, socorrendo-se basicamente dos rios e cacimbas. "Agora estamos mais seguros.

Já não teremos problemas de água na localidade, situação que se agrava no período do cacimbo", afirmou a moradora do bairro Casseque 3, arredores do Huambo.

No âmbito do mesmo programa prevê-se a inauguração nos próximos tempos de mais 14 sistemas de distribuição de água na província do Huambo, segundo o director de Energia e Águas. Jorge Andrade disse que as ações em curso visam diminuir as doenças causadas pelo consumo de água imprópria.

8.30 Epal

O Continente

29 De Março de 2013

As vezes temos de nos congratular com os bons feitos, especialmente quando se vêem os projectos a serem concretizados, ou seja, se se sai da teoria à prática. No ambicioso projecto de água para todos, "Projecto das 700 mil ligações" a Epal iniciou a ligação domiciliar no Talatona - Bairro Milita, Grafanil Bar e outras áreas seleccionadas onde os populares estão surpreendidos com a dinâmica com que estão a ser feitas as ligações, até em casas não habitadas. A verdade, porém, é que o projecto vai vincar a verificar como as obras estão a caminhar. Oxalá não fiquem pelo caminho.

8.31 Mais de 100 municípios com acesso à água até 2017

O País Font

29 De Março de 2013

Ao intervir na cerimônia de encerramento da conferência alusiva ao Dia Mundial da Água, 22 de Março, João Baptista Borges referiu que a iniciativa constitui num programa "importantíssimo" de expansão de acesso a água.

Permitindo catapultar os índices de execução dos diferentes programas que estão correlacionados com o abastecimento de água, principalmente o combate à fome e endemias.

Acessível a cerca de 50 por cento da população angolana e deficiente para mais de 650 milhões de pessoas a volta do globo, a água continua a ser um dos principais temas de debate dos governos mundiais, valendo-lhe espaço na lista dos Objectivos do Milénio, traçados pelas Nações Unidas (ONU).

A fim de alargar o nível de distribuição, pelo menos a nível do país, o ministro mencionou a construção do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, formalmente criado, porém desprovido de capacitação técnica e humana.

"O Instituto Nacional de Recursos Hídricos tem em mãos o que se pode considerar a elaboração dos planos- diretores do qual estão integradas as principais bacias, a reabilitação da rede hidroeléctrica do país.

Dentre outros que têm também a ver com aspectos ligados a discussão e tratamento das questões decorrentes dos acordos com os países vizinhos, no âmbito da partilha de recursos hídricos", reforçou João Baptista Borges.

De acordo com o ministro, a reforma institucional do sector das águas constitui de igual modo um aspecto que se encontra no cômputo das medidas aprovadas pelo Executivo.

A par da aprovação de oito empresas provinciais de água, além de Luanda, que vai permitir criar capacidade técnica e assegurar a sustentabilidade do abastecimento de água em províncias que já tenham algumas infra-estruturas para este efeito.

"A criação destas empresas vai também permitir atender requisitos de manutenção técnica dos sistemas de abastecimento de água nas zonas rurais, no âmbito do Programa Águas para todos", reforçou.

"Os custos com as infraestruturas de saneamento suplantam inclusive aqueles que têm a ver com a água. Esta é uma noção que creio não estar ainda devidamente enraizada, mas de devida importância. Os investimentos em saneamentos, cada vez mais necessários, devem ser necessariamente encarados e tratados", enfatizou.

O Dia 22 de Março foi instituído em 1992 pela Organização das Nações Unidas (ONU), altura em que foi adotada igualmente a "Declaração Universal dos Direitos da Água". À semelhança dos anos anteriores, este ano a ONU celebra a efeméride sob o lema "2013, Ano Internacional da Cooperação pela Água".

Segundo a ONU, a actividade humana ao longo dos últimos 50 anos tem sido responsável pela degradação dos recursos hídricos, remetendo à seca cerca de mil milhões de cidadãos em todo o mundo.

Angola vai formar 69 mil técnicos médios A Secretaria de Estado para o Ensino Técnico e Profissional prevê formar, até 2017, no país, 69 mil técnicos médios, sendo esta uma das principais apostas do organismo, informou no Lubango (Huila), o seu titular Narciso Damásio dos Santos Benedito.

Em declarações à Angop a margem da reunião sobre o Plano Nacional de Formação de Quadros, que decorreu quarta - feira no município da Humpata, o responsável informou tratar-se de uma meta "ambiciosa" apoiada na organização da rede das instituições de formação de técnicos médios e num adequado processo docente educativo.

Para Narciso Damásio dos Santos Benedito, a rede atual das instituições de formação do ensino médio técnico está limitada, pois podiam ser introduzidos, por exemplo, os cursos de construção naval, conservação da natureza e meio ambiente, designer, moda e artes (cénicas, complementares e plásticas).

"Não existem instituições a formar nestas áreas e a rede nacional de formação de técnicos médios não oferece propostas nestes segmentos, enquanto noutros casos são de oferta insuficiente e devem ser completados de acordo com as áreas de formação, devendo-se criar novas escolas, onde possam funcionar", asseverou a fonte.

De acordo com o secretário de Estado, existem também cursos tendencialmente excedentários, razão pela qual se afigura necessário refrear a sua formação, nos casos da contabilidade e gestão, onde existem muitas pessoas formadas, para se equilibrar e sustentar o desenvolvimento necessário para o país.

Estes novos cursos a propor, esclareceu Narciso Benedito, constam do Plano Nacional de Formação de Quadros e têm uma distribuição regional dependente do plano de cada uma delas, pois têm características diferentes e diversificadas, por isso se impõe estudar o potencial territorial de cada parte.

O interlocutor disse que o plano prevê a formação de quadros na rede nacional das instituições, mas alguns quadros podem ser captados na diáspora, expatriados e angolanos formados no país.

Para o responsável, essa estratégia propõe nos diferentes domínios da economia nacional um conjunto de metas, parâmetros e indicadores só possíveis de alcançar caso existam quadros necessários para se desenvolver o país e alcançar um estágio passível de permitir ao país ombrear com outros da região geopolítica.

O secretário de Estado considera que com esta visão constante da estratégia de desenvolvimento de longo prazo é necessário a formação de quadros com uma orientação a base do Plano Nacional, um documento que dá corpo a estratégia, mas que propõe sete programas de acção.

Elucidou que estes programas consubstanciam-se na formação de quadros médios, superiores, para administração local, para o empreendedorismo e desenvolvimento do empresariado para a economia nacional e um conjunto de programas para se permitir que os quadros sejam artífices do desenvolvimento imposto ao país.

Informou que o que se vai fazer é relacionar dois programas de acção onde se orienta as metas e os prazos dentro dos quais devem ser cumpridas na formação dos técnicos médios e a formação de professores e de especialistas a educação da responsabilidade do Ministério da Educação.

A partilha de conhecimentos está a ser feita com os diretores provinciais, inspetores, chefes de departamento da educação de modo a poderem, no seu trabalho diário, tornar mensagem num orientador dos programas dos outros parceiros.

Nesta altura o Ministério da Educação controla sete milhões de alunos, 218 mil professores, 65 cursos no ensino médio técnico, nove áreas de formação e sete mil 800 professores neste segmento.

8.32 EPAL a conta-gotas

A Capital

30 De Março de 2013

A situação é crítica. Caso para dizer que, o sufoco a que esta empresa submeteu os munícipes de Luanda, nos últimos dias, atingiu o impossível. Nem mesmo os argumentos e justificações, pouco fundados, dos responsáveis da EPAL conseguem, desta vez, convencer ou, esclarecer, no mínimo, o que é que na verdade se está a passar.

Bidões, jerry cans, bacias, voltaram a ver-se nas cabeças de centenas de pessoas, entre mulheres e jovens, nos porta-bagagens de carros, em motorizadas, em busca de água, algures.

O problema será só da EPAL? Ninguém diz. Contudo, o que já se vai questionando, mesmo, é se vale ou não a pena a existência desta empresa cuja prestação tem-se evidenciado, praticamente nula, ao longo dos tempos.

A constatação que se faz é que a EPAL, enquanto responsável pela produção e distribuição de água, tem a imagem bastante degradada perante o público que devia servir, ao que se junta a perda, a cada dia, da confiança dos consumidores.

Tudo, mercê da incapacidade de resposta aos graves e sequentes problemas no fornecimento do líquido à cidade de Luanda, para não dizer província.

O seu titular, no caso, o Presidente do Conselho de Administração Leonildo Ceitas, garantiu, recentemente que o fornecimento de água à cidade capital era regular, pois que, todos os sistemas, tanto de produção como de abastecimento, estão em pleno funcionamento, mas, por outro lado, admitiu, a existência de um défice, uma vez que toda água produzida não consegue satisfazer a demanda.

"Não conseguimos abastecer toda a população de Luanda, portanto, existe um défice", um eterno défice que, segundo o responsável, "levou a EPAL a elaborar um projecto de reforço da capacidade à cidade de Luanda".

Verdade, porém, é que, com ou sem reforços, a água continua perigosamente a chegar à conta-gotas. Não obstante o facto de a EPAL viver de anúncios e anúncios de projectos, aparentemente, nunca concretizados, talvez porque o horizonte temporal para a consumação de todos eles ser infinita.

Facto é que o consumidor pouco está se marimbando com a chusma de projectos anunciados que só trarão água em 2020. Quer, isso sim, que, ao menos, a

concretização destes projectos se traduza em melhoramentos significativos e diretos nas comunidades.

Em suma, quer água. Só que a EPAL insiste em não querer saber que os consumidores deste líquido precioso, ávidos de saciarem esta gritante e elástica falta de água, que vem de há anos, já não se prestam a ouvir os argumentos, muitas vezes paliativos, ora de que o crescimento populacional superou a capacidade de distribuição.

Ora de que o garimpo às condutas persistem. Leonildo Ceitas queixou-se na semana passada de que um dos grandes problemas com que a empresa se debate é o muito propalado "garimpo nas condutas", que chamou de "roubo indiscriminado de água".

"Existem pessoas pouco honestas que, mesmo com condições de pagarem a água nas girafas que EPAL construiu para o efeito, ainda assim, dedicam-se ao roubo indiscriminado da água", queixou-se o titular da EPAL, preocupado com o facto de "essas pessoas", segundo ele, "não serem punidas".

"O que nos entristece é que temos muitos problemas em levar essas pessoas às barras da Justiça. Talvez, uns se sintam demasiado protegidos, mas gostaríamos que a lei fosse para todos", observou, deixando escapar que, então, a EPAL está consciente de quem são os seus detratores causadores deste caos.

Simplemente consente, em detrimento dos consumidores e da sua própria imagem, enquanto empresa.

À nível de Luanda, por exemplo, provavelmente a contar com a ineficiência que se verificava no abastecimento de água, o Estado havia disponibilizado camiões cisternas que, numa determinada periodicidade, forneciam o líquido à população.

Estranho é que, de um tempo para cá, as cisternas, sumiram, (quem as levou?), dando lugar ao lucrativo negócio de água praticado por pessoas possuidoras desse tipo de carros.

Outrossim, há alguns anos, o Governo vem implementando um programa de âmbito nacional para levar água a todos.

A iniciativa consome milhões de dólares dos cofres do Estado, regularmente, mas, segundo especialistas afectos ao Instituto Nacional dos Recursos Hídricos de Angola, o cumprimento do programa "Água para todos" depende, também, do censo populacional.

"O programa é um plano master. Ou seja, um Instrumento da planificação hídrica que congrega uma série de consumidores.

Mas nós precisamos saber concretamente quantos nós somos. E este dado estatístico só será aferido em Maio de 2013 quando se levar a cabo o censo populacional", referem e acrescentam que atualmente, 40 a 60% da população beneficia do abastecimento de água.

8.33 O negócio da água continua

A Capital

30 De Março de 2013

Comemorou-se a 22 de Março o Dia Mundial da água, contudo, a maioria das pessoas em Angola ainda não beneficiam deste precioso líquido com a abundância e qualidade necessária. Devem ser pouquíssimas as pessoas que nunca sentiram as sacudidelas da falta de água nas suas casas.

Actualmente são pouquíssimas as residências que não possuem um reservatório de água. Muitas casas construídas na era colonial tiveram de sofrer obras de reabilitação com vista a serem munidas de tanques de água.

E enquanto a falta da água continuar a fazer morada no nosso meio, teremos também de continuar a apreciar a proliferação de doenças e o enriquecer despidorado de certas pessoas à custa do sofrimento dos outros.

Refiro-me concretamente àqueles que se dedicam a sabotagem de condutas e a venda de água em cisternas e a preços que bem entendem. Segundo pudemos apurar os grupos de garimpeiros de água funcionam mais na calada da noite.

Estes sabotam as condutas, canalizando milhões de litros de água para tanques construídos em quintais ou dentro das casas e até mesmo debaixo de camas.

Em seguida, algumas vezes às escondidas outras à vista de todos, com motobombas transferem essa água para cisternas as quais aparecem nas ruas, vendendo o precioso líquido a preços de arder os olhos.

Em Luanda são vários os pontos onde se concentram os vendedores de água e os preços aí praticados são muito voláteis. Segundo se conta, um indivíduo bem apresentado ou que esteja a bordo de uma viatura com uma certa presença corre sempre o risco de pagar mais caro.

A inconstância dos preços praticados pelos homens das cisternas tem complicado muito a vida de milhões de cidadãos que dependem da água de cisternas, uma vez que fica-lhes muito difícil planificar.

Normalmente, nos pontos onde estacionam as cisternas, há sempre um pequeno grupo de jovens que são chamados de "matocheiros". O "matocheiro" não é senão um angariado de clientes e com grande capacidade de persuasão.

Segundo alguns destes jovens, com os quais conversamos nas imediações da Rotunda do Camama onde param cisternas, em tempos de abundância uma cisterna de 5 mil litros chega a custar entre 8 a 12 mil kwanzas, uma de 10 mil litros chega a custar entre 13 a 18 mil kwanzas; uma de 15 fica aí a volta de 18 a 24 mil Kwanzas, dependendo da localização da casa onde se vai depositar a água.

Segundo os mesmos jovens, em tempos de carência de água as coisas complicam-se terrivelmente e uma cisterna de 5 mil litros só pode ser adquirida com um preço médio de 13 a 18 mil kwanzas; uma de 10 pode ficar entre 18 a 28 e a de 15 mil litros pode atingir mesmo aos 40 mil kwanzas, dependendo sempre do local.

E quando a situação aperta em termos de carência de água, os homens das cisternas vendem até a água da Mukwenha.

Mukwenha é um eufemismo usado pelos vendedores de água para se referir a água imprópria para o consumo humano. Segundo os matocheiros, a água das mukwenha é apanhada em lagoas nas imediações do Kukuxi e em seguida é vendida mesmo assim.

Normalmente dada a escassez do precioso líquido os clientes nem sempre prestam atenção na qualidade da água e desta forma ao invés de gastarem dinheiro para resolver um problema, gastam para arranjar outros problemas. Não é por caso que os hospitais da capital do país e não só andam abarrotados de doentes.

Há muita gente a consumir água imprópria no nosso país e só não experimentamos ainda o pior porque Deus é mesmo amor e ama o nosso país e o nosso povo. A falta de água tem sido também motivo de desurbanização de muitos espaços.

Quem conheceu Luanda noutros tempos está bem lembrado da existência de algum verde. Hoje, porém o quadro mudou e o verde sumiu. A Vila Estoril no Golf II, já foi um lugar maravilhoso com verde e muita urbanidade.

Depois que começaram os problemas de falta de água cada um fez o seu tanque, cada um fez a sua canalização e hoje aquela Vila está num estado lastimável.

As falhas constantes de água no Projecto Nova Vida podem levar aquela urbanização a um estado de degradação total. Aliás os imensos espaços verdes já fazem parte do passado. Tudo indica e se o quadro atual não mudar o Nova Vida irá desembocar numa algazarra, parecida a da Vila Estoril.

E depois do Nova Vida, sem sombra de dúvidas, outros projectos habitacionais com o Kilamba e as outras novas centralidades poderão ter o mesmo fim.

Faço votos que a EPAL resolva o problema da água em Luanda, para salvar as novas centralidades de eventuais desordens, melhorar a qualidade de vida das pessoas e ajudar o Estado a não continuar a perder enormes recursos financeiros com a compra de medicamentos.

8.34 Central de captação de água em construção

Jornal de Angola
31 De Março de 2013

As obras de construção da nova central de captação, tratamento e distribuição de água potável, a cargo da empresa chinesa Sinohydro, estão avaliadas em mais de 45 milhões de dólares.

Com a duração de dois anos, para a sua construção, a central de captação terá capacidade para bombear 11 mil metros cúbicos de água por dia. O empreendimento vai contar ainda com um tanque de armazenamento de água, com capacidade para dois mil metros cúbicos, e com equipamentos de apoio, nomeadamente dois geradores, duas bombas de água, área de tratamento de resíduos e leito de secagem.

O governador da província do Kuando-Kubango, Higinio Carneiro, salientou que este projecto está a ser construído no quadro das várias ações que o Executivo está a implementar em todo o país e que visa melhorar o abastecimento de água potável a todas as populações.

Acrescentou que a intenção da construção da nova central de captação de água na cidade de Menongue surge na medida em que o atual sistema, construído no período colonial, se encontra em estado avançado de degradação.

Higinio Carneiro realçou que a estratégia de inclusão de um novo sistema de água para mais de 150 mil habitantes visa atrair mais investidores nacionais e internacionais para a região.

Doação de produtos Pelo menos 54 crianças desfavorecidas e em conflito com a lei a viverem no centro de acolhimento Mbembwa, na cidade de Menongue, província do Kuando-Kubango, beneficiaram de caixas de leite, bolachas e pastas de dente doados pela Agência de Manequins e Modelos "HadjaModels".

O coordenador do centro de acolhimento Mbembwa, João Bartolomeu, acrescentou que foram ainda entregues pela agência Hadja Models sambapitos, escovas, cadernos, esferográficas e lápis.

"Não temos como agradecer este gesto, tendo em vista que os meios entregues vão suprir algumas dificuldades que o centro tem estado a passar diariamente desde a morte do seu responsável, Padre João Bosco, no princípio do ano passado", acrescentou. Fez saber que neste momento, o centro de acolhimento Mbembwa enfrenta dificuldades de

falta de salas de aulas, dormitório condigno, refeitório e guarnição, situação que tem vindo a perigar a vida das crianças.

Por essa razão, apelou às outras organizações e pessoas singulares no sentido de seguirem o mesmo gesto solidário da agência de manequins e modelos "Hadja Models.

O promotor do evento e director da agência "Hadja Models", Hadjalmar El Vaim, disse à imprensa que o projecto "Moda Solidária", que a sua instituição tem estado a realizar, tem como objetivo arrecadar fundos para ajudar lares e centros de acolhimento em todo o território nacional, com vista a minimizar algumas carências que enfrenta.

Hadjalmar EI Vaim salientou que a par do Kuando-Kubango, este projecto já decorreu nas províncias de Luanda e Benguela. "Somos de opinião que as crianças não devem ser valorizadas só no mês de Junho e no Natal, mas sim todos os dias, porque elas são o futuro do país e portanto temos que os cuidar no presente para que possamos ter um futuro sadio", disse.

A madrinha do centro de acolhimento Mbembwa, Ana Maria Carneiro, apelou às pessoas singulares e coletivas a aderirem à causa, "que visa dar alegria a estas crianças que tantos merecem, uma vez que são o futuro do país".

Igualmente a esposa do governador provincial, Higinio Carneiro, Ana Carneiro referiu que tem recebido alguns apoios das Igrejas, de Organizações não-governamentais, Ministério da Reinserção Social (MINARS) e de várias empresas e pessoas singulares que têm visitado o referido centro.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Mulheres defendem lei contra a violência

Jornal de Angola
02 De Março de 2013

Março só dá mulher. Quando chega este mês, o gingar é maior, o sorriso ainda mais. “O mês é nosso”, dizem as quitadeiras que dia-dia procuram, cada vez mais, se impor nesta sociedade que aos poucos vão dominando e onde procuram mostrar o seu potencial.

Erica Fonseca é uma dessas mulheres que viveu na década de 60 e acredita que a vida da mulher era melhor naquela época. A simpática senhora, de 63 anos, casou-se com apenas 17. Com a mesma idade teve a primeira filha e começou a ter a responsabilidade de administrar um lar.

No início as coisas eram mais fáceis, pois ela e o marido moravam em casa da sogra e tinham apoio da família. Porém, após alguns anos o jovem casal e seus três filhos mudaram-se para a casa própria e as responsabilidades de administrar o lar aumentaram.

"Naquela época a gente não tinha muitas expectativas. A mulher que passava dos 18 anos sem casar já estava destinada a ficar para "tia". Nós apenas esperávamos crescer para casar e ter filhos. Com 20 anos eu já tinha três filhos. Naquela época a gente não conhecia o método anticoncepcional", lembra a senhora.

Mesmo assumindo o papel da típica dona de casa, Erica foi uma mulher moderna para a sua época. Ela sempre trabalhou fora de casa, para ajudar no sustento do lar, mesmo quando os filhos ainda eram pequenos. Ela também revolucionou no quesito família.

Separou-se do marido numa época em que o divórcio ainda era tabu. "Trabalhar fora de casa ajudou-me a crescer. Agradeço muito por poder ter tido essa experiência" comenta. Apesar de ser uma mulher bastante ousada para a sua época, Erica acredita que a vida era melhor e mais fácil nos anos 60.

Para ela, a liberdade da mulher moderna trouxe muitas responsabilidades, que acabaram afastando as mulheres das suas tarefas no lar. E dá um exemplo: "hoje vemos muitas mulheres a preocuparem-se muito mais com o trabalho do que com os filhos".

Érica Fonseca acredita que por esse motivo muitas famílias estão desestruturadas.

Além disso, continuou, a mulher conquistou uma liberdade sexual, com os anticoncepcionais, que não está a ser controlada, e muitas mulheres estão a contrair doenças por causa dessa liberdade", opina Erica, que neste dia 2 de Março utiliza este espaço para felicitar todas as mulheres pela sua força e garra na administração do lar e na luta para a conquista de mais espaço em cargos de direção e tomada de decisão política do país.

Neusa Santos diz que a mulher tem enfrentando diverso tipo de discriminação e procurado adaptar-se em relação aos "afazeres puramente femininos", como cuidar da casa e da família. A mulher conseguiu superar as suas dificuldades e ainda administrar o seu tempo a favor das suas atividades, para que as questões familiares não entrem em conflito com questões profissionais e sociais.

Neusa dos Santos sublinhou que a mulher ainda é alvo de grande discriminação por aqueles que ainda acreditam que "lugar da mulher é no fogão", e por isso enfrenta o grande desafio de mostrar que apesar de frágil é forte, ousada e firme na tomada de decisões, quando necessário.

"A mulher tem marcado as últimas décadas mostrando que a competência no trabalho também é um grande marco feminino. Apesar de ser taxada como sexo frágil, a mulher tem se mostrado forte o bastante para encarar os desafios propostos pelo mercado de trabalho com convicção e disposição", considera Neusa Santos.

Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente para as mulheres. Ganhar o seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter a sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas. Quem afirma é Sílvia Nascimento, que acrescenta que atualmente, o perfil das mulheres é muito diferente do existente no século xx.

Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade como os homens, ela ainda realiza as tarefas tradicionais, como a de ser mãe, esposa e dona de casa - sublinhou. Actualmente, diz Sílvia Nascimento, a sociedade apresenta várias oportunidades de crescimento profissional, as quais estão a ser disputadas por profissionais cada vez mais qualificados e as mulheres estão em maioria nas faculdades.

Há que ter isso em conta, atirou. Afetividade, sensibilidade, percepção aguçada, versatilidade, são características que os homens procuram não

demonstrar para não parecerem frágeis, enquanto as mulheres sempre cultivaram isso como um dom, desenvolvendo-as em cada situação em que elas atuam e conquistam assim um espaço maior.

"Hoje as donas de casa podem também ser boas motoristas, mecânicas, engenheiras, advogadas. Já está mais do que provado que as mulheres são perfeitamente capaz de cuidar de si, de conquistar aquilo que desejam e de provocar mudanças, profundas no decorrer da história da humanidade", afirma Sílvia Nascimento, funcionária pública.

A secretária provincial da OMA em Luanda, Eulália Rocha, afirma que a realidade do crescimento do espaço feminino tem sido percebida pela participação da mulher em diferentes áreas da sociedade que lhe conferem direitos sociais, políticos e económicos, em pé de igualdade com indivíduos do sexo oposto.

"Não há desenvolvimento sem educação. Esta é uma máxima que muitos têm defendido ao longo dos últimos anos e que também preocupa a OMA.

As mulheres só poderão ter igualdade de oportunidades se tiverem acesso ao conhecimento", diz Eulália Rocha, que acrescenta que "o projecto de alfabetização está num bom caminho e o número de mulheres analfabetas é cada vez mais reduzido".

Eulália Rocha afirma que apesar das condições que tem para trabalhar no combate ao analfabetismo não serem as melhores, tudo tem feito para que o seu trabalho não fique parado. Neste momento existem mais de 270 alfabetizadores.

Os municípios do Kilamba Kiaxi e Viana estão com os programas adiantados e com maior participação das mulheres.

"O analfabetismo não pode ser resolvido só com boa vontade. É preciso estimular os homens que se propõem a ensinar as comunidades, arranjar locais onde se possa proceder a este ensino, educar as populações para que não destruam esses locais", afirmou.

"Muitas vezes' grupos de vândalos destroem os "jangos" que são construídos", denunciou. "Depois é necessário um enorme esforço de sensibilização para convencer as pessoas que é fundamental saberem ler e escrever. Esse é um trabalho que vamos continuar a fazer e em que estamos fortemente empenhadas.

Apostamos na educação das mulheres para valorizar o seu papel na sociedade", advoga a secretária provincial da OMA Eulália Rocha defende que deve ser regulamentada a Lei contra a Violência Doméstica

e que seja feita a justiça para aquelas pessoas que praticam agressões.

Garantiu que a OMA vai continuar a trabalhar no combate contra a violência até que a sociedade perceba que não se pode praticar violência com quem quer que seja. "Os valores morais e cívicos em algumas famílias angolanas estão totalmente destruídos.

Face a esta situação, estamos à procura de caminhos para a reestruturação das famílias no país. Considerou necessário que as mulheres, sobretudo religiosas, exerçam mais o seu papel na harmonização das famílias, com a educação cristã do novo homem, para que cresça consciencializado com um mundo pacífico e de amor ao próximo".

Apesar de os casos transparecerem que estão aumentar, há que reconhecer também que o número de casos diminuiu de oito para seis mil e é cada vez mais o número de cidadãos a denunciar essa barbaridade, venceu.

9.2 Grupos de marginais desmantelados

Jornal de Angola

02 De Março de 2013

O comando da Polícia Nacional no Kuando-Kubango desmantelou, no ano passado, 146 grupos de presumíveis marginais, acusados de assaltos a moradias e a estabelecimentos comerciais. Segundo o balanço anual da corporação, enviado ontem à Angop, os grupos, com diversas denominações, foram desmantelados nos municípios de Menongue, Cuchi, Cuito Cuanavale, Mavinga e Nancova.

O relatório da corporação no Cunene sublinha que os grupos se dedicavam também a roubos e furtos de motorizadas, material de construção civil e electrodomésticos.

A Polícia recuperou e apreendeu ainda oito armas do tipo AKM, dois explosivos, 11 supostas pedras de diamante, 39 aparelhos de som, cinco painéis solares, uma máquina de soldadura, três computadores portáteis e 22 DVD.

A nota relata que fazem parte dos meios apreendidos 21 geradores, 32 botijas de gás, 47 televisores, quatro pistolas do tipo "Star", nove carregadores, 326 munições de AKM e 6.789 quilos de liamba. Quinta-feira, a Polícia Nacional completou 37 anos de existência, tendo o ato central sido realizado na província de Benguela.

. O reforço do combate à criminalidade e à imigração ilegal e a promoção de campanhas de prevenção rodoviária foram evocados nos discursos feitos pelos comandantes provinciais alusivos ao dia da Polícia.

A Polícia reconhece que o policiamento de proximidade, um conceito em voga hoje em dia no mundo, tem tido resultados satisfatórios devido ao envolvimento da população.

9.3 Polícia intensifica recolha de armas

Jornal de Angola
03 De Março de 2013

O comando provincial da Polícia Nacional do Bengo intensificou, nos últimos dias, as suas ações operativas, visando a recolha coerciva de armas de fogo em posse ilegal de cidadãos. De acordo com um comunicado da corporação, os efetivos recolheram, na semana finda, nos municípios do Dande, Dembos e Pango Aluquém, três armas de fogo, sendo duas do tipo AKM e uma caçadeira.

O documento refere que foram entregues voluntariamente, desde o início do processo de desarmamento, em Abril de 2008, 4.459 armas de fogo de diversos tipos e calibres, sendo 3.323 AKM. Foram entregues também 23.459 munições, 1.381 carregadores, 339 explosivos e 26 projéteis de lança-granadas.

No âmbito da campanha de recolha de armas foram instaurados 71 processos, crime que resultaram na detenção de 132 pessoas. Foram julgados, sumariamente, 26 cidadãos, dos quais 24 condenados a penas de dois a oito anos de prisão e dois foram absolvidos, enquanto 67 processos, envolvendo 103 detidos, aguardam o julgamento.

Na comuna de Xangongo, município de Ombadja, pelo menos 98 engenhos não detonados foram destruídos pelo Instituto Nacional de Desminagem (INAD) no Cunene.

O supervisor da brigada de desminagem do INAD no Xangongo, Edison Popeu, disse que os engenhos foram removidos nos arredores das comunas de Xangongo e Naulila, município de Ombadja, na sequência de denúncias da população local e do trabalho desenvolvido pelo instituto, em colaboração com as autoridades tradicionais.

Entre o material destruído havia três minas antitanque, quatro antipessoais, quatro granadas de RPG 7,24 granadas, carregadores de PKM, 400 gramas de explosivos e 6.872 munições. Edison

Popeu apelou à população no sentido de continuar a colaborar com as empresas de desminagem.

9.4 “A violência doméstica deixou de ser de fórum privado

Angolense
08 De Março de 2013

Em entrevista exclusiva a este jornal, a responsável assegurou que, "a questão da violência doméstica deixou de ser de fórum privado para público. "As pessoas ganharam consciência disso, eis a razão de tanta denúncia", afirmou.

Anteriormente, referiu, quando a vítima dirigia-se a uma unidade policial mandavam-na regressar à casa e resolver o assunto em família, mas agora com a provação da Lei, por se tratar de um crime público, o tratamento é diferente.

Outrora, numa alusão ao passado, "não havia um registo elevado de queixas e quando houvesse as próprias vítimas retiravam a queixa alegando estar arrependida ou ter solucionado o problema com o agressor, que na maioria dos casos, era o próprio congêus.

"Hoje uma ou outra que êxito quando dissemos que vamos encaminhar o caso a Direção Nacional de Investigações Criminais. Mas a maioria aceita com naturalidade", disse a responsável.

Segundo disse, os casos de denúncias mais frequentes estão ligados a fuga de paternidade e pensão alimentícia, sendo que para além destes, também têm sido denunciados casos de abusos sexuais de menores que nalguns casos são praticados pelos próprios progenitores.

"Quando assim acontece, os casos são encaminhados para o Instituto Nacional da Criança, que da prosseguimento ao caso e normalmente termina em tribunal.

Já os casos de fuga a paternidade e pensão alimentícia são tratados pela área de aconselhamento do Ministério da Família e Promoção da Mulher, em que as partes são chamadas para se chegar a um acordo mútuo, de acordo com a lei contra a Violência Doméstica nº 25/11, no seu artigo 21º. Diariamente, revelou, são atendidos ao nível do Ministério da Família oito a doze casos.

"Acredito que o número não difere muito dos centros de aconselhamento", admitiu. Adiantou, por outro lado, que apesar de estar patente que as denúncias aumentaram, ainda não se fez um estudo

para se determinar o índice de casos de violência doméstica.

Referira-se que apesar de existir a Lei contra a violência doméstica, que foi aprovada a 21 de Julho de 2011, muitas pessoas vítimas continuam a não apresentarem queixa contra os agressores o receio de sofrer represarias por parte destes.

Prova disso, foi o mais recentemente "caso Prelex", em Luanda, que duas cidadãs foram brutalmente violentadas no interior de um supermercado, no bairro Golf, por onze indivíduos, por supostamente terem roubado uma garrafa de champanhe.

Após acção foram coagidas a não falar sobre o caso. Uma das vítimas contou que foram levadas para o andar de cima e começaram a ser espancadas sem dó e nem piedade. "Amarram-nos e obrigaram-nos a comer gindungo", contou.

De acordo com o artigo 24º da lei sobre a violência doméstica, a denúncia pode ser feita por qualquer pessoa ou autoridade que tenha conhecimento do facto criminoso. A queixa ou denúncia pode ser apresentada verbalmente, por escrito, por telefone, via eletrónica, perante a autoridade policial ou ao Ministério Público.

Feita a denúncia ou queixa as autoridades competentes irão averiguar a veracidade dos factos relatados pela vítima ou por outrem. Importa realçar que o indivíduo que fazer uma denúncia falsa de algo não tenha acontecido na prática poderá incorrer a pena aplicável ao crime de denúncia caluniosa.

9.5 Queremos passar á acção no combate á violência

Jornal de Angola
08 De Março de 2013

As mulheres angolanas têm dado o máximo de si e participado lado a lado na reconstrução do país, não só em termos físicos, mas de moralização da sociedade e dignificação das famílias. A mulher esteve sempre presente no desenvolvimento do país.

E assim que participou na luta de libertação e agora contribui para a reconstrução. Reconheço que ainda tem que se fazer mais para se atingir a meta de 50 por cento em termos de igualdade plena entre homens e mulheres.

Estamos a fazer um trabalho com os órgãos representativos no sentido de concluirmos o trabalho de representatividade das mulheres como dizem os

instrumentos das Nações Unidas e da União África no que concerne a igualdade plena entre homens e mulheres que é atingir a meta de 50 por cento.

Vamos continuar a trabalhar no sentido de promover a mulher. O esforço das mulheres é reconhecido até ao mais alto nível do país. Existem políticas e programas a nível central, provincial e municipal que visam o desenvolvimento e visibilidade da mulher.

Precisamos reconhecer que há muitas mulheres a militarem em partidos políticos e nos órgãos de decisão. Estamos num bom caminho.

Agora nós mulheres é que devemos nos unir e fazer valer as nossas competências e habilidades. Com toda humildade, vamos nos engajar para contribuir para a redução dos grandes índices de pobreza, da mortalidade materno-infantil, e elevar o nível de educação, sobretudo das mulheres rurais e da periferia, que se debatem, ainda, com problemas de analfabetismo.

Temos de lutar muito para inverter esse quadro. E temos fé que tudo iremos fazer no sentido de cumprirmos com as nossas tarefas. Temos outras atribuições, porque alguns projectos de índole social que estavam no Ministério da Agricultura passaram para a Família.

De forma mais atuante vamos intervir junto das famílias quer a nível urbano quer rural, onde existem, ainda, muitos problemas como a falta de água, de luz e de uma habitação condigna. O bom comportamento é fundamental para a coesão das famílias e da sociedade.

Nós temos um programa de combate à violência que visa reeducar as famílias. O programa já foi apresentado na Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros e aguardamos pela sua aprovação.

Posteriormente vamos pô-lo em prática nos meios urbanos e rural. A violência tem maior incidência nas zonas urbanas. Preocupa-nos a situação no meio urbano e nas periferias, tendo em conta a dinâmica da sociedade.

Só a Lei não resolve os problemas. Houve a necessidade dela ser regulamentada, e analisada a nível do Conselho de Ministros. Estamos a aprovar agora o plano executivo, onde estão delineadas todas as ações, quer preventivas, quer de atuação junto das vítimas.

Para os agentes o estudo vai ser feito no sentido de se tentar saber a razão da causa. Se for por razão económica, vamos ter que intervir com políticas

sociais e se for psicológica, vamos trabalhar com especialistas no sentido de recuperar essa pessoa e inseri-la no seio da família e da sociedade.

Para reforçar todo o programa, vamos continuar a trabalhar com a Ordem dos Advogados no sentido de apoiar as famílias sem recurso apesar do acesso gratuito.

Estamos à espera que ainda este mês de Março possam ser aprovados o regulamento e plano de acção. Já existem casas de acolhimento para as vítimas em todo o país? Existem em oito províncias, mas o nosso plano prevê um centro da mulher em cada município.

Estamos a construir casas para as vítimas e proteger a sua integridade física até que as autoridades criminais resolvam a situação. Temos ainda um programa de refrescamento dentro e fora do país, no que conceme ao aconselhamento às vitimas.

Esses e outros métodos vão ser utilizados na protecção das vítimas de violência doméstica. Estamos com um programa de Desenvolvimento Comunitário, que tem como base a erradicação do analfabetismo, não só no seio das mulheres, porque nos meios rurais encontram-se muitos jovens que hoje deveriam frequentar a Faculdade e ainda estão no grupo de analfabetos.

Temos uma campanha em parceria com o Ministério da Educação e o nosso implementador que é a ADPP e até Dezembro de 2012 registamos 55 mil pessoas alfabetizadas. Existem, não de forma eficiente como desejaríamos.

Mas temos vários programas de apoio, principalmente para as mulheres rurais, que cobrem as vertentes social e económica, através do projecto de microcréditos e também o apoio de protecção social para as mais carenciadas, para que elas depois possam ascender por si só.

Que mensagem deixa às mulheres africanas, em especial as angolanas, Uma mensagem de paz, tranquilidade e tolerância, porque nota-se que as famílias estão menos solidárias.

Por isso apelo às mulheres a sermos o exemplo da sociedade, porque até temos apoio do mais alto nível e precisamos acreditar nos programas, embora haja ainda algumas dificuldades, mas no fundo tudo o que estamos a fazer visa melhorar as condições de vida das populações e as mulheres são fundamentais.

9.6 Cidadãos da RDCongo inquietam Cabinda

Semanário factual

De 09 a 16 de Março de 2013

Os cidadãos do Congo Democrático lideram as estatísticas de criminalidade em Cabinda, ocupando a maior comunidade prisional em todas as unidades penitenciárias no enclave, fez saber, nesta semana, o director da Polícia de Investigação Criminal em Cabinda, superintendente-chefe Oliveira da Silva.

De acordo com a fonte, em cada 20 criminosos detidos por assaltos à mão armada, crimes de furto, violação sexual e roubos, 19 são da RDCongo e apenas um é angolano.

Esses indicadores são preocupantes pelo facto de muitos desses detidos serem marginais altamente perigosos e terem cumprido penas de prisão naquele país vizinho e acarretam custos ao Estado angolano.

Oliveira da Silva referiu-se ao facto da esmagadora maioria da população prisional ser composta por congolese, o que acarreta enormes gastos ao Estado angolano.

Os congolese democráticos, para além de dominarem a população prisional, segundo Oliveira da Silva, estão a introduzir práticas criminais que ontem eram atípicos em Cabinda.

Adverte a existência de novos métodos de burla por defraudação e de falsificação de moeda estrangeira. Oliveira da Silva pediu a colaboração da população no combate à imigração ilegal, controlando a estada de estrangeiros no país e denunciando todo aquele que se achar no nosso território em situação migratória.

Cerca de 95 por cento dos crimes graves cometidos em Cabinda são cometidos por congolese. Segundo a Polícia de Investigação Criminal, a tendência é crescente em virtude da vulnerabilidade das fronteiras com os Congos e de muitos se encontrarem numa situação migratória ilegal.

9.7 Gangs tiram sono a cidadãos

Semanário factual

De 09 a 16 de Março de 2013

Os moradores são diariamente confrontados com assaltos à mão armada e crime de violação sexual, além de se presenciar as lutas entre os três gangs rivais, que têm retirado a segurança pública naquelas áreas. Este facto tem obrigado muitos moradores a

abandonarem as suas residências e a procurarem outras áreas com maior segurança.

Segundo uma fonte contactada pelo Factual, os integrantes dos grupos têm idades entre os 15 e os 23 anos, e que, várias vezes, exibem armas de fogo em pleno dia. Actualmente, as áreas dominadas por estes grupos de marginais estão a ser considerada como "África", devido ao grande clima de hostilidade que aí se vive.

Moradores alegam que a movimentação, sobretudo nas zonas do mercado do Ngangula, Gamboa, Cacos e Canivete, é feita de forma receosa, a população teme que, a qualquer momento, pode ser intimidada por um dos grupos.

No período noturno, a movimentação torna-se quase impossível, tendo em conta a fraca iluminação pública. Para a fonte contactada pelo Factual, os integrantes destes grupos têm demonstrado nas suas atitudes o desrespeito às autoridades, pois, em alguns momentos de briga, os gangs acabam por fazer disparos de armas do tipo AKM, de cano cortado.

"Em alguns momentos presenciei a luta entre estes grupos de marginais. Existem momentos em que um grupo acaba por entrar no território inimigo para raptar um dos integrantes do grupo contrário. Este é torturado, brutalmente, com garrafas, catanas e barras de ferro. Em retaliação, o outro grupo faz também uma incursão ao território inimigo; nós vivemos uma tremenda guerra parecida a da Somália", explicou a fonte.

O Factual ficou ainda a saber que, para não serem apanhados desprevenidos, os grupos acabam por estar armados com armas do tipo AKM quando se reúnem em seus pontos habituais de concentração nos respectivos territórios.

A inexistência de patrulhamento policial e a ausência de fornecimento de energia eléctrica fazem com que os bairros mencionados se encontrem mergulhados em situação de total insegurança, facto que possibilita a ocorrência de inúmeros crimes. Por outro lado, os moradores afirmam que a ausência de esquadras móveis nestas zonas tem possibilitado a acção dos marginais, tanto no período diurno como noturno. Os comunais do Cazenga Popular apelam a rápida intervenção das autoridades, no sentido de se evitar que o pior aconteça, tendo em conta que os assaltos a residências, bem como as constantes rixas entre os grupos, têm tomado contornos alarmantes, pondo em causa a paz social.

9.8 Casos de violência revoltam governante

Jornal de Angola
12 De Março de 2013

A vice-governadora da Lunda Norte, Deolinda Vilarinho, insurgiu-se na vila do N'zagi, município do Cambulo, contra a violência doméstica que se tem registado diariamente na província.

Deolinda Vilarinho, que falava no âmbito das atividades do mês dedicado à mulher, disse que a violência doméstica tem afetado a sociedade na província da Lunda Norte, com maior realce nos centros urbanos, onde se registam índices elevados de casos de desemprego e analfabetismo.

Para o combate a esta situação, a vice-governadora defendeu a criação de emprego para os jovens e apoio ao empreendedorismo. Deolinda Vilarinho apelou às mulheres para aderirem aos programas do Executivo sobre o empreendedorismo e a formação técnico-profissional, para assegurar a sua inserção económica.

"A mulher desempenha um papel fundamental no lar e na sociedade, porque nela recai a responsabilidade de garantir a harmonia, a paz, a concórdia e a consolidação do comportamento e atitude digna no seio da família", referiu a vice-governadora Deolinda Vilarinho.

A diretora provincial da Família e Promoção da Mulher, Elisa de Almeida, salientou que os acentuados níveis de pobreza que afetam a maioria das famílias estão na base de várias práticas imorais, como abusos sexuais e gravidezes precoces, que violam os valores éticos, cívicos e morais da sociedade.

A moralização na família é o tema principal das comemorações do mês dedicado à mulher e que tem como objetivo promover a mudança de atitudes e a consciencialização da população.

No quadro das jornadas "Março' Mulher" estão a ser realizadas em todos os municípios da província da Lunda-Norte várias atividades como palestras sobre o combate ao analfabetismo e à pobreza.

Elisa de Almeida considerou ser preciso dar mais atenção ao programa de inserção da mulher rural nas organizações comunitárias, como associações de camponeses, para que possa ter acesso ao micro crédito e a instrumentos de trabalho, para o desenvolvimento da agricultura, no âmbito do programa de combate à pobreza.

9.9 Falta de mesada está a preocupar as autoridades

Jornal de Angola

14 De Março de 2013

O número de casos de incumprimento de mesada no Cunene está a assumir contornos preocupantes já passou a ser uma das principais causas dos conflitos familiares, com 102 das 187 situações de violência doméstica notificadas durante o ano passado.

A diretora provincial da Família e Promoção da Mulher, Rosa Gaudêncio, referiu que, a par do incumprimento de mesadas, a província registou ainda 22 ofensas corporais e 21 morais, 14 abandonos do lar, 13 desalojamentos, oito privações de liberdade de bens e um adultério.

Dos casos registados, no período em análise, 157 foram resolvidos, 26 encaminhados para a Procuradoria, enquanto outros quatro foram conduzidos para a Direção Provincial de Investigação Criminal (DPIC).

Por outro lado, o número reduzido de fiscais do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Cunene e de meios de comunicação dificulta a fiscalização da flora na província, declarou à Angop o responsável do sector.

Abel Zamba disse que os 25 fiscais são insuficientes para fiscalizar os seis municípios e que a dificuldade se acentuou nos últimos tempos no Cuvelai, Cuanhama, Cahama e Namacunde. "A situação torna-se preocupante por a população persistir em fazer queimadas e abater árvores de maneira indiscriminada".

9.10 Capturados 130 supostos marginais

Angolense

15 De Março de 2013

Segundo dados da Polícia Nacional, a referida operação permitiu o esclarecimento de 70 crimes, nomeadamente um homicídio frustrado, duas violações, quatro ofensas corporais, 24 roubos, duas viaturas, oito motorizadas e vinte e um furtos.

Quanto às apreensões: 28 armas de fogo, sendo quinze do tipo AKM, dez pistolas, duas Galili Uzi e foram recuperadas duas viaturas, onze motorizadas, nove geradores, vinte e um telemóveis, três botijas de gás butano, um televisor e duas colunas de som.

Foram ainda apreendidas uma máquina fotográfica, uma mesa com as suas respectivas cadeiras plásticas e uma bateria de computador. O município do Cazenga onde foi desmantelado um dos grupos denominados os "Mini Diabos" que tiravam o sono e o sossego da população local, foi identificado como o mais perigoso.

Para o intendente chefe e director Provincial das Operações do Comando Provincial, Mateus de Lemos Rodrigues, para contribuírem no combate a criminalidade, as populações devem denunciar os crimes sem hesitar.

A operação, que envolveu igualmente agentes reguladores de trânsito, registou 54 viaturas e 97 motorizadas apreendidas por diversas infrações ao código de estrada, quatro condutores detidos por desacato a autoridade, dos quais três foram encaminhados ao tribunal por condução ilegal, sendo que um foi condenado a 45 dias de prisão efetiva.

Durante a operação, das 356 visitas a estabelecimentos comerciais por agentes da fiscalização da Polícia Económica, foram constatadas 293 infrações, das quais resultaram em 50 multas avaliadas em onze milhões e duzentos e sessenta e sete mil e oitocentos e quarenta e nove kwanzas (11.267.849,00 AKZ).

De acordo com a Polícia Económica, foram encaminhados ao tribunal 67 processos e a detenção de 43 elementos, 29 por especulação de táxi, 18 por contrafação discográfica, 12 por exercício ilegal de profissão, 4 vendas de livros da reforma educativa, 3 por vendas de medicamentos e 2 por danos materiais.

9.11 Crimes na província de Luanda devem merecer resposta imediata

O Independente

16 de Março de 2012

O aumento de furtos em algumas empresas e residências está a preocupar o comando provincial de Luanda, Segundo a sua responsável, comissária -chefe Elizabeth Ramos Franque. Esta preocupação foi manifestada, nesta quarta-feira, pela comissária -chefe à margem do 11º conselho consultivo alargado da corporação, realizado na semana finda, que teve como objectivo, fazer o balanço das actividades desenvolvidas em 2012 e perspectivar as acções para o presente ano. Segundo ela, é preocupante não só o número de roubos que se registam, mas a forma como são efectuados, em alguns casos usando armas de fogo. A comandante reconheceu ser preciso o

envolvimento de outras instituições para a melhoria da segurança na província de Luanda, tendo em conta as metodologias de combate ao crime, para o aumento da capacidade de resposta. Elizabeth Maria Ranque Franque elogiou ainda a cooperação existente entre o comando provincial e o governo de Luanda. Por sua vez, o governador de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, convidado a proceder a abertura do acto, defendeu o combate com rigor e prontidão de algumas situações, para não comprometer os esforços do Executivo em proporcionar uma vida mais tranquila e segura aos cidadãos. Fez saber que essas questões têm a ver com a segurança pública. Bento Bento destacou a necessidade da existência de políticas de proximidade no interior dos bairros 24 horas por dia, para que o pacato cidadão se sinta protegido das acções dos meliantes (...). Ladeado pela Comandante Provincial de Luanda, Elisabeth Ranque Franque, e pelo segundo comandante, Dias do Nascimento, considerou que o trânsito rodoviário clama pelo necessário rigor e actuação disciplinar por parte da Polícia Nacional.

Para Bento Francisco Bento, é preciso disciplinar e punir todos os actos que colocam em risco a vida das pessoas, nomeadamente aqueles que não respeitam as regras e o código de estrada, tornando ainda mais caótico o trânsito rodoviário, os que conduzem e estacionam as viaturas ou motociclos como entendem. Em relação às ocupações anárquicas de terrenos, do garimpo de água potável e da venda ambulante desregulada na via pública, fundamentalmente nas estradas e passeios, o governador asseverou que "essas acções são, em alguns casos, encorajadas por forças políticas e associações da sociedade civil, que nunca aparecem para ajudar na sensibilização da população mas sim quando o estado pretende corrigir e organizar administrativamente". Bento Bento reconheceu que a Polícia Nacional tem inúmeros desafios pela frente e este 11º Conselho Consultivo pode ajudar a enfrentá-los com sucesso, bem como a melhorar os procedimentos de actuação, que vão desde a colecta de informações, passando pela análise das mesmas e seu conteúdo, avaliação do resultado da intervenção e a "avaliação do impacto das acções policiais na sociedade em que vivemos". O governador referiu-se também ao campeonato do mundo de hóquei em patins que as cidades de Luanda e do Namibe vão albergar este ano, pelo que "a polícia será mais uma vez chamada a desempenhar o seu papel, tal como em outros grandes eventos, já realizados no país", concluiu. No evento, com a duração de apenas foram analisadas as actividades desenvolvidas pela corporação durante o ano 2012, situação do trânsito rodoviário e a apresentação do plano de acção

2013j2017. Prioridades para o presente ano, cronograma de acções, proposta de avaliação do desempenho em segurança pública, gestão administrativa, regulamento orgânico do serviço "desk denúncia" e o regulamento orgânico dos destacamentos fazem também parte da agenda de trabalho. O 11º conselho consultivo alarga-lo conta com a participação de comandantes de divisão e de quadros da instituição.

9.12 Menores no mundo do crime

Jornal de Angola
16 De Março de 2013

Entre as detenções efetuadas, o realce recai para um número elevado de menores envolvidos nos mais variados crimes, muitos deles com recurso a arma de fogo, Mas assumiram, por outro lado, substancial destaque dois casos sugestivos de envolvimento de militares das Forças Armadas Angolanas (F AA) em acções criminosas.

Bruno Filipe 'Bruno' e Adalberto João Adelino 'Nucho', ambos de 17 anos, são apenas dois exemplos de menores envolvidos no mundo do crime.

A dupla de colegas, acabou detida depois de um assalto frustrado numa cantina de cidadãos oeste-africanos, onde tencionavam concretizar a sua primeira acção criminal, recorrendo à arma de fogo da mãe de Bruno, uma oficial das FAA.

"Estávamos na escola, e então surgiu a ideia de fazermos um assalto. Como a minha mãe é militar e sei onde fica a arma dela, fomos à casa buscar a arma para o assalto na cantina de um maliano", explicou Bruno, um dos adolescentes.

Chegados à cantina e rendido o expatriado que ali se encontrava, exigiram que este desse-lhes o dinheiro que havia feito naquele dia. Se ao apontar a arma ao cidadão pensaram que estavam com meio caminho andado, enganaram-se. "O maliano não queria dar nada e estava a pedir para matá-lo", acrescentou.

Por serem assaltantes de primeira água, não estavam preparados, tão pouco tinham a intenção de matar alguém.

Sem disparar um único tiro, ou levar seja o que for da cantina, os aprendizes de marginais saíram às pressas, mas não a tempo de evitar o cerco dos vizinhos do imigrante que, apercebendo-se do que se passava, saíram em seu socorro.

"Fomos cercados, agredidos com pedras e paus antes de sermos trancados num quarto de banho até à chegada de uma patrulha da polícia que nos deteve", contou o jovem. António Domingos Agostinho ou simplesmente 'Angolano', de 20 anos, é outro jovem detido na operação levada a cabo pela polícia em Luanda.

De acordo com o mesmo, assim foi porque encontraram-no com uma arma de fogo do tipo AKM e conta porquê. "Estava a sair do Bom Jesus, em direção ao Calumbo, onde iria trocar a arma com uma motorizada de marca Bajaja que pertence a um militar das FAA", explicou.

Pelo adiantar da hora, decidiu pernoitar em Caquila, algures na zona de Calumbo e deu a arma a um senhor, conhecido seu, para guardá-la até a manhã seguinte.

"O kota foi ao soba, denunciou-me e na manhã seguinte quando fui à busca da arma a Polícia me prendeu", contou, para mais adiante revelar que a arma lhe foi dada por um curandeiro conhecido apenas por 'Pouco Aparece' que queria trocá-la pela sua motorizada.

"Mas como eu não tencionava trocar a minha disse-lhe que conhecia um militar no Calumbo que estava interessado em fazer essa troca, foi quando ele disse-me que poderia fazer o negócio por ele", notou.

Ao que disse, além da motorizada, "o chefe 'Yano', um militar que trabalha na Unidade de Calumbo, me daria também 15 mil kwanzas que seriam a minha gasosa", sustentou.

"Mas soube através do chefe Yano, que muitos militares solicitam e também vendem armamento, porque nem todos têm, outros têm mais de uma e outros são malucos", denunciou.

O jovem de apenas 20 anos, já tem passagem nas cadeias de Luanda nas Torres António Fastudo, 40 anos de idade, está a ver o sol aos quadrinhos fruto, conforme o próprio contou, de uma acusação de violação contra um menor de 13 anos, na zona de Luanda Sul.

"Tenho uma vizinha já idosa que vive sozinha e durante estes dias trouxe uma miúda que aparenta ter os seus 13 ou 14 anos para viver com ela", contou, para depois dizer que num dia chegou à casa e encontrou a menina com um jovem do bairro aos beijinhos.

"Não sei exatamente se eles tiveram relações sexuais, mas pela posição é possível que tenham tido. Conte

aquela cena à empregada e ela pediu-me que guardasse segredo e eu aceitei", notou.

O pedido da empregada em manter o namoro da menina em segredo não duraria muito tempo, pois, Fastudo tinha segundas intenções com a menor.

"Uma das vezes cheguei já em casa quais, ao que disse, estive preso mais de um ano e meio, em 2010, acusado de ter violado a sua prima. "Mas já deixei esta vida, porque naquela altura pertencia ao grupo marginal 'Os Fusão' e os nossos crimes eram desencadeados na Caop, concretamente na passagem de nível existente na área".

Embragado, vi a miúda a passar e chamei-a para uma proposta tentadora. "Perguntei-a se queria que eu a queixasse ou se preferia se envolver comigo", referiu, dizendo, em seguida, que ela o rejeitou.

"Mais tarde vejo-a contando à uma amiga sua o que eu lhe tinha dito e esta por sua vez contou à sua mãe", sublinhou, acrescentando posteriormente que a senhora não fez ouvidos de mercador e na companhia de outros vizinhos denunciou-o e acabou atrás das grades.

"Mas juro que não cometi o crime de que sou acusado, embora confesso que enquanto estava bêbado a chan-tageei".

Filipe Manuel Isaac, tal como os outros jovens que o antecederam, não escapou da 'limpeza' feita pela Polícia depois de se locupletar de 18 mil e 500 euros, quatro telemóveis, três relógios, alguns pares de brincos e anéis de ouro no condomínio Paraíso, onde trabalhava há mais de cinco anos como jardineiro, continuo e lavador de carros.

"Estou preso por ter assaltado uma casa no condomínio onde presto serviço", explicou, para os jornalistas, o motivo pelo qual figurava no grupo então apresentado à imprensa. Referiu, por outro lado, que o seu patrão intercala Luanda e Lisboa de quatro a seis meses para estudar, deixando-o a trabalhar no condomínio durante a sua ausência.

"Só que desta vez eles foram em Setembro e em Janeiro quando regressaram, praticamente em Fevereiro, apresentei as minhas contas do trabalho que havia feito", disse, para depois acrescentar que a patroa negou-se a pagar o que lhe era devido sublinhando que não estava convicta das contas apresentadas pelo funcionário.

"Então eu disse-lhe para fazer as contas e enquanto aguardava ela teria que dar-me algum dinheiro para fazer as matrículas e comprar alguns cadernos já que

estávamos em época de inscrições e eu tinha que estudar", explicou.

De acordo com ele, o seu pedido foi aceite, mas a patroa apenas deu-lhe 10 mil kwanzas e mandou-o desen- rascar o resto, não tendo feito caso algum naquele momento.

"Uma semana depois eles regressaram a Portugal e eu fui trabalhar. Como além da casa deles eu presto serviço numa outra casa, vi através do muro que a janela do quarto de banho não estava devidamente fechada", sustentou. Segundo o próprio, foi daí que veio a ideia de saltar o muro e entrar na residência.

"Com aquela raiva, não pensei mais bem e entrei pela janela até ao quarto do senhor. Mal entrei vi logo o dinheiro numa pista aberta ao pé da cama, os relógios, os brincos e os anéis em cima do armário", contou.

Ao que disse, pegou nas coisas que estava a levar consigo, quando notou que a porta estava a ser aberta pelo proprietário. "Quando dei conta que era ele, voltei a pular a janela, o muro e fui logo para casa.

Mas como nunca tinha feito uma coisa destas, fiquei com o coração pesado e até não consegui fugir de casa" referiu, para depois dizer que no dia seguinte não foi trabalhar.

"No dia seguinte prenderam o meu amigo para mostrar a minha casa. Foi quando ele veio com a polícia em minha casa, mas como eu não estava foram à minha busca na casa de um amigo onde me encontrava", reforçou.

Tão logo foi detido, segundo disse, encontraram os haveres locupletados da casa do patrão, "Devolvi tudo até os 300 euros que eu já tinha trocado e que não cheguei a gastar", notou, para depois salientar que além dos valores do patrão na pasta continha ainda 15 mil kwanzas seus que também foram levados pela Polícia para se fazer a devolução.

O Inspetor chefe Mateus de Lemos Rodrigues, Director provincial de Operações do Comando Provincial de Luanda, disse que das operações realizadas nos dias 7 e 8 do mês em curso, procedeu-se à detenção de 130 elementos envolvidos em crimes diversos, tendo 25 deles sido detidos em flagrante delito, "o que permitiu o esclarecimento de 70 crimes".

O destaque dos crimes esclarecidos, ao que disse, recai para "um homicídio frustrado, duas violações, quatro ofensas corporais, 24 roubos, dos quais, dois de viaturas e oito de motorizadas e ainda 21 furtos, sendo nove de motorizadas", notou.

"Foi ainda possível o desmantelamento de uma associação de malfeitores denominada 'Os Mini Diabo', que se dedicava a várias ações criminosas no município do Cazenga.

9.13 Conteúdo da lei é tema de debate

Jornal de Angola
16 De Março de 2013

Mulheres de vários estratos sociais foram informadas ontem, no Luena, durante uma palestra, sobre o conteúdo da Lei da Violência Doméstica, aprovada no ano passado pela Assembleia Nacional.

A chefe da secção para a política familiar da direcção provincial da Família e Promoção da Mulher, Lourdes Inocência dos Santos, afirmou que quanto maior for o número de mulheres informadas sobre a Lei da Violência Doméstica maior será a redução de ofensas.

A responsável disse que a fuga à paternidade, o abandono familiar, desavenças, ofensas corporais e morais são as ocorrências mais frequentes registadas na direcção provincial do Moxico da Família e promoção da Mulher.

"Temos recebido muitos pedidos dos municípios para a resolução de vários problemas, o que é preocupante, porque notamos que nestas localidades há um desconhecimento quase total sobre a Lei da Violência Doméstica", salientou Lourdes Inocência dos Santos, que solicitou a colaboração da sociedade na luta contra a violência doméstica.

Durante o ano passado, a direcção provincial da Família e Promoção da Mulher registou 169 casos, de violência doméstica, mais quatro em relação a 2011. A população é aconselhada a denunciar às autoridades os casos de violência doméstica. As ações de sensibilização realizam-se fundamentalmente em locais de maior concentração populacional.

9.14 Ladrões de gado presos no Cunene

Jornal de Angola
16 De Março de 2013

A brigada de combate ao roubo de gado do comando provincial do Cunene da Polícia Nacional recuperou nos últimos dias, vários animais roubados nos municípios do Cuanhama, Ombadja, Cahama e Cuvelai.

O porta-voz da Polícia, intendente Piedade Pombal, disse, ontem, ao Jornal de Angola que a recuperação dos animais é resultado de um trabalho operativo realizado nos quatro municípios.

A Polícia Nacional, disse, está a incrementar ações de policiamento apeado e motorizado nas áreas rurais, com vista a pôr fim ao roubo de animais na região.

"O roubo de animais na província do Cunene ainda é preocupante, tendo em conta o número de casos que tem sido registado diariamente", declarou o oficial da Polícia Nacional, garantindo que a corporação vai continuar a realizar o seu trabalho para dar tranquilidade aos criadores de gado.

Piedade Pombal disse que é necessário o envolvimento e a colaboração da população das comunidades rurais através da denúncia dos ladrões de gado. No período em análise, a Polícia Nacional registou dez roubos de gado, sendo sete de gado bovino e três de caprino. Foram detidos preventivamente oito suspeitos.

Além dos roubos de gado, o comando provincial da Polícia Nacional registou mais 47 crimes, entre os quais figuram a posse e consumo de estupefaciente, ofensas corporais, injúrias, violações, roubos, burlas, fogo posto e abuso de confiança.

Na sequência da notificação dos crimes, foram detidos 38 suspeitos, informou ainda Piedade Pombal.

9.15 Comando provincial de Luanda preocupado com os assaltos em residências e empresas

Continente

22 De Março de 2013

A comissária-chefe manifestou esta preocupação à margem do 110 Conselho Consultivo Alargado da corporação, realizado com o objectivo de fazer o balanço das actividades desenvolvidas em 2012 e perspectivar as acções do presente ano. A responsável da "farda azul" está preocupada não só com o número de roubos que se registam, mas a forma como são efectuados, em alguns casos usando armas de fogo. A comandante reconheceu que é preciso o envolvimento de outras instituições para a melhoria da segurança na província de Luanda, tendo em conta as metodologias de combate ao crime para o aumento da capacidade de resposta e elogiou a cooperação existente entre o Comando Provincial e o Governo de Luanda. O Conselho Consultivo analisou as actividades desenvolvidas pela corporação

durante o ano 2012, a situação do trânsito rodoviário, a apresentação do plano de acção 2013/2017, prioridades para o presente ano, cronograma de acções, proposta de avaliação do desempenho em segurança pública, gestão administrativa regulamento orgânico do serviço "desk denúncia" e o regulamento orgânico dos destacamentos faziam também parte da agenda de trabalho. O 110 Conselho Consultivo Alargado contou com a participação dos comandantes de divisão e de quadros da instituição. Por sua vez, o governador de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, defendeu o combate com rigor e prontidão de algumas situações, para não comprometer os esforços do Executivo em proporcionar uma vida mais tranquila e segura a todos os cidadãos. O governante, que falava na abertura do 110 Conselho Consultivo Alargado do Comando provincial de Luanda, destacou a necessidade da existência de políticas de proximidade no interior dos bairros, 24 horas por dia, para que o pacato cidadão se sinta protegido das acções dos meliantes. Para Bento Bento, é preciso disciplinar e punir todos os actos que colocam em risco a vida das pessoas, nomeadamente aqueles que não respeitam as regras e o código de estrada, tomando ainda mais caótico o trânsito rodoviário, os que conduzem e estacionam as viaturas ou motocicletas" como entendem. Em relação às ocupações anárquicas de terrenos, do garimpo de água potável e da venda ambulante desregrada na via pública, fundamentalmente nas estradas e passeios, o governador asseverou que "essas acções são, em alguns casos, encorajadas por forças políticas e associações da sociedade civil, que nunca aparecem para ajudar na sensibilização da população, mas sim quando o Estado pretende corrigir e organizar administrativamente. O governante da capital reconheceu que a Polícia Nacional tem inúmeros desafios pela frente e este 110 Conselho Consultivo pode ajudar a enfrentá-los com sucesso, e melhorar os procedimentos de actuação, que vão desde a colecta de informações, passando pela análise das mesmas e seu conteúdo, avaliação do resultado da intervenção e a aferição do impacto das acções policiais na sociedade em que vivemos. O governador referiu-se também ao campeonato do mundo de hóquei em patins que as cidades de Luanda e do Namibe vão albergar este ano, pelo que "a polícia será mais uma vez chamada a desempenhar o seu papel, tal como em outros grandes eventos, já realizados no país", disse.

9.16 Polícia “varre” Luanda Fonte

Angolense
22 De Março de 2013

A detenção aconteceu durante uma operação efetuada pela polícia nos dias 15 e 16 do corrente mês, as zonas mais críticas são o Cazenga e Viana, de acordo com o Inspetor-chefe Mateus Rodrigues, director interino das operações a nível de Luanda, que se enquadra no âmbito das ações de prevenção e combate a criminalidade.

Dos detidos, segundo a polícia nacional, 81 foram em flagrante delito e 124 envolvimento em sob investigação.

De acordo com a corporação, a investigação levada a cabo permitiu o esclarecimento 80 crimes com destaque para 3 por homicídio voluntário, 3 por violação, 2 por estupro, 75 por roubos diversos, sendo 8 roubos de viatura, 20 por furtos de diversos, dos quais 1 viatura, 4 por posse ilegal de arma de fogo.

Ainda segundo a polícia, fazem igualmente parte das causas da detenção de supostos delinquentes a posse de droga. De realçar que a polícia revela ter desmantelado duas associações de malfeitores, nomeadamente "Os Mana Caia" e "Os Favela".

Com a detenção de 10 elementos que se dedicava a prática de várias ações criminosas e actos de vandalismos nos territórios operacionais da Samba e Maianga respectivamente.

Durante a operação, foram ainda apreendidos 27 armas de fogo, das quais 19 do tipo AKM, 1 Galile e 7 pistolas, 27 motorizadas de diversas marcas, sendo que 19 são presumivelmente roubadas.

No capítulo das viaturas, foram apreendidas 11 viaturas de diversas, sendo duas presumivelmente roubadas. Para além de outros materiais, como computador, rádios reprodutores, telemóveis, entre outros materiais informáticos, foram apreendidos 1095 gramas de estupefacientes ou liamba.

Quanto aos automóveis, foram apreendidas 34 viaturas e 79 motorizadas.

9.17 Comandante Bety “Impotente” face ao aumento dos assaltos em Luanda

Folha 8
23 De Março de 2013

O aumento de assaltos a mão armada, longe de diminuir esta a aumentar todos os dias em Luanda e o que se estranha é a comandante provincial, a comissária -chefe Elizabeth Maria Ranck Franque, que deveria ter uma justificativa mas estruturada comungar com os demais cidadãos. "Hoje a delinquência é bastante preocupante, não só o número de roubos que se regista, mas a forma como são efectuados. Portanto é preciso o envolvimento de outras instituições para a melhoria da segurança na província de Luanda, tendo em conta as metodologias de combate ao crime para o aumento da capacidade de resposta", declarou a chefe das polícias, no IIº Conselho Consultivo alargado da corpo razão, realizado no passado dia 13 de Março, que teve como objectivo balancear as actividades desenvolvidas em 2012 e perspectivar as acções neste ano.

9.18 Polícia acantonou grupo BibSquad

Folha 8
23 De Março de 2013

As divisões da Polícia Nacional nos municípios do Sambizanga e do Cazenga, numa operação conjunta, terão aprisionado a maioria do temível grupo delincente, conhecido por Bib Squad, que operava, preferencialmente, entre a linha férrea (do Sambila) e a Congeral (no Zenga), provocando o pânico entre os trauseutes e os moradores daquelas circunscções. Os meliantes, munidos de armas de fogo, no calar da noite ou nos becos, durante o dia, assaltavam indistintamente, para além, e o que é mais grave, violarem crianças e mulheres indefesas, que tivessem o azar de circular nos locais onde se acoitassem os "delinquentes". Este grupo é composto por jovens entre os 16 aos 21 anos de idade, que, segundo um psicólogo, alguns só o integraram e com isso abraçaram o mundo do crime, por não terem lugar no sistema de ensino, com a agravante de os pais estarem no desemprego. "Alguns dos seus integrantes eram altamente perigosos e chegavam mesmo a combater contra os polícias, como se estivessem na guerra", explicou ao F8, um morador do Sambizanga. Com base nesta tática e no permanente refúgio num e noutra bairro, as divisões do Sambizanga e do Cazenga, decidiram e bem unir esforços, para cortar as linhas de refúgio deste bando, incrementando

várias buscas e patrulhamentos durante os dias e as noites. Hoje as referidas zonas estão mais calmas, pois, muitos dos delinquentes encontram-se atrás das masmorras e os demais foragidos.

9.19 A criminalidade em Luanda está a atingir proporções alarmantes

Agora
30 De Março de 2013

Nsimba Ndombele, cidadão angolano, foi morto a tiro recentemente após a perseguição, em Viana, depois de ter saído de uma agência bancária onde levantou 900 mil Kuanzas. Os irmãos Ramiro e António Barreira, também recentemente, foram assaltados à porta de uma agência bancária, situada nas imediações de uma esquadra policial, no Benfica, numa cena típica de crime organizado, com vários intervenientes e disparos de armas de diferentes calibres.

Em Benguela, um juiz condenou a quatro anos de prisão mas com pena suspensa, o autor confessou o crime de desfalque de um milhão e quinhentos mil dólares a um banco, causando perplexidade à sociedade que o acusa de ter sido corrompido.

Entretanto, em Luanda, um jovem funcionário de uma agência bancária foi preso porque utilizava dinheiro do caixa em negócio com kinguilas; já em frente às antigas instalações deste semanário, em pleno dia e por duas vezes, dois jovens com uma pistola assaltam kinguilas enquanto agentes da polícia, do outro lado, assistem e depois consolam as vítimas.

Ainda na capital, Deth e Antónia, presas no trânsito, foram assaltadas nas imediações da igreja Sagrada Família, em dias diferentes, por dois jovens que se faziam transportar numa motorizada rápida. No Lobito, uma criança raptada em outubro do ano passado foi encontrada morta e enterrada no quintal de um dos presumíveis autores, após denúncia de um familiar; e uma jovem foi violada e atirada do sétimo andar de um edifício.

Esses são apenas alguns dos casos conhecidos nas estatísticas da criminalidade angolana, mas muitos outros passam ao largo, porque uma boa parte da população deixou de acreditar nos nossos órgãos de justiça. Esse é, "Ngana zambi, tata yami", como comentou um leitor, a realidade do país em que vivemos. Até parece que os criminosos copiam os estilos e modelos de atuação de filmes ou da que é passada pelos canais de televisão brasileiros.

Apesar das garantias que são transmitidas ao cidadão pelo Comando da Polícia Nacional, de que a "situação não fugiu ao controlo", os dados estatísticos tornados públicos atestam que, só no primeiro trimestre, ocorreram em Luanda 5.580 crimes de natureza diversa, constatando-se que houve um aumento de 18% em relação ao mesmo período de 2012. E a "situação", como nos dizem, "está sob controlo".

Imagine-se se não estivesse. E não está mesmo, tendo em conta que, para um universo de cerca de seis milhões de habitantes que a Província de Luanda tem, esses números, num só trimestre, são assustadores até porque, na prática, a maior parte deles não têm sido esclarecidos, por falta de capacidade e de meios, como justificam várias entidades afectas ao sector.

Dificuldades enumeradas também pelo próprio Comandante Geral, Super Intendente Ambrósio de Lemos. Com base nessa realidade, aos olhos da população o clima de insegurança cresceu exponencialmente. A cada dia está cada vez mais perigoso entrar numa agência bancária, ainda que só para pedir o extrato da nossa conta, porque nem mesmo nos funcionários dessas instituições se pode confiar.

E isso é gravíssimo. Mas os seus responsáveis são os primeiros a mostrar indiferença. Se nalgumas instituições bancárias o pessoal está proibido de usar telemóveis, noutras não. Aos clientes está vedada essa possibilidade, mas constata-se que os caixas, enquanto fazem o atendimento, também utilizam os móveis.

Hoje já não é por mero acaso ou pelo volume transportado que se é assaltado à porta de uma agência bancária. Os assaltantes recebem as informações de quem está no interior, cliente ou funcionário. E os dados apontam, por suspeição, para a existência de grupos de assaltantes organizados que atuam com a conivência de alguns funcionários de agências bancárias.

Todas essas questões foram, em parte, aclaradas na passada semana quer pelo Comandante Geral da Polícia Nacional, Super Intendente Ambrósio de Lemos, em entrevista que concedeu à RNA, quer, igualmente, na esteira das reações de convidados do programa 'Tendências e Debates', conduzido pela jornalista Círia de Castro.

Entre eles, alguns 'pesos pesados' do sistema judicial, como Eduardo Semente, da Polícia de Investigação Criminal, José Alvarenga e Mota Liz, procura-

adjuntos da República (magistrados do Ministério Público).

E foi de pasmar o que, com grande frontalidade, denunciaram. E se quisermos resumir, em termos de conclusão, o que disseram os intervenientes no estúdio, e os ouvintes de várias partes do país, mas com predominância de Luanda, bastam-nos apenas duas palavras: como se diz na gíria "estamos paíados" (feitos ao bife).

Estamos muito mal. Ou melhor, pior do que se imagina. "Hoje, cada investigador ou instrutor processual da Investigação Criminal tem em sua posse acima de 600 processos".

E como se não fosse pouca carga, cada um deles ainda "tem a tripla responsabilidade de instruir os processos, estar engajado em atividades de prevenção policial de ordem pública e tratar de questões administrativas". Portanto, esclarecer crimes passou a ser apenas uma das atribuições dos nossos investigadores e não a única ou a principal.

Acrescido a esse pesado fardo, as autoridades debatem-se com uma gritante escassez de meios e equipamentos. E como humanamente não é possível funcionar assim, o pilar em que assenta a justiça, o esclarecimento de crimes e a base para posterior julgamento pelos tribunais não tem sustentação.

Funciona mal. O homem que esclarece o crime não tem sido convenientemente valorizado, respeitado. Funciona tal qual uma viatura de bombeiros, que se desloca para extinguir um incêndio mas não dispõe de combustível, de água, de produtos químicos nem de mangueiras.

Diante desse conjunto de constrangimentos, de incapacidade dos órgãos de prevenção, de repressão, de investigação, de julgamento e reeducação, o crime ganhou espaço. Os criminosos condicionam a nossa vida porque são eles quem, de noite ou de dia, comandam a cidade de Luanda.

A acção preventiva da Polícia resume-se ao policiamento de proximidade, de preferência com a iluminação colorida (azul e vermelha) ligada, mas também a extorquir cidadãos, como fizeram recentemente alguns agentes postados de noite no largo 1º de Maio (aconteceu na madrugada de sexta-feira passada com trabalhadores deste jornal, quando saíam do serviço).

José Alvarenga argumentou que o combate ao crime "começa com a prevenção, porque caso contrário atacam-se os efeitos e não as causas". Mas, considerou que é fundamental uma melhor definição de políticas públicas e a elaboração de estudos

científicos, para determinar tudo isso: "porque é que há crimes? Porque é que há dois ou três homicídios por dia? Isto é muito grave. Não vale a pena irmos atrás depois, porque não resolvemos.

O sistema de combate fica engarrafado, porque são tantos processos que não há meios para os resolver". Para essa entidade, a solução passa por melhores políticas públicas, por ações do Estado e pelo envolvimento da sociedade toda na prevenção do crime.

Na família, nas igrejas, na sociedade civil no seu todo, o cidadão deve ser participante porque, de acordo com José Alvarenga, "também tem parte de culpa, quando sabe que há crime, que há criminosos e não denuncia, pactuando".

José Alvarenga sustentou ainda a necessidade e importância da prevenção, tese justificada porque considera que "a sociedade toda está propensa para o crime, para a violência, porque não há educação, não há políticas públicas e há a questão da miséria, da pobreza e há que combater isto", tendo em conta a excessiva valorização dos bens materiais estimulada pela globalização, a falta de solidariedade para com aqueles que precisam e a questão da prostituição.

Para o efeito, considerou que "é preciso que a sociedade seja alérgica a todas essas questões, não devendo olhar para elas com indiferença, antes assumindo uma postura participativa".

Concordando com José Alvarenga, de que o "enfoque deve ser a prevenção", numa análise criminológica, o também magistrado Mota Liz chamou a atenção para a compreensão do fenómeno, do aprofundamento do estudo da nossa realidade, para se perspectivar a forma de alterar as coisas.

Não nos esqueçamos, disse, que o país vem de um quadro de guerra que ditou uma forte mobilidade das pessoas para concentrá-las num espaço único que é Luanda, e que essas pessoas se foram agrupando em bairros não urbanizados; isto resultou no crescimento exponencial dos musseques, dos bairros de difícil acesso: não têm identificação nem iluminação.

Essa concentração, acrescentou, "não permitiu que as pessoas tivessem o mínimo de dignidade de vida, vivendo em cubatas e sem emprego, situação que conduz à criminalidade".

Mota Liz aproveitou para manifestar a admiração que sente pelos jovens que todos os dias diz encontra "nos cruzamentos vendendo coisas". Em vez de delinquirem, prosseguiu, "correm de um lado para o outro para ganhar alguns recursos para comer nesse

dia, para alimentar a mãe ou o irmão que também não têm emprego".

Não sendo propriamente uma questão desconhecida dos titulares de cargos públicos, políticos e da sociedade de uma forma geral, Mota Liz colocou ênfase ao declarar que "a pobreza conduz à criminalidade", complementando com a citação de "um grande pensador", não identificado, que há muito tempo terá dito que "cada sociedade tem os criminosos que merece".

Aquele magistrado concordou que as políticas económicas também têm de ser refletidas. "Fizemos uma , análise dos investimentos públicos ao longo dos últimos anos e verificámos que o grosso fica na capital.

O que é que isso dá?" Questionou. "Os fluxos migratórios aumentam, as pessoas deslocam-se para onde há oportunidade. No campo não tinham oportunidade para vender os produtos que produzem, já em Luanda, se tiverem uma arca a vender a água fresca, vivem.

Então, as pessoas, vêm e quanto mais se concentram a mais aceleram os fatores indutores da criminalidade: maior concentração, maior conflitualidade, maior tendência para a criminalidade".

Para Mota Liz, as estatísticas que foram avançadas pelo Comandante da Polícia Nacional, na entrevista que concedeu dias antes à RNA, referem-se apenas a dados formais, considerando mesmo que "não se tem ideia do que se passa nos bastidores, nas chamadas cifras negras, onde a criminalidade não é conhecida, a violação e o furto não são denunciadas".

A média de três violações por dia, ressaltou, é a que chega às instâncias formais de controlo das autoridades.

Podem ser mais. As condições de reeducação dos criminosos julgados foi igualmente abordada com profundidade por esse magistrado, que deixou claro que "a sociedade não quer punir por punir, mas sim punir para corrigir a pessoa e chamar à atenção geral que não se deve seguir por caminhos desviantes.

De acordo com o magistrado Mota Liz, "o nosso sistema jurídico penal está alicerçado no princípio da legalidade, o que significa dizer que, nem a Polícia nem o Ministério Público têm a capacidade de selecionar que tipo de crimes levam a julgamento.

Isso faz com que todo fenómeno criminal, toda a criminalidade que ocorre chega ao conhecimento da Polícia tem de ser processada, tratada formalmente e levada à decisão dos tribunais".

Na sua perspectiva, é exatamente isso que conduz ao engarrafamento de processos pelos investigadores, de que resulta também a realimentação da rede de criminosos, como referiu antes Eduardo Semente, da Investigação Criminal.

Eduardo Semente esclareceu taxativamente que assiste-se "com frequência à soltura de alguns detidos que, recorrentemente, se envolvem em crimes e depois são detidos e acabam por ser soltos", salientando, no entanto, que não se trata de uma "responsabilidade do Ministério Público e dos tribunais, mas da con- juntura".

É uma questão que ocorre "porque também há uma grande dificuldade da parte da Polícia em, rigor de ciência, recolher todas as provas necessárias exigidas nos termos de fiscalização", concluiu.

Mas, apesar disso, considerou que é notável que dos números referenciados, 82% dos processos tenham sido remetidos a juizes desses, 67% dos arguidos tenham sido condenados.

Para si, esses números expressam o reconhecimento de que as deficiências não se têm refletido tanto no trabalho da investigação, embora o país esteja muito distante do cumprimento do "rácio que estabelece hoje a existência de pelo menos um investigador para vinte pessoas".

Esses casos de realimentação das redes de criminosos podem ser lidos como uma das muitas consequências do facto do nosso sistema jurídico não permitir que vigore "o princípio da oportunidade", segundo o magistrado Mota Liz.

O especialista chamou a atenção para a oportunidade de agora se estar a trabalhar no novo código de direito penal. "É altura de se refletir sobre isso, o que significa que alguma criminalidade, as chamadas bagatelas penais, podem ser resolvidas em outros fóruns, ou até com mecanismos de concertação a adotar pelo próprio Ministério Público, titular da acção penal".

Mota Liz sustentou essa necessidade como forma de reduzir a incapacidade de intervenção do Estado, e promover a procura de soluções alternativas para a resolução de litígios (citando como exemplo os acidentes de viação), para evitar o excessivo desencadear de processos crime que sobrecarregam os inves- tigadores e os tribunais.

Em suma, toda a máquina judicial que, sufocada, transmite a imagem de impunidade, da existência de corrupção e de descrédito junto da população. Em consequência, Mota Liz defende a "adoção de princípios em que o perdão e a própria comunidade"

sejam outras vias a utilizar para "resolver parte da litigância, encontrando respostas e soluções" que, por sua vez, permitirão que "as autoridades formais fiquem focadas na criminalidade mais grave, mais complexa, e, se calhar também, evitando a banalização do direito penal", evitando a prática da intervenção em tudo, para passar a "dedicar-se ao que é profundamente indispensável para a comunidade".

9.20 A criminalidade em números

A Capital

30 De Março de 2013

Parece cada vez mais difícil dissociar o curso da criminalidade na província de Luanda do envolvimento de menores. Nesta semana, por exemplo, esse facto ficou ainda mais evidente.

Nos distritos urbanos da Samba e Maianga, bem como nos municípios de Viana, Cazenga e Cacucaco, as autoridades policiais realizaram uma micro operação através da qual foi possível o desmantelamento de dois grupos marginais compostos, essencialmente, por menores de idade, que não se coíbem, segundo as autoridades, de recorrer às armas de fogo nas acções por si desencadeadas.

Esses grupos são, nomeadamente, Os Mana Caia e 'Os Favela', agora desmantelados pelas autoridades policiais, que os responsabilizam por várias acções delituosas nos territórios operacionais da Samba e da Maianga.

Entre os detidos, destacam-se os menores Tonilson António Paca, de 15 anos, vulgarmente conhecido como 'Tony P' e David Chinhoma, de 16. São ambos acusados de crimes graves.

'Tony P', por exemplo, é acusado de posse ilegal de arma de fogo. É ele próprio quem conta os factos, conforme ocorreram, ao semanário *A Capital*.

Disse que a polícia o deteve depois de encontrar, em sua casa, uma arma de fogo deixada ao seu cuidado, por uma pessoa que não consegue identificar pelo que se acha inocente das acusações contra si formuladas.

"A arma pertence a um conhecido meu e me foi dada com uma pasta e um telemóvel de marca Alcatel para que eu os guardasse", contou a sua versão dos factos, procurando passar a ideia de que, ao guardar a pasta, não sabia do que havia dentro dela.

"Não tinha dado conta de que, na mesma pasta, havia também uma arma", acrescentou, salientando que

não a abriu, já que lhe tinham pedido para guardar a pasta apenas por alguns instantes.

Foi um primo seu, no entanto, que acabou por dar conta da existência da arma, ao questionar sobre a proveniência da pasta por tê-la encontrado no quarto partilhado por ambos.

"A abrir a pasta, foi quando notou que dentro dela estava uma pistola. Depois disso, ele chamou o meu tio e explicou-lhe o que havia encontrado". Daí à detenção pelas autoridades policiais foi apenas um passo.

O jovem, então residente no município do Sambizanga, na zona do 'Pombinha', tem dificuldades para identificar os supostos proprietários da pasta, do telemóvel e da inesperada pistola.

Segundo disse, apenas conhece um elemento identificado com a alcunha de 'Be Zé', com o qual fez amizade, num dia desses, na sua área de residência.

David Chinhoma, 16 anos, por sua vez, encontra-se detido acusado de roubo de viatura, ao semanário *A Capital* o menor assumiu a autoria do crime e contou como tudo aconteceu! "Roubei uma viatura para vender, porque precisava de dinheiro para me matricular na escola".

De acordo com ele, roubou a viatura de marca Hyundai Santa Fé na zona do Benfica a uma senhora que solicitou a sua ajuda para transportar algumas caixas térmicas. "Por distração, ela deixou as chaves ali, peguei no carro e o levei até ao município de Viana para o vender.

Foi ali onde a polícia me prendeu", revelou. Disse, ainda, que agiu por sua conta e risco, sem ter, sequer, um comprador em perspectiva. Contou ainda que, na sua ingenuidade, pensou que vender uma viatura fosse o mesmo que vender um reboçado.

"Ninguém me mandou roubar a viatura. Com o medo, e sem saber para onde me dirigir, não a consegui vender e acabei detido pela polícia".

Entretanto, disse que para efetuar o roubo não foi preciso recorrer ao uso de uma arma de fogo, afinal, tal como reforçou, nunca teve uma, tão pouco alguma vez fez uso delas.

Roubos diversos continuam a comandar as acções delituosas em Luanda, de acordo com o informe divulgado na passada quarta-feira, 19, pelo Comando Provincial da Polícia, onde se anunciou a detenção de 205 cidadãos acusados de vários crimes.

A polícia realçou, no seu documento, que tais detenções realizaram-se, entre os dias 15 e 16 de Março, nos distritos urbanos da Samba e da Maianga, no âmbito das ações de prevenção e combate à criminalidade, cujo objetivo é devolver, à população, o sentimento de segurança.

Pequenas ações foram também realizadas nos municípios do Cazenga, Domingos Manuel, 35 anos, prestava serviço de segurança na Terceira Conservatória do Registo Civil, num posto onde estava destacado há já cinco anos. De acordo com ele, está detido com a devida justiça, assumindo a coautoria do roubo de que é acusado.

"Não é a primeira vez que nós, incluindo os próprios funcionários da conservatória, retiramos alguns meios do seu interior", referiu, a propósito, sobre a instituição localizada mesmo de frente às bombas de combustíveis nas imediações da Rádio Nacional de Angola (RNA).

"Quando os funcionários da conservatória vinham buscar computadores, televisores plasmas ou impressoras, diziam que os levavam para a nova conservatória, mas nós sabíamos que era tudo mentira porque todo o material que lá estava, era novo.

E o velho era levado para a casa deles", denunciou, para depois referir que, assim sendo, solicitavam aos funcionários para disponibilizarem também alguns televisores e computadores para os guardas.

"Levávamos estas coisas para vender e comprar comida para nós", explicou, sobre o destino que era dado aos e meios surripiados das instalações da conservatória com a conivência, como ele disse, dos funcionários.

Desta vez, conseguiram retirar das instalações da conservatória 11 computadores, uma máquina fotocopiadora e dois televisores plasmas, que seriam vendidos "e o dinheiro repartido entre o corpo de segurança e os funcionários", explicou.

Porém, o plano não resultou e, do grupo de saqueadores, foi o único a ser detido pela Cacucaco e Viana. Entre as detenções efetuadas, a Polícia destacou um total de 107 indivíduos envolvidos em delitos graves, com destaque para os roubos diversos oito dos quais de viaturas responsáveis pela detenção de 75 angolanos.

Na lista de crimes mais comuns, seguem-se os furtos, responsáveis pela detenção de 20 elementos, um deles relacionados com uma viatura.

Depois vêm, por ordem decrescente de ocorrência, os crimes de posse ilegal de arma de fogo (com 04 detidos), homicídios voluntários e violação sexual (03 detidos cada), estupro (com 02) e posse e venda de drogas, com número de detidos não especificado.

Na sequência de tais ações, as autoridades policiais de Luanda apreenderam um conjunto de meios, onde se destacam, em termos de quantidade, as motorizadas de diversas marcas, num total de 50 unidades, 19 das quais foram dadas como roubadas ou furtadas.

As armas de fogo vêm imediatamente a seguir, com 27 apreensões, onde o grande destaque é assumido pelas metralhadoras do tipo AKM (com 19 unidades), seguindo-se as pistolas (07) e apenas uma Galili.

Depois das armas de fogo vêm as viaturas, com 11 apreensões, havendo duas com suspeita de terem sido roubadas ou furtadas, numa lista de onde constam ainda, por ordem decrescente de apreensões, bens como rádios reprodutores (07), telemóveis (06), televisores plasmas (04) e computadores portáteis (02).

Há, no entanto, a destacar a apreensão de valores monetários calculados em Akz 200.000,00 (duzentos mil kwanzas) e de um quilo de droga, no caso concreto, de liamba.

Oswaldo Cristóvão, 19 anos, por sua vez, está detido acusado do crime de violação a uma menor de 14 anos. Entretanto, o cidadão refuta a acusação, dizendo que o coito foi consensual.

"Estou preso por causa de uma miúda que me acusou de a ter violado", esclareceu, dizendo que tudo aconteceu com uma vizinha da irmã que o acolheu em sua casa nos últimos dias.

"Como já nos conhecíamos antes, mal cheguei, há três dias, ela não parava de me olhar e de lembrar-se de e alguns momentos. Durante essa troca de olhares, comecei a me interessar por ela, porque naquela altura éramos apenas amigos e não namoramos porque ela era menor", sustentou.

Ao que disse, a menina cresceu e o jovem disse não ter resistido aos seus encantos. "Parece mesmo que já era meu azar", referiu. "Acho que se tivesse recusado a proposta de ensinar-lhe a conduzir a motorizada isso não iria acontecer", sublinhou.

Disse, por outro lado, que a sua irmã, inclusive, viu e quando a menina foi à sua casa para a aula de condução depois da qual "fizemos sexo. E a moça consentiu".

"A primeira coisa é que eu a respeitei segundo, é que usei o preservativo e a terceira é que, se eu a tivesse violado, não voltaria a levá-la para casa, já que estávamos nas imediações do km 30, ao lado de uma roulotte", rebateu.

Foi ali, acresceu, que tiveram a relação sexual, "quando terminamos eu já não queria mais, mas ela ainda me insistiu e, no final, levei-a com todo carinho para a casa dela".

O jovem insiste que ela aceitou sem ter sido persuadida a fazê-lo, daí ter ficado espantado "quando me disseram que ela denunciou-me por tê-la violado".

Entretanto, para Osvaldo só há uma explicação: "As minhas irmãs disseram-me que a mãe dela tem algo a ver com a denúncia, já que ela alegou o facto de a filha ser menor, uma vez que ela tem 14 anos, prestes a fazer 15, e eu estou na casa dos 19 anos de idade", sustentou.

António Machado, de 61 anos, está detido por posse ilegal de arma de fogo, no caso, de uma metralhadora do tipo AKM, que guarda consigo desde a altura dos confrontos, em 1992. "Desde então, que a tenho guardada debaixo do carro", confirmou.

Foi o seu próprio filho, no entanto, a denunciá-lo às autoridades. Fê-lo, segundo o cidadão, na sequência de uma briga entre ambos, razão pela qual "agora estou preso". Ao que disse, em momento algum usou a arma para ameaçar ou intimidar o filho de 26 anos.

Nota dominante neste caso, porém, é que o filho que denunciou o pai é, agora, apontado por este como um marginal, acusando-o mesmo de ter morto a própria mãe com um pontapé e de continuar as agressões físicas contra os outros membros da família.

"Já me deu na cara duas vezes, já bateu o meu filho menor por várias vezes, mesmo vivendo debaixo do meu teta". Segundo ele, a mãe nunca o tratou mal, mas ele alegou que estava farto dela, mesmo tendo sido ela a parteira da sua mulher.

"Na altura que ele matou a minha esposa, dei queixa à polícia e ele chegou mesmo a estar detido. Mas, infelizmente, foi solto sem ter sido julgado, muito menos eu fui tido ou achado pela Polícia. Agora o resultado é este: ameaça-me de morte e me bate quando quer", queixou-se.

Lembrou que o caso deu-se em 2007, tendo passado pela Divisão da Polícia do Cazenga e, transferido, de seguida para a Comarca Central de Luanda (CCL), onde o seu filho ficou preso por um bom tempo.

"Não estou satisfeito com o que aconteceu, uma vez que não houve julgamento nem nada e agora eu corro perigo de vida. Manuel José Pedro, também conhecido por 'Pitbull', tem 29 anos. Dados apurados pelo A Capital dão conta que o meliante confesso está detido pelo furto de uma viatura de marca Hiunday' Tucson".

Assaltei uma viatura nas imediações da escola Mutu ya Kevela, na companhia de um amigo meu, até agora foragido da Polícia", explicou.

Ele contou que empunhava uma arma do tipo AKM quando anunciou o assalto a um senhor que acabava de estacionar a sua viatura. "Eu estava armado e aproximei-me do lado do condutor depois dele estacionar a viatura. O meu amigo bateu no carro e mandamo-lo descer", contou.

O proprietário obedeceu de imediato a ordem dos 'amigos do alheio' que, de arma em riste, poderiam, se reagisse, tomar outras medidas contra si.

"Depois disso, subimos no carro e o levamos". De acordo com ele, estavam embriagados e o objectivo final era vender a viatura, sendo que momentos antes ainda passaram-se pelas artérias de Luanda com o fruto do roubo. A arma usada na acção pertence, segundo explicou, a um outro amigo também foragido da Polícia.

9.21 A situação extrapolou os limites da razoabilidade

Agora

30 De Março de 2013

A minha abordagem não irá direccionar-se para os meandros e teias enlameadas desse circuito de pura máfia, onde transcorrem ações cuja gravidade, a não ser rapidamente controlada, poderá descambar num nível de verdadeira selvajaria e perda de controlo por parte dos órgãos de segurança.

Falo da Polícia e órgãos afins. A questão da criminalidade em Angola, na minha modesta opinião, poderá ser analisada por vários especialistas, desde sociólogos, criminalistas, antropólogos, etc. Em primeiro lugar, Luanda está cada vez mais perigosa.

Pululam nela milhares de jovens que saíram das suas longínquas províncias à procura do "EI dorado" luandense.

Infelizmente, durante trinta anos, Angola esteve mergulhada numa atroz guerra civil que vitimou milhares de pessoas, deixou órfãos, destruiu o tecido económico, as infra-estruturas e, fundamentalmente,

destruiu um bem essencial: a educação, a formação, a integridade do homem.

Finda da guerra em 2002, a oferta do Estado em necessidades por razões óbvias, não esteve ao mesmo nível do crescimento da população, principalmente no equilíbrio das assimetrias regionais, pois já em 2008 as províncias que deveriam ter funcionado como zonas tampão, como Uíge, Huambo, Benguela, Huíla e Malanje, viram o seu desenvolvimento desacelerar face à crise mundial.

Isto porque, no momento certo, creio que não se avaliaram convenientemente os efeitos que a pressão dessas milhares de pessoas exerceria sobre Luanda, pela ausência de sectores produtivos e industriais que pudessem absorver a força de trabalho.

A nossa capital tomou-se assim, em toda a sua latitude, uma cidade de feirantes e comerciantes a lembrar as economias emergentes dos séculos passados.

Os roubos, assassinatos, por vezes por ninharias e inclusivamente por um simples telemóvel barato, constituem um dos maiores perigos da nossa cidade. Em minha opinião, todas as medidas de estabilidade, visando a qualidade de vida dos cidadãos, terão sempre de ser visualizadas numa perspectiva de médio e longo prazo.

De momento, a Polícia e os órgãos de segurança têm de tomar medidas duras para desencorajar a prática de roubos e assassinatos, que começam com máfias organizadas dentro dos próprios bancos e algumas estruturas de "órgãos sensíveis".

Num dado momento, a capital absorveu no seu seio muitos "lúmpenes", que hoje, infelizmente, não têm o mínimo de consciência nem princípios de como servir uma instituição, que tem de privilegiar em primeiro lugar a segurança do cidadão.

Terá de haver necessariamente uma profunda reforma e depuração, um trabalho que devolva a tranquilidade e o sossego aos cidadãos. E, em muitos casos, segundo o que diz a população, no combate aos criminosos teremos de fechar um pouco os "olhos" a eventuais ações menos proporcionais e de relativos excessos.

Viver cenas de um verdadeiro "Hollywood" em plena cidade, com tiros e assassinatos à mistura às vezes a menos de 500 metros de uma esquadra da Polícia -, sem que haja reação, deve levar-nos a uma análise realista, fria e sensata.

Devemos cair na real e perceber que isso não é normal, e teremos de encarar essa situação com muita dureza e inteligência.

Desencorajar a bandidagem é importante para se criar um ambiente propício para o turismo e para os investidores externos que procuram segurança e bem-estar.

Há tempos, inclusivamente, um amigo sugeriu que as motas rápidas não deveriam circular em Luanda, pois a maior parte dos assaltos são feitos em hora de muito tráfico com esses meios, com pistolas, e também em residências com Ak's.

Daí sai um "Deus nos acuda" que só sentindo na carne para termos a mínima noção. Devemos analisar se esse não será um bom ponto de partida, pelo menos nesta fase periclitante. Até porque, combater a criminalidade e as suas teias emaranhadas é um trabalho que deverá exigir muita coordenação, perspicácia e sobretudo muita vontade.

9.22 “Conferência de Berlim” no são Pedro da barra

A Capital

30 De Março de 2013

As constantes acções de marginais registadas diariamente reforçam a sensação de medo e insegurança nas ruas do bairro São Pedro da Barra, no distrito do Sambizanga, em Luanda. Homicídios, roubos, assaltos a residências entre outras acções criminosas, fazem parte do quotidiano da população local que clama por uma intervenção urgente da Polícia.

A morte de Anacleto de Jesus, ou simplesmente 'Doze', estudante de 23 anos, é a consequência mais recente das constantes brigas entre grupos marginais instalados no bairro São Pedro da Barra. O jovem foi morto quando regressava à casa depois de uma passeata com os amigos.

"Ele foi morto mesmo aqui na zona da FAPA, tudo porque namorava com uma moça que também namorou com um membro de um desses grupos marginais", afirmou o munícipe Agostinho Rodrigues Nogueira, retratando a cena por si testemunhada.

Usando facas como armas do crime, os seus algozes, ao que parece, vinham decididos a tirar a vida ao rapaz. "Quando eles chegaram próximo dele, não hesitaram. Parecia que já tinham combinado o que iriam fazer tão logo o encontrassem. Começaram a esbofeteá-lo e o esfaquearam até à morte", lembrou, com o semblante carregado.

De acordo com Nogueira, os grupos marginais fizeram uma divisão territorial do bairro, uma espécie de os 'Conferência de Berlim', destacando-se as áreas dos 'Lacraus', área dos 'Traquianos', 'Sonangol' e 'Banga wé. Os integrantes dos grupos de uma determinada área estão expressamente proibidos de circular na zona inimiga, sob pena de serem maltratados.

"Quando pertences a uma determinada área, estás proibido de passar na outra área, se fores apanhado na zona do inimigo, se assim posso dizer, és logo atacado, e podem mesmo deixar-te gravemente ferido ou morto. Portanto, aqui é uma zona mesmo perigosa", enfatizou.

Apolinário Sabalo, 30 anos, disse por o seu turno que os populares naquela zona mostram-se mais afligidos pela falta de uma esquadra móvel. No seu entender, tais unidades contribuem, em certa medida, para a diminuição de atos de vandalismo como os que têm acontecido diariamente.

"Precisamos mesmo de uma unidade móvel aqui, porque assim vão diminuir os crimes que acontecem todos os dias", afirmou. Por outro lado, sublinhou também a falta de espaços de lazer, iluminação pública, escolas, e outros lugares que sirvam para os jovens entreterem-se, como sendo a causa principal de tanta delinquência.

"A inexistência destes espaços contribui para os jovens entrarem no mundo do crime, mas se tivesse aqui espaços de lazer talvez as coisas seriam diferentes e eles poderiam aproveitar os tempos de forma mais útil".

"Queremos também que se criem mais escolas no nosso bairro assim como a implantação de postes de iluminação pública, já que fazem mesmo muita falta e o facto de não termos aqui estes elementos todos faz com que os índices de criminalidade em qualquer bairro aumentem", concluiu.

Todavia, segundo contam os moradores, muitos dos crimes que ali ocorrem são cometidos por pessoas devidamente identificadas pela unidade policial existente naquela área. "A polícia conhece muito bem os jovens que mataram o rapaz aqui recentemente, e quase todos eles já têm mais de dois ou três processos criminais.

Contudo, até hoje continuam soltos a fazer e a desfazer como se estivessem acima da lei", afirmou uma cidadã que por medo de represália não se quis identificar.

Nas vezes em que são detidos, os jovens não demoram mais de quatro ou cinco dias "e voltamos a

vê-los nas ruas a fazer o que os levou a estarem detidos anteriormente", denunciou. Jerónimo Lopes, 24 anos, outro morador, disse por sua vez ter sido várias vezes vítima de assaltos sempre que regressasse da escola no período noturno.

"Eu, pessoalmente, já fui muitas vezes assaltado, mesmo estando a escassos passos de casa", referiu, para mais adiante contar que a própria casa onde vive com os pais, já foi alvo de assalto por duas vezes em pouco menos de seis meses.

"Os assaltos ocorreram em Dezembro de 2012 e no princípio do mês de Fevereiro deste ano. No primeiro assalto levaram-nos a botija de gás e o televisor, e no segundo 50 mil kwanzas e um computador foi o que eles levaram consigo. São exemplos que ilustram como estamos a sofrer com os bandidos", acrescentou aflito.

Ainda de acordo com este morador, muito recentemente cerca de duas semanas uma senhora foi alvo de um assalto, tendo-lhe sido roubada o veículo e deixada gravemente ferida.

"O assalto contra a senhora aconteceu na zona do 'Banga wé, e além do carro roubado, fizeram-lhe dois disparos, mas felizmente a senhora não morreu", sustentou, para dizer que volvidos mais de 20 minutos a Polícia não apareceu e fruto disso, os populares tiveram que socorrer a senhora.

Ao que apurou o A Capital, o trabalho da polícia naquela circunscrição de Luanda tem sido dificultado pela especificidade dos bairros. "Os atores desses atos vêem vantagens em assaltar estas zonas devido aos esconderijos e a escuridão da área.

Estamos a falar daquilo que tem acontecido em Luanda", contou uma fonte policial que, ademais, confirmou os casos descritos pelos cidadãos.

Para ele, há determinados sítios onde marginal se sente mais à vontade, "pois avalia o local e se eventualmente chega a conclusão que a probabilidade de cometer o crime naquela zona e de ser bem-sucedido for maior, então ele vai cometer o crime", elucidou.

A fonte que vimos citando acrescentou ainda que os grupos marginais que atuam nestas zonas, preferem-nas porque, no seu entender, são áreas que apresentam maiores probabilidades de assaltos bem-sucedidos em detrimento das zonas urbanas.

"Por causa disso é que em determinadas zonas escuras, degradadas, abandonadas ou baldias, são mais frequentes os assaltos do que nas zonas mais arrumadas e muito bem arranjadas", acrescentou.

9.23 Números atestam que há tendência evolutiva dos crimes

Agora

30 De Março de 2013

De acordo com dados divulgados no debate por Eduardo Semente, influente instrutor da Investigação Criminal, Luanda registou 5.580 crimes diversos no primeiro trimestre de 2013, números que representam a fatia de 67% da criminalidade geral e que correspondem a um aumento de 18% em relação a 2012, revelando que há uma tendência evolutiva em termos de prática de crimes.

Em relação ao furto e ao roubo de viaturas, Eduardo Semente referiu que no primeiro trimestre ocorreram no país 134 casos, 80% dos quais em Luanda. Nos homicídios voluntários, nesse mesmo trimestre o país conheceu 235 casos, uma média de 2,5 casos por dia, sendo que desses números, 70% foram notificados Luanda.

No domínio das violações, correm 197 no geral e 65% tiveram lugar em Luanda. Constatou-se também aqui, um aumento de 5% em relação aos números do primeiro trimestre de 2012. Nos homicídios voluntários ocorreu outro aumento, na ordem dos 15% comparativamente ao mesmo período do ano transacto.

Na generalidade, em todos os casos referidos foram constatados aumentos em vez de regressões ou diminuição. o tocante a ofensas corporais, a Investigação Criminal considerou que é a tipicidade criminal mais elevada.

No geral, no primeiro trimestre foram registados 1.531 casos, um terço dos quais incidem sobre a região de Luanda, com Benguela a seguir, por características próprias.

Verificou-se também aqui um aumento de 37% em relação ao período homólogo anterior, tendo pelo facto sido considerada com aquela onde foi verificada a maior percentagem em termos de tendência evolutiva. Uso, tráfico e posse de droga foram considerados ao nível do país 152 casos, 92% dos quais em Luanda.

Eduardo Semente considerou que houve um aumento de 3%. Mas neste domínio foram separados o uso e o tráfico, onde foram registados 36 casos no geral. Embora na generalidade as pessoas achem que há mais tráfico, aquele instrutor disse que os dados disponíveis indicam mais uso e posse do que tráfico.

O roubo e furto de bens de todo tipo foi considerado genérico. Ocorreram 397 casos no trimestre, mais 19% em relação ao período anterior, e desse número 72% foram em Luanda.

10. AMBIENTE

10.1 O pão que vem do mar

Novo Jornal

01 De Março de 2013

O mar é tradicionalmente uma grande fonte de rendimento para muitas famílias de Luanda. Sempre assim foi Pescadores e peixeiras conseguem retirar do mar o rendimento para alimentar as suas famílias. Ultimamente, devido às dificuldades da vida e fazendo jus ao ditado: "Sofrimento gera criatividade", o leque de actividades em tomo do mar alargou-se e há mais pessoas a encontrar nas ondas o seu sustento. A nossa reportagem foi à Praia da Mabunda, no distrito da Samba, e apurou que por falta de emprego noutras áreas, muitos jovens se viraram para o mar. Uns escamam peixe, outros ajudam a empurrar a chata (embarcações) dos pescadores até à beira da praia e outros ainda. Com os carros de mão, transportam o peixe da praia até ao lugar onde os carros estão estacionados. Estes são alguns dos novos ofícios que o mar, na das maiores riquezas naturais de Angola, proporciona. Às 6h00 de uma segunda-feira, altura em que a reportagem do Novo Jornal chegou à praia da Mabunda, o frio ainda se fazia sentir e as ondas batiam forte. Pensávamos que iríamos ser os primeiros a chegar, mas não. Àquela hora, dezenas de jovens estavam por ali e já tinham chegado uns às 4h00, outros às 5h00 da manhã... Sentados na areia, conversavam enquanto aguardavam a chegada da primeira chata, iriam ajudar a descarregar e receber em troca alguns peixinhos para depois, venderem. Outros limpam o peixe dos clientes que preferem levar o pescado para casa sem escamas. Uns e outros conseguem levar dinheiro para casa e garantir o pão para a família. Minutos depois da nossa chegada, o pequeno grupo de jovens espalhou-se para começar a jornada. Uns dirigiram-se para a rua que dá acesso à praia, porque é a partir dessa altura que começam a abordar os clientes. Amiga, não vais arranjar peixe", dirigiu-se Benedito a uma senhora que tinha acabado de chegar à praia Para comprar peixe. O jovem conta que escama há cinco anos e que o faz por falta de emprego. Benedito relata que nos dias de maior afluência, ou seja aos fins-de-semana, consegue juntar entre quatro a cinco mil kwanzas. Nos dias úteis da semana apenas ganha entre 1500 a 2000kwanzas. Benedito é desenvolto e assim vai fazendo a vida. Morador na Samba, conta que todos os dias acorda às quatro ou cinco horas da manhã, pronto para a labuta. Além de tirar escamas ao peixe, Benedito ajuda a transportar a chata dos pescadores. "Quando faço isso ganho mais,

porque, se eu chegar mais cedo, posso ajudar a levar quatro ou cinco, eles me dão peixes e eu depois vendo. Quando escamo peixe de três ou quatro clientes faço um bom dinheiro", garantiu, manifestando preocupação porque em breve, serão retirados dali e quem vive à sombra do mar não sabe o que vai ser da sua vida.

DOIS PEIXES POR CADA "PUXADA"

Um jovem que preferiu o anonimato prefere puxar a chata por ser uma tarefa mais fácil e mais lucrativa. "Escamar o peixe dá mais trabalho e gasta mais tempo. Eu puxo as chatas e ganho peixe, vendo alguns e o resto levo para o meu consumo", revelou acrescentando ainda que quando o dono da chata é generoso, dá uma boa quantidade de peixe e assim consegue levar três mil kwanzas para casa, mesmo quando não é fim-de-semana. António (nome fictício), com o seu carro de mão, vai andando entre a praia e a paragem de táxi e cobra, por cada cliente, consoante a quantidade de peixe que transporta. Os preços rondam os 100 kwanzas e, dependendo do número de clientes, pode ganhar entre dois mil a quatro mil kwanzas. O jovem conta que iniciou esta actividade em Benguela, sua terra natal, e que nunca mais pensou em fazer outra coisa. Tal como os outros. António está preocupado com o que está para acontecer brevemente, quando retirarem toda a população da praia da Mabunda, pois não sabe o que fazer sem o mar, que tem sido a sua principal fonte de rendimento. "Por favor, eu peço ao governo que pense em nós. Somos muitos nesta situação, não sei o que será de nós se nos tirarem daqui", alertou. Mas, depois de descobrir, através de amigos, que a praia era mais rentável decidiu abandonar o fabrico de blocos. "Na praia, a pessoa ganha por dia. Quando batia blocos pagavam muito pouco Q era por mês", justificou. Beto José, que apenas escama peixe, conta que vive com a mulher e os três filhos. a que ganha, segundo ele, não dá para sobreviver. "Às vezes, é difícil encontrar clientes. Há dias em que só consigo levar '1.000 kwanzas para casa. Só aos fins-de-semana é que consigo, por vezes, quatro ou cinco mil", lamentou, revelando que tem sido discriminado por exercer essa actividade e nem sempre é fácil lidar com isso. "Estou nisto por falta de emprego, mas muita gente ignora o que faço, só que é deste trabalho

VELHAS ARCAS VIRAM BANCADAS

Todos procuram formas de ganhar alguma coisa com as oportunidades que surgem na praia. Uma antiga peixeira decidiu dedicar-se à limpeza do local e montou uma enorme quantidade de arcas estragadas, onde os jovens arranjam o peixe dos clientes e cobra a cada um 300 kwanzas por dia. A mulher arranjou um grupo de jovens que, semanalmente, tira todo o

lixo que resulta da escamação do peixe. Beto José afirmou que a ex-peixeira tem sido muito radical na cobrança da limpeza, ao ponto de não permitir escamar o peixe dos clientes, mesmo que seja fora das arcas. "Se não pagamos é guerra. Há vezes em que tentamos estender um saco de plástico na areia para arranjar o peixe e ela fica brava, nos dá corrida e até nos agarra pelos colarinhos". Natural do Huambo, o jovem conta que antes falja blocos que sai o meu pão de cada dia". Benvindo, morador no Cassequel, conta que todos os dias acorda às 5h00 para chegar cedo ao local de trabalho. Com um filho e a mulher para sustentar, diz que com o que ganha consegue sobreviver. No fim-de-semana, revela, pode ganhar entre quatro a cinco mil kwanzas. Durante a semana, 2.000 a 2500 kwanzas. Quantias que superam as que os colegas chegam a arrecadar. a jovem diz que não tem outro lugar onde ir buscar sustento, por isso, não pensou duas vezes antes de fazer o que faz. Como é estudante, Benvindo entra no trabalho muito cedo e larga às 12h00 para poder estudar. As duas actividades deixam-no, muitas vezes, exausto, mas há que seguir em frente. Sem vacilar.

10.2 Revelados estragos das chuvas no país

Jornal de Angola
01 De Março de 2013

O documento, que refere em pormenor os efeitos negativos das alterações climáticas no país, salienta que a chuva também provocou ferimentos em 50 pessoas e a destruição de 2.110 casas, nove escolas, 12 instalações religiosas, cinco pontes e outros tantos postos de saúde. O relatório anuncia que 170 casas ficaram parcialmente destruídas, 1.909 inundadas e que "as chuvas torrenciais afetaram 32 mil famílias em várias regiões do país".

Entre 2010 e 2011, sublinha o documento, a chuva causou 387 mortes, 189 feridos, a destruição de 36.539 casas e o desalojamento de 192.661 pessoas. Face a esta situação. Afirma, o Executivo por intermédio de vários departamentos ministeriais "desenvolve planos exequíveis para a mitigação e adaptação às alterações climáticas".

O Ministério do Ambiente, que lidera, uma comissão multisectorial, realiza o Programa de Acção Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, que é um canal de comunicação de informações relativas às necessidades urgentes e imediatas de adaptação.

Apesar da disponibilidade limitada de recursos financeiros e do fraco envolvimento do sector privado, garante o relatório, continuam a ser

desenvolvidos esforços para mitigar os efeitos das alterações climáticas.

10.3 Serviço de Protecção Civil realoja famílias

Jornal de Angola
01 De Março de 2013

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros da Huíla realojou, no mês de Janeiro, em áreas seguras, 191 famílias que se encontravam a residir em locais de risco, informou ontem o porta-voz da corporação, Emanuel Castro. O porta-voz disse à Angop, no Lubango, ao fazer o balanço dos estragos das enxurradas na Huíla, que foram realojadas famílias dos municípios da Matala, Lubango, Humpata, Chibia e Jamba.

As famílias, acrescentou, beneficiaram de parcelas de terra, chapas, blocos e outros materiais para a construção das suas residências. O responsável adiantou que o processo de realojamento contou com a colaboração das administrações municipais, que cederam os terrenos e materiais de construção civil.

"Vamos continuar a trabalhar de forma a retirar aquelas famílias que vivem próximo de riachos, pontes, postes de alta tensão, montanhas e ravinas", realçou. Em relação aos danos provocados neste período de chuvas, Emanuel Castro referiu a destruição de quatro pontes nos rios Cului e Mbua, no município da Jamba.

Emanuel Castro enumerou também a destruição total de uma escola com seis salas, no município dos Gambos, o rompimento do teto do quartel do Serviço de Bombeiros da Jamba e da Matala e outras infraestruturas. O porta-voz informou que foram ainda registados 213 desabamentos de residências, constituindo assim 1.278 famílias que ainda clamam por ajuda humanitária.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros na província resgatou também nove cidadãos nos municípios da Chibia, Lubango e Humpata. Para combater a sinistralidade e catástrofes naturais na província, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiro na Huíla conta com três viaturas, sendo duas ambulâncias de suporte vital e uma de salvamento e pronto-socorro.

10.4 Os raios da nossa desgraça

O independente

02 De Março de 2013

Em algumas províncias do país o fenómeno raio, quando chove, é um perigo que, em alguns casos, tem vindo a tirar a vida a pacatos cidadãos.

Apesar de ser um fenómeno natural inevitável, existem meios para minimizar as suas consequências. Isso mesmo é o que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros tem vindo a alertar e a elucidar.

Na Huíla, esta instituição está a aconselhar a população a instalar, nas suas residências, para-raios, de modo a evitar acidentes provocados pelas descargas eléctricas. O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros na Huíla, Emanuel Castro, disse à Angop ser necessário que os municípios adquiram, junto desta instituição, os instrumentos de protecção.

Emanuel Castro referiu que o sistema protege das calamidades provocadas pelas fortes chuvas e pelas trovoadas, que, às vezes, acabam por provocar mortes e danos materiais avultados.

De acordo com o responsável, os para-raios são acessórios porque intercetam a corrente eléctrica atmosférica e a conduz de forma segura para o solo, evitando assim acidentes. Segundo Emanuel Castro, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros está a recomendar e a alertar a população para a adoção de "medidas de autoproteção".

O governador em exercício da província do Huambo, Guilherme Tuluka, garantiu esta quarta-feira, na vila do Bailundo, que o Governo vai apoiar os 13 sobreviventes da descarga eléctrica registada na aldeia de Mbanje Kuiu.

A posição do governante foi expressa no final da visita efetuada às vítimas de uma descarga eléctrica internados no hospital do município do Bailundo.

Guilherme Tuluka assegurou que o governo provincial solidariza-se com as vítimas do incidente, pelo que solicitou às direções das Universidades José Eduardo dos Santos (UJES) e Agostinho Neto (UAN), no sentido de fazerem um estudo profundo sobre as descargas eléctricas que têm ocorrido, de modo inusitado, nos últimos tempos.

O director do hospital municipal do Bailundo, Evaristo Paulino Chissende, informou que 10 dos 13 sobreviventes, que se encontravam internados na

unidade hospitalar, já receberam alta, dada a recuperação favorável.

"Temos outras três pacientes internadas, mas que se encontram fora de perigo e a sua recuperação decorre satisfatoriamente, pensamos que dentro de alguns dias vão ter alta", disse.

A última grande descarga eléctrica na aldeia de Mbanje Kuiu, no Bailundo, provocou a morte de oito pessoas e o ferimento de 13.

Cinco pessoas morreram e seis outras ficaram feridas em consequência de uma descarga eléctrica provocada pela chuva que se abateu nesta terça-feira sobre o município do Cubal, 171 quilómetros a sudeste da cidade de Benguela.

O facto aconteceu por volta das 18 horas, no mercado informal do Bairro da Passagem, arredores da cidade do Cubal. Das vítimas mortais constam três crianças com idades compreendidas entre os sete e 13 anos. Os feridos recebem cuidados médicos no hospital municipal.

O corpo clínico do hospital municipal caracteriza o estado dos sobreviventes de razoável, descartando qualquer perigo de vida. Face ao sucedido; a administração municipal disponibilizou-se a apoiar os funerais e organizou um velório coletivo no cemitério local.

10.5 Huambo é cidade ecológica

Jornal de Angola

05 De Março de 2013

O ambientalista Valdimiro Russo considerou, em Luanda, a cidade do Huambo como a mais ecológica de Angola. Em declarações à Angop, Valdimiro Russo disse que, apesar deste reconhecimento, o Huambo deve solucionar as questões que se prendem com a introdução de energias alternativas e a construção de um aterro sanitário para melhorar a gestão dos resíduos.

Falando por ocasião do dia africano do Ambiente, assinalado no domingo, Valdimiro Russo disse ser difícil estabelecer um critério para se determinar a cidade mais limpa. Mesmo assim, o ambientalista Valdimiro Russo referiu que muitas delas dão passos nessa direção, tendo como principal eixo a sua sustentabilidade.

O ecologista defende que todos os cidadãos devem contribuir para uma Angola melhor e mais limpa, e analisar o impacto na natureza. Valdimiro Russo ressaltou que a seca, as alterações climáticas, a

desflorestação e a rápida urbanização de algumas zonas são fatores determinantes que afetam o ecossistema.

O ecologista adiantou que a União Africana já tomou um conjunto de iniciativas para minimizar esta situação, cujas propostas passam pela discussão dos problemas ambientais e a procura de soluções.

Vladimiro Russo disse que os países africanos debatem-se com vários problemas e cada um deve desenvolver ações consideradas mais importantes para a resolução dos problemas ambientais. Defendeu a educação ambiental dos cidadãos.

10.6 Projectos melhoram a produtividade de famílias camponesas no Cunene

Jornal de Economia e Finanças
05 De Março de 2013

O Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDA) em parceria com a firma António Zeferino, ligada a diversos sectores com destaque para o da agricultura, está a apoiar cerca de 2.000 famílias camponesas localizadas nos seis municípios da província do Cunene.

O projecto conta com a ajuda direta do governo provincial e consiste na atribuição de terras e materiais agrícolas, tendo abrangido um total de 776 associações e 11 cooperativas de agricultores, dos municípios da Cahama, Cuanhama, Curoca, Cuvelai, Namacunde e Ombandja.

Segundo o proprietário da empresa, Jorge António Zeferino, em 2012, o sector agrícola teve um desempenho positivo, graças ao trabalho desenvolvido e que continuará nos próximos anos.

Em relação ao programa de combate à pobreza, o responsável da firma informou que o governo local vai apoiar este ano, criadores de gado e 700 pescadores artes anais das 36 associações e seis cooperativas de pescadores, com a distribuição de embarcações de arte de pescas.

"Os programas de apoio à agricultura aumentam a capacidade produtiva das famílias rurais, combatendo à pobreza nas comunidades e melhora a segurança alimentar da população", disse. Na ocasião, a fonte assegurou que a empresa tem estado a trabalhar em programas de extensão de desenvolvimento rural e de fomento agrícola, na entrega de sementes, fertilizantes, enxadas, catanas e charruas.

Durante a última campanha agrícola, foram assistidas na província cerca de 91 mil famílias organizadas em associações e cooperativas agrícolas. Para este ano, prevê-se uma produção de 72 mil toneladas de cereais, entre milho, massango e massambala, além de alface, repolho, batata, cebola, feijão verde e milho.

O empresário explicou que recentemente foram inscritos no programa de comércio rural nos municípios de Cuanhama e Curoca onde cerca de 43 comerciantes têm à sua disposição 15 armazéns com capacidade para 61.927 metros cúbicos.

Na ocasião, Jorge Zeferino disse que o milho é o cereal que serve para o consumo direto das populações e para a indústria de rações, por isso, necessita-se de grandes quantidades para o aumento da produção de carne.

Quanto ao crédito agrícola, a fonte destacou que quatro cooperativas, já se beneficiaram, com destaque para o município de Ombandja, onde 102 camponeses beneficiaram diretamente e 636 de forma indireta. Para este ano, acrescenta a fonte, cerca de 5.500 camponeses irão beneficiar do crédito agrícola, uma vez que os documentos já foram enviados para os bancos operadores para a sua aprovação.

Para este ano revelou o proprietário da empresa António Zeferino vai apostar na continuidade dos programas ligados à agropecuária, com o incremento do fomento da criação de gado bovino e caprino. "Queremos apresentar ao Governo projectos de desenvolvimento na perspectiva de transformar os produtos de origem local", sustentou.

O empresário, acrescentou que existe muitas empresas privadas engajadas no sector para a produção de carne, frangos e cereais. Na visão do empresário, o projecto vai contribuir significativamente no crescimento do sector nos próximos anos, com particular realce para o período 2014/2015.

de forma indireta. Para este ano, acrescenta a fonte, cerca de 5.500 camponeses irão beneficiar do crédito agrícola, uma vez que os documentos já foram enviados para os bancos operadores para a sua aprovação.

Para este ano revelou o proprietário da empresa António Zeferino vai apostar na continuidade dos programas ligados à agropecuária, com o incremento do fomento da criação de gado bovino e caprino. "Queremos apresentar ao Governo projectos de desenvolvimento na perspectiva de transformar os produtos de origem local", sustentou.

O empresário, acrescentou que existe muitas empresas privadas engajadas no sector para a produção de carne, frangos e cereais. Na visão do empresário, o projecto vai contribuir significativamente no crescimento do sector nos próximos anos, com particular realce para o período 2014/2015.

10.7 Chuva torrencial destrói moradias

Jornal de Angola
07 De Março de 2013

A chuva que caiu sobre a província do Bié entre os meses de Janeiro e Fevereiro destruíram 497 infra-estruturas sociais, informou no Cuito o porta-voz do comando provincial do Serviço de Proteção Civil e Bombeiros. De acordo com Vasco Chioca foram atingidas várias habitações, estabelecimentos escolares e centros médicos.

Além de danos materiais, segundo Vasco Chioca, os prejuízos causados pela chuva torrencial feriram três pessoas e destruíram alguns campos agrícolas. O responsável do Serviço de Bombeiros no Bié disse que a chuva deixou milhares de famílias desalojadas, que necessitam de assistência humanitária urgente.

O Serviço de Proteção Civil, em parceria com a Direção Provincial da Assistência e Reinserção Social, tem distribuído bens de primeira necessidade às comunidades afetadas pela chuva. As quedas pluviais provocam um rastro de destruição em todo o país, sobretudo nas zonas rurais.

10.8 Chuvas intensas feriram pessoas

Jornal de Angola
08 De Março de 2013

Pelo menos três pessoas ficaram feridas ao serem atingidas por um raio na quarta-feira, na comuna da Cambândua, município do Cuito, província do Bié, afirma uma nota, do Serviço de Proteção Civil e Bombeiros, chegada à redação do Jornal de Angola.

Abel Calende, Ana Butão e Valéria Chinengue, de 32, 22 e 21 anos, foram levados-pelo Serviço de Proteção Civil e Bombeiros para o Hospital Provincial do Bié, onde se encontram a receber cuidados médicos.

O documento refere que os sinistrados foram surpreendidos dentro de casa, quando caía uma intensa chuva, acompanhada de fortes vendas.

No mesmo dia, o Serviço de Proteção Civil e Bombeiros foi chamado para neutralizar um enxame de abelhas numa residência no bairro Cantiflas, zona suburbana da cidade do Cuito. O ataque não causou danos humanos.

Ainda no mesmo dia, os bombeiros neutralizaram um incêndio numa residência, como resultado de um curto-circuito.

Os prejuízos foram avaliados em mais de 185 mil kwanzas. A nota do Serviço de Proteção Civil e Bombeiros destaca ainda a ocorrência de um outro incêndio no bairro Catraio, Cuito, devido a um curto-circuito, que carbonizou dez metros de cabo de um poste de transporte de energia eléctrica de baixa tensão, e a evacuação para o hospital provincial de cinco feridos em consequência de acidentes de viação, agressões físicas e diversas patologias.

10.9 INAMET prevê chuvas destruidoras em Abril

Folha 8
09 De Março de 2013

O INAMET adverte que as fortes chuvas estimadas para o mês de Abril poderão trazer consequências catastróficas, com principal incidência para as províncias do Norte e leste de Angola. De acordo com o meteorologista, Francisco Osvaldo o nosso país, só tem vinte por cento de cobertura de para-raios de proteção contra as cargas eléctricas.

"As últimas chuvas que vão ocorrer em Abril são de origem térmicas, a tendência é chuvas com trovoadas e são chuvas fortes, que pode vir a nos levar a situações catastróficas", informou. No País, acrescentou, no que concerne ao para-raios ou proteção sobre as cargas eléctricas estamos basicamente com uma cobertura de 20 por cento, porque nós temos muito mineral no solo que atraem estas descargas.

Por outro lado, aconselha as pessoas a evitar práticas que podem perigar as respectivas vidas como estar debaixo de alvares ou falar o telefone durante as chuvas, bem como expor a bateria dos carros. Os últimos meses, a realidade tem estado muito próxima das previsões do INAMET que precipitar alertar as autoridades no sentido de trabalharem no sentido de evitar danos maiores.

10.10 Mais de 10 mil hectares destruídos por ano

Folha 8

09 De Março de 2013

Os níveis de desflorestação das principais zonas verdes em Angola são de cerca de 10 mil e 600 hectares por um ano como resultado do abate indiscriminado e queima em várias regiões do País. O dado consta do 2º relatório do Estado Geral do Ambiente (REGA) 2012 apresentado onde faz menção, entre outras áreas, a caracterização do sector da Agricultura na Gestão Sustentável dos Solos.

O quadro desta desflorestação "legal e ilegal" não se sabe ao certo quantas espécies de animais e plantas são devastadas anualmente, mas o habitat de muitos animais tem sido destruído durante este processo, anualmente.

De acordo o documento, o sector florestal representa 43,3 por cento da superfície do território nacional e o uso atual dos solos agrícolas é de cerca de 40 por cento, uma acção que registou um aumento em consequência do processo de desminagem ainda em curso no País.

Da percentagem do uso do solo, os pequenos agricultores em média usam 1,4 hectares por família, segundo o documento publicado pelo Ministério do Ambiente. Segundo ainda o relatório, perto de 370 hectares em plantações florestais (polígnos florestais) estão sob controlo do sector florestal, locais onde são retiradas algumas mudas para o repovoamento daquelas zonas verdes que têm sido afectadas, na sua maioria, para fins comerciais.

10.11 Seca e chuva só atingem os pobres

Folha 8

09 De Março de 2013

O INAMET adverte que as fortes chuvas prevista para o mês de Abril poderão trazer consequências catastróficas, com principal incidência para as províncias do Norte e leste de Angola.

E se não é a chuva é a seca. E, como sempre, o resultado desta realidade num país rico é o de uma mais uma, crise alimentar todos sabem que as chuvas destroem plantações inteiras, provocam dano na pecuária e também na estrutura de água potável. Sabem, mas ao que parece isso não preocupa quem manda.

As previsões indicam que em Angola, mais de 1,8 milhões de pessoas estão ou serão afetadas pela escassez de alimentos. No Zimbabwe, Lesoto e Malawi o problema deverá atingir mais de seis milhões.

Este alerta foi lançado por organizações ligadas a Cruz Vermelha e ao Crescente Vermelho que, desde logo, acusam e bem os meios de comunicação social de não falarem do assunto, procurando escamotear uma catástrofe que está ao dobrar da esquina, além disso, afirmam que as autoridades destes quatro países não estão a dar a devida atenção ao problema.

No caso de Angola parece uma acusação injusta. Todos sabem que as autoridades (dizem que) trabalham em prol das populações mais desprotegidas e vulneráveis.

Ou não será assim? Acresce que, como começa a ser o crónico em Angola, à fome juntam-se doenças como a malária, a diarreia e a cólera.

A Cruz Vermelha acusa mesmo os governos de, em alguns casos, para além de nada fazerem para prevenir as calamidades estarem, igualmente, a bloquear a actividade das agências humanitárias.

Bloqueio que, se não existisse, levaria essas agências a denunciar que o regime branqueia a sua inoperância na luta contra a pobreza, ao mesmo tempo que ajuda os ricos a serem cada vez mais ricos, em contraposição aos pobres que são ajudados a serem cada vez mais pobres.

E tudo acontece nas mais cândida impunidade política, civil e criminal dos responsáveis. E isto acontece porque, citando José Ribeiro, director do "Jornal de Angola", "o Governo de Angola é constituído por gente tão honrada e tão séria como os governos de Portugal ou da Irlanda.

O Presidente de Angola é tão honrado e tão sério como os presidentes de Portugal, da Irlanda ou de qualquer outro país da União Europeia. E os nosso dirigentes políticos merecem o mesmo respeito e a mesma consideração que os políticos de Portugal ou da Irlanda".

Importa neste, e em quase todos os outros contextos recordar as verdades ditas por Mo Ibrahim, o magnata britânico de origem sudanesa, que arrasam com os donos do poder em quase todos os países africanos.

Mo Ibrahim, que acumulou fortuna no sector das telecomunicações no Reino Unido, responsabilizou as "falhas monumentais dos líderes africanos após a independência", explicando sem meias palavras que,

"quando "quando nasceram os primeiros Estados africanos independentes, nos anos 50, África estava melhor em termos económicos".

Não se sabe, se por exemplo, José Eduardo dos Santos, terá ficado satisfeito. Provavelmente não. As verdades têm destas coisas.

Mo Ibrahim explica que "as enormes falhas na governação provocaram o retrocesso", acusando igualmente os cidadãos porque foram eles que permitiram que os destinos do continente fossem conduzidos por maus líderes.

O empresário qualifica de "vergonhoso e um golpe à dignidade" a contínua dependência de África em relação ao ocidente, tendo em conta os "recursos impressionantes" que abundam no continente.

" Não se justificam a fome, a ignorância e a doença que assolam África", enfatiza Mo Ibrahim, para quem a solução terá de passar obrigatoriamente por "bons líderes, boas instituições e boa governação", sem os quais "não haverá Estado de Direito, não haverá desenvolvimento".

Pois é. Mas José Eduardo dos Santos garante que Angola está no caminho certo, faz um balanço positivo e exemplifica com as "realizações e os empreendimentos inaugurados quase todas as semanas".

Eventualmente por precisar que os meses tivessem mais semanas, o presidente garante que a "nova Angola" está "pronta para iniciar uma nova etapa da sua história, na qual todos os nossos esforços estarão voltados para os mais desfavorecidos, aqueles que mais sofrem porque têm pouco ou quase nada".

Como cidadãos inimputáveis, os dirigentes do país podem fazer tudo o que lhes apetece. Razão tem o moçambicano Tomaz Salomão, secretário executivo da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), quando afirma: "são ditadores, mas pronto, paciência...

São as pessoas que estão lá. E os critérios da liderança da organização não obrigam à realização de eleições democráticas".

10.12 Chuva desaloja mais de 200 famílias no Moxico

O País

15 De Março de 2013

A Comissão Provincial de Proteção Civil no Moxico traçou quarta-feira, no Luena; estratégias para acudir

12 mil e 765 vítimas das fortes chuvas que se abateram nos últimos dias sobre a região. Segundo dados expressos no relatório da comissão, a que a Angop teve acesso, durante o mês em curso a chuva provocou a nível da província seis óbitos, oito feridos, desabamento de 2.203 casas de construção precária.

Trezentas e 23 residências ficaram sem teto, foram destruídas 22 igrejas, 15 escolas e sete postos médicos. A nota esclarece que o município sede (Moxico) é o mais afetado, com três óbitos, seis feridos, mil e 318 casas destruídas, 181 residências sem tetos e 215 pessoas desalojadas nos bairros "Kwenha", "Aço", "Sawam" e "Mandebwé".

Em declarações à Angop, o porta-voz da comissão, Comissário Filipe Barros Espanhol, disse que para acudir a situação prevê-se distribuir chapas de zinco e outros materiais gastáveis aos sinistrados localizados nos municípios do Moxico (sede), Kamanongue, Léua, Luau, Alto Zambeze, Lumege Cameia, Bundas e Luacano.

Dada à insuficiência dos meios disponíveis, o também delegado do Ministério do Interior no Moxico avançou que será realizada uma campanha de angariação de donativos a nível provincial e nacional, para juntar aos bens existentes. Adiantou que neste momento já foram localizados e preparados os terrenos para alojar as famílias que ficaram sem abrigo, em consequências das enxurradas.

Por outro lado, o administrador adjunto do município do Moxico, Bento Paulino Luembe, disse que os agentes da fiscalização vão desencorajar as populações que ainda habitam nas áreas de risco a abandoná-las e pedir para participarem nos trabalhos que visam o estancamento do efeito erosivo. Apontou a população dos bairros "Kuenha", "Bomba", "4 de Fevereiro", "Zorro", "Sangondo" e "Aço" como as mais ameaçadas pela progressão das ravinas.

Ainda para fazer face à calamidade a comissão de proteção civil prevê distribuir sementes agrícolas às populações afetadas e garantir medidas de controlo sanitário para evitar a propagação de patologias.

10.13 Chuvas de Abril podem ser catastróficas

O Independente

16 De Março de 2013

A fraca cobertura de pára-raios em Angola esta preocupar as autoridades, devido no registo de

dezenas de mortos e feridos, principalmente nas províncias, do centro e sul do país, que nos últimos tempos foram vítimas de descargas eléctricas nalgumas regiões do país. A preocupação foi manifestada pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, de Angola que prevê para Abril próximo chuvas fortes, com principal incidência nas províncias do sul, que poderão trazer -alertou - «consequências catastróficas». Francisco Osvaldo, meteorologista do INAMET, disse a O Independente que o país tem apenas 20 por cento do seu território protegido contra descargas eléctricas. «As últimas chuvas, que vão ocorrer em Abril, são de origem térmica e a tendência será de chuvas com trovoadas. São chuvas fortes, o que nos pode vir a levar a situações difíceis se não forem tomadas medidas de prevenção», disse o meteorologista. Na última semana, registou-se a morte de nove pessoas e o ferimento de 14, em menos de sete dias, no município do Bailundo, na província do Huambo, em consequência de descargas eléctricas provocadas por chuvas torrenciais. A administradora adjunta do Bailundo, Deolinda Miguel, disse que vão ser instalados pára-raios nas localidades onde se regista maior índice de descargas eléctricas. Deolinda Miguel referiu que não existe uma verba destinada para este fim, mas, dentro do orçamento disponibilizado pela administração, parte dela vai servir para este fim, com prioridade para as zonas onde este ano já foram registadas mortes. «Não temos outros mecanismos de proteger as populações das descargas eléctricas. A única forma é instalar os pára-raios nas áreas críticas, um processo que será executado nos próximos dias», realçou aquela responsável governamental. Dados avançados pela administradora adjunta do Bailundo dão conta que em menos de 15 dias foram registados 11 mortos e 25 feridos naquela circunscrição, localizada a 75 quilómetros a norte da cidade do Huambo, no planalto central de Angola. No final de Fevereiro, foram registadas igualmente a morte de cinco pessoas e ferimentos em seis, no município do Cubal, 171 quilómetros a sudeste da província de Benguela, causadas por descargas eléctricas.

Falta de pára-raios alarma no Balombo

Por sua vez, os habitantes do município do Balombo, a 182 quilómetros a nordeste da cidade de Benguela, mostraram-se preocupados com a falta de pára-raios na região, devido às constantes descargas eléctricas que têm causado enormes prejuízos humanos e materiais. Em declaração a este jornal, o município Domingos Kapinji considera importante a colocação de pára-raios na região, visando minimizar os estragos causados pelas chuvas. "Só as descargas eléctricas causadas pelas chuvas dos últimos dias provocaram dois mortos e quatro feridos nos bairros

da zona Urbana, Hoji-ya-Henda, Aldeias de Bungue e paralisaram o funcionamento do Raio X no hospital municipal", afirmou. Já Albino Kapingana e Domingas Maria residentes na sede do município, disseram que, quando chove as pessoas temem as descargas eléctricas e ficam na incerteza do que poderá acontecer por falta de protecção dos pára-raios. Por seu lado, o administrador municipal do Balombo, Júlio da Silva Kwanza Santos, lamentou as mortes e os prejuízos materiais causadas pelas descargas eléctricas e ventos na sua área de jurisdição, tendo reconhecido a necessidade de se montar o referido equipamento em alguns pontos estratégicos para a protecção dos munícipes e das instituições contra este fenómeno natural. Júlio da Silva Kwanza Santos garantiu que vai encetar contactos junto do governo da província para a concretização do projecto de colocação de pára-raios no município. O Independente apurou de fonte segura que, no princípio deste mês, as descargas eléctricas causaram um morto na Aldeia de Hanga, um ferido na sede do município e danificaram parcialmente os equipamentos da estação repetidora da Rádio Nacional (RNA) e da Televisão Pública de Angola (TPA), privando os munícipes de Informação por cerca de cinco dias. Importa referir que, em Dezembro de 2012, um só raio causou, numa lavra na localidade de Serangola 12 mortos e dois feridos para o sector político e social. Eliseu Epalanga, um dos responsáveis pelo serviço de bombeiros, considerou que, apesar das acções desenvolvidas pela Comissão Provincial de Protecção Cívil, que muito têm contribuído para o sossego das populações, outras acções deverão merecer a devida atenção, face às vítimas de desastres naturais. O responsável disse que esta atenção está relacionada com a falta de pára-raios em algumas localidades e a permissão de construções em zonas de riscos. O arquitecto Gerson Domingos Miguel, disse que muitos dos prejuízos provocados pelas cargas eléctricas nas zonas rurais, podem ser minimizados com a colocação de pára-raios nos edifícios. Gerson Domingos Miguel disse que hoje por hoje não se fala muito na colocação de pára-raios, porque alegasse a questão financeira uma vez que este equipamento é ainda muito caro. O pára-raios é um material que logo a princípio é bastante caro, para a sua montagem e sobretudo o seu funcionamento, é um material electrostático e é também um material que precisa de manutenção constante. De acordo com o responsável, a melhor maneira de evitar acidentes com raios é não ficar exposto em ambientes descampados, locais altos e abertos e principalmente praias, campos de futebol e piscinas. Por sua vez, o porta-voz Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Camões Sebastião, aconselhou as pessoas a não se protegerem perto de linha de transmissão, postes, cerca metálicas

e pára-raios. «Caso esteja a dirigir mantenha toda a família no interior do veículo nunca par debaixo d árvores», explicou. Acrescentou ser necessário tomar-se cuidado até mesmo dentro de casa pois apesar da residência ser um abrigo seguro, alguns cuidados devem ser tomados. «Deve-se evitar tomar banho durante a tempestade, falar ao telefone, bem como devem ser desligados todos os aparelhos electrónicos das tomadas de corrente eléctrica». Para se evitar que as descargas eléctricas atinjam locais indevidos, como postes, edifícios, depósitos de combustíveis, linhas de transmissão eléctrica, de entre outros defendeu a necessidade da instalação de pára-raios, que é constituído essencialmente de uma haste metálica disposta verticalmente no alto da estrutura a ser protegida. Esta haste é ligada à terra através de um fio condutor. Quando a terra adquire cargas eléctricas induzidas, estas se concentram na ponta do pára-raios, de forma que a descarga eléctrica entre a nuvem e a terra se dá através do fio. Faustino Sebastião alertou, por outro lado que o perigo do raio é cerca de dez vezes maior no campo aberto do que na cidade. Numa rua da cidade, prosseguiu os fios e as estruturas de aço dos edifícios protegem as pessoas como os pára-raios.

10.14 Morador arrependido

Jornal O País

22 De Março de 2013

Um dia depois se ter mudado para a sua nova casa no Mulenvo de Cima, Eliseu Sambango de 50 anos de idade viveu e testemunhou com bastante tristeza a agitação geral que moveu o bairro pela terceira vez, num espaço de três meses. "Nós chegámos no dia 16 e no dia seguinte dá-se logo essa situação, é claro que a primeira coisa que a minha esposa e eu fizemos foi pensar mil vezes porquê tanto azar", desabafou o morador que já pensou em vender a casa que ainda está em obra. Vale lembrar que a sua residência é a primeira no prolongamento sudeste do quintal da Ango-recycling. Aliás, as botijas pareceriam estar no pá- tio deles, não fosse o cerco feito pela EUSAL, na parte de traseira dos primeiros vizinhos da empresa vocacionada para a recuperação de metais. Quando se apercebeu do mau cheiro calculou ser originado por mosquiteiros novos trazidos por si para proteger os filhos das picadas de mosquitos, mas a esposa assegurou-lhe tratar-se de um gás do quintal da empresa vizinha. "Então, fui ter com os guardas da Ango-recycling para me inteirar da situação e eles me confirmaram já ter havido um caso, em Janeiro, que fez desmaiar muita gente", declarou Eliseu Sambango, tendo recordado que os seus pedreiros haviam sido vítimas deste fenómeno. Apesar de ser novo na área, Sambango, como é tratado entre os

vizinhos, ficou a saber que a Ango-recycling já tinha sido notificada pelas instâncias superiores do Governo, no sentido de retirar os reservatórios metálicos que contêm substância nociva. "Infelizmente aquilo que seria para três dias está a passar de três meses", lamentou, apelando aos órgãos do Estado para resolverem o problema. Quando comprou o terreno, a empresa não existia, daí a segurança do morador em relação a essa área dos Mulenvos, que se tornou num verdadeiro calvário para o povo local, conforme considera Eliseu Sambango. Marcela João Manuel de 31 anos de idade, outra moradora que vive próxima do quintal da Ango-recycling informou que, em Dezembro de 2012, se deu a primeira situação do género quando uma máquina que se encontrava a juntar as garrafas embateu contra uma destas. "Estava aí um desses tractores a puxar as botijas mas, de repente, ouvimos um estrondo e em pouco tempo esta zona ficou coberta de um gás cuja cor se confundia entre branca e cinzenta com um cheiro semelhante ao de lixívia, que começou a perturbar as pessoas", explicou, realçando que a maior parte dos moradores decidiu abandonar a área. A entrevistada encontrava-se fora de casa na hora do sucedido, por isso teve de procurar os seus filhos de seis e quatro anos, entre os grupos de vizinhos. Outros, aludiu Marcela, não conseguiram sair de suas casas, porque o ar já estava bastante poluído, tendo preferido ficar por aí, onde a moradora considerou mais perigoso. "Esta situação do Domingo passado foi a terceira vez, porque na segunda do dia oito de Janeiro de 2013 desmaiou muita gente, quase o bairro todo", referiu, adiantando que por causa disso há pessoas que já não querem viver mais no bairro, foram para outras paragens

10.15 Salesianos obrigados a fechar escola

Jornal O País

22 De Março de 2013

O Padre Mascarenhas, reitor do seminário médio dos Salesianos, viu-se forçado a interditar as aulas devido ao sucedido Domingo no bairro Mulenvos de cima. "Nós não podíamos ficar indiferentes perante um fenómeno que assola o bairro todo, tínhamos de encerrar a escola por tempo indeterminado, porque também não estamos seguros", frisou, recordando que se trata de um problema de saúde pública. Aliada a essa preocupação esteve também o lado financeiro dos alunos, que podiam gastar dinheiro em vão, chegando à escola sem terem aulas. O sacerdote lembrou ainda que, quando sucede um caso do género, os moradores acorrem à instituição religiosa que dirige, pedindo socorro e guarida. "Às vezes,

temos de prestar as primeiras assistências médico-medicamentosas e alimentar aqui, para não deixar que o paciente se agrave ainda mais", informou o padre Mascarenhas, que não escondeu a sua tristeza motivada pela passividade das autoridades. Apesar de parecer resguardado na sua casa de formação, o clérigo sabe que muita gente do bairro optou por passar a noite fora do bairro, para não ser surpreendido com outras situações, limitando-se a apenas vir ao Mulenvos durante o dia, a fim de saber se já retiraram as botijas. Quando pode, o reitor vai à Ango-recycling De acordo com ele, a polícia e os bombeiros têm estado no local a levantar dados, mas a resolução nunca chega. Aliás, como fez questão de referir, momentos antes desta reportagem no princípio da tarde de terça-feira, 19, efectivos do Serviço Nacional de Protecção e Bombeiros estiveram na Ango-recycling com os seus meios de trabalho. "Não sabemos por que autorização superior tem de esperar a remoção de supostas botijas de gás que visivelmente vão dando cabo do povo", questionou, alertando os dirigentes do Governo para se apressarem a resolver o problema.

10.16 Vítimas de gases da Ango-Recycling receiam ter sequelas

Jornal O País

22 De Março de 2013

Cinco de entre os mais de 70 moradores do bairro Mulenvo de Cima, município de Viana, em Luanda, que desmaiaram sob consequência da inalação de gases provindos da empresa Ango-recycling, instalada na mesma zona, mostraram-se preocupados com as sequelas que poderão advir da situação de que foram vítimas. "Desde que caímos até hoje, a maior parte de nós ainda se queixa de muita dor no peito, na garganta, como é O meu caso particular, e não sabemos como vai ser a nossa saúde daqui para frente", revelou Judite Domingos de 18 anos de idade, que chegou mesmo a acusar a direcção da empresa de estar relaxada, já que, segundo alega, quando volta a acontecer libertação de gases, os funcionários fecham-se dentro das suas instalações para não serem atingidos. A aflicção das vítimas regista-se mais quando a insolação é intensa, conforme explicou a interlocutora de O PAÍS, que pede insistentemente a quem de direito para retirar as botijas que se encontram dentro da Ango-recycling. Explicou que os gases não se espalham pelo bairro apenas nos períodos mais quentes do dia, pois, assegurou Judite, até durante a madrugada se sente o cheiro dos tóxicos. "A primeira vez que se deu isto, em Dezembro de 2012, NÓS não nos demos conta, mas na segunda, em Janeiro deste ano, por ter

desmaiado muita gente, os moradores aperceberam-se do perigo e a maior parte começou a abandonar o bairro, para procurar segurança noutras paragens", relatou Judite. Segundo ela, no princípio de Janeiro deste ano, quando desmaiou, começou por sentir a garganta a arder, tendo logo a seguir acusado dor no peito e falta de ar para respirar. Disse também que as vítimas dos gases contraem uma tosse intensa antes de desfalecerem Daí para a frente e num intervalo de tempo que ela estima em apenas um minuto caiu. "Ainda senti os meus pés a ficarem muito fracos, mas aquilo foi muito fracos, mas aquilo que foi muito rápido, nem sei se fez um minuto, contou, revelando que outros pacientes com quem conversou no hospital sobre o sucedido, depois de reanimados, também lhe contaram a mesma versão. Questionada sobre a reacção dos funcionários da Ango-Recycling, depois de verem tanta gente desfalecida, assegurou ter sabido de sua mãe. Após se aperceberem que o problema era grave procuraram garantir uma assistência na clínica do Gamek, onde ela e outros desmaiados vieram recobrar mais tarde. Contactada por este jornal, Balbina António Estêvão, mãe de Judite, disse que quando se mudou para o bairro a empresa ainda não estava instalada. "Quando vim viver aqui há três anos, a Ango-Recycling ainda não existia. Instalaram-se depois e disseram-nos que haviam de armazenar e reciclar sucatas e outras peças de metais". Balbina Estêvão está, desde a data do último acontecimento, sobretudo preocupada com o facto de a empresa não retirar as botijas do seu quintal. Agastada, ironiza que se esteja à espera da morte de alguém para verem as garrafas de metal fora dos Mulenvos. "Se me disserem que estão à espera da morte de alguém para retirarem as garrafas metálicas, assim eu vou aceitar, porque, de contrário, nada justifica a lentidão no processo", defendeu, tendo chamado a atenção dos dirigentes do Governo para o número de desmaiados, que ela estimou em mais de cem. Em relação ao desmaio de sua filha, disse que enquanto ela e as vizinhas estavam curiosas em saber de que gás se tratava, alguém veio dizer-lhe que uma das filhas tinha caído. "Naquela preocupação de ir ver o que se passava com a Judite, deparei-me primeiro com a Arlete e outros miúdos caídos no chão", contou, tendo acrescentado que os socorristas voluntários também começaram a desfalecer, à medida que iam ajudando este ou aquele. Balbina Estêvão, disse que, antes deste fenómeno, já ocorrera um rebentamento de uma botija de gás, que colocou o pessoal do Mulenvo de Cima a correr de um lado para outro, mas sem desmaios. Sobre os sintomas que antecedem e procedem os desfalecimentos, Balbina assegurou ter ouvido as suas filhas queixarem-se de muita dor no estômago e nas vistas. Arlete Paula Estêvão ou simplesmente Mimi de li anos de idade confessou ter sentido a garganta e o

estômago a doerem muito, masque, depois daquilo, não se recordava de mais nada, senão de ter estado a ocupar uma cama na clínica do Gamek. "Senti muita dor na barriga, cá aqui e só abri as vistas já no hospital, onde fiquei aí uma semana com outras crianças que também desmaiaram", recordou a menina, adiantando que, às vezes, não consegue respirar em condições. A pequena Mimi pede aos trabalhadores da empresa para retirarem as garrafas de gás existentes dentro do cerco para não ver mais nenhuma criança do bairro a desmaiar.

Igual aos desmaios nas escolas

Rosa Esmeralda Manuel Panguila de 19 anos, aluna da 1ª Classe assemelha o fenómeno à onda de desmaios que tem havido nas escolas do país, reconhecendo entretanto existir uma diferença, pois a substância dos Mulinhos não vitima apenas raparigas. "Eu ouvia de amigas e colegas que o gás dos desmaios nas escolas cheirava a lixívia, provocava dores na garganta, para além de deixar a pessoa sem ar e foi exactamente isso que eu senti", declarou Rosa Panguila, cogitando que os provocadores de incidentes do género nas escolas deviam ter usado esse gás. No dia em que ela e seus irmãos mais novos desfaleceram, segundo contou a própria, um operador estava a trabalhar com uma máquina e, ao levantar um feixe de metais, parte destes terão embatido contra uma botija, tendo imediatamente provocado a libertação de gases aparentemente esverdeados. "Eu e os meus irmãos estávamos a assistir a alguns programas de televisão, ainda fomos lá fora ver o gás, mas com a agitação do vento fomos atingidos e aí começou o tormento", detalhou Rosa, argumentando que registaram irritação na garganta e passaram a ter dificuldade de respiração, devido ao ar que lhes parecia escassear. Outros sinais tiveram a ver com o bloqueio da caixa torácica, tosse intensa e fraqueza total no corpo, soube o PAÍS da sua interlocutora, que, tal como os seis irmãos mais novos, teve de ser levada para o hospital. "Hoje em dia, sentimos dificuldade de respirar e dores muito estranhas", revelou, fazendo fé de que não se trate de um efeito colateral da situação vivida.

Assistidos sem limitações

Depois de admitir que a demanda era maior que o corpo de técnicos destacado no dia do incidente na clínica do Gamek, o enfermeiro Arcanjo, que se identificou como chefe de equipa, garantiu que atenderam todos os pacientes sem quaisquer limitações, ao ponto de ele e a sua equipa o fazerem na ordem de mais de 70 pacientes por dia. "Aqui houve uma avalanche de atendimento muito grande, onde até os colegas analistas tiveram de ajudar mesmo a equipa", disse, tendo garantido que

conseguiram inverter o quadro clínico. Quanto aos sintomas com que inicialmente se apresentavam as vítimas de inalação de gases, o técnico de saúde apontou a febre e as dores abdominais como os indicativos ora registados. Mas n.º 20 deixou de falar de uma tosse activa registada em quase todos enfermos. Sobre efeitos colaterais, preferiu não falar. Entretanto, assegurou terem recomendado a todos pacientes que voltassem para a unidade hospitalar caso sentissem alguma perturbação.

10.17 Chuvas causam estragos

Jornal de Angola
22 De Março de 2013

A chuva que caiu ontem em Luanda causou inundações em casas e quintais, intransitabilidade de algumas ruas e dificuldades de circulação noutras, devido aos buracos e lama, indica o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

Segundo um balanço provisório feito pelo porta-voz da corporação, Faustino Sebastião, a chuva e o vento provocaram também a queda de painéis publicitários e de árvores.

De acordo com Faustino Sebastião, a situação nos diferentes bairros da periferia da cidade capital é idêntica, com destaque para os distritos urbanos da Ingombota, Sambizanga, Rangel, Samba e Kilamba-Kiaxi municípios de Viana e Cacuaco.

Acrescentou que ontem, a chamada "Ponte do Balumuka" estava intransitável. Parte do bairro do Palanca, no Kilamba-Kiaxi, da Terra Vermelha e Lixeira, na Maianga, da Salina, Fubu e Dangereux, no município de Belas, estavam em situação idêntica.

No Cazenga, foram apontadas dificuldades na circulação na quinta e sexta avenidas, nos bairros das comunas Hoji ya Henda, Tala Hady e acesso a algumas escolas, situação vivida igualmente nos municípios do Cacuaco e Viana.

Faustino Sebastião disse que não foram registadas vítimas humanas e as equipas do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros e de áreas técnicas das administrações municipais e distritais combateram as inundações.

Nas operações de socorro foram utilizadas motobombas no interior de residências, quintais e nas vias que estavam intransitáveis.

10.18 Chuva faz um morto e desalojou famílias

Jornal de Angola

23 De Março de 2013

Um bebé de nove meses morreu electrocutado na comuna do Kicolo, em Luanda, na sequência da chuva que caiu sobre a capital angolana, que desalojou também 38 famílias nos municípios do Cacuaco e Cazenga, segundo um balanço, ainda provisório, divulgado pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros. O porta-voz do órgão operativo do Ministério do Interior, Faustino Sebastião, disse, ontem, à agência de notícias Angop que algumas famílias sinistradas viviam em 15 moradias desabadas no bairro do Lumundo, comuna da Funda. O alto funcionário do Serviço de Bombeiros acrescentou que há ruas intransitáveis, como a Pescadores, sede municipal, Caop, Embondeiro, Cerâmica e 4 de Fevereiro, no município do Cacuaco. No município do Cazenga, um dos maiores em Luanda, 23 famílias estão desabrigadas devido às inundações das suas moradias, situadas na Zona 17, junto a urna vala de drenagem que transbordou. O porta-voz do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil informou que continuam também inundadas e intransitáveis algumas das principais vias do Cazenga, como a Quinta Avenida, e as Lagoas do Mabululo e da Catumbela. Uma equipa dos Bombeiros foi enviada ao local para a drenagem das águas da chuva que caiu sobre a província de Luanda. Várias equipas dos Bombeiros e das áreas técnicas das administrações municipais e distritais estão, desde quarta-feira, no município do Cazenga para a drenagem das águas da chuva em moradias, quintais, escolas, hospitais e na via pública. A província de Luanda, com uma área de 2.257 quilómetros quadrados, tem uma população de cinco milhões de habitantes, distribuídos pelos municípios de Luanda, Cacuaco, Viana, Icolo e Bengo, Quissama, Cazenga e Belas.

10.19 Estradas novas, problemas velhos

Semanário Angolense

23 De Março de 2013

As chuvas que ultimamente se abateram sobre Luanda viraram a cidade do avesso mostrando uma vez mais que da não está preparada para receber chuvas. Lamentavelmente Luanda continua a «molhar-se», à mínima queda de águas pluviais. As ruas casas ficam inundadas e a cidade traz à superfície todas as suas debilidades de infra-estruturas: esgotos que não funcionam areias que invadem o asfalto e lixo que corre solto, ao sabor das águas. Algumas

avenidas da capital, mesmo as artérias que foram recentemente reabilitadas com novo tapete asfáltico, não têm resistido à força das águas. A avenida N'gola Kiluanje, também conhecida por «estrada da Cuca», apesar de ter sido recentemente reabilitada) já se encontra em estado lastimável, salpicada por buracos e crateras de vária índole. Neste troço, que liga o S. Paulo ao Kíkolo, o trânsito tem ficado literalmente parado durante um longo periodo de tempo, sobretudo no periodo matinal quando o musseque desce à cidade... Os utentes dessa via dizem que a passagem de nível tem sido um dos maiores obstáculos à circulação rodoviária, devido a uma lomba lá existente. Soube-se esta semana que o trânsito automóvel ficou cortado durante algumas horas, à conta de um comboio que domou a iniciativa» de avariar mesmo em cima da passagem de nível. Mas o rosário de lamentações não se fica por aqui: os transeuntes queixam-se também dos buracos causados na via devido às águas residuais da fábrica de cerveja, depois de estas extravasarem as margens da vala do Soroca. Há quem compare este troço às tão propaladas «estradas de esferovite»; daquele género de obras de carácter' «volátil», que, no periodo das chuvas, «desaparecem do mapa». Poderão estar cobertos de razão, os moradores da CUCA que suspeitam que depois das chuvas, esta avenida e mais outras tantas de «esferovite» entrarão novamente em obras...

10.20 Recursos florestais

Jornal de Angola

23 De Março de 2013

Os recursos florestais em Angola são uma fonte de riqueza ainda por avaliar e explorar. Está em marcha o Inventário Florestal Nacional, acompanhado pela elaboração de uma carta cartográfica que permite ter informações mais concretas sobre o estado das florestas. Temos um país com 53 milhões de hectares de floresta que, em tempos de diversificação da economia, representam um potencial económico significativo. O Executivo está atento a esta realidade, razão pela qual ensaia um programa de repovoamento e florestação que representa um passo relevante no uso sustentável dos recursos florestais. Num país onde 60 por cento da população vive no meio rural e tem na floresta a principal fonte de subsistência, esta estratégia tem tudo para dar certo. Estamos perante um desafio que implica um aturado trabalho por parte das instituições ligadas ao desenvolvimento agrícola, acompanhadas da colaboração das empresas e das populações para o melhor aproveitamento do potencial que representam as nossas florestas. E importante a formação de uma cadeia em que cada actor, desde o camponês ao

investigador, passando pelo industrial madeireiro e as populações consumidoras de produtos florestais, desempenhe o seu papel para que os recursos florestais sejam um benefício de todos. Para isso não faltam regras e procedimentos legislativos que regulam acesso, o uso e a exploração dos recursos florestais. Angola está a lançar as sementes para que este sector contribua decisivamente para o Orçamento Geral do Estado. Nos próximos tempos, com muito trabalho, os recursos florestais podem estar entre as três principais fontes de receitas do Estado. A situação florestal em Angola é muito favorável. Mas existem fundadas preocupações devido à utilização não sustentável dos recursos florestais. As queimadas no Cacimbo continuam a ser uma prática corrente entre as populações rurais na preparação dos solos para a agricultura. Os caçadores furtivos continuam a queimar florestas para a chamada "caça à rede". As explorações artesanais de carvão causam a devastação de arbustos e árvores de pequeno porte. O Norte, Centro, Leste e Sudoeste do país são palcos de graves atentados ambientais, com abates indiscriminados de árvores para produção de carvão. Só acções de educação ambiental e uma fiscalização permanente impedem a caça furtiva, as queimadas em grande escala e outras práticas que ferem gravemente a floresta e os seus ecossistemas. Não podemos continuar a assistir ao mau aproveitamento dos recursos florestais que acarreta perdas de receitas avultadas.

Numa altura em que é notável o crescimento económico, importa fazer um correcto aproveitamento de todos os sectores económicos. Números revelados pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal apontam para uma realidade preocupante. O Estado perde, só em receitas fiscais provenientes da fileira da floresta, 15 milhões de dólares anualmente, realidade que deve ser urgentemente alterada para que o futuro das próximas gerações não fique hipotecado aos actuais garimpeiros de madeira, aos caçadores furtivos e à produção ilegal de carvão. É preciso impedir o acesso desregrado aos recursos florestais, sob pena de ser inviabilizada a estratégia de repovoamento, reflorestação e os esforços de utilização sustentável dos recursos florestais. As instituições ligadas ao desenvolvimento florestal, a Polícia Nacional, as empresas e as famílias têm de contribuir para uma melhor gestão e aproveitamento dos recursos florestais. Hoje, ninguém duvida das vantagens sociais e económicas dos recursos florestais. É uma cadeia que gera riqueza para o país e rendimentos para as comunidades rurais. Por isso, é urgente trabalhar para que as vantagens do uso sustentável dos recursos florestais se reflectam na produção de alimentos, no fornecimento de matérias-primas, no

fornecimento de espécies para a medicina natural e convencional. Angola tem de criar capacidade para processar grande parte dos recursos florestais de que dispõe. O mercado interno precisa de empresas que trabalhem nesta área, desde as serrações à indústria de mobiliário e celulose. O relançamento do comércio também passa pela fileira da floresta. A madeira nacional tem variedade e qualidade. Mas é praticamente toda exportada. A indústria de mobiliário é inexistente. Se esta tendência for invertida a favor do relançamento da actividade madeireira, os esforços para combater a pobreza e o desemprego vão ter ainda mais sucesso. Produtos florestais "Feito em Angola" têm de ser uma realidade à medida que se efectiva o inventário florestal e aumentam os investimentos para melhor aproveitamento dos recursos. No que diz respeito ao relançamento de actividades ligadas ao aproveitamento dos recursos florestais, temos ainda muito trabalho pela frente.

10.21 Chuva forte causa destruição de escolas

Jornal de Angola
26 De Março de 2013

As fortes chuvas que se abateram na província do Bié provocaram a destruição de 77 escolas, o que corresponde a 226 salas de aulas.

Informou o chefe de repartição municipal da Educação no Cuito, Angelo Chissule disse que as escolas foram construídas com material local e o facto ocorreu nas comunas do Trumba, Cunje, Cambândua e Chicala.

A situação afetou cerca de 36 mil alunos, que atualmente estão a estudar ao relento, em salas provisórias de igrejas e noutras estruturas de apoio social.

A situação está a ser analisada pelo Governo Provincial, através da direcção da Educação, para se encontrarem soluções que garantam a normalização do ensino e aprendizagem nas localidades afetadas.

10.22 Chuvas deixam famílias ao relento

Jornal de Angola
27 De Março de 2013

Segundo uma nota da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, as chuvas destruíram 300 casas, três escolas, dez igrejas, três postos de

saúde, postos policiais, estabelecimentos comerciais e as instalações da administração municipal do Kunda dia Base.

Os sinistrados receberam bens alimentares, roupa usada, cobertores, chapas de zinco, detergentes, utensílios domésticos, entre outros meios. Além da capital provincial, os municípios de Cangandala, Cambundi Catembo, Luquembo, Quiuaba Nzoje, Calandula e Cacusó são os mais afetados pelas chuvas.

A Comissão Provincial de Proteção Civil esteve segunda-feira reunida para abordar o dossier sobre os edifícios em risco, construção de habitações em zonas de risco, aterro sanitário adequado na cidade de Malange e efeitos das queimadas descontroladas.

Proximamente, vão ser criadas Comissões Municipais de Proteção Civil e Bombeiros para acudir aos casos de calamidades naturais, apurou o Jornal de Angola de fonte oficial.

No encontro, orientado pelo governador provincial de Malange, Norberto dos Santos, os administradores municipais e diretores foram informados do projecto de arborização e repovoamento da localidade do Culamuxito, arredores da capital provincial.

Por outro lado, a chuva que se registou durante a semana finda destruiu cerca de 120 infra-estruturas sociais, entre escolas e residências, na sede municipal de Caimbambo, 116 quilómetros a sul da cidade de Benguela e deixou também ao relento dezenas de famílias.

A Angop apurou que dos imóveis danificados figuram a escola primária nº 145, com capacidade para mais de 1.500 alunos, 22 casas sociais e a residência dos médicos.

A chuva, acompanhada de fortes ventos, destruiu também cabos de transporte de energia eléctrica, o painel solar que alimenta o sistema de telecomunicações e provocou a queda de árvores.

Os bairros Deolinda Rodrigues, Hoji-Ya-Henda, Ngola Kiluanje e Simione foram os mais afetados. O vice-governador para a Esfera Técnica e Infra-estruturas de Benguela, Henriques Calengue, deslocou-se de imediato ao município de Caimbambo, onde avaliou os prejuízos causados pela queda das chuvas.

10.23 Estiagem arrasa culturas das populações do interior

Jornal de Angola

28 De Março de 2013

As populações dos municípios do Calai, Cuangar, Dirico, Nankova, Rivungo e Mavinga, província do Kuando-Kubango, na orla fronteiriça com a Namíbia, que enfrentam uma severa estiagem que já provocou a morte de centenas de cabeças de gado bovino e caprino, vão receber proximamente apoio alimentar do governo, disse segunda-feira ao Jornal de Angola o vice-governador Ernesto Kiteculo. Ernesto Kiteculo explicou que foi criada uma comissão multisectorial integrada por responsáveis provinciais dos Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Rural e da Assistência e Reinserção Social para fazer, no terreno, uma avaliação pormenorizada da situação. O vice-governador sublinhou que a seca começou na orla fronteiriça, mas está agora a alastrar-se para todos os municípios do interior, onde se regista escassez de chuvas desde Dezembro do ano passado. Segundo o vice-governador, em determinadas localidades foram feitos furos de água, que se tomaram-se inviáveis devido à prolongada seca. O quadro de penúria alimentar devido à estiagem é agravado pelos constantes ataques de manadas de elefantes contra as poucas culturas que sobreviveram à falta de água. O vice-governador do Kuando-Kubango sublinhou que o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural de Combate à Fome e à Pobreza conhece uma execução na ordem de 80 por cento, apesar de alguns constrangimentos resultantes do avançado estado de degradação das vias de acesso. Este programa, que tem como objectivo melhorar as condições de vida das populações, sobretudo aquelas que vivem nas áreas mais recônditas, é hoje uma referência no país, referiu Ernesto Kiteculo, sublinhando que a merenda escolar, o reforço da autoridade institucional e o reassentamento das populações são os principais marcos. Os administradores municipais foram aconselhados a maior atenção na execução os orçamentos, contratação das empresas, fiscalização e cumprimento dos prazos das obras. "Observamos, por exemplo, que programa de construção de 200 fogos habitacionais não foi concluído pela maioria das empresas que ganharam esta empreitada em todos os municípios", referiu, adiantando que o governo vai fazer uma injeção de verbas para acelerar a sua execução. O vice-governador alertou os administradores municipais para a necessidade de observância *ri rosa* na utilização dos recursos financeiros em benefício das populações, sob pena, sublinhou, de medidas disciplinares e judiciais.

Formação de quadros

Ernesto Kiteculo anunciou ainda que o governo provincial contratou uma empresa de dimensão internacional para a formação de quadros administrativos para que estejam a altura dos actuais de fios. "É uma medida crucial e urgente para a província, pois temos tidos problemas sérios na tramitação da documentação, do contacto e actuação do próprio agente público o que dificulta, em grande medida, o balanço da execução de qualquer programa", frisou. O vice-governador destacou, por outro lado, a contínua e frutífera colaboração com o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) na formação intensiva dos quadros e a criação de condições para a acomodação de quadros provenientes de outras regiões do país.

10.24 Huambo tem plano para a arborização

Jornal de Angola

25 De Março de 2013

A directora provincial de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente do Huambo, Ana Paula de Carvalho, apresentou sexta-feira na Casa Ecológica o plano de arborização urbana. A necessidade "de preservação dos recursos naturais obriga que o plano contemple as características da cidade, sem afectar a paisagem existente. Para garantir o êxito do plano, o Governo do Huambo trabalha na criação de instrumentos e condições institucionais favoráveis à sua execução. Ana Paula de Carvalho esclareceu que o plano de arborização urbana vai respeitar as características da cidade, estabelecer as relações de equilíbrio ecológico, obedecendo às normas projectadas e minimizar os impactos negativos decorrentes das actividades humanas. Temas como, "Formação e educação ambiental", "O direito e o dever de participação dos cidadãos no controlo e execução da política ambiental", "Prevenção contra acções e actuações com efeitos imediatos ou a longo prazo no ambiente", dominaram o encontro. Os participantes no encontro debateram e aprofundaram temas relacionados com os equilíbrios entre a política de desenvolvimento económico e social, os princípios de conservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais. A actividade contou com a presença de membros do governo, especialistas em ambiente, estudantes e convidados.

10.25 Pulmão de Luanda volta a respirar

Jornal de Angola

28 De Março de 2013

As obras de requalificação, já em curso, destinam-se a dotar a Zona Verde de meios instalados já em espaços idênticos que beneficiaram de intervenções do género. O projecto prevê a construção de dois parque infantis, igual número de balneários, um ginásio e um espaço para futebol de salão e a manutenção de outros dois já existentes destinados à prática de andebol e basquetebol. O projecto, orçado em mais de dois milhões de kuanzas, prevê igualmente a reabilitação de arruamentos, passeios e de espaços verdes que vão fazer que a zona volte a ser o que já foi, um espaço de lazer dos luandenses. As obras desenvolvem-se em quatro fases, a primeira das quais contempla a construção de uma praça com repuxos, cascata, e esculturas da kianda, um dos símbolos da cidade de Luanda. Os trabalhos incluem também a instalação de um parque infantil, campo polivalente, restaurante, ginásio, espaços para piqueniques, balneários públicos, vias pedestres, ciclo vias e de um lago artificial com pequenas embarcações de lazer, além de parque de estacionamento para aproximadamente 430 viaturas automóveis.

Início dos trabalhos

O projecto, elaborado pela Creative Innovation Angola, começou a ser executado em Julho pela empresa Rui Ribeiro Angola e deve estar concluída dentro de aproximadamente 16 meses. O arquitecto responsável pelas obras confirmou ao *Jornal de Angola* que o projecto é executado de acordo com o definido pelo Governo Provincial de Luanda. Luíz Carvalho elogiou a iniciativa da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda de recuperar a zona verde de Alvalade e referiu que a intervenção "é o prenúncio" de obras idênticas noutros espaços semelhantes da capital, que têm igualmente o apoio do Governo Provincial. Para a recuperação deste espaço do bairro de Alvalade, declarou, foi elaborado um projecto de adequação e ajustamento da área, com a instalação de infra-estruturas que se adequam aos espaços verdes. Entre as infra-estruturas a construir, disse, fazem também parte um teatro a céu aberto, quiosques e locais para actividades infantis com vários atractivos, como pista de skate e baloiços. Também vão ser construídas estradas para permitir a ligação de vias, como a destinada a dar acesso ao Instituto Nacional de Bolsas de Estudos, que une o jardim ao Largo da

Maianga "é evita que se tenha de dar uma volta enorme pelo bairro de Alvalade".

Moradores aplaudem iniciativa

Alguns moradores do bairro de Alvalade ouvidos pelo Jornal de Angola aplaudiram a iniciativa da Comissão Administrativa da Cidade Luanda de reabilitar o parque abandonado há mais cinco anos. Erivaldo Paquete, estudante e morador há dez anos no bairro, salientou já ser "tempo da área beneficiar de obras, até por causa de marginais que lá vivem e provocam desordens". O estudante disse que "embora tarde, não deixa de ser bom saber que a zona vai mudar de imagem e transformar-se num dos cartões de visita da capital". A requalificação, afirmou, permite que os munícipes voltem a ter um espaço de lazer e desapareça a criminalidade na zona. Roberta Casimiro, jornalista, referiu que "a requalificação é bem-vinda" por dar "nova dinâmica à área e trazer muitos benefícios aos luandenses, especialmente aos moradores de Alvalade". Os moradores do bairro, lamentou, têm poucos espaços de lazer e a Zona Verde era única onde, tal como pessoas de outras partes de Luanda, podiam estar com criança em segurança. Com a requalificação, disse, passa a haver mais segurança, pois a zona era frequentada por delinquentes que assaltavam os transeuntes, principalmente à noite. Faustino Mally, funcionário público, residente há mais de 20 anos no Catambor, também elogiou a iniciativa da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda por permitir que a Zona Verde recupere a imagem e o fim para que criada. O projecto, pelo que observei na maqueta, disse, foi devidamente estruturado e o espaço vai ser bem aproveitado, pois além da via que descongestiona o trânsito automóvel permite que o local deixe de ser palco de actuação de marginais. Helma da Costa, enfermeira, sublinhou que a recuperação da Zona Verde de Alvalade melhora a imagem não somente do bairro como de Luanda e passa a ser local privilegiado de passagem dos que precisam de ir à Maternidade Lucrecia Paim. Em termos arquitectónicos, referiu, o projecto é bastante atractivo por melhorar substancialmente aquela área que já foi refúgio de marginais, "mas é preciso que quem de direito vele por outros espaços verdes de Luanda que se encontram completamente abandonados".

II. MIGRAÇÃO

II.1 Ocupação de terrenos por estrangeiros ilegais preocupa autoridades

Semanário factual

De 02 a 09 de Março de 2013

O administrador comunal de Massabi, província de Cabinda, Pedro Macosso Vuete, manifestou-se, quinta-feira, 28, preocupado com a ocupação de terrenos na zona adjacente ao mercado fronteiriço com a República do Congo, por estrangeiros em situação migratória irregular no país.

Pedro Vuete lamentou o facto que ocorre, geralmente, com a conivência de alguns representantes de autoridades tradicionais, que facilitam os atos em troca de valores monetários.

Revelou serem maioritariamente cidadãos do Congo-Brazzaville e da RD Congo, que a pretexto de serem feirantes no mercado semanal do lado angolano da fronteira, acabam por se instalar, ao ocuparem parcelas de terreno indevidamente.

Para dificultar a construção ilegal de casas naquela zona, o responsável afirmou que o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) tem realizado operações de busca e repatriamento para os países de origem de cidadãos ilegais.

O responsável defendeu a necessidade da construção de um novo mercado, afastado da linha da fronteira comum, para melhor controlo de entradas e saídas de estrangeiros. Segundo ele, essas e outras medidas poderão também contribuir para o aumento do volume das taxas resultantes do exercício do comércio.

II.2 Detidos estrangeiros ilegais

Jornal de Angola

03 De Março de 2013

Uma acção combinada entre a Polícia de Guarda Fronteiras e autoridades tradicionais em Cabinda culminou com a detenção de 147 estrangeiros de várias nacionalidades, 130 dos quais da República Democrática do Congo.

O responsável do posto do Serviço de Migração e Estrangeiros na fronteira de Massabi com Ponta Negra e Kouilou, José Tibúrcio, afirmou que as detenções resultam da própria característica da zona,

a principal entrada de mercadorias em Cabinda e do exercício da actividade comercial dos cidadãos de ambos lados.

Dados oficiais revelam que em Janeiro e Fevereiro as autoridades migratórias em Cabinda expulsaram 48 indivíduos do Congo Brazzaville, quatro da RDC e um da República Centro Africana que estavam em Angola em situação ilegal recusaram a entrada de dois do Congo Brazzaville, outros tantos da Mauritânia e um do Senegal.

José Tibúrcio declarou que o SME tem na aldeia de Chicamba um centro de controlo e detenção de estrangeiros ilegais. Também em Janeiro e Fevereiro foram fiscalizadas 3.493 viaturas, 743 delas estrangeiras.

II.3 Remessas de valores feitas em Kwanzas

Jornal economia e finanças

05 De Março de 2013

O processo de remessas de valores do país para o exterior, actualmente feito apenas em divisa estrangeira, deve ser efetuado só em moeda nacional já a partir do segundo trimestre deste ano, conforme assegurou, recentemente, em entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA), o governador do Banco Central.

José de Lima Massano disse na ocasião que esta medida vai, igualmente, permitir que se faça menos pressão aos operadores financeiros quanto à oferta de dólares ao mercado, uma vez que neste momento os cidadãos para enviarem dinheiro ao exterior para cobrir despesas de familiares e ou negócios fazem-no preferencialmente com recurso à divisa norte-americana.

Para o responsável do Banco Central, um outro objetivo que se persegue é o de aumentar o prestígio e a preferência pela moeda nacional nas operações financeiras e comerciais, seja para a compra, venda ou simples pagamentos de bens e serviços.

Deste modo, a partir de Abril as remessas efetuadas via "Western Union" ou a "Money Gram", duas prestigiadas operadoras licenciadas no mercado, por via de um banco comercial local, vão ser depositadas em kwanzas e o beneficiário (destinatário) deverá o receber na respectiva moeda local, isto é em valores já convertidos ao câmbio diário, conforme a tabela fixada pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

Por via do aviso nº 3/2011 de 2 de Junho, o Banco Nacional de Angola (BNA) estabeleceu como limite de envio mensal, de Angola para o exterior, a quantia de cinco mil dólares, ao passo que durante o ano os residentes cambiais ou não podem transferir até 20 mil dólares ou equivalentes em kwanzas.

"Os cidadãos durante as viagens para o exterior devem valorizar mais a utilização dos cartões de crédito e assim, de forma conjugada, travar-se o fenómeno da dolarização da economia", apelou o governador do BNA, José de Lima Massano.

Quanto aos constrangimentos que se verificam no exterior com a eventual utilização dos cartões de crédito, José Massano disse tratar-se de ocorrências pontuais, facto que não desaconselha a sua utilização nem retira a segurança e a comodidade que estes meios possam dispensar aos seus utentes.

Lembrou, por essa via, que a grande vantagem está no facto de o usuário de um cartão de crédito fazer depósitos em kwanzas no país e movimentar em outras moedas no exterior e até mesmo efetuar compras internacionais.

Aliás, segundo o governante, internacionalmente, cada vez mais, vai se dando maior preferência aos dinheiros plásticos (cartões) do que ao papel/dinheiro isto devido ao volume e a insegurança que proporciona.

José Massano disse que embora ainda seja notável uma alta preferência pelo papel/dinheiro, já começa a notar-se algum crescente recurso aos Terminais de Pagamento Automatizados (TPA) e Multicaixas para compras, pagamentos e levantamentos, facto que sinaliza mudança e aceitação aos cartões de crédito e débito.

Durante a entrevista que cedeu à Rádio Nacional de Angola, acompanhado do vice-governador André Lopes, José de Lima Massano fez vivo apelo no sentido de os agentes económicos e a população juntarem-se aos esforços das autoridades de estabilização da economia nacional, o que passaria pela mudança de comportamento, fundamentalmente no que se refere a valorização da moeda nacional.

Como exemplo, citou o facto de os bancos comerciais e a autoridade central apostarem neste mecanismo, medida que explica a crescente subida dos níveis de depósito e crédito em kwanzas, contra as anteriores tendências em que o dólar era a moeda eleita seja qual fosse a operação em curso.

Um assunto do momento é o da circulação das novas notas da família do kwanza, que na semana finda arrancou com a entrada das moedas metálicas,

estando para os próximos dias a vez do papel/dinheiro.

O governador José Massano e o vice, André Lopes, reiteradas vezes, foram unânimes nas garantias de que a introdução de novas notas não deve ser motivo para especulação de preços, muito pelo contrário, representa uma nova ocasião para que a economia no seu todo possa afinar os mecanismos de luta contra a falsificação de moeda e melhoria da qualidade do dinheiro em circulação.

Conforme disseram, para o BNA estamos em presença de uma nova etapa dos desafios da economia angolana e o seu ajustamento os padrões internacionais vão permitir uma maior competitividade interna e até mesmo regional, além de aumentar a confiança entre os diversos intervenientes do mercado.

11.4 Estrangeiros em situação ilegal obtêm documentação angolana

Jornal de Angola

05 De Março de 2013

Emesto Muangala, que fez a denúncia na apresentação do novo delegado provincial da Justiça, Baptista Miguel, afirmou estar preocupado com a forma como os imigrantes ilegais conseguem documentos angolanos de identificação.

O governador pediu aos membros do Governo Provincial maior empenho no combate à imigração ilegal por ser "uma grande ameaça à soberania do Estado".

Emesto Muangala defendeu maior conjugação de esforços entre a delegação provincial da Justiça e os órgãos policiais para se garantir um combate cerrado à situação que permite que estrangeiros consigam obter de forma ilegal a cidadania angolana.

O governador provincial pediu às autoridades tradicionais que denunciem os nacionais que ajudam os estrangeiros ilegais a obterem documentos para conseguirem cidadania angolana. A província da Lunda-Norte, advertiu, continua a ser das maiores portas de entrada de imigrantes clandestinos, que aproveitam a sua extensa fronteira com a República Democrática do Congo (RDC) para chegarem ilegalmente a Angola.

Ernesto Muangala pediu ao novo delegado da Justiça que estenda os serviços de identificação civil e criminal a todos os municípios e comunas da província.

O novo delegado da Justiça afirmou que para os serviços de justiça estarem mais próximos dos cidadãos têm de ser criadas infra-estruturas e formar pessoal. O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos fez recentemente uma avaliação das infra-estruturas do sector para desenvolver projectos de recuperação e construção de edifícios para dar maior dignidade aos trabalhadores no país.

11.5 RDC tem dificuldades de impedir violação da fronteira com Angola

Jornal de Angola

05 De Março de 2013

As autoridades da República Democrática do Congo (RDC) têm dificuldade em evitar que pessoas de várias nacionalidades utilizem o seu território para entrarem ilegalmente em Angola, afirmou o comandante da Polícia de Guarda Fronteiras de Angola.

O comissário chefe Jorge Antunes, que fez a afirmação na revista "Tranquilidade", do Comando Geral da Polícia Nacional, disse que "há dificuldades da parte congoleza na proteção das suas fronteiras" e que a que tão já foi analisada em vários encontros entre delegações dos dois países.

O comandante declarou que aquela fronteira "é a mais problemática" por ser a maior, com uma extensão de dois mil 511 quilómetros", e reiterou que na zona para os dois países há "comissões de recepção" que "vivem à custa" da situação.

"Têm os barcos e outros meios, conhecem os terrenos e os cidadãos provenientes da RDC limitam-se a pagar para entrarem ilegalmente em Angola", disse o comandante da Polícia de Guarda Fronteira elogiou a atitude da Namíbia, que "acordou com Angola a realização de operações conjuntas ao longo da fronteira".

Os casos de violação de fronteira que ocorrem na Namíbia, garantiu, escapam às autoridades daquele país e, por vezes, às angolanas, mas há uma comunicação sobre as atuações de parte a parte devido à colaboração e à realização regular de reuniões.

Com a Zâmbia, com quem partilhamos a fronteira sobre o rio Kuango, afirmou, ainda não há patrulhamento comum, mas já existem acordos, que são cumpridos. Os zambianos, disse, patrulham seu lado, os angolanos fazem o mesmo e há partilha de informações permanentes.

As violações de fronteira neste caso, salientou, "são doméstica para pesca, caça furtiva, corte de capim para alimentar o gado, para corte de lenha. Em termos de efetividade, referiu o comandante, há urna unidade nacional, 16 unidade territoriais, 21 subunidades e 166 postos de guarda fronteira ao longo de toda fronteira e da costa marítima.

Angola tem 5.198 quilómetros de fronteira, dos quais 2.511 quilómetros com a RDC - 225 não contíguos com Cabinda, 201 com a República do Congo, 1.376 com a Namíbia e 1.110 quilómetros com a Zâmbia.

A Polícia de Guarda Fronteira tem sido auxiliada pela Polícia Nacional e pelas Forças Armadas Angolanas no combate à imigração ilegal. O sector da Justiça, através dos tribunais, tem julgado e dado ordem de expulsão de estrangeiros ilegais, por via dos processos que recebe dos serviços de Migração e Estrangeiro.

11.6 Populações dificultam o trabalho de proteção das fronteiras nacionais

Semanário factual

De 09 a 16 de Março de 2013

A configuração geográfica e a disposição das populações criam algumas dificuldades no trabalho de proteção das fronteiras nacionais, informou, nesta semana, o comandante da Polícia de Guarda Fronteiras de Angola, comissário chefe Jorge Antunes 10, esta abordagem consta de uma entrevista concedida ao órgão de informação e de cultura do Comando Geral da Polícia Nacional "Tranquilidade".

Na opinião do comandante Jojó, devido a guerra, perdeu-se um pouco do conceito de fronteiras seguras. Da mesma forma, acrescentou, ao invadirem as cidades, as populações invadiram também as fronteiras. "É assim que nascem aldeias muito próximas dos marcos fronteiriços e isso dificulta a acção das forças de segurança", afirmou.

"O que temos estado a dizer aos governadores e outras pessoas coletivas e singulares que intervêm na proteção das fronteiras é que devem afastar o máximo possível as populações da linha de fronteira. Um caso evidente é o caso da Santa Clara", explicou.

De acordo com o responsável, atualmente o Estado está a gastar elevadas somas em dinheiro para afastar as casas que estão sobre a linha de fronteira, que, segundo as normas da União Africana e da própria ONU, deve estar livre, e as populações só se podem instalar para lá de 10 quilómetros da referida linha.

Estas construções nas linhas de fronteira, fez saber, também constituem uma violação das normas internacionais e por via disso se facilita a entrada ilegal de cidadãos estrangeiros. Adiantou que os acidentes naturais, como montanhas, matas cerradas e outros, representam um obstáculo para o bom desempenho dos trabalhos de guarda, porquanto há a adaptação com meios técnicos.

"Onde há rios deve-se ter lanchas de patrulha, botes, mergulhadores para tornar os rios invioláveis. Nas montanhas deve haver a presença de homens que saibam alpinar, escalar e, portanto, especialistas, buscam formas de ultrapassar aquilo que a natureza dispõe, de modo a que a configuração geográfica não obstaculize ou interfira no asseguramento das fronteiras", venceu.

A Polícia de Guarda Fronteiras de Angola (PGFA), em termos de efetividade, tem uma unidade nacional, 16 unidades territoriais, 21 subunidades e 166 postos de guarda fronteira ao longo de toda a fronteira e da costa marítima.

A República de Angola possui cinco mil e 198 quilómetros de fronteira, sendo dois mil e 511 quilómetros com a RD Congo (dos quais 225 quilómetros são de fronteira não contígua com a província de Cabinda), 201 quilómetros com a República do Congo, mil e 376 quilómetros com a República da Namíbia e mil e 110 quilómetros com a República da Zâmbia.

11.7 Há igrejas na imigração ilegal

A Capital

09 De Março de 2013

O que levanta tais suspeitas é o facto de, algumas dessas casas que se servem do nome de Deus, estarem muito mais identificadas com comités de receção de estrangeiros ilegais, do que, propriamente, com a pregação da palavra.

No bairro Mabor, Sonef, concretamente na rua da Encubação, imediações do antigo aviário da Angólaves, encontra-se uma dessas seitas suspeitas, construída num terreno arrendado. Chamam-na Igreja Pentecostal Centro Palavra da Vida.

De acordo com os moradores a referida igreja instalou-se naquela área há pouco mais de um ano, cujos responsáveis são oriundos da vizinha República Democrática do Congo.

Têm rigorosamente um culto que começa às 6 horas. Ao longo do dia, nota-se um silêncio total, porque os fiéis rumam para diferentes pontos da cidade, pois

que são quase todos comerciantes em mercados e paragens de táxis.

Dedicam-se, sobretudo, à revenda de cartões de recargas telefónicas, câmbio de divisas, bem como ao serviço de chamadas telefónicas. Sabe-se que tratam, igualmente, de facilitar transferências de valores monetários, tanto para o interior do país como para o exterior. De todas estas atividades ocupam-se os homens.

As raparigas, como nos foi dado a provar, começam pelo negócio de trançar cabelo, aplicação de tissagens, e só depois de amealhadas altas quantidades de dinheiro é que partem para outros negócios, em geral, produtos vindos do Dubai ou China.

No momento em que realizávamos esta reportagem, disfarçados de crentes, nos apercebemos de que cerca de oito famílias recém-chegadas do vizinho Congo, por falta de condições próprias, encontravam-se hospedadas na igreja.

Soubemos que ficariam lá até que conseguissem organizar seus negócios e, por fim, arrendarem casas nos arredores.

Segundo informações colhidas no local, noutra bairro, desta vez, o da Mabor Malha, nas cercanias da esplanada Olímpia, um dos pontos de diversão, já existia uma seita com as mesmas características, ou seja, desconfiava-se que servia, igualmente, de comité de acolhimento de estrangeiros ilegais, tanto é que acabou por ser destruída pelas autoridades há sensivelmente um ano.

Populares vizinhos das seitas em causa ouvidos pela nossa reportagem confirmam a chegada constante de pessoas, na sua maioria jovens, supostamente estrangeiros, já que não se expressam em português e pernoitam na igreja. "Fazem muito barulho lá dentro.

Devem estar lá menos de duas dezenas de pessoas, mas montam instrumentos sonoros de alta potência. Perturbam imenso o silêncio", afirmou uma entrevistada, acrescentando que, "eles, dormem, cozinham, fazem quase tudo no interior da igreja".

O bispo da diocese de Viana, dom Joaquim Ferreira Lopes, comentando sobre o assunto, disse ao A capital que Angola está a viver esta experiência por causa das novas comunidades ou grupos que se vão instalando no país. Por isso, aconselha, temos que ter muito cuidado, porque temos uma grande fronteira comum com a RDC.

"Para além da extensão temos a língua. Existem várias línguas comuns, entre os dois povos", alertou o prelado que já foi bispo do Dundo, por muitos anos.

"Acho que palmilhei por muitos anos as áreas do nosso leste e creio que fui testemunha das várias pessoas que trouxeram consigo estas realidades de religiosidade africana.

Observou e nota que estes grupos, aludindo às lundas, entram em Angola com o objetivo de fazer garimpo de diamantes, porém, aos poucos, acabam por se inserir no mundo religioso, da feitiçaria e magias, o que chamam de «chinguilamentos», acusando crianças de feiteceiras.

"É uma idiossincrasia que não tínhamos na nossa cultura. Por isso, o Ministério da Cultura, enquanto entidade de direito, é chamado a intervir", enfatizou dom Joaquim Lopes, em cujo entender, mesmo pelas vicissitudes que vivemos, que implicam que muita gente precise de ajuda ou orientação espiritual, é preciso combater os exageros.

O fenómeno da imigração ilegal atingiu contornos tão preocupantes que já não é um simples assunto social, mas, de segurança do Estado. As províncias fronteiriças são as mais afetadas.

A do Uíge é recorrente em acidentes mortíferos em consequência do capotamento de carros, (cisternas, contentores e não só), com imigrantes ilegais à bordo, para além de casos de interceção, de vários carros, pela Polícia de veículos transportando imigrantes ilegais com destino à Luanda, a Lunda Norte vem, à seguir.

Lembre-se que o governador desta província, Ernesto Muangala, disse esta semana, no Dundo, que há estrangeiros que entraram ilegalmente na Lunda-Norte para adquirirem o bilhete de identidade.

Muangala denunciou o facto durante a apresentação do novo delegado provincial da Justiça, Baptista Miguel, tendo-se manifestado preocupado com a forma como os imigrantes ilegais conseguem documentos angolanos de identificação.

Por via disso, o governador pediu aos membros do Governo Provincial maior empenho no combate à imigração ilegal por ser "uma grande ameaça à soberania do Estado".

Apelou para maior conjugação de esforços entre a delegação provincial da Justiça e os órgãos policiais para se garantir um combate cerrado à situação que permite que estrangeiros consigam obter de forma ilegal a cidadania angolana.

Às autoridades tradicionais solicitou que denunciasses os cidadãos nacionais que facilitam os estrangeiros ilegais a obterem documentos para conseguirem a cidadania angolana.

"A província da Lunda Norte continua a ser das maiores portas de entrada de imigrantes clandestinos, que aproveitam a sua extensa fronteira com a RDC para chegarem, ilegalmente, à Angola".

Admitiu Ernesto Muangala, quando pedia ao novo delegado da Justiça que estenda os serviços de identificação civil e criminal a todos os municípios e comunas da província.

11.8 Menos infrações fiscais na fronteira

Jornal de Angola
09 De Março de 2013

Bento António afirmou que a diminuição das infrações no ano passado resultou de um trabalho de prevenção desenvolvido pela corporação, através da sensibilização da população sobre os riscos que correm ao furtarem-se ao pagamento dos direitos aduaneiros. Além disso, a Polícia apertou o cerco em alguns pontos negros onde muitos contrabandistas atuavam.

A margem de manobra destas atividades ilícitas foi parcialmente neutralizada, garantiu, e os contrabandistas forçados a recorrer aos serviços das Alfândegas para pagarem os direitos. O posto do Xangongo, na estrada Santa Clara/Lubango, tem sido determinante na deteção de mercadorias que escapam à fiscalização na fronteira.

"É neste troço que são detectadas muitas viaturas de importação proibida, telefones, roupas e muitos outros meios, que não são fiscalizados na fronteira", afirmou o oficial. O superintendente Bento António informou que as infrações têm a ver com o contrabando de bens, transgressões fiscais e cambiais, das quais resultaram 95 processos-crime.

O oficial da Polícia Fiscal disse que, durante o ano passado, a sua corporação apreendeu vários meios e produtos importados da Namíbia, por fuga ao pagamento dos direitos aduaneiros. Destacou, ainda, a apreensão de 11 viaturas, todas com matrículas falsificadas, e considerou que os proprietários dos automóveis violaram a Lei que proíbe a entrada no país de viaturas ligeiras com mais de três anos de fabrico.

Na sequência da actividade de fiscalização da corporação, foram ainda apreendidos 69.600 dólares e 45 mil rands namibianos, No ano 2012, foram igualmente apreendidos 19 televisores com ecrã de plasma, 22 computadores portáteis, 16 armas de caça,

16 câmaras de vídeo, 322 sacos de açúcar, seis aparelhos de ar condicionado e outros bens.

O comandante da Polícia referiu que a apreensão das armas de caça surge na sequência do cumprimento de uma orientação do Comando- Geral da Polícia Nacional, que refere que a aquisição deste meio deve ser autorizada pelo comandante geral com um pedido por escrito. Bento António realçou que muitos processos de transgressão fiscal foram encaminhados para as Alfândegas, onde os proprietários das mercadorias pagaram multas para reaver os bens apreendidos, enquanto outros foram encaminhados para a Investigação Criminal.

A Polícia Fiscal no Cunene controla um perímetro fronteiriço de 195 quilómetros, que vai do marco um, no Ruacaná, até ao marco 19, em Santa Clara. A Polícia Fiscal no Cunene tem um efetivo de 130 homens, distribuídos pelas esquadras da Santa Clara, Xangongo e Calueque e pelos postos fiscais de Ruacaná, marcos nove, dez, 12, e no Aeroporto de Ondjiva.

11.9 Redes organizadas apoiam a imigração ilegal

Jornal de Angola
11 De Março de 2013

Em declarações à Angop no posto fronteiriço do Yema, sul de Cabinda, o oficial da Polícia de Guarda Fronteira referiu que os traficantes cobram por cada imigrante entre 50 a 70 dólares e transportam-nos até próximo de aldeias angolanas, como Tumba e Chinganga, ao longo da fronteira comum. Em relação ao contrabando de mercadorias, drogas e combustível, o intendente António Dumbo disse serem casos raros na fronteira do Yema.

O oficial reafirmou a prontidão e firmeza dos efetivos no combate às violações da fronteira por parte de cidadãos estrangeiros que tentam entrar em Angola de forma ilegal.

O intendente António Dumbo disse que a missão da corporação é garantir a estabilidade na região: "a nossa missão tem sido firme, com a realização permanente de patrulhas em zonas suspeitas, sobretudo no Morro do Salalé e Taly, onde foram registadas, de Janeiro a Fevereiro deste ano, dez violações em períodos diferentes", disse.

O chefe do posto de Serviço de Migração e Estrangeiros na fronteira do Yema, Alfredo Pedro, lamentou a falta de cooperação das autoridades

congolesas nos casos que envolvem o repatriamento dos congoleses ilegais, residentes em Cabinda.

Em declarações à Angop, referiu que o "processo de repatriamento por parte do SME tem sido feito no respeito aos direitos humanos. Mas na fronteira do Yema, quando estes cidadãos são levados para o seu país junto à fronteira, não têm merecido atenção das suas autoridades".

Acrescentou que os repatriados são abandonados na zona fronteiriça e fazem tudo para retornarem à cidade de Cabinda. Alfredo Pedro lembrou que de Janeiro a Fevereiro deste ano, 965 cidadãos da República do Congo Democrático (RDC) foram repatriados, mas as autoridades congolesas não deram o devido tratamento a estes cidadãos: "não foram recebidos pelas suas autoridades e pensamos que alguns planeiam regressar a Cabinda, o que é preocupante".

O posto do Serviço de Migração e Estrangeiros na fronteira do Yema registou, de Janeiro a Fevereiro, a entrada legal de 1.145 cidadãos da República Democrática do Congo. O chefe do posto, Alfredo Pedro, disse que foram também registadas 1.487 saídas de cidadãos congoleses, todas em condições legais, através do uso do passe de travessia.

Em Janeiro e Fevereiro 685 angolanos visitaram as cidades congolesas de Kinshasa, Matadi, Boma e Muanda, enquanto 1.144 regressaram ao país. Alfredo Pedro sublinhou que o comandante á imigração ilegal e violação da fronteira a partir da cidade congolesa de Muanda (RDC) tem merecido atenção de todas as instituições, nomeadamente a Polícia de Guarda Fronteiras, Polícia Fiscal e o Serviço de Migração e Estrangeiros.

Recentemente, o comandante da Polícia de Guarda Fronteiras de Angola, comissário chefe Jorge Antunes, afirmou que as autoridades da República Democrática do Congo têm dificuldade em evitar que pessoas de várias nacionalidades utilizem o seu território para entrarem ilegalmente em Angola.

O comissário chefe Jorge Antunes, que fez a afirmação na revista "Tranquilidade", do Comando Geral da Polícia Nacional, disse que "há dificuldades da parte congolesa na proteção das suas fronteiras" e que a questão já foi analisada em vários encontros entre delegações dos dois países.

O comandante declarou que aquela fronteira "é a mais problemática" por ser a maior, com uma extensão de dois mil 511 quilómetros", e reiterou que na zona que separa os dois países há "comissões de receção" que "vivem à custa" da situação.

"Têm os barcos e outros meios, conhecem os terrenos e os cidadãos provenientes da RDC limitam-se a pagar para entrarem ilegalmente em Angola", disse. O comandante da Polícia de Guarda Fronteira elogiou a atitude da Namíbia, que "acordou com Angola a realização de operações conjuntas ao longo da fronteira".

11.10 Cães combatem imigração ilegal

Jornal de Angola
13 De Março de 2013

António Dumbo salientou que a inclusão daquelas brigadas melhorava a vigilância principalmente na fronteira sul de Cabinda. "Temos postos de observação que permitem enxergar qualquer movimentação ao longo da fronteira", garantiu o intendente, que sublinhou que a participação daquelas brigadas no combate às entradas ilegais no país permitiam que a acção da Polícia se estendesse ao longo de 17 quilómetros.

Para combater a fuga ao fisco e à imigração ilegal, referiu, a PGF realiza diariamente "patrulhas de exploração e de revisão". Recentemente, o comandante da Polícia de Guarda Fronteiras de Angola afirmou que as autoridades da República Democrática do Congo (RDC) têm dificuldade em evitar que pessoas de várias nacionalidades utilizem o seu território para entrarem ilegalmente em Angola.

O comissário chefe Jorge Antunes, que fez a afirmação na revista "Tranquilidade", do Comando Geral da Polícia Nacional, disse que "há dificuldades da parte congoleza na protecção das suas fronteiras" e que a questão já foi analisada em vários encontros entre delegações dos dois países.

O comandante declarou que aquela fronteira "é a mais problemática" por ser a maior, com uma extensão de dois 1.511 quilómetros", e reiterou que na zona que separa os dois países há "comissões de recepção" que "vivem à custa" da situação.

"Têm os barcos e outros meios, conhecem os terrenos e os cidadãos provenientes da RDC limitam-se a pagar para entrarem ilegalmente em Angola", disse Jorge Antunes. O comandante da Polícia de Guarda Fronteira elogiou a atitude da Namíbia, que "acordou com Angola a realização de operações conjuntas ao longo da fronteira".

Os casos de violação da fronteira que ocorrem na Namíbia, garantiu, escapam às autoridades daquele país e, por vezes, às angolanas, mas há uma comunicação sobre as atuações de parte a parte

devido à colaboração e à realização regular de reuniões.

Com a Zâmbia, com quem partilhámos a fronteira sobre o rio Kuango, afirmou, ainda não há patrulhamento comum, mas já existem acordos, que são cumpridos. Os zambianos, disse o comandante da Polícia Nacional, Jorge Antunes, patrulham o seu lado da fronteira, os angolanos fazem o mesmo e há partilha de informações permanentes.

11.11 Imigração irregular em busca de vida melhor ou criação de desestabilidade em Angola

O Continente
15 De Março de 2013

A imigração irregular é uma ameaça à soberania do Estado e nos últimos anos tem sido uma constante por falta de fiscalização ao longo da fronteira angolana. Todos os dias temos cidadãos estrangeiros ilegais e usam os mesmos caminhos e as mesmas técnicas para adquirir a documentação que lhes permite circular livremente em Angola.

Portanto, deve haver um trabalho aturado a nível das fronteiras e uma conexão com todos os órgãos criados para o efeito com vista a pôr fim à entrada de estrangeiros ilegais no nosso país.

Os nossos serviços diplomáticos devem manter permanentemente o diálogo com os nossos irmãos da República Democrática do Congo e Namíbia, uma vez que os imigrantes utilizam os países vizinhos para entrarem no nosso solo pátrio.

A fronteira a norte inspira mais cuidados porque é lá onde entram o maior número de estrangeiros ilegais e, denota-se que os postos de controlo por parte da RDC e Angola apresentam grandes dificuldades sendo necessário evitar que os elementos visados nesta acção sejam impedidos.

Pese embora o sector da Justiça em Angola julgar e ordenar a expulsão de estrangeiros ilegais, por via dos processos que recebem dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME).

Necessário também se toma a abertura de mais postos policiais para extensão da rede em toda fronteira para garantir maior segurança facilitando assim a prevenção e a apresentação de queixas para uma mais-valia no combate à criminalidade nas fronteiras, contando com a colaboração das autoridades tradicionais na denúncia dos malfeitores.

A legislação migratória em vigor pune todo cidadão que dá auxílio à entrada ilegal de estrangeiros ou dá cobertura para a sua instalação irregular em território nacional.

Pelo facto, de muitos angolanos por falta de esclarecimentos não percebem convenientemente os dissabores que os imigrantes trazem para o país nem procuram se inteirar do perigo, uns ignoram e outros não têm como se posicionarem.

Portanto, o Executivo deve promover palestras constante sobre a imigração ilegal em Angola e os cidadãos nacionais mais visados seriam aqueles que habitam nas províncias, municípios, comunas bairros, musseques ou kimbos.

Que estão próximo das fronteiras, por onde têm passado os estrangeiros ilegais suscitando nas mentes dos angolanos que a imigração ilegal trás subdesenvolvimento com outros problemas à mistura.

Alguns imigram à procura de melhores condições de vida e que aproveitando-se da nossa ingenuidade, porque saímos de um conflito interno, e fez com que tenhamos algum atraso como é o caso do censo populacional, vemos os habitantes nos bairros a crescerem sem limites.

Cheios de estrangeiros à mistura que se socorrem da situação e desenvolvem a sua actividade lucrativa transferindo os lucros para os seus países, criando assim uma desestabilidade na nossa economia.

Outros conseguem entrar em Angola com ideias maquiavélicas, criando mecanismos para facilidade do crime organizado como o tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de ser humanos, lavagem de dinheiro, etc. Esta aventura, calcula-se, que mais de duzentas mil pessoas fizeram o mesmo em décadas recentes.

Alguns imigraram para fugir de guerras, desastres naturais ou perseguição, mas a maioria fez isso por motivos financeiros. Os problemas que os imigrantes têm enfrentado por não entrarem dentro dos pressupostos legais faz com que muitos não consigam encontrar a vida melhor que tanto almejam.

Todo congestionamento criado por falta de finanças afecta os filhos, encontrando assim humilhação, dificuldade económica, solidão, frustração, e separação de famílias. Assim podemos descrever que a luta contra a imigração é uma acção antiga contra a pobreza.

11.12 Congolezes entram em Angola com cartões de eleitor

Semanário factual

De 16 a 23 de Março de 2013

De acordo com o chefe do posto do SME no Yema, Alfredo Pedra, citado pela ANGOP, as dificuldades que existem naquele país na obtenção do Bilhete de Identidade (BI) ou passaporte normal faz com que estes cidadãos façam o uso do cartão eleitoral como documento pessoal.

"Eles apresentam este documento como o seu BI para adquirirem o passe de travessia para entrar no território nacional, no caso na província de Cabinda", afirmou.

Alfredo Pedro, que lamentou o facto, sublinhou que "o que temos feito é emitir o passe de travessia e o cartão de eleitor fica em posse do SME durante os três dias que o cidadão estrangeiro, ao habilitar-se com o passe de travessia, permanecer no nosso território.

Findo os prazos estabelecidos pelo uso de passe de travessia os cidadãos devem recolher os seus documentos antes de regressarem ao seu país de origem", explicou.

Contudo, fez saber que muitos destes cidadãos não regressam por considerarem pouco credível tal identificação, por não constar os dados semelhantes aos de um Bilhete de Identidade ou passaporte.

"É uma situação que pode merecer atenção ao nível mais alto nos encontros das Comissões Mistas e Subcomissões de Defesa e Segurança Fronteira, sobretudo no tocante à livre circulação de pessoas e bens ao nível das regiões limítrofes.

Para determinar qual o documento oficial que cada cidadão, em ambas partes (Angola/RDCongo e Congo Brazzaville), deve ser portador, à semelhança dos angolanos quando estes se deslocam a países estrangeiros, no caso as regiões vizinhas", afirmou.

Para tal, apontou que muitos utilizadores de cartões de eleitores, depois de adquirirem o seu passe de travessia, legalmente junto do SME, "ao entrarem no país já não regressam à procedência, mesmo depois de cumpridos os três dias que regula a lei migratória nestes termos de uso do passe de travessia.

Na sua maioria abandonam o cartão eleitoral, dando menos importância por não ser igual a um BI ou Passaporte", alertou. "Temos muitos cartões de eleitores em nossa posse, porque os seus utentes se encontram em Angola desde o final do ano de 2012.

Isso nos preocupa imenso, porque presumimos que seja outro "modus operandi" existente com o uso deste documento para ter acesso à entrada para o país e aí permanecer ilegalmente", alertou.

No entanto, à semelhança do que acontece na fronteira do Yema, quanto ao abandono dos cartões de eleitores por cidadãos da RD Congo que entram na província angolana de Cabinda, na fronteira norte com Congo Brazzaville, no Massabi, a situação não é diferente.

Assim sendo, grandes quantidades de Bilhetes de Identidade e outros documentos encontram-se abandonados sob posse do SME, no Massabi, uns já datam desde os anos 2011 e 2012, cujos utentes se encontram no território de Cabinda com prazos de permanência vencidos com situação migratória irregular.

11.13 Geografia dificulta combate à imigração ilegal

Jornal de Angola
16 De Março de 2013

Massabi é limitada a norte pela fronteira congoleza de Tchiamba Nzassi, a Nordeste tem uma extensão fronteiriça de 11,5 quilómetros até à localidade de Tchintanzi e a Sul tem mais 7,5 quilómetros até ao oceano Atlântico, onde desagua a lagoa de Massabi.

Esta complexidade geográfica da região tem dificultado a operacionalidade dos órgãos do Estado que velam pela fiscalização do movimento ao longo da fronteira comum.

Em declarações ao Jornal de Angola, o chefe do Serviço de Migração e Estrangeiros em Massabi, José Tibúrcio Baza Domingos, disse que o posto é o mais movimentado, da província tendo um registo diário de entradas e saídas de mais de 400 pessoas entre nacionais e estrangeiros.

"A fronteira de Massabi é a mais frequentada de Cabinda porque nela é transacionada a maior parte de mercadorias destinadas à província proveniente do porto comercial de Ponta Negra e aqui também se pratica com frequência o comércio individual.

" José Tibúrcio Domingos disse que uma das preocupações é a movimentação diária dos cidadãos residentes ao longo da fronteira comum ao abrigo dos acordos tripartidos (Angola, RDC e Congo Brazzaville) os residentes fronteiriços têm a liberdade de circular até dez quilómetros de um território para o outro para o intercâmbio comercial e outras ações

que possam consolidar os laços existentes entre as partes".

Para debelar a situação, vai ser feito o censo da população residente ao longo da fronteira. O início dos trabalhos está apenas dependente da vontade e da prontidão dos congolezes desejamos uma acção semelhante por parte dos nossos homólogos da República Democrática do Congo.

Mas encontramos dificuldades porque eles ainda não estão preparados para levarem a cabo esse trabalho". Para o controlo mais eficaz na fronteira, José Tibúrcio defende a necessidade de se transferir o atual mercado do local onde se encontra para um outro mais distante da zona neutra para facilitar as ações de fiscalização.

"Pensamos que é urgente fazer um novo mercado para facilitar as ações do SME e outros órgãos do Estado aqui instalados", disse o responsável do posto de Massabi.

As autoridades congolezas já deram o primeiro passo no sentido de ser transferido o seu mercado para a localidade de Tsamba Nzassi a seis quilómetros do terreno neutro: "temos de fazer o mesmo esforço para removermos o mercado para além da zona comum de modo a facilitar a acção de fiscalização".

O SME tem como tarefa fiscalizar o movimento migratório ao longo da fronteira. Apesar do trabalho árduo que desenvolve para estancar a entrada ilegal de estrangeiros no país, estes tudo fazem para atingir Angola fora das zonas vigiadas pelas autoridades.

José Tibúrcio falou mesmo da existência, na cidade de Ponta Negra, de comités de receção de imigrantes oeste-africanos que têm a tarefa de os introduzir ilegalmente no nosso país.

"Fomos detectando indícios relacionados com a existência desses comités de receção", disse, tendo lamentado o comportamento de alguns taxistas nacionais que auxiliam a entrada destes estrangeiros no país a troco de dinheiro.

O chefe do SME em Massabi disse que a situação está fora de controlo das autoridades congolezas na medida em que a República do Congo é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e os cidadãos do bloco têm a liberdade de circulação nos respectivos Estados sem vistos de entrada.

"Dadas as condições que Angola oferece, estes cidadãos concentram-se em Ponta Negra com o intuito de chegarem ao nosso país aproveitando a

vulnerabilidade das nossas fronteiras", disse José Tibúrcio.

O combate à imigração ilegal é um processo que deve envolver todas as forças vivas da nação e a sociedade deve estar inserido nele.

Para tal, disse, está a ser levado a cabo um intenso trabalho junto das autoridades tradicionais para a sua participação no processo. "O papel dos regedores, sobas, e coordenadores de bairros deve ser preponderante para que as ações técnicas do 5MB encontrem receptividade e êxito.

Só assim podemos prever um futuro sólido e uma harmonia eficaz, minimizando os feitos negativos que esse fenómeno nos traz à província e ao país em geral".

A urbanização da área fronteiriça da comuna de Massabi e a organização imediata do mercado podem facilitar muito a acção de fiscalização sem a qual o SME tem dificuldades em manter um controlo eficaz do movimento migratório.

Defendeu igualmente mais condições de trabalho como meios de transporte, de navegação e de comunicação para melhorar os mecanismos de controlo da rota fluvial da lagoa de Manenga e levar a cabo uma fiscalização condigna do controlo da fronteira.

José Tibúrcio disse ao Jornal de Angola que no âmbito das relações de boa vizinhança e de cooperação entre os dois países, tem havido ações concertadas com as autoridades migratórias congolezas no quadro da manutenção da ordem.

"As nossas relações de trabalho são excelentes sempre no princípio da não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e no quadro da reciprocidade e vantagens mútuas de cada país", disse.

José Tibúrcio disse ao Jornal de Angola que no âmbito das relações de boa vizinhança e de cooperação entre os dois países, tem havido ações concertadas com as autoridades migratórias congolezas no quadro da manutenção da ordem.

"As nossas relações de trabalho são excelentes sempre no princípio da não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e no quadro da reciprocidade e vantagens mútuas de cada país", disse.

O comandante da Polícia de Guarda Fronteira em Massabi disse à nossa reportagem que a actividade de comércio ambulante é o principal factor que promove a imigração ilegal no país e os números se

indicam que a partir da fronteira muitos estrangeiros atingem a cidade de Cabinda de forma ilegal.

Para combater a fuga ao fisco e à imigração ilegal, o inspetor Reis do Nascimento disse que a PGF tem realizado diariamente patrulhas de exploração, de revisão e emboscadas quando há informações.

O oficial da Polícia Nacional lamentou a falta de meios para fiscalizar condignamente a área, sobretudo a fronteira fluvial, devido às avarias que pararam e duas lanças. Deu garantias que em breve são recebidas mais meios que vão permitir um controlo mais cerrado.

Serviço de Migração e Estrangeiros de Massabi registou, nos meses de Janeiro e Fevereiro, 85 infrações que resultaram na expulsão administrativa de 53 cidadãos do Congo Brazzaville, quatro da RDC e um da República Centro Africana, por estadia ilegal no território nacional.

Através de buscas dirigidas na comuna de Massabi foi possível a detenção de 147 estrangeiros que se encontravam em situação migratória irregular no sobado de Chicaca, entre os quais 130 do Congo Brazzaville.

O chefe do SME em Massabi disse à nossa reportagem que em coordenação com os sobados de Chicaca, Chicamba, Ngomongo e Chivovo, em algumas aldeias foi permitido o número de estrangeiros que residem na comuna antes e depois da independência cifrada em 737 cidadãos, dos quais 155 do Congo Brazzaville e 582 da República Democrática do Congo.

11.14 Imigração ilegal é associada ao tráfico

Jornal de Angola

23 De Março de 2013

O magistrado do Ministério Público junto dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME) no Zaire, Pedro Fonseca, afirmou, em Mbanza Congo, que a imigração ilegal está associada ao crime organizado, sobretudo ao tráfico de seres humanos e à fuga de capitais, o exercício de actividade económicas ilícitas, entre outras práticas criminosas. Pedro Fonseca disse durante uma palestra sobre o tema "Imigração ilegal e suas consequência", que a imigração ilegal provoca consequências sociais, económicas, políticas e culturais ao país receptor, susceptíveis de inverter a ordem social, os valores culturais e criar desequilíbrios na balança comercial. A integração de línguas, tradições, hábitos e costumes alheios ao país

receptor figuram também entre os males provocado por este fenómeno, que existe em muitos países do mundo e em Angola em particular. O magistrado do Ministério Público alertou para a responsabilidade recai sobre os cidadãos nacionais que promovem e auxiliam a entrada e permanência ilegal de estrangeiros no país. Arrendar uma casa aos estrangeiros em situação migratória irregular também é uma forma de auxílio à imigração ilegal, prevista e punível no âmbito da legislação, em vigor, disse o magistrado. É sabido que o imigrante ilegal só permanece no nosso país quando encontra certas condições de acolhimento", sublinhou Pedro Fonseca.

11.15 Cidadãos nacionais detidos no Chitato acusados de auxílio à imigração ilegal

Jornal de Angola
27 De Março de 2013

Dois cidadãos angolanos que facilitavam a entrada de estrangeiros ilegais no país, no município do Chitato, província da Lunda Norte, foram detidos, ontem, por agentes do Comando Provincial da Polícia Nacional, no âmbito de operações de rotina que visam diminuir os índices de violações da fronteira.

Em declarações ao Jornal de Angola, o porta-voz da corporação, superintendente chefe Leonardo Bemardo, disse que os estrangeiros que entram clandestinamente no território da Lunda-Norte contam com o auxílio dos comités de recepção, formados por cidadãos angolanos, que conhecem as zonas diamantíferas.

O Comando Provincial da Polícia Nacional adverte que a colaboração dos angolanos na promoção de ações para facilitar a imigração ilegal constitui uma ameaça à segurança e à soberania nacional e apela à sociedade, sobretudo às autoridades tradicionais, a denunciarem casos de natureza criminosa ao longo da fronteira com a República Democrática do Congo.

Leonardo Bemardo revelou que entre 13 e 19 deste mês de Março, no quadro da actividade operacional de rotina efetuada pela Unidade da Polícia de Guarda Fronteira, para o combate à exploração e tráfico de diamantes, nos municípios do Lucapa e Cambulo, foram detidos 215 estrangeiros ilegais.

Dos quais 211 são da República Democrática do Congo. Foram registados 159 casos de tentativa de invasão da fronteira em situação ilegal.

Em coordenação com os órgãos do Ministério do Interior, a Polícia de Guarda Fronteiras e o Serviço de Migração e Estrangeiros procederam ao repatriamento de 215 estrangeiros ilegais.

O superintendente chefe Leonardo Bemardo afirmou que o movimento migratório clandestino na província da Lunda-Norte está ligado à actividade da extração e o tráfico ilícito de diamantes, com destaque para as zonas com grandes reservas do Estado.

Como áreas de maior fluxo migratório, Leonardo Bemardo indicou a região da Bacia Hidrográfica do Cuango, principalmente no Lola, Marcos 28 e 32, município do Cuango, e o Chitato, ao longo dos postos fronteiriços de Nachiri, Chissanda, Furtuna e na região do Cambulo, sobretudo na zona Furi 3.

A maior parte dos imigrantes ilegais, esclareceu Leonardo Bemardo, é proveniente das regiões do Cassai Ocidental: Cahemba, M'bandundu e Tempo, na República Democrática do Congo.

11.16 Detenções por violação da fronteira

Jornal de Angola
28 De Março de 2013

Oito cidadãos da República Democrática do Congo foram interpelados nos últimos sete dias pelas autoridades na província do Zaire por tentativa de violação da fronteira Norte que delimita Angola do país vizinho. Segundo um comunicado de imprensa do Comando Provincial do Zaire da Polícia Nacional, os estrangeiros, dos quais dois do sexo feminino, foram interceptados nas localidades fronteiriças do Luvo (Mbanza Congo) e Kinguvu, no município de Nóqui. A nota acrescenta que, durante a semana passada, a Polícia de Guarda Fronteira abortou três tentativas de transposição ilegal da fronteira que separa a província angolana do Zaire e a região do Baixo Congo. Os imigrantes ilegais foram encaminhados à Direcção Provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) para o seu repatriamento. Efectivos da 98 Unidade da Polícia de Guarda Fronteiras no Moxico participam até Novembro próximo, no Luena, num curso de instrução e preparação. Durante nove meses, 542 efectivos da unidade provincial, das subunidades e de 13 postos de guarda fronteiras abordam temas ligados às técnicas e tácticas de protecção de fronteiras, noções sobre a legislação aplicável e técnica de serviço policial. Estão previstas aulas práticas e teóricas sobre a organização administrativa, noções de comando e liderança, palestras de educação moral

e cívica, primeiros socorros sanitários, topografia militar, técnicas de logística e de armamento e tiro. O comandante provincial em exercício da Polícia Nacional, subcomissário José Alberto Chinhama, reconheceu os desafios atribuídos à Polícia de Guarda Fronteira.

11.17 Combate à imigração ilegal tem sido uma tarefa difícil

Jornal de Angola

30 De Março de 2013

O combate à imigração ilegal tem sido uma tarefa muito difícil, admitiu quinta-feira, no Dundo, o comandante da 7ª Unidade da Polícia de Guarda Fronteira, superintendente-chefe Félix Upongo.

O oficial falava à imprensa após o ato de apresentação de 80 cidadãos provenientes da República Democrática do Congo, detidos pelas forças policiais quando pretendiam entrar ilegalmente na província da Lunda-Norte.

"Há uma grande apetência dos estrangeiros em penetrar no nosso território, com realce para a província da Lunda-Norte. Os fatores são os mesmos, o garimpo e a procura de condições de vida", disse Moisés Upongo.

Nos últimos dias, revelou, regista-se uma movimentação intensa de cidadãos estrangeiros ao longo da fronteira entre a província da Lunda-Norte e a vizinha República Democrática do Congo, que "sem olhar a meios, tentam entrar em Angola com um elevado número de crianças, até de tenra idade".

Moisés Upongo considerou a atual situação de preocupante e, para travar o fenómeno, apelou à participação de todos os cidadãos angolanos na denúncia dos violadores, pois, lembrou, acima de tudo estão em causa os superiores interesses da Nação.

"Podemos falar em invasão silenciosa porque os grupos são compostos por mais de 20 ou 30 elementos", admitiu o oficial da polícia, sublinhando a necessidade dos efetivos se pautarem pela disciplina e coesão, para se alcançarem os resultados pretendidos.

O oficial informou que 80 cidadãos estrangeiros, dos quais 61 homens e 19 mulheres, acompanhados de 21 crianças, foram detidos no marco 12, nos postos fronteiriços de Tchissanda, Tchuma, Furtuna e Sandumba.

Moisés Upongo suspeita que uma das razões da imigração ilegal esteja também relacionada com a prática de tráfico de crianças, na medida em que, normalmente, os adultos transportam três a quatro menores, alegando serem seus filhos sem, no entanto, apresentarem comprovativos.

Face à complexidade da situação, informou que as crianças são encaminhadas aos órgãos que cuidam de menores, como a Cruz Vermelha, até que o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) e as autoridades afins comprovem se de facto são progenitores, parentes ou se "estamos perante um tráfico de crianças".

Moisés Upongo assegurou que a polícia está a fazer o seu trabalho, cumprindo a missão de impedir que cidadãos estrangeiros penetrem no espaço territorial angolano sem a observância das normas migratórias internacionais.

A imigração ilegal acarreta consequências negativas, quer do ponto de vista económico, quer cultural, lembrou o superintendente-chefe Félix Upongo.

11.18 Cidadãos estrangeiros são expulsos pelo SME

Jornal de Angola

31 De Março de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Zaire expulsou, nos últimos sete dias, 40 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), por entrada e permanência ilegal em território nacional.

Um comunicado de imprensa do SME citado ontem pela Angop informa que os cidadãos foram repatriados para o país de origem, através dos postos fronteiriços do Luvo (Mbanza Congo) e Kimbumba, no município do Soyo.

No mesmo período, lê-se no documento, o órgão afeto ao Ministério do Interior recusou a entrada em território nacional de 22 cidadãos estrangeiros, dos quais 21 da RDC e um do Senegal, nos municípios de Mbanza Congo, Soyo e Kuimba.

No quadro das atividades de controlo e fiscalização, acrescenta, o SME interpelou cerca de 20 imigrantes de diversas nacionalidades. Quanto ao movimento ao longo da fronteira, o SME na província do Zaire registou a entrada de 459 cidadãos nacionais e a saída de 451.

A nota esclarece, quanto aos estrangeiros, que durante o período em balanço registou-se a entrada

de 73 cidadãos, menos 33 em relação a igual período anterior.

O subprocurador provincial junto do SME, Pedro Fonseca, afirmou recentemente, em Mbanza Congo, que a imigração ilegal provoca consequências sociais, económicas, políticas e culturais ao país recetor, susceptíveis de inverter a ordem social, os valores culturais e criar desequilíbrios na balança económica.

Pedro Fonseca fez esta afirmação quando proferia uma palestra sobre "Imigração ilegal e suas consequências". De acordo com o magistrado do Ministério Público, este fenómeno está fortemente associado ao crime organizado, como o tráfico de seres humanos, a fuga de capitais e o exercício de atividades económicas ilícitas.

A integração de línguas, tradições, hábitos e costumes alheios ao país receptor são, também, outros males provocados pela imigração ilegal, que afecta não só Angola, mas também muitos países.

A Polícia de Guarda Fronteira abortou nos últimos sete dias, no Cunene, quatro tentativas de violação da fronteira que separa a província angolana do território da Namíbia.

O porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional no Cunene, intendente Piedade Pombal, disse que na sequência dessas infrações, foram interpelados cinco cidadãos nacionais, que após o registo operativo e respectiva sensibilização, foram postos em liberdade.

Piedade Pombal frisou que no mesmo período, através do posto montado no troço Xangongo/Humbe, foram interpelados e detidos dois estrangeiros da Guiné Conacri.

